UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

CAROLINE DA ROCHA FRANCO

DISTINTAS RACIONALIDADES SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NOS PROCESSOS JUDICIAIS RELATIVOS À (NÃO) ABERTURA DA ESTRADA DO COLONO (1986-2020), NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, PARANÁ.

CURITIBA
2023

CAROLINE DA ROCHA FRANCO

DISTINTAS RACIONALIDADES SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NOS PROCESSOS JUDICIAIS RELATIVOS À (NÃO) ABERTURA DA ESTRADA DO COLONO (1986-2020), NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, PARANÁ.

Diverse rationalities on environmental preservation: a case study of judicial processes regarding the (non) opening of the Colono Road (1986-2020) in the Iguaçu National Park, Paraná

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Orientador(a): Profa. Dra. Simone Aparecida Polli.

CURITIBA

2023

4.0 Internacional

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba

CAROLINE DA ROCHA FRANCO

DISTINTAS RACIONALIDADES SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NOS PROCESSOS JUDICIAIS RELATIVOS À (NÃO) ABERTURA DA ESTRADA DO COLONO (1986-2020), NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, PARANÁ

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor Em Planejamento E Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Planejamento Público E Desenvolvimento.

Data de aprovação: 16 de Outubro de 2023

Dra. Simone Aparecida Polli, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Ana Paula Myszczuk, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Cecilia Maria De Morais Machado Angileli, Doutorado - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Dr. Daniele Regina Pontes, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dra. Marcia Ferreira Prestes, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 22/02/2024.

AGRADECIMENTOS

Por vezes negligenciamos o fato de que o pesquisador possui uma vida pessoal e enfrenta inúmeras adversidades ao longo da elaboração da tese. Por essa razão, a seção de agradecimentos é aquela que leio com particular atenção nos trabalhos acadêmicos, visto que ela expressa a empatia e a humanidade envolvidas no trabalho alheio.

Os últimos quatro anos foram muito difíceis, pois além dos efeitos terríveis causados pela pandemia da COVID-2019, a minha vida pessoal contemplou outras complexidades: mudança de cidade por questões profissionais, construção de casa, morte de membro da família etc. Ao mesmo tempo, vivências maravilhosas e intensas, como minha primeira gestação e o nascimento do nosso filho Ernesto, em 2020.

Passando por um turbilhão de emoções e de muito trabalho, por acumular as funções de mãe, analista da Fundação Araucária, advogada e esposa, pensei em desistir da jornada acadêmica inúmeras vezes. No entanto, persisti e batalhei para elaborar um trabalho de qualidade, uma conquista que não teria se concretizado sem o apoio generoso que recebi.

Inicialmente, agradeço à minha orientadora Simone Polli. Além de compartilhar valiosos ensinamentos, envolvendo-se profundamente no conteúdo e na revisão do trabalho, ela me estimulou a ser corajosa e a enfrentar um dia de cada vez. Certamente, sem sua compreensão e seu apoio, este trabalho não teria existido.

Agradeço também às professoras que fizeram parte da minha banca de qualificação, pois desempenharam um papel fundamental no aprimoramento deste estudo: Ana Paula Myszczuk, Daniele Pontes e Cecilia Maria de Morais Machado Angileli. Suas observações, críticas e sugestões adensaram a análise, tornando o estudo mais estruturado e consistente.

Sou grata ao Programa de Pós-graduação e Planejamento em Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PGP-UTFPR), pela oportunidade de realizar um estudo de doutorado aplicado. Ainda, agradeço ao colegiado do PGP por ter acolhido meu pedido de licença maternidade, o que foi primordial para eu conseguir finalizar este trabalho. Sou grata, ainda, pelo apoio e

solidariedade dos colegas da turma de doutorado 2019 do PGP-UTFPR, especialmente ao Nelson Granados Moratta, à Silvana Nakamori Belotto e à Elisa Cristina de Carvalho, que me auxiliaram imensamente em diversos momentos .Por fim, agradeço e ao Matheus Petris, pela cuidadosa revisão e sugestões a este trabalho.

Agradeço o carinho e a torcida da minha mãe Gilma Batista da Rocha e do meu irmão Roger de Oliveira Franco, que sempre me estimularam a sonhar e a trabalhar intensamente para conquistar uma vida melhor. Vocês formam o meu alicerce.

Aos colegas da Fundação Araucária, em particular àqueles do Setor de Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs): Diego Iwankio, Bárbara Taniguti e Sandro Rautenberg, sou grata pelo convívio diário de aprendizado e colaboração profissional. Além disso, agradeço a compreensão, acolhida e suporte nas adversidades.

À Rosângela Sanches, por diariamente cuidar de nós com tanto carinho, protegendo o Ernesto como se fosse seu neto. Temos sorte em ter você na nossa vida.

Ao Carlos Alberto da Silveira, meu marido, por toda a paciência e força nos momentos mais difíceis desses anos turbulentos. Sou muito grata por acreditar em mim e por compartilhar essa jornada com amor e dedicação. Seu apoio foi fundamental e inestimável, e por isso sou profundamente agradecida.

Ao nosso filho Ernesto, que foi gestado, nasceu, aprendeu a andar e a falar enquanto essa tese era construída: obrigada pelos sorrisos e abraços, que foram combustíveis para aquecer meu coração e possibilitaram completar essa jornada.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as distintas racionalidades de preservação ambiental e desenvolvimento em situações de judicialização do conflito ambiental durante um litígio que tramitou entre 1986 a 2020. Para tanto, realizou-se estudo de caso, no qual se analisou o processo judicial relativo à Estrada do Colono. A via é um trecho de 17,5 km que está situado dentro do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), o qual é uma Unidade de Conservação de proteção integral, conforme a Lei n. 9.985/2000. A pesquisa é aplicada e qualitativa, com análise exploratória por meio de pesquisa bibliográfica, e investigação documental, ademais utiliza dados primários e secundários, além da análise dos processos judiciais relativos à abertura/fechamento da Estrada do Colono. A estratégia utilizada é o estudo de caso, com análise de conteúdo apoiada pelo software Atlas T.i. Por meio do estudo de caso realizado na tese, refletiu-se sobre alguns temas: (i) histórico de ocupação da região; (ii) estratégias argumentativas, interesses e disputas; (iii) judicialização de conflitos ambientais; (iv) flexibilização das políticas ambientais; A hipótese da tese foi confirmada, pois o conflito ambiental judicializado em questão relativo à Estrada do Colono, não se restringe a interesses regionais, ele reflete no sistema nacional de unidades de conservação (SNUC) não apenas por pretender criar uma nova categoria, chamada estrada-parque. A abertura de uma estrada dentro de um dos maiores parques nacionais do país fragilizaria todo sistema de proteção ambiental. Isso certamente refletiria nos demais Parques Nacionais, na medida em que se representa a retirada de sua característica de proteção integral. Evidenciou-se que o fechamento da Estrada do Colono foi uma medida tomada por uma liminar judicial, sem qualquer debate com a população que utilizava essa via como meio de integração com outras regiões do país e do Estado. Isso gerou um descontentamento entre a população, que havia construído com dificuldade o acesso à região. Com relação à judicialização das políticas ambientais, verifica-se que o tema é controverso, além dela criar uma sobrecarga de trabalho para o Poder Judiciário, pode também ser tratada como um déficit democrático, considerando que os magistrados não foram eleitos pelo povo, ao contrário dos poderes legislativo e executivo. Recomenda-se que no caso de litígio ambiental o poder judiciário, ao invés de receber a demanda e processá-la como um litígio comum cível (nos quais peticionam advogados e peritos), determine a realização de debate aberto, como em audiências públicas ou fóruns ambientais. Evidenciou-se que, ao longo dos trinta anos em que o processo tramitou, não se demonstrou a importância econômica da estrada, embora se reconheça que a pauta mobilizou e reuniu a comunidade do entorno do Parque. Desse modo, parece que apenas interesses particulares muito específicos seriam beneficiados por eventual reabertura da Estrada do Colono. Por fim, do conflito ambiental, que foi levado a termos jurídicos, se extraiu esquemas argumentativos, demonstrando-se as diferentes racionalidades de apropriação dos recursos naturais. Neles é possível se visualizar os principais discursos de cada grupo de interesse atuante no conflito.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; conflitos ambientais; judicialização da política; sustentabilidade ambiental; parque nacional do iguaçu; estrada do colono; ação civil pública.

ABSTRACT

The overall objective of the research was to analyze the distinct rationales of environmental preservation and development in situations of environmental conflict litigation. To do so, a case study was conducted, in which the judicial process related to the Colono Road was analyzed – which proceeded between 1986 and 2020. The road is a 17.5 km stretch located within the Iguaçu National Park (INP), which is a full protection Conservation Unit, according to Law No. 9,985/2000. The research is applied and qualitative, with exploratory analysis through bibliographic research and documentary investigation, in addition to using primary and secondary data, along with the analysis of judicial processes related to the opening/closure of the Colono Road. The strategy used is a case study, with content analysis supported by the Atlas.ti software. Through the case study conducted in the thesis, several themes were reflected upon: (i) the history of the region's occupation; (ii) argumentative strategies, interests, and disputes; (iii) the judicialization of environmental conflicts; (iv) the flexibility of environmental policies. The thesis hypothesis was confirmed because the judicialized environmental conflict in question regarding the Colono Road is not limited to regional interests; it reflects on the national system of conservation units (SNUC), not only because it intends to create a new category called 'road-park.' Opening a road within one of the country's largest national parks would weaken the entire environmental protection system. This would certainly have repercussions on other National Parks, as it represents the removal of their full protection status. It was evident that the closure of the Colono Road was a measure taken by a judicial injunction, without any discussion with the population that used this road as a means of integration with other regions of the country and the state. This generated dissatisfaction among the population, which had struggled to build access to the region. Regarding the judicialization of environmental policies, it is noted that the issue is controversial, as it creates an overload of work for the judiciary and can also be seen as a democratic deficit, considering that judges are not elected by the people, unlike the legislative and executive branches. It is recommended that in the case of environmental litigation, the judiciary, instead of receiving the demand and processing it as a common civil dispute (in which lawyers and experts file petitions), should require open debates, such as public hearings or environmental forums. It was evident that over the thirty years in which the process proceeded, the economic importance of the road was not demonstrated, although it is recognized that the agenda mobilized and brought together the community around the Park. Thus, it seems that only very specific private interests would benefit from a possible reopening of the Colono Road. Finally, from the environmental conflict that was brought into legal terms, argumentative schemes were extracted, demonstrating the different rationales for the appropriation of natural resources. In them, it is possible to see the main discourses of each group of stakeholders involved in the conflict.

Keywords: regional development; environmental conflicts; judicialization of politics; environmental sustainability; iguaçu national park; colono road; public civil action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeira parte do processo, localização do código “turismo” 31
Figura 2 - Segunda parte do processo, localização do código “turismo” 31
Figura 3 - Terceira parte do processo, localização do código “turismo”.....32
Figura 4 - Nuvem de palavras.....33
Figura 5 - Estrada do Colono 37
Figura 6 - Regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias pelo IBGE 38
Figura 7 - Regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias pelo IBGE 39
Figura 8 - Conurbação central da Região Trinacional.....47
Figura 9 - Comunidades tradicionais no entorno do PNI.....50
Figura 10 - Delimitação da Área da Concessão e sobreposição às Zonas de Manejo 55
Figura 11 - Simulação de rotas até Três Passos-RS 58
Figura 12 - Municípios nos quais perpassa a rota atual para o sul 59
Figura 13 - Rota para o sul, com Estrada do Colono aberta.....60
Figura 14 - Trajeto do Corredor Bioceânico de Capricórnio 61
Figura 15 - Área de Influência do traçado quanto aos aspectos ambientais - situação.....63
Figura 16 - Áreas prioritárias para conservação e Unidades de Conservação..64
Figura 17 Visão prospectiva para Tríplice Fronteira – PLANO BID.....66
Figura 18 - As três tendências principais de atuação.....105
Figura 19 - Principais correntes do ambientalismo.....118
Figura 20 - Principais elementos das diferentes correntes ambientalistas no Brasil 119
Figura 21 - Mapa do sul do Brasil na “Marcha para o Oeste”, em 1943 153
Figura 22 - Localização regional do Parque Nacional do Iguaçu, em 1978.....158
Figura 23 - Parque Nacional Do Iguaçu, 1978 159
Figura 24 - Linha do tempo: eventos regionais com impacto no PNI.....162
Figura 25 - Fluxo sintético de um processo judicial cível 174
Figura 26 - Situação atual da Estrada do Colono 182
Figura 27 - Notícia que demonstra descontentamento com a denúncia que gerou a ACP da Estrada do Colono.....194
Figura 28 - Gráfico 1 – Oeste 2.....213
Figura 29 - Gráfico 2 – Oeste 3.....213
Figura 30 - Gráfico 3 – Oeste 4.....214
Figura 31 - Gráfico 4 – Oeste 5.....214
Figura 32 - Gráfico 5 – Oeste 6.....215
Figura 33 - Gráfico 6 – Oeste 8.....215
Figura 34 - Gráfico 7 – Sudoeste 9.....216
Figura 35 - Gráfico 8 – Sudoeste 10.....216
Figura 36 – Principais códigos identificados pelo ATLAS.TI. com relação ao documento laudo do perito 233
Figura 37 - Relatório da polícia florestal feito entre 08/07/86 e 18/07/86 249
Figura 38 - Fluxo do processo acp do colono até o tribunal federal de recursos (TRF).....251

Figura 39 - Fluxo do processo – Como deveria ser ACP do colono, após a acórdão TRF 252
Figura 40 - Fluxo do processo – Como foi ACP do colono após a acórdão TRF 254
Figura 41 – O processo de destruição do "Bosque Atlántico del Alto Paraná" 267
Figura 42 - Petição inicial Capanema, planalto e associação comercial - 1 279
Figura 43 - Petição inicial capanema, planalto e associação comercial - 2 279
Figura 44 - Petição Medianeira, Foz, STI - 1 279
Figura 45 - Petição Medianeira, Foz, STI - 2 280
Figura 46 - Petição Transportadora Boicy - 1 280
Figura 47 - Petição Transportadora Boicy - 2 280

Fotografia 1 - Projetos anunciados e implantados nos últimos dez anos na região de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e proximidades. 48
Fotografia 2 - Estrada do Colono adentrando o Parque Nacional do Iguaçu 57
Fotografia 3 - Casamento em São José do Iguaçu (PNI), década de 1970 156
Fotografia 4 - Travessia de balsa 248

Quadro 1 - Esquemas argumentativos 29
Quadro 2 - Programação Fórum Films 2023 ..... Erro! Indicador não definido.
Quadro 3 - Questionamentos fundamentais da ecologia política 95
Quadro 4 - Comparação legislação ambiental brasileira com vertentes teóricas: influências ambientalismo moderado vs. ecologia política 115
Quadro 5 - Categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação 134
Quadro 6 - Linha do tempo do processo 184
Quadro 7 - Algumas autoridades que atuaram no processo da Estrada do Colono 197
Quadro 8 - Municípios da área de influência do fechamento à rodovia PR-495 que apresentam características especiais 209
Quadro 9 - Classificação dos municípios existentes em 1974 segundo as sub-regiões das MRH oeste e sudoeste 211
Quadro 10 - Classes de municípios das microrregiões oeste e sudoeste paranaenses 211
Quadro 11 - Simulação de tráfego e tempo dos trechos alternativos ao uso da Estrada do Colono 241
Quadro 12 - Sintetizando impactos da abertura da estrada no Parque Nacional do Iguaçu 244
Quadro 13 - Esquema argumentativo 1 277
Quadro 14 - Esquema argumentativo 2 278
Quadro 15 - Esquema argumentativo 3 281
Quadro 16 - Esquema argumentativo 4 282
Quadro 17 - Esquema argumentativo 5 284

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios com área dentro do Parque Nacional do Iguaçu 38
Tabela 2 - População residente (pessoas) 40
Tabela 3 - Municípios e Data de Criação 41
Tabela 4 - Indicadores de qualidade de vida dos municípios lindeiros ao PNI, ano 1991 42
Tabela 5 - Indicadores de qualidade de vida dos municípios lindeiros ao PNI, ano 1991 42
Tabela 6 - Arrecadação resultante da venda de ingressos no período de janeiro de 2013 a maio de 2016.....52
Tabela 7 - Arrecadação resultante da prestação de serviços relacionados ao Contrato nº 001/1998, exceto venda de ingressos, no período de janeiro de 2013 a maio de 2016.....53
Tabela 8 - Arrecadação resultante da comercialização dos produtos e serviços relacionados ao Contrato nº 002/1998, no período de janeiro de 2013 a maio de 2016 53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AIPOPEC	Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
APPs	Áreas de Preservação Permanentes
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGU	Controladoria Geral da União
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DRNR	Departamento de Recursos Naturais Renováveis
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
EPA	Environmental Protection Agency
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FoE	Friends of the Earth
FSC	Forest Stewardship Council
FUNATURA	Fundação Pró Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITR	Imposto Territorial Rural
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
MPPR	Ministério Público do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEEPES	Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde
OCDE	Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PGP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional

PL	Projeto de Lei
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNI	Parque Nacional do Iguaçu
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e Nordeste
RGI	Registro Imediata
RL	Reserva Legal
SEFA	Secretaria do Estado da Fazenda
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF	Superior Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UC	Unidade de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UNSPF	Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas
WCED	World Commission on Environment and Development
WWF	Worldwide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 A REGIÃO TRINACIONAL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO 36

2.1 Municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu 38

2.2 O Espaço Trinacional 44

2.3 Conflitos socioambientais adjacentes 49

2.3.1 Questão logística e corredor bioceânico de capricórnio 56

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS DISTINTAS PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 59

3.1 Ecologia radical: as origens da proteção ambiental 71

3.1.1 A preservação das belezas naturais e selvagens..... 72

3.1.2 Preservacionismo versus Conservacionismo 74

3.2 **Ambientalismo moderado: os debates por limites ao crescimento econômico 78**

3.2.1 Surgimento do conceito de Desenvolvimento sustentável 78

3.2.2 Modernização ecológica e Teoria da sociedade do risco: discursos sobre escassez de recursos naturais 82

3.2.3 Economia neoschumpeteriana e a modernização ecológica no desenvolvimento regional..... 86

3.2.4 Direito ambiental brasileiro: incorporação das teorias da modernização ecológica e da sociedade do risco 91

3.3 Ecologia política: críticas ao desenvolvimento sustentável 94

3.3.1 Ambientalismo latino-americano..... 95

3.3.2 Ambientalismo multissetorial e os seus diferentes discursos 99

3.3.3 Árvores e Gente: preservacionistas e conservacionistas no ambientalismo atual 101

3.3.4 Conflito ambiental como reflexo da desigualdade social: a justiça ambiental..... 106

4 PARQUES NACIONAIS COMO INSTRUMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL..... 120

4.1 A influência internacional na ambientalização da legislação do Brasil 121

4.2 As leis de proteção à natureza no Brasil, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o panorama atual..... 126

4.3 A criação dos parques nacionais no Brasil 140

4.4 A criação e conflitos do Parque Nacional do Iguaçu..... 151

4.4.1 A "Marcha para o Oeste" e a colonização do PNI: os conflitos ambientais 153
4.4.2 Gestão do Parque Nacional do Iguaçu, agentes e o plano de manejo .. 157
5 PARTICULARIDADES/COMPREENSSÃO DO PROCESSO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 163
5.1 **Judicialização de políticas ambientais** 163
5.2 **Legitimidade democrática de políticas públicas em juízo** 168
5.3 **Fluxo de uma Ação Civil Pública** 173
5.4 **Síntese do capítulo** 174
6 ESTRADA DO COLONO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: ENTRE A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO
17979 6.1 O fechamento da Estrada do Colono ..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO. **80**
6.2 Linha do tempo do processo 184
6.3 Atuação dos sujeitos no processo judicial: atores relevantes no cenário jurídico e político do estado 193
6.4 Estudos econômicos relativos aos impactos do fechamento da estrada 207
6.4.1 Parecer técnico econômico – Prof Dr Ademir Clemente 209
6.4.2 Parecer técnico econômico – Prof Dr Claus Germes- Crítica ao laudo de Clemente 219
6.5 **Primeira perícia judicial** 225
6.6 **Segunda perícia judicial** 233
6.7 **Decisões judiciais mais importantes** 244
6.8 **Resultados do estudo de caso** 268
6.9 **Matrizes argumentativas** 276
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 286
8 **Glossário de termos jurídicos 300**
REFERÊNCIAS 302
ANEXO A - Relatório da Sentença de 2007 322
ANEXO B - RELATÓRIO SOBRE REGENERAÇÃO DA ESTRADA DO COLONO APÓS TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO (JFPR-MARÇO/2021) 334
ANEXO C - ATA DE FUNDAÇÃO DA AIPOPEC 347
ANEXO D - PROPOSTA CAMINHO DO COLONO 373

1 INTRODUÇÃO

Os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, por deterem múltiplas acepções, são utilizados conforme os interesses dos envolvidos (JATOBÁ, 2009). Mesmo entre os ambientalistas há concepções diversas sobre o que seriam esses termos. Para alguns ambientalistas, por exemplo, garantir a sustentabilidade é defender que a presença humana nos Parques Nacionais deverá ser restrita às atividades de pesquisa ou de turismo, tal como prevê o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) brasileiro (PADUA, 2011).

Para outros, entretanto, a remoção das famílias que habitam os Parques Nacionais contempla uma ideia equivocada de que o ser humano seria “apartado” da natureza e não seu integrante. Eles entendem que a expropriação de famílias que vivem em Unidades de Conservação dificultaria a participação da comunidade na preservação ambiental (DIEGUES, 1998).

Sendo assim, é muito complicado abordar o tema de desenvolvimento regional sustentável. Isso é especialmente complexo ao ser tratado no interior do Brasil, onde ao mesmo tempo em que há um grande número de Unidades de Conservação, também impera forte concepção de que o desenvolvimento seria tido pela ampla difusão do agronegócio, estradas pavimentadas, enfim, obras de infraestrutura. Essa concepção de progresso muitas vezes conflita com a delimitação de áreas ambientalmente protegidas, fazendo com que grupos de interesse atuem no sentido de se reduzir os limites das Unidades de Conservação a fim de se praticar atividades lucrativas nessas áreas (agricultura, mineração e até mesmo turismo).

Em outubro de 2022 foi publicado no Jornal “O Globo”, a conclusão do estudo elaborado pela Rede Nacional Pró Unidades de Conservação (Rede Pró-UC). Essa entidade ambiental é uma das mais antigas do país, tendo atuado incisivamente para a criação da Lei 9985/2000, que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)[1].

Nesse monitoramento se constatou que as pressões sobre as Unidades de Conservação brasileiras, objetivando a redução das áreas protegidas para permitir a abertura de estradas ou impedir a desapropriação de grandes fazendas, nunca

[1] Disponível em: https://brazilfoundation.org/project/rede-nacional-pro-unidades-de-conservacao. Acesso em: 10/03/23.

foram tão intensas. O monitoramento constatou que, nos últimos quatro anos, foram aprovadas duas mudanças de limites de parques federais, e outros 19 projetos de lei estão em tramitação no Congresso Nacional.

As Unidades de Conservação são classificadas pela Lei nº 9.985/2000 (SNUC) em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Tais grupos ficaram assim definidos: a) Proteção Integral: as unidades que fazem a manutenção dos ecossistemas, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais; b) Uso Sustentável: as unidades que tornam possível a conservação da natureza com a utilização de parcela de seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Esses grupos são subdivididos em cinco categorias de proteção integral, e sete de uso sustentável, sendo que os Parques Nacionais figuram no primeiro grupo citado. De acordo com o art. 11 dessa Lei, o objetivo dos Parques Nacionais é, além da “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica”, possibilitar a “realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Desse modo, a legislação não permite que nas áreas de Parques Nacionais sejam realizadas outras atividades humanas diferentes das voltadas às pesquisas, à educação ambiental ou ao lazer de baixo impacto, pois tais atividades são extremamente limitadas conforme o Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação.

Dentre esses parques que podem ter seus limites alterados, conforme o estudo realizado pela Rede Pró-UC, figura o Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Ele é uma das primeiras Unidades de Conservação do país, sendo uma das mais visitadas no Brasil (TREVISAN, 2020; BNDES 2022).

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) foi criado em 1939, pelo Decreto n° 1.035, e abriga o maior remanescente de floresta Atlântica da região sul do Brasil. Foi a primeira Unidade de Conservação do Brasil instituída como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, no ano de 1986.

De acordo com o Plano de manejo do PNI (2018), além de ser palco das Cataratas do Iguaçu, o parque “preserva importante remanescente da mata atlântica, compartilha sua beleza cênica e conserva sua biodiversidade, promovendo benefícios socioambientais para as presentes e futuras gerações” (PNI, 2018, p.11).

No entanto, embora o Parque seja uma das Unidades de Conservação mais estruturadas do Brasil, ele enfrenta diversas ameaças e perigos. De acordo com o Plano de Manejo (2018), a caça, a pesca e a extração de palmito correspondem a atividades ilegais que ainda ocorrem na área. Ele também descreve que há indícios de um mercado de caça esportiva na região (PNI, 2018).

Ademais, registra as estradas como um dos perigos à preservação da biodiversidade do Parque. Consoante o plano de manejo do PNI: “as estradas geram efeitos diretos, como efeito de borda, fragmentação e isolamento de populações, além de atropelamentos de fauna e erosão do solo ao longo de estradas de terra mal planejadas e com manutenção deficiente” (PNI, 2018, p.10).

Ainda assim, há, na região, um conflito histórico que é abordado por projetos de Lei atualmente em trâmite do Congresso Nacional. Neles se pretende reabrir uma estrada situada dentro do Parque Nacional do Iguaçu, que está fechada há cerca de trinta anos. Isso mudaria os limites do parque e ainda o dividiria em dois, pois a referida estrada causaria sua fragmentação.

A via em questão foi fechada por decisão liminar em 1986, devido à atuação do Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou Ação Civil Pública (ACP) específica para tal fim — em uma das primeiras ações do gênero no Brasil, considerando que a ACP foi criada no ano de 1985.

Tal decisão liminar determinou que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), gestor do Parque na época, impedisse o trânsito na área, sobretudo devido ao desmatamento ilegal e morte de animais dentro da área do PNI. Destaca-se que esse foi um dos primeiros processos de Ação Civil Pública ambiental no Brasil. Ainda no ano de 1986, o Parque foi incluído como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

O fechamento desagradou uma parcela da comunidade local e reuniu algumas lideranças, especialmente as empresariais, que se organizaram em prol da reabertura, sob o principal argumento de que a estrada garante o desenvolvimento econômico da região, barateando os custos com transporte, devido à redução do trajeto a ser percorrido. Isso se evidencia no processo judicial analisado pela presente tese, conforme demonstra o capítulo 6.

As prefeituras municipais do entorno do PNI participaram como partes interessadas no processo judicial, postulando em prol da abertura da estrada, além de atuar em outros processos que foram abertos de forma dependente e que

tramitaram em várias instâncias, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 1997, a estrada chegou a ser reaberta devido a uma mobilização social, na qual se descumpriu a ordem judicial em prol do fechamento. A via permaneceu aberta ao tráfego de forma irregular entre 1997 e 2001, quando foi fechada em definitivo pela Polícia Federal devido à decisão do Supremo Tribunal Federal. Isso fez com que, entre os anos de 1999 e 2001, o Parque passasse a figurar na "*World Heritage List in Danger*" da UNESCO. A Lista de Patrimônio Mundial em Perigo tem como objetivo informar a comunidade global sobre as condições que colocam em risco as características pelas quais um bem foi inscrito na Lista de Patrimônio Mundial, e incentivar a adoção de medidas corretivas.

O STF encerrou judicialmente a questão em abril de 2020, decidindo pela rejeição ao Recurso Extraordinário 1240467, que postulava a reabertura da estrada, conservando-se, assim, o seu fechamento, mantendo-se a decisão do tribunal de origem (TRF4, 2010) que assim deliberou:

> os Parques Nacionais são considerados unidades de proteção integral, sendo inviável a construção de estradas ou outra utilização que se dissocie da vontade do legislador e que não esteja prevista no Plano de Manejo a ser observado e implementado pelo órgão ambiental encarregado da gestão do Parque Nacional (TRF-4 - AC: 34321 PR 92.04.34321-4, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 30/11/2010, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 14/12/2010).

Embora sanada judicialmente, a questão não foi resolvida na esfera política. Ao longo da maior parte desses 34 anos em que perdurou o processo judicial, houve tentativas de projetos de lei em prol da reabertura da estrada, os quais não avançaram.

No entanto, com a propositura no Senado do Requerimento nº 233, de abril de 2019, desarquivou-se o Projeto de Lei nº 61/2013, que versa sobre o tema. Por causa desse requerimento, o PL voltou a tramitar no Senado. Assim, atualmente, ainda há dois Projetos de Lei em trâmite que preveem a reabertura da estrada: no Senado, o PL nº 61, de 2013[2], e o Projeto de Lei nº 984, de fevereiro de 2019, em curso na Câmara dos Deputados.

Salienta-se que isso ocorreu depois do início do governo do Presidente Jair Bolsonaro. Tal fato condiz com o paradigma vigente de mudança das normas

[2] Projeto de Lei nº 7.123, de 2010, na origem – Câmara. Arquivado em dezembro de 2022, devido ao fim da legislatura.

ambientais, que foram abertamente classificadas por aquela gestão do Meio Ambiente do Executivo federal como excessivas e ineficientes (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Os Projetos de Lei em trâmite que preveem a reabertura da estrada, são: no Senado, o PLC nº 61, de 2013, e na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 984, de 2019, contam com o apoio do Senador Álvaro Dias e do Governador Ratinho Jr. A Itaipu Binacional, sob a gerência do Diretor-Geral Brasileiro General Luna, já se manifestou informando que poderia custear as obras (ARTUZZI, 2020)[3].

Os dois projetos de lei apresentam a mesma ementa. Eles pretendem "alterar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000 – SNUC) para criar a categoria denominada Estrada-Parque, bem como instituir a 'Estrada-Parque Caminho do Colono' no Parque Nacional do Iguaçu" (BRASIL, 2013; BRASIL, 2019).

Reitera-se que isso acarreta reflexos nacionais, pois a norma pretende, conforme sua ementa, alterar a Lei nº 9985/00 para incluir a Estrada-Parte no Grupo das Unidades de Uso Sustentável, possibilitando que os Parques Nacionais, que atualmente no SNUC figuram dentro do Grupo de Proteção Integral, tenham sua proteção fragilizada.

Desse modo, por criar uma nova categoria de Unidade de Conservação (UC), denominada "Estrada-Parque", esses projetos de Lei flexibilizam a atual legislação nacional para favorecer o interesse que, em uma análise superficial e desatenta, poderia ser tida como regional.

Considerando o impacto desses projetos no SNUC, a Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu – MPF instaurou o Inquérito Civil nº 1.25.003.006690/2019-74. Na nota técnica nº 4/2019 – 4ª CCR, de novembro de 2019, concluiu que "dentro do SNUC, não cabe a previsão de estradas-parques, por se tratarem de uma categoria que diminui a proteção ambiental, ou seja, um artifício para eliminar a proteção de um território protegido por uma Unidade de Conservação preexistente"(MPF, 2019, p.5)[4].

Desse modo, a presente tese envolve essa complexidade, dedicando-se a compreender um conflito ambiental no interior do Brasil, em região de fronteira

[3] Disponível em: https://www.radioculturafoz.com.br/2019/06/13/itaipu-pode-financiar-reabertura-da-estrada-do-colono/.
[4] Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota_tecnica_parna_foz_iguacu.pdf

internacional, envolvendo uma Unidade de Conservação (Parque Nacional) ameaçada por iniciativas de flexibilização, ligadas a interesses específicos de grupos de poder.

O estudo de caso apresentado relaciona-se à análise de Cecília Angileli *et al.* (2022), que evidencia que as cidades do interior, especialmente as localizadas em regiões fronteiriças, existem especificidades que as distinguem das cidades metropolitanas. Essas singularidades vão desde o estilo de vida das pessoas até as maneiras como os espaços são planejados e ocupados.

Nesses casos é mais incisiva a intervenção de líderes empresariais na criação e implantação de planos territoriais, ampliando as limitações na capacidade de gestores, técnicos, e a população local em compreender o seu território e participar de decisões mais sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental em relação aos desafios enfrentados. As autoras ressaltam que esse processo contribui na fragilização da estrutura pública, que se torna cada vez mais dependente de agentes externos, demonstrando um dos impactos negativos da privatização da esfera pública (ANGILELI *et al.*, 2022).

Nessa linha, é importante um aparte. No final de março de 2022, a gestão do Parque foi transferida para a iniciativa privada, porém a área do Parque continua sendo Unidade de Conservação de propriedade da União, submetendo-se às regras do SNUC.

Por meio de um leilão do tipo maior outorga, foram concedidos os serviços públicos de apoio à visitação, ações de apoio à conservação, proteção e gestão do Parque Nacional do Iguaçu. O vencedor ofertou R$ 375 milhões de reais como lance, além de 8% da receita bruta da concessionária (BNDES, 2022).

Desse modo, a questão da abertura/fechamento da Estrada do Colono envolve conflitos ambientais históricos, que há muito tempo vêm afetando o planejamento da administração pública regional, expondo interesses políticos e econômicos diversos.

Por isso, o tema da reabertura dessa estrada, atualmente, integra o “Mapa de Conflitos – injustiça ambiental e saúde do Brasil”, organizado pelas seguintes instituições: Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), e pela Fiocruz. O referido mapa indica que a “Reabertura da Estrada do Colono divide

organizações, políticos e interesses econômicos, pondo em risco um dos mais ricos e últimos trechos de Mata Atlântica ainda existente”[5].

Salienta-se que, por questões metodológicas, a presente pesquisa não acompanhará os debates travados atualmente no Legislativo relativos aos projetos de Lei que pretendem a alteração da Lei que regulamenta o SNUC, criando-se uma categoria nova de Unidade de Conservação denominada estrada-parque. Isso porque, por estarem em andamento, não são passíveis de investigação completa, pois podem vir a contemplar elementos posteriores ao período no qual a presente pesquisa é realizada.

Desse modo, a tese concentra-se na argumentação sobre o tema construída na Ação Civil Pública e processos dela dependentes, que tramitaram de 1986 a 2020, ou seja, durante 34 anos. Por meio dos argumentos apresentados no processo judicial, busca-se compreender por que, mesmo após mais de 30 anos de debate judicial, o conflito ambiental ainda se mantém na agenda das políticas públicas.

Ainda que o tema seja tratado há mais de 30 anos, nota-se lacuna teórica para a questão. Os trabalhos acadêmicos que pesquisaram a Estrada do Colono concluíram pela necessidade de se construir um “consenso”, calcado na ideia de “acordo” entre as partes conflitantes, a fim de se atingir um pretenso desenvolvimento sustentável.

Para compreender e sistematizar os discursos realizados, a pesquisa também aborda as marcas da colonização na região oeste do Paraná e como ela se relaciona ao pretendido desenvolvimento da área, desde a “Marcha para o Oeste”, promovida por Getúlio Vargas, que inclusive desmembrou a área abordada nesta tese. O fato é curioso, pois ele criou o Território Iguaçu logo após demarcar o Parque Nacional do Iguaçu. Ao mesmo tempo, ele capitaneou a vinda de “colonos” para a região, que em sua maioria eram famílias de pequenos agricultores gaúchos, por meio da oferta de títulos de terra.

---

[5] PR – Reabertura da Estrada do Colono divide organizações, políticos e interesses econômicos, pondo em risco um dos mais ricos e últimos trechos de Mata Atlântica ainda existente. **Mapa de Conflitos**. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-reabertura-da-estrada-do-colono-divide-organizacoes-politicos-e-interesses-economicos-pondo-em-risco-um-dos-mais-ricos-e-ultimos-trechos-de-mata-atlantica-ainda-existente/#:~:text=Eles%20alegam%20que%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o,e%20da%20flora%2C%20al%C3%A9m%20de. Acesso em: 17 de julho. de 2023.

A análise da Ação Civil Pública e autos dela dependentes, relacionados ao fechamento da Estrada do Colono, propiciará um estudo dos argumentos e atos pautados pelos sujeitos regionais envolvidos nesse conflito, bem como da concepção deles acerca das questões de sustentabilidade e desenvolvimento.

Isso porque, tal como descrito por Carlos Maria Cárcova (1996), o Direito é uma prática dos homens que se expressa em um discurso que é mais que palavras; são também comportamentos, símbolos, conhecimentos. Ele defende que o Direito "é o que a Lei manda, mas também o que os juízes interpretam, os advogados argumentam, os litigantes declaram, os teóricos produzem, os legisladores sancionam e os doutrinadores criticam" (CÁRCOVA, 1996, p.174).

Por isso, no campo teórico, a tese agregará subsídios para melhor identificar e classificar como se aplica a racionalidade de mercado aos atos jurídicos e legais que permeiam os conflitos ambientais, verificando se e em que medida o caso da Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, constitui-se em injustiça ambiental.

A realização desta pesquisa justifica-se pela contribuição prática que o estudo de caso sobre a Estrada do Colono trará à sociedade, pois sistematiza mais de 30 anos de conflito ambiental, sedimentado em inúmeros processos judiciais. Realizou-se busca na plataforma de teses e dissertações da CAPES (Sucupira) e se identificou quatro trabalhos acadêmicos sobre o tema, que são:

> 1. BONASSA, Tânia Luiza. **Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu**. 01/11/2004. 127 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA. Biblioteca Depositária: UFPR. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**.
>
> 2. SCHLINDWEIN, SHARLENE KEILA. **Capanema e a Estrada do Colono: Memórias e Representações**. 16/03/2016. 101 f. Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Foz do Iguaçu. Biblioteca Depositária: Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu.
>
> 3. DIAS, Edson dos Santos. **Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: A Estrada do Colono como Via de (Des)Integração do Oeste-Sudeste Paranaense**. 01/07/2006. 381 f. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/PR.PRUDENT, Presidente Prudente. Biblioteca Depositária: FCT/UNESP. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**.
>
> 4. BÄR, ELIANA CRISTINA. **Parque Nacional do Iguaçu e Comunidade do Entorno: Gestão e Conflitos**. 01/05/2009. 145 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA

> CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: BU. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**.

Todos esses trabalhos acadêmicos abordaram os aspectos históricos e a construção de narrativas com base em entrevistas. A tese de Edson dos Santos Dias promoveu ainda uma análise de publicações em jornais e revistas que abordaram a temática. Os trechos a seguir foram destacados das conclusões dos diferentes trabalhos acadêmicos que abordaram a temática:

> Ao estudar memórias estamos de tal forma interpretando como a comunidade vê o mundo que vive, como aceita o que lhe é posto, buscou-se então compreender as narrativas da Estrada do Colono além do discurso econômico e também do ambiental. (SCHLINDWEIN, 2016, p. 90).

> Avaliamos que o impasse gerado em torno da busca de reabertura da Estrada do Colono está relacionado com os **posicionamentos intransigentes dos elementos envolvidos, pois, para diversos grupos ambientalistas o fechamento dessa estrada pela Justiça é considerado uma vitória e se transformou num símbolo a ser preservado**. **Já o movimento local pró-reabertura adotou uma postura e discurso no qual só haveria a possibilidade de negociação, junto ao IBAMA, se a estrada fosse reaberta**. Nesse contexto, não restava margem de manobra para abrir uma discussão entre as partes, já que primeiro buscava-se a garantia de que fosse atendida a sua demanda, para depois se propor ao debate quanto aos demais desdobramentos resultantes da conquista (DIAS, 2006, p. 368).

> **O Parque Nacional do Iguaçu se transformou, naqueles municípios, sinônimo de conflito que marca a centralidade do fechamento da Estrada do Colono.** As falas revelam uma grande mágoa pela maneira como esta decisão foi tomada, com intervenção armada das polícias Federal, Ambiental e do Exército. (...) É ao fechamento da Estrada do Colono que atribuem suas mazelas, sejam elas de ordem econômica ou cultural. O fechamento aparece como responsável, muitas vezes, pelas dificuldades, mas também como argumento para a indiferença dos habitantes com relação ao PNI. (...) Compreender que a visão economicista e utilitária da Estrada permanecem nas vozes das lideranças pesquisadas. O meio ambiente continua sendo visto como fonte de lucros, portanto, sua conservação aparece como um ônus a ser pago pela reabertura da Estrada. De maneira geral, o entendimento de que o meio ambiente precisa ser preservado existe, desde que, todavia, não interfira no desenvolvimento econômico dos municípios (BÄR, 2009, p.134) (sem grifos no original).

O trabalho de Bonassa (2004, p.126) evidenciou ser “incipiente a produção (para não dizer inexistente)” de pesquisas sobre como as “práticas discursivas em torno do meio ambiente aparecem e circulam, ou como a questão ambiental construiu uma rede de relações através das práticas discursivas” (BONASSA, 2004, p.126). Desse modo, a presente tese pretende colaborar para preencher essa lacuna.

Salienta-se que a legislação ambiental brasileira foi construída em uma lógica de mercado, na qual a transformação da natureza é avaliada pela mensuração de níveis aceitáveis de degradação ambiental (ACSELRAD, 2007). Por vezes, na prática, cabe ao Judiciário atuar, interpretando a Lei, e promover a inclusão de sujeitos que foram excluídos de políticas ambientais.

Inicialmente, identificou-se uma aparente contradição ao argumento dos favoráveis à abertura da estrada. Os pró-abertura da Estrada do Colono defendem, sobretudo, que ela contribuirá para ampliar o turismo ecológico na região, trazendo emprego, renda e desenvolvimento à área. O turismo realizado no Parque Nacional do Iguaçu já capitaliza muito dinheiro, como demonstrado anteriormente. No entanto, mesmo assim, a população da região, em geral, é pobre e com baixo grau de instrução (IPARDES, 2010).

Por isso, como será abordado no capítulo seis, o qual incluirá o estudo de caso, o conflito ambiental em torno da (não) abertura da Estrada do Colono vai além da disputa entre os protecionistas e os que querem flexibilizar a Unidade de Conservação do Parque Nacional. Envolve ainda vários subconflitos adjacentes que são enunciados por diferentes atores sociais: (i) dificuldade de ligação entre os municípios de Capanema e Serranópolis, isto é, criando uma barreira e comprometendo o desenvolvimento econômico e urbano desses municípios; (ii) a dificuldade de ligação regional com o sul do Brasil, especialmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a microrregião de Foz do Iguaçu; (iii) os conflitos em torno do uso coletivo no PNI por populações tradicionais quilombolas e indígenas; (iv) os conflitos em torno da colonização do interior do Brasil (especialmente da microrregião de Foz do Iguaçu) a partir da “Marcha para o Oeste” e as disputas originárias neste processo; (v) utilização do PNI como recurso turístico com a ampliação dos lucros por grupos empresariais privados; (vi) degradação ambiental e a ampliação da caça no PNI em detrimento da conservação do maior remanescente de floresta Atlântica da região sul do Brasil.

O problema de pesquisa da tese foi investigar como as as diferentes racionalidades sobre preservação ambiental e desenvolvimento presentes no litígio da Estrada do Colono podem afetar a proteção integral dos demais Parques Nacionais. Para tanto, a pergunta da pesquisa que a tese deverá responder é: “Como os argumentos produzidos nas ações judiciais ambientais podem contribuir paraa flexibilização do sistema de proteção integral no Brasil?”

A hipótese da tese é que o conflito ambiental relativo à Estrada do Colono não se restringe a interesses regionais. Ele reflete no sistema nacional de Unidades de Conservação não apenas por pretender criar uma nova categoria, chamada estrada-parque. A pretensão de reabertura da estrada dentro de um dos maiores Parques Nacionais do país fragilizaria todo sistema brasileiro de proteção ambiental. No litígio ambiental o discurso de desenvolvimento e proteção ambiental é produzido e apresentado pelas partes de acordo com os respectivos interesses, podendo ser manipulado conforme a habilidade dos juristas, não representando necessariamente o interesse público da região.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar os argumentos de partes contrárias em um processo judicial sobre política ambiental, em litígio entre os anos de 1986 a 2020, sobre uma estrada localizada dentro de uma unidade de conservação integral. Essa ação sobre a Estrada do Colono, localizada dentro do Parque Nacional do Iguaçu, contempla diferentes noções sobre preservação ambiental e desenvolvimento econômico. Do conflito ambiental, que foi levado a termos jurídicos, se extraiu esquemas argumentativos, demonstrando-se as diferentes racionalidades de apropriação dos recursos naturais. Neles será possível se visualizar os principais discursos de cada grupo de interesse atuante no conflito. Para tanto, a pesquisa contempla os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar a literatura que aborda a relação sociedade/homem e natureza e o acúmulo em torno da noção de sustentabilidade, identificando as diferentes linhas de envolvem a temática, sobretudo devido às múltiplas racionalidades de desenvolvimento e apropriação dos recursos naturais;
2. Caracterizar o espaço regional do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, que é uma unidade de proteção integral, evidenciando as particularidades de municípios localizados próximos a uma grande área de conservação;
3. Identificar como ocorre a judicialização das políticas públicas ambientais, bem como a legitimidade democrática do papel do judiciário nessas ações e relacionar isso ao estudo de caso;
4. Investigar as distintas racionalidades sobre preservação da natureza no conflito ambiental a fim de identificar qual é a concepção de desenvolvimento e de meio ambiente presente nos diversos argumentos

dos sujeitos e instituições que litigaram judicialmente ao longo de cerca de 30 anos. Isso porque, embora os discursos das partes sejam conflitantes, ou seja, dos que são a) pró-abertura da estrada e dos que b) defendem a manutenção do fechamento, ambas se dizem a favor do interesse público pelo desenvolvimento sustentável da região e pela preservação do meio ambiente;

5. Construir as matrizes argumentativas a partir das principais noções sobre sustentabilidade e desenvolvimento apresentadas no processo judicial, pautadas nas seguintes categorias: Núcleo do conflito, Caracterização, Principais justificativas utilizadas, Atores envolvidos, Metáfora/imagem visual (caso exista), Interesses envolvidos (explícitos e implícitos), Quem se beneficia, Quem é prejudicado, Fonte das informações (Plano de Manejo, estudos científicos, estudo de viabilidade, estudo encomendado, laudos).

Registra-se que esta tese é alinhada à proposta do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PGP), pois realiza investigação aplicada e análise de dados a fim de contextualizar como o Poder Judiciário enfrentou a pretensão de se flexibilizar as regras de uma unidade de proteção integral, a Estrada do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. Bem como entender a atuação de outras importantes instituições públicas, tais como MPF, Governo do Estado do Paraná e Prefeituras Municipais da região.

Desse modo, por meio da análise realizada na tese, construiu-se seis matrizes de discursos sobre sustentabilidade e desenvolvimento, a qual permitirá identificar como o MPF atua nesse tipo de conflito; como a sociedade local se organiza, e até como os municípios lindeiros se posicionaram judicialmente. Ainda, isso será feito considerando-se a força econômica e política dos atores que pressionam a agenda governamental em prol da reabertura daquela via.

Este trabalho relaciona-se, ainda, à linha de pesquisa de Planejamento e Políticas Públicas, ao abordar a complexidade processual e de interesses relacionados ao tema. Ele foi debatido judicialmente durante 30 anos, tendo sido negada a abertura da estrada.

No entanto, ainda assim, a questão novamente adentrou a agenda política federal, por meio de dois projetos de Lei (PL nº 61/2013, no Senado e o PL nº 984/ 2019, em curso na Câmara dos Deputados), contando com o apoio de forte capital

político. Trata-se, portanto, de análise das tendências e das forças internas e externas que impulsionam e limitam o processo de elaboração e de implementação de políticas públicas.

A pesquisa proposta pode ser caracterizada como aplicada e qualitativa (GERHARDT, 2009; CRESWELL, 2010). De acordo com Tatiana Gerhardt (2009), as pesquisas qualitativas tratam de significados, desejos, aspirações, crenças, valores e atitudes, elementos constituintes do universo humano.

Nessa linha, Maria Brito *et al.* (2016) afirmam que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador visualizar o objeto de estudo, considerar suas condições, sua especificidade e as relações, a fim de analisá-lo e interpretá-lo. Além disso, esta abordagem considera o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais (BRITO *et al*., 2017).

O desenvolvimento metodológico deste trabalho envolve análise exploratória por meio de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a constatação de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O referencial teórico inclui as categorias detalhadas por Henry Acselrad, Sérgio Jatobá *et al*., Arturo Escobar, Swyngedouw e Žižek.

O trabalho também envolverá investigação documental. Utilizará dados primários, tais como leis, ofícios, laudos e decretos, além da análise dos processos judiciais relativos à abertura/fechamento da Estrada do Colono. Investigou-se os processos judiciais relativos ao tema, identificando os posicionamentos dos atores processuais, sobretudo dos procuradores federais que atuaram nos processos; de lideranças do comércio local, especialmente nos municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema; de funcionários do Parque Nacional do Iguaçu; entre outros que se manifestaram no processo.

A estratégia utilizada pela pesquisa também envolverá estudo de caso. Trata-se de uma metodologia de pesquisa exaustiva, de maneira a permitir o conhecimento detalhado do objeto. Ele visa o exame detalhado de um ambiente, ou de uma situação em particular. O seu propósito fundamental é analisar intensivamente uma dada unidade social (GODOY,1995).

O estudo de caso é a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, ainda mais quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais (GODOY,1995).

Com relação à Análise Textual Discursiva (ATD), de acordo com Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2006, p. 02) trata-se de uma “abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”.

De acordo com Moraes e Galiazzi (2003), a ATD que envolve três etapas principais, é composta por:

a) Desmontagem dos textos ou unitarização: Nesta etapa, os textos são examinados em seus detalhes e fragmentados em unidades constituintes, chamadas de unidades de análise. Essas unidades podem ser empíricas, coletadas para a pesquisa, ou teóricas, provenientes dos autores utilizados para embasar o tema pesquisado. Cada unidade de análise deve receber um título e um código para identificação de seu texto de origem e localização dentro desse texto;

b) Estabelecimento de relações ou categorização: Nesta etapa, é feita a construção de relações entre as unidades de análise, resultando em conjuntos que apresentam elementos semelhantes, chamados de categorias. A categorização é um processo de criação, ordenamento, e organização, que permite a compreensão dos fenômenos investigados e a comunicação dessa compreensão por meio de uma estrutura de categorias;

c) Interpretação dos resultados: Nesta etapa, é feita a interpretação dos resultados da análise, buscando compreender os sentidos e significados produzidos nos textos. A interpretação envolve uma reflexão crítica sobre as categorias construídas e a análise dos resultados à luz do referencial teórico adotado.

Essas três etapas da ATD proposta por Moraes são complementares e se inter-relacionam, permitindo uma análise mais completa e aprofundada.

Os dados obtidos nos autos foram analisados com suporte do software Atlas t.i 8.0. Pretende-se a definição de categorias com a criação de “*codes*” (códigos), incluídos manualmente no software. A princípio os “pré-codes” são: desenvolvimento, inovação, turismo, exclusão, participação, ambiental, sustentável, sustentabilidade e ecologia.

De acordo com Johnny Saldanha (2009), “códigos” são parcelas da vida social registradas nos dados — atividades dos participantes, percepções e os documentos e artefatos tangíveis produzidos por eles. Desse modo, para se

interpretar os dados presentes nos processos judiciais, será feita uma codificação aberta, ou seja, comparações constantes entre fenômenos, casos e conceitos (GASQUE, 2007).

Pelo uso do software Atlas t.i, foi possível converter o processo físico (impresso em papel, por ser antigo) em texto eletrônico. Desse modo, também se pautou o "*landscaping*", que é um recurso visual, também conhecido como nuvem de palavras, que faz com que quanto maior a frequência de palavras, maior o tamanho delas (BLEY; CARVALHO, 2019).

O uso do software facilitou o procedimento de categorização, a fim de se possibilitar mapear os discursos e identificar as lógicas dos atores, propiciando construir esquemas argumentativos em torno do debate ambiental relacionado à Estrada do Colono, incluindo os vários subconflitos adjacentes que são enunciados por diferentes atores sociais.

A ideia de esquema argumentativo é utilizada por Mario Fuks (2001, p.142) como "pacotes interpretativos, cujos elementos contribuem para a finalidade exclusiva de propor uma determinada compreensão de um assunto público." No seu livro *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*, Fuks (2001) aborda a questão dos conflitos ambientais em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, ele cria tabelas com esquemas argumentativos, as quais serviram como inspiração para o presente trabalho.

Nesta tese os esquemas argumentativos correspondem a estruturas organizadas de argumentação, construídas de acordo com o interesse de cada participante do processo judicial. Esses esquemas são compostos por diferentes elementos, como premissas, conclusões, inferências e evidências, que são articulados de forma a produzir um argumento coerente e persuasivo.

Inicialmente pautou-se a seguinte proposta de esquema:

Quadro 1 - Esquemas argumentativos

Título síntese do esquema	
Núcleo do conflito	
Caracterização	
Principais justificativas utilizadas	
Atores envolvidos	
Metáfora/imagem visual (caso exista)	
Interesses envolvidos (explícitos e implícitos)	
Quem se beneficia	

Título síntese do esquema	
Quem é prejudicado	
Fonte das informações (Plano de Manejo, estudos científicos, estudo de viabilidade, estudo encomendado, laudos)	

Fonte: Mario Fuks (2001) adaptado pela autora

Os esquemas argumentativos permitem identificar as principais noções sobre sustentabilidade e desenvolvimento abordadas no processo judicial, bem como ocorrem as relações de poder no espaço estudado. Eles são apresentados no item 6.8 da tese.

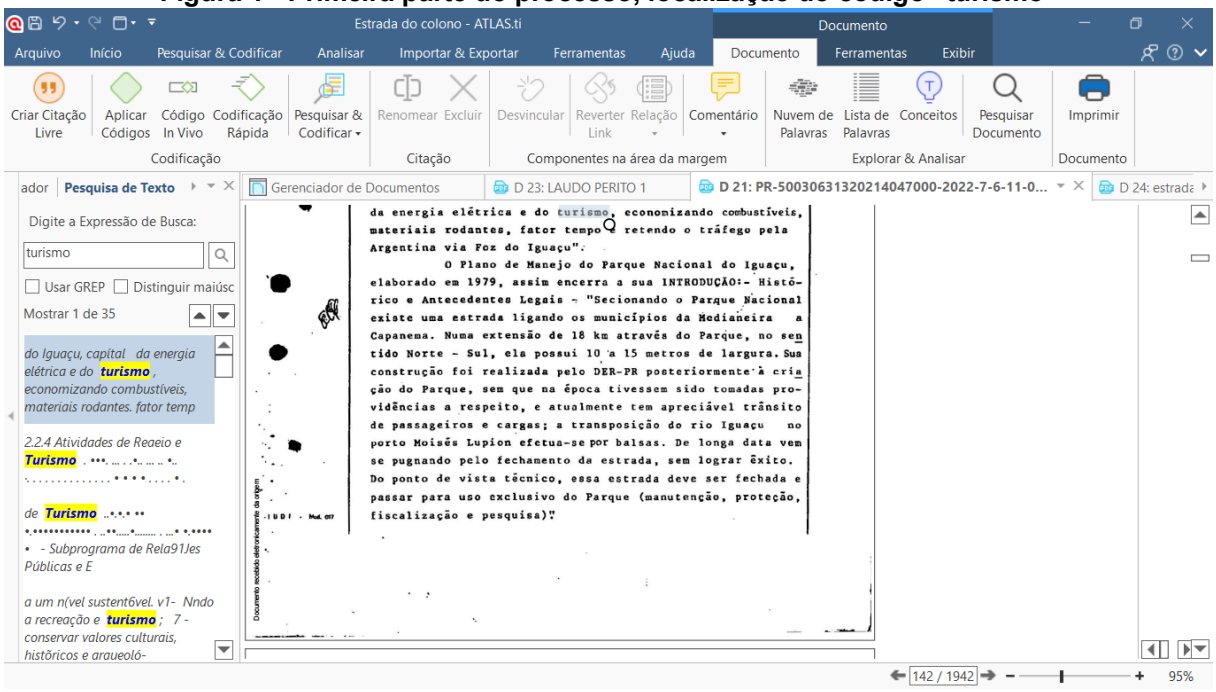
Para analisar quais foram os principais argumentos do processo, os documentos foram todos digitalizados. Quatro processos foram analisados, todos tramitaram na Justiça Federal, em varas de Curitiba. Os autos principais foram o de número 1986.70.00.086736-9/PR. Dele foram dependentes os seguintes processos: 00.00.86736-5/PR, 5010236-98.2015.4.04.7000/PR e 5003063-13.2021.4.04.7000. Os documentos relativos aos agravos protocolados diretamente perante os tribunais foram analisados quando apareceram nos autos principais.

Todo volume dos autos judiciais (em torno de 6000 páginas) foi subdividido em 5 partes, em diferentes arquivos PDF com cerca de 1900 páginas cada um deles, para possibilitar melhor velocidade no processamento dos dados. Os documentos digitalizados em PDF foram convertidos e salvos no formato OCR (*optical character recognition*), o que permitiu ao software ATLAS.ti um melhor processamento dos códigos.

De acordo com o levantamento realizado com o uso do software ATLAS.ti, no processo judicial inteiro a palavra “turismo” apareceu pela primeira vez somente na pg. 98, após todas as contestações. Isso foi feito ao se referir a Foz do Iguaçu como uma cidade turística e não à Estrada do Colono como um caminho turístico. A estrada seria destinada a “compensar uma economia de mais de 100km” para se chegar às cataratas.

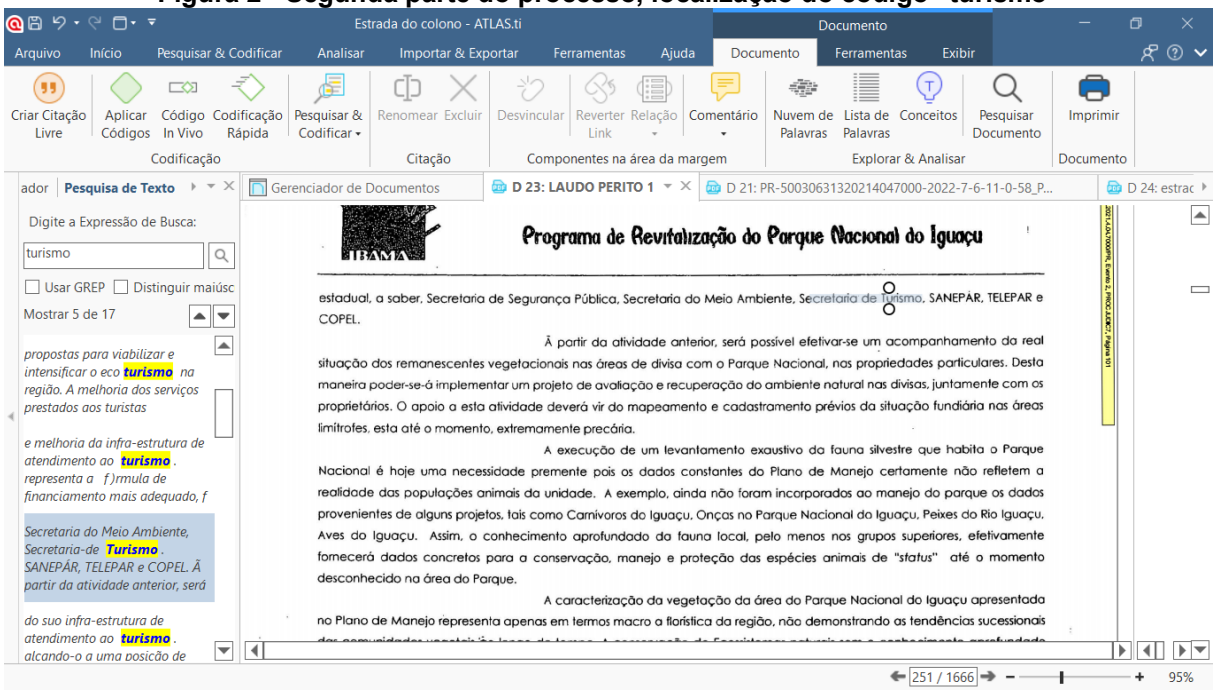
Nas 3600 primeiras páginas dos autos, que compreende, dentre outras questões, a petição inicial, as duas primeiras sentenças e o primeiro laudo pericial, indo até junho de 2001, a palavra “turismo” apareceu apenas 47 vezes, conforme se depreende das telas a seguir:

Figura 1 - Primeira parte do processo, localização do código “turismo”



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

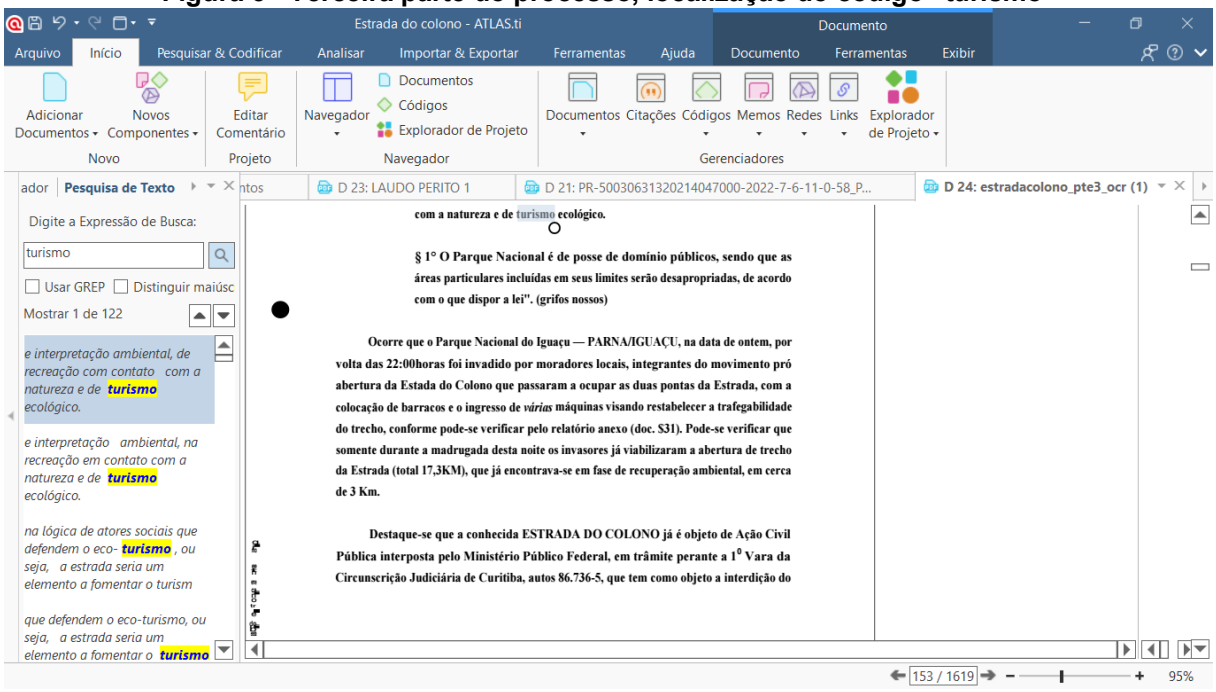
Figura 2 - Segunda parte do processo, localização do código “turismo”



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Isso demonstra que até o ano de 2001 pouco se abordava a Estrada do Colono como uma possível atração turística da região. Na terceira parte do processo, que vai de 2001 até novembro de 2007, compreendendo o segundo laudo pericial e a última sentença, o número que o code “turismo” aparece sobe para 122 vezes, conforme abaixo:

Figura 3 - Terceira parte do processo, localização do código “turismo”



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As partes 4 e 5 do processo correspondem aos recursos para o TRF, STJ e STF e por isso não foram consideradas para fins de análise de frequência dos códigos, eis que muitos documentos foram repetidos, isto é, já haviam sido apresentados, porém para envio a Brasília precisaram ser copiados e enviados novamente.

Seguindo o mesmo método, buscou-se as palavras “economia”, “econômico” e “econômica”, localizando-se na primeira parte do processo 91 vezes. Ainda, na mesma parte “prejuízo” aparece 171 vezes.

Isso demonstra que os atores deram muito mais relevância à questão econômica da estrada no início do processo judicial, enfatizando sua natureza turística, principalmente, depois do ano de 2001.

Ainda, no software TI, produziu-se a seguinte nuvem de palavras, calculadas conforme a frequência em que foram citadas no processo, conforme segue:

Figura 4 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em ATLAS.ti.

Identificou-se que a nuvem de palavras foi pouco efetiva para traduzir a natureza dos argumentos, tendo em vista que muitas das palavras foram repetições de termos presentes nos cabeçalhos e endereçamentos realizados nas petições.

É que o rito processual requer endereçamento prévio nas petições, como por exemplo: “Exmo(a). Sr (a). Dr(a). Juiz(a) de direito da 9ª. Vara Federal da Comarca de Curitiba-Pr”. Ainda, ao final das petições, os signatários qualificam sua assinatura, incluindo palavras como “advogado”, “procurador federal”, etc. Logo, as palavras juiz, federal, Curitiba, tribunal, regional, ministério, civil, têm sua frequência assim justificada.

No entanto, é possível identificar alguns termos que representam a importância de certos aspectos no processo. Por exemplo, o termo “manejo” demonstra que o Plano de Manejo foi um instrumento fundamental para o processo. Os termos “engenheiro” e “perito” também são relevantes para apontar a importância que se deu à análise por técnico da área.

A ausência de certas palavras também é relevante. Não se identificou a frequência de palavras como “comunidade”, “sociedade”, “participação”, “deliberação” ou qualquer outra que evidenciasse que alguém teve a pretensão de levar o debate da esfera judicial para uma esfera pública de ampla participação da sociedade local.

Também não se identificou a falta de palavras relacionadas à discussão material. Desse modo, a maior frequência de palavras que remetem a aspectos formais — características de rito processual —, evidencia que a participação na arena judicial é restrita e provida de uma linguagem própria.

Desse modo, tendo em vista que os leitores desta tese podem ser de outras áreas (diferentes da jurídica), a fim de facilitar a compreensão de como acontece uma ação judicial e qual o significado de termos importantes, a tese também traz alguns fluxos identificando as principais características de um litígio cível. Isso é realizado no capítulo 5.

A estrutura da tese está disposta da seguinte forma:

Para além desta introdução que apresenta a pesquisa, no capítulo 2 abordam-se as especificidades da região do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a fim de se compreender o espaço e proporcionar uma visão geral sobre as principais questões e conflitos ligados ao desenvolvimento e meio ambiente nesta região trinacional.

No capítulo 3 foi apresentada a revisão teórica que aborda como a concepção de meio ambiente foi se conformando ao longo do tempo. Pautou-se a percurso proposto por Sérgio Jatobá (2009), no qual o ambientalismo inicia-se com a ecologia radical, onde estão as origens da proteção ambiental; passando pelo ambientalismo moderado, que teoriza em torno do desenvolvimento sustentável, dos limites e riscos impostos à natureza em um sistema capitalista; e, por fim, chegando na corrente da ecologia política, que aponta para a centralidade dos sujeitos, dos conflitos que estão produzindo o meio ambiente, ampliando-se a noção de meio ambiente.

O capítulo 4 apresenta o histórico das concepções de Parque Nacional e de Proteção Integral, relacionando-as ao surgimento dessa política ambiental no mundo e no Brasil. Sendo assim, nele se apresenta uma revisão sobre a evolução da legislação brasileira relacionada à referida categoria de conservação. Ademais, se aborda os subconflitos relacionados ao tema, tais como a política de habitação e urbanização promovida dentro desse Parque entre os anos 1939 a 1980, e a desapropriação de mais de 400 famílias que moravam no interior do Parque, tendo em vista que houve restrição do acesso humano ao PNI somente após o fechamento da Estrada do Colono, em 1986. Ao final do capítulo de apresenta uma linha do

tempo, a qual permite visualizar os principais acontecimentos nacionais, regionais e locais que impactaram o Parque Nacional do Iguaçu.

O capítulo 5 aborda a judicialização dos conflitos ambientais, que corresponde a uma forma de judicialização de políticas públicas. Nele se discute as limitações de se tratar das políticas públicas nessa esfera de poder, embora ela possa permitir a efetivação de direitos em alguns casos, também traz obstáculos pela própria estrutura formal, solene e hierárquica das ações judiciais. Ressaltam-se as dificuldades da participação social, bem como a falta de legitimidade democrática das decisões judiciais sobre políticas públicas.

O capítulo 6 corresponde ao capítulo empírico, no qual se analisará os diversos argumentos produzidos ao longo de 34 anos de ação judicial. Nesse capítulo se abordará mais detidamente as matrizes discursivas e suas relações com os subconflitos adjacentes à Estrada do Colono. Nele, construir-se-á uma linha do tempo, apresentando como resultado da pesquisa as matrizes argumentativas esclarecendo-se quais as noções sobre sustentabilidade e desenvolvimento de acordo com cada parte do processo judicial. Isso possibilitou identificar os principais atores, relações de poder, interesses envolvidos, benefícios por eles pretendidos e direitos evocados.

2 A REGIÃO TRINACIONAL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

O nível de implementação das Unidades de Conservação no Brasil é muito heterogêneo. O Parque Nacional de Iguaçu (PNI) é uma das mais estruturadas, sendo utilizada como parâmetro de boa qualidade para outras Unidades de Conservação (GURGEL *et al*., 2009).

O PNI é um espaço público que, por ser considerado uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, corresponde à zona rural (art. 49, Lei 9985/2000) e não pode ser transformado em zona urbana (art. 49, parágrafo único, Lei 9985/2000). Ainda, trata-se de ecossistema livre de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (Art. 2º. VI, Lei 9985/2000).

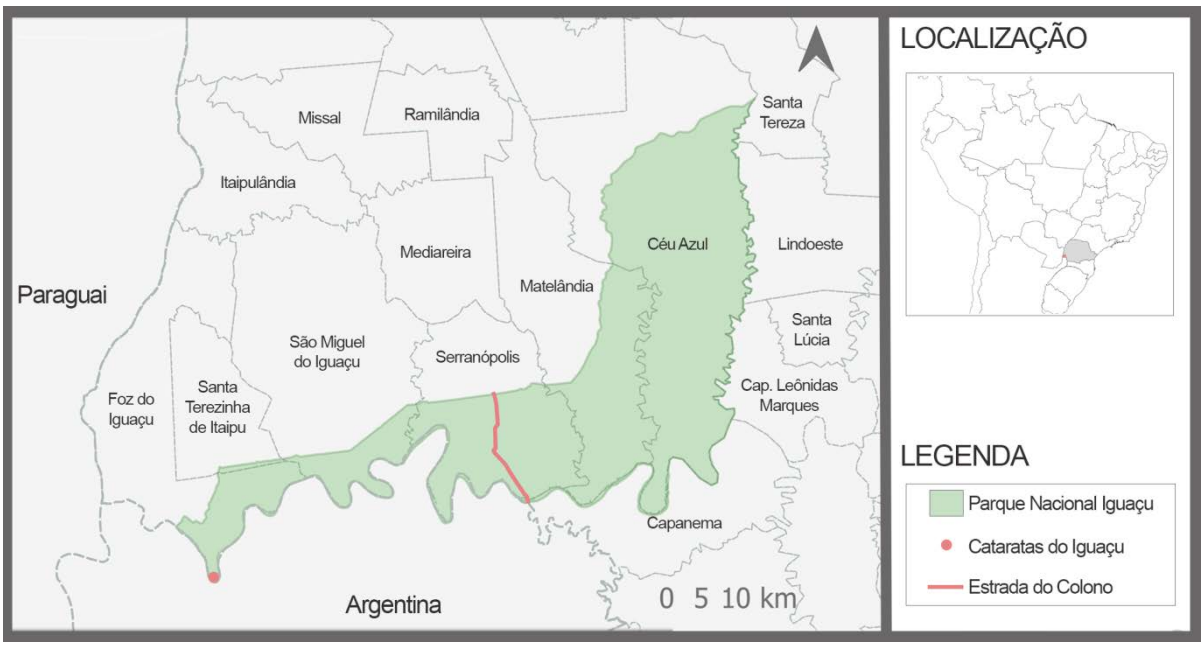
Além do mais, o Parque Nacional do Iguaçu ainda abriga algumas espécies ameaçadas de extinção, como onça-pintada, puma, jacaré-de-papo-amarelo, papagaio-de-peito-roxo, gavião-real, peroba-rosa, araticum, araucária, além de muitas outras espécies de relevante valor e de interesse científico.

No início da década de 90, quando a estrada foi fechada por decisão judicial, estimava-se que existiam 68 onças no Parque. Mas com a Estrada do Colono reaberta ilegalmente em 1997, o número chegou a apenas cinco. Recentemente foram encontradas 28 onças do lado brasileiro do parque (ICMBio, 2020).

O primeiro plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu, aprovado em 1981, já identificava a Estrada do Colono como um problema sério à proteção do território. Vislumbrava o fechamento como uma de suas metas, uma vez que a então denominada Estrada do Colono corta a zona intangível do Parque, ou seja, a de maior importância e fragilidade para a conservação da biodiversidade no maior resquício de Mata Atlântica preservada do Paraná (SENADO, 2019).

A Estrada do Colono corresponde ao trecho de 17,5 km situado dentro do Parque Nacional do Iguaçu e que, até 1986, conectava os municípios de Capanema (sudoeste do Paraná) e Serranópolis do Iguaçu (oeste do Paraná), como demonstra a figura 5.

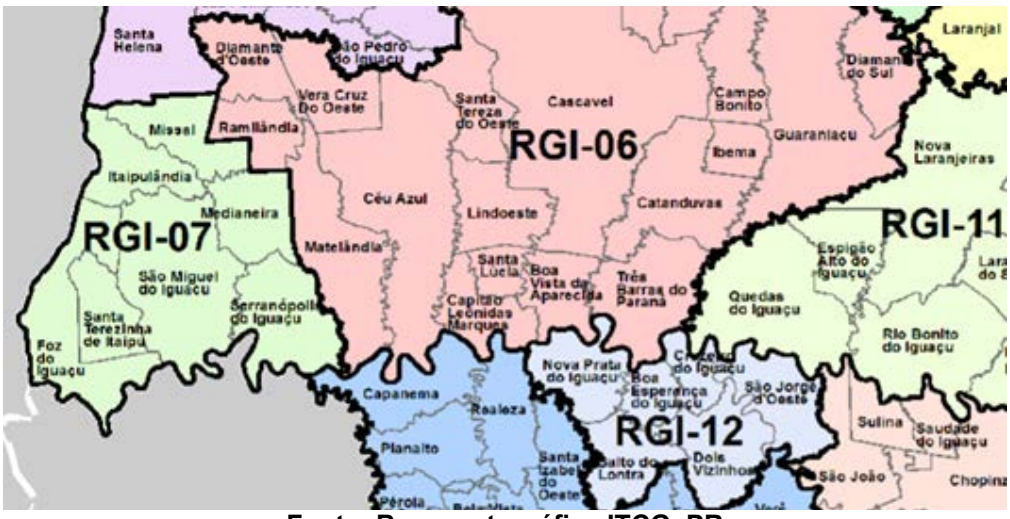
Figura 5 - Estrada do Colono



Fonte: Elaborado pela própria autora (2020)

O Parque está situado entre as regiões de Foz do Iguaçu (RGI-07) e de Cascavel (RGI-06), conforme classificação do IBGE de 2017 sobre as regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias do Brasil. A área da Estrada do Colono encontra-se, no entanto, situada integralmente na RGI de Foz do Iguaçu. Trata-se, desse modo, de assunto afeito ao desenvolvimento da região, pois, consoante a Lei estadual do Paraná nº 15.825/08, a Estrada do Colono situa-se dentro da microrregião de Foz do Iguaçu.

Figura 6 - Regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias pelo IBGE



Fonte: Base cartográfica ITCG, PR

A referida região contempla em três grandes eixos sua dinâmica sociocultural: agroindústria alimentícia; agroindústria de madeira e o turismo (PNI, 2018).

2.1 Municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu

Atualmente, a área do PNI é composta por extratos do território de seis municípios paranaenses. Ainda, de acordo com o plano de manejo do PNI (2018), a microrregião geográfica do Parque Nacional do Iguaçu contempla 14 municípios paranaenses, uma vez que estão situados em um raio de 10 km do Parque.

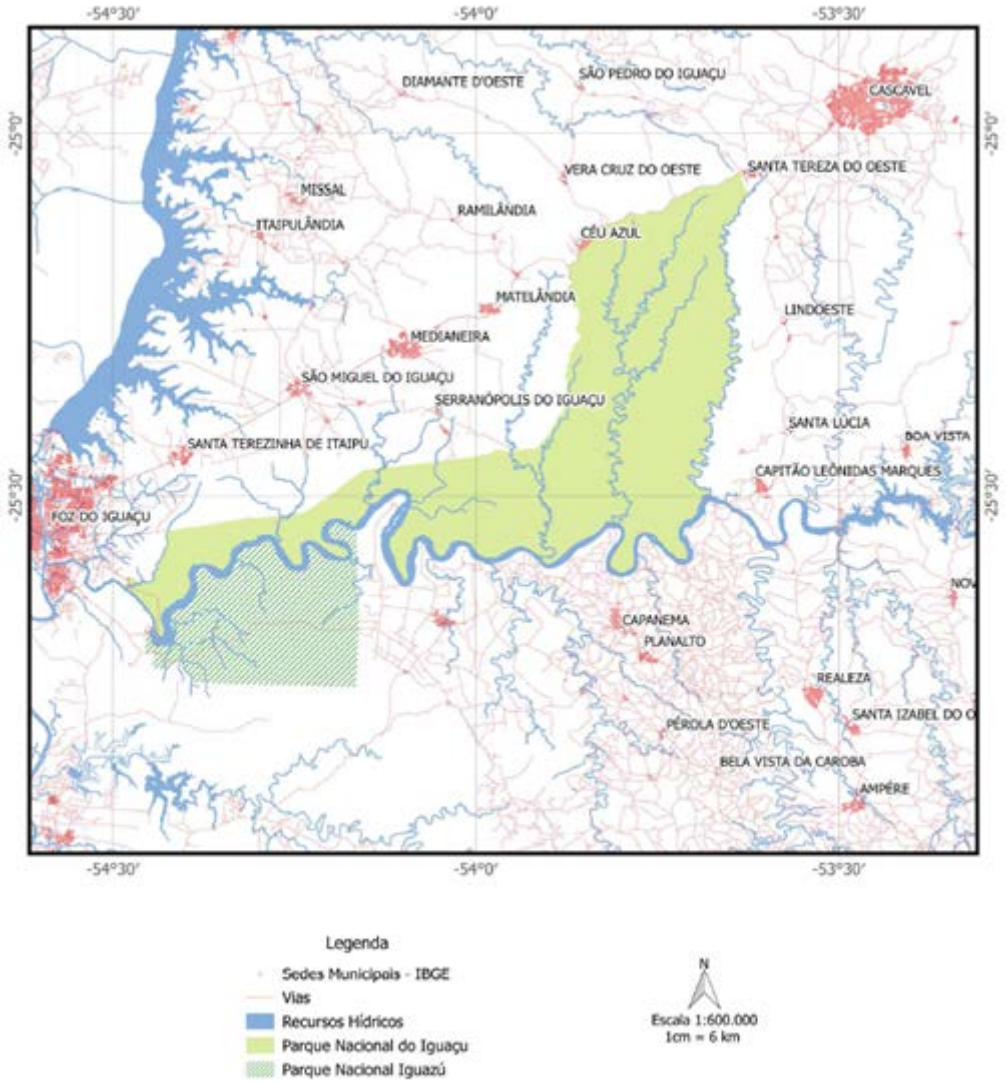
Tabela 1 - Municípios com área dentro do Parque Nacional do Iguaçu

Município	% área município no PNI	% área do PNI
Foz do Iguaçu	20,56	6,86
São Miguel do Iguaçu	12,31	5,66
Serranópolis do Iguaçu	59,62	15,53
Matelândia	52,85	18,25
Céu Azul	71,48	45,51
Capanema	0,99	0,22

Fonte: Plano de Manejo, PNI (2018).

Por isso, além dos que possuem área dentro do Parque, o Plano de Manejo do PNI considera como integrantes dessa região os seguintes municípios situados no entorno do parque: Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira, Ramilândia, Santa Tereza do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia e Capitão Leônidas Marques.

Figura 7 - Regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias pelo IBGE



Fonte: Plano de Manejo, PNI (2018).

De acordo com os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a microrregião de Foz do Iguaçu contempla Densidade Demográfica 120,04 habitantes/km².

Tabela 2 - População residente (pessoas)

Município	Ano							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
MUNICÍPIOS COM ÁREA NO PNI								
Céu Azul				23219	25441	10586	10445	11032
Foz do Iguaçu	7645	16421	28212	33966	136352	190123	258543	256088
Matelândia				24561	33440	17329	14344	16078
Medianeira				31142	49367	38665	37827	41817
São Miguel do Iguaçu				25242	34241	24721	24432	41817
Serranópolis do Iguaçu				...	...	...	4740	4568
MUNICÍPIOS DO ENTORNO								
Santa Terezinha de Itaipu				...	...	14149	18368	20841
Capanema				21717	25779	19368	18239	18526
Capitão Leônidas Marques				23256	40832	17843	14377	14970
Lindoeste				...	...	6877	6224	5361
Ramilândia				...	...	...	3868	4134
Santa Lúcia				...	...	...	4126	3925
Santa Tereza do Oeste				...	...	6118	10754	10332
Vera Cruz do Oeste				...	...	11370	9651	8973

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em IBGE – Censo demográfico.

Observe-se, na tabela 2, que até o censo de 1960, a maior parte dos municípios não existia. Isso porque, como se pode ver pela tabela 3, tais áreas integravam Foz do Iguaçu. O único que era parte de outro município era Capanema, que fazia parte de Clevelândia. A maior parte desses municípios é da região Oeste, apenas Capanema é do Sudoeste do Estado do Paraná. Com a emancipação deles é que passaram a ser considerados pelos recenseamentos seguintes. As datas de criação dos municípios da região do PNI são:

Tabela 3 - Municípios e Data de Criação

Município	Data de criação
Foz do Iguaçu	14/03/1914
Céu Azul	07/10/1966
Capanema*	14/11/1951
Matelândia	25/07/1960
Medianeira	25/07/1960
São Miguel do Iguaçu	25/01/1961
Capitão Leônidas Marques	28/04/1964
Vera Cruz do Oeste	27/12/1979
Santa Terezinha do Itaipu	03/05/1982
Lindoeste	12/06/1989
Santa Tereza do Oeste	12/06/1989
Santa Lúcia	09/05/1990
Ramilândia	30/01/1991
Serranópolis do Iguaçu	13/12/1995

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE)

De acordo com Ricardo Rippel (2005), durante os períodos de 1950-60 e 1960-70, o Oeste do Paraná experimentou um crescimento anual significativamente maior do que o do Estado e do país. Esses 20 anos foram o período de maior imigração na região, de desbravamento e colonização efetivos da área. Além disso, ele afirma que os acessos rodoviários e aeroviários para a região eram mais eficientes, o que permitiu que as informações coletadas pelo censo fossem melhores que as dos censos anteriores, indicando um expressivo crescimento populacional e desenvolvimento regional.

Ressaltam-se algumas estatísticas relativas aos seis municípios com área dentro do Parque Nacional do Iguaçu, no ano de 1991. Nesse ano, o município de Serranópolis era vinculado à Medianeira, tendo sido desmembrado no ano de 1997. Os dados foram obtidos em seguida ao primeiro fechamento da Estrada do Colono, que ocorreu no ano de 1986:

Tabela 4 - Indicadores de qualidade de vida dos municípios lindeiros ao PNI, ano 1991[6]

Territorialidades	% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada 1991	IDHM 1991	Renda per capita 1991
Capanema	68,36	0,488	253,62
Céu Azul	90,56	0,478	340,03
Foz do Iguaçu	82,88	0,532	569,72
Matelândia	79,38	0,483	308,21
São Miguel do Iguaçu	88,99	0,493	394,19
Serranópolis do Iguaçu	93,64	0,55	372,72
Paraná	74,81	0,507	439,09
Brasil	66,97	0,493	447,56

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020).

Nessa linha, segue os mesmos indicadores obtidos pelo IBGE no último censo, realizado em 2010. Ressalta-se que o ICMS ecológico foi criado no Paraná em 1991 e por isso foi incluído no cômputo da renda per capita a partir do censo de 2000. Ainda, para efeitos de comparação, o salário mínimo em 2000 era de R$ 151,00 e em 2010 era de R$ 510,00.

Destaca-se que foram escolhidos os indicadores a seguir por se tratar de índices relativos à qualidade de vida e renda e que, por isso, podem indicar a qualidade de vida na região:

Tabela 5 - Indicadores de qualidade de vida dos municípios lindeiros ao PNI, ano 1991

Territorialidades	% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada 1991	IDHM 1991	Renda per capita 2000	Renda per capita 2010
Capanema (PR)	97,79	0,706	460,51	701,11
Céu Azul (PR)	95,98	0,732	520,25	759,41
Foz do Iguaçu (PR)	98,95	0,751	648,86	842,26
Matelândia (PR)	98,39	0,725	467,2	683,91
São Miguel do Iguaçu (PR)	98,7	0,704	620,43	734,88
Serranópolis do Iguaçu (PR)	98,98	0,762	540,54	1012,88
Paraná	96,69	0,749	638,27	890,89
Brasil	87,16	0,727	592,46	793,87

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

[6] Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca.

É relevante consignar que, no período tratado pelo artigo citado (1939 a 1980), a região passou por uma intensa transição para uma nova atividade econômica. A construção da Usina de Itaipu foi iniciada na década de 1970, durante o período do regime militar no Brasil.

Esse grande empreendimento foi apresentado como estratégico para o desenvolvimento econômico da região, com a geração de energia elétrica em larga escala. No entanto, para que a usina pudesse ser construída, foi necessário deslocar e desapropriar diversas comunidades que viviam na área (GERMANI, 2003).

Apesar de ser considerada uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, a construção de Itaipu trouxe impactos ambientais e sociais significativos na região (GERMANI, 2003). Os impactos das desapropriações e da inundação ainda são sentidos atualmente pela população local, especialmente pelos povos indígenas e pelas comunidades que foram removidas da região (NAVARRA, 2019).

O processo de desapropriação, segundo críticos, não levou em conta as necessidades e os direitos das comunidades afetadas, o que gerou um clima de desconfiança e de descontentamento (MATIELLO, 2005). Por isso, a construção da usina pode ser citada como um exemplo dos impactos negativos da construção de grandes obras de infraestrutura, que muitas vezes não levam em conta as necessidades e os direitos das comunidades afetadas.

De acordo com Aparecida Darc de Souza (2022), durante a década de 1980, à medida que as obras da usina de Itaipu reduziam sua intensidade, a cidade de Foz do Iguaçu se voltou para o turismo como uma maneira de impulsionar sua economia. No entanto, as demais cidades da região permanecem com sua economia baseada na agropecuária.

De acordo com Ricardo Rippel *et al*. (2011), a partir da construção da Itaipu, que foi iniciada em 1976, a população do município de Foz do Iguaçu cresceu de forma acelerada, passando de 33.966 habitantes em 1970 para 136.352 em 1978, elevando também o PIB em mais de 6 vezes.

Destaca-se que até 1980 não havia arrecadação por ICMS ecológico e royalties decorrentes do alagamento dos municípios afetados pela construção da hidrelétrica. Esses valores são, atualmente, importantes para a administração da região, mas até a década de 1980 eram inexistentes. Desde 1991, os seis municípios com área no PNI passaram a contar com ganhos tributários decorrentes

do ICMS ecológico. Ainda, os royalties de Itaipu começaram a ser pagos em 1985 (ANDRADE NETO, 2020).

2.2 O espaço trinacional

O espaço é uma ideia que pode ser abordada de diferentes formas, dependendo da perspectiva teórica adotada pelo pesquisador. Neste trabalho, a concepção crítica de espaço é utilizada como ferramenta metodológica, pois permite analisar e compreender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que se estabelecem no espaço geográfico.

A caracterização do espaço considera que ele pode influenciar os resultados da pesquisa e suas conclusões. Além disso, o espaço pode fornecer informações importantes sobre o contexto em que o caso ocorre, incluindo aspectos geográficos, culturais, históricos e socioeconômicos que podem influenciar as interpretações e análises dos dados.

Salienta-se, desse modo, que a concepção de espaço aplicada nesta tese é importante para fins metodológicos, tendo em vista que a coleta de dados levou em conta as particularidades da microrregião em questão, ou seja, cidade do interior e fronteiriça. Isso é importante, inclusive, para eventual replicação das conclusões desta pesquisa.

De acordo com Henri Lefebvre (1974), o espaço é um produto social e que pode ser utilizado como uma espécie de lente para entender as relações sociais e políticas. A produção do espaço seria resultado da confluência de características sociais, políticas, econômicas e culturais que se estabelecem em uma determinada sociedade em um dado momento histórico.

Para Lefebvre (1974), o espaço não é uma entidade neutra, mas sim um objeto construído e transformado ao longo do tempo por diferentes atores sociais. A produção do espaço ocorre em diferentes escalas e em diferentes contextos, envolvendo desde ações cotidianas até grandes projetos urbanos e regionais. Em todas essas escalas, porém, o espaço é produzido por meio de relações de poder que implicam conflitos, interesses e disputas.

Para Lefebvre (1974), a produção do espaço é um processo que está intimamente ligado às relações de poder e à luta pela hegemonia cultural e política. Ele argumenta que as classes dominantes têm um papel fundamental na produção

do espaço, já que controlam os meios de produção e têm maior capacidade de moldar o espaço de acordo com seus interesses. Na concepção dele, que é a utilizada neste estudo, o espaço não é apenas um processo técnico ou econômico, mas sim um processo político que envolve a disputa pelo controle dos recursos e dos meios de produção do espaço. Essa disputa é permeada por relações de dominação e subordinação, que geram desigualdades espaciais, socioeconômicas e inclusive conflitos ambientais.

Na mesma linha crítica, David Harvey (1992) argumenta que o espaço é fundamental para a análise das transformações sociais e econômicas. Ou seja, é um processo complexo e dinâmico que está profundamente enraizado nas relações sociais, políticas e econômicas do capitalismo. Assim, a produção do espaço é influenciada por relações de poder e desigualdades sociais, que moldam a forma como as cidades e regiões são construídas e organizadas. De acordo com Harvey (1992, p. 207):

> a capacidade de influenciar a produção de espaço é um importante meio de aumento do poder social. Em termos materiais, isso significa que quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações e em infra-estruturas físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais.

Por isso, essa relação entre tempo e espaço é pertinente como metodologia ao trabalho, evidenciada no estudo de caso proposto. Ao longo do trabalho se coletou dados relacionados à demora no processo judicial.

Salienta-se que, mesmo congregando importantes autoridades regionais, que pertencem à elite local, a tramitação da ação levou mais de 30 anos, durante os quais houve manifestações processuais constantes (não houve longos períodos sem petições, ou que o processo “teria ficado parado”). Sendo assim, a concepção crítica de espaço auxilia a explicar e a demonstrar a intensidade do conflito ambiental apresentado.

Outrossim, que de acordo com Milton Santos (1994, p.17): “A vida não é um produto da Técnica mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade”. Assim, o presente estudo também compreende o espaço como uma totalidade complexa, tratado sob uma abordagem multidisciplinar e crítica.

De fato, Santos enfatizava a importância de considerar as dimensões subjetivas do espaço, incluindo as experiências, percepções e emoções dos

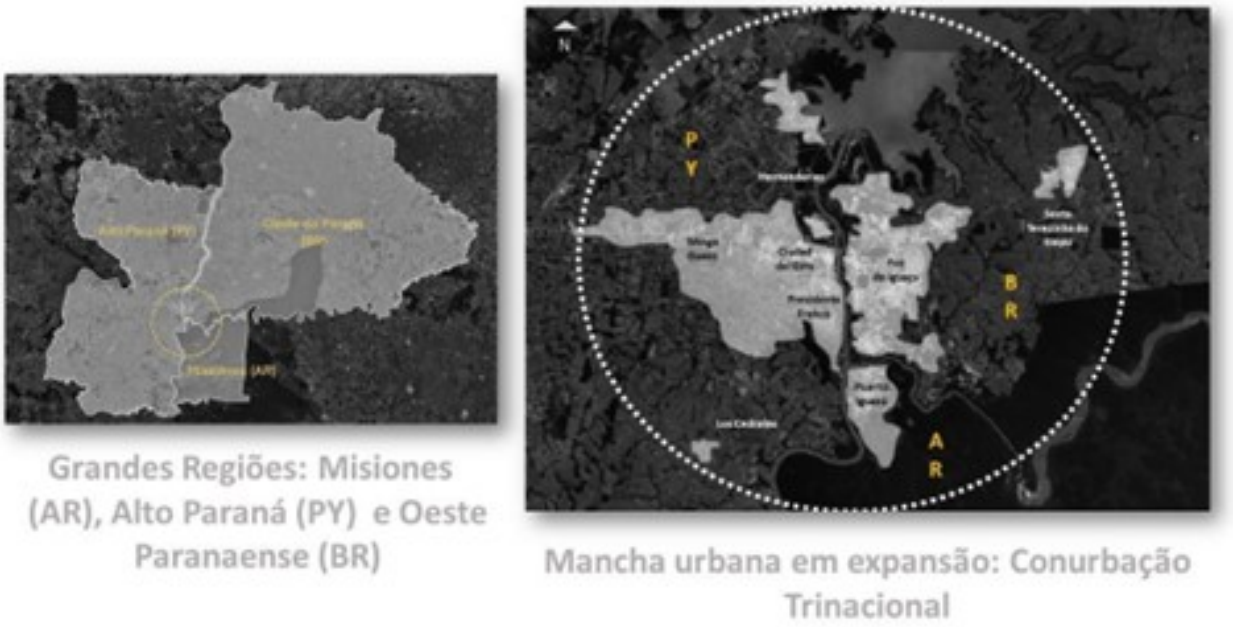
indivíduos e grupos que o habitam. Ele acreditava que a subjetividade não deveria ser excluída da análise do espaço, mas sim compreendida como parte integrante da produção e reprodução das relações espaciais (SANTOS, 2002).

Desse modo, conforme Clarisse Cassab (2009), Milton Santos compreendia o espaço como uma totalidade, sendo instância da sociedade. Nessa perspectiva crítica, a produção do espaço em que se desenvolve o conflito ambiental relativo à Estrada do Colono, considera vários fatores: sociais, culturais, econômicos e políticos. Portanto, neste estudo, o espaço não é elemento neutro e fixo.

Destaca-se, igualmente, que o Parque Nacional do Iguaçu se concentra em região de fronteira internacional, tendo inclusive no país contíguo, a Argentina, sua versão contínua: o Parque Nacional do Iguazu. Além da Argentina, a região é vizinha ao Paraguai. Desse modo, o PNI situa-se em um território denominado como Trinacional.

De acordo com Cecília Angileli *et al.* (2022c), a Região Trinacional contempla a conurbação de seis cidades dos três citados países: Foz do Iguaçu, no Oeste do Estado do Paraná (Brasil), Puerto Iguazú, na Província de Misiones (Argentina), Ciudad del Este (Paraguai), Hernandarias (Paraguai), Presidente Franco (Paraguai) e Minga Guazú (Paraguai), como se verifica na figura 8.

Figura 8 - Conurbação central da Região Trinacional



Fonte: Álvarez e Angileli (2022d), a partir da base Google Earth.

Ainda, de acordo com Angileli *et al.* (2022d), na Região Trinacional, em especial nas cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, é notável a prática de arranjos do capital que reproduzem a lógica da cidade mercadoria. Ela é marcada por projetos amplamente difundidos, por meio de massivo marketing urbano, como se fosse uma necessidade das cidades envolvidas.

Em virtude dessa lógica mercadológica, na região ocorre constantemente um fenômeno de que espaços que antes não eram valorizados pelo mercado, são reinterpretados como estoques de terras para o mercado imobiliário formal e como zonas estratégicas para a implantação de novos empreendimentos (ANGILELI *et al.*, 2021).

As autoras afirmam que esses estoques de terra são caracterizados pela vulnerabilidade social e ambiental, incluindo favelas, ocupações e outras formas de arranjos de comunidades populares, bem como áreas de importância ambiental, o que os torna possíveis reservas de valor (ANGILELI *et al.*, 2021). Elas produziram o que é ilustrado na fotografia 1, que reúne alguns dos recentes empreendimentos urbanos da região:

Fotografia 1 - Projetos anunciados e implantados nos últimos dez anos na região de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e proximidades.



Fonte: Compilação de dados de Angileli e Ortellado (2021); Angileli _ EPPC 2015 a 2020; Angileli e Oliveira (2021)

Ressalta-se que, embora essas cidades apresentem uma carteira de planos e projetos para investidores dos setores de logística, turismo, tecnologia, indústria e negócios imobiliários (ANGILELI *et al.*, 2021), elas ainda não conseguiram resolver problemas básicos de saneamento, transporte, moradia, entre outros (ANGILELI *et al.*, 2022b).

Sendo assim, o estudo de caso apresentado corrobora a análise de Cecília Angileli *et al.* (2022a), que evidencia que as cidades do interior, especialmente as localizadas em regiões fronteiriças, contemplam especificidades que as distinguem das cidades metropolitanas. Nesses casos é mais incisiva a intervenção de líderes empresariais na criação e implantação de planos territoriais, ampliando as limitações na capacidade de gestores, técnicos e a população local em compreender o seu território e participar de decisões mais sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental em relação aos desafios enfrentados (ANGILELI *et al.*, 2022a).

Conforme descrito por Angileli *et al*. (2022c), atualmente percebe-se um discurso que enfatiza o anúncio de um novo ciclo de desenvolvimento para a Região Trinacional, baseado em uma combinação de intervenções em diferentes escalas, desde o nível local até o global. Essas intervenções incluem:

> 1) pela ampla reestruturação urbana advinda de planos urbanos e de desenvolvimento, frutos de consultorias terceirizadas, como é o caso do Plano Iguassu Metrópole, patrocinado pela Usina Hidrelétrica Itaipu e ainda não publicizado amplamente, gerando novas frentes de investimento imobiliário a partir de novos espaços urbanos;
> 2) pelos grandes projetos urbanos que acabam gerando novos artefatos urbanos para a atração de eventos, de incremento no turismo e de investimentos externos; também, novos investimentos imobiliários em áreas renovadas e revalorizadas pela intervenção pública;
> 3) pela implantação de grandes infraestruturas de logística, tendo em vista o alcance de escalas locais e intercontinentais (ANGILELI *et al.*, 2022d, p.385).

Nessa linha, a presente tese evidencia a problemática tratada por Angileli *et al.* (2022a), as quais abordam essas especificidades da região, que é de interior e de fronteira. Isso faz com que ela frequentemente apresente estruturas públicas técnicas frágeis e carentes de recursos para a elaboração de planos e projetos, o que favorece a transferência das decisões de planejamento para o setor empresarial.

2.3 Conflitos socioambientais adjacentes

Outro conflito relevante na região é a adjacência com comunidades tradicionais. Vislumbra-se a proximidade da Estrada do Colono à reserva indígena Ava Guari do Ocoí e à reserva de remanescente quilombola Apepú, ambas atualmente situadas no município de São Miguel do Iguaçu. Destaca-se que essa cidade recebeu as famílias removidas pelo INCRA no processo de desapropriação para a retirada das pessoas que moravam dentro do Parque, fato explicado no capítulo 4 desta tese.

Na figura 5 é possível observar a densa floresta verde que forma o Parque Nacional do Iguaçu, que se destaca em virtude de os municípios vizinhos basearem suas economias na agricultura e pecuária, atividades que promovem o desmatamento. Observe-se ainda a localização atual da reserva indígena Ava Guari do Ocoí, da tribo Guarani Kaiowá, e da reserva de remanescente quilombola Apepú:

Figura 9 - Comunidades tradicionais no entorno do PNI



Fonte: Elaborado por Telles (2023), a pedido da autora (2023)

A mesorregião geográfica Oeste do Paraná, na qual se insere a Estrada do Colono, possui dinâmica habitacional singular. Até meados da década de 1920, era mais ocupada por paraguaios e argentinos do que por brasileiros. O Oeste começou a ser contabilizado no censo em 1920 e habitavam a região cerca de 6 mil pessoas (GENTE, 1989).

Além da "Marcha para o Oeste", capitaneada pelo Estado e organizada pelos colonizadores, que trouxeram o povo gaúcho para a região, é importante salientar a permanência de comunidades nativas da área, bem como de migração feita por ex-escravos.

A comunidade tradicional remanescente de quilombo Apepú, localizada no interior do município de São Miguel do Iguaçu, ao lado do Parque Nacional do Iguaçu, foi reconhecida pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura e certificada pela Fundação Palmares desde dezembro de 2006.

A família Correia vive na área desde o início do século passado. Florentino Correia, nascido em 1901, veio morar na área ainda criança com o pai, que trabalhava na instalação da linha telegráfica até Foz do Iguaçu. O pai de seu

Florentino ganhou 80 alqueires de terra, na localidade chamada Apepú. Além de Florentino, havia cinco irmãos, que acabaram vendendo os lotes em virtude das desapropriações feitas para demarcação do PARNA Iguaçu[7]. Sobraram apenas 20 alqueires, cuja maior parte foi tomada por posseiros (PARANÁ, 2014).

A configuração de um quilombo pressupõe reconhecer o pertencimento de uma comunidade étnico-racial, trata-se de forma de identificação e aceitação como um grupo negro organizado e instituído. Por isso, a certificação da comunidade Apepú como quilombo demonstra a existência na região de dinâmica de territorialização étnica no período de pós-abolição (PORTZ *et al*., 2017).

Os relatos colhidos e apresentados por Portz *et al*. (2017) demonstram que o único quilombo remanescente perdeu grande parcela de suas terras quando houve as remoções das pessoas que habitavam a área do Parque Nacional do Iguaçu, o que ocorreu após 1974, conforme abordado no item 4.4 desta tese.

Ao mesmo tempo, a região contempla uma pluralidade cultural, formada tanto por populações indígenas quanto quilombolas. Destaca-se que os indígenas da região, por exemplo, foram expulsos de suas aldeias originais tanto por ocasião da construção da usina Itaipu Binacional quanto pela própria chegada do "colonizador" ao Estado. No laudo produzido por Maria Lúcia Brant Carvalho (2005) evidencia-se depoimento indígena de que "as cataratas é um cemitério dos índios guarani", pois para expulsá-los da região, ocorreram assassinatos, resultando em muitos corpos sendo lançados nas Cataratas. Isso provocou uma considerável dispersão entre os sobreviventes.

Outro subconflito adjacente ao tema se relaciona ao discurso de promoção do turismo sustentável. O Parque Nacional do Iguaçu é explorado comercialmente pelo turismo na região das cataratas. De acordo com Fernanda Trevisan (2020, p.15): "a visitação é comercial porque o Parque é gerido com uma empresa e está orientado para a geração de receitas, impostos, tributos e empregos".

No relatório da auditoria realizada pela CGU, em 2016, verificou-se que apenas cinco empresas concentram todas as atividades turísticas do PARNA Iguaçu: Cataratas do Iguaçu S/A; Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda; Macuco Ecoventura e Turismo Ltda; Helisul Taxi Aéreo Ltda; Belmond Brasil Hotéis S/A. Elas atuam via Contratos de Concessão e Contratos de Arrendamento, que são

[7] O Parque Nacional do Iguaçu também é conhecido como PARNA Iguaçu.

instrumentos jurídicos complexos, submetem-se às regras de licitações e detêm contratos administrativos de no mínimo 10 anos. Os referidos contratos capitalizam muito dinheiro. Tais valores são gerados pelas empresas, que repassam, a título de outorga, parte ao ICMBio. O valor arrecadado pelo Parque Nacional é recolhido à conta única do Tesouro Nacional e é distribuído ao ICMBio por via orçamentária.

Para se ter ideia, apenas a empresa Cataratas do Iguaçu S/A, que administra a bilheteria do Parque, obteve como receita em cerca de três anos e meio, apenas com a venda de ingressos, o valor de **85.083.255,90**, já descontando o repasse feito ao ICMBIO (Tabela 6):

Tabela 6 - Arrecadação resultante da venda de ingressos no período de janeiro de 2013 a maio de 2016

Período	Quantidade e visitantes	Faturamento Bruto (R$)	Valor Empresa Cataratas (R$)	Remuneração ICMBio (R$)
Exercício de 2013	1.223.963	29.404.247,65	20.644.620,22	8.759.627,43
Exercício de 2014	1.274.630	35.107.708,00	24.793.202,88	10.314.505,12
Exercício de 2015	1.337.561	39.933.873,30	28.165.706,81	11.768.166,49
Janeiro a Maio de 2016	513.683	16.863.438,00	11.479.725,99	5.383.712,01
Total	4.349.837	121.309.266,95	85.083.255,90	36.226.011,05

Fonte: Relatórios Visitantes Pagantes – Ingresso/Resumo Geral correspondentes ao período de janeiro/2013 a maio/2016.

A mesma empresa detém exclusividade na receita oriunda das vendas de produtos no Parque. No período auditado pela CGU, a Cataratas do Iguaçu S/A obteve com alimentação, estacionamento, venda de souvenirs, entre outros produtos e serviços, o faturamento bruto de R$ 73.580.301,61, tal como demonstra a tabela 7:

Tabela 7 - Arrecadação resultante da prestação de serviços relacionados ao Contrato nº 001/1998, exceto venda de ingressos, no período de janeiro de 2013 a maio de 2016

Período	Faturamento Bruto (R$)	Valor Empresa Cataratas (R$)	Remuneração ICMBio (R$)
Exercício de 2013	18.751.356,75	17.626.275,39	1.125.081,36
Exercício de 2014	21.320.619,80	20.041.382,61	1.279.237,19
Exercício de 2015	23.539.472,98	22.127.104,60	1.412.368,38
Janeiro a Maio de 2016	9.968.852,08	9.370.720,95	598.131,13
Total	73.580.301,61	69.165.483,55	4.414.818,06

Fonte: Relatórios Visitantes Pagantes – Ingresso/Resumo Geral correspondentes ao período de janeiro/2013 a maio/2016.

Ainda, a Cataratas do Iguaçu S/A obteve com produtos e serviços comercializados nos Espaços Naipi, Porto Canoas e Tarobá o faturamento bruto de R$ 114.355.213,08, tal como demonstra a Tabela 8:

Tabela 8 - Arrecadação resultante da comercialização dos produtos e serviços relacionados ao Contrato nº 002/1998, no período de janeiro de 2013 a maio de 2016

Período	Faturamento Bruto (R$)	Valor Empresa Cataratas (R$)	Remuneração ICMBio (R$)
Exercício de 2013	28.763.432,17	27.900.529,18	862.902,99
Exercício de 2014	31.463.071,78	30.519.179,63	943.892,15
Exercício de 2015	38.112.056,74	36.968.695,03	1.143.361,71
Janeiro a Maio de 2016	16.016.652,39	15.536.152,83	480.499,56
Total	114.355.213,08	110.924.556,67	3.430.656,41

Fonte: Relatórios Visitantes Pagantes – Ingresso/Resumo Geral correspondentes ao período de janeiro/2013 a maio/2016.

Portanto, observa-se que o turismo mobiliza vultosos recursos na região, proporcionando também ao governo federal um valor substancial com a exploração econômica do Parque Nacional do Iguaçu.

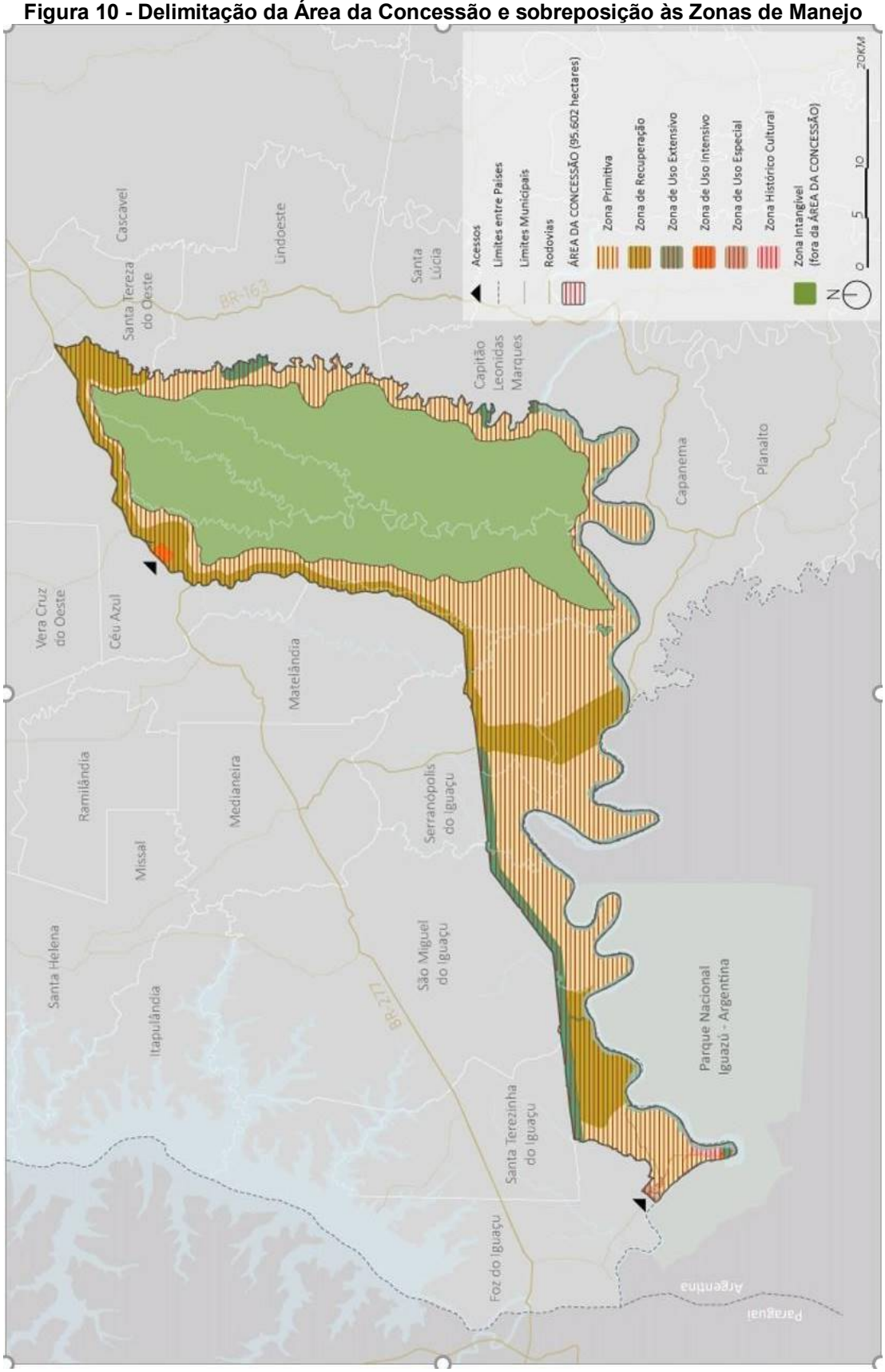
Destaca-se que o Parque Nacional do Iguaçu integrou o Programa Nacional de Desestatização (2019). O aludido programa descreveu como objetivo possibilitar ao governo “concentrar seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais” (PND, 2019).

Com isso, até 01 dezembro de 2022, as ações de gestão e proteção ambiental do parque eram exclusivas do ICMBio. Contudo, depois dessa data, a empresa URBIA Cataratas passou a realizar os “serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão do parque.” (ICMBIO, 202, p.1)

A área de concessão foi delimitada considerando-se o zoneamento do parque. A única área que não foi concedida foi a correspondente à zona intangível.

Todas as demais zonas foram desestatizadas, inclusive a zona de recuperação, que é atualmente a correspondente à Estrada do Colono, conforme demonstra o mapa abaixo (figura 10):

Figura 10 - Delimitação da Área da Concessão e sobreposição às Zonas de Manejo



Fonte: Edital de Concorrência nº 03/2021- Parque Nacional do Iguaçu, anexo A

Assim, integram o contrato de concessão, as seguintes áreas das Zonas de Manejo definidas no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (2018): “Zona Primitiva (61.214 hectares), Zona de Uso Extensivo (13.070 hectares), Zona de Uso Intensivo (298 hectares), Zona Histórico-Cultural (202 hectares), Zona de Recuperação (20.564 hectares) e Zona de Uso Especial (254 hectares)” (ICMBIO, 2021).

A comunicação do referido cenário sobre turismo sustentável na região é relevante para se entender o peso que a iniciativa privada de grande capital possui para o desenvolvimento de políticas públicas neste espaço. Torna também possível imaginar o impacto disso na configuração de poder da elite local e na gestão dos Municípios, conforme abordado no item 1.2 desta tese.

2.3.1 Questão logística e Corredor Bioceânico de Capricórnio

Além da Estrada do Colono, que ficava dentro do Parque Nacional do Iguaçu e está fechada há mais de 20, há outras vias que se relacionam ao parque. Em seu interior, a BR-469 leva às cataratas. No entanto, o acesso dos turistas é restrito, sendo feito apenas por meio de ônibus de turismo do Parque. Por isso, nela não há trânsito de veículos particulares.

Na imagem a seguir (fotografia 2), é possível visualizar onde ficava a Estrada do Colono, a qual atualmente está coberta pela mata a partir do ponto em que adentra a área do Parque Nacional do Iguaçu:

Fotografia 2 - Estrada do Colono adentrando o Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: Marcos Labanca (2020)

Ainda, há duas estradas que margeiam o Parque: a BR-277, na região de Céu Azul, e a Estrada Velha de Guarapuava, que vai desde Foz do Iguaçu até Céu Azul. A Estrada Velha de Guarapuava corresponde ao trecho conhecido como “rota beira parque”. A primeira é uma rodovia asfaltada de fluxo intenso e a segunda é uma estrada vicinal (de terra).

Na região, há também um conflito de natureza logística. Com o fechamento da Estrada do Colono, pessoas e bens oriundos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina ou dos municípios do Paraná localizados ao sul do Parque, precisam “desviar” a área do PNI para chegar à região de Foz do Iguaçu, ao vir exclusivamente pelas rodovias brasileiras, ou trafegarem pela Argentina, na província de Misiones, como demonstram as figuras a seguir:

Figura 11 - Simulação de rotas até Três Passos-RS



Fonte: Elaborado por Telles (2023), a pedido da autora (2023)

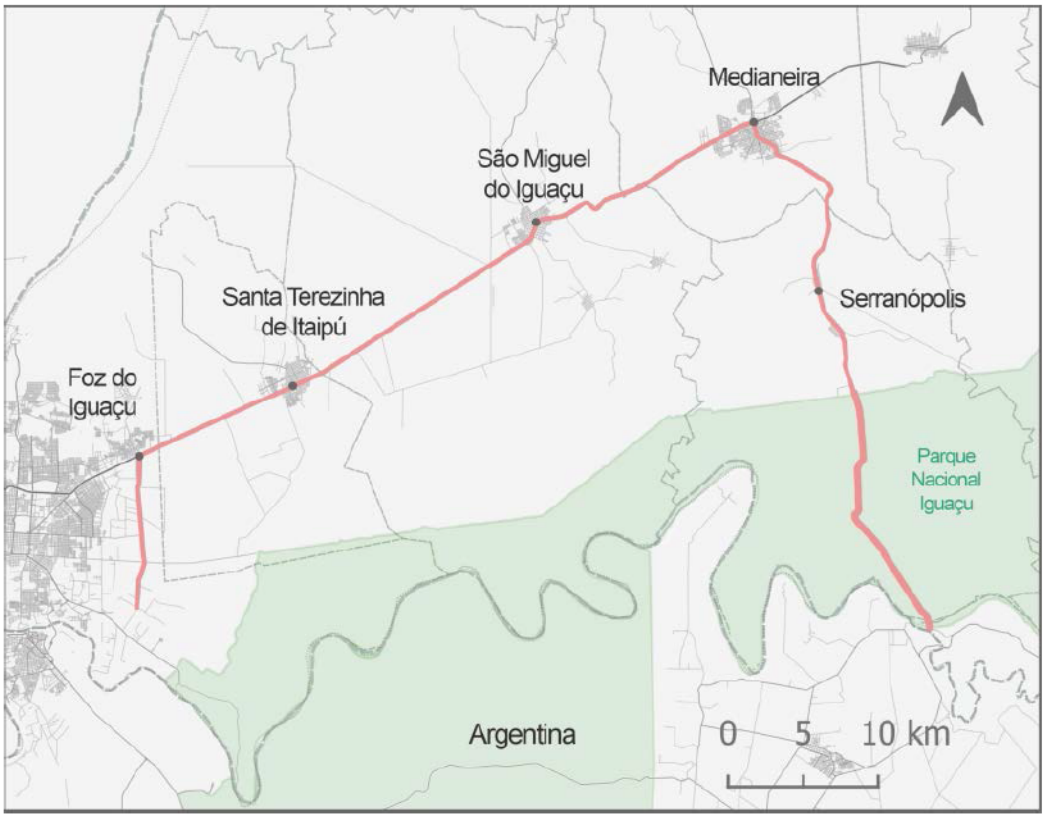
Figura 12 - Municípios nos quais perpassa a rota atual para o sul



Fonte: Elaborado por Telles (2023), a pedido da autora (2023)

Em decorrência disso, algumas lideranças políticas e econômicas locais entendem que o fechamento da Estrada do Colono prejudica o desenvolvimento regional. Segundo a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), a abertura da Estrada-Parque trará benefícios à população do Sul do Brasil e aumentará o turismo na região de Foz do Iguaçu, alegando que o “caminho do Sul” até aquele Município seria encurtado.

Figura 13 - Rota para o sul, com Estrada do Colono aberta

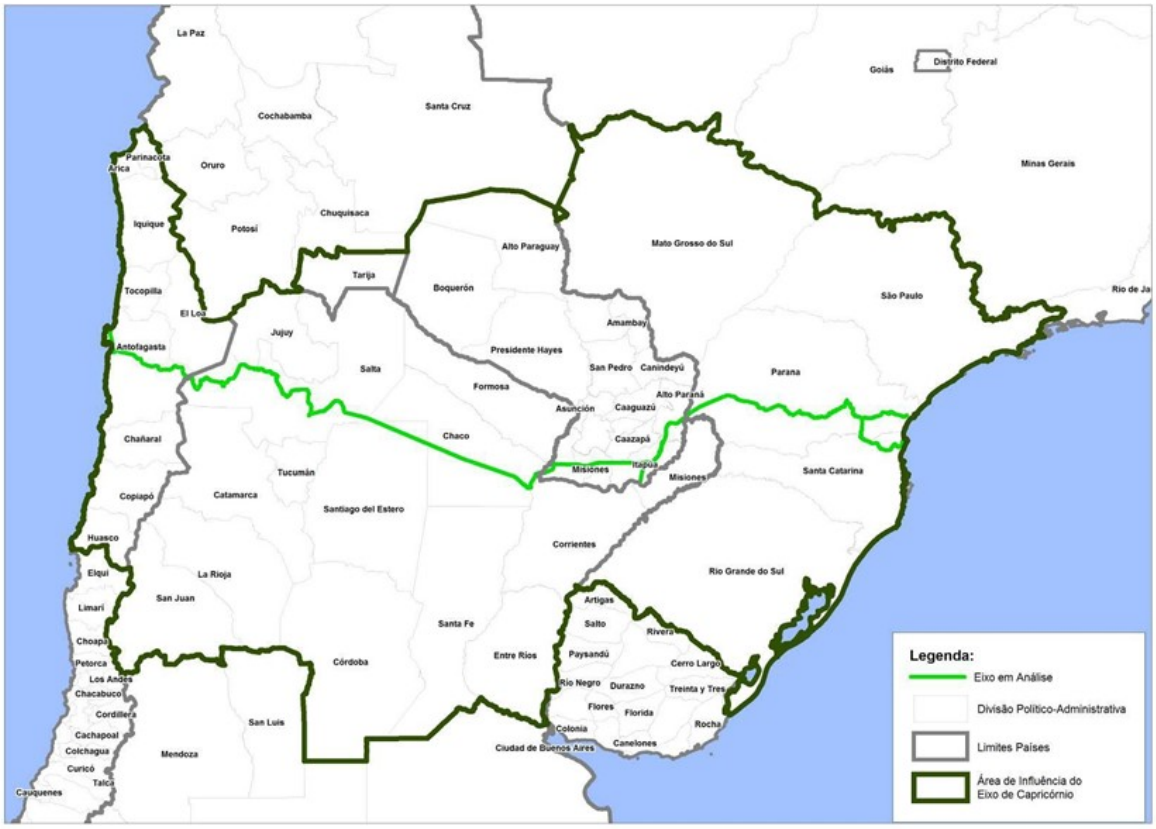


Fonte: Elaborado por Telles (2023), a pedido da autora (2023)

Ainda, nas vias implantadas no interior da UC, o trânsito de veículos ocasiona numerosos casos de mortandade de animais por atropelamento e interfere no deslocamento de animais silvestres a sítios de reprodução e de alimentação. Outros impactos significativos incluem desmatamentos e dificuldade de regeneração da vegetação nativa na área lindeira à estrada (MPF, 2019).

A região contempla ainda o projeto do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Trata-se de uma rota de integração comercial, turística e humana na América do Sul, que conecta os modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo. Seus objetivos são alcançar eficiência logística, reduzir os custos de transporte de mercadorias, promover o desenvolvimento regional e facilitar as transações internacionais e os deslocamentos de pessoas.

Figura 14 - Trajeto do Corredor Bioceânico de Capricórnio



Fonte: Bioceânico (2010)

Em maio de 2022, realizou-se, em Foz do Iguaçu, um Fórum Internacional de Logística Multimodal Sustentável (FILMS). No evento, o ministro de carreira diplomática, João Carlos Parkinson de Castro, destacou que a abertura de corredores prioriza as fronteiras terrestres, valorizando e desenvolvendo cidades e territórios. Ele ressaltou a busca por soluções para os desafios enfrentados pelas pessoas que vivem e trabalham nas regiões fronteiriças, como a integração aduaneira e o trânsito transfronteiriço.

A área de influência conhecida como "Eixo de Capricórnio" abrange os estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntamente com todo o território do Paraguai. Além disso, inclui as províncias argentinas de Salta, Jujuy, Catamarca, La Rioja, Formosa, Chaco, Misiones, Corrientes, Tucumán e Santiago Del Estero, bem como as regiões chilenas de Antofagasta e Atacama.

Dentro desse eixo, os principais portos de saída são: Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande, localizados no Brasil, juntamente com o porto

de Antofagasta, situado no Chile. Esses portos desempenham um papel importante na conexão e no fluxo de mercadorias ao longo dessa região de integração.

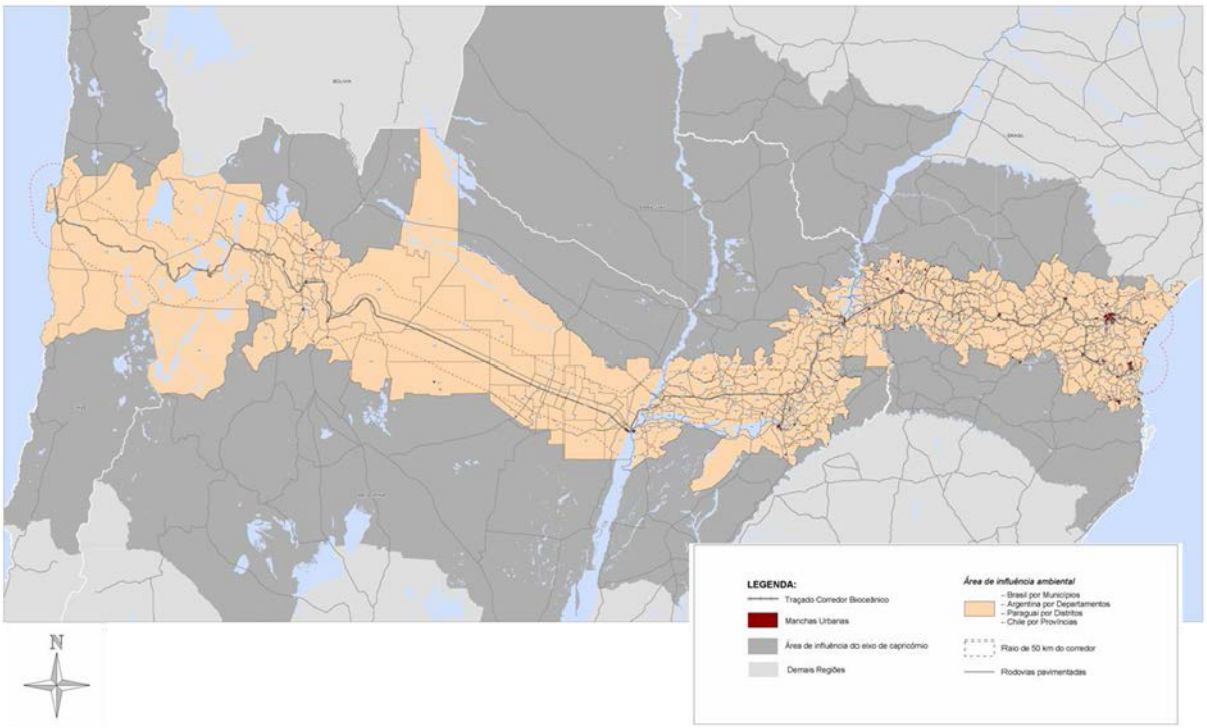
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou estudos técnicos a fim de coletar e sistematizar informações relevantes para a realização desse corredor logístico. Com esse propósito, utilizou recursos do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES / FEP, no âmbito da Chamada Pública BNDES / FEP. Nº. 02/2008.

De acordo com Pável Lavrenthiv Grass (2020), o fato de o estudo inédito ter sido financiado por um banco estatal brasileiro, o BNDES, pode ser interpretado como uma iniciativa geopolítica do Estado brasileiro. O estudo busca beneficiar a região como um todo, ainda que atenda às demandas das grandes empresas privadas envolvidas na produção e no transporte multimodal de minérios e na agroindústria (GRASS, 2020).

De acordo com a “Avaliação ambiental do eixo de capricórnio” (BIOCEANICO, 2010), que é um dos produtos do aludido estudo, a delimitação da área de avaliação ambiental, em relação à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), ou seja, a área de influência do traçado, em termos ambientais, foi estabelecida por uma faixa de 50 km em cada lado do eixo.

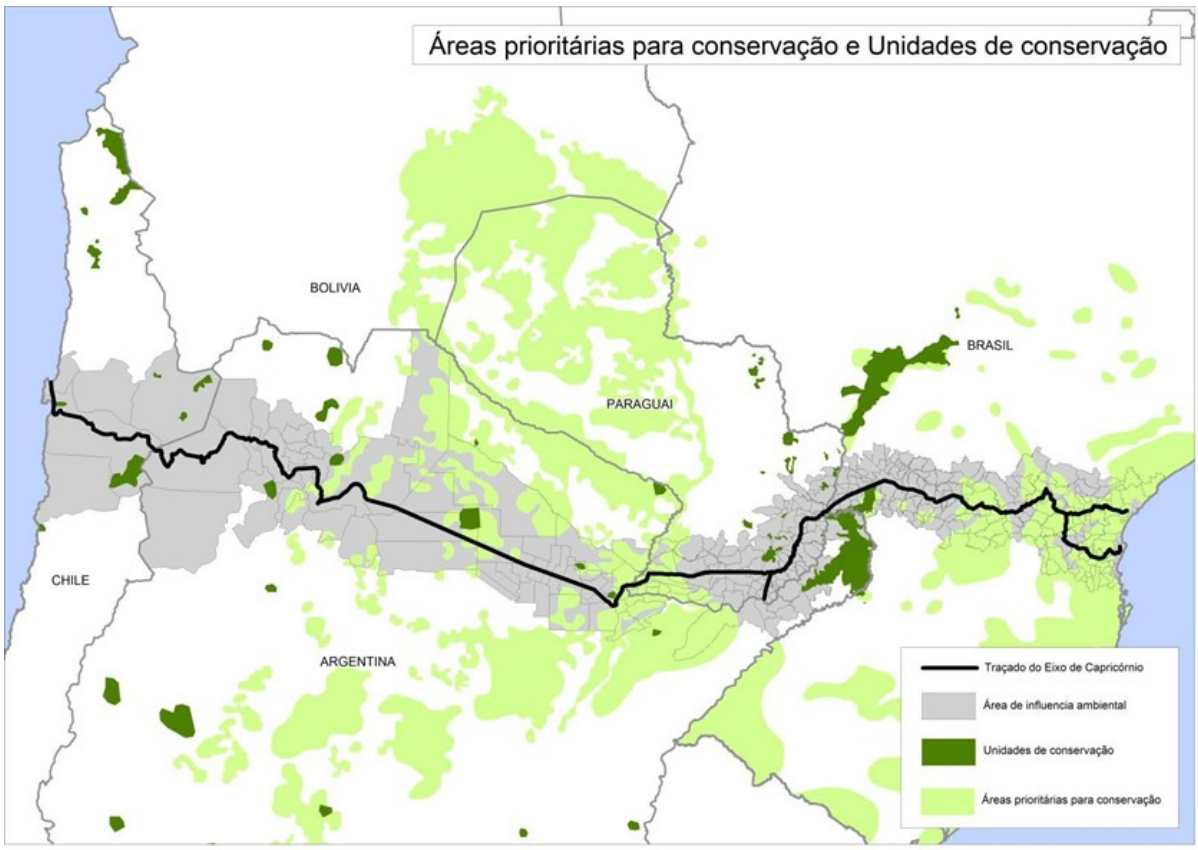
As figuras a seguir representam a localização geográfica da área de influência do traçado em relação aos aspectos ambientais considerados e as Unidades de Conservação que se localizam na área de influência.

Figura 15 - Área de Influência do traçado quanto aos aspectos ambientais - situação



Fonte Bioceânico (2010)

Figura 16 - Áreas prioritárias para conservação e Unidades de Conservação



Fonte: Bioceânico (2010)

Consoante, se depreende dos mapas e informações relativos ao empreendimento, que a região da tríplice fronteira será afetada por ele, estando o Parque Nacional do Iguaçu integralmente dentro da área Influência do traçado quanto aos aspectos ambientais

De acordo com o aludido estudo ambiental (BIOCEÂNICO,2010), a legislação em vigor determina que as obras de infraestrutura de transporte consideradas de grande porte (acima de R$ 20 milhões) devem seguir o processo de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), que precedem os estudos ambientais e os projetos de engenharia.

No contexto do EVTEA, do Corredor Bioceânico, deverá ser realizada a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Isso porque se afirmou que os elementos gerados durante o desenvolvimento dos estudos do Corredor Bioceânico - Eixo de Capricórnio não possuem o nível de detalhamento necessário e suficiente para a aplicação do instrumento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

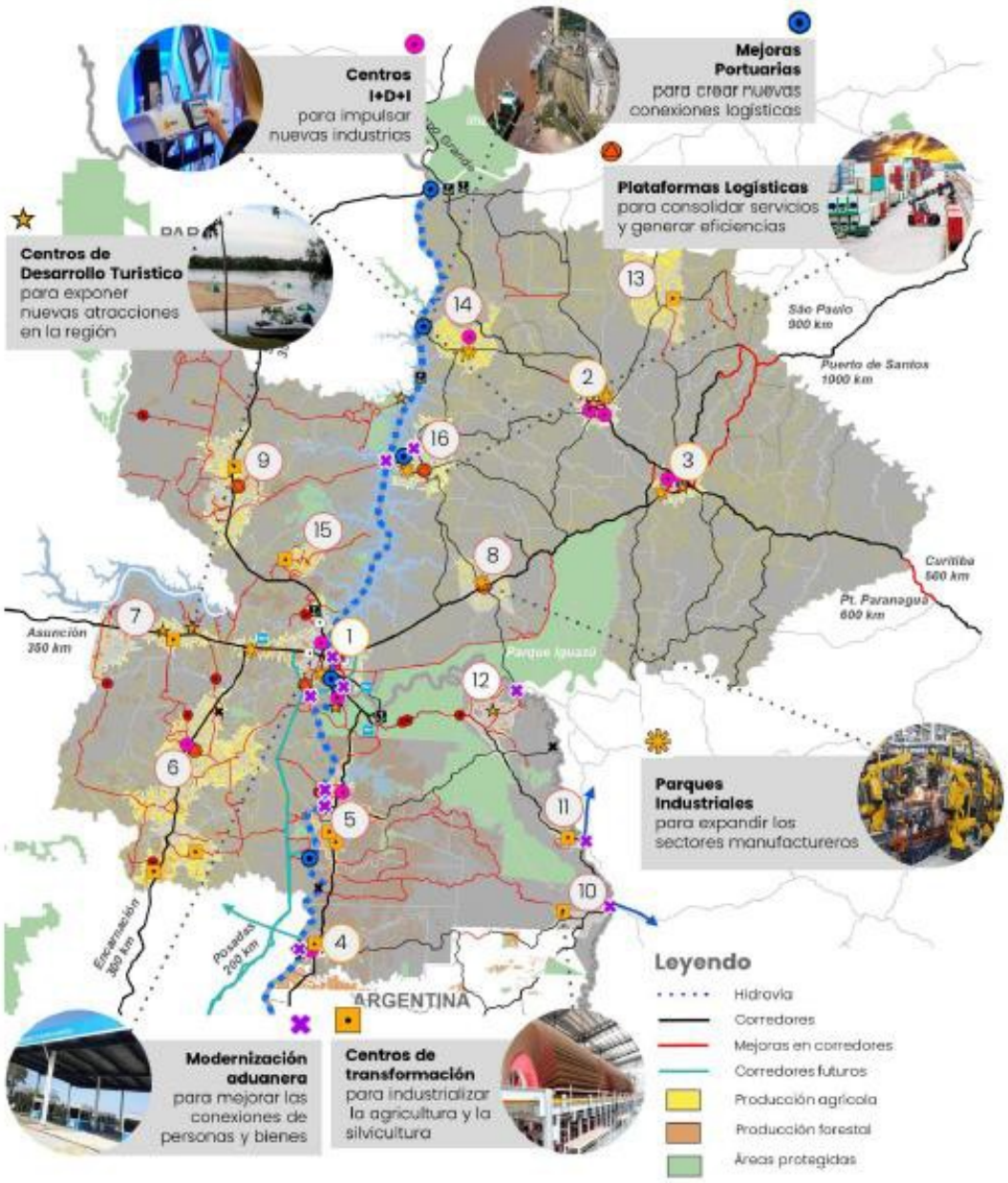
Ele defende que a AAE, como um instrumento de planejamento, teria o potencial de aprimorar a avaliação de impacto como um todo, refinando as questões ambientais relevantes e analisando os efeitos do ambiente nas necessidades e oportunidades de desenvolvimento (BIOCEÂNICO,2010).

Desse modo, pelo contido no estudo (BIOCEÂNICO,2010), evidencia-se que ainda não foram feitas avaliação de impacto ambiental, nem avaliação estratégica ambiental para a concretização do referido empreendimento.

Outra questão que merece destaque é o interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento em financiar a elaboração de um plano para a região da Tríplice Fronteira. De acordo com Thais Oliveira (2023), o BID contratou a Geoadaptive, um grupo de consultoria sediado em Boston, EUA, que construiu um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina. Este estudo concentra-se na promoção da facilitação comercial, destacando os desafios e oportunidades presentes nessa região (Oliveira, 2023).

No mapa a seguir, constante no aludido plano, evidencia-se uma via cortando o Parque Nacional do Iguaçu, justamente coincidindo com a Estrada do Colono:

Figura 17: Visão prospectiva para Tríplice Fronteira – PLANO BID



LEGENDA - Nodos por prioridade:

1. Núcleo urbano transfronteiriço;
2. Toledo - Centro econômico para inovação em serviços TIC e manufatura leve;
3. Cascavel - Centro econômico para inovação em serviços TIC e manufatura pesada;
4. Eldorado - Hub de inovação florestal sustentável e destino turístico com nova ponte de conexão com Paraguay;
5. Puerto Esperanza - Centro secundário de produção e transformação, centro de serviços de apoio e turismo fluvial;
6. Santa Rita - Novo Hub de Logística;
7. Iguaçu - Centro emergente de produção agrícola, turismo fluvial, localização próxima aos principais corredores;
8. Medianeira - Centro logístico e centro de novas instalações de fabricação leve em sua localização estratégica encruzilhando rotas importantes;
9. San Alberto - Centro logístico;
10. Bernado de Irigoyen - Centro secundário de transformação (melhor conexão com Brasil);
11. San Antonio - Novo centro industrial;
12. Andresito - Novo centro de turismo rural e ecoturismo;
13. Assis Chateaubriand - Centro secundário produtivo e transformação agrícola industrializada;
14. Marechal Candido Rondon - Novo centro de inovação e manufatura pesada (instalações portuárias melhoradas);

15. Santa Fé de Paraná - Centro secundário de nova produção e transformação agrícola industrializada;
16. Santa Helena - Centro logístico para manufatura pesada e agricultura, novo centro de turismo fluvial.

Fonte: GEOADAPTIVE (2020) *apud* Thais Oliveira, 2023.

Ainda, para 2023 está prevista a realização do 2º Fórum Internacional de Logística Multimodal Sustentável (FILMS), a ser realizado em Foz do Iguaçu. Destaca-se que a programação não contempla algum ponto específico sobre a questão ambiental[8]

Sendo assim, o conflito sociambiental em questão considera que a implementação do Corredor Logístico Bioceânico de Capricórnio pode trazer maior pressão para a região trinacional, tendo em vista que demandará maior devastação florestal para duplicação de estradas e construção de novas vias terrestres — como ferrovias. Como envolverá muitos investimentos, a questão da preservação à natureza poderá ficar em segundo plano, sob o argumento de geração de renda e trabalho para a região.

Evidencia-se que a Estrada do Colôno aparece nos mapas dos investidores e reforça a conexão dessa demanda da reabertura com a rota bioceânica. Tais questões impactam esse território, tendo em vista as possibilidades de explosão urbana e impactos sócio-ambientais.

É importante destacar que, no período de 2019 a 2022, a Itaipu Binacional alocou mais de 1,5 bilhão de reais exclusivamente para a ampliação da infraestrutura logística na região o que denota os esforços do capital para mobilizar recursos em infraestrutura logística para a região. Não obstante, observa-se que, com a mudança de governo no Brasil em 2023, sob a liderança do Presidente Lula, e a subsequente alteração na Diretoria Executiva Brasileira, houve uma mudança nas prioridades da empresa. Ela passou a direcionar recursos para questões sociais, como moradia e algumas questões indígenas, o que não significa a perda de relevância da matéria logística.A seguir, se abordará as matrizes teóricas que historicamente vem tratando da questão ambiental. Apresentar-se-á desde as teorias mais radicais ligadas a estrita preservação ambiental, passando pelo desenvolvimento sustentável, e as críticas a esse ideário realizadas pela ecologia política. Isso possibilitará a melhor compreensão de como no território, nas políticas

[8] Disponível em: https://forumfilms.org/programacao/ . Acesso em: 06de setembro de 2023.

e nos processos judiciais essas matrizes se traduzem em argumentos e justificativas.

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS DISTINTAS PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A literatura identifica a dificuldade em se definir as categorias “desenvolvimento sustentável”, “meio ambiente” e “natureza”. Erik Swyngedouw (2010) ressalta que, entre os desafios conceituais que precisam ser explorados no plano da teoria e da prática no planejamento urbano, a palavra “natureza” deve ocupar indubitavelmente um posto elevado nessa lista de candidatos.

Certamente, o termo contempla um caráter “escorregadio”, com múltiplos sentidos, que vão desde uma lista metonímica (definir “natureza” como seus elementos, tais como água, montanhas etc.), até emoções e motivações políticas e hegemonizantes, que não se reconhecem como tal (SWYNGEDOUW, 2010).

Para Slavoj Žižek (2002), reconhecer a amplitude do termo e suas multiplicidades de sentido demonstra que, para o reconhecimento do conflito ecológico extremo no qual vivemos, é necessário nos questionarmos se o termo “natureza” não deveria ser até abandonado. Nesse sentido, Žižek declara que “¡la Naturaleza no existe!”.

Desse modo, Swyngedouw (2007) alinha-se a Žižek, uma vez que ambos defendem que qualquer tentativa de conferir significado a esse termo vazio se trata de um gesto decididamente político. Ainda, que a rejeição ou recusa em reconhecer esse caráter político — a tentativa de universalizar os significados situados e tendenciosos que são metonimicamente inscritos na natureza — leva a formas perversas de despolitização, configurando “a natureza” como algo “politicamente mudo e socialmente neutro” (SWYNGEDOUW, 2011, p.44).

Žižek salienta que estamos atingindo certa situação pós-política, na qual o poder e relações ecológicas são cada vez mais despolitizadas para que batalhas sejam traduzidas em conflitos culturais. Com isso, a questão ambiental costuma ser apresentada como uma causa universal que remete a um planeta uno e a um futuro comum (ŽIŽEK, 2011)

Por isso, entende-se que as pautas ecológicas são “nebulosas” (ACSELRAD, 2004). Embora algumas vezes o meio ambiente seja visto como um percalço ao crescimento econômico e desenvolvimento, em outras a sustentabilidade é tida como uma oportunidade de negócio. O mercado passou a

incorporar parte do discurso ambientalista, tornando-o extremamente lucrativo (ALEXANDRE, 2003).

Com isso, conforme Acselrad (2004), a noção de “movimento ambientalista” tende a conformar um espaço social de circulação de discursos e práticas associadas à "proteção ambiental". Isso configura uma nebulosa associativa ao termo “ambientalismo”, formada por um conjunto diversificado de organizações com diferentes graus de estruturação formal. Ele congrega tanto as ONGs ambientalistas quanto outras instituições e entidades preocupadas com a rentabilização de capitais que, além do discurso ambiental, propagam o ideal de geração de emprego e renda.

Como salienta Md Nazmul Hasan, nas últimas três décadas, os debates sobre política ambiental têm sido repletos de perspectivas conflitantes. Entre elas destacam-se a economia neoliberal, a economia ambiental, a modernização ecológica, o desenvolvimento sustentável, a economia ecológica, a tese da sociedade de risco, a esteira de produção e o ambientalismo verde. De acordo com o autor, isso pode ser encaixado dentro de uma continuidade que vai desde uma ideologia puramente de “limites ao crescimento” até uma escola de pensamento “de crescimento ilimitado” (HASAN, 2018).

Desse modo, o presente capítulo apoia-se sobre as distintas perspectivas de proteção ambiental, conforme classificação metodológica proposta por Sérgio Jatobá *et al* (2009). De acordo com Jatobá *et al*. (2009), o significado de “sustentabilidade” ocorre em sintonia com a dinâmica social, econômica e política, que circunscreve as relações entre a sociedade e a natureza.

Inicialmente, como uma das primeiras abordagens modernas da questão, o autor aduz que a perspectiva da ecologia radical engloba as correntes que tratam da ecologia tradicional, do protecionismo, do conservacionismo, da ecologia profunda, da economia ecológica, entre outras que tenham o enfoque ecológico. Todas elas, no entanto, separam as questões de proteção e conservação da natureza das questões de desenvolvimento econômico (JATOBÁ *et al*, 2009).

De forma diversa, na perspectiva do ambientalismo moderado, concentra-se a visão de desenvolvimento sustentável. A referida corrente prega a diferença entre a perspectiva do crescimento econômico, que é associado à degradação ambiental, propondo uma nova concepção de desenvolvimento, que seria mais condizente com a percepção da finitude dos recursos naturais (JATOBÁ *et al*, 2009).

Nessa linha, para o desenvolvimento ser considerado sustentável, seria necessário equilibrar os aspectos econômico, social e ambiental. Assim, o ambientalismo moderado se contrapõe à ideia de se compreender desenvolvimento apenas por meio de análises pautadas em crescimento econômico (JATOBÁ *et al*, 2009).

Na terceira concepção de ambientalismo, Jatobá relaciona a ecologia política. Nela, a sustentabilidade decorre da necessidade de articular sociedade e natureza, ressaltando-se aspectos democráticos, bem como a perspectiva de justiça social, empoderamento e governança (JATOBÁ *et al*, 2009).

Considerando-se isso, o capítulo apresenta o contexto do surgimento do termo "desenvolvimento sustentável", bem como as principais críticas a esse conceito. Ressalta-se que as diferentes vertentes ora tratadas não são "evolutivas", ou seja, não se vislumbra a superação de uma pela outra.

Isso porque, ainda que o surgimento de cada uma delas seja influenciado, de certa forma, por seus aspectos históricos, econômicos e sociais, entende-se que elas ainda existem e afetam, em diferentes medidas, as políticas ambientais. O uso de uma ou de outra vertente é pautado principalmente por aspectos econômicos ou políticos, conforme se evidenciará.

Sendo assim, o presente capítulo contribuirá para se analisar criticamente o conflito ambiental da Estrada do Colono, a fim de compreender as diversas racionalidades presentes nos discursos dos atores sociais e se (ou em que medida) essas racionalidades movimentam interesses econômicos e políticos na região ou modificam as políticas ambientais.

3.1 Ecologia radical: as origens da proteção ambiental

O ramo científico da ecologia foi inaugurado após diversos outros descobrimentos da humanidade, tais como o processo de fixação de energia solar e a circulação de nutrientes, por exemplo. Dito em outras palavras, seu surgimento só foi possível após a superação da visão mística para a concepção científica do mundo (NUCCI, 2007).

Foi apenas no século XIX que a ecologia se tornou uma área de pesquisa. O conceito foi cunhado por Ernest Heinrich Haeckel, que foi discípulo de Darwin. Ele publicou, em 1866, o livro *Morfologia Geral dos Organismos*, sugerindo o termo

“oecologia” para o estudo das relações dos animais e plantas com o ambiente, propondo-lhe como um novo campo acadêmico (NUCCI, 2007).

No entanto, a ideia de políticas de proteção à natureza é anterior à ecologia como ramo científico. Leonardo Boff (2017) explica que o termo sustentabilidade já era usado em 1713, na Saxônia, pelo Capitão Hans Carl von Carlowitz. Ele o considerava um conceito estratégico, tendo em vista que na região havia fornos de mineração que demandavam uso do carvão vegetal, e por isso as madeiras das florestas eram utilizadas como um recurso, representando fonte de progresso.

Boff (2017) explica que Carlowitz escreveu um tratado na língua científica da época, que era o latim, acerca da sustentabilidade das florestas, o qual intitulou como “Silvicultura econômica”. Nesse livro ele propôs o uso sustentável da madeira, defendendo que ela deveria ser tratada com cuidado, pois caso contrário faltaria aos negócios e isso levaria ao fim do lucro.

O capitão também escreveu o livro intitulado *Indicações para a avaliação e a descrição das florestas*, em 1795, no qual consta que: “é uma sábia medida avaliar de forma a mais exata possível o desflorestamento e usar as florestas de tal maneira que as futuras gerações tenham as mesmas vantagens que a atual” (CARLOWITZ *apud* BOFF, 2017, p.40). Nota-se a similaridade dessa afirmação com o atual conceito de desenvolvimento sustentável, o qual será mais bem explorado no tópico 3.2 desta tese.

Então, como resume Boff (2017, p.39): “corte somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento”. Isso levou os poderes locais, ainda no século XVIII, a incentivar o replantio das árvores nas regiões desflorestadas.

3.1.1 A preservação das belezas naturais e selvagens

O rápido crescimento das cidades ocasionado pela Revolução Industrial (1760-1840) é indicado por Marcos Antônio Reis Araújo (2012) como uma das causas de valorização da natureza para além do seu sentido econômico. Isso teria levado a políticas de guarida das florestas não para garantia de lucro advinda da sua exploração, mas para a proteção de suas belezas naturais. Além disso, o autor afirma que o adensamento populacional e a criação de ambientes tidos como insalubres, poluídos e promíscuos contribuíram para gerar um sentimento geral de

repulsa. Isso propiciou maior contemplação dos espaços naturais, que antes eram tidos como um ambiente selvagem e perigoso, que se tornaram um lugar de reflexão e de isolamento espiritual.

Nessa linha, destacam-se os Estados Unidos da América (EUA), que foram fundamentais para a concepção, o desenvolvimento e difusão do atual ideário de áreas protegidas. Tal compreensão se deu de forma alinhada à história do país, sobretudo relativo ao processo de distribuição de terras, ocorrido no séc. XIX.

Para atrair imigrantes e impulsionar a ocupação de colonos na região Oeste, em 1862, Abraham Lincoln criou uma Lei conhecida como “Homestead Act”. Ela autorizava qualquer cidadão a requerer a propriedade de terras, cujo domínio era público, de até 160 acres (64 hectares) a quem a cultivasse por cinco anos (POTTER, 1997). Isso intensificou a corrida para a ocupação de terras devolutas, propiciando vasta devastação ambiental. De acordo com Diegues (1994), em 1980 a maioria das terras públicas havia sido apropriada, passando a serem áreas cultivadas.

A degradação ambiental foi muito criticada, em especial, pelo movimento literário, político e filosófico chamado Transcendentalismo, cujos expoentes foram Henrry David Thoreau e Ralph Waldo Emerson. O movimento configurou uma reação contra o racionalismo do século XVIII, e, segundo René Rocha (2018, 2018, p.68), o transcendentalismo estadunidense privilegiou a “natureza em lugar da estrutura religiosa formal, a percepção individual em lugar do dogma e instinto humano em lugar da convenção social”.

Conforme Diegues (2000), referido movimento contribuiu para o surgimento da ideia de conceito de “wilderness” (região selvagem), segundo a qual a natureza somente poderia ser protegida quando apartada do convívio humano. Contudo, demonstrações científicas passaram a expor a necessária revisão da relação homem/natureza, sobretudo os estudos de Charles Darwin e George Marsh. A obra de Darwin, por exemplo, pôs em xeque o pensamento preponderante de que o homem era uma criação especial de Deus, situando-se acima do mundo natural (DIEGUES, 1994).

Desse modo, no século XIX, fortaleceu-se a concepção de proteção da natureza por meio da delimitação de espaços controlados pelo poder público, os quais seriam separados do convívio humano. Essa percepção é representada pela criação do Yellowstone National Park, em 1872, que é considerado um marco para

as Unidades de Conservação modernas, pois foi o primeiro parque nacional do mundo (USA, 2022). Ressalta-se que em 1832 já havia sido criada a reserva de Hot Springs, a qual foi alçada a parque nacional apenas em 1921 (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2009).

No intuito de se propiciar o uso público do parque, o “Act Establishing Yellowstone National Park” disciplinou que a área era destinada a ser um parque público ou local de lazer para o benefício e prazer do povo; e todas as pessoas que localizarem, estabelecerem-se ou ocuparem o mesmo, ou qualquer parte dele, serão considerados invasores e removidos (1872, USA).

Essa Lei ainda estabeleceu que a competência por regulamentar o cuidado e o gerenciamento do parque era do Departamento do Interior. Essas normas deveriam propiciar a preservação, evitando danos ou exploração de toda madeira, depósitos minerais, curiosidades naturais ou maravilhas dentro do referido parque, devendo garantir sua permanência em seu estado natural (USA, 1872).

Entretanto, conforme a revista “National Geographic”, no início o parque foi gerido para o deleite dos visitantes e por isso “foram incluídas espécies de peixes não-nativas e foram abatidos lobos para aumentar a população de alces e de outros animais de pastagem, tão do agrado do público na altura”[9] (HEACOX, 2018).

Ressalta-se que, diferentemente de hoje, não havia na época a preocupação com a biodiversidade, ou seja, com a destruição de habitats e com a extinção acelerada de espécies (FRANCO, 2013). O tema da biodiversidade é recente, pois até o ano de 1985 o que preponderava entre os ativistas era a chamada lógica “preservação da ‘wilderness’”, isto é, uma defesa da autonomia da natureza selvagem e seu aspecto tido como sublime (FRANCO, 2013).

3.1.2 Preservacionismo versus Conservacionismo

Dentro da ecologia radical, concentra-se importante debate filosófico relacionado à preservação ambiental, que gerou duas correntes: a preservacionista e a conservacionista (JATOBÁ, 2009). Embora ambas defendam a necessidade de criação de reservas naturais, elas se distinguem no ponto relacionado à presença humana nesses espaços. Um exemplo que evidencia essa distinção é o debate

[9] Disponível em: https://www.nationalgeographic.com/science/article/151204-yellowstone-facts-national-parks-history

público relacionado ao uso humano dos recursos do Yosemite National Park, o qual, assim como o Yellowstone, também fica na região oeste dos Estados Unidos.

De acordo com Christine Oravec (1984), quando em 1890 o naturalista John Muir desenhou o mapa do Yosemite National Park, incluiu em seus limites uma área chamada Hetch Hetchy Valley. As características tão elogiadas por preservacionistas como Muir – as altas muralhas, a estreita saída, o contínuo silêncio do rio alimentado pela neve – também tornavam Hetch Hetchy o local ideal para a construção de uma represa municipal, de acordo com autoridades da cidade de São Francisco. Isso fez com que, em 1901, a cidade reivindicasse o vale, o que gerou uma luta entre seus valores estéticos e práticos.

Esse debate se baseou em diferentes suposições sobre a natureza do "público" e sua relação com o ambiente natural. Para ORAVEC (1984), o "interesse público" foi o cerne da controvérsia, conforme as duas visões diferentes sobre ele: a dos conservacionistas e a dos preservacionistas.

A autora afirma que os conservacionistas argumentaram que as necessidades materiais de número identificável de indivíduos representavam "o interesse público", daí seu apoio à barragem. Os preservacionistas, por outro lado, argumentaram que para salvar a beleza do vale deveria prevalecer um interesse "nacional", definido de forma mais geral.

De acordo com Oravec (1984), desde o início os preservacionistas defendiam uma posição difícil, pois para eles não havia oposição entre estética e utilidade pública. Durante a concessão do parque Yosemite, o Sierra Club – uma das primeiras organizações de proteção ambiental, fundada por John Muir – afirmou que "esta grande terra maravilha natural deveria ser preservada em puro deserto para sempre, em benefício de toda a nação" [10] (SIERRA CLUB *apud* ORAVEC, 1984, p. 445).

Por sua vez, acreditavam ser inconcebível que os "interesses vitais da nação em geral" fossem sacrificados e que "uma parte tão importante de seu Parque Nacional deveria ser destruída para economizar alguns dólares para os interesses locais"[11] (SIERRA CLUB *apud* ORAVEC, 1984, p. 445). Sendo assim, Oravec

[10] No original: "This great nat ural wonderland should be preserved in pure wilderness for all time for the benefit of the entire nation". Tradução da autora.

[11] No original: "its authors did 'not believe that the vital interests of the nation at large should be sacrificed and so important a part of its National Park destroyed to save a few dollars for local interests'". Tradução da autora

(1984), em alusão ao historiador e teórico político John W. Burgess, explica que para os protecionistas a “Nação” era um “corpo místico dotado de um espírito”, que nunca deveria ser reduzido apenas a seu equivalente numérico, uma “população em particular” (ORAVEC, 1984, p.445).

Os conservacionistas também abordavam o interesse público, porém sob perspectiva diversa. Para eles, o público era um coletivo político, que dependia da cooperação de unidades individuais, sendo que qualquer uma delas, em condições especiais, podia representar os interesses do todo. Nesse caso, o povo de São Francisco, que precisava de água doce, podia, em virtude de suas necessidades aparentes e identificação clara, falar por todo o público (ORAVEC, 1984).

Nessa linha, Oravec explica que durante o embate, o engenheiro da cidade de São Francisco, Marsden Manson, redefiniu o interesse público. Em suas razões, ele separou o interesse das “poucas” pessoas que visitavam o parque para se deleitar com uma beleza paisagística intocada, dos interesses do público em obter abastecimento de água saudável. Com isso, Manson ressaltou o valor pragmático em detrimento do valor estético (ORAVEC, 1984).

Conforme argumenta Olavec, isso também funcionou como justificativa legal perante o Congresso estadunidense para se pleitear uma represa em um Parque Nacional. Sua definição de “interesse público” significava o uso doméstico da água pela população local (ORAVEC, 1984).

Para apoiar a sua solicitação perante o Congresso Nacional, a cidade de São Francisco realizou uma eleição de títulos municipais, que resultou em uma proporção de seis para um de eleitores favoráveis ao projeto. Os preservacionistas, por sua vez, lançaram uma campanha publicitária nacional, de proporções nunca realizada. Esta campanha, juntamente com a publicidade das audiências, resultou em uma onda de interesse na questão Hetch Hetchy (ORAVEC, 1984).

A autora ressalta que a natureza das respectivas campanhas refletia certos elementos das teorias dos antagonistas: os preservacionistas planejavam obter apoio maciço em todo o país, enquanto os conservacionistas usavam o lobby pessoal, mais a presunção de que as ideias progressistas pesavam mais no Congresso (ORAVEC, 1984).

Dois dias após a abertura das audiências, em 1909, o Sierra Club lançou a primeira edição de um panfleto amplamente distribuído, “L*et al*l the People Speak”, buscando prevenir a destruição do parque Yosemite. Diferentemente, os

conservacionistas atuaram fora das audiências, focando seus esforços no lobby pessoal de políticos de Washington que representavam a área. Embora estivessem totalmente representados nas audiências, eles não contrariaram a campanha dos preservacionistas em todo o país. Passaram a, nos debates públicos, ressaltar aspectos quantitativos: quantas pessoas seriam afetadas pela decisão de criar a represa? Eles comparavam, por exemplo, o número de turistas com Hetch Hetchy e a população da cidade que usaria a água (ORAVEC, 1984).

Essa estratégia fica evidente no discurso do prefeito de São Francisco, compilado por Oravec, o qual afirmou que: “o maior uso da água é o uso doméstico, e as oitocentas mil pessoas que vivem em São Francisco e na margem oposta da baía têm certamente (...) direito à consideração do país” (PHELAN *apud* ORAVEC, 1984, p.449).

Ainda, o prefeito disse que “ao desistirem da sua oposição, os amantes sinceros da natureza farão retumbar as orações de um milhão de pessoas para louvar os dons que o Deus da Natureza lhes concedeu” (PHELAN *apud* ORAVEC, 1984, p.449). Uma taxa de mortalidade reduzida é uma consideração mais vital do que a discussão das belezas relativas de um prado ou de um lago (ORAVEC, 1984).

Ao longo desse embate, os preservacionistas também trouxeram aspecto quantitativo, inovando ao abordar o futuro lucro que o turismo local teria com a preservação daquela área. No entanto, como nos anos 1909 a 1912, o progressismo estava cada vez mais em ascensão, e a tradicional imagem de uma nação indefinida, liderada por uma aristocracia, havia sido superada. Por isso, os preservacionistas perderam a disputa sobre Hetch Hetchy em 1913, e a represa acabou sendo construída (ORAVEC, 1984).

Sendo assim, pelo exposto, identifica-se que desde a origem do ativismo ambiental havia dissenso entre os ambientalistas sobre como se preservar a natureza. Ainda, inexistia a ideia de se manter as florestas para conservar a biodiversidade local. Desse modo, evidencia-se que a criação dos Parques Nacionais surgiu para se ressaltar a beleza da vida selvagem, em um contraponto à poluição e os aspectos negativos da urbanização.

3.2 Ambientalismo moderado: os debates por limites ao crescimento econômico

Conforme a metodologia apresentada por Jatoba (2009), a ecologia adquire características mais moderadas quando se apresenta na forma conciliatória do ambientalismo moderado, desdobrando-se na proposta de desenvolvimento sustentável descrita no próximo tópico.

3.2.1 Surgimento do conceito de Desenvolvimento sustentável

A segunda metade do século XX foi marcada por debates até então pouco tratados no âmbito da economia: os riscos ambientais atrelados ao crescimento econômico. A partir dos anos 60, com o aumento global da produção agrícola e industrial, trazida pelo uso intensivo de tecnologia agropecuária, houve uma aceleração na degradação do meio ambiente, bem como o aumento de poluição na biosfera. À época, foram publicados estudos que impactaram a opinião pública, tais como os livros *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk, *Exploring New Ethics for Survival* (1972), de Garrett Hardin, bem como o *The Limits to Growth* (1972), os quais obtiveram forte impacto internacional ao denunciar graves problemas ambientais (LAGO, 2006).

Ademais, com a crise do petróleo na década de 1970, passou-se a constatar a fragilidade da economia global, pautada na ameaça do possível esgotamento progressivo de recursos naturais do planeta. Nesse viés, a escassez dos recursos naturais significava uma ameaça às bases da produção material.

Na medida em que se evidenciavam os efeitos adversos da falta de controle sobre o meio ambiente, grupos passaram a questionar esse modelo de desenvolvimento e demandar uma resposta dos Estados. Mobilizaram-se discussões internacionais, as quais trouxeram questões mais amplas, problematizando-se os padrões de produção e consumo. Nesses encontros, passou-se a tentar unir esforços a fim de se construir um modelo de desenvolvimento que orientasse o mercado e as políticas públicas.

Nessa linha, conforme destaca Clément Levallois (2010), o Clube de Roma foi fundado em 1968 por Aurelio Peccei, um industrial italiano com ambições de planejamento de desenvolvimento econômico em escala global, e carisma suficiente

para reunir um “clube” internacional de tomadores de decisão em torno deste objetivo.

Em 1970, ao buscar um meio científico quantitativo para expressar o senso de urgência que ele sentia sobre a situação humana e ambiental do mundo, Peccei evidenciou que os modelos estruturais computacionais, desenvolvidos por Jay Forrester, eram-lhe uma solução ideal (LEVALLOIS, 2010).

Forrester era um engenheiro do MIT e tinha projetado um sistema para a gestão empresarial e modelagem da política urbana, adaptando-o ao relatório Limites do Crescimento, que foi impulsionado internacionalmente por Dennis Meadows e outros (LEVALLOIS, 2010).

O relatório ganhou uma popularidade ainda maior quando a primeira crise do petróleo enfatizou a dependência das sociedades ocidentais em relação a esse combustível. Contudo, ainda assim o documento foi duramente criticado, especialmente por economistas, que afirmavam, resumidamente, que a escassez de recursos levaria a técnicas mais eficientes de produção (LEVALLOIS, 2010).

Na mesma época, a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, em Estocolmo, inaugurou a tentativa institucional de se compatibilizar desenvolvimento econômico e a redução da degradação (FENECH, 2003).

O principal embate da Conferência foi a divergência entre os países “desenvolvidos” e os “em desenvolvimento”. Isso porque os primeiros pautavam uma imediata redução da industrialização e, portanto, do crescimento econômico, como forma de se frear os problemas ambientais, ao passo que o segundo grupo não aceitou se submeter a limites tidos como óbice a sua capacidade de enriquecimento e da melhoria da qualidade de vida da sua população (FENECH, 2003). Destaca-se que, nos anos 1970, ambos os modelos citados, enfrentaram o problema ambiental na América Latina. O primeiro preconizava limites ao crescimento, conforme consta no relatório do Clube de Roma chamado “Os Limites ao Crescimento”. Já o segundo reinterpretava esses limites como um discurso de poder e conectava os problemas ecológicos com a distribuição desigual de poder e riqueza no mundo (VANHULST *et al.*, 2019).

Nesse sentido, o chamado Modelo Mundial Latino-Americano ou Modelo Bariloche, como ficou mais conhecido, foi publicado formalmente em 1976. A obra resultou do trabalho realizado entre 1972 e 1975 pelos cientistas guiados por

Amílcar Herrera, sob a liderança institucional da Fundação Bariloche e com a assistência financeira do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (HERRERA *et al.*, 1976).

Em tal modelo, conforme Vanhulst (2019), entende-se que os obstáculos físicos, sociais e políticos que impedem o desenvolvimento harmonioso da humanidade, mantêm relação direta com a distribuição do poder, em nível internacional, regional e nacional.

Essa abordagem segue alinhada ao debate a respeito das assimetrias de poder no mundo, que sofrem muitas críticas dos seguidores da teoria da dependência. A posição inspirou a criação da unidade de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe (VANHULST *et al.*, 2019).

Nesse primeiro período, na esteira da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, Ignacy Sachs e a proposta de ecodesenvolvimento tiveram um grande impacto na América Latina, onde essa teoria foi percebida como uma possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e política ambiental, considerando simultaneamente a situação dos países fora do centro econômico mundial (VANHULST *et al.*, 2019).

O aspecto anti-hegemônico dessa proposta baseia simultânea e legitimamente teorias críticas em prol de um modelo cultural autônomo, englobando o meio ambiente nas lutas pela democracia e justiça social (VANHULST *et al.*, 2019).

Para Sachs (1982), o ecodesenvolvimento não insere o desenvolvimento e o ambiente em pólos contrários; ele não preconiza a paralisação do crescimento, mas orienta para um desenvolvimento que não ignora as assimetrias das relações internacionais de poder, e que centraliza a crise ambiental como elemento potencial para redirecionar o desenvolvimento nestas várias dimensões socioambientais.

Não obstante seu destacado impacto, Vanhulst *et al.* (2019) afirma que o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento na América Latina foi lentamente dissolvido pelas estratégias relutantes em mudar a ordem econômica predominante. A partir de 1982, a região entrou em um período de crise econômica ligada à crise da dívida, inflação e recessão na maioria dos países, chamado de “a década perdida”.

Nesse contexto, tornou-se imperioso recuperar economicamente cada nação. Assim, o meio ambiente foi relegado para segundo plano, criando um cenário para a consolidação de programas neoliberais e de desaparecimento do discurso do ecodesenvolvimento das discussões políticas (VANHULST *et al.*, 2019).

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi presidida por Gro Harlem Brundtland. Apenas em 1987, após a publicação do relatório “Our common future” (Nosso futuro comum) ou, como é bastante conhecido, Relatório Brundtland, é que o termo “desenvolvimento sustentável” passou ao discurso político.

Por meio desse relatório, a Comissão Brundtland recomendou os países a reorientarem a política e os programas de desenvolvimento econômico internacional e nacional para o “desenvolvimento sustentável”, que foi definido como um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (FENECH, 2003).

A crença essencial subjacente ao desenvolvimento sustentável era que a tecnologia e a organização social podem ser administradas, e provaram permitir um crescimento econômico contínuo que estava dentro dos meios ecológicos do planeta (FENECH, 2003).

Em decorrência das conclusões do relatório, a ONU organizou, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que aconteceu no Rio de Janeiro. Nela, participaram representantes de mais de 170 estados, com observadores de centenas de organizações não governamentais, e dela resultou uma Declaração de Princípios e um plano detalhado, a Agenda 21, que refletiu a compreensão contemporânea da interação humana com o meio ambiente e a necessidade de proteger a sustentabilidade dos sistemas naturais.

Apesar dos acordos obtidos em 1992, quando há oportunidades para as nações traçarem metas com multas em caso de descumprimento, o dissenso surge especialmente dos países desenvolvidos. Cita-se, por exemplo, as contínuas dificuldades práticas em alcançar um consenso internacional sobre a política climática, como ocorreu nos debates para a ratificação do Protocolo de Kyoto, em dezembro de 1997, sob os auspícios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Entre a Conferência das Partes da UNFCCC, realizada em Haia, em dezembro de 2000, e a reunião de Joanesburgo, em agosto de 2002, países desenvolvidos repensaram seu compromisso com a ratificação do Protocolo de Kyoto (FENECH, 2003). Desde então, os Estados Unidos, Rússia, Japão e o Canadá abandonaram o acordo, que acabou sendo substituído pelo Acordo de Paris, de 2015.

No entanto, concorda-se com Vanhulst (2019), quando afirma que a alternativa sustentável ao desenvolvimento provocou o desaparecimento do espectro dos limites ao crescimento. Como destacado por Jatobá (2009), o ideário de desenvolvimento sustentável representa um consenso que permite o crescimento econômico, e serve, atualmente, como princípio para a construção das normas e políticas brasileiras, além de ser um vetor para as decisões judiciais. No entanto, é um termo controverso e com múltiplas interpretações, conforme se demonstrará nas próximas seções.

3.2.2 Modernização ecológica e Teoria da sociedade do risco: discursos sobre escassez de recursos naturais

De acordo com Md Nazmul Hasan (2018), quando se trata de desenvolvimento sustentável, atualmente a tese da sociedade de risco e a da modernização ecológica são as que mais frequentemente se destacam no âmbito das políticas públicas ambientais. Na primeira, proposta pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, critica-se uma dependência das instituições reguladoras e formuladores de políticas aos preceitos técnicos de cientistas e especialistas, na determinação de riscos ambientais.

Hasan (2018) explica que a teoria de Beck enfatiza a compreensão de que, no processo de alcançar mais modernidade e progresso, as sociedades pós-industriais (ocidentais) se transformam em sociedades de risco. Nelas, as pessoas são expostas a toda uma gama de novos riscos que estão além da cobertura de qualquer tipo de seguro. Beck (2003) chamou essa condição de uma “modernização reflexiva”.

Ainda segundo Hasan (2018), a modernização ocidental compreende a transição de uma sociedade industrial (modernidade simples) para uma sociedade de risco (modernidade reflexiva), gerando consequências autodestrutivas que não podem ser superadas pelos sistemas da sociedade industrial. A modernidade

reflexiva também é conhecida como pós-modernidade. Ela representa uma transição, com a destruição criativa de tudo o que é característico da sociedade industrial. A fragilidade da sociedade industrial surge com a constatação de que a industrialização pode não corresponder aos anseios da sociedade, que passa a se encontrar “em risco” (MARQUES, 2012).

Beck também projetou a ciência e a tecnologia como os fundamentos mais importantes e, ao mesmo tempo, mais problemáticos em sua tese de sociedade de risco. Na simples fase de modernização (ou sociedade industrial), a ciência e a tecnologia formaram a chave que abriu a porta para a prosperidade material, e derivaram sua legitimação social aliviando as necessidades materiais (MARSHALL, 1999).

Essa legitimação está sob pressão no final do período de modernização simples (no início da “modernização reflexiva”), primeiro porque a maioria das necessidades materiais urgentes no Ocidente foram satisfeitas e, segundo, porque a ciência e a tecnologia em si mesmas contribuíram significativamente para a criação de riscos ecológicos (BECK *apud* HASAN, 2018).

De acordo com Hasan (2018), na transição para a modernidade reflexiva, a ciência e a tecnologia parecem ser instituições semimodernas porque empregam ideias tidas como antigas e obsoletas para responder a novas questões: Por exemplo, tratar sociedades como laboratórios, estabelecer níveis aceitáveis de poluição, considerar o público leigo como irracional e não científico, e não valorizar suas ansiedades sobre questões ambientais.

Como exemplos, Julia Guivant (2016) cita a relação da ciência e tecnologia com a energia nuclear e os agrotóxicos. Trata-se de temas considerados “seguros” por parcela da ciência, no entanto, são vistos por outros na dimensão da incerteza, podendo ser relacionados à possível catástrofe planetária. Por isso, ela afirma que “o pacto pelo progresso realizado entre ciência e indústria teria sido a origem da sociedade de risco” (GUIVANT, 2016, p.230).

Consequentemente, a confiança em especialistas e cientistas em relação a questões que podem ser ecologicamente sensíveis levou a ciência e a tecnologia em si mesmas a se tornarem uma parte significativa do problema da modernização. Sob a condição de modernidade reflexiva, tal situação é o que Beck chama de “fatalismo industrial” ou “irresponsabilidade organizada” (BECK, 1992).

A irresponsabilidade organizada é uma consequência inevitável da sociedade de risco. Ela ocorre quando as instituições políticas das sociedades modernas não conseguem lidar com novos tipos de riscos ambientais. Segundo Hasan (2018), Beck argumenta que isto leva a uma situação em que os detentores do poder estão determinando os níveis de poluição, usando métodos de avaliação de risco que estão defasados.

Brent K. Marshall (1999) critica a ideia e explica que o poder explicativo da teoria do risco é forte quando aplicado aos “Estados de bem-estar”, nos quais as necessidades materiais da maioria de seus cidadãos são atendidas por meio da redistribuição da riqueza, sobretudo por meio da tributação e da previdência social. Ele afirma que a sociedade de risco de Beck está alinhada ao período pós II Guerra Mundial, e espacialmente vinculada à Alemanha (Ocidental) e à Escandinávia. Diante disso, afirma que a sociedade de risco parece ser uma anomalia em vez de um estado final de mudança social.

Para Marshall (1999), a atual configuração estrutural do globo é uma combinação de uma divisão de trabalho espacialmente aliviada, baseada na relação de cada um com o modo de produção capitalista global. Um resultado da reconfiguração estrutural do globo é a intensificação das desigualdades sociais, que beneficiam os Estados-nação centrais e a elite transnacional, enquanto os Estados-nação periféricos e as classes subordinadas enfrentam cada vez mais a privação material e a degradação ambiental.

Criticando igualmente a teoria da sociedade do risco, Henry Acserald (2002) afirma que ela desviou os argumentos das críticas feitas pelos opositores do modelo capitalista de produção do meio ambiente. Ele esclarece que a teoria não aborda o controle e operação dos mercados como forma de enfrentamento dos perigos ambientais. Ademais, a teoria não examina as conexões causais e os lócus que condicionam as escolhas e os processos técnicos, como se nesses processos inexistissem disparidades de poder. Desse modo, ela indevidamente critica a “racionalidade técnico-científica” ao invés de tratar do poder institucional do capital.

Com relação à modernização ecológica, Hasan (2018) afirma que a tese se refere a um grupo de teorias baseadas na ideia de que o crescimento econômico pode continuar garantindo a proteção ambiental por meio de mudanças de longo prazo na estrutura de produção e consumo. Essas mudanças devem enfatizar a necessidade de que a sociedade, os atores do mercado e o Estado gerenciem o

meio ambiente de forma proativa. Sendo assim, a teoria da modernização ecológica atribui importância fundamental à ciência e à tecnologia, e aos atores políticos dominantes na resolução de problemas ambientais.

Com base em evidências coletadas de alguns países europeus ricos, os proponentes da modernização ecológica argumentam que o crescimento econômico pode ser dissociado da produção de matéria-prima, uso de energia e geração de resíduos por meio da aplicação de tecnologia ambientalmente benigna e do redesenho de instituições (HASAN, 2018).

Nessa linha, conforme Bruno Milanez (2009, p.79), a modernização ecológica “defende que o desenvolvimento tecnológico baseado em preceitos ecológicos seria o principal caminho para se solucionar problemas ambientais”. Assim, por meio da inovação tecnológica seria possível aumentar a eficiência produtiva, ao passo que as políticas públicas deveriam se pautar por decisões com o menor impacto ambiental possível (MILANEZ, 2009).

Logo, evidentemente, tais ideias promissoras são bastante influentes nos discursos atuais sobre o desenvolvimento. Hasan (2018) cita que vários programas de ação ambiental na Europa, com sua retórica de desenvolvimento sustentável, são projetados para reorientar os instrumentos fiscais e econômicos em direção às estratégias tecnológicas para eficiência de recursos, a internalização de custos, estratégias de minimização de resíduos, ciclos de vida de produtos mais longos, etc., todos relacionados aos princípios da modernização ecológica.

Em sua análise, Hasan (2018) explica que apesar de suas diferenças temporais, nacionais e teóricas, os principais argumentos da teoria da modernização ecológica podem ser trazidos sob um único guarda-chuva: primeiro, ela reconstrói a visão da ciência e da tecnologia como causas e soluções para os problemas ambientais. O foco principal é colocado no incentivo de tais inovações tecnológicas que tornarão a indústria sustentável, tanto prevenindo como remediando os danos ambientais. Em segundo lugar, ela considera a economia de mercado como a forma mais eficaz de garantir a flexibilidade e agilidade necessárias para promover a adaptação ecológica da indústria. Assim, os agentes econômicos — tais como produtores, clientes, consumidores, instituições financeiras e seguradoras — são considerados como sujeitos de mudança no intuito de uma economia ecologicamente mais moderna.

Sendo assim, a modernização ecológica argumenta que a estrutura de mercado pode ser aprimorada de forma ambientalmente amigável, criando oportunidades (ou “casos de negócios” para a sustentabilidade ambiental) a todos aqueles que levam as questões ambientais em consideração na tomada de decisões (HASAN, 2018).

Em terceiro lugar, a modernização ecológica requer a transformação do papel desempenhado pelo Estado para trazer a reforma ambiental. Assim, o Estado deve se afastar de sua abordagem tradicional de comando e controle (de cima para baixo) em direção a um estilo de governo mais descentralizado, flexível e consensual. Além disso, o Estado deveria proporcionar mais oportunidades para que os atores não estatais — como o público em geral e as organizações não governamentais (ONGs) — participem de questões ambientais críticas (HASAN, 2018).

Pelo exposto, enquanto a teoria da sociedade do risco critica a ciência moderna e suas contribuições a (possíveis) desastres ambientais, a modernização ecológica entende que, por meio da inovação, seria possível mitigar tais riscos e até racionalizar e se aprimorar o consumo.

Ressalta-se, no entanto, que esse estudo se coaduna com as críticas à Sociedade do Risco, que é omissa quanto à desigualdade de apropriação dos recursos naturais, bem como retira o foco das distintas relações de poder presentes na sociedade.

3.2.3 Economia neoschumpeteriana e a modernização ecológica no desenvolvimento regional

Tendo em vista que o presente estudo contempla uma análise acerca do desenvolvimento regional, é oportuno mencionar que o fechamento da Estrada do Colono motivou análise econômica feita por dois economistas, ambos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A primeira delas foi realizada por Ademir Clemente, em relatório de pesquisa publicado a pedido da Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC). O estudo “Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono (PR-495): avaliação econômica” foi publicado no ano de 1996. Nele, Clemente afirmou que:

> Decorridos 10 anos desde a interrupção do tráfego na PR 495, os agentes econômicos, sociais e políticos ainda não conseguiram desenvolver e implantar alternativas que conduzam à superação dos obstáculos impostos ao desenvolvimento econômico da região. Isso constitui clara indicação de que os efeitos da interrupção do tráfego na Estrada do Colono são permanentes e de que somente serão removidos com a reabertura [...] O fechamento da Estrada do Colono, atendendo apelos ambientalistas de curta visão apresenta inegável componente de irracionalidade, pois o custo de oportunidade em que se está incorrendo é desproporcional ao conjunto de impactos sobre a fauna e sobre a flora em um cenário em que medidas mitigadoras adequadas fossem adotadas (CLEMENTE, 1997,p.8).

O trabalho de Clemente foi rebatido pelo estudo técnico de Claus Germer, intitulado: “Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono: uma análise crítica (1999)”, o qual foi apresentado no Fórum Pró-Conservação da Natureza. Nele, o autor ressaltou que os argumentos baseados nas perdas econômicas:

> ... largamente utilizados pelos defensores da abertura da Estrada do Colono, têm sido usados para justificar a série de ilegalidades cometidas contra o patrimônio público desde maio de 1996, quando o Parque Nacional do Iguaçu foi invadido para a abertura da Estrada, com ampla derrubada de árvores ao longo de aproximadamente 18 quilômetros e a precipitação de um processo de degradação das faixas marginais à Estrada, crescente em extensão e intensidade (GERMER, 1999,n.p).

Desse modo, tendo em vista que dois acadêmicos de renome analisaram a questão em trabalhos específicos, cabe-nos um breve aparte para abordar os requisitos utilizados na análise econômica para identificar se uma política seria (ou não) favorável ao desenvolvimento de uma região.

Como explica Liana Carleial, a teoria econômica congrega diversas contribuições que tratam da política pública no campo do desenvolvimento regional. Ela diz haver “consenso entre os pesquisadores da grande área do desenvolvimento e da mudança técnica de que Marx e Schumpeter constituem a base desse campo de análise” (CARLEIAL, 2011, p.118). Isso porque tais pesquisadores abordam o capitalismo “como um processo evolutivo sujeito a flutuações em decorrência dos impactos da mudança tecnológica” (CARLEIAL, 2011, p.118).

Destaca-se que, conforme Priscila Koeller *et al*. (2020), a Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Comissão Europeia assumiram a teoria neoschumpeteriana para a definição do que é considerado como inovação tecnológica. Inclusive, a consolidaram no Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação, em suas diversas versões, o qual passou a ser referência para muitos países, incluindo o Brasil.

Portanto, no presente estudo, optou-se pela explicação pautada pela teoria econômica neoschumpeteriana, a qual é frequentemente referenciada por estudos que abordam mecanismos tecnológicos para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Eduardo Gelinski Júnior *et al*. (2014), a teoria econômica evolucionária, que também é conhecida como neoschumpeteriana, se ocupa do estudo sobre processos pautados por firmas, instituições, indústrias, emprego, produção, comércio e crescimento, que causam mudanças na economia. Com isso, ela aborda o desenvolvimento baseado, principalmente, na internalização do processo de inovação tecnológica. Destarte, segundo Fred Campos (2005, *apud* GELINSKI JUNIOR *et al*., 2014, p.284), "os processos de difusão baseados em inovações demand-pull (puxadas pela demanda), science-push (empurradas pela ciência) e, ainda, technology-push (empurrados pela tecnologia)".

Nessa teoria, portanto, entende-se que a maior força catalisadora da dinâmica econômica é a inovação, ou seja, a novidade — seja ela feita em produtos, serviços ou processos. Essa ênfase consiste na maior diferença da abordagem neoschumpeteriana em relação às outras abordagens econômicas alternativas. Desse modo, a concorrência é pautada pela inovação, tomando lugar na questão dos preços como mecanismo de coordenação de interesse. Os preços não deixam de ser importantes, porém eles não são centrais como força motriz do desenvolvimento (CARLEIAL, 2011).

Logo, considerando o paradigma atual da sociedade da informação (FONTANELLE, 2012), evidencia-se que a economia neoschumpeteriana é a que mais figura nos estudos do crescimento com relação à inovação e da competitividade internacional no nível macro da economia, bem como nos estudos dessas variáveis para aprendizagem no nível micro de uma economia, e nos estudos da dinâmica da indústria orientada à inovação no nível meso (CARLEIAL, 2011).

Ainda, conforme essa teoria, o desenvolvimento de uma região é impulsionado pela educação de sua população. Cita-se como exemplos de capacidades que podem ser promovidas por essa política: (i) propiciar surgimento de novas tecnologias, produtos e processos; (ii) incentivar a associação de conhecimentos diversos, auxiliando a compreensão e processamento de informações, possibilitando a implementação de tecnologias criadas por outros; e (iii)

fomentar o capital humano, favorecendo também o aumento da produtividade no trabalho e ganhos em competitividade (CUNHA *et al*., 2018).

Além dessas questões, ressaltam-se características dessa teoria que foram apresentadas por Pascal Van Griethuysen (2002), em seu estudo sobre a abordagem da teoria evolucionária acerca do desenvolvimento sustentável.

Nele, o autor argumenta que a visão da esfera econômica como um sistema fechado não pode tratar de forma adequada a questão do desenvolvimento sustentável, e por isso a economia evolutiva se apresenta como uma alternativa frutífera para apreender as interações entre a esfera econômica, a humana e a natural. De acordo com ele, além de tratar das inovações tecnológicas, ela propicia tanto uma base teórica robusta (baseada em desenvolvimentos recentes em física, biologia, teoria de sistemas dinâmicos e ciências da complexidade) quanto respostas práticas e pragmáticas para a implementação de um caminho de desenvolvimento sustentável (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Conforme Van Griethuysen (2002), para os fisiocratas (Quesnais, Turgot), que herdaram concepções mecânicas dos economistas clássicos (Smith, Say) e cristalizaram pela teoria marginalista dos economistas neoclássicos (Jevons, Walras, Menger), bem como para os próprios economistas neoclássicos, o sistema econômico seria autônomo e autorregulado, cuja dimensão monetária seria dada pelos mecanismos de mercado.

A referida visão neoclássica considera que um sistema econômico de mercado é idealmente autorregulado por meio de sua lógica interna de preços relativos, quando os direitos de propriedade privada são devidamente tratados e a concorrência é garantida (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Desse modo, essa representação da esfera econômica como um sistema fechado tem ocasionado tanto a percepção da esfera econômica como reduzida à dimensão monetária quanto a consequente integração das atividades econômicas em seu ambiente social e natural (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Por isso, Van Griethuysen (2002) aduz que, durante o desenvolvimento industrial, os impactos ambientais como a degradação irreversível ou o acúmulo de poluentes e suas consequências sociais, a exemplo do aumento das desigualdades ou da pobreza, não foram apreendidos pelos indicadores econômicos tradicionais — preços de mercado, macroagregações como o PIB, entre outros.

Outra consideração relevante abordada pela teoria evolucionária, diz que a ruptura ambiental leva ao aumento da distância entre pobres e ricos de uma maneira muito simples: como as empresas não são responsáveis pelos custos sociais que induzem, uma parte da receita que obtêm é à custa de outras pessoas que terão que suportar a consequência negativa da ruptura do meio ambiente e/ou os custos adicionais de sua restauração (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Sendo assim, como os grupos de renda mais alta e média têm maiores oportunidades de escapar dos impactos dos problemas ambientais — do que os setores mais pobres da população —, evitando residir em áreas afetadas por riscos ambientais, como enchentes ou desabamentos, os mais pobres acabam vinculados à maior parte dos custos ambientais. Esta bipolarização social leva a uma maior exploração do meio ambiente (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Salienta-se a crítica de Van Griethuysen (2002), o qual aponta um fracasso do mercado em apreender tanto a crise ambiental quanto os custos sociais associados a ela, levando-se a uma má alocação global de recursos naturais, humanos e financeiros, cujos efeitos distributivos têm gerado mais desigualdades sociais, o que tem provocado um maior uso indevido do meio ambiente. Com isso, enfatiza que o problema ambiental e social que a comunidade mundial enfrenta atualmente pode, portanto, ser considerado como resultado de um processo circular e cumulativo descontrolado de custos sociais e perturbações ambientais. Logo, ele destaca o fato de que a ruptura ambiental e as desigualdades sociais caminham juntas e reforçam cada um dos outros em nosso atual caminho de desenvolvimento mundial.

Para esse autor, o que se chama de globalização da economia mundial é propagação desse caminho insustentável de desenvolvimento a nível mundial. O mesmo defende que somente agora a questão ambiental acabou se tornando um problema econômico. No entanto, a degradação ambiental e os custos sociais têm sido percebidos como “externalidades negativas”. A fim de lidar com isso e corrigir o que eles chamaram de “falha de mercado”, os economistas têm defendido soluções baseadas no mercado (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Sendo assim, o diferencial de uma abordagem econômica evolutiva é o reconhecimento do caráter aberto da esfera econômica: o fato de que as atividades econômicas tomam parte e afetam seu ambiente social e natural. Como causas e consequências do caráter aberto da esfera econômica, as atividades econômicas

consistem basicamente em relações dialéticas entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Em vista disso, para se adaptar a um ambiente incerto, os sujeitos moldam o ambiente natural por meio da tecnologia que utilizam e da sua forma de trabalho. Consequentemente, nessa relação homem-natureza, as pessoas transformam peças do ambiente natural em recursos de acordo com seus valores, metas e objetivos. A contrapartida dessa relação é o “feedback” natural das atividades humanas por meio do respeito ambiental das ações humanas. Portanto, aduz-se que, nessa relação dialética, os sistemas econômicos, assim como os sistemas naturais abertos, estão em constante estado de evolução, como resultado de processos internos e externos (VAN GRIETHUYSEN, 2002).

Ainda segundo Van Griethuysen (2002), a fim de apreender a dinâmica das atividades econômicas, uma abordagem econômica evolutiva deve se concentrar na mudança e no processo, reconhecendo, assim, a existência de uma flecha do tempo irreversível e fundamentalmente aberta. No entanto, qualquer inovação precisa de algo a ser mudado, e os processos não podem ocorrer em um mundo vazio.

Pelo exposto, vislumbra-se que a inovação tecnológica verde está relacionada aos preceitos da teoria econômica neoschumpeteriana quando se trata de desenvolvimento sustentável. Ressalta-se ainda que, embora a aludida análise econômica paute fatores de respeito ambiental das ações humanas, esse aspecto permanece excluído dos principais índices de análise do desenvolvimento de uma região.

3.2.4 Direito ambiental brasileiro: incorporação das teorias da modernização ecológica e da sociedade do risco

Ingo Sarlet (2020) explica que, antes da década de 1970, a proteção ambiental era tratada mais pelo aspecto dos interesses econômicos, ou em alguns casos, relacionados à tutela da saúde pública, do que sob o ângulo dos interesses ambientais propriamente ditos. Ele defende esse ponto de vista a fim de se possibilitar a compreensão sobre como teria ocorrido a evolução da legislação ambiental nos cenários norte-americano e europeu, sobretudo da Alemanha.

De acordo com Sarlet (2020), esses sistemas político-jurídicos primeiro reconheceram e impulsionaram a proteção jurídica dos valores e direitos de matriz propriamente ecológica. O autor, ao tratar das origens do Direito Ambiental, alude a

Michel Prieur, afirmando que, antes da sua concepção atual, a proteção jurídica dos recursos naturais inspirava-se exclusivamente em vista de questões relacionadas à higiene, à agricultura e à indústria.

Sarlet (2020, p.300) reforça seu pensamento ao explicar que foi a partir da década de 1970 que outros interesses (morais, culturais, sociais, ecológicos, etc.) passaram "também a justificar a proteção jurídica dos recursos naturais, inclusive no sentido do reconhecimento de um novo bem jurídico autônomo e do próprio valor intrínseco da Natureza e da vida não humana". O autor afirma que, conforme o entendimento predominante na literatura jurídica alemã, o Direito Ambiental é um direito novo, nascido no século XX, não possuindo história antes da década de 1970. Desse modo, antes de tal período, a proteção jurídica dos recursos naturais ocorria por outros fundamentos, dada a inexistência de um conteúdo propriamente ecológico, e que as normas anteriores a 1970 não são compatíveis com a noção moderna de Direito Ambiental.

Sarlet (2020, p.301) afirma que "o Direito Ambiental só teve o seu marco inaugural no início da década de 1970, tanto na perspectiva do direito nacional quanto internacional", e que, desse modo, a configuração de um bem jurídico ecológico autônomo, com contornos conceituais e normativos próprios, somente ocorreu a partir da década de 1970.

No entanto, no caso da legislação ambiental brasileira, Sarlet (2020) afirma que a "superação" de um tratamento legislativo, em matéria ambiental, atrelada aos interesses econômicos (ou mesmo no tocante à saúde pública) tardou a se verificar. Por isso, ele defende que apenas com a edição da Lei 6.938/81, a qual institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), é que tal viés "instrumental" da Natureza teria sido superado, configurando-se propriamente um Direito Ambiental brasileiro (SARLET, 2020). Os objetivos da PNMA são os seguintes:

> Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:
> I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
> II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
> III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
> IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
> V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública

> sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
> VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;
> VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Nota-se que a modernização ecológica está presente em todos esses incisos, pois neles se evidencia a lógica de "utilização racional" dos recursos ambientais. Ainda, vislumbra-se que esses dispositivos indicam que o desenvolvimento tecnológico figura como principal caminho para se solucionar problemas ambientais, na forma tratada pelo item 3.2.2 do presente estudo. Ademais, como visto, é na década de 80 que nascem as teorias que abordam uma "crise ambiental". Ela se fundamenta na noção de "sociedade de risco", a qual sugere que a vida humana na terra está em perigo, igualmente abordada no item 3.2.2.

Salienta-se que no ano de 1985 houve o fim do período ditatorial, e em 1986 a Constituinte foi eleita (SILVA, 2012). Desse modo, é possível evidenciar que essa circunstância foi bastante propícia ao acatamento de alguns temas pela Constituição, que conferiu especial relevo à proteção ambiental, ao lhe dedicar um capítulo exclusivo pela primeira vez na história.

A Constituição da República foi promulgada no ano de 1988, logo após mais de 20 anos de ditadura militar, período normativamente regido por Atos Institucionais que vedavam, de maneira expressa, a manifestação popular, a participação deliberativa e a construção social de um projeto político para o país (SILVA, 2012).

Vislumbra-se que nela houve influência do Relatório Brundtland (1987), pois o conteúdo do preceituado pelo "desenvolvimento sustentável" passou a integrar o direito constitucional brasileiro, nos seguintes termos:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Com isso, o Direito Brasileiro passou a tutelar o bem ambiental com base em uma "responsabilidade de longa duração", a qual, de acordo com José Joaquim Gomes Canotilho (2017, p.27), implica a "obrigatoriedade de os Estados (e outras

constelações políticas) adoptarem medidas de protecção ordenadas à garantia da sobrevivência da espécie humana e da existência condigna das futuras gerações".

Por isso, atualmente vigora esse dever constitucional, para o qual Canotilho afirma que são necessárias a adoção de medidas de proteção e de prevenção adequadas, sendo elas "todas aquelas que, em termos de precaução, limitam ou neutralizam a causação de danos ao ambiente" (CANOTILHO, 2017, p.26).

Para o autor, os tipos de danos que devem ser evitados são aqueles irreversíveis, total ou parcialmente, bem como os danos e desequilíbrios que prejudiquem a sobrevivência da vida humana (responsabilidade antropocêntrica), e de todas as formas de vida fundadas no equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas naturais ou transformados (responsabilidade ecocêntrica) (CANOTILHO, 2017).

Em geral, os estudos tendem a abordar a legislação ambiental pela influência dos ideários das teorias da modernização ecológica e da sociedade de risco na construção e interpretação da legislação ambiental brasileira, ainda que elas tenham preceitos diferentes, conforme se demonstrou. No entanto, é possível vislumbrar uma forma diferente, proposta pela linha da ecologia política. Ela questiona a legitimidade do padrão de distribuição do poder sobre os recursos ambientais, conforme se abordará na seção seguinte.

3.3 Ecologia política: críticas ao desenvolvimento sustentável

A racionalidade que critica os preceitos do desenvolvimento sustentável argumenta, em síntese, que suas proposições surgiram como uma forma de adaptação do capitalismo. Em sua análise, Jatobá (2009) explica que a ecologia se transforma em instrumento de crítica social, quando enfocada sob o prisma da ecologia política.

Esse campo se origina do diálogo das disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, funcionando como um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências naturais e sociais (LITTLE, 2006). De acordo com German Palacio (2006), o termo ecologia política, cunhado na década de 1970, foi associado a questões de acesso e controle dos recursos e do mau uso da terra, e buscou unir ensinamentos da ecologia com a economia política.

Assim, de acordo com Nathalia Lima Barreto e Ana Lizete Farias (2016), a ecologia política tem como propósito analisar, questionar e estabelecer propostas e

estratégias políticas acerca da distribuição desigual do poder no processo decisório e na qualificação do meio ambiente e seus aspectos socioambientais. Para identificar como a relação de poder é estruturada nesse processo, as autoras apresentam questionamentos fundamentais da ecologia política:

Quadro 2 - Questionamentos fundamentais da ecologia política

Perguntas
Como é feita a distribuição (formal e informal, estatal e não estatal) de poder no processo decisório?
Quem são os tomadores de decisão?
Quais as concepções ideológicas socioambientais envolvidas no processo decisório?
Quem serão os principais beneficiários e prejudicados no processo decisório?
Quais as estratégias de poder que podem ser desenvolvidas? Como o poder é expandido ou negociado?

Fonte: BARRETO, FARIAS, 2016, p. 202.

Como corrente do ambientalismo, na forma proposta por Jatobá (2009), a ecologia política crítica, dentre outras coisas, o chamado “consensualismo” promovido pela ideia de desenvolvimento sustentável, consoante abordarei nos próximos itens.

3.3.1 Ambientalismo latino-americano

Nos anos 90, perspectivas pós-coloniais e pós-desenvolvimentistas se aprofundaram na América Latina, interpretando de forma crítica o desenvolvimento (sustentável), em um contexto histórico de extinção de ditaduras e de retorno de governos democráticos. A partir daí, nas décadas de 1990 e 2000, houve a implantação do modelo social e econômico neoliberal e a reestruturação da sociedade civil e das capacidades de ação coletiva (VANHULST *et al*., 2019).

Nesse panorama, os movimentos sociais anti-hegemônicos, formados por trabalhadores assalariados dos setores público e privado, camponeses, povos indígenas, afrodescendentes, estudantes, coletivos urbanos, ambientalistas, e as mulheres passaram a dispor de espaço como atores na política latino-americana. De acordo com Vanhulst (2019), foi também um período em que floresceram utopias, de cunho pós-neoliberal, pós-colonialista, pós-desenvolvimentista e antipatriarcal.

À época, os autores latino-americanos construíram progressivamente uma teoria regional mais integrada. Segundo o mexicano Enrique Leff (2004), a racionalidade ambiental deve ir além da ótica do fornecimento de um conjunto de

ferramentas para uma gestão ambiental. Para o autor, ela deve ser oposta à racionalidade econômica dominante do Ocidente, e procurar orientar a práxis, subvertendo os princípios que regem e legitimam a racionalidade teórica e instrumental da modernidade. Sendo assim, ele defende uma racionalidade ambiental que integre valores, razão e significado, que permita a abertura à diferença e diversidade, para desconstruir a lógica totalizadora da modernidade eurocêntrica.

Nessa linha, segundo Vanhulst (2019), Leff se aproxima da teoria do pós-desenvolvimento de Arturo Escobar (2004). Em termos gerais, o pós-desenvolvimento se baseia na ideia de que o modo de interpretar, instituir e finalmente viver o desenvolvimento é condicionado pelo discurso colonial hegemônico, que caracteriza o Norte como “desenvolvido” ou “civilizado” e o Sul como “atrasado”, “subdesenvolvido” ou “primitivo”.

A crítica do pós-desenvolvimento condena as grandes narrativas da modernidade eurocêntrica e a invenção do terceiro mundo. Com base nela, e diante da diversidade de expressões de desenvolvimento, Arturo Escobar (2004) propõe uma distinção entre desenvolvimento alternativo e alternativas ao desenvolvimento. Segundo Escobar (2004), alternativas ao desenvolvimento transbordam os espaços discursivos dominantes, reabilitam os discursos subalternos (entre outros, os discursos latino-americanos de comunidades indígenas que dialogam com outros discursos modernos), e possibilitam a reimaginar o mundo para construí-lo de forma pluriversal.

No Brasil, nessa toada crítica, Henry Acselrad (2014) critica a vagueza do conceito de desenvolvimento sustentável, que acabou tendo um caráter moderador ou apaziguador, situando-se como proposta que emerge no contexto socioeconômico de transição do fordismo para a acumulação flexível. Ela costuma ser amplamente aceita, pois possibilita o crescimento econômico e o aumento de renda da população como forma para combater a crise ambiental e social.

Para esses três autores, a análise dos termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” ganha contornos distintos, uma vez que não se apresentam como sinônimos, mas em uma relação em que o primeiro contextualiza o todo (onde se quer chegar), e o segundo se refere aos meios (de que maneira chegar). Tanto a política quanto o discurso ideológico da sustentabilidade questionavam a continuidade do modelo de desenvolvimento capitalista, receando a

falta de recursos e má distribuição dos ganhos oriundos, e não exatamente a conservação ambiental (VANHULST *et al*., 2019).

Logo, embora a preocupação econômica com os recursos ambientais consista em interesse comum aos economistas e ambientalistas, enquanto os capitalistas visam a conservação dos recursos para produção e reprodução do capital, os ambientalistas críticos miram na proteção e manutenção do sistema ambiental que ainda existe (VANHULST *et al*., 2019).

No momento atual, segundo Vanhulst (2019), o campo dos discursos acadêmicos sobre sustentabilidade está se consolidando na América Latina. Durante este terceiro período, fortaleceu-se o discurso de “buen vivir”, que se tornou uma posição icônica e proposta da América Latina. De acordo com ele, trata-se de uma tradução para o espanhol do conceito “quechua de sumak kawsay” (e conceitos similares de outros povos indígenas da América Latina), e pode ser amplamente definida como um modo de vida em harmonia consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza.

O autor afirma que o discurso de “buen vivir” entrou no debate público regional nos anos 2000 e é muitas vezes definido como uma alternativa ao desenvolvimento, criticando a matriz sociocultural da modernidade eurocêntrica. Sendo assim, o ideário do “bem viver” reforça a posição histórica contra-hegemônica da América Latina no campo dos debates socioecológicos por meio da inclusão de discursos culturalistas e indígenas (VANHULST *et al*., 2019).

O “bem viver” sintetiza uma proposta coletiva para um novo modelo cultural: uma visão de uma boa sociedade que reexamina criticamente as estruturas que caracterizam as instituições e valores políticos e culturais modernos, como capitalismo, industrialização, universalismo, dualismo, cartesianismo etc. Ademais, ela reexamina os valores sociais e culturais que caracterizam as instituições e valores modernos, ao mesmo tempo em que (re) introduz e enfatiza noções sobre o valor intrínseco da natureza e sua relação simbiótica com as sociedades humanas, o coletivo como condição de possibilidade para o indivíduo (também para os comuns), e as dimensões imateriais do bem-estar humano, entre outras (VANHULST *et al*., 2019).

Igualmente, Acosta (2016) esclareceu que esse preceito surge de raízes comunitárias não capitalistas, notadamente de comunidades indígenas. Ele rompe com as lógicas antropocêntricas do capitalismo enquanto civilização dominante e

com os diversos socialismos reais que existiram até agora, que deverão ser repensados a partir de posturas sociobiocêntricas.

O “bem viver” nasce na ideia de solidariedade, que requer outro tipo de relações de produção, as quais envolvam diferentes formas de intercâmbio, de consumo, de cooperação, de acumulação de recursos financeiros, de distribuição de renda e riqueza e dos fatores de produção. Por isso, não se alinha sequer à lógica dita socialista, a qual para o autor permanece vinculada à ideia de progresso e produção econômica. Em outras palavras, a concepção do “bem Viver” requer um tipo de economia diferente da proposta de desenvolvimento neoclássica: uma economia verdadeiramente solidária. Por isso propõe que os direitos da Natureza sejam uma tarefa local e global, pois superam fronteiras nacionais. Para tanto, é necessária a construção de um Estado plurinacional (ACOSTA, 2016).

Como explica Arturo Escobar (1998), a forma e o pensamento colonial reproduzem-se ou estão associados ao ideal da economia do desenvolvimento (teorias clássica, neoclássica, keynesiana e do crescimento econômico), a qual estima conceito oriundo de normas e de valores de origem sobretudo europeia, em detrimento do que se chama de “subdesenvolvido”. Para ele, o desenvolvimento tem sido baseado exclusivamente no sistema de conhecimento correspondente ao ocidente moderno, hierarquizando-se práticas das civilizações do dito “terceiro mundo” (ESCOBAR, 1998). Desse modo, vislumbra-se uma colonização do saber ambiental, como se os países que estariam em desenvolvimento fossem “inferiores” aos desenvolvidos.

Conforme Escobar (2011), as principais características da colonização do saber ambiental incluem os seguintes contextos: a) classificação em hierarquias (“razão etnológica”), colocando o não-moderno, o primitivo e a natureza no fundo da escala; b) visões da natureza como fora do domínio humano; c) subordinação do corpo e da natureza à mente (tradições judaico-cristãs, ciência mecanicista, falogocentrismo moderno); d) ver os produtos da terra como se fossem apenas produtos do trabalho, ou seja, subordinar a natureza aos mercados movidos pelo homem; e) localização de certas naturezas (mundo colonial/terceiro, corpos femininos, cores escuras da pele) fora do mundo masculino eurocêntrico; f) subordinação de todas as outras articulações da biologia e da história aos regimes modernos, particularmente aqueles que apresentam uma continuidade entre o natural, o humano e o sobrenatural, ou seja, entre o ser, o saber e o fazer.

Desse modo, quando há grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, e um desses grupos tem a sua forma de vida ameaçada por impactos indesejáveis, verifica-se o que se veio denominar de “conflitos ambientais” (ACSELRAD, 2004).

3.3.2 Ambientalismo multissetorial e os seus diferentes discursos

Eduardo Viola e Hector Leis (1995) sustentam que o ambientalismo brasileiro, depois do ano de 1985, passou a ter um caráter “multissetorial”. Afirmam que esse modelo é diferente do que preponderava anteriormente: o “bissetorialismo”. Ele era caracterizado apenas pela atuação de associações ambientalistas e das agências estatais voltadas à proteção ambiental.

No modelo multissetorial ocorre a presença de diversos outros atores que passam também a atuar no cenário político-ambiental. Ele se caracteriza por agregar outras organizações da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos, entre outros, que passaram a incorporar a questão ambiental como uma das dimensões de sua atuação. Ingo Sarlet (2020) cita como exemplo: comunidades de bairro; movimentos pela saúde ocupacional; movimento estudantil; de defesa do consumidor; grupos para o desenvolvimento do potencial humano (homeopatia, ioga, escolas alternativas, entre outros). Igualmente é possível citar a presença de pautas ambientais no movimento feminista, movimentos de trabalhadores — Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), etc.

Além desses setores sociais, Antônio Teixeira de Barros (2013) ressalta que essa ampliação dos focos de interesse sobre ecologia, passou a ser tratada também por: a) empresas interessadas na inclusão do desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos; b) instituições científicas e grupos de acadêmicos que elegem a sustentabilidade como objetivo de pesquisa; e c) instituições públicas que trabalham em prol da proteção ambiental, por meio da fiscalização e certificação ambiental.

Por isso, Barros (2013) sustenta que o ambientalismo multissetorial rompeu as barreiras ideológicas e a identidade radical, permitindo a constituição de uma rede complexa, com a participação de diferentes atores, sejam eles sociais, empresariais e científicos, além de agências governamentais ou internacionais. Concordando com Viola (1995), Barros (2013, p.82) defende que isso teria “gerado

as condições sociais e culturais necessárias para a difusão ampla e transversal dos valores ambientalistas, tornando a ecologia um tema simbólico horizontal, ou seja, de interesse geral".

Como forma de ilustrar a diversidade de sentidos que podem ser encontrados nos debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade, Henry Acselrad (1999) realizou um mapeamento das principais matrizes discursivas da sustentabilidade urbana. Nela, indicou os caminhos que os atores sociais, que recorrem a esta noção, praticam durante a formulação das políticas urbanas. Assim, ele organizou três matrizes discursivas.

Na primeira, pautada em uma racionalidade tecno-material, ele explica que a concepção da sustentabilidade serve como trajetória progressiva na direção da eficiência ecoenergética. Para isso, ela é normalmente acompanhada dos seguintes argumentos: a) constituição de uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana; b) via da "educação ambiental"; c) disseminação de uma "consciência ecológica"; d) projetos comunitários de reciclagem ou pelo engendramento de uma "economia da reciclagem" (ACSELRAD, 1999).

Nesse contexto, rejeita-se o antagonismo entre o meio ambiente e a economia, enquanto se promove a produtividade urbana e as vantagens competitivas se fortalecem. Assim, considera-se o que é "bom para o planeta é bom para a cidade" (ACSELRAD, 1999, p.83), dando margem ao acionamento frequente de estratégias argumentativas de ordem global, visando promover inovações na matriz técnica das cidades, que se dariam de duas formas: com a introdução de tecnologias urbanas poupadoras de recursos ou com a redistribuição espacial de populações e atividades (ACSELRAD, 1999).

Ainda nessa matriz discursiva, os especialistas da Ecologia Científica poderão ampliar seu campo de ação à gestão dos ecossistemas e à produção dos "fundamentos racionais da organização do território" (ACSELRAD, 1999, p.84), por meio de processos de "reestruturação urbana" que se convertem em mecanismos de "cientificização da política". Dessa forma, ao refletir a indução dos novos modos institucionalizados de produção do saber pelo fortalecimento da relação das burocracias públicas – representantes do saber ecológico –, a cientificização do debate sobre um suposto "equilíbrio ecológico" acaba resultando na necessidade política de uma gestão erudita do território (ACSELRAD, 1999).

Na segunda matriz discursiva, preponderam razões de “qualidade de vida”. Os argumentos geralmente estão relacionados a implicações sanitárias das práticas urbanas. Criticam as substâncias tóxicas e nocivas que acometem os habitantes das cidades. Por isso, nesse argumento, geralmente se defende a necessidade de haver uma mescla de zonas de trabalho, moradia e lazer, “reduzindo distâncias e pedestrizando as cidades, de modo a frear a mobilidade da energia, das pessoas e bens” (ACSELRAD, 1999, p.85). Também se busca uma eficiência ecoenergética, sendo que a qualidade de vida resultaria, nesta perspectiva, de formas urbanas capazes de expressar a cidades autossuficientes (ACSELRAD, 1999).

A terceira matriz discursiva inclui a questão da legitimidade dos pressupostos políticos da cidade. A insustentabilidade significa, nesse escopo, a ineficácia das políticas urbanas, que não conseguem equilibrar a oferta de serviços urbanos com a quantidade e qualidade das demandas sociais. Essa limitação causa desigualdade entre as necessidades diárias da população e as formas de satisfazê-las, ou ainda entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em serviços públicos e infraestrutura (ACSELRAD, 1999).

Desse modo, conforme delineado por Acselrad (1999), seria possível identificar de que maneira a racionalidade de um discurso estaria alinhada à lógica de mercado. Ainda, de acordo com o conteúdo da primeira e da segunda matriz, em leitura conjunta à classificação metodológica proposta por Jatobá (2009), vislumbra-se que tais argumentos são característicos do ambientalismo moderado. De forma diversa, a terceira matriz discursiva proposta por Acselrad caracteriza-se por ser crítica à apropriação capitalista da natureza, a qual, na classificação de Jatobá, alinha-se aos preceitos da ecologia política.

3.3.3 Árvores e Gente: preservacionistas e conservacionistas no ambientalismo atual

No início do presente capítulo, explicou-se que a metodologia de Jatobá (2009) guiará a análise realizada no nosso estudo. Nela, o autor apresenta três grandes visões de sustentabilidade: a) ecologia radical; b) ambientalismo moderado; e c) ecologia política. Ressaltou-se ainda que as diferentes vertentes ora tratadas não são “evolutivas”, ou seja, não se vislumbra a superação de uma pela outra.

Com isso em mente, evidencia-se que o embate entre os preservacionistas e os conservacionistas, que foi explicado no item 3.1 desta tese, embora tenha surgido

em um contexto diverso, ainda persiste. Ele foi atualizado e passou a incorporar diversos outros aspectos.

Essa afirmativa é apoiada pelo trabalho de Andrea Zhouri (2006). Assim como Acselrad, Zhouri abordou as múltiplas faces dos discursos sobre sustentabilidade. No entanto, ao analisar a atuação das instituições que se autointitulam como ambientalistas, Zhouri aponta que as diversas racionalidades, quanto à forma de atender ao "desenvolvimento sustentável", faz com que seja difícil classificar as ONGs nas categorias ambientalista, conservacionista ou social.

Afinal, como o consenso entre equidade, ecologia e economia, que compõem a ideia geral recomendada de "desenvolvimento sustentável", a maioria das organizações tenta harmonizar fatores sociais e ambientais, acabando por, como será discutido adiante, subordinar essas "variáveis" à dimensão econômica.

Desse modo, Zhouri (2006) realiza uma análise sobre a militância na Amazônia, tirando o foco das organizações e apontando-o para quem ela chama de "campaigners", que seriam as pessoas que, na realidade, carregam o ethos das ONGs. Para ela, isso permite que as diferentes posições possam ser mais bem compreendidas.

Assim, com base em uma análise das trajetórias pessoais e sociais que identifica a forma de engajamento dos ativistas com a Amazônia, Zhouri (2006) afirma que há três tendências principais de atuação:

- "Árvores": ativistas mais preocupados com a biodiversidade ou com a conservação da natureza;
- "Gente": ativistas cujo foco são o desenvolvimento e a justiça social; e
- "Árvores e gente": ativistas cuja posição sintetiza as duas tendências anteriores.

Ressalta-se, por oportuno, o sentido metafórico de ambos os termos, sendo que: "Árvores" significa tratar das preocupações com o meio ambiente em um sentido estrito, especialmente as relativas à conservação, preservação, proteção ou usos sustentáveis; e "Gente" expressa as preocupações ambientais no que tange à justiça social, ao desenvolvimento e aos direitos humanos (ZHOURI, 2006).

O maior número de ativistas em "Árvores", independentemente das orientações políticas e organizacionais seguidas por essas ONGs, estaria concentrado, por exemplo, nas seguintes organizações ambientais: Fundo Mundial

para a Natureza (Worldwide Fund for Nature (WWF)), Amigos da Terra (Friends of the Earth (FoE)) e Greenpeace (ZHOURI, 2006).

Ao traçar seu perfil, a autora diz que essa categoria compreende uma geração mais jovem de ativistas, os quais raramente viveram ou aprenderam a língua dos países da África ou da América Latina onde, em geral, tiveram seu contato pessoal com florestas, em "viagens de campo" de treinamento profissional em ecologia, engenharia florestal, botânica, geografia ou outras áreas correlatas. Consequentemente, são ativistas que tendem a sobrepor suas qualificações profissionais às suas experiências pessoais ou vivências na floresta, revelando o efeito da crescente importância do conhecimento técnico nas práticas ambientalistas (ZHOURI, 2006).

No caso dos ativistas em "Árvores e Gente", a pesquisa apurou que eles pertencem a uma geração anterior, em sua maioria na casa dos 40 anos, e detém qualificação nos mais diversos campos das ciências humanas. Eles atuam, em geral, em organizações menores e em redes, como o Reforest the Earth, Gaia Foundation e a rede World Rainforest Movement (ZHOURI, 2006).

Mais do que a orientação técnica, são as considerações éticas e políticas surgidas a partir dos anos 1970 que preponderam para os classificados nessa tendência. Para eles, a vivência adquirida ao firmar laços pessoais e profissionais com grupos indígenas e organizações locais em um país de Terceiro Mundo é tida como fundamental para suas atuações (ZHOURI, 2006).

Nota-se que os integrantes dessa tendência valorizam menos os aspectos técnicos e geralmente se comprometem mais com o apoio político às iniciativas locais e às alternativas econômicas. No entanto, a maioria dos ativistas em "árvores e gente" dispõe de menos recursos, além de ficar na dependência das informações que os grupos maiores possam fornecer (ZHOURI, 2006).

Finalmente, os ativistas da tendência "gente" foram identificados em organizações como Oxfam, Christian Aid, Anistia Internacional e Survival International (ZHOURI, 2006). Referidas organizações atuam com populações vulneráveis economicamente, as quais são consideradas oprimidas e pobres. Embora elas não abordem diretamente a natureza, a sua atuação os aproxima de populações tradicionais e relacionadas ao meio ambiente, a exemplo dos indígenas.

De modo geral, são reconhecidos como "latinoamericanistas" ou "brasilianistas", dado que suas biografias expõem envolvimento político com a

América Latina e, principalmente, com o Brasil, especialmente por meio dos movimentos sociais de base, além de uma agenda política que concerne os temas da defesa dos direitos humanos, da justiça social e do “desenvolvimento social” (ZHOURI, 2006).

Tal posicionamento e o discurso dele decorrente parecem associá-los a uma perspectiva ideológica centrada no “desenvolvimento”, não obstante sua oposição aos projetos que têm, desde sempre, favorecido as elites locais e o capital transnacional (ZHOURI, 2006).

Os ativistas em “Árvores” têm criticado a pouca preocupação dos ativistas em “Gente” com a biodiversidade e com uma perspectiva ambiental “global” como contraponto à ideia do “desenvolvimento” como a “cura” para a pobreza. Tal percepção decorre da abordagem prática dos ativistas em “Gente” em relação às campanhas, com suas preocupações de ordem ética e política, com foco nas assimetrias entre os hemisférios Norte e Sul (ZHOURI, 2006).

No entanto, Andréa Zhouri (2006) critica o peso que os ativistas na tendência “Árvores” colocam em ações de melhores práticas no manejo ambiental. Eles acreditam, por exemplo, que o desmatamento ilegal pode ser combatido com práticas como a certificação. Isso culminou com a criação, pelas principais ONGs, em associação com os madeireiros, do sistema Forest Stewardship Council (FSC) ou Conselho de Manejo Florestal — uma certificação destinada à melhoria das práticas florestais em nível mundial, voltada especialmente para a exportação.

Tratando-se de Amazônia, a campanha contra a exploração predatória e ilegal de madeira acaba por ser eficaz e legítima como atuação transnacional pela preservação ambiental, afinal, as imagens de caminhões lotados de toras de madeira conseguem fazer com que até o observador mais alienado visualize a força nefasta do desmatamento, ainda mais tendo-se em conta que 80% da exploração florestal no Brasil se dá de forma irregular, como é amplamente reconhecido (ZHOURI, 2006).

O problema, nesse caso, é que vários sistemas produtivos e de organizações sociais locais acabam homogeneizados e padronizados, com seringueiros, coletores de castanha, ribeirinhos, índios e outros povos tradicionais da Amazônia sendo transformados em mão-de-obra para as indústrias de exportação madeireira, levados a crer que suas necessidades e meios de vida serão providos satisfatoriamente com um salário mínimo (ZHOURI, 2006).

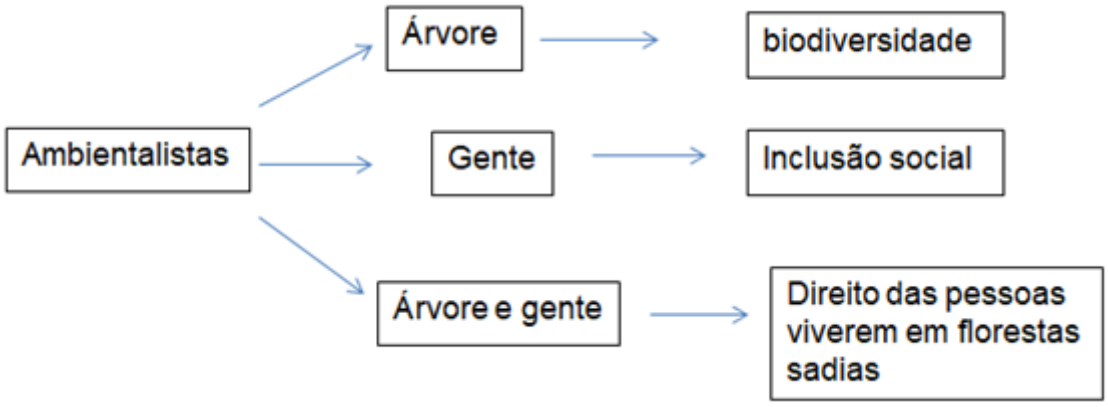
Assim, embora as práticas industriais, voltadas à eficiência na produção, consideradas sustentáveis pela visão hegemônica, constituam importante medida para diminuir a exploração predatória, Zhouri (2006) concebe ilusório considerar as práticas exportadoras anteriormente citadas como “saída mágica” para salvar o meio ambiente.

Ademais, ela critica o fato de o conhecimento técnico, que tem baseado cada vez as políticas e práticas de manejo florestal nas organizações ambientalistas, constantemente contrariar a ideia discutida na Cúpula da Terra, em 1992 (ZHOURI, 2006).

Na época, entendeu-se que os estilos de vida dos “povos da floresta” (indígenas, seringueiros e ribeirinhos) configuram boas alternativas ao modelo predatório de desenvolvimento. Ainda persiste a imagem do pobre, de origem não-ocidental, que danifica sua floresta, como sendo um lugar-comum (ZHOURI, 2006).

A abordagem centrada no manejo florestal, defendida pelos ativistas da tendência “Árvores”, está inserida no contexto da “revolução da eficiência”, que visa racionalizar o uso de energia, água, madeira e de outros recursos. Essa visão também atualiza a racionalidade técnica, científica e econômica, buscando ainda cegamente a satisfação econômica e concebendo florestas como espaços sem gente e vazios no contexto do mercado global, reduzidas a mercadorias para a sustentabilidade do hegemônico modelo econômico de acumulação (ZHOURI, 2006).

Figura 18 - As três tendências principais de atuação



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Zhouri (2006)

Vislumbra-se, portanto, que atualmente grande parte dos movimentos sociais inclui pautas de preservação ambiental, mesmo que esse não seja o seu objetivo principal. Isso ocorre porque os ativistas têm como pano de fundo a melhor

qualidade de vida, que se relaciona ao ideário de desenvolvimento sustentável, a qual, tal como visto, é um preceito em branco, que contempla diversos discursos e múltiplos interesses para a sua definição.

Os ativistas, que têm a natureza como pauta fundamental, consideram como principal argumento a manutenção da biodiversidade. O referido intuito não constava na época de criação dos Parques Nacionais, proposta capitaneada pelos preservacionistas, tal como se explicou no item 3.1.1 desta tese. Como já abordado, a biodiversidade é uma preocupação posterior à criação dessas categorias de preservação.

Ainda, parece que os ambientalistas em “Árvores e Gente” poderiam ser também chamados de conservacionistas, enquanto os ambientalistas em “Árvores” seriam os atuais preservacionistas. Nessa linha, destaca-se o descrito por Jatobá (2009), que descreve os preservacionistas e os conservacionistas como sujeitos com propostas muito semelhantes. No entanto, enquanto o enfoque dos primeiros era maior quanto à criação de reservas naturais, os últimos se preocupavam também com a relação homem-meio ambiente no meio urbano.

Pelo exposto, ainda é possível relacionar as categorias citadas por Zhouri (2006) com matrizes discursivas da sustentabilidade urbana, conforme a classificação de Acselrad (1999), pois parece que ambas se complementam para explicar a complexidade de interesses em disputa, no caso analisado pelo presente trabalho.

Ainda, concorda-se com a conclusão de Zhouri (2006), que afirma que o “iluminado” divórcio ocidental entre natureza e cultura, que enxerga as sociedades como apartadas, ou separadas da natureza, parece continuar sendo o problema de fundo no debate ambiental.

3.3.4 Conflito ambiental como reflexo da desigualdade social: a justiça ambiental

A ecologia política argumenta que atualmente as pautas ecológicas são “nebulosas” (ACSELRAD, 2004). Como visto nos itens anteriores, embora algumas vezes o meio ambiente seja visto como um percalço ao crescimento econômico e desenvolvimento, em outras a sustentabilidade é tida como uma oportunidade de negócio. O mercado passou a incorporar parte do discurso ambientalista, tornando-o bastante lucrativo (ALEXANDRE, 2003).

Conforme Acselrad (2004), a noção de “movimento ambientalista” tende a conformar um espaço social de circulação de discursos e práticas associadas à “proteção ambiental”. Isso configura uma nebulosa associativa ao termo “ambientalismo”, formada por um conjunto diversificado de organizações com diferentes graus de estruturação formal. Ele congrega tanto as ONGs ambientalistas quanto as entidades preocupadas com a rentabilização de capitais que, além do discurso ambiental, propagam o ideal de geração de emprego e renda. Portanto, de acordo com o autor, há certa diferenciação interna relacionada ao modo como as questões do combate à desigualdade foram ou não articuladas ao conteúdo das lutas ambientais.

Julio Cesar Dias (2018) resume as condições ambientais como resultados de processos histórico-específicos de metabolização e de codificação, que nunca são socialmente neutros, devido ao desenvolvimento geograficamente desigual. Esse autor explica que a materialização das condições ambientais demanda o esclarecimento sobre quem se beneficia e quem sofre com os processos que promovem uma transformação ambiental que, socialmente, pode ser tomada como um veículo inclusivo ou excludente.

Por isso, de acordo com Acselrad (2004), a necessária ressignificação da questão ambiental compreende a problematização dos efeitos do desenvolvimento econômico à vida das pessoas. Ao evidenciar-se a desigualdade distributiva dos recursos naturais — água, praias, terra etc. —, verifica-se que o ambiente de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outros.

É nessa perspectiva que Acselrad (2014) explica que os conflitos ambientais são embates entre grupos sociais com diferentes formas de apropriação, uso e significação do território. As divergências se originam quando um grupo ameaça o modo de vida do outro, seja pelo uso do solo, água, ar ou sistemas vivos.

Nessa linha, Leah Temper *et al*. (2018) definem o que chamam de “ecolocginal distribution conflits”, que ocorrem por meio de ação coletiva (por ex. a redação de petições, manifestações, bloqueios etc.), cujo objetivo pode ser o de deter ou prevenir poluição, danos ambientais, ou recuperar as perdas já produzidas. Tais ações correspondem a apelos à sociedade civil, à mídia e à opinião pública (nacional e/ou internacional), à administração pública (os tribunais, outras instituições governamentais) e às corporações empresariais.

Esse conceito de conflito ambiental enfatiza que, além das lutas pela distribuição econômica, existem lutas pela distribuição ecológica. Nele se entende que há uma exposição desigual aos danos ambientais devido a relações desiguais de poder, classe, raça e gênero, e sua interseccionalidade (TEMPER *et al*., 2018).

Isso se dá contrariamente ao que Ulrich Beck sugeriu em sua teoria da sociedade do risco (explicada no item 3.2.2 desta tese), pois na justiça ambiental se compreende que os danos ambientais não é algo democrático, que afetaria a todos indistintamente. Na teoria se defende que há um acesso desigual à terra, energia, lenha, espaços verdes, etc., e por isso os danos ambientais são desigualmente produzidos (TEMPER *et al*., 2018).

Logo, conforme Dias (2018), a análise sobre a transformação ambiental demanda que processos propriamente ecológicos sejam integrados a uma perspectiva socialmente determinada, na qual racionalidades disputam legitimidade para acesso e uso de recursos territorialmente distribuídos. Isso expressa conflito derivado da incompatibilidade dessas racionalidades: (i) a que valora recursos ambientais segundo seu potencial de maximização de capitais via mercado; e (ii) a conduzida por práticas não-mercantis — como a de comunidades tradicionais, orientadas a acionar estratégias político-institucionais na tentativa de proteger seus espaços dos efeitos de um modelo de desenvolvimento que os exclui.

Essas racionalidades diversas de apropriação dos recursos naturais apareceram na reforma regulatória de 1970. Conforme Acselrad (2004), foram criadas regras que refletem a interpretação do ambiente sob a ótica de um estoque de matérias-primas para o mercado, criando um nível aceitável de poluição.

Com isso, elas racionalizam o uso de recursos tidos como finitos, sem comprometer os lucros de diferentes atividades. Ao mesmo tempo, com a luta pela contemplação de práticas que garantissem a pluralidade das formas sociais na relação com a base material, a sociedade passou a exigir a inclusão de modelos de desenvolvimento que acomodem a diversidade de ritmos de apropriação de recursos naturais e, com isso, questionando uma legislação “ambiental” que apenas tratasse da otimização de apropriação mercantil desses recursos (ACSELRAD, 2004).

Nesse sentido, Acselrad (2014) explica que ocorre a “ambientalidade” específica do capitalismo, e que ocorre por esforços continuados destinados à sua neutralização por estratégias de “modernização ecológica”, tema tratado no item 3.2.2 desta tese. A referida teoria procura fazer do meio ambiente uma oportunidade

de negócios, celebrando a economia de mercado, o progresso técnico e o consenso político (ACSELRAD, 2014).

Ao tratar dos conflitos ambientais no Brasil, Acselrad (2002) critica a “modernização ecológica”, destinada essencialmente a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. O autor afirma que há limitações da lógica economicista, pautada na distribuição dos recursos naturais — tida como externalidade pela economia neoclássica.

Em vista disso, Acselrad (2010) critica o que chama de consensualismo e autoritarismo ecológicos. O autor afirma que eles não permitem tratar o desenvolvimento sob o viés da questão ambiental que seja sensível ao papel da diversidade sociocultural, compreendendo o conflito entre diferentes projetos de apropriação e significação do mundo material.

Ele defende que essa compreensão é cada vez mais importante ao delineamento de um quadro de análise que possa orientar políticas ambientais que contemplem, concomitantemente, atributos de efetividade e de legitimidade democrática (ACSELRAD, 2004).

No caso das remoções de famílias oriundas de grandes projetos — seja de engenharia, como construções de estradas ou hidrelétricas, ou até mesmo relativas à criação de áreas destinadas à conservação ambiental, nas quais a presença humana passa a ser proibida — é possível valer-se do que ensina Acselrad.

Ele argumenta que grandes projetos de apropriação do espaço e do meio ambiente material produzem impactos e efeitos de desestruturação de ecossistemas, bem como as populações tradicionais removidas compulsoriamente tendem a ser realocadas em “áreas exíguas, com terras menos férteis, intensificando ritmos da exploração de suas áreas, o que ocasiona, por ambos os processos, perda de biodiversidade, comprometimento de disponibilidade de água, da fertilidade dos solos etc.” (ACSELRAD, 2004, p.37).

Por isso, Acselrad (2013) esclarece que os conflitos ambientais começam a existir quando os despossuídos passaram a denunciar o comprometimento de suas atividades, ocasionada pela queda da produtividade dos sistemas biofísicos que proviam sua subsistência. Em outras palavras, quando os mais pobres passaram a reclamar do risco de perda de durabilidade da base material necessária à sua reprodução sociocultural.

O professor Acselrad (2004) afirma que isso aconteceu quando foram estabelecidas garantias no espaço público criado após a ditadura. Ademais, nos anos 90 teriam ocorrido mudanças nos modos dominantes de apropriação do meio biofísico (ocasionadas, sobretudo, pelo neoliberalismo), levando-se à manutenção e até ao aumento dos padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais. Além disso, ele cita que nessa década houve uma tendência à especialização funcional de algumas áreas do território nacional, com inserção seletiva nos mecanismos do mercado globalizado.

Acselrad (2004) elucida que nesse período houve tanto o fomento do cenário de valorização do natural, a fim de se promover a captação de investimentos internacionais, tais como “marketing urbano, valorização turística de espaços, notadamente os litorâneos e propensos a serem associados à ideia de harmonia com a natureza...”, como a qualificação de áreas destinadas à “estocagem de recursos genéticos para os capitais biotecnológicos internacionalizados” (ACSELRAD, 2004, p.38).

É nesse contexto que, no intuito de se configurar um clima favorável aos negócios, as forças hegemônicas atuam na agenda pública, promovendo as tecnologias do consenso, oriundas de um modelo caracterizado pelo encobrimento dos litígios e pelo “desaparecimento da política” (ACSELRAD, 2002).

Para isso, todo litígio é encarado como problema a ser eliminado e todo conflito que subsistir passa a ser visto como um solo fértil para semear consenso e não como um espelho das diferenças entre os atores e projetos sociais, que poderiam ser trabalhados no espaço público. Isso porque expor a divergência social nesses espaços de “possível parceria”, tende a desfavorecer as políticas de atração de investimentos internacionais (ACSELRAD, 2014).

Nesse panorama, Zhouri (2017) ressalta o papel dos movimentos pela justiça ambiental nos EUA, Europa, América Latina e Ásia. Eles podem representar uma alternativa na busca da sustentabilidade representada pela necessária síntese entre “Árvores e Gente”.

O ideário de justiça ambiental contempla preceitos indissociáveis à noção de equidade social. Promove-se a distribuição ecológica com o intuito de se reduzir “assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais” (ZHOURI, 2007, p.151).

Para enfrentar esses conflitos, Acselrad (2017) aduz que o movimento por "justiça ambiental" realiza a necessária denúncia dos efeitos sociais da modernização ecológica, evidenciando-se a íntima ligação entre degradação ambiental e injustiça social. Ela seria uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis.

A justiça ambiental critica os chamados consensualismo e autoritarismo ecológico. Enfatiza as possibilidades do desenvolvimento de um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material (ACSELRAD, 2017).

Destaca-se que o conceito de justiça ambiental não é uma novidade. Inclusive, desde 1992, a questão foi institucionalizada pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency), a qual contempla um departamento que trabalha especificamente com o tema, por meio de dez escritórios regionais. Conforme o site da EPA:

> Criado em 1992, o Escritório de Justiça Ambiental (OEJ) coordena os esforços da Agência para atender às necessidades das populações vulneráveis, diminuindo os encargos ambientais, aumentando os benefícios ambientais e trabalhando em colaboração para construir comunidades saudáveis e sustentáveis. O OEJ fornece assistência financeira e técnica às comunidades que trabalham de forma construtiva e colaborativa para tratar de questões de justiça ambiental. O Escritório também trabalha com governos locais, estaduais e federais; governos tribais; organizações comunitárias; empresas e indústria; e instituições acadêmicas, para estabelecer parcerias que buscam a proteção contra riscos ambientais e de saúde para todas as pessoas, independentemente de raça, cor, origem nacional, ou renda.
>
> Para cumprir esta missão, a OEJ criou os seguintes programas, políticas e atividades para auxiliar as comunidades na construção de sua capacidade; para melhor engajar as agências federais para ajudá-las a entender questões de justiça ambiental; incorporar as vozes das comunidades nas decisões das agências; e fornecer ferramentas e recursos para promover os princípios da justiça ambiental[12] (EPA, 2017).

De acordo com a EPA (2017), justiça ambiental consiste no "tratamento justo e envolvimento significativo de todas as pessoas independentemente de raça, cor, origem nacional ou renda". E isso se reflete tanto para a aplicação de leis, regulamentos, políticas ambientais, como para a própria questão do desenvolvimento. Assim, a EPA entende que:

---

[12] Disponível em: https://www.epa.gov/sites/default/files/2017-09/documents/epa_office_of_environmental_justice_factsheet.pdf . Tradução da autora

> O tratamento justo significa que nenhuma população, devido à política ou à falta de poder econômico, é forçada a suportar uma parte desproporcional da saúde humana ou dos impactos ambientais negativos da poluição ou das conseqüências ambientais resultantes de operações industriais, municipais e comerciais ou da execução de programas e políticas federais, estaduais, locais e tribais (EPA, 2017).

Pelo exposto, devido a essa multiplicidade de discursos inerentes ao ambientalismo, a literatura citada no presente capítulo permite identificar os argumentos mais próximos a uma lógica de natureza como matéria-prima, ou seja, de recursos que precisam ser gerenciados, com a defesa por sua utilização mais eficiente, compatibilizando-se economia de mercado e meio ambiente.

Ainda, é possível verificar que tais argumentos são contrapostos por um segmento que questiona essa racionalidade, para os quais o ambientalismo inclui críticas às desigualdades inerentes à sociedade capitalista. Nessa linha, coaduna-se com o exposto por Gilberto Montibeller Filho (2001), que explica que o desenvolvimento sustentável é um “mito”.

De acordo com ele, embora se reconheça que as proposições do desenvolvimento sustentável amenizem os efeitos da problemática socioambiental, o referido preceito não consegue superar a contradição fundamental do capitalismo, que é a tendência à apropriação destrutiva dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação). Isso impossibilita que seja cumprida a proposta das equidades sociais ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER FILHO, 2001).

Não obstante, a existência de conflitos ambientais na sociedade tem motivado a busca por mecanismos que permitam lidar com esses conflitos. Com o objetivo de solucioná-los ou minimizá-los surgiu um subcampo da "resolução negociada" dentro do campo ambiental (ACSELRAD, 2007).

De acordo com Rodrigo Viégas (2007), esse subcampo é caracterizado pela presença de atores que possuem autoridade para solucionar conflitos, contribuindo para uma reconfiguração relativa das regras vigentes no campo ambiental.

Enquanto o campo ambiental é definido pela disputa pelos atributos relacionais do território, o subcampo da resolução negociada promove a prática de questionar a esfera judicial e aplicar tecnologias de resolução negociada, com os empreendedores institucionais disputando a autoridade e perícias legítimas para arbitrar conflitos ambientais específicos. Com isso, na resolução negociada se trata

os conflitos ambientais em modalidades tidas como técnicas, tais como a arbitragem, a mediação, a facilitação (VIEGAS, 2007).

Nessa linha, Viégas (2007) afirma que é frequente a menção de que o judiciário está sobrecarregado. Isso leva à demora em se alcançar uma solução definitiva, trazendo ainda o risco de uma parte não obter resultado em tempo razoável, levando a um acordo forçado para ter acesso a ao menos parcela do direito. Outra justificativa para o uso dessa metodologia é a ideia de que submeter litígios ambientais à apreciação de especialistas proporcionaria maior confiabilidade e rapidez na resolução dos conflitos.

No entanto, embora no Brasil a tradição de resolução de conflitos na área ambiental seja escassa, Viegas (2007) afirma que os conflitos têm servido como base para a construção da política ambiental. Ele cita Bredariol (2001), que destaca a relação entre os "conflitos ambientais" e as "políticas públicas", observando que casos concretos de conflito ambiental foram cruciais para a criação de leis de política ambiental, como a de controle da poluição industrial em agosto de 1975, bem como para a criação de órgãos ambientais, como a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior) em 1973, que foi responsável pela gestão da Política Nacional do Meio Ambiente até a criação do IBAMA pela Lei 7735 e do MMA, ambos em 1989, que reestruturaram a política ambiental brasileira.

Por isso, é possível inferir que as tentativas em se retirar da apreciação do poder judiciário e se estipular soluções extrajudiciais ambientais que compreendam uma análise tida como supostamente técnica — que como visto, também é política, cultural e social — causa um esvaziamento da esfera pública, trazendo prejuízos à democracia.

Anaya (2021) aduz que a ideia de desenvolvimento tem sido usada como discurso legitimador das práticas de resolução negociada no Brasil, tanto no passado como no presente. Isso porque a lógica de crescimento econômico reforça a ideia de que as atividades econômicas e os grandes empreendimentos não podem ser prejudicados pelos aspectos políticos e jurídicos dos conflitos ambientais

No entanto, como explica Viegas (2007), são nos processos conflituosos que a sociedade civil exerce sua influência de maneira anônima e dispersa, por meio da existência de uma esfera pública aberta e permeável às questões provenientes da vida cotidiana.

De acordo com ele, é por meio dos processos institucionais de formação de opinião e vontade que o poder de influência da sociedade civil deve chegar ao Estado, não mais como contraparte institucional da sociedade civil, como na concepção republicana, mas sim como uma esfera com competências funcionais e políticas claramente delimitadas pelo direito e pela lei (VIEGAS, 2007).

Portanto, assim como explica Nathalia Lima Barreto (2020), entre as questões fundamentais abordadas pela Ecologia Política, destaca-se a análise da distribuição de poder no processo decisório, identificando os tomadores de decisão, as concepções ideológicas socioambientais envolvidas, os principais beneficiários e prejudicados, e as estratégias de poder utilizadas.

Barreto (2020, p.x62) afirma que a temática central da ecologia política é abordar a “realidade dos conflitos ou situações de injustiças socioambientais nas escalas locais, nacionais, regionais e globais, passando por abordagens decoloniais e alternativas à epistemologia europeia”. Pelo exposto, evidencia-se uma multiplicidade de discursos inerentes ao ambientalismo, nos quais as teorias da modernidade ecológica e da sociedade do risco acabam por embasar argumentos mais próximos a uma lógica de natureza como matéria-prima, ou seja, de recursos que precisam ser gerenciados, com a defesa por sua utilização mais eficiente, compatibilizando-se economia de mercado e meio ambiente.

Ainda, é possível verificar que tais argumentos são contrapostos por um segmento que questiona essa racionalidade, para os quais o ambientalismo inclui críticas às desigualdades inerentes à sociedade capitalista.

Nessa linha, coaduna-se com o exposto por Gilberto Montibeller Filho (2001), que explica que o desenvolvimento sustentável é um “mito”. Desse modo, as teorias da modernização ecológica e da sociedade do risco acabam servindo a esse mito.

De acordo com ele, embora se reconheça que as proposições do desenvolvimento sustentável amenizem os efeitos da problemática socioambiental, o referido preceito não consegue superar a contradição fundamental do capitalismo, que é a tendência à apropriação destrutiva dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação). Isso impossibilita que seja cumprida a proposta das equidades sociais ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER FILHO, 2001).

Por fim, pelo quadro abaixo, é possível comparar elementos das legislações ambientais brasileiras, a nível federal, com as distintas vertentes teóricas apresentadas:

Quadro 3 - Comparação legislação ambiental brasileira com vertentes teóricas: influências ambientalismo moderado vs. ecologia política

Categoria	Legislação Ambiental	Quadro teórico/observações
Mitigação dos impactos	RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/1986. EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental	Essas disposições compreendem uma lógica de gestão de bens naturais tidos como recursos da natureza à disposição de uma apropriação racional, nas quais por meio de técnicas científicas, a serem adotadas conforme a agenda governamental, seria possível minimizar riscos gerados pela poluição, desmatamento, etc.
Busca de Consensos	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) O Conselho Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei Federal nº 6.938/81, é o órgão colegiado brasileiro responsável pela adoção de medidas de natureza consultiva e deliberativa acerca do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta	Essas disposições demonstram o intuito por se minimizar litígios ambientais, tidos como negativos para o mercado. Elas pretendem remover o conflito da arena pública e da agenda governamental. Tratam o conflito como algo negativo, ignorando que a democracia é construída a partir dele.
Conflitos socioambientais	Lei nº 13.140/2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública	Apesar de fazer parte da vertente da ecologia política, ao se implantar nas legislações brasileiras a grande maioria tem da resolução negociada de conflitos que tem um apelo ao consenso e o risco do esvaziamento do debate político
Valoração Ambiental	Lei nº 14.119/2021- Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais	Parte do princípio da economia ecológica de que se deve pagar pelos ônus feitos ao meio ambiente dentro dos princípios da modernização ecológica; Desta forma é possível precificar os serviços ambientais, capitalizando o meio ambiente.
Meio ambiente é entendido como externo à sociedade	Decreto nº 84.017/1979 – Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros	A década de 80 foi marcada por inúmeras remoções de comunidades que habitavam áreas de Parques Nacionais. Esses territórios passaram a ser tratados como espaços cuja presença de humanos é incompatível com a preservação, por isso nele são permitidas apenas atividades excepcionais, restritas à pesquisa, lazer e educação ambiental.

Escassez de recursos	Lei nº 9.433/1997.	A Lei dispõe em seu art 1º, inc. II, que: "a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico." Evidencia-se que esse bem essencial à vida se torna um objeto de mercado.
Inovação Tecnológica	Lei nº 13.576/2017- Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências	Os biocombustíveis seriam uma alternativa energética tecnicamente tida como eficiente. Por meio da tecnologia, aplicada principalmente em monocultura (tais como cana-de-açúcar, soja e milho), busca-se um controle da emissão de gases poluentes.
Reparação do Dano Ambiental	Lei n 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Lei de Crimes Ambientais	Entende-se possível mitigar danos ambientais por meio da ameaça de sanção. As compensações financeiras são formas previstas para reparação de ilícitos, ainda que em grande parte das vezes os danos praticados sejam irreversíveis.
Riscos Ambientais	Lei Nº 12.608/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC); autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.	Programas de prevenção de riscos ou desastres ambientais como inundações, cheias, escorregamentos, deslizamentos, entre outros fazem parte da sociedade de risco anunciada por Beck (1992).
Recursos Desigualmente Distribuídos	A natureza difusa do meio ambiente é uma construção doutrinária. Apesar disso, a legislação ambiental geralmente trata a natureza como recurso passível de apropriação. Desse modo, não se encontrou Lei brasileira que englobe o conceito de equidade ambiental.	A ecologia política parte do princípio de que o ambiente é construído pela sociedade e desta forma desigualmente construído, com as diferentes naturezas.
Questão Política	Clientelismo em órgãos ambientais como o IBAMA	Justiça ambiental - aponta as relações de poder que são importantes na análise
Emancipação Social e empoderamento	Alguns municípios Brasileiros têm implantado orçamento participativo no qual o meio ambiente figura como uma das áreas.	Municípios como Porto Alegre e Campinas produziram um Atlas Ambiental, no qual a população pode conhecer o ambiente natural da cidade e contribuir ativamente no orçamento participativo. Trata-se de prática que, no entanto, ainda é excepcional na legislação Brasileira.
Análise depende do lugar de onde se fala	Decreto Federal nº 4.887/2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades	Quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais têm uma relação diferenciada com a natureza. Alguns decretos recentes e excepcionais tratam disso. No Sistema Nacional de

	dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Decreto Federal Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que "Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais".	Unidades de Conservação se prevê a Reserva Extrativista (RESEX) como Unidade de Conservação que garante a subsistência e a conservação ambiental. Salienta-se que não se identificou RESEX em Estados nos quais o agronegócio é uma das principais atividades econômicas, tais como Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul.
Acesso ao meio ambiente como direito e não recurso	Decreto Federal nº 1.775/1996 - Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.	Embora previsto na Constituição como um direito originário às terras, o processo de demarcação é feito administrativamente. Por envolver interesses externos, sobretudo econômicos, alguns percalços políticos podem restringir esse direito. Ressalta-se que no governo Bolsonaro (2019-2022) os processos de demarcação ficaram paralisados.

Legenda:

Categorias relacionadas à modernização ecológica e teoria do risco.

Categorias que se contrapõem à modernização ecológica e teoria do risco.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Pelas categorias acima apresentadas, é possível demonstrar que a vertente ambientalista predominante na legislação que regulamenta as instâncias de gestão ambiental, continua sendo a modernização ecológica combinada à noção de teoria do risco. Isso implica em ação restrita dos órgãos públicos, especialmente ao tratar das desigualdades sociais e relações de poder.

Desse modo, a lógica proposta pela ecologia política parece adequada para analisar o presente estudo de caso. Diferentemente dos diversos trabalhos que pautaram o tema da Estrada do Colono, a presente tese não propõe consenso entre os atores antagonistas nesse caso. A ótica da ecologia política, sobretudo da justiça ambiental, permitirá vislumbrar como a questão se configurou um conflito ambiental.

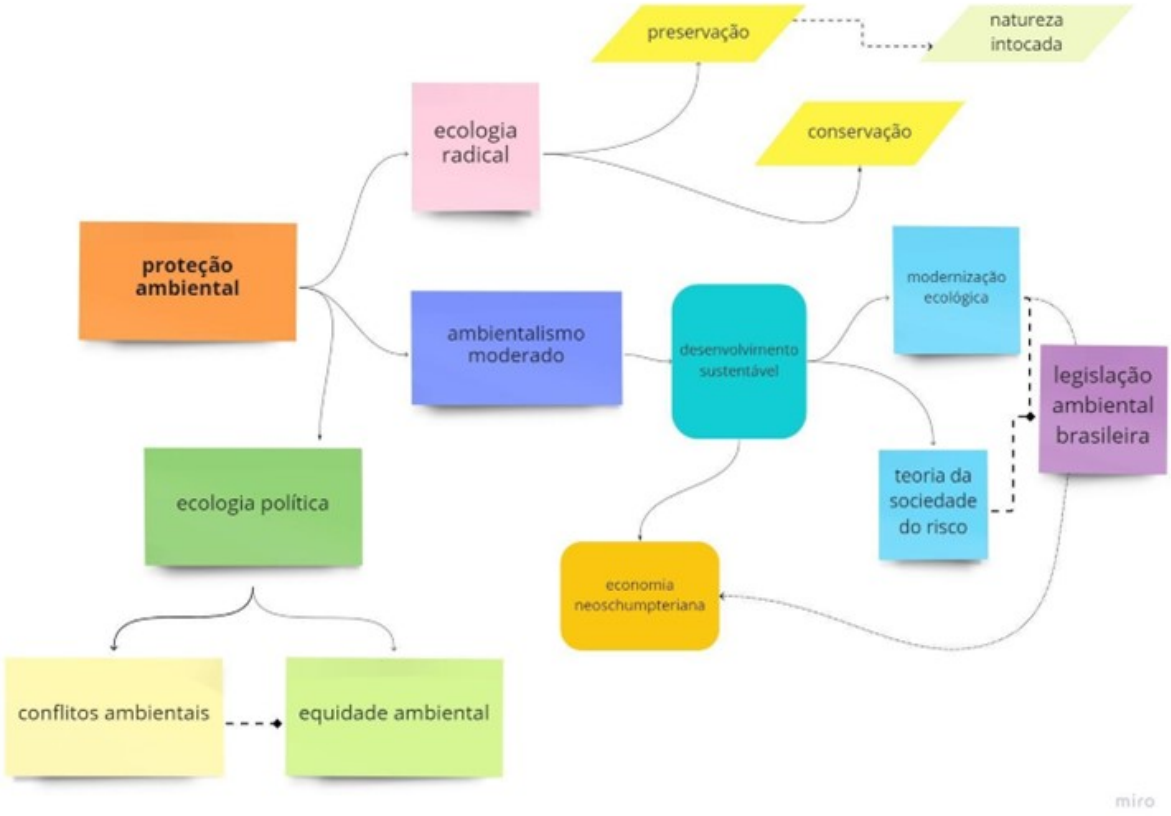
Por fim, o mapa mental a seguir — figura 18 e figura 19 — visa facilitar a compreensão do exposto neste capítulo:

Figura 19 - Principais correntes do ambientalismo



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Jatoba (2009)

Figura 20 - Principais elementos das diferentes correntes ambientalistas no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Jatoba (2009) e Acselrad (1999)

4 PARQUES NACIONAIS COMO INSTRUMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O processo de criação de Parques Nacionais iniciou-se nos Estados Unidos, em 1872, espalhando-se pelo mundo, tendo em vista o ideário de proteger certas áreas tidas como de grande “beleza cênica”. O referido atributo até hoje é levado em consideração para a demarcação dessas áreas, sendo ele encontrado também na Lei Federal nº 9.985/2000, a qual disciplina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Para a legislação brasileira, Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação que tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Nesses espaços, conforme o art. 11 da aludida Lei, a presença humana é permitida apenas para a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Assim como nos Estados Unidos, as primeiras “reservas” do Brasil foram criadas por meio de um caminho de preservação da natureza relacionado tanto à construção de uma lógica de preservação ambiental — que passou a ser incorporada à legislação ambiental — quanto à atuação do governo, inclusive por meio da desapropriação por necessidade pública.

Nesse contexto, o presente capítulo apresenta, inicialmente, os reflexos do panorama internacional que levaram o Brasil a cogitar restringir o direito à propriedade e o acesso a determinadas terras e recursos naturais, a fim de que fossem criados os Parques Nacionais, que se iniciaram no Brasil no ano de 1937. Ainda, para melhor compreensão desse processo, o estudo apresenta uma sintética revisão sobre a evolução da legislação brasileira relacionada à referida categoria de conservação.

A apreensão desse panorama propiciará conhecimento necessário a fim de se entender as complexidades do cenário existente no Oeste do Paraná, que será abordado em seguida. Isso porque, como a Estrada do Colono situa-se dentro do Parque Nacional do Iguaçu, a política de habitação e urbanização promovida dentro desse Parque de 1939 a 1980 precisa ser tratada como elemento da análise.

Embora o Parque Nacional do Iguaçu tenha sido criado por Decreto, em 1939, seguindo-se a tendência estadunidense de valorização das florestas, o

governo do Paraná promoveu a emissão de títulos de propriedades dentro do parque até a década de 1970, estimulando a comercialização de terras por meio de instituições colonizadoras.

Apenas após mudanças legislativas, tratadas neste capítulo, é que o governo federal, por meio do INCRA, passou a atuar efetivamente limitando a propriedade nessa área. Contudo, como o território já se apresentava em processo de urbanização, foi necessário um desgastante processo de reassentamento das pessoas que habitavam o espaço. Entre os anos 1970 e 1980 houve a desapropriação de mais de 400 famílias que moravam no interior do parque, restringindo-se o acesso humano somente após o fechamento da Estrada do Colono, em 1986.

Ressalta-se, ao final, que a Estrada do Colono faz parte desses conflitos agrários que permeiam a criação do parque, pois essa estrada pública o integra. A questão agrária é também inerente à controvérsia relativa ao fechamento daquela estrada, bem como ao intuito do legislador do SNUC atribuir ao Parque Nacional do Iguaçu, que foi habitado por mais de 50 anos, um aspecto de “natureza intocada”.

4.1 A influência internacional na ambientalização da legislação do Brasil

Da segunda metade do século XX em diante, o debate econômico passou a ser marcado por um tema pouco discutido até então: os riscos ambientais atrelados ao crescimento econômico. A partir dos anos 1960, o aumento global da produção agrícola e industrial resultante do uso intensivo de tecnologia agropecuária acelerou a degradação do meio ambiente, bem como o aumento de poluição na biosfera. Nessa época, foram publicados estudos que chamaram grandemente a atenção da opinião pública, como os livros: *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk, *Exploring New Ethics for Survival* (1972), de Garrett Hardin, bem como o *The Limits to Growth* (1972), os quais tiveram forte impacto internacional ao denunciar graves problemas ambientais (LAGO, 2006).

Soma-se a isso a crise do petróleo da década de 1970, na qual se constatou a fragilidade da economia global, diante da ameaça de um possível esgotamento progressivo de recursos naturais do planeta. Nesse viés, a escassez dos recursos naturais significava uma ameaça às bases da produção material.

Nesse contexto, em que se evidenciaram os efeitos adversos da falta de controles sobre o meio ambiente, grupos passaram a questionar esse modelo de desenvolvimento e demandar uma resposta dos Estados. Discussões internacionais trouxeram questões mais amplas, problematizando-se os padrões de produção e consumo. Nesses encontros, passou-se a tentar unir esforços a fim de se construir um modelo de desenvolvimento que orientasse o mercado e as políticas públicas.

Segundo Julien Vanhulst (2019), a literatura classifica a questão da sustentabilidade da seguinte forma: a) o período pré-Brundtland, de 1970 a 1987: vai do surgimento generalizado das preocupações ambientais até a publicação do Relatório Brundtland; b) o período pós-Brundtland, de 1988 a 2002: tem como marco principal a Cúpula da Terra em Joanesburgo (2002), evento em que os acordos firmados na Eco-92 (1992), realizada no Rio de Janeiro, deixam de influenciar as prioridades políticas globais (VANHULST *et al*., 2019); e c) o período contemporâneo, de 2002 a 2012: transcorre da Cúpula de Joanesburgo até a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 2012 (Rio+20). Destaca-se que o Relatório Brundtland foi explicado no capítulo 3 do presente estudo.

Esses períodos são assim classificados, tomando por conta os grandes eventos internacionais, pois autores apontaram a coincidência entre as cúpulas internacionais decenais e os momentos de maior intensidade na atividade acadêmica no que se refere aos debates sobre sustentabilidade socioecológica, no sentido de que aqueles eventos atuam como catalisadores de ação e reflexão.

Com relação ao primeiro período, antes da publicação do Relatório Brundtland, a crise ambiental, para os países do Sul, representava uma tentativa dos países do Norte de regular o desenvolvimento, que praticamente não levava em conta as desigualdades socioeconômicas globais (VANHULST, 2019). É digno de destaque também que, nos anos 1970, ambos os modelos — o proposto pelos países desenvolvidos e aquele baseado na perspectiva dos países em desenvolvimento — enfrentaram o problema ambiental na América Latina. O primeiro preconizava limites ao crescimento, conforme consta no relatório do Clube de Roma chamado “Os Limites ao Crescimento”. Já o segundo reinterpretava esses limites como um discurso de poder e conectava os problemas ecológicos com a distribuição desigual de poder e riqueza no mundo (VANHULST *et al*., 2019).

Salienta-se que, em 1972, durante a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em

Estocolmo, iniciou a tentativa institucional de se compatibilizar desenvolvimento econômico e a redução da degradação ambiental (poluição, desmatamento, entre outros). Porém, não houve consenso, afinal os países “desenvolvidos” pautavam uma imediata redução da industrialização e, portanto, do crescimento econômico, como forma de frear os problemas ambientais. Por outro lado, as nações “em desenvolvimento” não aceitaram se submeter a limites tidos como óbice a sua capacidade de enriquecimento e da melhoria da qualidade de vida da sua população (FENECH, 2003).

Nesse primeiro período, na esteira da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, Ignacy Sachs e a proposta de ecodesenvolvimento tiveram um grande impacto na América Latina, onde essa teoria foi percebida como uma possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e política ambiental, considerando simultaneamente a situação dos países fora do centro econômico mundial. O aspecto anti-hegemônico dessa proposta baseia simultânea e legitimamente teorias críticas em prol de um modelo cultural autônomo, englobando o meio ambiente nas lutas pela democracia e justiça social (VANHULST *et al*., 2019).

Para Sachs (1982), o ecodesenvolvimento não coloca o desenvolvimento e o ambiente em pólos contrários; ele não preconiza a detenção do crescimento, mas chama para um desenvolvimento que não ignore as assimetrias das relações internacionais de poder. Ainda, que ele centralize a crise ambiental como elemento potencial para redirecioná-lo nestas várias dimensões socioambientais.

Não obstante seu impacto, o potencial crítico e transformador do ecodesenvolvimento na América Latina foi lentamente dissolvido pelas estratégias relutantes em mudar a ordem econômica predominante (VANHULST *et al*., 2019). Ressalta-se que, assim como Bernardo *et al*. (2018), entendo que o pensamento de Sachs se aproxima do socioambientalismo e, tal como tratado no item 3 deste capítulo, essa linha não foi incorporada na legislação de Parques Nacionais brasileiros.

A partir de 1982, a América Latina entrou em um período de crise econômica ligada à crise da dívida, inflação e recessão na maioria dos países, que foi chamado de “a década perdida”. Neste contexto, tornou-se imperioso recuperar economicamente cada nação. Assim, o meio ambiente foi relegado para segundo plano, criando um cenário para a consolidação de programas neoliberais e de

desaparecimento do discurso do ecodesenvolvimento das discussões políticas (VANHULST *et al*., 2019).

Em 1983, a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida por Gro Harlem Brundtland. No entanto, apenas em 1987, que foi quando houve a publicação do relatório “Our common future” (Nosso futuro comum) ou, como é bastante conhecido, Relatório Brundtland, é que o termo “desenvolvimento sustentável” adentrou o discurso político.

Isso porque a Comissão Brundtland, por meio daquele Relatório, recomendou aos países que reorientassem sua política e os programas de desenvolvimento econômico internacional e nacional para o “desenvolvimento sustentável”, definido como um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (WCED, 1987).

A crença essencial subjacente ao desenvolvimento sustentável era que a tecnologia e a organização social pudessem ser administradas em prol de um crescimento econômico contínuo, que estava dentro dos meios ecológicos do planeta. Contudo, o termo era suficientemente vago para permitir um amplo endosso e adoção, uma vez que ninguém podia defender seriamente o “não-desenvolvimento sustentável” (FENECH, 2003).

Com a publicação do Relatório Brundtland, as questões ambientais globais voltaram a ter papel de destaque no debate nacional e internacional, com o termo “desenvolvimento sustentável” sendo incorporado em quase todas as questões e preocupações ambientais formuladas no mundo em meados dos anos 1990. Na política internacional, o documento resultou também no crescimento da consciência sobre a “vulnerabilidade mútua” do “Norte” industrializado com o “Sul” consideravelmente menos industrializado (VANHULST *et al*., 2019).

As conclusões do relatório levaram a ONU a organizar, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro. O evento reuniu representantes de mais de 170 Estados, com observadores de centenas de organizações não governamentais, e gerou uma Declaração de Princípios e um plano detalhado, a “Agenda 21”, que refletiu a compreensão contemporânea da interação humana com o meio ambiente e

a necessidade de proteger a sustentabilidade dos sistemas naturais (HOOPER *et al*., 2005).

De acordo com Hooper *et al*. (2005), a comunidade científica chegou a um amplo consenso sobre muitos aspectos do relacionamento entre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas, incluindo muitos pontos relevantes para a gestão dos ecossistemas. Eles entendem que os seres humanos estão alterando a composição das comunidades biológicas por meio de uma variedade de atividades que aumentam as taxas de invasões e extinções de espécies, em todas as escalas, do local ao global.

Os autores defendem, ainda, que essas mudanças têm um forte potencial para alterar as propriedades dos ecossistemas e os bens e serviços que eles fornecem à humanidade. Eles ressaltam que experiências ecológicas, observações e desenvolvimentos teóricos mostram que as propriedades dos ecossistemas dependem muito da biodiversidade em termos das características funcionais dos organismos presentes no ecossistema e da distribuição e abundância desses organismos no espaço e no tempo. Os efeitos das espécies agem em conjunto com os efeitos do clima, disponibilidade de recursos e regimes de perturbação para influenciar as propriedades do ecossistema (HOOPER *et al*., 2005).

Para tanto, entendem ser fundamental compreender esta complexidade, ao mesmo tempo em que tomar medidas fortes para minimizar as perdas atuais de espécies é necessário para o gerenciamento responsável dos ecossistemas da Terra e da biota diversificada que eles contêm (HOOPER *et al*., 2005).

No entanto, nos últimos anos, embora diversos tratados internacionais tenham sido firmados após muita negociação, eles são de difícil implementação e controle. Cita-se, como exemplo, o Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas 2017-2030 (UNSPF), também conhecido como “Forest deal”, que foi assinado durante a COP26, realizada em Glasgow, na Escócia, em 2021. O documento forneceu uma estrutura para contribuições relacionadas às florestas para a implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, do Acordo de Paris, entre outras metas internacionais relacionadas às florestas. Como ele não estipula sanções em caso de descumprimento, isso faz com que o acordo seja interpretado por organizações ambientalistas como “fraco e insuficiente” como instrumento para proteção da biodiversidade (GREENPEACE, 2021).

4.2 As leis de proteção à natureza no Brasil, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o panorama atual

Desde meados de 1500, com a exploração do pau-brasil, até a contemporaneidade, na qual se posiciona como maior produtor e exportador mundial de soja, de café e carne bovina, o Brasil é um país caracterizado como agroexportador, cujo PIB é impulsionado pelas commodities. Assim, observa-se que a legislação ambiental brasileira historicamente se pautou no uso intensivo dos recursos naturais (FREIRIA, 2015).

A regulação ambiental teve seu início e base na legislação portuguesa que aqui vigorou até o advento da República, em 1889. Segundo Jung (2011), a preocupação com a proteção à natureza, por meio do controle na exploração de determinados recursos naturais, foi descrita inicialmente nas Ordenações Filipinas, no século XVI.

Nesse sentido, o uso dos recursos naturais deveria ser otimizado e servir ao mercado, com base em uma lógica utilitarista, tal como na análise de Andrea Zhouri sobre o livro de Acselrad (2004, p. 2012): “a ‘natureza’ é entendida meramente como uma variável a ser ‘manejada, administrada, gerida, na velha tradição racionalista burocrática e iluminista’, de tal forma a não obstaculizar a concepção hegemônica de ‘desenvolvimento’”. Com base nesses conceitos, a apropriação dos recursos naturais é avaliada pela mensuração de níveis aceitáveis de degradação ambiental (ZHOURI, 2004).

Conforme Siqueira (2009, p. 138), “conservar para explorar” foi o objetivo do combate ao desmatamento promovido pela Coroa Portuguesa nos 11 artigos do Regimento do pau-brasil, elaborado em 1605. A exploração com base em uma conjuntura econômica, inicialmente relacionada à extração da madeira, é um contexto que se repete na Carta Régia de 1773, no Regimento de Cortes de Madeira em 1799, as quais determinavam cuidado especial com a exploração das madeiras em meio às matas.

Soma-se a isso a Carta Régia publicada em 1787, declarando como propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos existentes à borda da costa ou dos rios que desembocassem imediatamente no mar e por qualquer via fluvial que permitisse a passagem de jangadas transportadoras de madeiras (GARCIA, 2010). O regramento ocorrido no período imperial originou também dispositivos de proteção

ambiental, como a proibição da caça de certos animais e de instrumentos que pudessem causar-lhes dor e sofrimento e a valoração de árvores abatidas.

As primeiras instruções para o reflorestamento da costa brasileira foram estabelecidas no início do século XIX e, em 1808, D. João VI criou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Não obstante, as definições da legislação ambiental ainda permaneciam diretamente ligadas à exploração madeireira da mata atlântica brasileira (GARCIA, 2010).

Ainda, conforme evidenciado por Antunes (2016), nesse período também houve a reiteração da proibição de concessões de licenças a particulares para o corte do pau-brasil e outras madeiras em 1825, a instituição de pena para o corte ilegal de madeiras outorgada no Código Criminal de 1830 (Art. 178 e 257) e a proibição do usucapião sobre terras públicas estabelecido pela Lei de Terras – Lei 601/1850.

Não houve artigos relacionados ao meio ambiente nas duas primeiras Constituições Brasileiras, uma outorgada à época do Império, em 1824, e a outra em 1891, no período republicano. Em 1926, porém, o Art. 72, § 17, b, da Constituição de 1891 foi emendado, para incluir a proteção federal aos recursos naturais minerais: “As minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros” (BRASIL, 1891).

Por sua vez, no Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/1916), revogada pela Lei 10.406/2002), incluiu-se algumas normas de caráter ambiental, com destaque para o Art. 584, que proibia “construções capazes de poluir ou inutilizar, para o uso ordinário, a água de poço ou fonte alheia, a elas preexistentes” (BRASIL, 1916). O documento refletia a influência das primeiras formulações legislativas disciplinadoras da propriedade urbana e rural, tratando das águas pluviais e poluição, porém basicamente com viés sanitário.

As raízes para o surgimento de diplomas legais com regras e normas específicas pertinentes à prevenção e controle de degradação ambiental foram fixadas na Constituição de 1934, mediante a definição da competência privativa da União de legislar sobre (Art. 5°, XIX, j) “bens do domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração” (BRASIL, 1934d).

Logo, conforme Adauto Cardoso (1997), nesse período a questão ambiental é vista como coadjuvante do desenvolvimento econômico. “Desenvolver”, portanto,

correspondia a “civilizar”, como se a industrialização liberasse o homem desse envolvimento que lhe soa como uma prisão: a natureza (CARDOSO, 1997).

A Constituição de 1934 também determinou a competência da União para legislar sobre proteção às belezas naturais, ao patrimônio histórico artístico e cultural, bem como para legislar sobre matérias de riquezas do subsolo, mineração, águas, florestas, caça, pesca e sua exploração (Art. 5º, inc. XIX, alínea “j”, e Art. 10, inc. III, c). Inclusive, no mesmo ano foi sancionado o primeiro Código Florestal, que foi editado para regular a retirada de madeira, evitando o aumento do preço da lenha e do carvão (BRASIL, 2011).

Também em 1934, o Código das Águas, objeto do Decreto nº 24.643, buscou regulamentar o uso econômico da água como recurso natural, na lógica do Estado atuando como árbitro do seu aproveitamento industrial e, de modo especial, do aproveitamento e exploração da energia. A regulamentação pelo direito de outros recursos naturais enquanto riquezas seguiu o mesmo caminho, tal como no Código de Pesca Decreto-lei nº 794/1938, e no Código de Minas Decreto-lei nº 1985/1940, ainda no governo Vargas (FREIRIA, 2015).

No entanto, conforme Adriana Moura (2016), nos anos 1930 a 1960 não houve de fato uma política ambiental no Brasil ou uma instituição gestora da temática ambiental. Existiam apenas políticas setoriais que consideravam tangencialmente a questão ambiental, porém o foco delas era a exploração dos recursos naturais.

A agricultura e a industrialização passaram a trilhar um só caminho na cadeia agroalimentar nas décadas de 1950 e 1960, com a chamada “Revolução Verde”. O compromisso de tal “Revolução” era que o aumento da produtividade agrícola trouxesse a promessa da erradicação da fome nos países então chamados de Terceiro Mundo. Assim, a perspectiva de proteção nesse período continuou sendo utilitarista com relação aos recursos florestais, mesmo com o surgimento do novo Código Florestal – Lei nº 4.771/1965 (SOUZA, 2009).

Cinco anos depois, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), sancionado por meio da Lei Federal nº 5.727/1971, levou à edição do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e Nordeste (Proterra), pelo Decreto Federal nº 1.179/1971, cujo objetivo era fomentar a agroindústria nas regiões Norte e Nordeste.

No entanto, o Brasil precisou se adaptar à nova conjuntura mundial, pois nos anos 1970 os debates que tratavam do possível esgotamento dos recursos naturais e dos efeitos nefastos da poluição foram intensificados. O país assumiu compromissos internacionais na Conferência de Estocolmo, que resultaram na criação, em 1973, da primeira instituição federal para tratar diretamente da questão ambiental: a Secretaria Especial de Meio Ambiente. A Pasta atuou no controle da poluição industrial e, por simetria, os estados da federação criaram seus próprios órgãos para gerenciar a política de meio ambiente (POLLI *et al*., 2020).

O segundo PND, destinado ao período de 1975 a 1979, foi aprovado em 1974 pela Lei nº 6.151, e tinha apenas três das suas 118 páginas abordando a "poluição industrial e meio ambiente", embora reconhecesse a questão ambiental como "grandes temas de hoje e amanhã", na parte II, capítulo IX, intitulado "Desenvolvimento Urbano, Controle de Poluição e Preservação do Meio-Ambiente".

Percebe-se, ainda, que continuava prevalecendo naquele documento a lógica de controle ambiental relacionada ao combate à poluição, como pode ser visto neste trecho: "O Brasil dispõe de maior flexibilidade, quanto à política de preservação do equilíbrio ecológico do que a generalidade dos países desenvolvidos, por ainda dispor de áreas não poluídas" (PND, 1974).

O referido capítulo ambiental daquele PND não tratou de discutir as causas da poluição, com o intento de evitar essa relação ao modelo de desenvolvimento aplicado, sequer citando os sistemas agroalimentares ou a indústria nesse capítulo e tratando a preservação ambiental da seguinte forma: "Sem embargo, a tradição de ação predatória contra a natureza, em certas atividades de baixa produtividade, impõe, desde já, a necessidade de medidas protetivas" (PND, 1974).

Por outro lado, a militância de ambientalistas brasileiros se ampliou como reflexo dos debates e críticas realizados internacionalmente e da baixa adesão da agenda governamental brasileira à pauta ambiental. Como exemplo, cita-se a atuação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), criada em 1971 pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, sendo uma das primeiras organizações não governamentais do país (FRANCO, 2017).

Na mesma época, em 1981, foi lançada a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei Federal nº 6.938/1981, que, como seu nome entrega, estabeleceu os princípios para uma política ambiental de âmbito nacional. Por meio da Política foram conceituados os termos meio ambiente e poluidor, foi instituído o

Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), e criados instrumentos para a execução da política — os primeiros a nível nacional. O documento ainda definiu a responsabilidade objetiva (que incide diante da existência de dano, independente da comprovação de culpa) para a reparação de danos causados ao meio ambiente.

Ressalta-se que, na década de 80, surge na União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (UICN) — criada em 1948, organizada pela UNESCO, com a participação de 33 países, entre os quais o Brasil —, o interesse pelas comunidades locais, depois chamadas comunidades tradicionais. Isso se deu pela percepção de que era difícil promover a conservação da biodiversidade sem a anuência e a participação de tais comunidades, principalmente das que já viviam no interior das Unidades de Conservação implantadas (PUREZA, 2016).

O ex-vice-Presidente da Comissão de Áreas Protegidas da UICN, Claudio Maretti, explicou em entrevista concedida à Fabiana Pureza, em 15/07/2013, como tais questões tornaram-se importantes no contexto da conservação para aquela Instituição:

> Então, já nos anos 80, nós começamos a perceber, eu ainda estava na Europa, uma certa preocupação na UICN com as chamadas comunidades locais depois chamadas comunidades tradicionais, sobretudo na Ásia e na África, menos na América Latina, porque começou a se perceber que era muito difícil se fazer conservação sem a anuência e a participação dessas comunidades locais que são as comunidades que vivem onde essas unidades são implantadas. Então, apesar das categorias da UICN serem muito amplas, elas consideravam a questão da cultura, mas sob o ponto de vista muito estático. Então, eram mais sítios arqueológicos, era tudo morto na verdade como o resto da natureza era meio selvagem. Começou a entrar pessoas que não eram botânicos, biólogos, florestais na UICN e, algumas ainda estão até hoje lá, e criou-se uma unidade lá chamada grupos de estudo demográfico, na UICN, mas na verdade a preocupação inicial dentro desses grupos era ver se a presença dessas populações nessas áreas, aumentando como aumentam no terceiro mundo, não iam colocar em risco a conservação (MARETTI, 2013 *apud* PUREZA, 2016, p.24-25).

Contudo, no âmbito legal, o debate socioambiental ainda não havia sido incorporado. No Brasil, em 1982 o governo estava organizando as categorias de preservação ambiental existentes e nesse ano sancionou e publicou, ainda pelo IBDF — ou seja, de maneira infralegal — a criação do primeiro Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Não obstante, considerava-se necessário que o sistema precisava de uma lei que o amparasse, com novas categorias, e estabelecendo os objetivos gerais de conservação da natureza, bem como os de cada categoria de manejo e,

principalmente, estabelecer outras Unidades de Conservação (MERCADANTE, 2001).

Assim, em julho de 1988 (um ano após a publicação do relatório Brundtland) o IBDF e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) assinaram um protocolo de intenções com a organização não governamental Fundação Pró Natureza (FUNATURA), para a “revisão e atualização conceitual do conjunto de categorias de Unidades de Conservação, incluindo a elaboração de um Anteprojeto de Lei, para dar o suporte legal ao Sistema” (MERCADANTE, 2001, p.12).

A FUNATURA atuava com a assessoria de conhecidos cientistas: Ibsen de Gusmão Câmara, Miguel Milano, Jesus Delgado, Ângela Tresinari, José Pedro de Oliveira Costa, Cesar Vitor do Espírito Santo, sob a coordenação geral de Maria Tereza Jorge Pádua e coordenação de Maurício Mercadante (PÁDUA, 2011).

O propósito desses especialistas, tal como descrito por Pádua (1996), desde que foi criada a FUNATURA, era de somar com os órgãos governamentais, “independente da coloração política”, a fim de se promover a biodiversidade e as áreas protegidas, considerando-se que estão quase todas sob a responsabilidade do Poder Público (federação, estados e municípios).

O resultado do trabalho foi publicado em 1989 — Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Aspectos Conceituais e Legais —, já sob a égide do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), que substituiu o IBDF e, conforme SILVA (1996), surgiu em um momento de distensão política, no primeiro governo de transição para a normalidade democrática. O material conteve duas versões de Anteprojetos de Lei para que o sistema tivesse, entre outras necessidades, a base legal suficiente (PADUA, 2011).

Também na década de 1980, sob a liderança de Chico Mendes, seringueiros da Amazônia organizaram-se em um amplo projeto que tratou desde a alfabetização até a justiça na reforma agrária. A mobilização decorreu da vasta comercialização de grandes áreas da floresta amazônica nos anos 1970, que estavam sendo desmatadas e até mesmo se tornando pastagens (RIVERO, 2009). Para coibir isso, a população afetada, especialmente os seringueiros, passou a reivindicar a criação de reservas extrativistas — áreas pertencentes ao poder público, que não poderiam ser vendidas, mas cujo uso dos recursos naturais poderia ser feito pela população local, que pode nela habitar e trabalhar mediante contrato de concessão de direito real de uso. O movimento atuou em conjunto com organizações indígenas,

agricultores familiares e moradores da periferia das cidades, Sindicatos, Comissão Pastoral da Terra, entre outros parceiros.

O I Encontro Nacional dos Seringueiros foi realizado em 1985, em Brasília. No evento, debateu-se o modelo de reforma agrária, os direitos de posse, a destruição da floresta pelo desmatamento e as políticas que queriam para educação, saúde, cultura e infraestrutura. A ideia das reservas extrativistas também foi consolidada nesse encontro, como uma proposta para assegurar a permanência das populações tradicionais, que estavam ameaçadas com a expansão das pastagens, especulação fundiária e pelo desmatamento. Na ocasião, também foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que se autodenominavam “defensores da floresta” (CHOMA, 2018).

As críticas dos movimentos sociais e a pressão internacional sobre o Brasil aumentaram, tendo em vista que somente em agosto de 1988 foram queimados, por dia, cerca de mil quilômetros quadrados de mata. O governo federal reagiu lançando, em outubro de 1988, o “Programa Nossa Natureza” — Decreto 96944/1988 —, com a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal (SERRA, 2004).

Os reflexos disso foram importantes não apenas para a região amazônica, mas para a proteção ambiental no Brasil inteiro (RICHARD, 2013). A Constituição Federal promulgada em outubro de 1988 dedicou um capítulo específico à tutela ambiental. Ela é considerada um marco com a instituição do direito ao meio ambiente equilibrado.

Assim como tratado no capítulo anterior, o preceito do “desenvolvimento sustentável” passou a integrar o direito constitucional brasileiro, nos seguintes termos:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Com isso, o Direito Brasileiro passou a tutelar o bem ambiental com base em uma “responsabilidade de longa duração”, tal como explicado no capítulo anterior. A conflituosa situação político-ambiental da época culminou no assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, um ano após receber o “Prêmio Global 500” das

Nações Unidas e o prêmio “Por uma vida melhor”, conferido pela Sociedade Americana para Ecologia. Sua morte repercutiu grandemente no exterior, ocupando a primeira página do jornal norte-americano “The New York Times”, que publicou a questão na matéria: “The brazilian who fought to protect Amazonia is killed”.

Em 1989, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) reuniu várias secretarias e se responsabilizou pela articulação, coordenação, execução e controle da política ambiental. No mesmo ano, a Amazônia legal passou a ser monitorada pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), como forma de demonstrar ao mundo que o país avançava na pauta ambiental, bem como o presidente Sarney reivindicou à ONU que o Brasil fosse sede da Eco-92 (CAPOBIANCO, 1992).

O ambientalista José Lutzenberger assumiu, em 1990, já no governo Collor, a Secretaria de Meio Ambiente, ajudando na organização do encontro Rio-92, conhecida como Cúpula da Terra, que foi a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O evento contou com ampla difusão da ideia de desenvolvimento sustentável, conceituando que o “direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras” (BRASIL, 2020). Essa noção, apesar das contínuas controvérsias quanto aos contornos do seu alcance e conteúdo, passa a ser importante referência para as políticas ambientais. Durante a Rio-92, a ideia de desenvolvimento sustentável prevaleceu, dentre outras proposições, como a do ecodesenvolvimento, termo criado por Ignacy Sachs em 1982 (VANHULST *et al*., 2019).

Nesse sentido, assim como abordado no capítulo 2 deste trabalho, o conceito de desenvolvimento sustentável tem um caráter moderador ou apaziguador. Por isso, a possibilidade de conciliar o crescimento econômico e o aumento de renda da população para combater a crise ambiental e social faz com que tal proposta costume ser amplamente aceita.

De forma oportuna aos debates promovidos pela Rio-92, o resultado do trabalho realizado pela FUNATURA, para a revisão conceitual do conjunto de categorias de Unidades de Conservação — como anteriormente explicado, foi publicado em 1989 —, tornou-se o Projeto de Lei nº 2.892/1992. O objeto desse PL

era criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e regulamentar o Art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal.

No entanto, a referida Lei levou 10 anos para ser aprovada, tendo em vista que nos debates legislativos se fortaleceu a dicotomia entre os preservacionistas e os socioambientalistas — o qual será explorado no próximo item deste trabalho. Desse modo, apenas em 28 de julho de 2000 que a Lei do SNUC (Lei 9.985) foi sancionada pelo Presidente da República, José Sarney Filho.

A Lei 9.985/2000, que disciplina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, dispõe sobre os espaços territoriais especialmente protegidos. A Lei conceitua Unidade de Conservação como:

> Art. 2º, I: (...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Considerando a generalidade do conceito, a lei divide as Unidades de Conservação em dois grupos: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. Cada um desses grupos engloba diferentes categorias, sem possuir relação hierárquica (art. 8º. Lei 9985/2000) (Quadro 5):

Quadro 4 - Categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
I - Estação Ecológica;	I - Área de Proteção Ambiental;
II - Reserva Biológica;	II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
III - Parque Nacional;	III - Floresta Nacional;
IV - Monumento Natural;	IV - Reserva Extrativista;
V - Refúgio de Vida Silvestre.	V - Reserva de Fauna;
	VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
	VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base na Lei 9985/2000.

Destaca-se que a categoria “Parque Nacional”, que é a relativa ao Parque Nacional do Iguaçu, corresponde a uma Unidade de Proteção Integral, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (art. 11, Lei 9985/2000).

Ainda, conforme a Lei do SNUC, antes de criar Unidades de Conservação, o poder público deve realizar estudos técnicos e consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade (Art. 22, §2º). O dispositivo visa promover a proteção de populações tradicionais e de agricultores familiares.

Como visto, até a década de 80, a natureza era tratada no âmbito do direito das coisas, e por isso a legislação foi criada em torno da lógica de propriedade e uso das terras. Hoje, por conta do amadurecimento propiciado por anos de embates de valores diferentes sobre como tratar a natureza, ela é juridicamente tratada como direito difuso, tal como defende José Afonso da Silva (1995), que afirma que o art. 225 quer se referir é um bem de interesse público.

Nessa linha, salienta-se que o Supremo Tribunal Federal — a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil —, que é o guardião da Constituição (art. 102, da CF) e por isso realiza o controle de constitucionalidade das Leis do país, consolidou como entendimento que sequer a atividade econômica pode ser exercida caso ela comprometa a proteção ao meio ambiente, conforme se vislumbra na decisão a seguir:

> MEIO AMBIENTE - DIREITO À PRESERVAÇÃO DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225)- PRERROGATIVA QUALIFICADA POR SEU CARÁTER DE METAINDIVIDUALIDADE - DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVÍSSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE - NECESSIDADE DE IMPEDIR QUE A TRANSGRESSÃO A ESSE DIREITO FAÇA IRROMPER, NO SEIO DA COLETIVIDADE, CONFLITOS INTERGENERACIONAIS – (...). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presentes e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual (RTJ 164/158-161). (...) A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. - A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a "defesa do meio ambiente" (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina. Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL (CF, ART. 3º, II) E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE (CF, ART. 225): O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE OBTENÇÃO DO

> JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E AS DA ECOLOGIA. - O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações. (STF - ADI-MC: 3540 DF, Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 01/09/2005, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 03-02-2006 PP-00014 EMENT VOL-02219-03 PP-00528).

Entretanto, embora esse princípio tenha se consagrado no panorama jurídico pátrio, e ainda que a literatura jurídica posicione o direito ambiental juntamente aos direitos humanos e incida a ele a cláusula de proibição do retrocesso ambiental[13], diversos estudos da política ambiental brasileira demonstram um movimento tendente à desconstrução das ferramentas e instrumentos inaugurados pela legislação ambiental (ACSELRAD, 2013; POLLI *et al*., 2020; LEUZINGER, 2014).

A tendência à "desregulação ambiental" é tratada por Acselrad (2004) como causada por pressões políticas, principalmente de atores relacionados economicamente com determinado recurso natural, em prol do enfraquecimento dos controles regulatórios e a flexibilização das leis.

Elas significam tanto a "perda de capacidade de se impor ao conjunto das funções de mediação entre sociedade e o mundo material, padrões de comportamento que afirmem o que se entenda por dimensões ambientais desejáveis da vida social" (ACSELRAD, 2013, p.66), como se atribuir pela desregulação "aos próprios agentes fortes no mercado a capacidade de definir o todo 'ambiental' ao qual esperar-se-ia que as funções parcelares se adequem, ou seja, a um meio ambiente 'do capital'" (*Ibid*., p.67).

Márcia Leuzinger (2014) destaca que principalmente a partir de 2005 se intensificou um movimento contrário, com a aprovação de normas que reduziram a proteção ambiental, culminando na revogação do Código Florestal de 1965. Ela evidencia que esse movimento contrário é liderado por representantes do agronegócio e das grandes empresas de agrotóxicos e de sementes geneticamente

[13] A qual não será aprofundada nesse estudo, por isso, indica-se leitura de Benjamin (2011).

modificadas, o qual começa a alcançar metas de flexibilização da legislação ambiental.

Além da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), cita-se como retrocesso na agenda ambiental a aprovação de novos parâmetros para o Código Florestal sancionado em 2012. O debate legislativo concentrou-se principalmente na alteração das métricas da Reserva Legal (RL) e das Áreas de Preservação Permanentes (APPs). É que o Código Florestal anterior havia sido atualizado pela MP nº 2.166-67/2001, a fim de conter queimadas na Amazônia legal, vinculando o cumprimento desses limites legais às multas e penalidades estabelecidas na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).

Desse modo, de um lado estavam parlamentares e ruralistas que reivindicavam a alteração do Código Florestal, dizendo que se os seus limites quanto às RL e APPs fossem cumpridos, a agricultura se tornaria inviável no Brasil (SILVA *et al*., 2016), e do outro estavam cientistas e ambientalistas, que alegavam que era importante manter as regras de conservação vigentes para se garantir o funcionamento dos ecossistemas em estados desejáveis.

Eles argumentavam ainda, que a dita redução da área agrícola seria compensada pela crescente eficiência de produção e que, com isso, a regulamentação vigente não implicaria restrições ao aumento da produção agrícola (MARTINELLI *et al*., 2010).

Ao fim da discussão que deu origem à nova lei, as métricas das APPs e as RLs, foram alteradas e condicionadas a recortes fundiários. O módulo fiscal, que foi criado para fins de cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR), passou a ser utilizado no Código Florestal – Lei 12651/2012, como parâmetro para definição das novas dimensões das APPs e RLs. Isso gerou, em termos absolutos, uma redução da área a ser recuperada.

Ainda, essa aprovação propiciou a anistia das multas e sanções oriundas de desmatamentos ilegais realizados antes da promulgação da Lei de Crimes Ambientais e na isenção da obrigatoriedade de recuperar áreas desmatadas (SILVA *et al*., 2016).

Do final de 2015 até o momento ganharam força, com tramitação mais célere, as propostas legislativas sobre temas controversos, cujo conteúdo é visto com ressalvas pelas organizações ambientalistas. O escritório no Brasil da

Fundação Heinrich Böll lançou, em 2017, um dossiê denominado “Flexibilização da legislação socioambiental brasileira”.

Cita-se, como exemplo, o PL 1610/1996, que prevê a possibilidade de mineração em terras indígenas. Em 2017, o referido projeto encontrava-se aprovado pela Câmara e em tramitação no Senado, ficando 20 anos parado. No governo Bolsonaro ele retornou à agenda legislativa, em 2020, como regime de prioridade.

Citam-se outras normas criadas pelo poder executivo que estimulam práticas contrárias à preservação da natureza: A Instrução Normativa nº 09/2020 do IBAMA, que regulariza propriedades rurais em terras indígenas; a Instrução Normativa nº 13/2020 do MAPA, que tratou reduziu a distância entre áreas povoadas e aquelas em que ocorrem pulverização de agrotóxicos; a autorização da pesca em Fernando de Noronha, no ano de 2020, mesmo com parecer contrário da equipe técnica ICMBio; a decisão do Conama, que alterou as resoluções 302/2002 e 303/2002, retirando da proteção estrita as áreas de restingas e manguezais, abrindo espaço para a ocupação irregular nesses territórios. Todos estes atos foram proferidos por órgãos de defesa ambiental (MISSIATTO *et al*., 2021).

Segundo informações contidas em nota técnica emitida pelo INPE, o desmatamento da Amazônia no período de um ano, 2019 a 2020, foi 1,7 vezes maior que no período compreendido entre 2016 e 2018. Além do desmatamento, em 2020, a Amazônia foi o bioma que mais sofreu com queimadas (46,2%), seguida pelo cerrado (31,4%), pantanal (11,6%), mata atlântica (6,2%) e caatinga (4,4%). No pantanal as queimadas foram 200% maiores que em 2019, comprometendo cerca de 20% daquela região (MISSIATTO *et al*., 2021).

Cabe, por fim, fazer referência a Leuzinger (2014, p.15), por ainda se aplicar ao momento presente:

> o movimento ambiental, bastante desarticulado, não está conseguindo cumprir seu papel de sensibilizar a sociedade a fim de coibir ações tendentes à desconstrução da base normativa e principiológica, que possibilita a proteção jurídica do ambiente natural.

Pelo exposto, o presente item apresentou diferentes legislações criadas no Brasil desde os anos 30, tornando possível evidenciar a inexistência de uma política ambiental planejada no país anterior à década de 80. Observa-se que em grande parte da história, a agenda ambiental esteve relacionada à garantia de recursos naturais à economia agrícola.

Identificou-se o surgimento das preocupações de natureza ambiental na legislação a partir da década de 70, que avançaram muito nos anos 80, porém, a partir de 2006, houve um movimento de retrocesso, com uma maior flexibilização de normas ambientais.

O avanço ocorrido nos anos 80 possibilitou a criação de mecanismos e diretrizes em prol de um tratamento mais sistemático da legislação, o que fortaleceu a política regulatória ambiental. A presente revisão possibilita concordar com Monosowski (1989), pois se vislumbrou quatro abordagens básicas nas leis ambientais brasileiras anteriores aos anos 90: a administração dos recursos naturais, o controle da poluição industrial, o planejamento territorial e a gestão integrada de recursos.

Constata-se que a agenda política ambiental permaneceu aberta e em disputa, mesmo após a Constituição Federal de 1988, pois as soluções propostas pelo agronegócio não mudaram. Pode ter até se acirrado, principalmente no fluxo político, ao se considerar que é significativa a sua representatividade no congresso brasileiro, sobretudo por seu impacto no PIB do país. Sugere-se, no entanto, buscando a confirmação, um futuro estudo específico.

Identificou-se que as leis ambientais brasileiras são modificadas com frequência, sobretudo ao se alterar os grupos que governam o poder executivo. Isso corrobora a afirmação de Klaus Frey (2000), que afirma ser o Brasil um país em desenvolvimento com a presença de instituições democráticas frágeis junto aos comportamentos político-administrativos modernos e tradicionais (democracias delegativas ou regimes neopatrimoniais).

Portanto, apesar do crescente aumento da preocupação internacional com a preservação ambiental, tornando-se cada vez mais objeto de medidas a fim de se ampliar as proteções existentes (ONU, 2019), no Brasil se constata um movimento legislativo inverso, tendente à desconstrução das políticas existentes.

Os analistas apontam que o atual governo entende a legislação ambiental como um percalço ao desenvolvimento (BOELL, 2019). Desse modo, vislumbra-se atualmente um paradigma de mudança das normas ambientais, que já foram abertamente classificadas por Ricardo Salles, ex Ministro do Meio Ambiente no governo Bolsonaro, como excessivas e ineficientes (SALLES, 2020).

4.3 A criação dos Parques Nacionais no Brasil

A primeira experiência mundial do modelo de conservação com base em reservas data de 1776, com a criação, por lei, da Reserva Florestal mais antiga e com fins específicos de conservação: a Reserva de Tobago, nas Ilhas de Trinidad e Tobago, no Caribe. Considerado um marco na história da conservação e da preservação do meio ambiente, sua finalidade era atrair chuvas frequentes para contribuir na fertilidade das terras.

Quase um século mais tarde, as bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas, segundo Diegues (1998), quando da designação de milhares de hectares da região nordeste de Wyoming, nos Estados Unidos, como Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. De acordo com Nash (1989), essa destinação foi o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais no interesse público.

Yellowstone também é referenciado como a primeira tentativa de implementar o enfoque de manejo de Unidades de Conservação. O surgimento desse parque está relacionado à proteção da beleza cênica local e, ainda hoje, é considerado um dos mais importantes símbolos norte-americanos de lazer.

A criação daquele parque inspirou o engenheiro brasileiro André Rebouças, que, em 1876, sugeriu a criação de Parques Nacionais em Sete Quedas e na Ilha do Bananal, mediante a publicação do artigo chamado “Parque Nacional”. Na publicação, o engenheiro, após ter analisado com entusiasmo os resultados da criação de Yellowstone, e estimulado pelas possibilidades que vislumbrava em tal projeto, fazia propostas semelhantes para o Brasil (URBAN, 1998).

Rebouças foi um observador atento do potencial turístico — e, portanto, econômico — das belezas naturais do país, e lutou pelos primeiros Parques Nacionais no Brasil. A contradição entre a facilidade de explorar o patrimônio natural e a necessidade de protegê-lo para evitar sua extinção também estava presente nas propostas do engenheiro.

Entretanto, nos anos finais do Império, foram apenas tentativas sem sucesso, encabeçadas por José Bonifácio, de criar Parques Nacionais. Somente no período republicano é que surgiu o Horto Botânico de São Paulo, em 1896, mais tarde denominado Parque Estadual São Paulo, considerado a primeira Unidade de Conservação brasileira. De qualquer forma, a proteção da natureza no Brasil

continuava resumida à mera aspiração de alguns escassos militantes, alguns até influentes como Rebouças e Santos Dumont (MEDEIROS, 2006).

No início do século XX, já havia amadurecido, em nível internacional, a ideia de criação de um movimento permanente em defesa do patrimônio natural. Esse amadurecimento resultou na criação, em 1913, da Comissão Internacional de Proteção à Natureza. A Primeira Guerra Mundial deteve a atuação da Comissão, que conseguiu apenas em 1923 realizar o 1º Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (ARAUJO, 2007).

Contemporaneamente, a publicação, em 1911, do “Mapa Florestal do Brasil”, do cientista brasileiro Luís Felipe Gonzaga de Campos, representou o primeiro grande esforço significativo no país na direção do movimento, já internacional, de criação de áreas naturais protegidas (ARAUJO, 2007). Foi somente em 1913 que o botânico Alberto Loefgren solicitou ao Ministério da Agricultura a criação de um Parque Nacional no maciço do Itatiaia, com o objetivo de pesquisa e lazer para as populações dos centros urbanos. No mesmo ano, a ideia de um Parque Nacional recebeu apoio de geólogos, botânicos e geógrafos em uma conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (ARAUJO, 2007).

Não obstante, apenas em 1934, no Rio de Janeiro, foi realizada a 1ª Conferência Nacional para a Proteção da Natureza, no Museu Nacional (CABRAL, 2002), por iniciativa de Alberto José de Sampaio e Leôncio Corrêa. O evento talvez tenha sido, com base nos registros históricos, a primeira grande mobilização em solo nacional voltada para discutir e organizar demandas relacionadas à proteção da natureza, já sob forte inspiração do modelo de Parques Nacionais norte-americano (ARAUJO, 2007).

A Conferência derivou, certamente, da necessidade de articular, de maneira mais organizada, demandas pela criação de espaços protegidos que, até então, eram apresentadas de forma pontual. À época, a questão ambiental era tratada por meio de um conjunto de normas que legislavam sobre diferentes aspectos particulares, com ênfase em alguns recursos (florestais e minerais principalmente), herança da concepção gerencial de proteção da natureza dos períodos Colonial e Imperial (MEDEIROS, 2003).

Notava-se na época, também, que era preciso convencer o estado brasileiro a adotar medidas que viabilizassem a criação de Parques Nacionais e outros tipos de reservas no país, uma vez que, dos primeiros anos da República até o início da

década de 30, a proteção da natureza não contava ainda com dispositivos muito claros, precisos e coordenados entre si (ARAUJO, 2007).

Sendo assim, como reflexo do debate internacional, sobretudo da visão biocêntrica, é que se concentraram os argumentos para se criar a legislação brasileira. Conforme Sérgio Jatobá *et al*. (2009), na visão biocêntrica se situam duas tendências: a do preservacionismo e a do conservacionismo. Os primeiros grupos preservacionistas surgiram na Inglaterra, ao tempo em que a ecologia florescia como ramo científico. Eles defendiam a reserva de determinadas áreas para a proteção integral da natureza. A partir de suas propostas, são criados os primeiros Parques Nacionais no mundo, à exemplo do Yellowstone.

Já os conservacionistas se diferenciavam pelo enfoque, pois além de pleitear a criação de reservas naturais, preocupavam-se com a relação homem-meio ambiente no meio urbano. Eles criticavam não só o combate à caça e a proteção da vida selvagem e de paisagens naturais, criticavam também a precariedade social e habitacional do proletariado urbano, agravadas pela poluição impulsionada pela Revolução Industrial (JATOBÁ *et al*, 2009).

Finalmente, foi publicado em 1933, no Diário Oficial, o projeto definitivo do primeiro Código Florestal brasileiro. Transformado em lei em 1934, o documento abrangia áreas públicas e particulares, com disposições precisas sobre a guarda e cortes das florestas e fixando penalidades por crimes e contravenções. Em seu Artigo 90, o Código estabelecia os Parques Nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam (BRASIL, 1934).

A partir daquele documento, foi também criado o Conselho Florestal Federal, com a atribuição de “promover e zelar pela fiel observância deste Código” e “orientar as autoridades federais sobre a aplicação de recursos do Fundo Florestal”, além de promover a cooperação dos poderes públicos na obra de conservação das florestas e replantio; difundir a educação florestal e a proteção à natureza em geral (BRASIL, 1934).

No que se refere à categorização das florestas, o Código de 1934, em seu Art. 3º, as classificava como:

a) protetoras;

b) remanescentes;

c) modelo;

d) de rendimento.

Aquele Código também enquadrava a figura do Parque Nacional no Art. 5º da Lei, dispondo que florestas remanescentes:

> são as que formarem os Parques Nacionais, estaduais ou municipais; as em que abundarem ou se cultivarem espécimes preciosos, cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético; as que o poder público reservar para pequenos parques ou bosques, de gozo público (BRASIL, 1934).

Não obstante, o documento não apresentava determinações expressas a respeito dos parques ou outras figuras de proteção; apenas alusões à possibilidade de sua criação em áreas devolutas. O próprio Serviço Florestal, que desaparecera com as reformas introduzidas pela Revolução de 30, ressurgiu apenas em 1938, dentro do Ministério da Agricultura, sem contemplar a questão das áreas protegidas (ESTEVES, 2006).

Desse modo, de acordo com Rodrigo Medeiros (2011), foi necessário um movimento de setores e pessoas ligadas à academia para a sua criação, fazendo com que, em 14 de junho de 1937, a região da antiga estação de pesquisas do Jardim Botânico fosse decretada como o Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro Parque Nacional brasileiro, formalizado sob a égide do Código Florestal de 1934.

Uma das pretensões do decreto de criação do primogênito dos Parques Nacionais era manter a região onde se localiza “perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender as necessidades de ordem científica” (MEDEIROS, 2011, p.36), além de “atender também às (finalidades) de ordem turística, que se apresentem em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros” (*Ibid*, p. 37). Isso demonstra que as Unidades de Conservação nascem no Brasil, reconhecendo seu valor e importância para a pesquisa científica (MEDEIROS, 2011).

Por sua vez, a Constituição de 1937 foi a primeira a abordar a questão da natureza, estabelecendo, no Artigo 134, que as “paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza” gozavam da “proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”, e que “os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional” (BRASIL, 1937).

Sob sua égide, em 1939, foram criados o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, respectivamente nos meses de

junho e novembro. A seu turno, o Decreto nº. 1.035, de 10 de janeiro de 1939, que criou o Parque do Iguaçu, assim estabelece no Art. 3º: “As terras, a flora, e fauna e as belezas naturais, na área a ser demarcada, ficam sujeitas ao regime estabelecido pelo Código Florestal de 34”, ou seja, mais uma vez, florestas remanescentes.

Em setembro de 1944, pelo Decreto 16.677, a Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, criado em 1921, recebeu a incumbência de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais. O mesmo dispositivo estabeleceu que os Parques Nacionais tinham como objetivo conservar para fins científicos, educativos, estéticos e recreativos as áreas sob sua jurisdição, além de atribuir ao Serviço Florestal a responsabilidade de “promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbário regionais” (BRASIL, 1944).

De qualquer forma, apesar do avanço representado pelo Código de 1934 e da menção à questão da natureza na Constituição de 1937, o ritmo de expansão do número de Parques Nacionais foi bastante lento. Apenas em 1948 foi criado o quarto Parque Nacional, o de Paulo Afonso (Decreto nº. 25.865, de 24 de novembro), posteriormente extinto, em 1969, pelo Decreto-lei nº. 605, de 2 de junho de 1969.

Também em 1948, houve a instalação definitiva da União Internacional de Proteção à Natureza, sob os auspícios da Unesco, com a participação de 33 países, entre os quais o Brasil. A União, então criada, transformou-se mais tarde na União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (UICN), com sede na Suíça (ARAUJO, 2007).

Para os brasileiros empenhados na defesa do patrimônio natural do país, a existência da UICN tinha fundamental importância para romper o isolamento, embora já existissem iniciativas locais importantes, como a Sociedade dos Amigos das Árvores que, desde 1930, já influenciava na política adotada pelo governo para proteção da natureza (ARAUJO, 2007).

Contudo, somente foram criados parques em outras regiões mais de dez anos depois de Paulo Afonso, tendo em vista a expansão da fronteira agrícola e o aumento da destruição das florestas. Entre 1959 e 1961, foram criadas as seguintes Unidades de Conservação: Aparados da Serra (SC/RS), Araguaia (TO), Ubajara (CE), Brasília (DF), Caparaó (MG/ES), Chapada dos Veadeiros (GO), Emas (GO), Monte Pascoal (BA), São Joaquim (SC), Sete Cidades (PI) e Tijuca (RJ), somando 1,1 milhão de hectares de áreas protegidas de uso indireto (DIEGUES, 1998).

Assim, quando da realização da Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, promovida pela UICN em Seattle (EUA), em 1962, o quadro já era bem distinto. Além dos parques citados acima, o Brasil tinha duas florestas nacionais: Araripe-Apodi, no Ceará, e Caxiuanã, no Pará (ARAUJO, 2007).

A participação em conferências desse tipo, bem como o convívio com instituições internacionais, ampliou consideravelmente o conhecimento dos técnicos de governo encarregados da questão florestal, amparados ainda nos resultados de pesquisas científicas que, cada vez mais, aprofundavam o viés ecológico (ARAUJO, 2007).

Esse cenário propiciou a elaboração do Código Florestal de 1965, que refletia um maior conhecimento das características e condições do patrimônio natural do país. O documento definiu as bases para um sistema de proteção à natureza, que demoraram muito a ser implementadas, reproduzindo as dificuldades crônicas das políticas de proteção à natureza no Brasil (ARAUJO, 2007).

Nessa nova versão do Código Florestal, a categoria Parque passa a aparecer de forma explícita na Lei, que, em seu Art. 5º, dizia que

> o Poder Público criará Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos (BRASIL, 1965).

Até aquele momento, a região sudeste-sul, a mais populosa e urbanizada do país, concentrava todos os Parques Nacionais que haviam sido criados. Entretanto, o rápido desmatamento na Amazônia causado pela expansão da fronteira agrícola para a região, levou à criação de algumas Unidades de Conservação importantes, como resposta a preocupações científicas e ambientalistas (QUINTÃO, 1983).

Em 1970, foi proposta a criação de 15 polos de desenvolvimento na Amazônia e de Unidades de Conservação na região, por parte do Programa de Integração Nacional (PIN). Quatro anos mais tarde, surgiu o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, com 1 milhão de hectares. Em 1975, o II Plano Nacional de Desenvolvimento também previa a criação de novas Unidades de Conservação na região amazônica.

Com o apoio da organização não governamental Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) efetuou o “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do

Brasil", que constituiu o primeiro planejamento do sistema de Unidades de Conservação para o país e foi aprovado pelo governo e publicado oficialmente em 1979. Na ocasião, o país possuía 18 Parques Nacionais e oito Reservas Biológicas tão somente. Havia, em toda a Amazônia, somente um Parque Nacional decretado (ESTEVES, 2006).

Aquele Plano já propunha a necessidade do estabelecimento de outras categorias de manejo não previstas nas legislações então em vigor (Código Florestal (1965) e Lei de Proteção à Fauna (1967). Também integravam o documento proposições para a criação de novas Unidades de Conservação, em especial na região da Amazônia, na Caatinga e costeiro-marinha, além da revisão das categorias de manejo existentes e da constatação de que os Parques Nacionais e reservas biológicas, até então criados, eram insuficientes para cobrir a gama de objetivos propostos (IBDF/FBCN, 1989). Outros tipos de Unidades de Conservação também foram recomendados naquele Plano, embora a legislação correspondente não as acomodasse (PUREZA, 2016).

Em 21 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 84.017, o Presidente da República, João Figueiredo, promulgou o regulamento dos Parques Nacionais brasileiros, cujo artigo primeiro estabelecia as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais. Naquele mesmo ano, três novos parques foram criados na região amazônica: Pico da Neblina, Pacaás Novos e Serra da Capivara (PUREZA, 2016).

Embora o debate sobre a permanência das comunidades tradicionais que habitavam os parques ter acontecido ao longo da década de 80, foi apenas com o projeto de Lei nº 2892/1992 — cujo objeto era a criação do SNUC — que se fortaleceu a esperança de se resolver o problema da sobreposição das áreas decretadas onde viviam as comunidades. No entanto, isso não aconteceu.

Para os chamados socioambientalistas, a questão da sustentabilidade inclui os povos indígenas e as populações rurais pobres (ditas comunidades tradicionais). Por isso, eles passaram a demandar um programa de reformas ou transformações mais amplas da sociedade. Entretanto, houve um forte embate com os preservacionistas, que também queriam a aprovação no SNUC com algo que lhes era inovador: a questão da biodiversidade, a qual para eles seria incompatível com a presença humana (FRANCO *et al*., 2009).

Em 28 de julho de 2000, a Lei do SNUC (Lei 9.985) foi finalmente sancionada pelo Presidente da República, depois de quase oito anos de tramitação no Congresso Nacional. Contudo, tal como afirma Diegues (1998), não houve uma mudança legal que passasse a permitir a moradia das comunidades tradicionais existentes em unidades de proteção integral.

Assim, a categoria Parque Nacional foi consolidada pelo SNUC como unidade de proteção integral, de forma exclusivamente a preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. A presença humana nesses locais é possível apenas para atividades como pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza, além do turismo ecológico, desde que seguidas as restrições das normas do órgão responsável pela administração do Parque.

Sendo assim, Diegues (1998) considera que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação permaneceu sob a ótica conservacionista, cujo conceito de parque ficou obsoleto ao desconsiderar a inclusão dessas populações, sendo diverso da evolução sugerida pelos principais órgãos de conservação internacional, a exemplo da UICN.

Destaca-se que os socioambientalistas também abordam a biodiversidade, porém, para eles não se pode desconsiderar seu aspecto cultural. Eles entendem que ela consiste em impedir que a perda das espécies cause danos ao funcionamento eficaz dos processos biológicos, bem como à manutenção da diversidade genética, cuja preservação é necessária para assegurar o fornecimento de alimentos, de fibras e certas drogas para o progresso científico e industrial (DIEGUES, 2000).

Sendo assim, os socioambientalistas defendem que a biodiversidade, no caso das florestas, é promovida pelos seres humanos desde tempos primitivos, por meio da manipulação continuada. Para eles, não existe floresta “intocada” ou “primária”, e por isso são contrários à chamada “ecologia radical”. São contrários, ainda, à criação de áreas protegidas, preferencialmente intocadas, ou seja, sem a presença humana (JATOBÁ, 2009).

Os chamados “povos tradicionais” seriam pessoas que vivem em áreas geográficas particulares, demonstrando, em vários graus, algumas características, tais como: a) ligação intensa com os territórios ancestrais; b) auto identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; c) linguagem própria,

muitas vezes não a nacional; d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência (BANCO MUNDIAL, 1991).

Sendo assim, culturas tradicionais funcionam com base no modo de produção da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983). Elas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, pois nela, além de a força de trabalho ser comercializada, a própria natureza se transforma em mercadoria (*Id*, 2000). Diegues (2000) cita como exemplo empírico de populações não-tradicionais os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos, madeireiros, etc.

Em contrapartida, o autor considera tradicionais as “sociedades camponesas”, tais como no caso das comunidades caiçaras de São Paulo. Nelas, a relação com a Mata Atlântica é estreita, inexistindo amplos processos químicos ou tecnológicos para modificá-la, bem como se respeita os ciclos naturais e sua exploração é feita dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas.

Ainda, menciona que nas suas roças a terra em descanso ou pousio é marca de posse, pois depois de colhida a mandioca ficam os pés de banana e outras frutíferas. Dessa mesma floresta se retiram as madeiras que serão utilizadas no cotidiano das famílias, como construção das casas, instrumentos de trabalho, etc. (DIEGUES, 2000).

O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, estabeleceu o regulamento do SNUC, definindo que toda Unidade de Conservação contará com um conselho consultivo ou deliberativo. Tal Conselho será presidido pelo chefe da Unidade de Conservação, que designará os demais conselheiros indicados pelos setores compostos por representantes da sociedade civil, como instituições de pesquisa, organizações não-governamentais ambientalistas, a população residente ou do entorno da unidade.

Ademais, o aludido Conselho detém várias atribuições de suma importância: a elaboração do regimento interno em um prazo de 90 dias contados de sua instalação, e o acompanhamento na elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo.

Repassado todo esse histórico sobre a criação dos Parques Nacionais no Brasil, vale a pena conferir alguns dados, para fins de uma compreensão ainda maior sobre o tema e sua evolução até os dias atuais.

Em termos de evolução legal do conceito de Parque Nacional, tal como demonstrado, a concepção surgiu no Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34), foi claramente explicitada no Novo Código Florestal (Lei 4.771/65), e finalmente sacramentada no SNUC (Lei 9.985/00).

A partir de 1937, quando foi criado o primeiro Parque Nacional brasileiro, quatro instituições foram responsáveis pela administração dessas unidades, conforme apontado por Caio Esteves (2006):

- Serviço Florestal, de junho de 1937 a outubro de 1962, que criou um total de 11 parques, o que equivale a uma média de 0,44 unidades por ano. Se considerado todo o período de existência do órgão (1921-1962), essa média baixa para 0,27 parques por ano;
- Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), de outubro de 1962 a fevereiro de 1967, que não criou nenhuma unidade, embora em sua gestão o Parque Nacional do Rio de Janeiro, criado em 6 de julho de 1961, tenha passado a denominar-se Parque Nacional da Tijuca, em 8 de fevereiro de 1967;
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), de fevereiro de 1967 a fevereiro de 1989, o qual criou, em 22 anos, 16 parques (média de 0,73/ano);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), que administra essas unidades de fevereiro de 1989 até o presente, e apresenta a maior média de UCs criadas: 2,06 unidades por ano, mediante a criação de 35 parques em 17 anos de existência, número superior ao realizado por todas as outras instituições atuais.

É oportuno também registrar que os órgãos que administram os Parques Nacionais eram vinculados ao Ministério da Agricultura até 1989. Com a criação do IBAMA, a vinculação passou a ser ao Ministério do Interior, e, a partir do surgimento do Ministério do Meio Ambiente, em novembro de 1992, o Instituto foi a ele vinculado, condição na qual permanece até os dias atuais (ESTEVES, 2006).

Segundo Quintão (1983), a preocupação ambientalista em compensar o desmatamento resultante da expansão agrícola rumo à Amazônia, justifica em parte

que, no século passado, a década a apresentar a maior área decretada de Parque Nacional foi a de 1970 (5,7 milhões de hectares).

Já no século XXI, os 9,8 milhões de hectares de parques decretados até julho de 2006 correspondem a 37,7% da superfície total da categoria existente no Brasil. Logo, conforme Esteves (2006), os 62 Parques Nacionais criados no Brasil entre julho de 1937 e julho de 2006 somam 27,2 milhões de hectares, divididos da seguinte forma:

- 72% encontram-se no bioma Amazônia;
- 8% no bioma Cerrado;
- 8% no bioma Cerrado/Amazônia;
- 4% no bioma Mata Atlântica;
- 2% no bioma Costeiro/Amazônia; e
- 6% nos demais biomas.

A região Norte, que corresponde a 45,3% do território nacional, detém 81,6% da área total de Parques Nacionais do país, e 5,7% da sua superfície regional protegida por essa categoria de unidade (ESTEVES, 2006).

Pelo exposto, vislumbra-se que o debate socioambiental foi pouco incorporado pela legislação brasileira. Conforme Acselrad (2004), no Brasil, as regras ambientais foram criadas de modo a se abordar a natureza sob a ótica de um estoque de matérias-primas para o mercado, já que elas acabam por estipular um nível aceitável de poluição. Com isso, a legislação se concentrou em racionalizar ou gerir o uso de recursos tidos como finitos, sem comprometer os lucros de diferentes atividades.

As leis ambientais do país consideram o ser humano apenas como modificador da natureza e não como integrante dela. Assim, contemplam o mínimo da pluralidade das formas sociais na relação com a base material (ACSERALD, 2004). Logo, embora uma parcela da sociedade tenha se mobilizado pela inclusão de modelos de desenvolvimento que acomodem a diversidade de ritmos de apropriação de recursos naturais (a exemplo dos caiçaras), essa não foi a lógica preponderante para a construção dos Parques Nacionais no Brasil.

4.4 A criação e conflitos do Parque Nacional do Iguaçu

A área atualmente pertencente ao Parque Nacional do Iguaçu (PNI) é resultado de sucessivos processos de ampliação do parque. Inicialmente, em 20 de outubro de 1931, por meio do Decreto nº 2.153, o Estado do Paraná desapropriou 33.609.040m², visando estabelecer uma futura povoação e um parque nacional. É ainda por meio do referido decreto que o governo estadual doa essas terras ao Governo Federal. Destaca-se o fato dessa norma ter sido subscrita pelo Interventor Gen. Mario Tourinho, o qual apoiava o governo federal na gestão do Paraná, logo após o movimento político chamado “Revolução de 30”.

Foi apenas em 10 de janeiro de 1939, por meio do Decreto nº 1035, que o PNI foi criado oficialmente. Referido instrumento sujeitou as terras, a flora, a fauna e as belezas naturais, “na área a ser demarcada”, ao regime estabelecido pelo Código Florestal aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. O Decreto estabelece em seu art. 2º que “A área do Parque será fixada depois do indispensável reconhecimento e estudo da região” (BRASIL,1934). A área do parque foi ainda ampliada no ano de 1944 pelos Decretos nº 6.506 de 17 de maio, nº 6.587 de 14 de junho e nº 6.664 de 07 de julho.

Porém, referidos decretos de 1944 abordam limites da área relativa ao Território do Iguaçu, o qual foi uma unidade administrativa federal dentro da qual o parque estava situado no referido ano — isso será tratado por essa pesquisa, no item 4.4. Sendo assim, embora exista essa menção à área feita em 1939, fato é que a sua delimitação foi legalizada apenas anos depois, pelo Decreto nº 86.876 de 01 de dezembro de 1981. Ele estabeleceu os limites atuais do Parque, incluindo o leito do rio Iguaçu e as ilhas ali existentes.

Ainda, o Decreto nº 1035/1939 dispõe, em seu art. 5º, que em um posterior regulamento a ser sancionado, regular-se-ia a entrada e permanência de excursionistas ao Parque Nacional do Iguaçu, estabelecendo também taxas módicas de acesso e permanência. Também dispõe em seu art. 6º que a “renda arrecadada pela administração do Parque será recolhida aos cofres públicos, na forma da legislação em vigor” (BRASIL, 1939).

O presente trabalho não localizou regulamento com o aludido conteúdo. Isso porque a consulta à base legislativa do poder executivo[14] indica que isso não foi

[14] Consulta realizada no site: https://legislacao.presidencia.gov.br/.

regulamentado até a década de 1970. A inexistência da aludida norma, após o Decreto nº 1035/1939 determinar parâmetros a serem estabelecidos para controle de acesso e permanência de pessoas na área, demonstra uma lacuna jurídica e consequentemente institucional.

Essa lacuna pode ser apontada como uma das causas de ausência de barreiras físicas, ou de alguma atuação mais imediata do Estado que impedisse as pessoas de colonizarem a área e nela permanecerem até a década de 80. Contudo, para confirmar esse argumento, sugere-se um estudo futuro, tendo em vista que o objeto dessa tese se cinge à Estrada do Colono.

Ressalta-se que a área do Parque se situa na fronteira com a Argentina — a qual inclusive conta com o seu "Parque Nacional do Iguazú", criado em 09 de outubro pela Lei 12.103/1934. Desse modo, além da preocupação com a manutenção da beleza cênica da floresta, a manutenção de fronteiras é um argumento que merece ser explorado.

Em seu governo, Getúlio Vargas objetivou a ocupação do território por nacionais, em projeto geopolítico conhecido como "Marcha para o Oeste", por meio de colonização via colônias agrícolas. Devido à proximidade da área com as fronteiras da Argentina e do Paraguai, a União pretendia impedir a aquisição dessas terras por estrangeiros (GENTE, 1989).

Logo, de acordo com Tania Bonassa (2004) e Rudy Nick Vencatto (2016), embora a criação do Parque Nacional do Iguaçu integre o contexto histórico e legislativo descrito no item anterior (o qual apresentou os motivos que embasam o surgimento da categoria de Unidade de Conservação "parque nacional"), a proteção ambiental — que na época cingia-se principalmente à manutenção das florestas para a preservação dos recursos hídricos — não é o único motivo da sua instituição na região do Iguaçu.

4.4.1 A "Marcha para o Oeste" e a colonização do PNI: os conflitos ambientais

Além de promover a ocupação do Oeste, o governo de Getúlio Vargas estruturou normas federais a fim de delimitar uma área de segurança nacional em todo território brasileiro, a fim de evitar a sua colonização por estrangeiros (MYSKIW, 2002). Com isso, instituiu-se as Leis nº 38/1935, bem como a de nº 136/1935, além

dos Decreto-Lei nº 431/1938 e o de nº 4.766/1942, os quais tratam dos crimes militares e contra a segurança do Estado.

Nessa linha, a Constituição de 1937 concentrou as concessões de terras na União, por meio do seu art. 165. Esse Artigo foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940, o qual estabeleceu que “as concessões de terras na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira do território nacional somente poderão ser feitas mediante prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional” (BRASIL, 1940).

Com isso, a área do PNI — que na época era como um vazio demográfico — tornou-se parte da estratégia de segurança da região de tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). Sendo assim, é possível indicar que a instituição do parque na década de 1930 está mais relacionada à consolidação da fronteira nacional do que com as preocupações ambientais. Inclusive, para os propósitos da “Marcha para Oeste”, a colonização de toda área seria incentivada, visto que na sua lógica os espaços não habitados poderiam ser ocupados por estrangeiros.

Além disso, no intuito de se preservar o território brasileiro, o governo federal, por meio do Decreto-Lei 5812, de 13 de setembro de 1943, criou o Território Federal do Iguaçu, retirando a gestão da área dos governos do Estado do Paraná e de Santa Catarina, centralizando sua tutela jurisdicional na União. Na época, o mapa do sul do Brasil ficou do seguinte modo (Figura 20):

Figura 17 - Mapa do sul do Brasil na “Marcha para o Oeste”, em 1943



Fonte: Fonte: Elaborado por Telles (2023), a pedido da autora (2023)

O Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944, estabelecia que o território de Iguaçu era dividido em cinco municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu, Mangueirinha e Chapecó. Desse modo, unificou-se a região oeste e sudoeste do Paraná com parte do estado de Santa Catarina.

A influência federal sobre a área estimulou o processo colonizatório, porém a queda do Estado Novo, em 1946, trouxe o fim do território do Iguaçu, cuja área retornou à jurisdição dos respectivos estados. Como seguimento à política de concessão de terras, no Paraná ele passou a ser capitaneado por empresas privadas (PRIORI *et al*., 2012).

Na região de Foz do Iguaçu destacaram-se três delas: a Colonizadora Pinho e Terras Ltda., a Colonizadora Gaúcha Ltda., e a Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. (PRIORI *et al*., 2012). Essa forma de colonização ocasionou diversas disputas de terra. Com o fim do Estado do Iguaçu, a maior parte da região retornou à jurisdição do Estado do Paraná, na época sob o governo de Moyses Lupion (1947-1951).

Essa passagem de competência Estadual para Federal, e depois novamente Estadual, gerou uma grande confusão nos registros de imóveis, pois muitos deles ficaram irregulares e acabaram sendo vendidos a mais de um comprador. Durante a segunda gestão de Lupion (1956-1961), sobretudo após 1957, houve emissão de uma série de títulos em relação à mesma área (PRIORI *et al*., 2012).

Por isso, nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra, nas imediações do Parque Nacional do Iguaçu, houve uma violenta revolta de posseiros em 1961. Eles eram alguns dos gaúchos que vieram para colonizar a região, tendo como propriedade basicamente o que puderam carregar durante a mudança e que prepararam a área para sua moradia, vivendo, sobretudo, da lavoura e pecuária de subsistência. Embora vivessem há mais de 20 anos na área, não tinham o papel da propriedade, que pertencia a especuladores imobiliários (MYSKIW, 2002).

Esse conflito agrário ocorreu no entorno da Estrada do Colono, havendo inclusive relatos de tortura pela atuação de jagunços e grileiros (PARANÁ, 1966). A contenda só foi resolvida com a intervenção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA — correspondente na época ao atual INCRA), após medições iniciadas em 1962 (SERRANOPOLIS, 2020).

Segundo Bonassa (2004) e Vencatto (2016), a questão agrária na região do Parque Nacional do Iguaçu foi causada por políticas contraditórias do Governo do

Estado do Paraná e do Governo Federal, as quais dificultaram o movimento de legalização de terras nesta faixa de fronteira. Houve intensos embates entre os diferentes órgãos e governos — municipal, estadual e federal —, o que acabou por promover a ocupação de uma área que já estava formalmente estabelecida como reserva ambiental desde 1939. Afinal, como boa parte das pessoas que moraram dentro do parque tinham escrituras de suas propriedades?

É importante salientar que gaúchos que migraram para povoar a região do Parque eram famílias de pequenos agricultores. Vencatto (2016) menciona em seu estudo a entrevista com o senhor Severino Berres, antigo morador do Parque, que descreve como foi quando essas pessoas chegaram a sua nova morada:

> Não sei se tu podia imaginar, não sei se tu imagina como é que é no mato, no meio do mato, descarregar aquela mudança e ficar, agora tu fica ali, isso não é fácil. (...) E aqui em cima, (se refere ao parque), não tinha fruta, não tinha nada. Não tinha nada pra come (risadas). É! Bergamota, laranja, isso não existia ali! Nós trouxemos tudo do Rio Grande, tinha muda de laranja, bergamota, lima, limão. Um tempo antes de vim pra cá nós já tinha as muda pronta. Até no caminho nós perdemos umas muda porque o gado estragou, achamos que tava bem protegido num tonel e o bicho não sei como lá pulou com as pata da frente dentro, pisou tudo, mas salvamos algumas. Aí quando chegamos aqui plantamos. Mas demorou um pouco porque tinha que limpar a terra (BERRES *apud* VENCATTO, 2016, p.30).

Em sua tese de doutorado, Vencatto (2016) entrevistou diversos ex-moradores da região do Parque e concluiu que as centenas de famílias que habitaram o PNI deslocaram-se para a região trazendo em suas bagagens tudo o que seria necessário para começar uma nova ocupação em suas propriedades rurais. Identificou que entre os pertences dessas pessoas estavam animais e plantas que foram inseridos na paisagem do PNI, e em diversos casos remodelaram de forma permanente a paisagem da floresta. No trabalho, o autor apresenta fotos atuais do parque contendo plantas que não são características da Mata Atlântica, tais como laranjas, as quais figuram como resquícios dessa ocupação.

Seria possível, inclusive, especular a relação entre o trabalho de Vencatto (2016), que apresenta algumas fotos de quando o parque era ocupado, com a argumentação dos socioambientalistas sobre as populações tradicionais? Observe-se, por exemplo, a foto a seguir (Fotografia 3):

Fotografia 3 - Casamento em São José do Iguaçu (PNI), década de 1970



Fonte: Acervo de Otálcio Knapp, publicado pelo trabalho de Vencatto (2016)

Essa foto indica um acontecimento social e cultural bastante importante, que é o casamento. Trata-se de uma cerimônia festejada geralmente com as melhores roupas e no melhor espaço disponível. Nessa imagem, é possível notar que as pessoas se encontravam integradas à natureza, pois não havia construções e a floresta se encontrava no entorno.

Para Diegues (2000), o povo do pastoreio seria uma população tradicional. Esse termo foi cunhado por Darcy Ribeiro (1995), referindo-se à população dos gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas sulinas. Eles teriam sido fruto da miscigenação entre os Guaranis e os colonizadores espanhóis e portugueses. Diegues (2000) aduz que esses gaúchos se constituem em um grupo pastoral, vivendo no local onde trabalham, ou nas grandes estâncias voltadas para a produção de gado de corte e de lã.

Diegues (1999, p.58) ressalta Ribeiro (1995) ao afirmar que eles são sujeitos uniformizados culturalmente pelas atividades pastoris, bem como pela unidade de língua, costumes e usos comuns tais como o chimarrão, o tabaco, a rede de dormir, a vestimenta peculiar, tal como “o poncho, as boleadeiras e laços de caça e de rodeio, as candeias de sebo para alumiar e toda a tralha de montaria e pastoreio feita de couro cru aos quais se acrescentaram as carretas puxadas por bois”.

4.4.2 Gestão do Parque Nacional do Iguaçu, agentes e o plano de manejo

Dando continuidade à análise quanto à constituição e delimitação da área do parque, somente após o Código Florestal de 1965 é que houve um inventário, realizado em 1968. Para o levantamento dos dados, houve um trabalho conjunto entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná (VENCATTO, 2016).

Ressalta-se que nesse estudo foram registrados os recursos naturais com valor de mercado, do seguinte modo: “As espécies mais importantes de ocorrência no Parque são o cedro, marfim, peroba e seguido por uma dezena de outras, de grande valor comercial.” (PARANÁ, 1968, p.16). Nele, ainda se descreve os efeitos da presença humana: “Roçados: Ocupa uma área de 1% a 2% da área total. Nesse tipo estão enquadradas as áreas de cultura e áreas de pastagens” (PARANÁ, 1968, p.16).

É pertinente mencionar que, no ano de 1973, Arnaldo Müller tornou-se chefe do setor de parques IDBF, exercendo a função de chefe do setor de Parques Nacionais da delegacia estadual do Paraná, sendo posteriormente transferido para Brasília (1975), para exercício da função de Diretor de Divisão de Parques Nacionais. Em 1978 ele apresentou sua dissertação ao curso de pós-graduação em engenharia florestal da UFPR, intitulada “Proposição de manejo para o parque nacional do Iguaçu”. Nesse trabalho, ele juntou vários documentos, dentre eles um ofício e um Relatório do INCRA de 1975 sobre o assentamento dos moradores de áreas internas ao PNI.

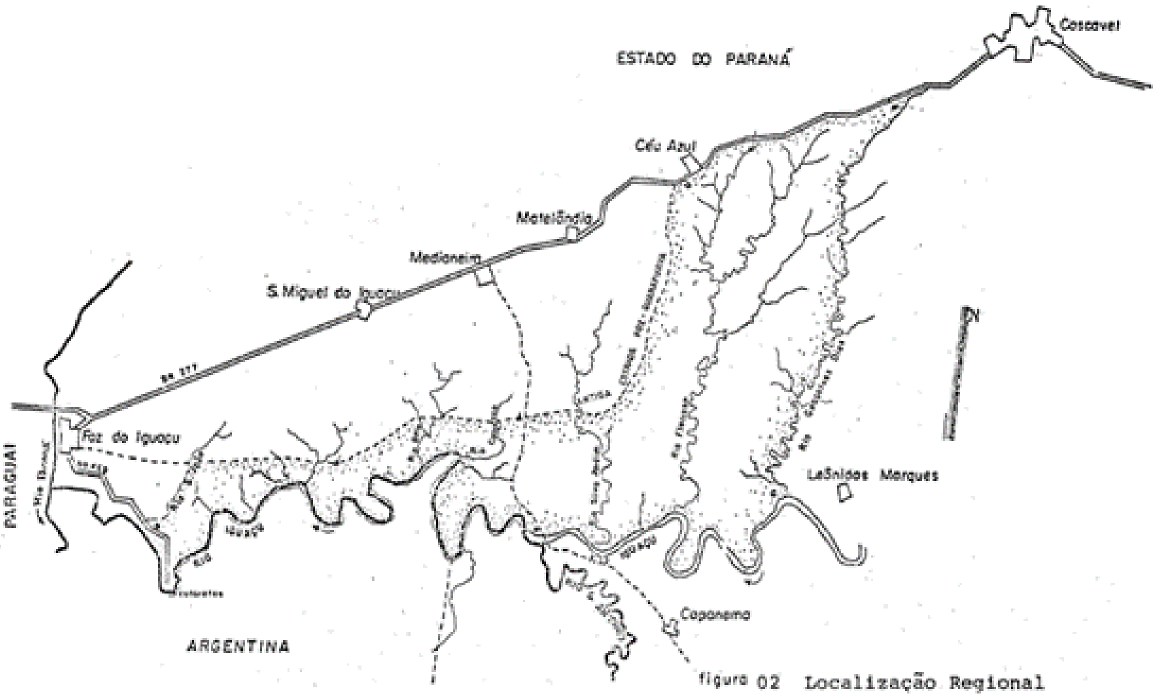
Por meio desses documentos extrai-se que, em 22 se setembro de 1971, pelo Decreto 69.412, o presidente da República declarou de interesse social o Parque Nacional do Iguaçu, nos termos dos art. 161 da Constituição, com redação dada pela Emenda Constitucional 01 de 1969, além de uma área de 12.500 hectares, denominada “Ocoy”, situada no município de São Miguel do Iguaçu, destinada a acolher as famílias a serem retiradas do parque.

Neles, relata-se que a desapropriação foi promovida inicialmente em 1971 pelo INCRA, por meio de ação judicial que tramitou na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Paraná. Apenas duas fazendas não poderiam ser expropriadas por interesse social: a “Maggi” e a “Salinet”, as quais, por serem

classificadas como empresas rurais, acabaram sendo expropriadas por títulos de utilidade pública (INCRA, 1975).

No entanto, ainda em 1975 havia pessoas morando no parque, por meio de posse. Até 1975 haviam sido retiradas do parque 103 famílias, sendo recuperada uma área de 1.805,68 hectares. Contudo, naquele ano ainda permaneciam no parque 346 famílias, visto que os expropriados também não haviam ainda recebido as indenizações. Para se ter ideia do número de pessoas transferidas para Ocoy, o relatório do Incra indica que as 269 famílias que foram assentadas totalizavam 1.345 pessoas.

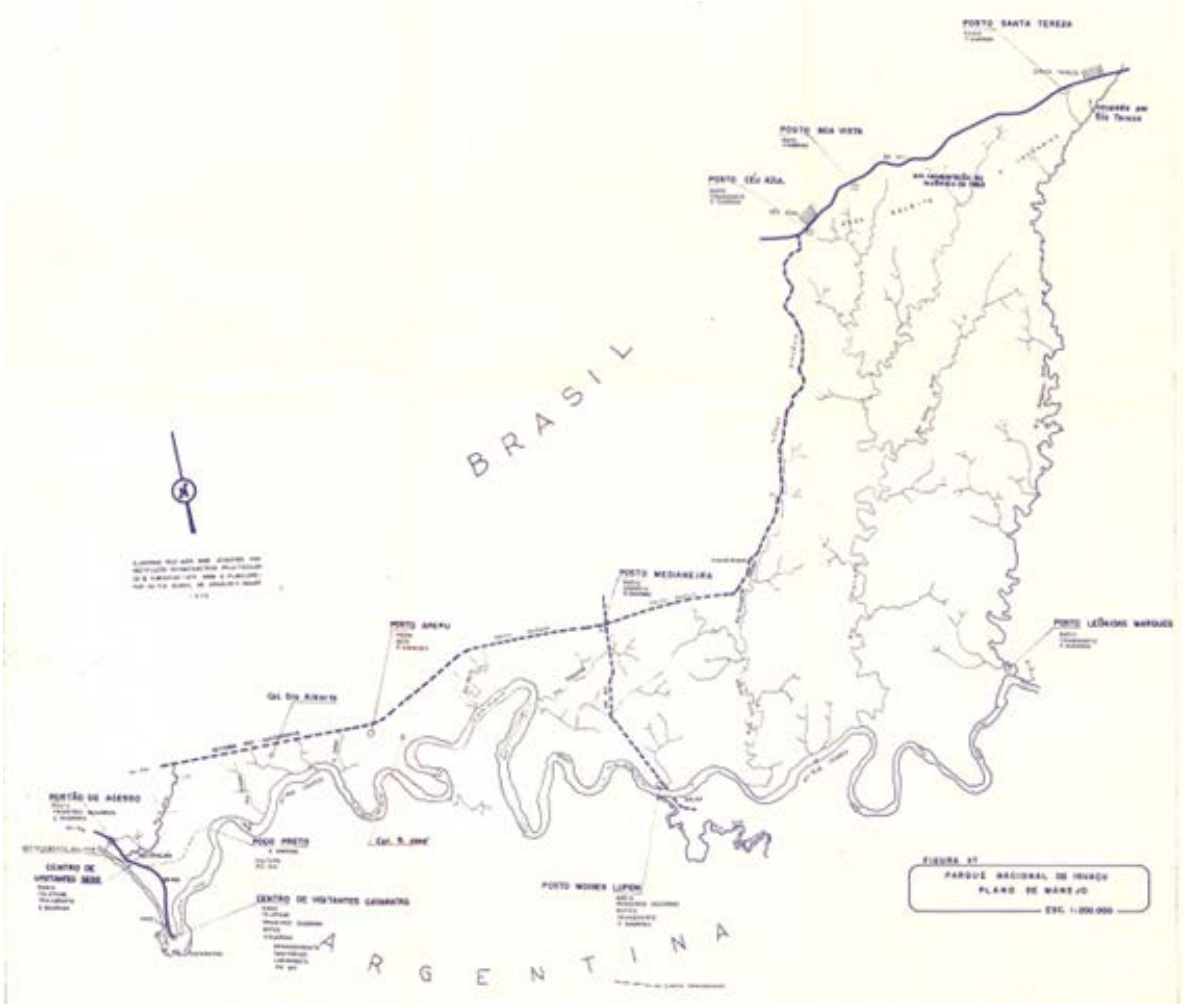
Figura 18 - Localização regional do Parque Nacional do Iguaçu, em 1978



Fonte: Mueller (1978).

Até a instituição do Decreto nº 84.017/1979, que estabeleceu o regulamento dos Parques Nacionais, inexistia a obrigatoriedade de plano de manejo no Brasil. Assim, o primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu foi feito apenas em 1981, ou seja, mais de 40 anos após a criação do parque. Nessa época, a Estrada do Colono estava aberta, na forma da PR 163, tal como demonstra a Figura 21, no traçado dentro do PNI, que liga a cidade de Medianeira (posto Medianeira) a Capanema (posto Moisés Lupion).

Figura 193 - Parque Nacional Do Iguaçu, 1978



Fonte: Mueller (1978).

Todavia, conforme o plano de manejo, “A área do parque não foi devidamente medida, havendo assim, divergências entre as fontes que a fornecem [...].” (BRASIL, 1981, p. 11). Foi esse documento que sedimentou e retratou formalmente a Estrada do Colono como um perigo à biodiversidade, sendo ele uma das provas mais relevantes para o fechamento liminar da estrada, proposto por ação judicial no ano de 1986, no embate judicial que será abordado no próximo capítulo.

Pelo exposto, coaduna-se com Vencatto (2016) ao se compreender que o parque de 1939 é distinto do parque dos anos 1960 e bastante diferente do PNI atual. Devido aos esforços em isolar a área, hoje a floresta está maior e mais densa do que na década de 1970. Contudo, não é correto afirmar que a área demarcada é formada exclusivamente pela Mata Atlântica em seu estado original e intocado. Neste sentido, o PNI deve ser entendido como um conjunto de manifestações

humanas que, ao longo do século XX, remodelaram as paisagens da floresta e consequentemente do parque.

Assim, não há no local “uma natureza sacralizada, ou o Éden perdido” (VENCATTO, 2016, p.69), tal como idealizaram as leis e os planos relativos ao Parque Nacional do Iguaçu. O exposto no presente capítulo permite concluir que as referidas normas não consideraram os efeitos práticos e sociais relativos aos estímulos oriundos da “Marcha para o Oeste”, a qual foi uma campanha que estimulou a urbanização justamente nessa área.

Tal acontecimento coaduna com o que Ermínia Maricato (2000, p. 139) discorre acerca dos problemas sobre o planejamento urbano ocorrido entre os anos 1930 e 1990 no Brasil, de que “A maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local”. Por isso, o presente estudo entende que foi levado em conta apenas o intuito protecionista da categoria “parque nacional”, e ela acabou ficando por muitos anos apenas no papel.

A história do parque Nacional do Iguaçu nos mostra que a Estrada do Colono foi fechada devido ao fortalecimento do debate ambiental, cuja racionalidade prevaleceu no final da década de 70, e por isso se passou a entender que é necessário conter o fluxo humano intenso em determinadas áreas naturais.

Desse modo, ao contrário da lógica comum que associa uma "estrada" como uma infraestrutura que "conduz" o desenvolvimento a uma região, o que se destacou no caso em análise foi o fechamento da estrada em questão, o que figurou como um marco na história dessa região.

Como relatado, o fechamento da Estrada do Colono ocorreu por uma liminar judicial. Não foi, portanto, debatido com a população que utilizava a via como ferramenta de integração com outras regiões do país e do Estado. Pelas leituras realizadas para a presente tese, nota-se que há certa “mágoa” da população por perder o acesso que havia construído com tantas dificuldades.

Afinal, conforme se demonstrou, houve muito sofrimento e luta para aquelas famílias comprarem seus lotes. Como descreve Vencatto (2010), a maioria dos que viveram aos arredores da Estrada do Colono era de pequenos proprietários ou arrendatários. Para que os “colonos” chegassem ao Paraná, foram dias de viagem, em uma travessia longa, demorada, com todos os pertences e muita esperança de uma vida melhor. Ressalta-se ainda os conflitos agrários devido à grilagem que ocorreu na região, tal como descrito.

No aludido estudo sobre a memória dos desapropriados do PNI, Vencatto (2010) realizou diversas entrevistas a antigos moradores, os quais precisaram se mudar para que o Parque fosse um território de proteção integral, sem presença de moradas humanas. Ele compreendeu como resultado dessas entrevistas que “a desapropriação apareceu nas narrativas como um ato imposto e cruel (VENCATTO, 2010, p.81)”.

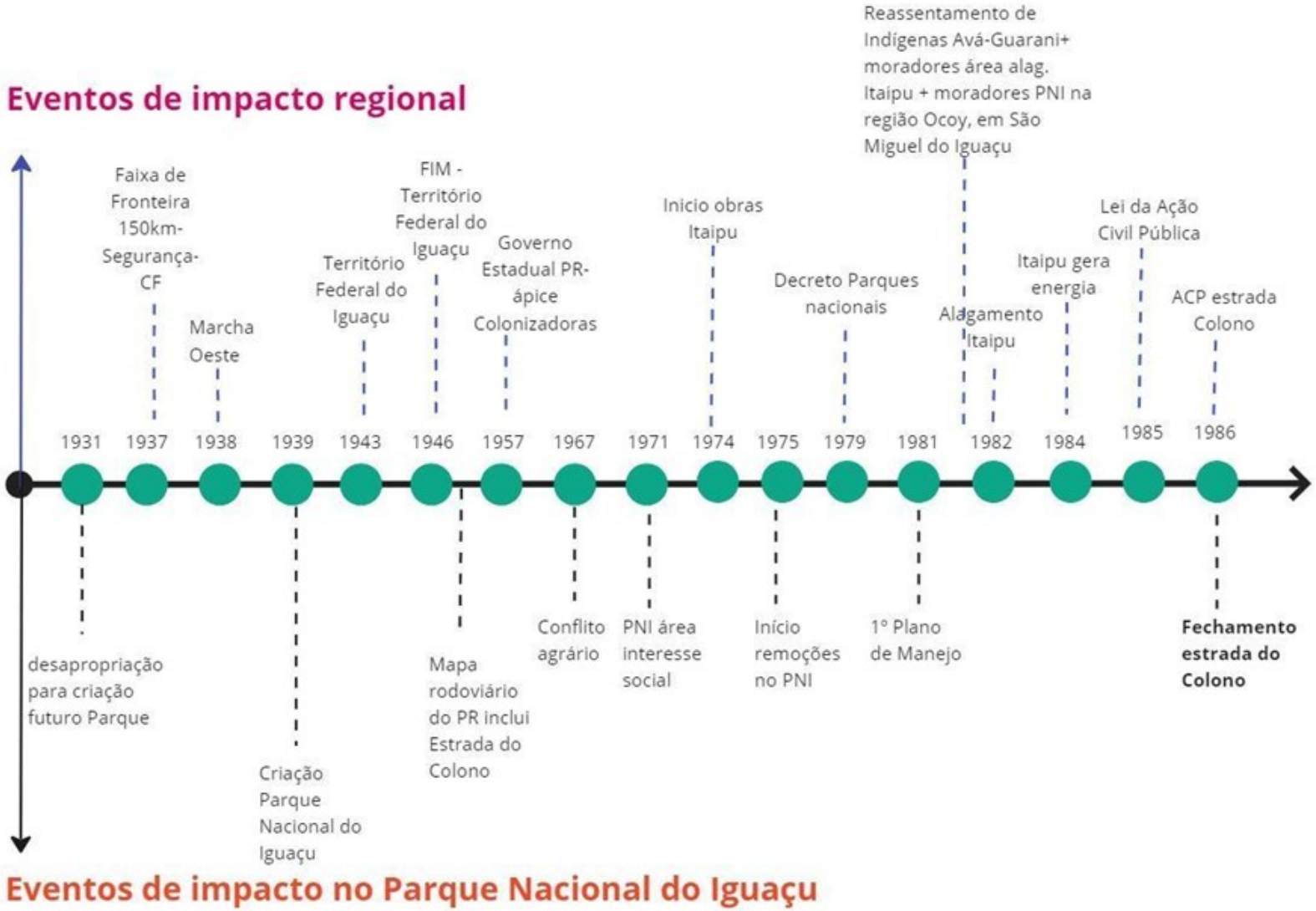
Ademais, Vencatto (2010, p. 81) relata que “a migração, a desapropriação e o reassentamento se entrecruzam nas falas, muitas vezes não seguindo uma ordem cronológica, mas reivindicando papéis de protagonistas, como ‘pioneiros’ e em muitos casos como ‘desbravadores’”.

No entanto, mesmo após o assentamento, os colonos não encontraram paz. Vencatto (2010) relata que com a construção da Usina Itaipu houve alagamento de uma parte da área que havia sido destinada a esses colonos, o que causou a redução da área do reassentamento[15].

Desse modo, espera-se que o estudo dos processos judiciais relacionados à Estrada do Colono tenha refletido esses conflitos agrários da época e região. De forma diversa, demonstrarão que o caso ocorreu de maneira não democrática e até mesmo excludente, o que pode explicar a manutenção da pauta na agenda política como um sentimento de autoritarismos vividos pela comunidade.

[15] Para aprofundar a questão, indica-se a leitura de: RIBEIRO, Fatima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção da Itaipu. Cascavel: EdUnioeste, 2002; e GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água** – o conflito de Itaipu. 2ª ed. Ed Ulbra e Ed UFBA, 2002.

Figura 20 - Linha do tempo: eventos regionais com impacto no PNI



Fonte: Autora (2023).

5 PARTICULARIDADES/COMPRESSÃO DO PROCESSO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo se desdobra em dois propósitos fundamentais. O primeiro objetivo reside em uma análise da judicialização de políticas ambientais. Ao explorar como questões ambientais são levadas aos tribunais e como decisões judiciais podem influenciar a trajetória das políticas ambientais, este capítulo busca compreender a dinâmica complexa entre direito e meio ambiente.

A judicialização dessas questões não apenas destaca a crescente importância da proteção ambiental na agenda pública, mas também examina a influência dos tribunais na definição de prioridades e ações governamentais no âmbito ambiental.

O segundo objetivo é uma abordagem didática, buscando elucidar as complexidades inerentes ao processo judicial. Ao detalhar as particularidades desse sistema, o capítulo almeja proporcionar uma compreensão mais acessível e clara aos leitores, especialmente àqueles que possam não estar familiarizados com os meandros da esfera jurídica.

Consequentemente, este capítulo oferece uma análise abrangente que se desdobra em duas vertentes essenciais. Primeiramente, mergulha na complexa relação entre o sistema judicial e as políticas ambientais, explorando como os tribunais podem moldar e direcionar os esforços de preservação do meio ambiente por meio de suas decisões. Em segundo lugar, pretende tornar o intrincado processo judicial mais acessível, promovendo uma melhor compreensão das nuances legais, as quais serão úteis para o leitor compreender o estudo de caso realizado pela tese.

5.1 Judicialização de Políticas Ambientais

A Constituição da República dispõe que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, sendo bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida (art. 225). A partir dessa definição, a literatura entende que, embora a Constituição não traga o conceito de meio ambiente, ela o entende como um direito significativamente amplo, tanto é que o apresenta em seu título VIII, o qual dispõe sobre a ordem social.

Logo, o meio ambiente deve ser entendido em seu conceito amplo, abarcando a questão social. José Afonso da Silva (2003, p. 19) entende o meio ambiente de

forma holística, como “interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. Isso significa que a interpretação da legislação sobre o meio ambiente deve incluir tanto os recursos naturais quanto os elementos culturais. Na mesma linha, conforme aduz Carlos Frederico Marés de Souza Filho (1997, p. 9):

> O meio ambiente, interpretado em sua totalidade e sob uma perspectiva humanista, abarca a natureza e as alterações nela introduzidas pelo ser humano. Dessa forma, o meio ambiente engloba a terra, a água, o ar, a flora, a fauna, as construções, as obras de arte e os aspectos subjetivos e evocativos, como a beleza da paisagem ou as memórias do passado, como inscrições, marcos ou sinais de eventos naturais ou da presença humana. Consequentemente, para compreender o meio ambiente, é tão relevante considerar a montanha quanto a reverência mística que o povo atribui a ela.

No entanto, como aduz Marés (2017), há uma parcela da sociedade que indevidamente considera a natureza como apartada do homem. Nas palavras dele:

> a humanidade avançou sobre a natureza e de tal forma a considerou dominada que vê, agora, como uma ameaça injusta o risco de sua própria destruição e a necessidade de preservar plantas e animais livres. A modernidade, com seu desenvolvimento econômico e sua ciência, prometeu melhorar a natureza e apenas conseguiu enjaulá-la, reservando o resto do espaço da terra para a humanidade, como se pudesse viver de forma totalmente apartada, convivendo apenas com a natureza domesticada ou enjaulada. (SOUZA FILHO, 2017, p. 25)

Por considerar essa separação entre homem e natureza indevida, a abordagem utilizada nesta tese se baseia na concepção holística, que compreende como patrimônio ambiental tanto os bens culturais quanto os naturais, de forma interligada (SOUZA FILHO, 2017). Desse modo, no processo civil ambiental, em grande parte das vezes vislumbram-se casos que envolvem direitos difusos, cujo resultado pode afetar o modo de vida de uma multiplicidade de sujeitos. Esses casos costumam atrair o interesse da opinião pública, trazendo mais pressão ao processo e ao julgador.

A judicialização de políticas públicas é um fenômeno que ocorre quando questões de interesse público, como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, entre outras, são levadas ao Poder Judiciário para que este possa determinar medidas específicas a serem adotadas pelo Estado ou por outras entidades envolvidas na prestação desses serviços.

Luis Roberto Barroso (2012, p. 23) explica que a judicialização é fenômeno no qual “de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do

Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais", como o Congresso Nacional e o Poder Executivo, que inclui o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Isso implica uma transferência de poder para juízes e tribunais, com mudanças significativas na linguagem, argumentação e participação da sociedade.

Em outras palavras, a judicialização de políticas públicas é o processo pelo qual questões que deveriam ser decididas pelo Poder Executivo, como a implementação de políticas públicas, passam a ser decididas pelo Poder Judiciário, por meio de ações judiciais movidas por indivíduos ou grupos que se sintam prejudicados ou queiram garantir a efetivação de direitos que consideram não estarem sendo cumpridos pelo Estado.

De acordo com Barroso (2012, p. x24: "o Judiciário deixou de ser um departamento técnico-especializado e se transformou em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis, inclusive em confronto com os outros Poderes". O jurista afirma que a redemocratização após a ditadura propiciou a "constitucionalização abrangente", na qual a Constituição incorporou uma ampla gama de assuntos que anteriormente eram tratados pelo processo político majoritário e pela legislação comum. Nas palavras dele:

> A Carta brasileira é analítica, ambiciosa, desconfiada do legislador. Como intuitivo, constitucionalizar uma matéria significa transformar Política em Direito. Na medida em que uma questão – seja um direito individual, uma prestação estatal ou um fim público – é disciplinada em uma norma constitucional, ela se transforma, potencialmente, em uma pretensão jurídica, que pode ser formulada sob a forma de ação judicial. Por exemplo: se a Constituição assegura o direito de acesso ao ensino fundamental ou ao meio-ambiente equilibrado, é possível judicializar a exigência desses dois direitos, levando ao Judiciário o debate sobre ações concretas ou políticas públicas praticadas nessas duas áreas (BARROSO, 2012, p. 24).

De acordo com Gisele Citadino (2000, p. 39), a judicialização da política é "processo por meio do qual uma comunidade de intérpretes, pela via de um amplo processo hermenêutico, procura dar densidade e corporificação aos princípios abstratamente configurados na Constituição".

Estefânia Maria de Queiroz Barboza e Katya Kozicki (2012) explicam que muitas das questões políticas que chegam aos tribunais são trazidas por partidos políticos ou grupos de interesse. Isso faz com que o fenômeno não possa ser interpretado como jurídico ou uma usurpação de funções entre poderes, mas sim como um fenômeno político. Elas entendem que o Poder Judiciário tem se tornado

outra arena política em que as minorias políticas que não possuem representação significativa no âmbito deliberativo do parlamento têm a possibilidade de ter seus direitos protegidos.

Rafael Costa Freira (2020), por outro lado, destaca as funções típicas dos Poderes Legislativo e Executivo no processo de moldar a pauta de interesses da sociedade e na formulação e implementação de políticas públicas. Ele salienta que, em regra, cabe ao Poder Judiciário uma função de supervisionar esse processo, apenas quando necessário.

Contudo, devido a diversas razões, o Poder Judiciário é instado a intervir nas políticas públicas não apenas durante a fase de supervisão, mas também nos estágios de concepção e execução das próprias políticas públicas. Quando esse cenário se concretiza, surge a oportunidade para o Judiciário participar ativamente das tomadas de decisão e influenciar significativamente a trajetória das políticas públicas (FREIRA,2020).

Nessa linha, o autor sugere que a participação e a postura ativa adotadas pelo Poder Judiciário no direcionamento das políticas públicas, especialmente no âmbito ambiental, apenas terão um impacto mais transformador quando os direitos humanos fundamentais abrangidos pelas questões em pauta forem devidamente assegurados. No caso de direitos ambientais, a influência se torna ainda mais proeminente à medida que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pertinentes forem efetivamente alcançados e incorporados (FREIRA, 2020).

Logo, os ODS poderiam ser utilizados nesses casos como uma espécie de bússola, apontando o rumo no qual os empenhos das políticas públicas governamentais devem convergir, com o propósito de impulsionar a inclusão social e fortalecer a governança democrática (FREIRA, 2020).

Bruno César Gurski *et al*. (2016) afirmam que na chamada judicialização da política ocorre a transferência de funções típicas do Poder Executivo e do Legislativo para o Poder Judiciário. Isso o transforma em uma arena de mediação e resolução de conflitos coletivos, que antes eram tratados no domínio do sistema político representativo e que agora são trazidos para a esfera do Judiciário.

A judicialização de políticas públicas pode ocorrer de diversas formas, tais como ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, entre outras. Na prática, conforme Gurski *et al*. (2016), ação civil pública é o mecanismo processual mais utilizado para a tutela do meio ambiente. Eles

concluíram isso após levantamento de todas as ações judiciais que abordaram o tema do meio ambiente no Paraná, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, no ano de 2011.

Destaca-se que Gurski *et al*. (2016) entendem que a judicialização faz com que a representação da sociedade na proteção ambiental não encontre uma expressão social direta. A defesa de interesses que seriam sociais é intermediada pelo Ministério Público e de algumas associações, as quais costumam ser desprovidas de recursos para a contratação de bons juristas.

Nesses casos, o Poder Judiciário surge como a principal fonte de validação e canalização dos direitos fundamentais e das demandas sociais. Ao absorver e processar as aspirações e descontentamentos populares, essa amplificação do papel do Poder Judiciário tende a enfraquecer a esfera política, que é essencial para a concepção de uma democracia vigorosa (GURSKI, 2016).

Outra dimensão do fenômeno da judicialização da política é relacionada ao surgimento das demandas judiciais em matéria socioambiental. Ela se relaciona às pressões exercidas sobre os pesquisadores/técnicos que se dedicam a estudos sobre a natureza e sua relação com a sociedade, em postura de intimidação contra esses profissionais.

Henri Acselrad (2013) explica que quando os resultados de uma pesquisa relacionada à temática aparentam ameaçar as previsíveis condições de lucro de investimentos, implicando em modificações de projetos, deslocamento de suas localizações, cumprimento de normas e regulamentações estabelecidas, entre outros aspectos, as pressões podem evoluir para uma dimensão judicial.

Essa dimensão tem o objetivo de dissuadir, desacreditar, constranger, bloquear ou interromper o curso da pesquisa, e, consequentemente, limitar sua capacidade de contribuição para a arena política. Quando isso ocorre, interesses econômicos e políticos, por exemplo, utilizam-na como instrumento para desvincular-se de responsabilidades e validar seus projetos. Como resultado, nota-se uma intensa influência dos grandes interesses sobre a autonomia nas circunstâncias de produção de conhecimento científico (ACSELRAD, 2013).

Nessa linha, muitas vezes certos grupos de interesse alocam recursos para financiar documentos que contrariem as críticas e confiram credibilidade científica a suas iniciativas. Com isso, surgem situações de debates no âmbito ambiental que acarretam a interpelação judicial de pesquisadores, conduzindo-se campanhas

públicas de intimidação e ações legais. Isso restringe a autonomia acadêmica, o direito à expressão e à disseminação de informações (ACSELRAD, 2013).

Acselrad (2013) cita uma série de casos nos quais os pesquisadores que demonstraram prejuízos causados a moradores de uma região, indígenas, quilombolas e pescadores foram ameaçados e processados judicialmente. É o que Acselrad chama de assédio processual, no qual cientistas são constrangidos ao apresentarem argumentos contrários a interesses em projetos ditos de "desenvolvimento".

Desse modo, evidencia-se que a judicialização das políticas ambientais pode direcionar as políticas governamentais, influindo em aspectos sociais relevantes. Como a arena judicial não é, a rigor, o espaço típico da política, a próxima seção abordará a relação entre judiciário e democracia.

5.2 Legitimidade democrática de políticas públicas em juízo

Em estudo sobre a judicialização dos conflitos socioambientais urbanos e a atuação do poder judiciário paulista, Juliana Lemes Avanci *et al*. (2014) ressaltam que os entes do sistema judiciário não possuem nenhum tipo de intervenção ou supervisão comunitária, o que reforça o argumento dos que alegam falta de legitimidade democrática das decisões judiciais sobre políticas públicas.

Ainda, as autoras, ao analisarem as decisões pelas Câmaras de Meio Ambiente na Região Metropolitana do Município de São Paulo (SP), nos casos de conflitos urbanos entre 2005 a 2013, chegaram à conclusão da "ausência de critérios homogêneos no tratamento das decisões das Câmaras e para a confusão de competência das Câmaras especializadas quando a matéria apresenta interface entre questões urbanísticas e ambientais" (AVANCI *et al*, 2014, p.10).

Avanci *et al*. (2014, p. 12) salientam que a imprevisibilidade retratada não corresponde a uma defesa pela uniformização da atuação do Judiciário. Elas dizem que o conteúdo de decisões judiciais divergentes torna essencial "refletir sobre a contradição presente nas interpretações e na aplicação da legislação aos casos concretos, o que pode levar ao agravamento e à intensificação dos conflitos e violações de direitos".

A falta de tratamento integrado das decisões, de previsibilidade e de critérios objetivos entre as câmaras para uma uniformidade no entendimento sobre a forma

da tutela estatal, considerando que o dispositivo das decisões acaba variando conforme o órgão julgador, traz insegurança jurídica aos cidadãos que são atingidos por diferentes concepções em casos semelhantes.

De acordo com Almiro do Couto e Silva (2004), a segurança jurídica é um princípio base do Direito Público, que contempla duas faces: uma de natureza objetiva e outra de natureza subjetiva. A de natureza objetiva é aquela que abrange a questão dos limites à retroatividade dos atos do Estado até nos casos de atos legislativos. Ela prestigia o aspecto objetivo das relações jurídicas e alberga, portanto, à proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada (SILVA, 2004, p.273).

A natureza subjetiva da segurança jurídica corresponde "à proteção à confiança das pessoas no pertinente aos atos, procedimentos e condutas do Estado, nos mais diferentes aspectos de sua atuação" (SILVA, 2004, p. 272). Desse modo, a proteção à confiança, conforme Silva (2004, p. 276):

> a) impõe ao Estado limitações na liberdade de alterar sua conduta e de modificar atos que produziram vantagens para os destinatários, mesmo quando ilegais. ou (b) atribui-lhe conseqüências patrimoniais por essas alterações, sempre em virtude da crença gerada nos beneficiários, nos administrados ou na sociedade em geral de que aqueles atos eram legítimos, tudo fazendo razoavelmente supor que seriam mantidos.
> (...)É certo que o futuro não pode ser um perpétuo prisioneiro do passado, nem podem a segurança jurídica e a proteção à confiança se transformar em valores absolutos, capazes de petrificar a ordem jurídica, imobilizando o Estado e impedindo-o de realizar as mudanças que o interesse público estaria a reclamar. Mas, de outra parte, não é igualmente admissível que o Estado seja autorizado, em todas as circunstâncias, a adotar novas providências em contradição com as que foram por ele próprio impostas, surpreendendo os que acreditaram nos atos do Poder Público.

Nessa linha, Antonio do Passo Cabral (2015, p. 22) afirma que "a constância da jurisprudência é saudada modernamente como relevante fator não só de segurança jurídica, mas também de igualdade." Com efeito, de acordo com Cabral (2015), dado que o sistema jurídico reconhece a existência de vários centros de decisão dispersos pelo território e em diferentes instâncias de poder, muitas das quais são independentes, é natural que ocorra alguma forma de inconsistência que possa levar a decisões discrepantes em casos substancialmente idênticos. No entanto, apesar dessa possibilidade de divergência, é inadmissível que não sejam estabelecidos mecanismos de uniformização que reduzam as chances de tratamento anti-isonômico dos indivíduos.

Quando a prova pericial é necessária

Para comprovar seus argumentos, as partes têm direito de provar o que julgarem relevantes, de acordo com o art. 369 do Código de Processo Civil (CPC).

Marinoni e Arenhart (2015) afirmam que o requerimento da prova deve ser feito pela parte interessada e cabe ao juiz examinar sua pertinência e oportunidade, avaliando admissibilidade. Para que o juiz possa decidir sobre isso, é necessário que o requerimento seja específico e detalhado, indicando a espécie de prova que se pretende produzir (como prova pericial contábil), bem como a finalidade (qual fato se pretende esclarecer).

Os autores explicam que a prova somente será admitida se for requerida de acordo com as regras do direito processual (Código de Processo Civil, CPC – Lei 13.105/2015) e for relativa a um fato principal ou indício relevante para o convencimento do juiz. Em alguns casos, o resultado da prova pretendida pode ser inútil para o resultado do caso, e assim, o juiz não deve admiti-la. É importante ressaltar que a decisão do juiz deve ser fundamentada, explicando com precisão as razões para admitir ou não a produção da prova (MARINONI, 2015).

Ainda, de acordo com Marinoni e Arenhardt (2015), após a produção da prova, ela deverá ser avaliada pelo juiz. Normalmente, essa avaliação ocorre na sentença (juízo final) ou na decisão que concede tutela antecipada (juízo provisório). O princípio da persuasão racional do juiz é adotado, o que significa que as provas não possuem valor pré-determinado, permitindo que o juiz forme seu convencimento a partir de qualquer prova ou presunção. É essencial que o juiz justifique e explique os motivos que o levaram a preferir uma prova ou presunção em detrimento de outra.

A prova é direcionada ao juiz a fim de que ele possa formular sua convicção. Desse modo, o juiz pode determinar a produção de prova de ofício, o que significa que ele está solicitando a produção dessa prova por conta própria, sem que ela tenha sido requerida por uma das partes no processo.

Essa decisão pode ocorrer em situações em que o juiz considere que a produção de determinada prova seja necessária para esclarecer os fatos e para a justa solução do caso em questão. O juiz pode solicitar a produção de prova de ofício a qualquer momento durante o processo, mas é importante que ele justifique e fundamente essa decisão de acordo com as regras processuais.

Dentre os meios de prova, a prova pericial consiste em se convocar um especialista em determinada área técnica, alheia à do Direito, a fim de fornecer o

seu parecer profissional sobre o objeto em litígio. O art. 464 do Código de processo civil disciplina que “A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação”.

Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart (2015, p. 130) explicam que a prova pericial é necessária quando se precisa “demonstrar no processo algum fato que dependa de conhecimento especial que não seja próprio ao “juiz médio”, ou melhor, que esteja além dos conhecimentos que podem ser exigidos do homem e do juiz de cultura média”. O art. 156 do CPC dispõe que: “O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.”

Salientam-se as palavras de Neves (2016, p. 790), que afirma ser incontroverso que a prova pericial “é o meio de prova mais complexo, demorado e caro de todo o sistema probatório, de forma que o seu deferimento deve ser reservado somente para as hipóteses em que se faça indispensável contar com o auxílio de um expert.” Nesse sentido, é possível afirmar que não é frequente se exigir prova pericial nos processos judiciais relativos a conflitos socioambientais, especialmente quando for possível obter as informações necessárias via outros tipos de prova, tal como a documental ou a testemunhal.

Cita-se como exemplo o estudo realizado por Milano (2017), a qual examinou 311 decisões judiciais sobre conflitos fundiários urbanos proferidas por Tribunais de Justiça das cinco regiões brasileiras, no período compreendido entre 2014 e 2015. Nela, a autora identificou que 82% das decisões trataram de ações originárias classificadas como ações possessórias, sobretudo ações de reintegração de posse (97%). Nessa linha, a autora enumerou os meios de prova mais frequente, tais como:

> os meios de prova mais frequentemente apresentados pelos autores para comprovar tais requisitos perpassaram pela apresentação do título de propriedade; a existência de boletim de ocorrência noticiando o alegado esbulho; e, em alguns casos, a existência de imagens do local ou de reportagens jornalísticas que retrataram as alegações. E a partir desses elementos, em 42% dos casos, entendeu-se pela confirmação da reintegração de posse sob a fundamentação de que o autor haveria comprovado suficientemente os requisitos exigidos pela lei. (MILANO, 2017, p. 10)

Logo, os casos que contemplam perícia judicial são aqueles nos quais outras formas de prova, diferentes das documentais (que podem ser escritas, ou qualquer outra forma que transmita um registro físico a respeito de um fato, como foto, vídeo, etc.) ou testemunhais. São eles excepcionais, se comparados a outras formas de dilação probatória.

Fala-se em “produção da prova pericial” porque nela as partes e o juiz apresentam "quesitos" a serem respondidos pelo perito e pelos assistentes técnicos, considerando o objeto a ser esclarecido e a finalidade da prova (arts. 465, § 1º, III e 470, II, CPC). Esses quesitos podem ser apresentados também durante a diligência (art. 469, CPC).

Por isso, o laudo pericial não é unilateralmente construído pelo do perito e sim elaborado a partir de diversas perguntas que o perito precisará enfrentar. Essas perguntas são apresentadas pelas partes do processo, que podem incluir seus profissionais especialistas para acompanhar o perito em caso de visita *in loco.*

Além disso, caso haja necessidade de esclarecimentos adicionais por parte do perito ou dos assistentes técnicos, é possível requerer novos quesitos para serem respondidos na audiência de instrução (art. 477, §§ 2º e 3º, CPC). Se ainda assim não forem suficientes, o juiz poderá determinar, de ofício ou a pedido de uma das partes, a realização de uma nova perícia (art. 480, CPC).

Isso evidencia que a verdade relativa à prova pericial não pode ser determinada apenas pela valoração de seu resultado, pois depende de como foi produzida, ou até mesmo de sua realização em uma segunda ou nova oportunidade (MARINONI, 2015).

Após o protocolo do laudo pericial pronto, as partes serão intimadas a se manifestar podendo os assistentes técnicos também apresentarem seus pareceres, ou seja, é possível que a parte apresente um documento técnico produzido por um pesquisador que lhe auxilie a comprovar seu argumento e até mesmo a questionar aspectos abordados pelo perito judicial. Ainda que a parte que não possua assistente técnico, ela pode contraditar o laudo pericial por mera petição.

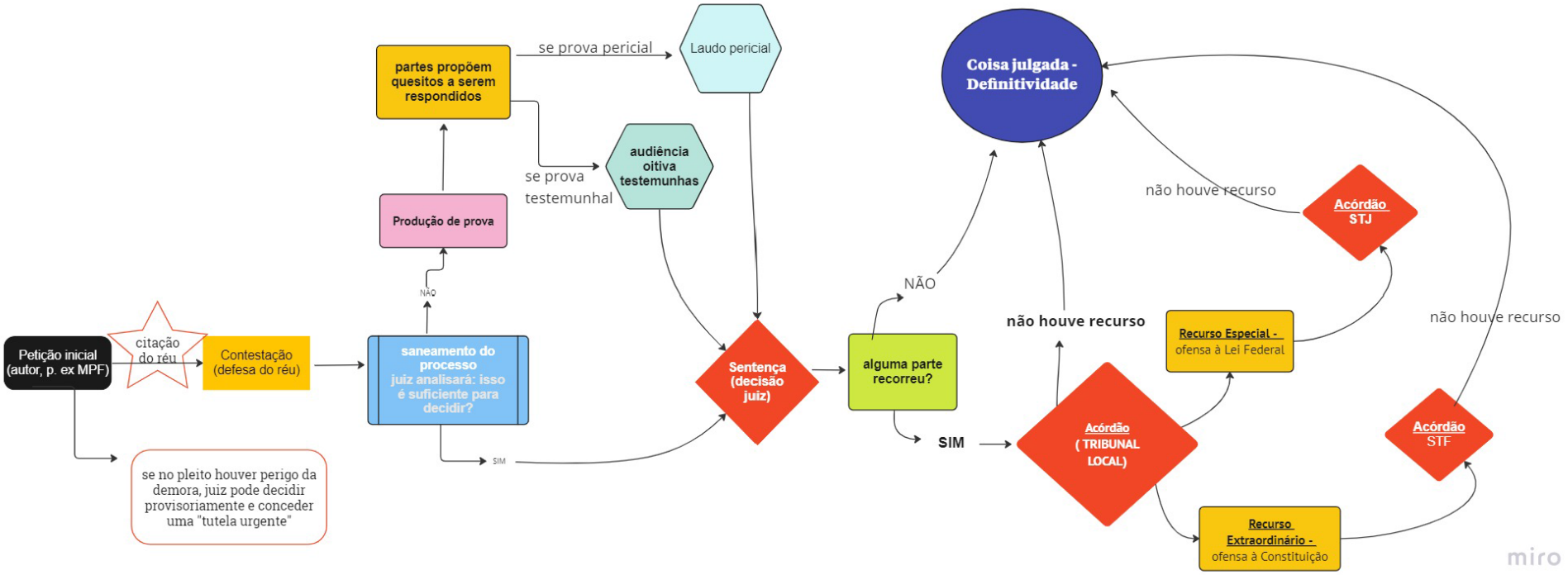
Neves (2016) ressalta que o sistema processual brasileiro adota o sistema de valoração das provas da persuasão racional, também conhecido como livre convencimento motivado. Isso significa que não existem cargas de convencimento preestabelecidas para os meios de prova, não sendo correto afirmar abstratamente que um determinado meio de prova é mais eficaz do que outro para convencer o juiz.

Com base nesse sistema de valoração das provas, o artigo 479 do Novo CPC prevê que o juiz não está obrigado a se convencer apenas pelo laudo pericial, podendo se convencer com outros elementos ou fatos provados no processo. Desse modo, não necessariamente o juiz decidirá a ação seguindo a conclusão da perícia.

5.3 Fluxo de uma ação civil pública

A Lei nº 7.347/1985 (disciplina a ação civil pública) é uma norma de apenas 23 artigos. Em seu artigo 19 ela disciplina que “Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições.” É por isso que nas ACPs se segue o rito geral das ações cíveis descritas pelo Código de Processo Civil. Para facilitar a compreensão do rito processual, segue um esquema (figura 24) simplificando o trâmite comum a uma ação cível regular, que é frequente no debate judicial de políticas públicas.

Figura 215 - Fluxo sintético de um processo judicial cível



Fonte: Autora (2023), com base no Código de Processo Civil (2015)

A imagem demonstra a complexidade do caminho de uma Ação Civil Pública. Na petição inicial o autor (Ministério Público, entidade pública ou associação) precisa apresentar todos os fundamentos e pedidos do autor em prol dos interesses da coletividade ou de um grupo de pessoas. Essa petição deve ser elaborada de forma técnica, clara e bem fundamentada para maximizar as chances de sucesso da ação.

Com o protocolo da ação, que é atualmente feito por processo eletrônico em sistema informatizado específico do poder judiciário, há a convocação do réu para o processo, que é feito pela chamada “citação”.

Não é possível ao autor alterar os pedidos após a citação do réu. É uma forma de garantir estabilidade processual ao se limitar o número de manifestações das partes no processo, bem como garantir ao réu saber antecipadamente quais os limites do pedido feito ao autor, com antecedência para preparar sua defesa.

Isso acontece devido a um princípio fundamental do processo civil conhecido como "preclusão". A preclusão é uma limitação temporal que impede a realização de atos processuais que deveriam ter sido feitos em determinada fase do processo, mas que foram omitidos ou realizados de forma inadequada (NEVES,2016).

Com a citação, o réu toma ciência do processo e tem a oportunidade de se defender. Feita a citação, inicia-se o prazo para que ele apresente sua defesa, chamada de contestação. Nessa oportunidade o réu deve responder a todos os argumentos e pedidos apresentados na petição inicial, pois o seu silêncio acarretará a concordância com o dito pelo autor. Após a contestação, o autor é chamado para se manifestar acerca das respostas do réu, garantindo-se a ampla defesa (CPC, 2015).

Depois dessas oportunidades de manifestação das partes, o juiz realiza o chamado “saneamento do processo”. como objetivo principal organizar e adequar o processo para que ele possa ser julgado de forma justa e eficiente. Nessa etapa o juiz identifica quais aspectos são controvertidos entre as partes, definindo os limites da controvérsia.

Essa etapa serve principalmente para se identificar quais questões serão objeto de julgamento, evitando o acúmulo de discussões desnecessárias. Ao final do saneamento, se ainda houver questões a serem esclarecidas ou provas a serem produzidas, o juiz designa a audiência de instrução e julgamento, na qual as provas serão produzidas e as partes poderão se manifestar.

Caso o juiz identifique que não há necessidade de novas provas, pois o processo está maduro para julgamento, pode acontecer o chamado “julgamento antecipado da lide”. Nessa situação, o juiz pode proferir a sentença antes da realização da audiência de instrução e julgamento, dispensando a produção de provas adicionais.

Após o saneamento do processo e a produção de provas (se necessário), o juiz decidirá o processo por meio da chamada sentença. Trata-se da principal decisão de um juiz na primeira instância. Ela resolve o mérito da causa e/ou encerra a demanda. Se as partes não recorrerem, a sentença gera coisa julgada.

Caso haja discordância com relação a qualquer aspecto da sentença, as partes podem recorrer. Com o recurso o processo “sobe” para o tribunal, que julga a controvérsia por meio de uma decisão chamada “acórdão”. Ele é a decisão colegiada de um tribunal que analisa um recurso interposto contra uma decisão de primeira instância, fornecendo a conclusão sobre o caso em questão.

Após a decisão do tribunal, se ainda houver insatisfação, é possível em alguns casos específicos recorrer às cortes superiores. Por meio do recurso especial, pode-se questionar decisões que envolvam a aplicação de leis federais, levando a questão para análise e julgamento perante o STJ. Para esse recurso é necessário esgotar as instâncias ordinárias, ou seja, que todos os recursos disponíveis nos tribunais de segunda instância (como os Tribunais de Justiça dos Estados ou os Tribunais Regionais Federais) tenham sido julgados.

De outro modo, o recurso extraordinário é uma forma de recurso utilizada para questionar decisões que envolvam a interpretação da Constituição Federal, levando a questão para análise e julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Para seu julgamento é necessário esgotar todas as instâncias ordinárias, ou seja, esgotar todos os recursos disponíveis nos tribunais de segunda instância e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, é preciso demonstrar de forma clara e objetiva a relevância da questão constitucional discutida no caso, demonstrando a violação à Constituição.

Ressalta-se, por fim, que este é um esquema bastante sintético descrito para fins acadêmicos, para um estudo na área de planejamento urbano. Ele é feito de forma a se facilitar a compreensão dos complexos termos jurídicos utilizados em um processo. Porém, na prática pode haver inúmeros outros fatores práticos que podem afetar esse rito processual.

5.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo se demonstrou que o processo judicial é uma técnica para resolver conflitos, envolvendo a organização de institutos e códigos, bem como a possibilidade de busca por soluções consensuais, incentivada pelo legislador. Ainda, vislumbrou-se que a estrutura do processo civil condiciona os participantes a adotarem condutas características, que são reservados a profissionais especializados e variam dependendo da posição ocupada pelos sujeitos na relação processual.

A judicialização de políticas públicas é um fenômeno que passou a acontecer com o reconhecimento dos direitos difusos pela Constituição de 1988. Eles são uma categoria jurídica específica, relacionada à proteção dos interesses coletivos. Costumam ser viabilizados por ritos processuais específicos, definidos por Lei. Nessa linha, a Ação Civil Pública é um dos importantes instrumentos para a proteção desses direitos.

No entanto, a judicialização de políticas públicas é um tema controverso. Há quem defenda que ela pode contribuir para a efetivação de direitos e para a promoção do bem-estar social, garantindo que as políticas públicas sejam implementadas de forma adequada. Contudo, esse entendimento é limitado, pois a judicialização das políticas, além de ocasionar uma sobrecarga de trabalho para o Poder Judiciário, representa um déficit democrático. Isso porque os magistrados não foram eleitos pelo povo, ao contrário dos poderes legislativo e executivo.

Além dessa questão da legitimidade eleitoral, existe também uma dificuldade no controle dessas decisões e na gestão de recursos públicos. É que decisões judiciais que priorizam a implementação de determinada política ou programa podem direcionar recursos de outras áreas essenciais, afetando a distribuição dos recursos no orçamento. Isso pode criar dilemas para o governo na alocação de verbas entre diferentes demandas.

Ademais, o judiciário demanda um conhecimento técnico jurídico que é inacessível à maior parte da população, até mesmo aos profissionais de nível superior em outras áreas — os quais poderiam inclusive contribuir muito mais para a resolução do problema público se ele fosse debatido em outras arenas, diferentes da judicial. Isso consiste em fator limitador, dificultando o acesso da população ao

sistema de justiça. A complexidade da linguagem utilizada pode afastar e intimidar a população.

Ainda, a exigência de redigir petições, contestações e recursos jurídicos pode representar uma barreira adicional para aqueles que não possuem conhecimento técnico ou recursos para contratar um advogado. A dificuldade em compreender as formalidades processuais e as regras de redação pode prejudicar a participação efetiva de pessoas em processos judiciais.

Igualmente, as sentenças e decisões judiciais também são elaboradas com linguagem técnica, o que pode dificultar o entendimento das partes envolvidas e da população em geral sobre os fundamentos da decisão, tornando difícil a avaliação de sua justiça e adequação.

A falta de informações claras e acessíveis sobre o funcionamento do sistema judicial, os direitos e deveres dos cidadãos e as opções disponíveis para resolver conflitos pode limitar a capacidade das pessoas de buscar a justiça de forma efetiva. Isso também afasta a população da arena judicial, reforçando o déficit democrático dos conflitos decididos nesse espaço.

Por fim, a necessidade de arcar com custas judiciais, honorários advocatícios e outras despesas legais também pode dificultar o acesso à justiça para aqueles que não têm recursos financeiros suficientes. Isso faz com que em alguns temas a comunidade seja excluída do debate, por falta de dinheiro para contratar um bom advogado.

No capítulo do estudo de caso se analisou um processo em que o poder judiciário acabou tratando uma parcela do conflito social. A ocupação humana dentro do Parque Nacional do Iguaçu foi tratada no processo judicial apenas como uma colonização regional, não se abordando os conflitos agrários e as remoções das famílias habitantes destes lugares.

Pelo exposto, evidencia-se que os conflitos políticos tratados no âmbito judicial costumam ser um caminho demorado e tortuoso que desconsidera o processo social, aspectos históricos e a participação da sociedade. Nele se distancia a política da comunidade, reduzindo-se o debate político.

6 ESTRADA DO COLONO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: ENTRE A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

Os capítulos anteriores possibilitaram conhecer a realidade da região do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, que é uma área próxima à fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Trata-se de um espaço no interior do Brasil, cuja atividade econômica é predominantemente agropastoril.

Por ser uma área próxima a uma grande área de conservação, e à fronteira com outros países, caracteriza-se economicamente pelo turismo, principalmente na cidade de Foz do Iguaçu. Atrai investimentos estrangeiros, tanto pelas obras de infraestrutura que vem realizando desde os anos 1970 quanto pela importância cada vez maior atribuída ao Parque Nacional do Iguaçu.

Ainda, os capítulos anteriores permitiram conhecer como ocorreu a colonização gaúcha e catarinense da região. Salienta-se que ela não foi feita em uma área de natureza primitiva, eis que havia indígenas, negros, brasiguaios, entre outros habitantes.

Também foi possível conhecer as características de políticas ambientais que são judicializadas. Ressaltou-se que todas as demandas podem ser levadas ao poder judiciário e que não é possível “impedir” isso. No entanto, considerando que as ações judiciais costumam ser caras, demoradas, inacessíveis por sua linguagem formal, técnica e solene, evidenciou-se que não são o espaço adequado para a solução de políticas ambientais, havendo outras formas mais democráticas.

Ainda assim, buscou-se traduzir os principais termos judiciais de uma ação civil pública, que é a modalidade de ação pela qual tramitou o processo da Estrada do Colono. Apresentou-se um fluxo processual que demonstra que no processo judicial, em regra há apenas uma sentença e um laudo pericial do juízo. Isso é importante salientar, tendo em vista que o estudo de caso demonstrará que nesse processo houve mais de uma sentença e mais de um laudo, devido a anulações.

O presente capítulo corresponde ao estudo empírico, no qual se analisará os diversos argumentos produzidos ao longo de 34 anos de ação judicial. Neste capítulo se abordará mais detidamente os discursos apresentados e suas relações com os subconflitos adjacentes à Estrada do Colono.

Após estudo dos processos judiciais relativos à Estrada do Colono, apresenta-se uma linha do tempo contendo os principais eventos do processo

judicial. Ainda, como resultado da pesquisa, propõem-se as matrizes argumentativas que classificam quais as noções sobre preservação e desenvolvimento de acordo com cada argumento do processo judicial. Isso possibilitou identificar os principais atores, relações de poder, interesses envolvidos, benefícios por eles pretendidos e direitos evocados.

6.1 O fechamento da Estrada do Colono

De acordo com o atual Plano de manejo do PNI (2018), além de ser palco das maravilhosas Cataratas do Iguaçu, o parque “preserva importante remanescente da mata atlântica, compartilha sua beleza cênica e conserva sua biodiversidade promovendo benefícios socioambientais para as presentes e futuras gerações” (PNI, 2018).

Destacam-se importantes trechos do seu plano de manejo, os quais contemplam as declarações de significância do parque, bem como seus valores fundamentais para a preservação ambiental da região, nos seguintes termos:

As declarações de relevância do Parque Nacional do Iguaçu, descritas no seu Plano de Manejo (2018) ressaltam sua amplitude, com mais de 185 mil hectares, figurando como um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do interior. Este local singular se conecta a outros fragmentos florestais semelhantes na Argentina, formando o Corredor Verde, que abriga uma biodiversidade rica, com destaque para espécies ameaçadas, como a jacutinga, surubim-do-iguaçu, bugio, harpia, onça-pintada, gato-maracajá, peroba-rosa e palmito-juçara, oferecendo potencial para pesquisas científicas.(PNI,2018)

A integridade da paisagem do Parque, integrada ao Corredor Verde, destaca-se por abrigar a maior população de onças-pintadas da Mata Atlântica. Estas majestosas criaturas, símbolos do parque, representam os principais predadores terrestres das Américas, sendo indicadores significativos do equilíbrio do ecossistema regional por meio de sua reprodução natural.(PNI,2018)

Ao percorrer todo o estado do Paraná, o rio Iguaçu recebe as águas purificadas da bacia do rio Floriano e de outros rios do parque. A contribuição da floresta para a formação de chuvas realimenta o sistema hídrico regional, mantendo a qualidade da água para espécies raras e exigentes, aprimorando-se ainda mais após o despejo nos paredões das cataratas.(PNI,2018)

O parque guarda a história das diversas culturas e ocupações do Alto Paraná, evidenciada por sítios arqueológicos e presença de comunidades como Itararé, Guarani, Vilas São José do Iguaçu, Santo Alberto, São Luiz, Santa Lúcia, Dois Irmãos, além de estruturas históricas como o Hotel das Cataratas, a Usina São João e a estrada histórica Foz do Iguaçu – Cataratas (PNI,2018).

De acordo com o Plano de Manejo, o Parque destaca-se nacionalmente como pioneiro em planejamento e implementação de estratégias inovadoras de gestão de unidades de conservação. É um dos parques mais visitados do Brasil, com as majestosas Cataratas do Iguaçu, servindo como referência em visitação para outros parques brasileiros(PNI,2018).Neste contexto, é importante fazer uma ressalva, uma vez que o plano de manejo é um documento suscetível a interpretações alinhadas aos interesses do capital. Dependendo desses interesses, é possível justificar, como aconteceu, a remoção daqueles que impactam os interesses econômicos, sejam eles indígenas, quilombolas ou colonos, como discutido mais detalhadamente nesta pesquisa.

Ao mesmo tempo, por meio desse mesmo documento, é viável justificar a entrada de milhões de pessoas em um turismo comercial. Portanto, ele não está restrito a uma disputa que se restringe às dinâmicas dentro do parque. Há pressões externas a ele, que não se limitam apenas ao turismo, mas também incluem questões logísticas.

Ainda, o plano de manejo realiza uma análise pouco crítica do seu entorno, seja em relação ao crescimento das áreas urbanas, que em alguns casos avançam sobre a unidade, seja no que diz respeito à expansão da fronteira agrícola ou a implementação de novos projetos logísticos. Desse modo, embora seja um documento de extrema importância, é essencial considerar também suas limitações.

Com relação à estrada do colono, projeto Onças do Iguaçu, criado em 1990, indica que ela foi elemento que propiciou a caça dos animais, tendo em vista que facilita o acesso de pessoas aos locais, principalmente pecuaristas que buscam matar as onças que “ameaçam” seus rebanhos.

No início da década de 90, quando a estrada foi fechada por decisão judicial, estimava-se que existiam 68 onças no Parque. Mas com a Estrada do Colono reaberta ilegalmente em 1997, o número chegou a apenas cinco. Atualmente, foram encontradas 28 onças do lado brasileiro do parque (ICMBio, 2020).

Dito isso, embora esta tese não contemple os projetos de Lei em trâmite no Senado e na Câmara dos Deputados (no Senado, o PL nº 61, de 2013[16], e o Projeto de Lei nº 984, de fevereiro de 2019, em curso na Câmara dos Deputados), é pertinente conhecer o panorama atual, a fim de se identificar os pontos importantes do processo judicial que tratou do fechamento da Estrada do Colono, sob o qual se debruça essa análise.

O MPF (2019) emitiu a nota técnica 04/2019 sobre os aludidos projetos legislativos. Em suma, o órgão entende que a criação dessa estrada-parque poderá acarretar a desafetação de parte do PNI, tendo em vista que hoje o parque é de conservação integral e essa nova categoria enfraquece a política ambiental.

Alega que, enquanto esteve aberta, a Estrada do Colono era amplamente utilizada para a prática de infrações ambientais, como extração de palmito, caça e desmatamento. Em maio de 1996, quando o Parque Nacional do Iguaçu foi invadido para a abertura da estrada, houve ampla derrubada de árvores ao longo de aproximadamente 18 quilômetros e a precipitação de um processo de degradação das faixas marginais à estrada, crescente em extensão e intensidade (MPF, 2019).

No final de 2019, o MPF sobrevoou a área e identificou a regeneração total da vegetação na área do leito da antiga Estrada do Colono. Relatando que durante o sobrevoo, o comandante da aeronave da Polícia Rodoviária Federal teve dificuldade de localizar a área da antiga estrada. O antigo leito da estrada já desapareceu sob a vegetação, razão pela qual sua localização só foi possível por meio das coordenadas geográficas com uso de GPS.

O MPF apurou que a reabertura da estrada exigiria um desmatamento de 20 hectares dentro do parque, área que se regenerou nos últimos 16 anos. Ainda fez uma simulação sobre o tempo de viagem que se ganharia com a abertura da estrada. Verificou que ela não pouparia mais do que 20 minutos de deslocamento em relação ao percurso atual. A foto a seguir demonstra como está atualmente:

Figura 226 - Situação atual da Estrada do Colono

[16] Projeto de Lei nº 7.123, de 2010, na origem – Câmara. Arquivado em dezembro de 2022, devido ao fim da legislatura.



Fonte: MPF, 2019.

A referida nota técnica foi anexada ao processo da Estrada do Colono no dia 05/07/2021, porém não houve qualquer pedido de providências judiciais

O relatório do Senador Fabio Contarato (REDE-ES), o único que se posicionou contrário ao PL 61/2013 durante a análise no Senado pela comissão de serviços de infraestrutura, afirma em voto apartado que a estrada levaria à possível perda de receitas oriundas do ICMS ecológico, em decorrência do comprometimento da integridade do Parque Nacional. Isso porque a destinação do tributo é condicionada à conservação ambiental pelas cidades. Serranópolis do Iguaçu, um dos municípios conectados, é o que mais arrecada da receita gerada pelo ICMS ecológico decorrente da existência do Parque (SENADO, 2020).

O PL 61/2013 foi arquivado no final de 2022 devido ao término da legislatura. Já o PL nº 984, de fevereiro de 2019, continua em curso na Câmara dos Deputados. Sua última movimentação foi em junho de 2021, quando foi aprovado o regime de urgência na tramitação da matéria.

Uma das alegadas motivações da reabertura da Estrada do Colono é transformá-la em um atrativo, uma opção a mais para o turismo na região, que constituiria parte integrante das atividades do Parque Nacional do Iguaçu. De acordo

com o Senador Elmano Férrer (2020), em seu relatório do parecer da Comissão de Infraestrutura que opina pela aprovação do PL 61/2013, a estrada promoveria a integração do homem à natureza por meio do turismo ecológico, a proteção de aspectos histórico-culturais, a promoção da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

No entanto, todos os argumentos apresentados no projeto de Lei e nas comissões legislativas que os aprovaram já foram levantados e debatidos ao longo do processo judicial, segundo se pode observar nos próximos itens.

6.2 Linha do tempo do processo

A linha do tempo, a seguir (quadro 6), resume mais de seis mil páginas dos autos nº 00.00.86736-5 e seus apensos:

Quadro 5 - Linha do tempo do processo

ANO	ACONTECIMENTO	Análise e explicações
04/06/1986	O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) protocolou na Vara Federal denúncia criminal (notitia criminis) contra o DER-PR, requerendo a suspensão do asfaltamento do trecho Medianeira Capanema, da BR 163, cortando o Parque Nacional do Iguaçu. Anexou documentos demonstrando que órgãos federais haviam negado em 1984 o pleito de asfaltamento. No entanto, ainda assim havia acontecido licitação e contrato com esse objeto.	- Judiciário encaminhou a denúncia ao Ministério Público Federal em 10/06/1986. - O MPF analisou o pleito do PTB e requereu o indeferimento, argumentando que o procedimento correto seria o instrumento recém-criado pela Lei 7.347/85 – Ação Civil Pública. Afirmou que iria estudar a aplicação das medidas preconizadas pela Lei ao aludido caso. (07/1986)
17/07/1986	O judiciário indeferiu a inicial de notitia criminis do PTB e encaminhou os autos para o MPF, conforme o art. 7º da Lei de ACP	O art. 7º da Lei 7347/1985 dispõe: "Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis."
03/09/1986	MPF ajuizou Ação Civil Pública (ACP)	A ACP é uma ação com características específicas, tal como se explica no item 4.2
10/09/1986	Liminar deferida. Judiciário acolheu pedido do MPF e determinou o fechamento imediato da Estrada do Colono, PR 495	Tal como se demonstra no fluxo processual do capítulo cinco.
12/09/1986	Fechamento da Estrada do Colono	A polícia federal procedeu ao fechamento da estrada a partir da decisão proferida em 10/09.
16/09/1986	Declarado estado de emergência no município de Medianeira devido ao fechamento da estrada	Município de Medianeira e Associação Comercial e Industrial de Medianeira peticionam pedindo a inclusão como partes no processo. Solicitam a reconsideração da liminar, sob argumento da falta de ônibus e dificuldade de socorro

		médico.
22/09/1986	Declarado estado de emergência no município de Capanema devido ao fechamento da estrada	Município de Capanema, Associação Comercial e Industrial de Capanema e o Município de Planalto peticionaram pedindo a inclusão como partes no processo. Solicitaram a reconsideração da liminar, sob argumento da falta de ônibus e prejuízos econômicos, citando o caso dos frigoríficos da região. Alegaram que o fechamento seria por interesses políticos.
23/09/1986	Tribunal Federal de Recursos (TFR) julgou os recursos dos municípios e manteve a liminar.	Ao apreciar os recursos, o TFR negou o pedido de reabertura e manteve a estrada fechada.
22/11/1986	Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Barracão, Vera Cruz do Oeste, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Marechal Cândido Rondon, Céu Azul, Santa Isabel do Oeste, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Missal e Matelândia requerem ingresso na ação como parte.	UNESUL de transportes ltda também ingressou com mandado de segurança contra a liminar que determinou o fechamento da estrada. A empresa detinha oito concessões para transporte de passageiros que foram afetadas pela decisão**.**
20/01/1987	Municípios pró-abertura juntam um parecer técnico jurídico subscrito pelo prof. Dr. Sérgio Ferraz – professor Titular de Direito Administrativo da PUC-RJ	Em suma, o parecer defendeu que a preservação do meio ambiente deve ser alinhada ao desenvolvimento econômico. Defendeu a reabertura da estrada.
20/02/1987	Governo do Paraná requereu admissão no processo (litisconsórcio passivo facultativo). Apresentou relatório para asfaltamento (p.825 autos), elaborado em 14/05/1986, com projeto geométrico e projeto de obras complementares.	Petição subscrita por Manoel Eugênio Marques Munhoz – Procurador chefe do Estado
17/08/1987	Sentença manteve a liminar, determinando o fechamento da Estrada do Colono. Houve julgamento antecipado da lide (sem dilação probatória)	Os principais aspectos da decisão estão no item 6.8 da tese
16/09/1987	Estado do Paraná apelou da decisão, requerendo a anulação da sentença, por cerceamento de defesa ao se indeferir a produção de provas.	Argumentou que o plano de manejo é ilegal, pois o zoneamento é diverso do previsto legalmente (art. 7º Decreto 84.017/79).
15/09/1987	Os dezessete municípios apelaram, alegando cerceamento de defesa.	O argumento principal dos municípios era de que o judiciário não permitiu que um perito técnico analisasse a área.
07/06/1988	A terceira turma do Tribunal Federal de Recursos, por unanimidade, concedeu parcial provimento às apelações. Manteve a decisão liminar de fechamento da estrada, porém anulou a sentença no ponto relativo à produção das provas (p. 1023)	A sentença foi anulada e determinou-se a realização da prova pericial
23/09/1988	Estado do Paraná requereu incompetência do juízo de Curitiba, requerendo sejam os autos remetidos para a Vara Federal de Foz do Iguaçu.	Pedido foi indeferido, pois no momento do ajuizamento da ação não havia Vara Federal em Foz.
27/10/1988	Peritos apresentaram honorários	Isso significa que apresentaram os custos do seu trabalho, os quais deveriam ser aprovados pelas partes.

10/11/1988	Judiciário determinou que o Estado do Paraná adiantasse o pagamento da perícia. O Estado do Paraná recorreu, pugnando que o pagamento de custas cabe à parte vencida.	O juízo entendeu que se o Estado não adiantasse as custas periciais, estaria desistindo do requerimento de produção de provas. O Estado agravou dessa decisão, porém depois resolveu pagar sua parte da perícia e desistir do recurso, em 19/07/1989.
27/04/1990	Abertura ilegal da Estrada do Colono, contando com a presença de autoridades como Prefeito de Capanema, Presidente da Camara Municipal de Capanema, e repórteres de TV	Foi um evento de um dia, a fim de manifestar a insatisfação da comunidade.
18/06/1990	Proferida nova sentença. Juiz Rubens Hadad Viana. (p.1321 e ss). Judiciário acolheu a alegação de que os depósitos dos honorários periciais foram feitos fora do prazo. Considerou-se a preclusão do direito à realização da perícia e se reiterou os demais pontos da sentença anterior.	Os Municípios e o Estado do Paraná apelaram, requerendo novamente a produção da prova pericial e, após, uma nova sentença.
28/10/1993	Sentença foi anulada pelo TRF 4, pois "não atendeu o requisito constante no Inciso I, do art. 458, no que diz respeito ao nome das partes, o resumo do pedido, com o registro das principais ocorrências" (p.1906). Publicada no DJ em 26/01/1994	O acórdão ainda registrou que "Houve cerceamento de defesa em relação aos municípios acima nominados, uma vez que não lhes foi oportunizado o depósito dos honorários periciais a fim de propiciar a realização da perícia requerida."
28/02/1994	MPF interpôs recurso especial	A segunda turma do STJ, por unanimidade, n o recurso – publicado no DJ em 21/10/1996. Em outras palavras, o recurso não foi admitido.
28/04/1994	"O Estado do Paraná informa que o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR) construiu uma ponte em concreto sobre o rio Santo Antônio, no município de Capanema, permitindo o acesso ao município de Foz do Iguaçu por meio da Argentina, através da rodovia que liga Capanema a Andresito Guacurari."	"Tendo em vista que a abertura da Estrada do Colono se deu devido à dificuldade de acesso entre Capanema e Foz do Iguaçu, e que essa dificuldade foi superada com a construção da ponte, **o Estado do Paraná manifesta o desinteresse pela reabertura da estrada**. Além disso, de acordo com informações obtidas junto à Direção do Parque Nacional do Iguaçu, a vegetação nativa já tomou conta do caminho, tornando impossível a sua utilização.".
08/05/1997	Reabertura ilegal da Estrada do Colono (conforme Gazeta do Povo, cerca de 1500 moradores da região participaram de um movimento de reabertura da estrada) p.1558 autos. Houve visita de delegado federal acompanhado de procuradores da república e de um juiz federal, ressaltando a desobediência à ordem judicial.	De acordo com a folha de londrina, no primeiro final de semana após 10 anos fechada a estrada recebeu 15 mil visitantes. P.1582 autos Houve desmatamento do local.
09/05/1997	Foi instaurado Inquérito Policial. nº 188/97-DPF .A/Fl/PR, para apuração de responsabilidade criminal na invasão da Estrada do Colono;	A Polícia Federal investigou quem seria o responsável por mobilizar a comunidade para os atos de ocupação da estrada.
13/05/1997	Houve reunião entre IBAMA, PM-PR, Polícia Florestal, Parque Nacional do Iguaçu, MPF e	MPF peticionou: "Considerando o número de pessoas que hoje se

	Polícia Federal para discutir estratégias de evacuação. Deparou-se com a situação e nenhuma das forças policiais ter condições de efetivar a ordem judicial.	apresentam no local (segundo informações, aproximadamente 800 pessoas), o cunho político da manifestação, e o ânimo e a organização do pessoal lá instalado (que já conta até mesmo com uma balsa para a travessia na região de Capanema- além de "Escola Ecológica" e Rádio transmitindo da área), é necessária a intervenção do Exército nacional, para por fim à presente situação."
15/05/1997	Houve reunião em Medianeira com a presença do Prefeito de Medianeira, da procuradora do IBAMA, Prefeito de Céu Azul, Chefe do Parque Nacional do Iguaçu, da AIPOPEC (associação pró abertura da Estrada do Colono), Deputado Irineu Colombo, Prefeito de Serranópolis, Deputado Santos, Prefeita de Santa Terezinha do Itaipu, Deputado Duilio, IAP, dentre outras lideranças regionais.	- As lideranças propuseram a desocupação até o dia 20/05/1997 - Iniciariam-se estudos à implantação do Projeto de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu, da Revisão do Plano de Manejo e apreciação dos estudos técnicos da proposta apresentada pela AIPOPEC.
23/05/1997	Acordo com as lideranças não foi atendido e a invasão do parque continuou.	A comunidade permaneceu dentro do Parque, fazendo a gestão de pedágio e transporte dos veículos por Balsa.
27/05/1997	Houve cassação da liminar de fechamento da estrada, em decisão do Juiz Paim Falcão, presidente do TRF4, com base em um parecer técnico econômico de autoria de Ademir Clemente – professor de Economia da UFPR. Possibilitou-se a reabertura da estrada.	"É inegável o prejuízo à ordem e à economia públicas que decorre da interdição dos 17 ,6 Km da Estrada do Colono, os quais promovem a ligação entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e destas com o resto do país. O estudo da malha viária daquela área encetado pelo Professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. Ademir Clemente, demonstra que, efetivamente, não existem alternativas imediatas para os fluxos de mercadorias e de pessoas, ficando alguns municípios completamente isolados do polo regional de Foz do Iguaçu (fl. 607)." p.1714 autos
02/07/1997	A estrada foi cascalhada, dando início a trafegabilidade com a cobrança das seguintes taxas: veículos grandes (caminhões): RS 4,00, automóveis e afins: RS 2,00, além de R$ 0,50 por pessoa.	"foi constatado paios servidores o tráfego do pelo menos 15 (quinze) caminhões tipo caçamba, carregados · de terra e descarregando ao longo da estrade, onde pelo menos 4 (quatro) tratores pesados e dezenas de homens trabalhando aparentemente no cascalhamento da estrada. Também foram identificadas máquinas estavam derrubando árvores para o alargamento da estrada, como o manilhamento de cursos d'água, sem critérios ou avaliação de Impactos ambientais destas obras, em ferindo frontalmente as normas ambientais." Laudo de vistoria feito pelo Parque Nacional do Iguaçu –

		IBAMA. P. 1727 autos
12/06/1997	MPF requer intimação dos municípios réus para que paguem pelos honorários periciais.	A demora no pagamento dos custos contábeis foi uma das causas para a demora do trâmite processual.
19/06/1997	A decisão do Superior Tribunal de Justiça restaurou a liminar concedida de fls. 191 a 194, destes autos, de lavra do eminente então juiz federal Milton Luiz Pereira e mantida pelo antigo Tribunal Federal de Recursos (fl. 1057),	STJ declarou a incompetência do presidente do TRF4, autoridade que autorizou referida cassação, eis que a decisão liminar pelo fechamento havia sido proferida pelo extinto Tribunal Federal de Recursos. (p.1734 autos)
25/06/1997	Determinação para retirada dos manifestantes do Parque, com apoio policial.	Houve a participação da PRF, PF e Polícia ambiental.
08/07/1997	Desocupação do parque	Destaca-se que no início de 1997 o Município de Serranópolis foi criado, tendo sido emancipado do município de Medianeira. A estrada fica dentro do município de Serranópolis.
17/09/1997	**Tribunal de contas do Estado** realizou auditoria, a pedido do MPF, com o objetivo de "efetivar inspeções junto aos Municípios de Capanema, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu e Serranópolis do Iguaçu, no intuito de apurar eventual malversação de verbas públicas por parte daqueles Municípios, por ocasião de manifestações públicas locais visando a reabertura da Estrada do Colono". (p.2157 autos)	Identificou-se que os municípios obtiveram "autorizações legislativas para concessão de subvenções Sociais para a AIPOPEC - ASSOCIAÇÃO OE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-ESTRADA DO COLONO. em valores diversos de acordo com as disponibilidades de cada Prefeitura. "
24/09/1997	Ante notícias e petições relatando possibilidade de nova invasão do parque pela abertura da estrada, em decisão interlocutória se determinou o policiamento da área e a abstenção dos municípios e da AIPOPEC em manifestações populares.	Todos os prefeitos réus foram intimados por carta precatória, inclusive o de Serranópolis, que não existia na época da decisão liminar pelo fechamento da estrada.
11/12/1997	Somente Capanema (dentre os 17 réus) havia depositado efetuado o depósito do valor devido a título de honorários periciais, R$ 2.618,34	Os outros 16 municípios alegaram dificuldades para a realização do pagamento
11/01/1998	Nova invasão no Parque Nacional do Iguaçu – trecho estrada colono, com restabelecimento de tráfego de veículos e do funcionamento da balsa e cobrança de pedágio	Identificou-se a AIPOPEC como responsável pela gestão da estrada e cobrança de pedágio.
16/01/1998	Invasores se apropriaram da balsa que faz o transporte entre o distrito de Pedro Lupion e o parque	proprietários registraram boletim de ocorrência policial.
04/09/97	MPF afirma haver espécie de conluio entre os municípios ao afirmar que não possuem dinheiro para pagamento dos peritos. Supostamente assim, por atribuir maior demora ao processo e ficarem mais tempo com a estrada ilegalmente aberta, poderiam pleitear fato consumado. Requereu intervenção do exército para que a liminar fosse cumprida e a estrada fosse fechada.	O MPF relata que dois policiais federais relataram que o município de "Capanema, possui um sistema de alerta, no qual todos os habitantes são avisados por meios de sirenes instaladas em toda cidade, que convocam a população para reação a qualquer atitude hostil por parte do Estado. Assim sendo, em questão de minutos é possível reunir uma quantidade considerável de pessoas, que se apresentam, independente do que estejam fazendo. " (Relatório da Polícia Federal de fls. 2077/2079)"

28/05/1998	Decisão judicial interlocutória negando a convocação do exército	Negou-se a intervenção federal na região.
17/09/1998	Foi certificado nos autos que apenas Capanema, Matelândia, Medianeira, Missal, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon efetuaram o depósito referente aos honorários dos peritos.(p.2198)	Outros 11 municípios ainda não haviam depositado sua parcela relativa aos honorários periciais.
16/10/1998	O judiciário oficia os peritos para se manifestar se o valor disponível até o momento poderia servir para se iniciar a perícia.	02/12/1998 - Os peritos respondem que a importância já depositada não corresponde a sequer 40% do proposto por eles para o trabalho.
14/04/1999	O judiciário contatou, verbalmente, os peritos pedindo para que reconsiderassem. Apenas o Eng. Florestal Ronaldo aceitou. Desse modo, o Eng. civil José Joaquim foi dispensado e substituído pelo eng. Gualter Luiz Ferreira, que previamente havia aceitado o pagamento parcial disponível. (p.2213 autos)	MPF indicou como assistentes: Dra. Lourdes Maria Ferreira, e Dr. Miguel Serediuk Milano. Municípios indicaram conjuntamente como assistente técnico o Dr. Arnaldo Carlos Müller
13/08/1999	MPF afirma que requisitou reiteradas vezes às forças policiais apoio para retirada dos manifestantes ante a ilegalidade da abertura da estrada. No entanto, isso não aconteceu, ao alegarem insuficiência de efetivo. Requisitou-se envio de ofício à Polícia Militar.	O pedido foi indeferido pelo judiciário, que entendeu que isso seria interferir na competência do governador.
24/08/1999	MPF requer ao judiciário a determinação de apreensão da balsa que faz a travessia entre o PNI e o município de Capanema	Judiciário indeferiu o pedido de apreensão da balsa, em 16/09/1999.Justificou-se o indeferimento dizendo que a Capitania dos Portos de Foz do Iguaçu não tinha como guardar o referido bem.
17/09/1999	Manifestação do Corregedor Geral da Justiça federal da 4ª região requisitando maior celeridade ao processo e à realização da perícia	A Corregedoria Geral de Justiça é um órgão administrativo do Poder Judiciário responsável pela fiscalização, orientação e controle, com o objetivo de garantir a eficiência, a legalidade e a qualidade na administração da justiça
06/10/1999	Em uma petição todos os municípios informam que depositaram as custas da perícia, anexando os respectivos comprovantes.	Com o depósito integral, possibilitou-se o pagamento aos peritos e o início dos trabalhos periciais.
16 a 19/11/1999	Foi realizada a visita in loco pelos peritos.	Os peritos visitaram a área da Estrada do Colono, entrevistando locais e averiguando as qualidades ambientais do local.
03/01/2000	A corregedoria do TRF4 julgou o requerimento formulado pelo MPF contra o, MM. Juiz Zuudi Sakakihara, notadamente devido à demora do judiciário em determinar providencias ao cumprimento das liminares. A corregedoria determinou imediata apreensão da balsa que liga o PNI ao município de Capanema.	"Um dos critérios para inclusão no cadastro dos locais em perigo pela UNESCO justamente foi a dificuldade no fechamento do acesso ilegal da rodovia. Essa lista torna pública mundialmente dificuldade do nosso governo em preservar a única área natural brasileira definida como patrimônio da humanidade, o que nos descredencia como nação confiável para receber doações dos organismos internacionais"
17/02/2000	Juntada do laudo pericial ao processo, com mais e cem páginas de resposta aos quesitos. Os peritos elaboraram uma proposta para	Os assistentes técnicos do Estado concordaram com os peritos do juízo. Os assistentes técnicos dos

	reabertura da Estrada do Colono, com recomendações quanto ao tráfego de veículos e restrições com relação à pavimentação.	municípios concordaram com a maior parte do laudo.
01/03/2000	Juntada do laudo dos assistentes técnicos do MPF, discordando do laudo pericial.	Após a visita, os peritos consolidaram suas impressões, apresentando justificativa completa e sua análise.
29/03/2000	Protocolada exceção de suspeição dos peritos	O MPF identificou que as diárias do Mabu Thermas & Resort, hotel onde os peritos se hospedaram durante a vistoria, foram pagas pela AIPOPEC, que é interessada na reabertura da estrada.
27/04/2001	O juiz acolheu a exceção de suspeição dos peritos do juízo e desconsiderou o laudo técnico apresentado como prova pericial. (p.2780 autos)	Com a suspeição dos peritos, o laudo foi anulado, ou seja, passou a ser necessário nova emissão de laudo pericial, a ser feita por outros profissionais.
13/08/2001	José Luzo de Souza Fernandes apresentou seus honorários em R$ 36845,20	Juiz nomeou, para realizar nova perícia, o Engenheiro Civil José Luzo de Souza Fernandes, e o Engenheiro Florestal Nivaldo Eduardo Rizzi.
17/08/2001	Nivaldo Eduardo Rizzi se propôs a "COORDENAR uma equipe de técnicos de formação na área de conhecimento, para realização do laudo pericial relativo à Estrada do Colono". Os honorários de toda equipe totalizariam R$ 88.000,00	A equipe proposta é composta por dez pesquisadores, que atendem a especialização nas seguintes áreas: ÁREA 01. Análise econômica regional. Área 02. Análise da Flora. Área 03. Análise da Fauna. Área 04. Análise da Hidrologia. Área 05. Análise jurídico-ambiental.
06/09/2001	Os municípios entenderam ser muito caro os valores propostos.	Afirmam que "Ora, o que o referido expert pretende fazer não é uma penda e sim um trabalho acadêmico. Pergunta-se: qual o motivo de comissões "Jurídica" e "de Economia"? "
26/11/2001	Requisitou-se nova proposta dos peritos.	José Luzo de Souza Fernandes apresentou seus honorários em R$ 33105,09. Nivaldo Eduardo Rizzi não reformulou a sua e o juízo entendeu muito cara a proposta.
04/06/2002	O juízo destituiu o Engenheiro Florestal Nivaldo e em substituição nomeou o Engenheiro Civil, Sanitarista e Ambiental Fernando Salino Cortes.	O Engenheiro Civil, Sanitarista e Ambiental Fernando Salino Cortes, apresentou sua proposta no montante de R$ 37.460,00. O Engenheiro Fernando incluiu em seus honorários o trabalho do biólogo, ecólogo e DR em Saúde pública Alejandro Jorge Dorado
06/10/2003	Nova invasão do Parque Nacional do Iguaçu na Estrada do Colono. Ajuizou-se ação de reintegração de posse, a qual foi deferida em liminar, determinando-se a destruição da balsa que havia sido retomada pelos invasores.	Com a determinação de destruição, houve uma articulação e a Marinha do Brasil acabou se manifestando pela possibilidade de manter a balsa em sua guarda. Houve a desocupação pacífica para que não se destruísse a balsa. Isso acabou por oportunizar a reconsideração da decisão judicial pela destruição, doando o bem à Marinha (p.2872 autos)

20/09/2004	A juíza fixou para a perícia o valor de R$ 77.106,09, que seria o mesmo montante da 1ª perícia, atualizado.	Como não houve concordância dos municípios, o juiz acabou delimitando um valor, o qual deveria ser pago pelo perdedor do processo.
05/11/2004	Em decisão de embargos de declaração, face a complexidade do caso, o juízo entendeu relevante também nomear um sociólogo e um biólogo, fixando R$ 7.000,00 a cada profissional.	O rateio dos honorários deve ser feito por todos os réus: Estado do Paraná, pelos 17 Municípios e incluiu-se o IBAMA. Nomeou Carlos Alberto Simioni, sociólogo e Alejandro Jorge Dorado, biólogo,
07/12/2004	O Estado do Paraná requereu sua exclusão do polo passivo da lide e sua inclusão no polo ativo, tendo alterado sua concepção sobre a estrada, passando então a requerer seu fechamento, ao lado do MPF. Destaca-se que a referida petição foi assinada pelo próprio Roberto Requião (ex-PMDB e atualmente PT), que estava em sua segunda gestão como governador, e pelo procurador chefe da PGE-PR. (fls. 2979)	Estado do Paraná requereu: "sejam deferidas a sua exclusão do pólo passivo dessa relação processual, onde figura como litisconsorte passivo facultativo, e a sua habilitação no processo ao lado do Ministério Público Federal, autor dessa ação civil pública, tal como prevê o parágrafo 2. do artigo 5. da Lei 7.347/85;" (p.07/12/2004).
08/03/2005	Judiciário manteve o tramite processual mesmo com o pedido de exclusão do Estado, determinando realização da perícia	Mesmo com a mudança de posição, o judiciário manteve o Estado como réu.
11/03/2005	condenar a AIPOPEC a pagar ao IBAMA, a título de restituição pelo "pedágio" cobrado, o valor de R$ 30.580,00 (trinta mil, quinhentos e oitenta reais), em junho de 1997.	O aludido pedágio era cobrado em virtude da balsa para transporte dos carros
20/09/2005	Até essa data não haviam sido pagos os honorários periciais pelo IBAMA, nem por todos os municípios.	Devido à suspeição dos peritos, houve a necessidade de realização de nova perícia judicial, que ficou mais cara que a primeira.
11/07/2006	Laudo pericial foi anexado p.697 Afirmou-se que: "Assim, o conflito socioambiental reside não tanto na abertura ou não da estrada, mas no fato de existir uma área considerada intocável que impediria projetos de desenvolvimento, no caso turístico, tanto a partir da Estrada como no entorno do Parque. (...)"	Em resumo, em termos valorativos, podemos subdividir os defensores mais radicais de posturas pseudo-desenvolvimentistas (não restou provada a razão econômica da estrada no presente) e ambientalistas em, respectivamente, antropocêntricos e biocêntricos (ou ecocêntricos), (...)tais posturas, quando radicalizadas, impedem, ou dificultam o processo de tomada de decisão.
19/10/2007	Sentença	Manteve o fechamento da Estrada do Colono e determinou ao IBAMA a recuperação da área.
13/12/2007	Apelação municípios	Recurso destinado ao tribunal pedindo-se a revisão e reforma da sentença.
18/02/2008	Estado do Paraná informa que não irá apelar, tendo em vista que houve autorização do Conselho Superior da PGE do Estado para tanto.	O Estado tem obrigação legal de recorrer em casos de grande impacto. Nessa situação houve uma autorização para que deixasse de recorrer.
04/04/2008	O Estado do Paraná apresentou contrarrazões à apelação dos municípios, pugnando pela manutenção do provimento da sentença.	Salienta-se que o Estado se manteve no polo passivo da lide, porém ainda atuou em defesa da sentença que reconheceu os pedidos do autor.
17/04/2008	Contrarrazões do MPF contra-apelação dos	Devido ao princípio do contraditório,

	municípios	sempre que uma parte se manifesta no processo a outra parte deve ter oportunidade de se pronunciar e impugnar o que foi exposto.
10/11/2019	Houve sessão da 3ª turma do TRF4, para julgamento. Após sustentação oral do MPF	A relatora decidiu suspender o julgamento para melhor analisar o processo.
11/11/2009	Os municípios apresentaram ao TRF4 uma petição, com a assinatura de 17 prefeitos, requerendo audiência de conciliação. Apresentou-se um projeto de Restauração do caminho do colono.	A conciliação é valorizada pelo judiciário, então mesmo após a sentença é possível promover uma composição entre ator e réu. A qualquer tempo ela pode ser feita.
01/12/2009	Em questão de ordem, considerando a proposição de conciliação, a relatora responsável pelo processo no TRF4 encaminhou os autos para o sistema de conciliação- SISTCON.	Retirou-se o processo da pauta e se ganhou mais tempo para as partes conversarem e tentarem convencer os julgadores do tribunal
29/03/2010	Como o TRF4 fica no Rio Grande do Sul, a Procuradoria Federal do IBAMA-RS, pediu carga dos autos para estudar todo o processo.	Em primeira instância a procuradoria federal responsável era a sediada no Paraná. Porém, com o Tribunal federal é regional, contemplando os processos de três Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), a atribuição passa a ser de setor diferente, especializado nas demandas que tramitam apenas no tribunal.
18/05/2010	O IBAMA requereu substituição processual, tendo em vista a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, o qual passaria a atuar na lide em seu lugar.	A Lei 11516/07 teria transferido a competência, antes conferida ao IBAMA, para gestão das unidades de conservação federais.
09/11/2010	Inviabilidade de acordo.	Os municípios apresentaram um projeto de estrada-parque, construído por Arnaldo Mueller. O projeto incluía elementos que prometiam a redução do impacto da estrada, tais como cercas, sinalizadores etc.
23/12/2010	A Turma do TRF, por unanimidade, negou provimento ao agravo retido e apelação	o ICMBIO foi condenado com exclusividade a promover a recuperação da área. Os Municípios e o Estado precisaram participar e pagar os honorários dos peritos.
24/04/2011	Os municípios protocolaram Recurso Especial	Trata-se de petição que visa a modificação do acórdão em virtude de descumprimento à legislação federal. Dirigida ao STJ
24/04/2011	Os municípios protocolaram Recurso Extraordinário	Trata-se de petição que visa a modificação do acórdão em virtude de descumprimento à legislação federal. Dirigida ao STF
30/01/2012	Recurso especial foi admitido pelo TRF4	Processo foi para apreciação do STJ
30/01/2012	Recurso extraordinário foi admitido pelo TRF4	Processo foi para apreciação do STF
08/11/2018	STJ negou provimento ao recurso especial	Manteve-se a sentença pelo fechamento da Estrada do Colono.
06/12/2018	Municípios recorreram da decisão do STJ- agravo interno	É um recurso pedindo nova análise de algum aspecto pelo próprio STJ
30/08/2019	STJ negou provimento ao recurso dos municípios	Processo foi remetido ao STF

23/10/2019	STF não conheceu recurso	STF não admitiu o recurso e por isso não analisou o mérito do processo.
21/04/2020	Trânsito em julgado do processo	Formou-se coisa julgada e por isso a questão não pode ser rediscutida. Vide item 5.4da tese

Legenda principais decisões judiciais

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos autos da Ação Civil Pública nº 00.00.86736-5, que tramitou em origem, na 1ª Vara Federal de Curitiba-PR

Salienta-se que a ideia de Estrada do Colono passou a ser defendida como caminho do colono após 1997, notadamente com a mudança de estratégia jurídica dos municípios por meio da contratação de novo advogado. O termo “caminho do colono” buscou desvincular a questão econômica da discussão, passando-se a fortalecer a questão social e cultural (DIAS, 2006).

O termo estrada-parque aparece no processo devido ao projeto de Arnaldo Mueller, apresentado em 2009 como uma nova proposta de conciliação, conforme o anexo desta tese. Ele foi encomendado pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) e pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP). O documento foi apresentado após a sentença que determinou a manutenção do fechamento da estrada.

6.3 Atuação dos sujeitos no processo judicial: atores relevantes no cenário jurídico e político do Estado

O estudo de caso em questão demonstra a complexidade do judiciário ao lidar com demandas relacionadas a essas áreas, tendo em vista que há interesses políticos e econômicos que, ancorados em discursos de desenvolvimento, pretendem o reconhecimento de direitos relacionados à exploração de tais espaços.

Os documentos analisados pela tese revelam que renomados juristas e políticos do Paraná estiveram envolvidos no processo em questão. Eles desempenharam papéis de destaque e apresentaram argumentos de alta qualidade. Como resultado, pode-se afirmar que as posições de cada parte foram habilmente representadas.

O processo surgiu devido a uma denúncia protocolada em junho de 1986 por Arnóbio Ricardo da Silva, presidente do diretório municipal do PTB de Foz do Iguaçu. Ele protocolou uma denúncia na justiça federal, contra o DER, pelo

asfaltamento da Estrada do Colono (BR 163, na época), que já havia sido realizada licitação para isso.

Figura 237 - Notícia que demonstra descontentamento com a denúncia que gerou a ACP da Estrada do Colono



Arnóbio, o vaiado

Fontes: Autos Estrada do Colono (1986)

A denúncia feita por Arnaldo foi aceita, o que causou insatisfação em parte da comunidade local, conforme se verifica pela figura 26. O Judiciário encaminhou essa *notitia criminis* ao Ministério Público Federal (MPF). Há suspeitas de que a carreira política regional dele tenha chegado ao fim após essa denúncia, pois não foram encontrados registros de sua eleição em datas posteriores.

Consta na petição inicial do processo, que em 1984 já havia sido proferida decisão administrativa contrária ao pleito de asfaltamento, negado pelo DNER e também pelo Ministério da Agricultura. Os requerentes foram a Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL (empresa pública federal, extinta em 1990 e substituída pela CONAB) e pelo Deputado Federal Antonio Mazurek. A negativa foi justificada pelos danos que causaria à fauna e flora, bem como ao caminho alternativo que estava sendo implementado pela BR 277.

Na pesquisa, constatou-se que a situação política local estava complicada. Um exemplo disso ocorreu em 1984, quando Foz do Iguaçu enfrentou uma "questão

sucessória". Por ser considerada uma área de fronteira, era necessária a nomeação de um novo prefeito pelo governo federal. Nesse contexto, os vereadores promoveram uma greve de fome e realizaram um manifesto. Eles exigiam o retorno da autonomia municipal para a realização de eleições democráticas em todos os níveis e em todos os municípios.

Nesse caso, Arnóbio Ricardo da Silva (que denunciou ao judiciário os asfaltamentos) protocolou uma consulta à justiça eleitoral sobre a possibilidade de quebra de decoro, alegando que os vereadores “poderiam estar impedidos de exercerem os seus mandatos por falta de condições, hipótese, física, sanidade mental e psicológica em caso de convocação extraordinária pelo chefe do poder executivo de acordo com a legislação vigente”[17].

Devido à falta de um cenário público qualificado, é provável que os outros políticos municipais não abordassem nem mesmo a questão da Estrada do Colono. Foi necessária uma medida criminal (Arnóbio protocolou uma *notitia criminis*) para trazer o assunto ao debate público.

Desde o recebimento da denúncia, o processo foi conduzido por renomados juristas do Estado. A seguir, serão apresentados comentários sobre a trajetória profissional de alguns dos especialistas que atuaram diretamente, representando judicialmente as partes envolvidas no caso da Estrada do Colono. Isso evidencia a importância do processo, com argumentos de alta qualidade, uma vez que mobilizou profissionais jurídicos qualificados para atuar nessa ação.

A denúncia de Arnóbio sobre o asfaltamento da Estrada do Colono foi recebida por Francisco Xavier Pinheiro Filho, que ocupou o cargo de subprocurador-geral da República em 2003. Essa posição está diretamente abaixo do procurador-geral da República, que é o chefe máximo do Ministério Público Federal.

O subprocurador-geral da República desempenha diversas funções importantes. Entre suas responsabilidades estão a representação do Ministério Público Federal perante tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de atuar na elaboração de pareceres e manifestações jurídicas em casos de grande relevância. Esse cargo também pode envolver a supervisão de procuradores regionais e a condução de investigações e processos criminais de interesse público.

---

[17] DPF, Serviço de Informações. Disponível em: https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/08/greve-de-fome-vere.pdf

O processo foi ajuizado em 03/09/1986 pelo procurador federal Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, que na época era o Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná. O Procurador-chefe desempenha um papel essencial na gestão e supervisão das atividades dos procuradores que atuam na Procuradoria da República no Paraná. Isso envolve a distribuição de casos, a orientação jurídica, a supervisão dos processos em andamento e a coordenação das investigações e ações judiciais.

Além disso, o Procurador-chefe representa a Procuradoria da República em questões administrativas e em diálogos com outras instituições e autoridades no estado. Ele também é responsável por promover a articulação e a cooperação com outros órgãos e entidades relacionados à justiça e ao sistema jurídico.

Logo, dificilmente o ajuizamento de uma ação é efetuada pelo líder desse órgão, tendo em vista que ele possui eminentemente atribuições de coordenação. Isso reforça a ideia de que a pauta foi tomada como uma ação relevante para a época. Inclusive, em 2006, o aludido procurador federal foi honrado como Cidadão Honorário do Paraná.

Não só o Ministério Público escolheu seus principais especialistas para o litígio, os municípios contrataram renomados juristas para representação e emissão de pareceres. Em maio de 1987, por exemplo, o advogado dos municípios juntou parecer emitido pelo Prof. Titular de Direito Administrativo da PUC-PR, Dr. Sergio Ferraz. Nele se defende a compatibilidade entre a estrada e a sustentabilidade. No texto, Ferraz afirma que:

> o Direito Ecológico não afirma uma cega imutabilidade do meio ambiente. Sua finalidade última é conciliar uma postura conservacionista com os interesses do desenvolvimento. Quando só estes prevalecem, temos a deterioração da qualidade de vida, pela destruição das fontes de sua renovação. Quando só aqueles preponderam, obtém-se a mesma deterioração, pela via inversa da estagnação e da sufocação social. Um e outro vetores são posturas extremistas, por isso mesmo condenáveis. Marx já dissera que o extremismo é a doença infantil do comunismo. Anotamos que o conservacionismo "à outrance" é a doença infantil da Ecologia e do Direito Ecológico. (FERRAZ, 1987, p.746.)

Os autos contemplam a atuação de notórios juristas brasileiros. Francisco Xavier Pinheiro Filho (foi subprocurador geral da república e indicado ao STJ), Luiz Guilherme Marinoni (foi procurador da república, professor de Direito da UFPR), Sergio Arenhardt (é professor de Direito da UFPR), Márcia Leuzinger, Manoel

Caetano Ferreira Filho e Carlos Marés (procuradores de Estado e professores universitários).

Como advogados no polo passivo, dentre outros, Pedro Henrique Xavier (foi professor de Direito da UFPR), Adyr Sebastião Ferraira (foi professor de Direito na UEL e foi presidente da OAB PR). Ainda, a condução do processo foi feita pelo, na época juiz, Milton Luiz Pereira, que de tão relevante contribuição para o Direito foi ministro do STJ.

Cita-se como exemplo algumas autoridades que atuaram no aludido processo:

Quadro 6 - Algumas autoridades que atuaram no processo da Estrada do Colono

ÓRGÃO/ENTIDADE	AUTORIDADE	CARGO
Ministério Público Federal (MPF)	Antônio Fernando Barros E Silva De Souza	Procurador Da República
Justiça Federal da 4ª Vara de Curitiba	Rômulo De Souza Pires	Juiz
PTB Diretório Municipal Foz	Arnóbio Ricardo Da Silva	Presidente PTB Foz
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DER)	Milton Lucca De Paula	Chefe Gabinete
Ilegível - Serviço Público Federal (IBDF?)	Antonio De Souza Vieira Junior	Advogado
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)	Sergio Brant Rocha	Engenheiro Agrônomo
MPF	Francisco Xavier Pinheiro Filho	Procurador Da República
-	Eliane Maria De Castro Rocha	Assessora Jurídica
[.....] Delegacia Estadual	Nilto Melquiades Da Silva	Engenheiro Florestal
Ilegível -	Cássio [...] Neto	Chefe De Gabinete Presidência
Ministério Da Agricultura	Silas Machado Lima	Subchefe De Gabinete Do Ministério Da Agricultura
Ministério Da Agricultura	Ilegível	Chefe De Gabinete Do Ministério Da Agricultura
Prefeitura Municipal De Medianeira	Ivo A Da Rolt	Prefeito Municipal
-	José Richa	Governador Do Estado
IBDF	Hamilton Martins Silveira	Presidente Substituto
IBDF	Nelson	Procurador
IBDF	Mauro Silva Reis	Presidente Substituto
Parque Nacional Do Iguaçú	Adilson Simão	Diretor
-	Enio Drummond	Procurador-Geral
IBDF	Mauro Silva Reis	Presidente
Associação Paranaense de Engenheiros Florestais (APEF)	Prof. Sebastiao Do Amaral Machado	Presidente
IBDF	.... Chagas De Oliveira	Eng. Agr. Assistente

ÓRGÃO/ENTIDADE	AUTORIDADE	CARGO
Justiça Federal Da 1°Vara de Curitiba	Milton Luiz Pereira	Juiz Federal Da 1° Vara
IBDF	Paulo Leite Fischer	Procurador Autárquico/Assessor Jurídico
IBDF	Fernando S. Herkenhoff	Delegado Estadual
Adea	Joao Jose Bigarella	Presidente
MPF	Odilia Ferreira Da Luz Oliveira	Procuradora Da República
Prefeitura Municipal De Medianeira	Adolpho Mariano Da Costa	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Medianeira	Edmar Braz Bolsi	Secretário Municipal Da Administração
Departamento dos Serviços de Transporte Comercial/Secretaria dos Transportes-Estado do Paraná) (Dstc/Setr)	Dimas De Abreu	Diretor
Prefeito Municipal De Planalto	Nilo Lucieto	Prefeito
Associação Comercial e Industrial de Capanema (Ac CIC)	Luiz Alberto Letti	Presidente
Polícia Militar do Planalto	Edio Diefembach	Delegado
Vereador de Capanema	Ataliba Bach	Presidente Da Câmara
Vereador de Capanema	Ivanir Jose Ferronato	Vice-presidente
PFL	Danilo Pedro Martini	Líder
Câmara dos Deputados	Antonio Mazurek	Deputado Federal PDS-PR
Conselho De Administração	Adair Casagrande	Presidente
Departamento de Estradas e rodagem (DER-PR)	Tancredo Penghi	Diretor Geral
MPF	Odília Ferreira Da Luz Oliveira	Procuradora Da República
Departamento Nacional de Estradas e rodagem (Drf/Dner)	Toyoshi Sakai	Chefe Do 9° DRF/DNER.
Ibdf	Jayme Costa Santiago	Presidente
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP-PR)	Anibal Khury	Deputado Estadual- Primeiro Secretário
ALEP-PR	Edilson Alencar	Deputado Estadual
Apg/Dfp	Jose Oila Speraneio	Engenheiro/Substituído Do Chefe Da Apg/Dfp
6ª Vara	Murat Valadares	Juiz Federal
6ª Vara	Nair Maria Da Silva	Diretora De Secretaria
6ª Vara	Jose Moacir Favetti	Superintendente Regional
Advogada dos Municípios	Iria Regina Marchiori	Advogada
Advogado dos Municípios	Adyr Sebastião Ferreira	Advogado
Prefeitura De São Miguel Do Iguaçú	Armando Luiz Polita	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Santa Helena	Julio Morandi	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Matelandia	Jose Romoaldo Zeção Lorenzon	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De	Antonio Manoel Poloni	Prefeito Municipal

ÓRGÃO/ENTIDADE	AUTORIDADE	CARGO
Barracão		
Prefeitura Municipal De Vera Cruz Do Oeste	Nelson Thomazinho	Prefeito Municipal
Município De Pranchita	Jandir Feboldi	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Santo Antonio Do Sudoeste	Ademar Luiz Traiano	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Marechal Candido Rondon	Ilmar Priesnitz	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Ceu Azul	Joao Canfrides Betto	Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal De Santa Izabel Do Oeste	Afonso Claudio Levinski	Prefeito Municipal
MPF	Antonio Fernando Barros E Silva De Solza	Procurador Da República
TFR	Ministro Dias Trindade	Redator TFR
	Eugenio S. P. Do Amaral	Chefe Da Divisão De Tráfegos
Câmara Municipal Guaraniaçu	Ivo _____	Presidente
Câmara Municipal De Pranchita	Jose Fernandes De Oliveira	Presidente
Prefeitura Municipal De Formosa Do Oeste	Ney Camargo Machado	Prefeito Municipal
Câmara Municipal De Dois Vizinhos	Olvides Fontana	Presidente
Câmara Municipal De Toledo	Tarcísio Jacy Hercket	Presidente
Câmara Municipal De Toledo	Omar Priesnitz	Vereador
Câmara Municipal De Vereadores De Redentora	Irineu Benjamin Giacomini	Presidente
Câmara De Vereadores De Alpestre	Osmar Basso	Presidente
Câmara Municipal De Vereadores Venancio Aires	Joeci Luiz Hinterholz	Presidente

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A cassação da liminar foi feita em 1997 com base no estudo de Ademir Clemente, que na época era o único estudo econômico sobre a região. Com isso, a estrada, que estava fechada desde a liminar de 1986, foi reaberta. Contudo, ainda em 1997 a liminar foi restabelecida pelo STJ e a determinação de fechamento da estrada retornou a vigorar.

Mais tarde, em 1999, houve um estudo interdisciplinar que incluiu a análise de outro economista professor da UFPR, Claus Germer. Depois disso, é que passou a se considerar os aludidos prejuízos econômicos causados pelo fechamento da Estrada do Colono como controversos. Os dois laudos econômicos são abordados no item 6.6 e 6.7 desta tese.

Destaca-se a importância da Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC), comandada por Márcio Paganini. Ainda que nos autos principais relativos ao processo da Estrada do Colono, a referida associação tenha tentado se eximir das ações de invasão popular da estrada, ocorrida de 1997 a 1999, ela participou como agente mobilizador da população local. Note-se a seguinte alegação redigida pelo advogado da associação:

> As lideranças e representantes, até porque não tinham opção, cumpriram a determinação deste MM. Juiz Federal e afastaram-se do movimento pela reabertura da estrada; contudo, com isto também perderam contato com a população.
> Ora, liderança popular repele o vácuo. O afastamento da AIPOPEC e dos Municípios suplicantes, por ordem judicial, fez surgir novos movimentos, sem sombra de dúvida multo mais radicais em suas pretensões, que se beneficiaram da grande frustração popular com a omissão do IBAMA na revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional.
> 10. Os resultados já são conhecidos. A população simplesmente reabriu a estrada e dela se vem utilizando, tal como fizera por décadas a fio, antes da malsinada (data vênia) liminar de setembro de 1986.
> Os suplicantes nada fizeram para promover tal movimentação. Mas, a bem da verdade, é preciso admitir que tampouco buscaram demover a população deste propósito, até porque tinham, como têm, fundado receio de que qualquer forma de sua participação, ainda que para dissuadir a utilização da estrada venha a ser mal interpretada pelo Ministério Público Federal e. ipso facto, entendida como descumprimento das ordens prolatadas às fls. 1946/1951.[18]

Essa petição dos municípios basicamente explica que eles nem a AIPOPEC atuaram para promover as invasões realizadas entre 04/1997 e 2001, sobretudo porque haviam sido intimados judicialmente para que evitassem promover atos que incitassem os populares para a abertura da estrada. Porém, também afirma que não fizeram nada para deter a população invasora.

Ainda, ressalta-se que a AIPOPEC não foi parte ré na ação principal que trata do fechamento da Estrada do Colono. Ela até chegou a figurar como ré em ações paralelas, promovidas pelo MPF a fim de cobrar por danos patrimoniais, por exemplo, a destruição de uma cerca do Parque Nacional do Iguaçu em um dos atos pela reabertura da estrada, bem como à restituição do dinheiro cobrado como pedágio enquanto a estrada esteve aberta.

Nessa ação dependente, que tramitou em paralelo aos autos principais, tendo por autor o MPF e réu a AIPOPEC, o judiciário entendeu que a associação não podia ser responsabilizada pela mobilização, conforme segue:

> Frise-se que a invasão foi realizada por inúmeras pessoas e não pela AIPOPEC. que — ao menos pelo que é possível extrair dos elementos

[18] PETIÇÃO Municípios p. 2048 autos

> existentes nos autos — apenas buscou a suspensão da liminar para amparar juridicamente a manifestação popular.
> Não há nos autos comprovação de que tenha sido a AIPOPEC, através de seus dirigentes, prepostos ou empregados, quem invadiu o Parque.
> Também não há provas de que tenha sido ela quem, direta ou indiretamente, incitou, induziu ou auxiliou a invasão pelas pessoas que lá adentraram, e que, para tanto, derrubaram a cerca que lhes impedia o acesso.
> A partir da leitura de seu Estatuto, carreado aos autos, bem como pelo teor do documento da fl. 20, é certo que, ao mesmo tempo que a Associação ré defende a abertura da Estrada, também busca a preservação dos recursos ecológicos do Parque Nacional, sendo esses seus objetivos sociais.
> Mesmo considerando que consta como atribuição do Conselho Consultivo "auxiliar, quando solicitado pela coordenação geral, os movimentos populares e comunitários reivindicatórios", não há prova nos autos de que houve manifestação desse Conselho ou da Coordenação Geral, no sentido de auxiliar as pessoas que invadiram o Parque naquela ocasião.
> A vontade da pessoa jurídica só se aperfeiçoa quando ela se manifesta formalmente através de seus órgãos próprios, como explicitado acima, seja através de assembleia convocada para deliberar nesse sentido. de deliberação do conselho consultivo, da coordenação geral, ou mesmo unicamente do coordenador geral, conforme os órgãos e suas atribuições que compõem a ré, como disposto em seu estatuto.
> Não há demonstração, nos autos, de como surgiu a ideia de invadir a Estrada, ou de quem partiu essa ideia. Apenas se sabe que um número significativo de pessoas, no dia 08/05/1997, invadiu-a com o intuito de que ela voltasse a ter trafegabilidade. Não há como afirmar que a iniciativa tenha sido da AIPOPEC. É possível que o evento tenha tido a participação de um, ou alguns de seus membros, mas não em seu nome, não por uma deliberação da pessoa jurídica, como vontade própria.[19]

No entanto, mesmo condenada a ressarcir tais danos, a aludida associação não tinha patrimônio suficiente para pagar por eles, restando inexequível a integralidade de tal pagamento. O MPF chegou a alegar que a associação na prática era um consórcio público, porém como a Lei dos Consórcios Municipais é de 2005 (Lei 11.107/05), e, portanto, posterior aos acontecimentos, ela não foi aplicada pelo poder judiciário.

Houve ainda pressão política dos Municípios ao IBAMA pela abertura da estrada por meio de revisão do plano de manejo. Há diversas passagens em atas de reunião nas quais o chefe do Parque é questionado se ele possui a competência para mudar o zoneamento da área. Houve alegações de que as invasões do parque só cessariam após a mudança no zoneamento.

O Chefe da unidade de conservação na época (Jonel), falava que eles estudariam se isso era viável, mas não chegou a garantir. Isso fez com que não houvesse acordo para a saída espontânea dos manifestantes. Observe-se:

---

[19] Responsabilidade civil pelos danos causados; Autos n°97.0026351-7; 8° Vara Federal de Curitiba (p.3072-3074.)

Reunidas inúmeras autoridades, entre elas: Superintendente do IBAMA-PR, Superintendente do IAP, outros integrantes do IBAMA, inúmeros prefeitos, entre eles os de Medianeira, Capanema, Serranópolis, Missal, Céu Azul, Planalto, Deputado Irineu Colombo, Presidente da CACISPAR, prefeito de São Miguel, entre outras autoridades, conforme lista de presença em anexo.
(...)Prefeito de Céu Azul: A procuradora do IBAMA na reunião passada falou que se houvesse a abertura já colocaria outra liminar em cima. Diante dos fatos requer um compromisso. Que o IBAMA colocasse na cabeça que também é réu, que são parceiros, falou da omissão do IBAMA junto ao Parque. Quer ser parceiro do IBAMA na conservação. E não vai haver conservação com a Estrada fechada. Não é interesse da população, mas os ocupantes estão cansados e tem medo de uma radicalização. - Quer uma garantia que vai ser estudado.
Prefeito de Céu Azul: Que se não houver garantia haverá morte em cumprimento de qualquer medida que seja.
Dr. Pedro Henrique Xavier: Que vivemos ·numa situação anômala visto que os réus até agora no processo não queriam a mesma coisa, "o IBAMA está mais para o MP federal do que para o réu". Temos pessoas no Ministério Público que querem um parecer do IBAMA para serem favoráveis. O IBAMA tem disposição de fazer a abertura técnica da estrada?
Dr. Jonel: O IBAMA tem condições de fazer um relatório de impacto e dentro de um estudo técnico, revisão do plano de manejo não é possível fazer qualquer manifestação ou parecer sobre a estrada.
Dr. Pedro: Teria o IBAMA condições de colocar e situar a estrada fora da área intangível do Parque'? Colocou sua situação peculiar de advogado dos municípios.
Dr. Jonel: Teriam duas fases: primeiro o problema das pessoas que estão dentro do parque. Segundo é a apreciação de um documento técnico que lhes foi apresentado e que não se nega a fazer qualquer análise.
Existe uma proposta de dentro da Revitalização do PNI de revisão do Plano de manejo e que durante esta revisão é que seria o momento certo de fazer os impactos ambientais e qual zona a estrada se poria e se fosse possível reabri-la ou não.
Dr. Ped.ro Henrique: O que vai acontecer se o IBAMA disser que vai haver impacto ambiental? É óbvio que existirá e que o impacto não seria maior do que aquele que existia há dez anos atrás quando a estrada funcionava e que teríamos de ter esta garantia.
Dr. Jonel: Que qualquer obra terá influências e evidente que estes impactos serão analisados e tomadas as medidas mitigadoras para que a obra possa ser realizada. Todas estas questões deverão ser levantadas e saber da viabilidade ou não da estrada. t leviano sem este estudo qualquer atitude contrária ou a favor da estrada.
Prefeito de São Miguel: Quanto tempo para se fazer o RIMA ou a revisão?
Dr. Jonel: o RIMA e a Revisão do Plano de Manejo em 120 dias e que os municípios indiquem dois técnicos em todo a revisão do plano de manejo.
IAP: Algumas das ações que se façam dentro do projeto da AIPOPEC e do projeto de Revitalização do IBAMA tem que se passar por uma revisão do plano de manejo'. explicações sobre o RIMA até que se tenha um processo de licenciamento, são duas fases definidas e que devem ser observadas.
(...)
Marcos Pagani: Primeiro falou que a suspensão dos efeitos da liminar terá consequências imediatas.
Discorda do projeto do asfaltamento da época quando foi fechada. Proposta nova quanto a nova estrada, como a Estrada da Graciosa. Mostrou o Plano de manejo do IBAMA de 81, pedindo que assuma a posição de que a Estrada do Colono é zona de uso especial e não intangível, quer o nivelamento da discussão. Não é intangível. Não é imatura a reabertura da estrada e a grande violência foi fechar e não abri-la. O IBAMA está como inimigo na região e que na prática se comporta como autor da ação por lhe

ser conveniente, leu a página 77 do Plano de manejo, item 9 ~interditar a estrada" ...
Dr. Jonel: e é por isso que o IBAMA é réu na ação, por não ter cumprido o Plano de manejo.
Marcos Pagani: é peregrino nas repartições públicas em busca de um entendimento. Nestas condições não. dá para chegar num acordo. Quer que o IBAMA se reporte ao plano de manejo e declare que é zona de uso especial e que isto fosse informado ao juízo da causa. O RIMA não se adapta ao presente caso. Estudo para como achar medidas mitigadoras para que esta estrada se mantenha aberta.
Tem-se que partir do preconceito que a estrada deve se manter aberta.
Dr. Jonel: A revisão do plano de manejo nós vamos fazer. Aceitamos a crítica de que o IBAMA foi omisso. Vai começar a se reunir com as autoridades e que nunca fugiu do debate da ·estrada, visto que quer uma resposta aos anseios da população. Não podemos ter pressa.
Marcos Pagani: Apresentou o Arnaldo Muller. O IBAMA sempre teve má vontade, com exceção do Dr. Jonel e que, nunca assumiu a discussão e que se for para dentro do IBAMA este assunto da estrada será esquecido e é morto, não se fala mais. Ou se trabalha com a estrada aberta, ou não.
Dr. Jonel: Mudança no IBAMA profunda conceitual e que as realidades são outras, reformulação gerencial completa no Paraná e no Brasil. Acreditar que todas as ponderações serão analisadas e que não pode haver fuga deste debate, principalmente com a população e que a política ambiental deve ser feita por todos. De forma responsável quer uma abordagem estritamente técnica sobre o parque e que não estão fugindo disso.
Marcos Pagani: Leu o termo de acordo quanto as providências acordadas no dia 15 do corrente mês.
Problemas de retirada do pessoal que está ocupando o parque em alguma coisa palpável e algum resultado. Boa vontade e interação positiva da população com o parque.
Revitalização do parque sem estrada não existe. Quer o compromisso que o IBAMA concorde com a estrada. É uma armadilha o que o IBAMA está se propondo.
Dr. Jonel: reafirma os termos de revisão do plano de manejo e que se fará os estudos técnicos e legais para que se possa chegar a uma conclusão sobre a estrada.
Genaro: Se você, Jonel, tem poder de decisão ou não porque chega de rodeios e vamos trabalhar os passos. O clima é de revolta. Quer uma negociação concreta com a estrada aberta.
Dr. Jonel: Existe uma autoridade que decide sobre a liminar que é a juíza federal de Curitiba ou outro magistrado que está acima dela. A legalidade precisa ser resolvida e a questão técnica eu posso cumprir como superintendente. Quando sai da esfera técnica nós não se mandamos e sim obedecemos a ordens, mas a questão técnica pode ser trabalhada em conjunto.
Marcos Pagani: Na qualidade de superintendente do IBAMA se dispõe a dar um impulso em direção a um acordo, dizendo que é área de uso especial. O que foi proposto é muito pouco para o povo que está acampado. Ou se compromete ou não.
Sebastiao: Está difícil conversar com o pessoal acampado e o clima está tenso. Que realmente somos parceiros. Que o IBAMA pare de se preocupar somente com Foz. O povo está cansado e é fácil de resolver o problema do pessoal que está acampado, mas é necessário uma proposta concreta, existe a desconfiança pela omissão pela entidade aqui representada não pelas pessoas.
Suzuki: A proposta é pouca, queremos uma proposta melhor, para poder passar a população. Compromisso político do IBAMA que vai ser parceiro nesta luta. Que esta estrada fique aberta, com visitação de pessoas sem tráfego.

> Carlinhos: Compromisso dos municípios que estão dispostos a se envolver e contribuir com a preservação do parque. O IBAMA concebe a estrada?
> Jonel: Este encaminhamento é o mais viável: Revisão do Plano de Manejo e Análise do projeto do Muller.
> (...)
> Dr . Pedro Henrique: Todos queremos uma saída e que saíssemos daqui com um documento, mas esta não foi a disposição encontrada.
> Deputado Spada: A força política é grande, tanto dos deputados do Oeste e sudoeste, mas, principalmente, de todos os deputados, ou seja, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é favorável a abertura da Estrada, tem uma questão hoje em volta e não se tem mais argumento para manter a população ordeira e calma.
> Cobra uma postura favorável por parte dos representantes do poder executivo (IAP, IBAMA). A legislação tem que ser adequada a realidade, ao fato concreto, tem-se que assumir a postura. Está falando em nome do Paraná, com o aval da Assembleia que votou a respeito e por unanimidade aprovou e quem assumir vai ter o apoio das lideranças e dos políticos.
> (...)
> Pagani: Nós. sabemos o que queremos e temos bom senso para pedir. E só conseguimos essa reunião por iniciativa dos municípios que aqui estão. Estamos de "saco cheio". Se você não é a pessoa que pode concedei a declaração se reportando ao Plano de Manejo, dizendo que a estrada é área de uso especial, quem é que pode?
> Se não houver disposição por parte do IBAMA o movimento se inflamará e não responderemos pelo que pode ocorrer.
> (...)
> O fato é consumado e precisamos de uma saída técnica. A revisão é coisa de dez anos atrás e hoje não nos serve.
> Precisamos de uma saída urgente. Temos um fato, queremos o direito.
> Suzuki: Declarou encerrados os trabalhos voltando à estaca zero e agradeceu a presença de todos. (JFPR, 1986, p. 2050)

Parece que havia uma confusão quanto ao zoneamento da estrada, como se os municípios pretendessem mudar sua classificação de zona intangível para zona especial. Porém, a referida estrada já era zona especial desde 1981, conforme se depreende do plano de manejo constante no anexo desta tese.

Salienta-se que no processo judicial as cópias do mapa de zoneamento estavam ilegíveis, não sendo possível identificar qual seria a classificação pertinente à Estrada do Colono. Talvez isso possa ter causado a confusão.

Para entender melhor, a autora desta tese requisitou ao ICMBio, por meio da Lei de Acesso à Informação, os Planos de Manejo do PNI de 1981 e de 1999. Isso porque no site do Parque só há a versão mais recente, que é de 2018. A versão enviada pelo ICMBio demonstra que a estrada era considerada zona especial, porém estava no meio de uma zona intangível.

Então, na verdade, a pressão não surtiu efeito quanto à pretensão de benefícios relativos ao zoneamento, pois de fato o novo plano trouxe uma maior proteção garantida à área da estrada. Em 1999, com o novo plano de manejo, o

zoneamento da área da Estrada do Colono foi alterado, pois era de zona especial (1981) e passou a ser de zona em recuperação (1999).

A primeira perícia oficial do juízo só aconteceu em 1999. Ou seja, de 1986 até 1999 não houve perícia judicial. Inicialmente, o Juiz considerou a desnecessidade desse tipo de prova, tendo em vista que havia diversas manifestações dos órgãos técnicos (MAPA, DNER) bem como negativas proferidas por engenheiro agrônomo do IBAMA, em 1985 — Doc. 5 anexo à petição inicial. p.62 autos.

Duas sentenças foram anuladas nesse intervalo. A primeira perícia também foi anulada — isso é explicado no item 6.6 desta tese — e uma segunda perícia foi apresentada em 2006.

Ao longo da ação, o MPF noticiou diversas tentativas de ocupação da estrada como se evidencia pelo excerto abaixo:

> Desde o cumprimento da liminar desse Juiz que determinou a interdição da chamada Estrada do Colono, a imprensa deste Estado e outros veículos de comunicação vêm noticiando a existência de um movimento ordenado no sentido de insuflar a população, especialmente dos municípios de Medianeira e Capanema, contra a referida decisão judicial, recentemente confirmada pelo Senhor Presidente do Tribunal Federal de Recursos, ao indeferir pedido de suspensão da liminar formulado pelo Estado do Paraná (cf. documentos anexos). As notícias deixam claro que não se trata de movimento espontâneo do povo, mas de movimento dirigido por certas pessoas e entidades que, irresponsavelmente e utilizando sobretudo o serviço radiofônico, vêm instigando a prática de atos ilegais, até agora sem sucesso, mas com o evidente propósito de criar artificialmente uma situação de intranquilidade pública, em benefício de seus interesses particulares.[20]

Dito isso, ressalta-se que, embora a AIPOPEC não figure formalmente como ré no processo principal, na prática ela aparece muitas vezes nestes autos, eis que as manifestações da AIPOPEC e dos Municípios acabam se confundindo. Elas foram feitas em petições subscritas pelos entes públicos, cujo patrono foi o advogado Pedro Henrique Xavier (PHX).

Ainda, a AIPOPEC participou ativamente das negociações pró-reabertura da estrada, atuando como representante dos municípios e até mesmo da população. A entidade conseguiu mobilizar muitas pessoas, organizando praças de pedágio, conseguindo balsa etc.

[20] MPF, 23 de setembro de 1986

No município de Capanema, por exemplo, havia uma rádio e um sistema de sirene para acionar a população, conforme evidencia o MPF em uma de suas manifestações:

> Capanema, possui um sistema de alerta, no qual todos os habitantes são avisados por meios de sirenes instaladas em toda cidade, que convocam a população para reação a qualquer atitude hostil por parte do Estado. Assim sendo, em questão de minutos é possível reunir uma quantidade considerável de pessoas, que se apresentam, independente do que estejam fazendo (relatório da Polícia Federal, autos fls. 2077/2079).

Inclusive houve uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, com base no protocolado nº 320344/97 de 04/09/97, contemplando a solicitação formulada pelo MPF. Isso foi requisitado para verificar se os Municípios de Capanema, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu e Serranópolis do Iguaçu estariam cometendo eventual malversação de verbas públicas, por ocasião de manifestações públicas locais visando à reabertura da Estrada do Colono.

Na aludida auditoria, com o intuito de fornecer as informações solicitadas pelo MPF, foram realizadas inspeções *in loco* nos municípios mencionados, bem como se procedeu a análise da documentação contábil dos Municípios relativas ao período das manifestações. Em seu relatório, de setembro de 1997, os técnicos registraram o seguinte:

a) foi estabelecida pelos aludidos municípios uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública de acordo com a Lei Municipal nº 010/97 de Serranópolis do Iguaçu. Essa associação tem como objetivo unir os esforços dos munícipes da região que demonstram um forte interesse na reabertura da chamada Estrada do Colono. No relatório, os técnicos do TCE registraram que isso se deve, principalmente, ao fato de que a maioria da população local é composta por descendentes de famílias originárias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para os quais a reabertura da estrada representa em primeiro lugar, a redução da distância entre seus lares e seus parentes próximos, além de promover o desenvolvimento regional, que atualmente se encontra estagnado;

b) Com o intuito de atender aos anseios da população desses municípios, foram obtidas autorizações legislativas para conceder subsídios sociais à AIPOPEC, em valores diversos, de acordo com a disponibilidade de cada prefeitura;

c) Quanto às demais despesas, na maioria dos casos, trata-se de pequenos valores, com exceção do município de Serranópolis do Iguaçu, pois é nessa

localidade que a estrada está localizada, e, portanto, seria beneficiada diretamente com a reabertura.

Com base nas evidências apresentadas, constatou-se que, de forma geral, os municípios realizaram despesas de pequeno porte relacionadas ao evento da reabertura da Estrada do Colono. Essas despesas não caracterizam abuso, má utilização de recursos públicos ou promoção pessoal por parte dos chefes dos executivos municipais.

A exceção ocorreu no município de Serranópolis do Iguaçu, que teve que arcar com uma parcela maior de despesas devido aos acontecimentos que ocorrerem praticamente em seu território e também pela exigência de seus municípios, que seriam os maiores beneficiados com a possível reabertura da estrada.

Identificou-se que a maioria dos equipamentos e caminhões utilizados na reabertura e adequação da estrada foram cedidos por empresas privadas e pelo próprio município. Todas essas partes interessadas, direta ou indiretamente, nos benefícios que a reabertura poderia trazer.

Apenas o município de Serranópolis do Iguaçu cedeu uma motoniveladora, que trabalhou por 180 horas no nivelamento da rodovia sob sua responsabilidade. Os técnicos registraram em seu relatório que o município de Serranópolis do Iguaçu pretende solicitar reembolso do valor total das despesas mencionadas como "Outras Despesas", no montante de R$ 9.972,53, junto à AIPOPEC.

Outro fato relevante na auditoria foi sobre a cobrança de pedágio que ocorreu na entrada do Parque Nacional do Iguaçu, com direito à travessia de balsa sobre o Rio Iguaçu. Evidenciou-se que tais recursos teriam sido arrecadados diretamente pela AIPOPEC e utilizados para custear as atividades ocorridas nos meses de maio e junho de 1997.

Por fim, observem-se algumas notícias de jornal. Todas essas imagens foram colacionadas ao processo judicial pelos municípios, que pretendiam a fim de comprovar os prejuízos que o fechamento da estrada trazia para a região:

6.4 Estudos econômicos relativos aos impactos do fechamento da estrada

Houve dois estudos técnicos econômicos que foram realizados e anexados ao longo do processo. Entende-se que a contratação de um parecer econômico foi parte de uma nova estratégia dos Municípios, a fim de defender a reabertura da

estrada. Por meio da AIPOPEC, um estudo técnico encomendado pela associação foi realizado pelo economista Prof. Dr Ademir Clemente. O referido estudo descreveu fatores que apontavam enorme prejuízo acarretado à região pelo fechamento da Estrada do Colono.

Com base nesse estudo, a decisão liminar que assegurava o fechamento da estrada chegou a ser cassada no ano de 1997, ficando a Estrada do Colono aberta legalmente por um período do processo judicial (cerca de dois meses). Destaca-se que nos nove primeiros anos de tramitação processual não houve a análise técnica de economista sobre os alegados prejuízos causados pelo fechamento. O estudo econômico foi feito após a alteração de advogado dos Municípios. Ou seja, apenas o novo advogado é que recomendou a juntada de estudo econômico ao processo.

Posteriormente, o aludido estudo econômico foi contestado por outro professor de economia, Prof. Dr. Caus Germer, o qual apontou diversas falhas no parecer de Clemente. O estudo de Germer não foi contratado. Ele foi originalmente apresentado em um congresso em prol da defesa do meio ambiente. As seções a seguir abordarão o conteúdo dos dois estudos técnicos econômicos.

6.4.1 Parecer técnico econômico – Prof Dr Ademir Clemente

O parecer “prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono” foi elaborado em maio de 1996 e anexado pelos municípios em 1997. Foi escrito pelo prof. Ademir Clemente, docente titular do departamento de economia da Universidade Federal do Paraná. De acordo com o documento, a região do entorno do PNI em questão é conhecida pela sua produção agroindustrial abrangente, notadamente grãos e atividades pecuárias, suinocultura e avicultura. (CLEMENTE, 1997).

Ela é caracterizada por ser uma área de colonização recente, realizada por imigrantes gaúchos e catarinenses, e possui uma identidade própria bem-marcada. O autor menciona ser a história da região ilustrada pelos eventos significativos como a Guerra do Contestado e o movimento separatista do Estado do Iguaçu. (CLEMENTE, 1997)

Ao examinar a malha viária da região, afirma: “percebe-se facilmente que não existem alternativas imediatas para os fluxos de mercadorias e de pessoas”, destacando: a) “isolamento completo” de alguns municípios em relação ao polo

regional de Foz do Iguaçu; b) considerável aumento nas distâncias percorridas e c) sobrecarga na ligação rodoviária entre Cascavel e Foz do Iguaçu devido ao desvio de tráfego (CLEMENTE, 1997.p.607).

O relatório propõe-se a identificar e avaliar os impactos de curto, médio e longo prazo resultantes do fechamento da Estrada do Colono (PR 495), com o objetivo de promover sua imediata reabertura e o ressarcimento dos danos já identificados e quantificados até o momento. (CLEMENTE, 1997)

Para isso, foram coletados dados relacionados ao Valor Adicionado e à população dos municípios das Microrregiões Oeste e Sudoeste no período de 1974 a 1994. Essas séries foram analisadas e projetadas a fim de fornecer uma compreensão abrangente dos efeitos causados pelo fechamento da estrada (CLEMENTE,1997).

Clemente (1997) ainda ressaltou três condições de relevância nas microrregiões durante o período analisado, que são:

a) A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que passou a realizar pagamentos de royalties aos municípios afetados pelo alagamento de parte de seus territórios;

b) A localização de certos municípios ao longo do Eixo Rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu, o que estimula suas atividades econômicas devido ao acesso relativamente mais fácil ao mercado;

c) A localização de alguns municípios ao longo da Estrada do Colono, que sofreram perdas econômicas devido ao fechamento do trecho interno ao Parque Nacional do Iguaçu.

Desse modo, a fim de identificar os diferentes perfis econômicos de municípios da região, o autor classificou-os de acordo com: a região; os localizados ao longo da Estrada do Colono; os localizados no eixo da BR 277; ou se são municípios lindeiros ao lago da Itaipu (e por isso recebem “royalties” da empresa hidroelétrica) (CLEMENTE, 1997).

Quadro 7 - Municípios da área de influência do fechamento à rodovia PR-495 que apresentam características especiais

Municípios	Oeste(O)/ Sudoeste (S)	Ao longo da PR 495	Eixo Rod. Cascavel - F. do Iguaçu	Lindeiros
Barracão (15 mil habitantes)	S	X		
Capanema (20 mil habitantes)	S	X		

Municípios	Oeste(O)/ Sudoeste (S)	Ao longo da PR 495	Eixo Rod. Cascavel - F. do Iguaçu	Lindeiros
Cascavel (210 mil habitantes)	O		X	
Céu azul (10 mil habitantes)	O		X	
Entre rios do oeste (5 mil hab.)	O	X		X
Foz do Iguaçu (220 mil habitantes)	O		X	X
Guaíra (30 mil habitantes)	O			X
Itaipulândia (5 mil habitantes)	O	X		X
Mar. Cândido Rondon (35 mil hab.)	O			X
Matelândia (20 mil habitantes)	O		X	
Medianeira (40 mil habitantes)	O	X	X	
Mercedes (5 mil habitantes)	O			X
Missal (mil habitantes)	O	X		X
Pato Bragado (5 mil habitantes)	O	X		X
Pérola do Oeste (mil habitantes)	S	X		
Planalto (15 mil habitantes)	S	X		
Pranchita (mil habitantes)	S	X		
Santa helena (20 mil habitantes)	O	X		X
Santa Tereza do Oeste (5 mil hab.)	O		X	
S. Terezinha do Itaipu (15 mil hab.)	O		X	X
S. Antonio Sudoeste (20 mil hab.)	S	X		
São Miguel do Iguaçu (25 mil hab.)	O		X	X

Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Considerou-se um obstáculo para a análise o desmembramento de vários municípios, já que em 1974, período do início das observações, havia 19 municípios na Microrregião Oeste e 24 na Microrregião Sudoeste. Já em 1994, a Microrregião Oeste tinha 49 municípios e a Microrregião Sudoeste tinha 34 municípios. Portanto, evidenciou-se nesse período o surgimento de 30 municípios na Microrregião Oeste e 10 municípios na Microrregião Sudoeste (CLEMENTE,1997).

Ponderando as distorções que isso poderia causar, o autor manteve, para fins de análise, a divisão geopolítica de 1974 ao longo de todo o período em questão. Desse modo, os dados dos municípios desmembrados foram analisados em conjunto com os dados dos municípios que lhes deram origem (CLEMENTE,1997).

Desse modo, considerando a divisão administrativa em 1974, o autor classificou os municípios considerando-os em Microrregiões Homogêneas (MRH) e seguindo as seguintes sub-regiões (classes):

Quadro 8 - Classificação dos municípios existentes em 1974 segundo as sub-regiões das MRH oeste e sudoeste

Classes	Municípios correspondentes a cada classe
MRH Oeste	
1	Nenhum
2	Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu
3	Santa Helena
4	Guaíra, Marechal Cândido Rondon
5	Medianeira
6	Cascavel, Céu Azul, Matelândia
7	Nenhum
8	Assis Chateaubriand, Capitão Leonidas Marques, Catanduvas, Corbélia, Formosa do Oeste, Guaraniaçu, Nova Aurora, Palatina, Terra Roxa, Toledo.
MRH Sudoeste	
9	Barracão, Capanema, Pérola do Oeste, Planalto
10	Ampere, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Mariópolis, Marmeleiro, Pato Branco, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Verê, Vitorino

Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Feito isso, o relatório considerou resolvido o entrave do desmembramento dos municípios. Depois, o autor classificou as sub-regiões (classes) conforme fenômenos considerados (localização junto ao Lago de Itaipu, localização ao longo do Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu e fechamento da PR-495), distribuindo-os no seguinte quadro:

Quadro 9 - Classes de municípios das microrregiões oeste e sudoeste paranaenses

Classes de municípios	Características			Número de municípios
	Lindeiro	Eixo Cascavel - Foz do Iguaçu	PR 495	
MRH Oeste				

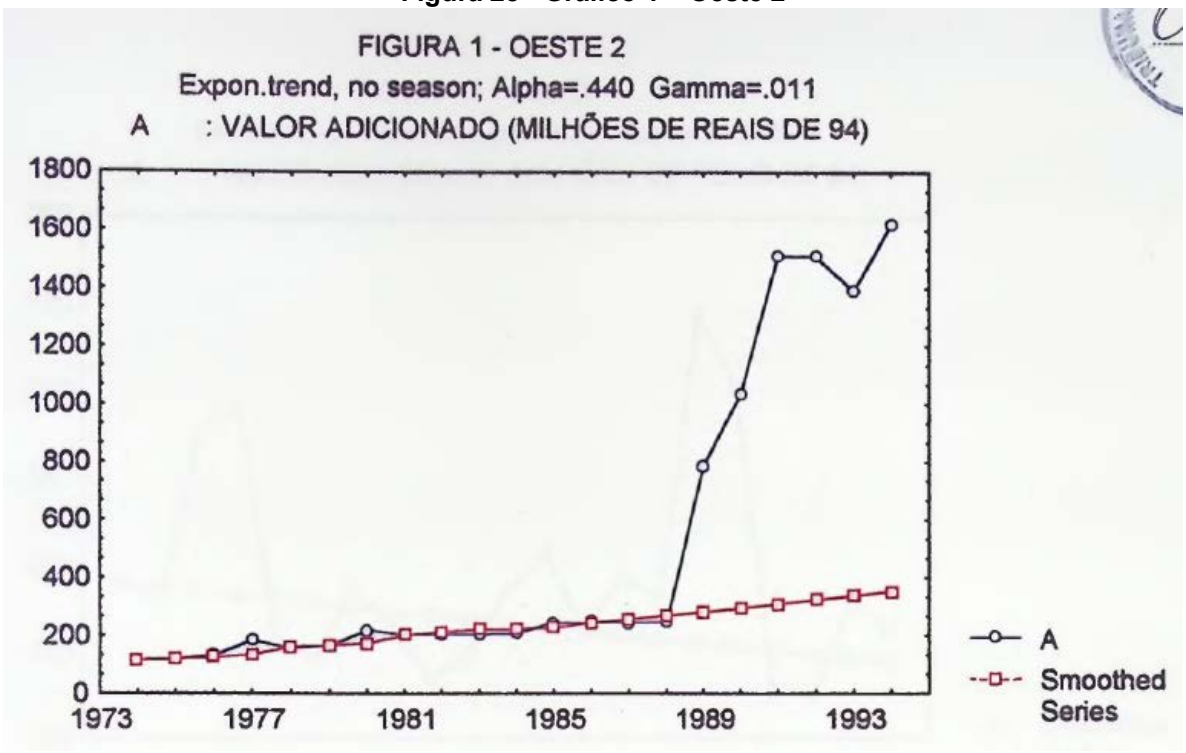
1	S	S	S	0
2	S	S	N	2
3	S	N	S	1
4	S	N	N	2
5	N	S	S	1
6	N	S	N	3
7	N	N	S	0
8	N	N	N	10
MRH Sudoeste				
9	N	N	S	4
10	N	N	N	20
SUBTOTAL				24

Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Feitas essas classificações, o autor analisou os dados relacionados ao Valor Adicionado e à população dos municípios de acordo com cada ano, produzindo os gráficos[21] a seguir, figuras 33–40:

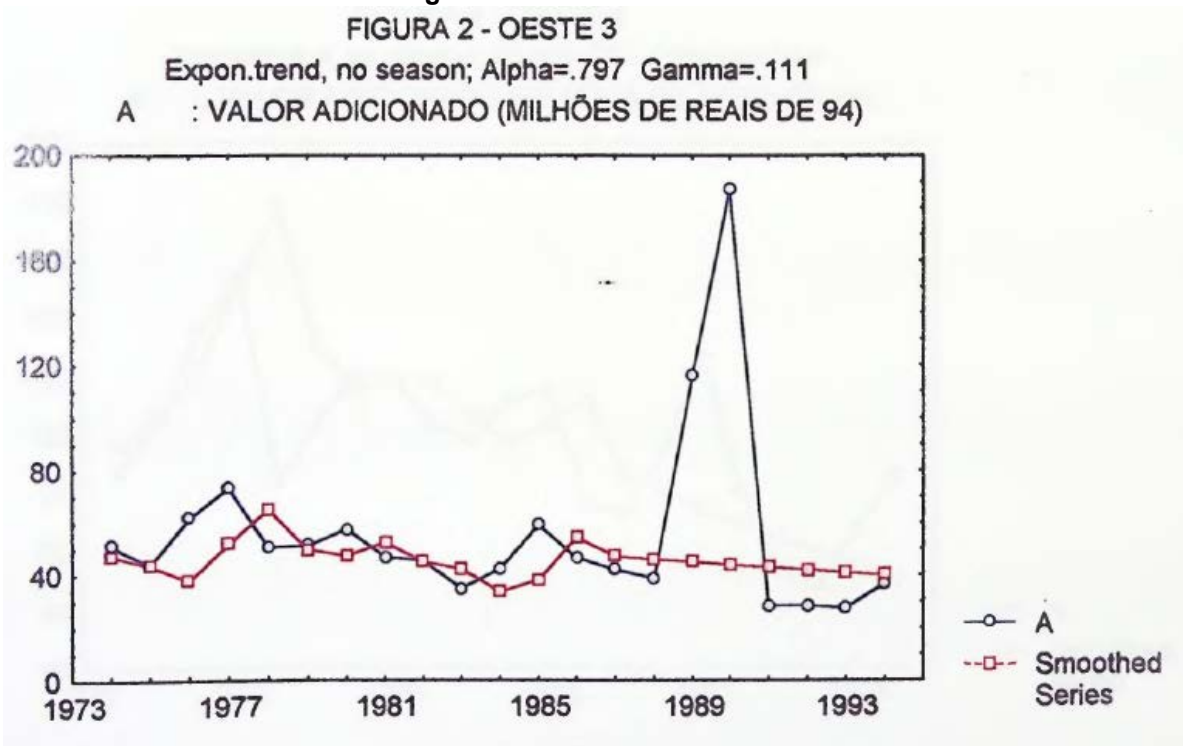
[21] Todos os gráficos foram compilados a este trabalho, tendo em vista que o estudo de Ademir Clemente não estava no processo principal. O referido parecer foi anexado a um processo dependente que tramitou diretamente na segunda instância, por isso os autos estavam no arquivo do Tribunal TRF-4, sediado no Rio Grande do Sul e não foi simples localizá-los. Espera-se que isso possa facilitar outras pesquisas futuras sobre o tema.

Figura 28 - Gráfico 1 – Oeste 2



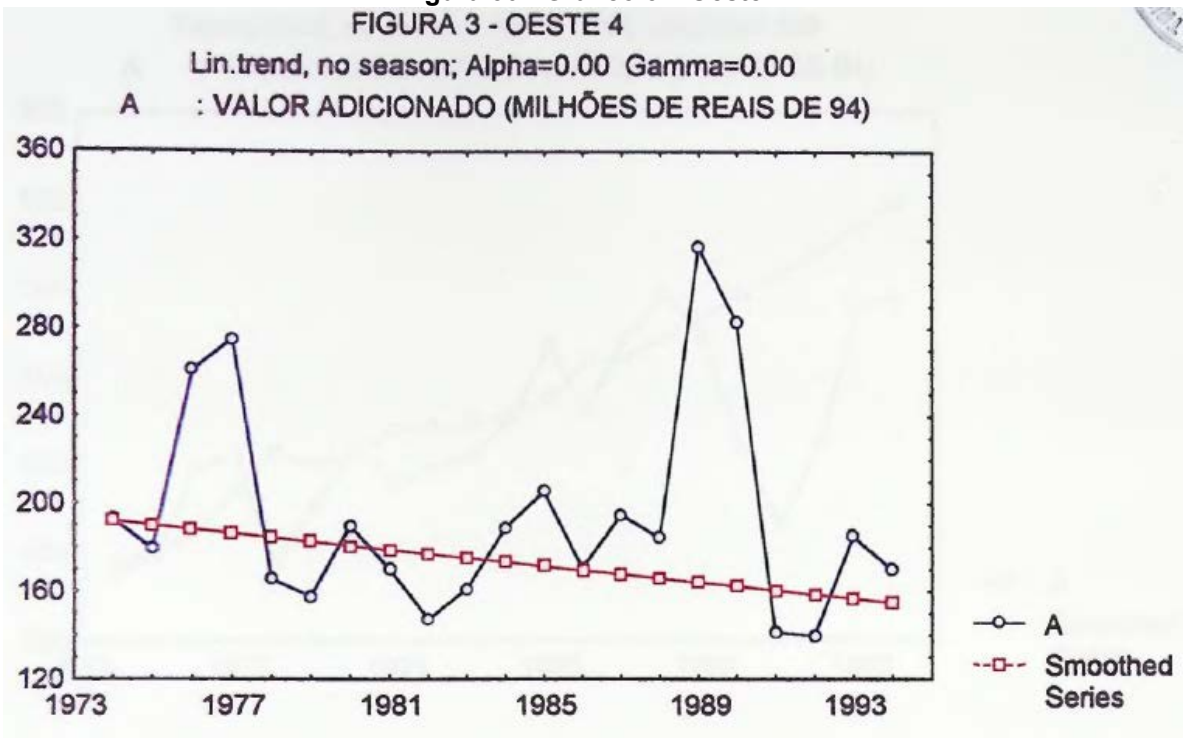
Fonte: Relatório econômico de Clemente (1996)

Figura 29 - Gráfico 2 – Oeste 3



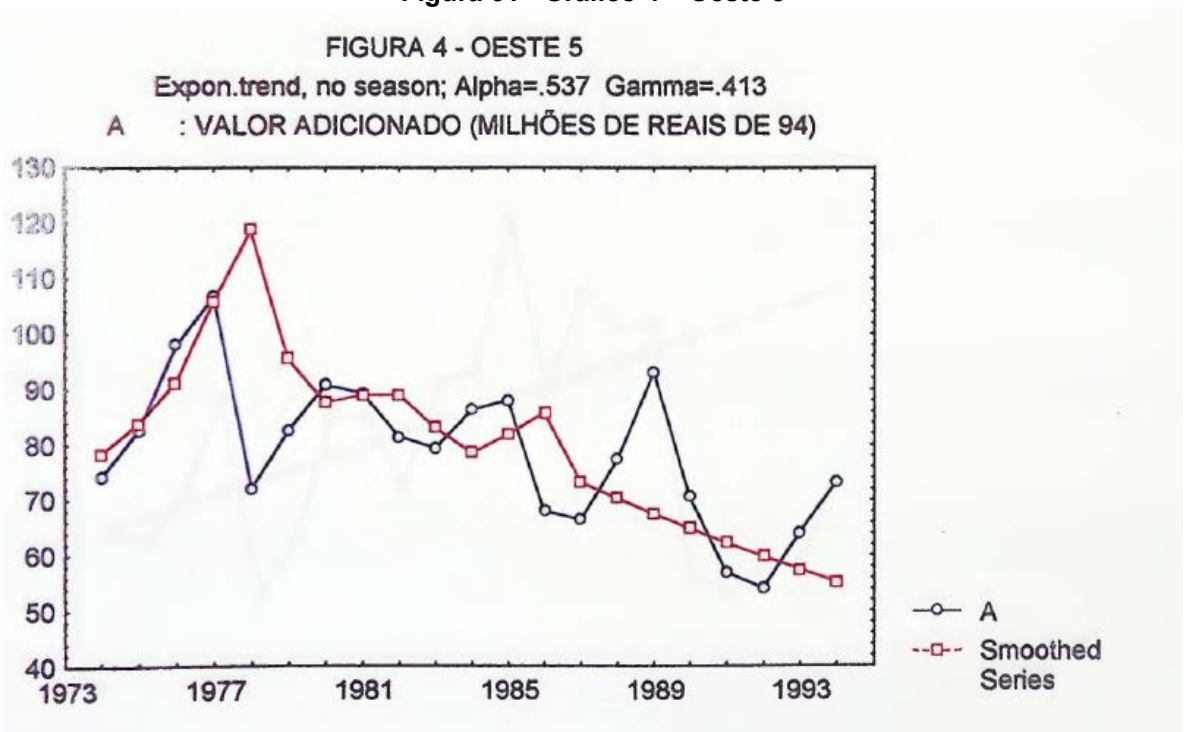
Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Figura 30 - Gráfico 3 – Oeste 4



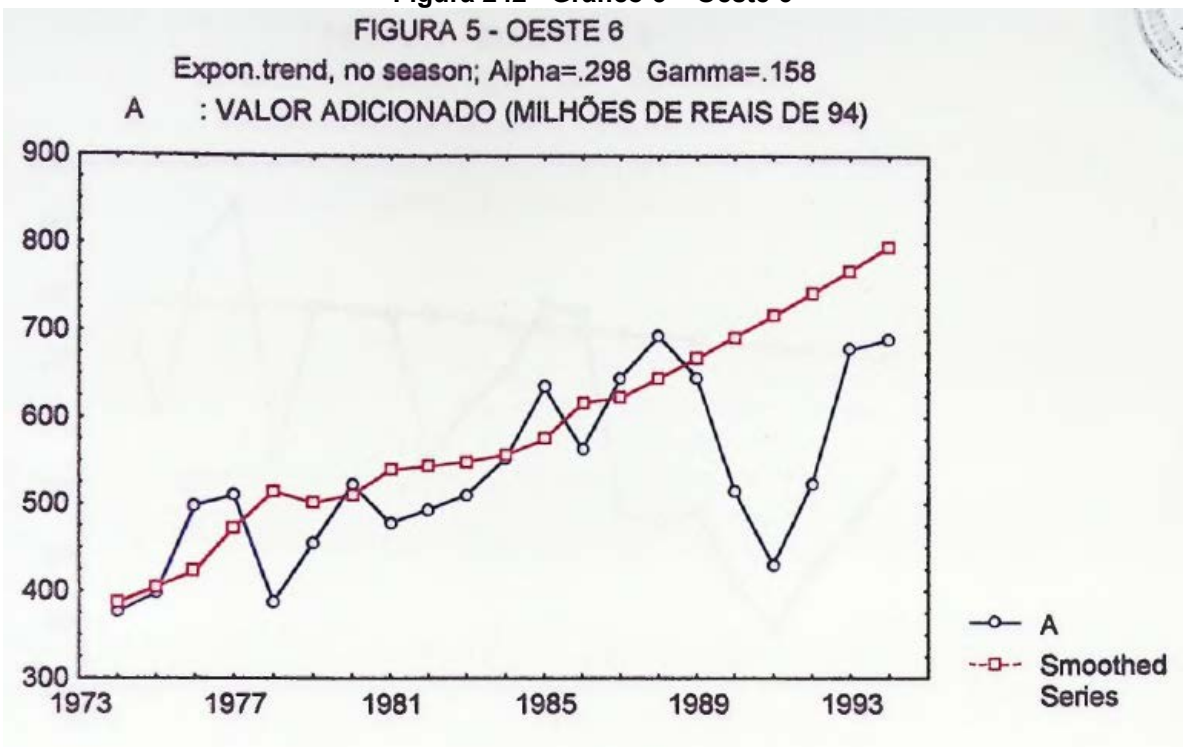
Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Figura 31 - Gráfico 4 – Oeste 5



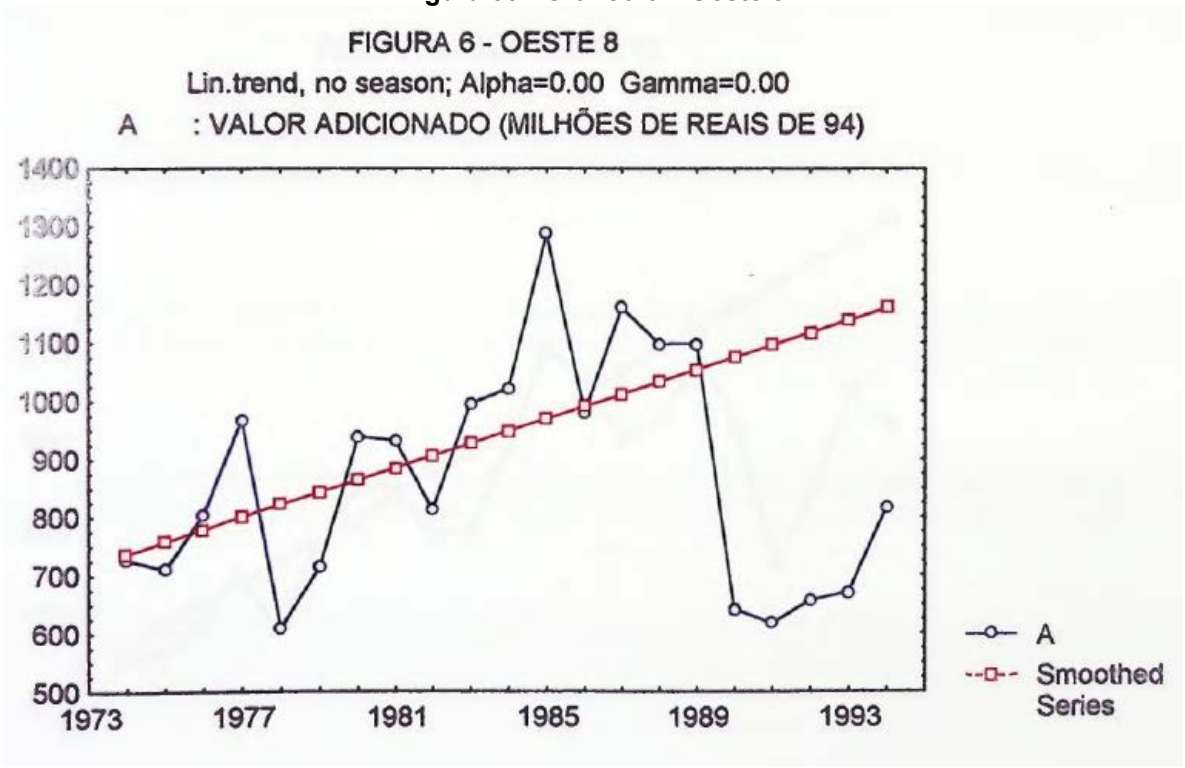
Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Figura 242 - Gráfico 5 – Oeste 6



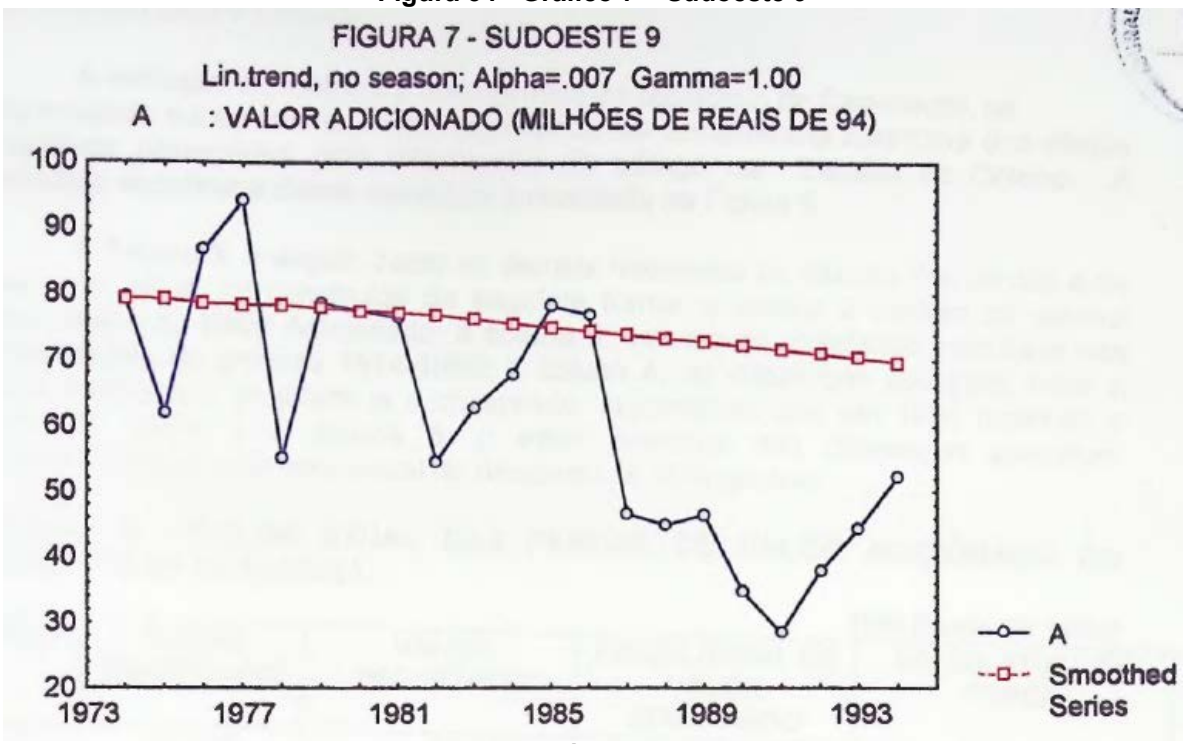
Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Figura 33 - Gráfico 6 – Oeste 8



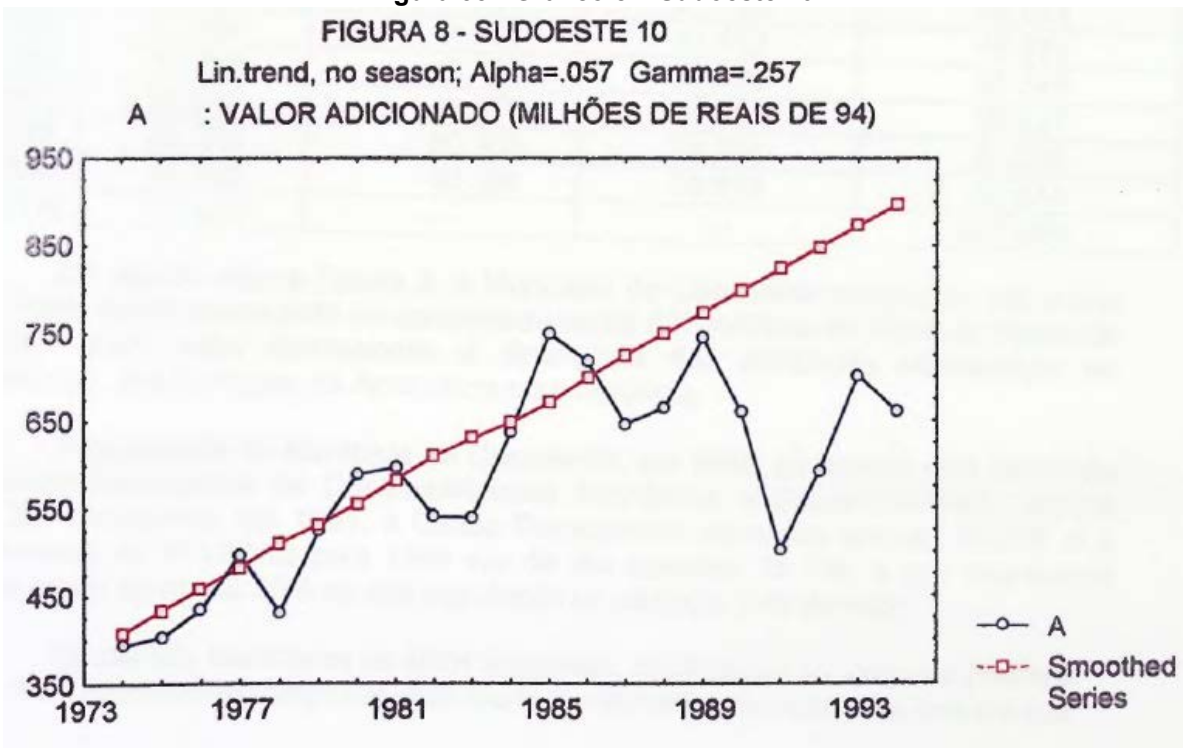
Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Figura 34 - Gráfico 7 – Sudoeste 9



Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

Figura 35 - Gráfico 8 – Sudoeste 10



Fonte: Relatório econômico de Clemente (1997)

O parecer econômico evidenciou que os municípios da sub-região OESTE 2: (Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu), que são municípios lindeiros e estão localizados junto ao Eixo Rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu, foram os que tiveram

maior crescimento econômico. De acordo com ele, “esses municípios apresentam crescimento econômico muito superior ao projetado com base na série histórica” (CLEMENTE, 1997, p.617)

O autor relatou que os municípios nas classes Oeste 3 e 4 não tiveram crescimento econômico tão bom, o que o levou a defender que “isso indica que o fator determinante da trajetória vantajosa da sub-região OESTE 2 é a localização junto ao Eixo Rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu” (CLEMENTE, 1997, p.618).

A importância da Estrada do Colono para a MRH SUDOESTE fica evidente ao observar as Figuras 39 e 40, relativas à sub-região SUDOESTE 9, que é composta pelos municípios situados ao longo da Estrada do Colono e à SUDOESTE 10, formada pelos demais. Ambas apresentam projeções econômicas superiores aos valores adicionados. O fenômeno é especialmente intenso na sub-região SUDOESTE 9 (CLEMENTE,1997).

De acordo com Clemente (1996, p.623), os dados econômicos e demográficos de Capanema, município que ficava no extremo sul da estrada, “pode ser considerada ilustrativa dos efeitos negativos provocados pela interrupção do tráfego na Estrada do Colono”.

Nessa linha, cotejando o valor projetado e a perda anual de valor adicionado entre 1987 e 1995, o autor afirmou que “o Município de Capanema apresenta, até o ano de 1995, perda acumulada de aproximadamente 327 milhões de Reais a preços de 1994” (CLEMENTE,1997).

O estudo identifica que, de acordo com os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a população do município de Capanema em 1986 era de 21.907 habitantes. No entanto, consoante o Censo Demográfico de 1991, a população diminuiu para 19.368 habitantes (CLEMENTE,1997).

As estimativas do IPARDES para 1994 indicaram uma população ainda menor, com apenas 18.149 habitantes. Esses números representam uma perda de quase 20% da população do município durante esse período. Clemente (1997) identificou que outras cidades do Sudoeste apresentaram padrão semelhante de quedas acentuadas, com exceção de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, os quais, por sua proximidade e fluxo comercial com a Argentina, não dependiam muito da Estrada do Colono.

O Município de Pérola do Oeste teve “perdas acumuladas até 1995 atingem 91,7 milhões de Reais a preços de 1994.” Na mesma linha, o Município de Planalto enfrentou, de 1987 até 1995, “perdas de 94,8 milhões de Reais a preços de 1994” (CLEMENTE,1997).

Assim, conforme Clemente (1996), as perdas dos municípios de Capanema, Pérola do Oeste e Planalto somam 513,6 milhões de Reais a preços de 1994. Ao se corrigir referido valor considerando-se a inflação apurada em 1995, segundo o IGP da Fundação Getúlio Vargas, que é de 15%, Clemente afirmou que houve perdas no valor de 590,6 milhões de Reais a preços de dezembro.

Além disso, o autor calculou no “valor de 2.349,0 milhões de Reais, a preços de 1994, o valor das perdas acumuladas, entre 1987 a 1995, dos municípios da MRH Sudoeste que não fazem fronteira com a Argentina e que não se localizam diretamente junto à Estrada do Colono” (CLEMENTE, 1997, p.631).

Para os municípios da MRH Oeste, o autor afirma que foi mais difícil calcular o efeito no Valor Adicionado do fechamento da Estrada do Colono, tendo em vistas que referidos municípios passaram a adicionar a seus caixas os “royalties” da Itaipu, bem como mantiveram-se conectados por uma via próxima: a BR 277 (CLEMENTE, 1996).

Ainda assim, Clemente (1996) identificou na MRH Oeste 8 “uma perda conjunta de 2.771,6 milhões de Reais a preços de 1994. Essa perda representa pouco mais de 36% do Valor Adicionado observado no período de 1987 a 1995.” Destaca-se que os Municípios da MRH Oeste não são banhados pelo Lago de Itaipu e não se situam ao longo do Eixo Rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu.

Em suas conclusões, Clemente (1996) arguiu que, após dez anos desde a interrupção do tráfego na PR 495, conhecida como Estrada do Colono, ainda não foram encontradas soluções viáveis pelos agentes econômicos, sociais e políticos para superar os desafios que afetam o desenvolvimento econômico da região. De acordo com ele, isso indica que os “efeitos da interrupção do tráfego na Estrada do Colono são permanentes e só poderão ser mitigados com sua reabertura” (CLEMENTE, 1997, p.15).

Clemente (1997, p.15) remata que o fechamento da Estrada do Colono, “atendendo apelos ambientalistas de curta visão, revela um componente de irracionalidade”, uma vez que o custo de oportunidade envolvido é desproporcional

aos impactos sobre a fauna e a flora, especialmente quando medidas adequadas de mitigação poderiam ser implementadas.

Outrossim, Clemente (1997) aduz que o fechamento da estrada não contribui para a preservação dos recursos ambientais do Parque Nacional do Iguaçu, pois acaba desestimulando a população, tornando o parque distante e proibido em vez de acessível e valorizado.

Ressalta-se que, com a juntada desse parecer econômico no processo judicial pelos Municípios réus, o Presidente do TRF4 cassou a decisão liminar vigente desde 1986 (a qual determinava o fechamento da estrada) e concedeu o pedido de reabertura da estrada, condicionando-a a ações de mitigações de impacto. Referida decisão judicial será abordada no item 6.8.

6.4.2 Críticas feitas por Claus Germer ao estudo de Clemente

O parecer elaborado por Claus Germer, ex-secretário da Agricultura do Paraná e professor titular da cadeira de Economia Política do Curso de Economia da Universidade Federal do Paraná, foi apresentado pelo Fórum pró Conservação da Natureza, como crítica ao parecer econômico subscrito por Ademir Clemente. Nele, Germer (1999, n.p) critica, inicialmente, questões metodológicas, tendo em vista que o parecer de Clemente sequer cumpre o objetivo apresentado, que seria o de “levantar e dimensionar os impactos de curto, médio e longo prazos decorrentes do fechamento da PR-495".

Isso porque além de não informar quais impactos pretende levantar-se e dimensionar, o relatório “não faz separação dos impactos de curto, médio e longo prazo” (GERMER, 1999, n.p) e também não aplica dados que representem a evolução da população, bem como do Valor Adicionado (VA) setorial por município, e cálculos que demonstrem o VA per capita, os quais levaram a conclusões mais sólidas. Ademais, Germer (1999) aduz que o relatório apresenta cálculos com base exclusivamente em dados do VA total por município. Desse modo, o impacto analisado pelo relatório tem por base um único indicador, que seria o VA total municipal.

Germer (1999, n.p.) aponta que “os elementos mais relevantes da metodologia não foram explicitados, o que dificulta ao entendimento e avaliação das conclusões”. Ressalta que o relatório de Clemente deveria ter fornecido uma

explicação clara sobre a metodologia utilizada para avaliar o impacto econômico do fechamento da Estrada do Colono. Isso exigiria a apresentação da definição adotada para "impacto econômico", o que não foi feito, tornando necessário inferi-la a partir do texto.

Dessa definição, Germer (1999) infere que, por ter usado apenas a variação do Valor Adicionado (VA) total por município, a análise realizada por Clemente implica que uma parte significativa — porém não justificada — do crescimento do VA de alguns municípios antes de 1986 foi atribuída ao funcionamento da estrada, enquanto toda a diminuição após essa data foi atribuída ao fechamento da Estrada do Colono.

Assim, de forma implícita, o estudo define o impacto econômico do evento como sendo toda a variação do VA total após o fechamento, sem detalhar e fundamentada como essa relação foi estabelecida e quais outros fatores foram levados em consideração para uma análise mais robusta.

Destaca que é questionável atribuir toda a variação do VA total ao fechamento da Estrada do Colono por duas razões principais: em primeiro lugar, o relatório não fornece informações sobre a importância do uso econômico da Estrada do Colono antes do fechamento, sendo uma omissão técnica significativa. Em segundo lugar, o VA é influenciado por diversos fatores e não pode ser atribuído unicamente a uma única via de transporte, mesmo que essa seja a principal via no município em questão.

Ainda, é problemático atribuir a variação do VA total como medida do impacto econômico do fechamento da Estrada do Colono pois, mesmo considerando essa medida para fins de análise, seria necessário desmembrá-la em seus componentes significativos. O VA total não é uma variável simples que possa ser diretamente relacionada a uma única via de transporte, apesar de ser essencial para o comércio entre os pontos de produção e consumo.

O VA total é formado pelas contribuições da agricultura, indústria e comércio — sendo o comércio apenas uma parte do terceiro setor. Outrossim, o VA é produzido por trabalhadores e pode ser medido dividindo o VA total de um ano pelo número de trabalhadores que o produziram, resultando em uma medida do VA por trabalhador. Da mesma forma, dividir o VA total pela população total fornece o VA per capita.

Desse modo, o VA se altera também pela quantidade de mão de obra e não apenas pelos fatores financeiros. De acordo com Germes (1999), ainda que os valores do VA per capita e por trabalhador permaneçam constantes, o VA total pode variar de um ano para outro devido à variação da população. Portanto, é possível que o VA aumente, diminua ou permaneça inalterado devido a diferentes combinações de variações no número de trabalhadores e no VA per capita. O mesmo raciocínio se aplica aos setores em que o VA total é dividido, pois essas variáveis podem oscilar em diferentes direções e intensidades em cada setor.

Germer (1999) aduz que o VA per capita depende ao menos dois fatores: a produtividade física do trabalho e os preços dos insumos e produtos. Se a produtividade do trabalho aumentar, mantendo os preços constantes, o VA total pode aumentar mesmo sem um aumento no número de trabalhadores, ou até majorar mesmo com a redução do número de trabalhadores. Isso tem sido observado na mecanização da agricultura no Paraná.

O oposto também pode ocorrer: o VA total pode diminuir, mesmo com o aumento da produtividade do trabalho, caso a redução no número de trabalhadores seja maior do que o aumento da produtividade.

Ressalta-se que em quase todos os municípios do Sudoeste, assim como na maioria dos municípios predominantemente agrícolas do Paraná, a população total vem diminuindo desde os anos 70. Logo, para ele, seria razoável supor que o número de trabalhadores ativos também tenha diminuído proporcionalmente.

Desse modo, de acordo com Germer (1999), se o VA per capita tivesse permanecido constante nos municípios analisados, o VA total por município deveria diminuir apenas devido à redução do número de trabalhadores. Portanto, o estudo de Clemente é falho, na conclusão de Germer, visto que os cálculos das supostas "perdas" deveriam ter sido baseados no VA per capita e não no VA total.

Além desses fatores, o autor afirma que o VA total também depende do volume físico da produção e dos preços dos insumos, produtos e serviços. Portanto, o VA pode variar em diferentes direções como resultado de diferentes combinações de variações na produção e nos preços.

Cita, como exemplo, o caso da agricultura, no qual perdas significativas na safra podem resultar em quedas consideráveis no VA agrícola, que podem se estender aos outros setores devido a uma redução resultante na demanda agregada municipal.

Por isso, tendo em vista a relevância da agricultura na formação do VA total dos municípios da região Sudoeste 9 e as variações acentuadas na safra ocorridas no final dos anos 80, seria essencial, consoante Germer (1999), que o relatório mencionasse a evolução da produção e dos preços agrícolas

Isso implica que o estudo assumiu que todos os outros fatores permaneceram constantes, como a população, o número de trabalhadores, a produtividade do trabalho, os preços dos insumos e produtos, os mercados locais de bens e serviços e as outras vias de comunicação intra e intermunicipais.

No entanto, Germer aponta que o próprio relatório de Clemente (1996) apresenta dados demográficos que mostram um processo contínuo de redução da população. Além disso, existem dados disponíveis sobre produção agrícola e preços de insumos e produtos que poderiam ter sido utilizados. Ademais, Germer (1999, n.p) afirma que o relatório foi tendencioso, pois quando o VA total aumenta, após 1986, ele aponta outras causas (como por ex. os royalties da Itaipu, etc). Porém, “exime-se de considerar outras causas quando se trata dos municípios cujo VA diminui”.

O autor levanta outras questões que deveriam ter sido abordadas no estudo de Clemente, a fim de se averiguar a importância econômica da Estrada do Colono, tais como:

> - Quais eram as condições técnicas de tráfego da Estrada do Colono - era pavimentada ou não, havia acidentes geográficos de difícil transposição etc.?
> - Qual era a intensidade do tráfego de veículos?
> - Que tipos de veículos trafegavam pela Estrada do Colono?
> - Quais eram os setores econômicos, de quais municípios, que dependiam do transporte pela Estrada do Colono?
> - Qual era a proporção da produção destes setores que era transportada pela Estrada do Colono?
> - Qual era a importância do transporte de passageiros?
>
> A falta de qualquer indicação sobre estes e outros aspectos eventualmente importantes constitui também uma omissão grave, pois deixa sem fundamento comprovado a importância única que o estudo atribui ao fechamento da Estrada na redução do VA dos municípios da região Sudoeste 9 após 1986 (GERMER, 1999, n.p).

Germer também critica o fato do estudo de Clemente ter atribuído todas as perdas registradas no VA total apenas ao fechamento da Estrada do Colono, tendo em vista que ao longo dos vinte anos investigados seria impossível manter todas as outras variáveis que interferem no VA constantes. Desse modo, caso o fechamento realmente tenha impactado na redução do VA total, isso somente poderia ser

avaliado caso sua importância anterior tivesse sido medida, o que não foi feito. Nas palavras de Germer (1999, n.p):

> se o cálculo da parte dessa diminuição realmente atribuível ao fechamento da Estrada do Colono fosse criterioso (ou, pelo menos, estimado aproximadamente), é óbvio que apenas parte das "perdas" poderia ser atribuída a esta causa. Suponhamos, exagerando, que a contribuição da Estrada do Colono ao VA fosse de 50%. Neste caso, o impacto do seu fechamento seria de apenas R$ 164 milhões. Na realidade, dada a insignificância reconhecida do tráfego econômico permitido pela Estrada do Colono, o mais provável é que este impacto fosse muito diminuto. Caso fosse de 5%, por exemplo, as "perdas" reais seriam de R$ 16,4 milhões, ao invés dos R$ 327 milhões apresentados pelo estudo. Pode-se verificar que qualquer número, sem fundamentação rigorosa, reduz-se apenas a um palpite.

Germer (1999) ainda apresenta diversas críticas quanto aos cálculos econômicos realizados para a composição dos gráficos, tais como não ter se esclarecido a escolha do período de 1974 a 1995, ter se aplicado uma taxa social de desconto de 10% (que seria aplicável a investimentos e não a VA total de municípios) e que acarreta uma grande variação nos valores apresentados como prejuízos.

Considerando as características da economia regional e as questões relacionadas à metodologia utilizada no estudo "Prejuízos Decorrentes do Fechamento da Estrada do Colono (PR-495)", é possível identificar algumas conclusões relevantes que comprovam a tendenciosidade do estudo e a falta de rigor nas conclusões apresentadas. Ao mesmo tempo, essas conclusões contradizem a argumentação dos defensores da estrada, que afirmam que seu fechamento causou grandes prejuízos a uma população de aproximadamente um milhão de pessoas.

Em suas conclusões, Germer (1999) afirma ser inaceitável a apresentação de prejuízos globais em termos monetários, uma vez que os dados utilizados são fiscais e contábeis. Aduz que tais dados poderiam ser utilizados como indicadores de tendência de desempenho econômico, desde que complementados com elementos da dinâmica real, como variáveis qualitativas que comprovassem tais informações.

Ademais, ressalta que os dados fiscais e contábeis, como o Valor Adicionado, não podem ser desagregados ou reagrupados sem distorções. Alerta que mesmo o valor adicionado do estado, como o PIB estadual que utiliza essas informações, é sempre referenciado por estimativas de outros estados e do Brasil. Além disso, não

é analisado isoladamente, sendo acompanhado por considerações, hipóteses e outras variáveis qualitativas que ajudam a formular os cálculos.

Assevera que o Valor Adicionado total depende de um conjunto complexo de fatores, cada um contribuindo para a variação total do VA: população e número de trabalhadores, produtividade física do trabalho, volume físico da produção, preços dos produtos e insumos, e mercados. Outros fatores relevantes deveriam ser considerados, dependendo das características específicas da região analisada.

No entanto, o estudo de Clemente não levou em conta essas circunstâncias e assumiu que toda a variação do Valor Adicionado total após 1986 foi causada pelo fechamento da Estrada do Colono, supondo que todos os outros fatores permaneceram constantes, o que não é verdade.

Quanto à forma de apresentação, Germer (1999) destaca que, ao se considerar que a inflação daquele período, seria necessário calcular perdas e ganhos em valores absolutos, por isso é fundamental construir um deflator específico que leve em conta a variação dos preços relativos dos produtos, especialmente os agrícolas, que são significativos nesse caso. Portanto, valores monetários absolutos, como os R$ 5,6 bilhões de prejuízo aos municípios durante o período de fechamento da Estrada do Colono mencionados no estudo, devem ser interpretados apenas como instrumentos de pressão política e não podem ser considerados verdadeiros.

Para chegar a essa “cifra fantástica” nas palavras de Germer (1999), ele afirma que Clemente considerou que o fechamento da estrada afetava de forma generalizada as regiões Oeste e Sudoeste, agrupando os municípios em 10 categorias diferentes. Com isso, excluiu os municípios que tiveram resultados positivos ao longo do período e isolou apenas aqueles com resultados negativos significativos.

O autor também criticou a omissão de que a agricultura na formação do Valor Adicionado tem sido reduzida, sendo isso observado em todos os municípios e no total do Paraná, devido ao crescimento relativo de outros setores da economia, como comércio, indústria e serviços. Essa situação não foi considerada pelo estudo impugnado. Ainda, ressaltou devido às suas características econômicas, a região Sudoeste está atualmente em processo de esvaziamento, e isso também não foi considerado em nenhum dos cálculos realizados.

Dessa perspectiva, Germer (1999, n.p) arguiu que “as conclusões do estudo devem ser consideradas pelo menos extremamente precárias, e talvez totalmente inválidas, devido a uma metodologia insuficiente”. Portanto, seria necessária uma abordagem mais cuidadosa na atribuição da variação do VA total ao fechamento da Estrada do Colono, levando em consideração a complexidade do VA e seus diversos componentes econômicos.

Pelo exposto, evidenciou-se que dois economistas importantes se manifestaram nos autos do processo, apresentando visões completamente opostas sobre os supostos prejuízos econômicos causados pelo fechamento da estrada. Desse modo, não é possível concluir se houve prejuízos realmente causados pelo fechamento da estrada.

Nota-se que houve uma disputa de argumentos técnicos, os quais não são neutros. Afinal, há um caráter coletivo na produção do conhecimento, logo a ciência enquanto bem social pressupõe discussão de teses, as quais são influenciadas por aspectos políticos, econômicos e culturais.

Ademais, é importante tomar cuidado com estudos encomendados, pois eles podem ser tendenciosos e refletir os interesses do patrocinador da pesquisa, como demonstram diversos artigos sobre “*junk science*”[22]. Não parece ser o caso dos estudos econômicos tratados, porém ainda assim cabe este registro.

Essa disputa de argumentos econômicos levou os peritos técnicos a não usarem argumentos destes laudos. No entanto, eles serviram para demonstrar a complexidade em se avaliar e mensurar déficit econômico regional, sobretudo o estudo de Germer, que levantou inúmeros fatores que evidenciam essa complexidade.

6.5 Primeira perícia judicial

A primeira perícia, realizada em 1999, contou com dois peritos judiciais, ambos engenheiros (um civil e outro florestal). O laudo pericial contou com mais de 130 páginas, que foram construídas por meio de visita *in loco*, medições e entrevistas.

Com relação aos principais pontos de conflito e as possíveis soluções para os problemas do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), o laudo registrou que até o

[22] TRUONG, D. Hiep. Daubert and judicial review: how does an administrative agency distinguish valid science from junk science. **Akron L. Rev.**, v. 33, p. 365, 1999.

momento, não teria havido uma participação efetiva dos municípios vizinhos no planejamento nem na busca por soluções para os problemas do Parque.

Relataram que apenas algumas ações isoladas parecem ter ocorrido. Um exemplo é o acordo entre o Parque, a Prefeitura e o DNIT em Céu Azul, onde foi permitida atividade agrícola na faixa de domínio da BR-277, criando uma barreira verde para prevenir incêndios florestais que geralmente se originam nas margens da estrada e ameaçam a integridade do Parque.

Ainda, informaram que durante a elaboração do novo Plano de Manejo, foi realizado um seminário em Toledo, de 28 de novembro a 02 de dezembro de 1998, chamado Oficina de Planejamento. Essa oficina contou com a presença de técnicos do IBAMA, organizações governamentais e não-governamentais, para discutir os problemas do Parque e sua integração com a comunidade.

Relataram que o problema causado pela reabertura da Estrada do Colono, devido à polêmica que causou, teve como aspecto positivo uma série de reuniões entre a administração do Parque, representantes da comunidade, autoridades municipais e outras organizações e instituições.

Embora algumas dessas reuniões tenham sido bastante tensas e marcadas por posições radicais, elas tiveram o mérito de iniciar o debate. A atuação de entidades como a AIPOPEC (Associação de Integração Comunitária Pró Estrada do Colono), ADAP (Associação de Desenvolvimento Amigos do Parque) e o Movimento Amigos do Parque, além do envolvimento de ONGs ambientalistas, são fatores que podem contribuir para a integração efetiva do Parque com as comunidades vizinhas.

De acordo com o laudo pericial, a reabertura da Estrada do Colono após cassação da decisão liminar foi realizada por caminhões, tratores e outros equipamentos fornecidos pelas prefeituras dos municípios vizinhos. As despesas com refeições, transporte e combustível, segundo relatos, foram divididas entre as empresas e outras entidades privadas interessadas na reabertura da estrada.

Com relação aos ditos benefícios econômicos nos municípios após a retomada do uso da Estrada do Colono, os peritos relataram que ainda com as restrições impostas pelos manifestantes ao tráfego na estrada, tais como horários de funcionamento (fechada à noite) e proibições de certos tipos de carga.

De acordo com o laudo, “é consenso na região que a reabertura da estrada beneficiou o comércio e a indústria, atraindo consumidores que antes estavam em extremidades opostas e distantes” (JFPR, 2000, p.2369). A perícia evidenciou o

transporte pela Estrada do Colono de diversos produtos, como laticínios, cereais, banana, abacaxi, açúcar e maracujá, além do transporte de papelão para reciclagem em Santa Catarina (que na visão dos peritos contribui à causa ambiental).

Conforme a perícia, ocorreu um aumento no movimento de certos estabelecimentos comerciais, como postos de combustível, hotéis e restaurantes. Ressalta-se que no laudo não foi anexada documentação que comprovasse tais afirmações.

Os peritos foram questionados sobre quais seriam as restrições de tráfego na Estrada do Colono feitas pelos manifestantes considerando a decisão judicial que possibilitou a reabertura da estrada. Citou-se como exemplo: “Quais são as especificações e limitações aplicáveis aos veículos permitidos na estrada (como tipo de veículo, carga máxima, peso, entre outros)? (JFPR, 2000, p.2375)”

Em resposta, os peritos relataram que no local havia uma balsa que limita o número máximo de veículos que podem ser transportados diariamente, de acordo com as seguintes condições:

> Número máximo de passagens por dia (em um período de 12 horas): 24.
> Composição média dos veículos transportados por passagem:
> Carros de passeio: 16 (máximo diário de 384).
> Ônibus/caminhonetes: 3 (máximo diário de 72).
> Ou, em alternativa, carros de passeio: 32 (máximo diário de 768).
> É importante ressaltar que carretas não são permitidas a trafegar na estrada.
> Essas restrições visam controlar o fluxo de veículos e garantir a segurança e preservação da estrada, considerando a capacidade de suporte e as características da via (JFPR, 1986, p.2375).

Assistentes técnicos do IBDF questionaram a questão relativa à educação ambiental promovida no Parque, conforme a seguir:

> Quanto à Educação Ambiental, mais uma vez os peritos divulgaram uma informação vergonhosamente falsa. Eles não fizeram qualquer solicitação de informação sobre esse assunto ao Parque Nacional, pois se o tivessem feito, saberiam que, entre outros dados, cerca de 2.000 estudantes da região visitam gratuitamente o Parque todos os meses. Além disso, foram capacitados 140 professores da região pelo Parque para a Educação Ambiental. Foram realizadas palestras, encontros e outras ações, sem mencionar que o IBAMA possui um núcleo de Educação Ambiental que atua em nível nacional, com especialistas próprios e contratados. Portanto, as afirmações dos peritos são infundadas e desconsideram os esforços significativos em andamento na área de Educação Ambiental (JFPR, 2000, p.2641).

Os peritos foram questionados se houve alguma modificação no traçado, alargamento do leito, revestimento ou qualquer outra forma de melhoria na estrada.

Responderam que ao examinar fotografias aéreas desde a década de 50, quando a estrada foi aberta, até as mais recentes, não se nota nenhuma modificação significativa no traçado da estrada. Ela continua praticamente com as mesmas características de mais de 40 anos atrás.

Afirmaram que, em 1972, nos trechos onde havia maior dificuldade de tráfego devido a atoleiros, o DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná), em colaboração com a Prefeitura de Medianeira e com permissão da administração do Parque, promoveu o ensaibramento para facilitar o tráfego durante o período chuvoso.

Relataram que a reabertura da estrada em 1997 manteve o mesmo traçado e características gerais. A única alteração foi o ensaibramento de toda a extensão da estrada para facilitar o tráfego nos dias de chuva, evitando a necessidade de ampliar o corte de árvores nas margens para acelerar a secagem da pista.

Com relação à colonização da região, o laudo pericial limitou-se a afirmar que que:

> O processo de colonização entre os dois lados do Parque, principalmente nos municípios de Capanema e Medianeira, ocorreu simultaneamente. Essa colonização envolveu um grande fluxo de famílias de agricultores de origem italiana e germânica, a maioria vinda do Rio Grande do Sul.
> Essa movimentação migratória não se limitou à ocupação do oeste paranaense, mas continuou ao longo da fronteira, em direção ao Mato Grosso e outros estados ao norte. A Estrada do Colono, por encurtar a viagem atravessando o Parque, sempre foi utilizada por esses grupos migratórios, além de servir como rota para escoamento da produção agrícola e para visitas entre parentes e amigos que viviam ao norte e ao sul do Parque.
> Esse processo de colonização também gerou fortes interações econômicas entre os dois lados. A produção da região de Capanema, mesmo estando localizada no Sudoeste, era atraída pela dinâmica econômica da cooperativa agrícola COTREFAL, que estava em desenvolvimento em Medianeira. Até o fechamento da estrada, ela era amplamente utilizada pelos membros da cooperativa para o transporte de sua produção, com destaque para soja, milho e suinocultura.
> Além disso, não há dúvida de que as relações familiares e étnicas entre os habitantes dos dois lados do Parque sempre foram bastante fortes. A colonização procedeu da mesma região sul, dentro do contexto histórico da "marcha para o oeste", incentivada pelo governo de Getúlio Vargas como contraposição ao avanço paulista na região norte do estado, promovendo a ocupação de uma região com baixa presença de brasileiros (JFPR, 2000, p.2396).

Um dos quesitos apresentados foi: “Qual é a importância histórica e cultural da "Estrada do Colono" em relação às relações familiares, culturais, trabalhistas e costumes das comunidades que a utilizam?”.

O laudo pericial respondeu que 50,08% dos veículos que passam pela Estrada do Colono têm origem e destino nos municípios vizinhos ao Parque, o que mostra uma predominância do tráfego local. Também é significativo o número de veículos que vêm ou se dirigem ao Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Ressalta-se que o laudo não indicou a fonte desses números.

Ainda, o laudo afirmou que durante a pesquisa de campo e as entrevistas com os moradores locais, foi constatado um número significativo de veículos vindos do sudoeste paranaense, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que estavam retornando de compras em *Ciudad del Este*, no Paraguai, via Foz do Iguaçu.

Também afirmou que esse tipo de tráfego não está relacionado aos aspectos sociais, culturais ou econômicos e deveria ser limitado, pois "suspeita-se inclusive que ônibus de sacoleiros estão utilizando a estrada como uma forma de evitar a fiscalização da Receita Federal em Medianeira" (JFPR, 2000, p. 2407).

Relataram ter observado que a Estrada do Colono exerce um forte apelo emocional e psicológico sobre a população local. Para essas pessoas, quando a estrada está aberta, tudo parece estar bem e há uma sensação de otimismo, com muitas atividades e planos para o futuro. No entanto, quando a estrada está fechada, há uma sensação de desânimo e parece que nada mais dará certo.

O laudo esclareceu que durante o período em que a Estrada do Colono esteve interditada, as comunidades que dependiam dela para acesso tiveram que utilizar alternativas. O tráfego entre Capanema e Medianeira foi redirecionado por duas rotas diferentes. A primeira opção era atravessar a Argentina, passando pela Rota Provincial 101, que atravessa o Parque Nacional Iguazú em um percurso de 36 km, e seguir até Foz do Iguaçu pela Rota Nacional 12.

A segunda opção era utilizar a rodovia BR 277, que tem um alto fluxo de veículos de carga. Essas mudanças tiveram consequências tanto no aspecto econômico quanto no social para as comunidades afetadas. Ambas as alternativas resultaram em um aumento significativo no tempo de viagem e no consumo de combustível. De acordo com o laudo: "Os pequenos agricultores e pequenos empresários da região foram severamente prejudicados com o fechamento da estrada" (JFPR, 2000, p. 2428).

Questionada sobre outras estradas dentro de unidades de conservação, a perícia relatou que em diversos países, incluindo o Brasil, existem Parques

Nacionais que possuem estradas semelhantes àquela que está sendo proposta em relação à Estrada do Colono.

No entanto ressaltaram que cada Parque Nacional possui características únicas, sendo necessário avaliar cuidadosamente os impactos ambientais e os benefícios antes de decidir sobre a abertura de estradas., tendo-se em conta a preservação dos ecossistemas, a proteção da biodiversidade e a promoção do turismo sustentável, levando conta as particularidades de cada local.

Embora haja exemplos de Parques Nacionais, como os Aparados da Serra, Serra da Bocaina, Chapada dos Guimarães e Pico da Neblina, que são cortados por estradas federais, estaduais, municipais e ferrovias, isso não significa que essa situação seja desejável. Geralmente, a tolerância ocorre porque é necessária em alguns casos específicos, e cada situação deve ser analisada de acordo com suas peculiaridades. Citou, como exemplo, o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, que também é um Patrimônio Natural da Humanidade, é cortado por uma rodovia federal pavimentada, a BR 324, entre os municípios de Canto do Buriti e São Raimundo Nonato.

Ainda, o laudo pericial traçou restrições possíveis à estrada analisada. Para os peritos, dentre os diferentes tipos de pavimentos analisados, foram considerados o leito natural, pedras irregulares, paralelepípedos, asfalto, concreto e blocos de concreto.

Consideraram cada um desses pavimentos, retratando suas próprias características e impactos ambientais. O leito natural foi considerado ecologicamente impróprio devido aos efeitos da poeira no meio ambiente. As pedras irregulares, utilizadas em estradas vicinais, têm baixa capacidade de suporte de tráfego e exigem manutenção constante, além de serem desconfortáveis para os veículos. Os paralelepípedos, ou pedras regulares, exigem menos manutenção do que as pedras irregulares e são menos desconfortáveis, mas têm baixa aderência em pistas molhadas.

O asfalto foi considerado antiecológico devido à sua coloração escura, que causa alterações térmicas no ambiente, e gera odores fortes e persistentes durante a instalação. Além disso, o revestimento liso não é natural para os animais silvestres e pode prejudicar sua capacidade de fugir quando surpreendidos.

O concreto não apresenta os mesmos inconvenientes de coloração do asfalto, tem boa resistência à umidade, mas pode ter semelhanças em relação à

velocidade do tráfego. Os blocos de concreto são uma opção cada vez mais popular devido às suas características e avanços tecnológicos, pois não são inseguros e desconfortáveis como as pedras naturais, mesmo quando molhados. Eles apresentam bons resultados em termos de segurança em condições úmidas e possuem a capacidade de reduzir a velocidade dos veículos.

No que diz respeito à pavimentação e aos planos de melhoramento da estrada para torná-la compatível com a sustentabilidade ambiental, tais como abrigos subterrâneos para animais, instalação de poços de água e postos da Polícia Florestal, considerou-se que essas intervenções podem ter impactos negativos na conservação da flora e fauna.

O laudo pericial considerou que a pavimentação da estrada não foi recomendada devido ao impacto ambiental que causa, bem como ao aumento do risco de atropelamentos de animais e acidentes devido à alta velocidade dos veículos.

A instalação de cercas laterais também não foi recomendada, pois pode se tornar uma barreira para a passagem de muitos animais, especialmente durante a noite. Passadouros subterrâneos podem ser caros e não garantem que os animais os utilizem. A construção de postos para a Polícia Florestal ao longo da estrada aumentaria o impacto ambiental. Em vez disso, considerou-se adequado realizar patrulhamento móvel e periódico ao longo da estrada.

No que diz respeito às perturbações ambientais ocorridas nas áreas próximas à Estrada do Colono desde sua abertura até sua interdição, foram observadas as seguintes perturbações:

- Formação de ecótonos, adensamento da vegetação próxima à estrada;
- Pequena diversidade de espécies de plantas exóticas, possivelmente introduzidas pelos pneus dos veículos;
- Efeitos do escoamento de águas pluviais da estrada, transportando sedimentos para corpos d'água e causando impactos temporários;
- Possíveis efeitos desses sedimentos na vida aquática, especialmente para espécies sensíveis a partículas em suspensão, resultando em danos permanentes em casos específicos;
- Deposição de poeira levantada pelo tráfego sobre as folhas da vegetação, afetando o desenvolvimento das plantas, mas com alta capacidade de reversão e baixo grau de alteração;

- Ocorrência natural de clareiras causadas pela queda de árvores devido a ventos fortes, que não estão exclusivamente relacionadas à estrada e são naturalmente regeneradas pela natureza.

Os peritos não consideraram a fragmentação do parque como um problema no caso.

Quanto aos planos de manejo, tanto o Plano de Manejo de 1981 quanto o de 1999 não reconhecem a existência da Estrada do Colono para uso público. O Plano de 1980 sugere encontrar uma solução política e técnica para interditar o trecho da estrada que corta o parque, caracterizando-o como uma zona intangível após o fechamento da estrada.

O Plano de Manejo de 1999 também aborda a Estrada do Colono como uma estrada que causa danos ambientais e complicadas relações com as populações vizinhas, ressaltando a importância de construir uma relação sólida e dinâmica com o entorno do Parque. Nesse plano, a região cortada pela estrada é considerada uma zona de recuperação.

Em suas conclusões, a perícia havia concluído pela possibilidade de abertura da estrada com restrições de uso, tais como o não asfaltamento, tráfego diurno, limitação de velocidade, dentre outras. Referido parecer foi duramente criticado por outros profissionais da mesma área, que produziram o relatório técnico como assistentes periciais do MPF e do IBAMA.

No entanto, essa perícia foi anulada, tendo em vista que o MPF demonstrou que os expertos haviam aceitado que o pagamento de sua estadia na cidade fosse feito por sujeito interessado no resultado do processo — Associação dos Municípios Pró-abertura da Estrada do Colono (AIPOPEC) —, tal como segue:

> recebida a exceção de suspeição, foi determinada a expedição de ofício à Vega Agência de Viagens Ltda., empresa contra a qual foram faturadas as despesas de hospedagem dos peritos em Foz do Iguaçu, na época da vistoria, para que informasse quem arcou com tais despesas. Em resposta ao ofício expedido por esse juízo, Vega Agência de Viagens Ltda. comprovou que a AIPOPEC arcou com as despesas de hospedagem dos Peritos em Foz do Iguaçu (fls. 72 e 75) (JFPR, 2001, p.2776).

Logo, isso foi considerado uma dádiva e os peritos tratados como suspeitos, como mostra o seguinte fragmento da decisão judicial:

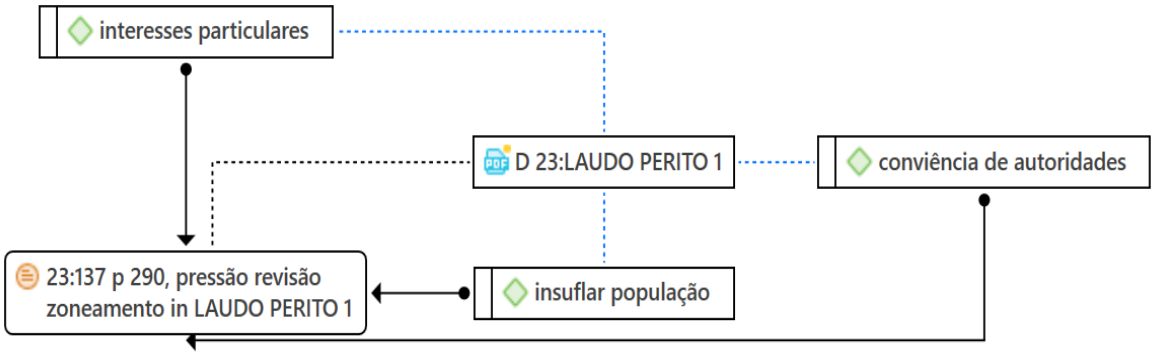
> Esperava-se, também, que os Peritos não aceitassem a dádiva que lhes foi deferida. São profissionais experientes e, como já ressaltado, altamente qualificados, que sabem que exames periciais sempre provocam nos interessados o desejo de influenciarem as conclusões do laudo. Além disso, tinham ciência da importância da perícia a ser realizada, porque duas

> sentenças já foram anuladas por falta de prova técnica. Isso sem contar que a questão envolve com interesses locais e nacionais, abrindo espaço para discussão sobre o meio ambiente, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentado. (JFPR, 2001, p. 2778)

Os peritos precisaram devolver 80% dos seus honorários e o processo voltou à etapa de orçamento dos honorários periciais.

Por meio dos códigos registrados no software ATLAS.TI, construiu-se a seguinte imagem:

Figura 36 – Principais códigos identificados pelo ATLAS.TI. com relação ao documento laudo do perito



Fonte: Elaborado pela autora (2023), com auxílio do software Atlas TI.

A figura 41 demonstra que o primeiro laudo pericial identificou a conivência de autoridades, que permitiram que a estrada ficasse aberta, mesmo que situada em unidade de conservação integral, durante tantos anos. Ao mesmo tempo, demonstra-se que interesses específicos pressionaram a gestão do Parque Nacional do Iguaçu, a fim de que houvesse alteração no zoneamento da área da Estrada do Colono, no intuito de se flexibilizar a norma e se transformar a via em uma área de passagem.

6.6 Segunda perícia judicial

O segundo laudo pericial, que foi construído por quatro peritos judiciais — dois engenheiros, um sociólogo e um biólogo — identificou uma complexidade socioambiental que não havia sido tão explorada na primeira perícia. Nele, se tratou o perfil da população lindeira ao parque, tendo em vista que ela foi muito ativa nas manifestações por sua reabertura.

Na vistoria dos Peritos observou-se haver, na população, um sentimento forte relacionado à Estrada do Colono. De acordo com a perícia, esse apelo emocional “mostra mágoas da população pelos eventos que levaram ao fechamento da Estrada, refletindo-se no ânimo e estado psicológico da população, levando alguns a deixar de investir, na falta de expectativas de desenvolvimento” (JFPR, 2006, p. 4322).

Foi constatado na perícia que a população local, especialmente aquela que vive nas proximidades do Parque (não se referindo à população total dos municípios), compartilha o sentimento de que o Parque, em sua forma atual de uso, representa uma barreira que não podem desfrutar e que causa apenas “transtornos” em suas vidas. Ainda assim, ressaltaram que todos os que conversaram salientaram reconhecer a importância do Parque como um patrimônio valioso e que apreciam sua existência, mas na prática, ele é percebido como uma barreira por eles.

Evidenciaram que uma parte significativa da argumentação dos defensores da abertura da Estrada se baseia na dificuldade de locomoção entre as regiões Sudoeste e Oeste. Isso impediria que eles se encontrem com parentes e amigos. Ainda, ressaltaram “qual é a importância dessa argumentação?”

Os peritos explicaram que para responder a essa pergunta, seria necessário compreender a importância das relações de parentesco na cultura gaúcha. Para eles, seria evidente que as relações de parentesco são fundamentais para qualquer comunidade, mas para as famílias descendentes de colonos gaúchos, existe um componente adicional, que é o fato de se organizarem na lógica de colonos. A família é o principal vínculo de relações pessoais e, muitas vezes, também de trabalho.

Nas grandes cidades, é comum que as relações pessoais e de trabalho ocorram não tanto entre parentes, mas principalmente entre indivíduos que não fazem parte do núcleo familiar. Como mencionado anteriormente, para os colonos ou seus descendentes, os laços familiares são muito mais fortes do que os das famílias urbanas.

De acordo com essa visão, entendem que a colonização funciona como constituição do espaço no Oeste paranaense. Ou seja, a justificativa com base no argumento da consolidação das fronteiras nacionais e, portanto, fatores que contribuíram para a consolidação do território nacional. Os colonos seriam parte desse processo de consolidação.

Esse discurso envolve ideias como pioneirismo, progresso, civilização, vazio demográfico e pequenas propriedades. Nessa linha, a perícia destacou que esses colonos fizeram parte da chamada "marcha para o oeste", que foi parte de uma estratégia geopolítica do governo federal durante o período de Getúlio Vargas, ou seja, a consolidação das fronteiras nacionais.

Dentre os diversos quesitos respondidos na perícia, chama-se atenção ao seguinte:

> A Estrada do Colono liga, predominantemente, “economia a economia", ou "pessoas (comunidade) a pessoas"? Em qualquer caso, qual o "sentir" das comunidades (no sentido amplo ou apenas econômico) ante o fechamento ou a eventual reabertura da Estrada? (JFPR, 2006, p.3343).

Para essa pergunta, os peritos afirmaram que a estrada se encontra interrompida e não conecta nada. No entanto, se aberta, ela criaria uma ligação entre pessoas.Os peritos responderam que o "sentimento" das comunidades é a favor da abertura da estrada, e a motivação para essa abertura evoluiu de um desejo de conexão econômica para a concepção atual, que se concentra na ligação entre as pessoas (JFPR, 2006,p.3348).

Isso se deve ao fato de que a estrada um dia representou um corredor de migração, estabelecendo relações afetivas, culturais e de parentesco em ambos os lados do Parque. Essa abertura também se alinha à lógica dos atores sociais que defendem o ecoturismo, pois a estrada seria um elemento que impulsionaria o turismo na região.

De acordo com o laudo pericial, o Parque é visto por muitos moradores como um obstáculo. Dessa representação social, está inserida em um problema maior, que envolve as várias restrições enfrentadas, principalmente, pelos agricultores, mesmo que essas restrições sejam independentes da questão da estrada.

Os peritos consideraram que uma parte do conflito socioambiental, também presente em outros casos, como na atualidade da Amazônia, é o que se denomina "campo de disputas", especificamente disputas simbólicas. Isso significa que o discurso ambiental moderno entra em choque com as "narrativas fundadoras", de modo que, se décadas atrás o herói era o colono, hoje em dia, não raramente, ele é visto como agente de destruição da natureza.

Ressaltaram que nesse sentido cabe uma visão ampla, não restrita apenas à região analisada, mas sim ao fato de que a terceira geração de migrantes gaúchos,

agora no Norte e Centro-Oeste do país, já não possui mais o mesmo status anterior, pelo menos para certos setores da sociedade.

O laudo pericial afirma que a Estrada do Colono é um elemento estratégico para a reatualização dessas narrativas fundadoras, identificando-a como uma "história de lutas". Os colonos a veem como um elo para a ocupação do Oeste. O discurso enfatiza que a Estrada (ou trilha) existia antes do Parque e foi uma das vias de passagem dos colonos do Sul para o Centro-Oeste.

Destacam que, mesmo sendo essa uma questão controversa, consideram que as narrativas fundadoras muitas vezes se contrapõem às versões oficiais e, eventualmente, históricas. Nesse sentido, registram que os moradores acreditam que os agentes externos ao processo não conhecem verdadeiramente a situação, pois dão mais valor ao sentimento do que à razão.

Desse modo, a perícia ressaltou que um dos cernes no conflito socioambiental reside no fato de que “o significado da Estrada” só seria compreendido por aqueles que passaram pelo processo de ocupação da região. Esse raciocínio busca justificar a crítica da população aos agentes externos (como o IBAMA e os ambientalistas contrários à abertura da Estrada), pois eles não conheceriam verdadeiramente esse significado.

Além disso, para essa população, é difícil compreender a motivação por trás do fechamento da Estrada. Nas conversas com a população, os peritos perceberam que, na forma como entendem o meio ambiente, a existência de uma estrada controlada não interfere no Parque, pelo contrário, eles enfatizam que com sua participação o Parque estaria mais bem protegido. A abertura da Estrada resultaria em uma participação mais efetiva da população, pois o Parque não seria mais visto como um "transtorno" em suas vidas.

Ademais a história da colonização das regiões Oeste e Sudoeste é marcada por um forte apego à lógica da conquista e desbravamento. Para muitos atores sociais, esse discurso é reinterpretado, de forma que a comunidade identifica a luta pela reabertura da Estrada com uma luta anterior, o desbravamento da região, onde os imigrantes, pioneiros do espaço Oeste paranaense, são verdadeiros heróis.

O laudo pericial salienta que, para a comunidade, a Estrada é o princípio de tudo. Afirmou que esse discurso mítico ou épico está relacionado à importância simbólica da Estrada e à luta pela terra.

Com relação ao zoneamento do Parque, o laudo explicitou que o Plano de Manejo do PNI classifica como zona intangível a área onde a integridade do ambiente permanece intocada, não sendo permitida nenhuma intervenção humana. Essa zona representa o mais alto nível de preservação e atua como uma matriz para repovoamento de outras áreas, abrangendo cerca de 60% da extensão total do Parque. Ela engloba toda a bacia do rio Floriano e seus afluentes, bem como parte dos afluentes de maior importância do rio Gonçalves Dias, e está também cercada pela zona primitiva (IBAMA, 2000).

O laudo identifica que a Estrada do Colono se encontra na área classificada como Zona de Recuperação, com o objetivo de ser reintegrada à Zona Intangível. Isso significa que seu uso e ocupação do solo devem ser tão restritos quanto os da Zona Intangível.

O Plano de Manejo afirma que "o Parque Nacional do Iguaçu pode perfeitamente prescindir dessa via", já que ela "serve apenas como passagem para pessoas e cargas, sem contribuir para as atividades realizadas pela Unidade de Conservação" (página 229 do Encarte 5 do Plano).

Com base nisso, o Plano alterou o zoneamento do Parque, transformando a região atravessada pela estrada em Zona de Recuperação, onde todas as atividades humanas são totalmente proibidas. No plano anterior, a estrada permaneceria, mas seria de uso exclusivo dos funcionários do Parque, para fins de manejo, pesquisa e fiscalização.

O laudo ressalta que a Estrada do Colono nunca esteve sujeita às restrições da Zona Intangível. Originalmente, fazia parte da Zona Especial, conforme estabelecido no Plano de Manejo de 1980, permitindo seu uso apenas para fins de fiscalização, pesquisa e manutenção do Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Posteriormente, em 2000, a estrada foi incluída na Zona de Recuperação, com o objetivo de ser restaurada e integrada à Zona. Em ambas as situações, o tráfego público na estrada não é permitido.

Ainda, a perícia destaca que o Plano de Manejo publicado em 2000 enumerou áreas de degradação significativa que precisam ser recuperadas, como a área do Hotel das Cataratas, a rodovia de acesso às Cataratas, invasões insulares e outros locais, que foram completamente negligenciados pela administração do Parque ao longo da vigência do Plano.

Nessa linha, interessante ressaltar excerto do Plano de Manejo de 1999 (publicado em 2000):

> A ilha do Sol, encontra-se sob ocupação pela Agência Ilha do Sol Turismo e Navegação Ltda - Macuco Safari (ou Macuco Safari, como é conhecida), que mantém funcionários em uma casa precária na ilha, e onde a agricultura é praticada. A maior parte da ilha encontra-se desmatada. A ilha do Keka está bastante degradada e em entrevista com o seu ocupante, esse afirmou ocupá-la há vinte anos, mantendo gado lá. Cite-se que a ilha está bastante degradada, apresentando grandes voçorocas, por onde entra água do rio Iguaçu. A ilha do Cavalo possui inúmeras cabeças de gado bovino, área de pasto, curral, luz elétrica, uma pequena casa de alvenaria nova. Cite-se ser a última a mais bela das ilhas, com três lagoas, um brejo e ainda uma mancha de Floresta Estacional Semidecídua.

A aludida "invasão insular" remete a atividades humanas nas ilhas que integram o Parque. Inclusive, a empresa ocupante de uma delas é a que atualmente realiza as atividades de turismo dentro do Parque Nacional do Iguaçu, gerindo pacotes de atividades como trilhas e passeios de barco.[23]

Além disso, é importante ressaltar a falta de uma zona de buffer (amortecimento) que reduza a influência das atividades humanas.Desse modo, existe por exemplo, a situação de ao lado do parque nacional ter área de monocultura de soja, com o uso de agrotóxicos.

A perícia judicial também registrou que nas proximidades do Parque são observados usos agrícolas intensivos, áreas urbanas e obras de infraestrutura que têm impacto na unidade de conservação. De acordo com ela, a natureza primitiva do Parque enfrenta grandes desafios em grande parte de sua extensão, pois ele está delimitado por estradas e propriedades rurais, o que resulta em uma ampla área de efeito de borda, sem uma faixa tampão protetora.

Essa situação causa problemas como atropelamentos de animais, caça, extração ilegal de palmito, introdução facilitada de espécies exóticas da flora, presença de animais domésticos e evasão de animais do PNI, resultando em atropelamentos e outras consequências negativas. Apesar dessas pressões, o Parque ainda consegue manter um equilíbrio nesse ambiente instável, dadas as condições atuais.

---

[23] Para mais informações sobre a situação de ocupação humana das ilhas, vide trabalho de Vencatto (2016), o qual em sua tese de doutorado entrevistou antigos moradores do Parque Nacional do Iguaçu. A aludida tese objetivou a análise dos diferentes sentidos e representações que o Parque Nacional do Iguaçu assume na memória dos grupos humanos que com ele se relacionam e/ou relacionaram.

Sua capacidade de sustentação está diretamente ligada à preservação contínua das áreas mais primitivas possíveis, representadas pelas Zonas Intangíveis. Ressaltam que essas zonas têm um papel fundamental na preservação da integridade do Parque, ajudando a proteger sua biodiversidade e manter o equilíbrio ambiental.

Outro quesito interessante apresentado aos peritos pelos municípios réus foi: “O fechamento definitivo da Estrada do Colono implicaria em garantia da supressão de abusos ambientais na área do Parque Nacional?” Para essa pergunta, a perícia respondeu que não, tendo em vista que o Parque Nacional do Iguaçu é como um tecido altamente permeável.

Salientou-se que existem várias "trilhas" visíveis, inclusive ao longo da BR-277. Nas condições atuais, para um caçador, pescador ou explorador de palmito, não é necessário o uso de estradas para adentrar no Parque. No entanto, se eles optarem por utilizar estradas ou o rio Iguaçu, suas ações se tornam mais evidentes.

Afirmou que a falta de fiscalização adequada e a escassez de postos de controle, mais do que a abertura da Estrada do Colono, resultam nos diversos abusos cometidos por esses indivíduos.

A perícia ressaltou que para se garantir a proteção efetiva do Parque é necessária a reestruturação da fiscalização e de uma mudança no relacionamento com a comunidade vizinha, além de uma oferta adequada de programas de educação ambiental. Essas medidas foram descritas como essenciais para combater os abusos e preservar a integridade da área natural.

Os peritos identificaram como principal queixa da população da região do Parque o fato de o fechamento da Estrada do Colono ocasionar um aumento no tempo de deslocamento. Afirmaram que, com base nas entrevistas realizadas por ocasião da perícia, os moradores e seus representantes não estão mais defendendo a Estrada com base em seu valor econômico ou como um elemento de desenvolvimento regional, como ocorria em momentos anteriores.

Isso porque a incerteza em relação ao seu desempenho econômico é muito menor do que no momento de seu fechamento, uma vez que as opções de transporte atualmente são muito melhores do que antes. O asfaltamento da PR 182 (recomendado pelo Plano de Manejo de 1980) e a inauguração da ponte entre Capanema e Andresito, na Argentina, ampliaram e melhoraram as opções de acesso a Foz do Iguaçu e Cascavel.

Logo, no momento da realização da perícia, o argumento principal era de que a abertura da Estrada permitiria um maior contato entre as comunidades, possibilitando que a população local desfrutasse do Parque e promovesse o potencial turístico da região.

A ênfase naquele momento era na perspectiva de se fortalecer os laços comunitários e explorar os benefícios do turismo associados à Estrada. De acordo com o laudo dos peritos judiciais, “a comunidade lindeira, no presente abandonou a bandeira da justificativa econômica para abraçar a justificativa histórica e de ligação familiar” (JFPR,2006, p.4373)

O laudo explicitou que o tempo adicional de deslocamento dificulta, embora não impeça, o contato entre os cidadãos dos dois lados do Parque. Exemplificou que, se alguém deseja viajar de carro de Serranópolis do Iguaçu para Capanema, na Argentina, levará pelo menos cerca de três horas. Pela BR 163, o percurso leva em torno de duas horas e 15 minutos. Por meio da Estrada do Colono, o tempo médio de viagem era de aproximadamente 45 minutos.

Expôs o argumento dos residentes da região e de seus representantes de que o tempo e a distância para se deslocar entre os municípios do Sudoeste e Oeste se tornaram inviáveis ou muito mais dispendiosos. Alguns entrevistados de Capanema afirmaram que, por exemplo, se desejarem visitar seus parentes em Medianeira, teriam que viajar por cerca de cinco horas (ida e volta), o que reduziria significativamente o tempo de visita. Se a Estrada do Colono estivesse aberta, a viagem duraria no máximo uma hora, permitindo um aumento de quatro horas no tempo de aproveitar a visita.

Nessa linha, o laudo pericial incluiu o quadro a seguir, após os peritos realizarem uma simulação de tráfego entre os trechos.

Quadro 10 - Simulação de tráfego e tempo dos trechos alternativos ao uso da Estrada do Colono

LIGAÇÃO* Marcação: área central dos municípios	Via Estrada do Colono** PR 281 - Colono - PR 495		Via Argentina trecho da Ruta 101, ruta 10 e ruta 12)			Via BR 163-PR 182 - BR 277		
	Km	Tempo	Km	Tempo	Diferença	Km	tempo	diferença
Capanema - Foz do Iguaçu	114	01:50	165	01:40 + 00:30 --- 02h10	- 51Km 00:20 hs	227	02:10	113 Km 00:20 hs
Capanema - Medianeira	57	01:16				170	01:50	113 km 00:44 hs
Capanema - Serranópolis	43	01:06				184	02:00	145 km 01:15 hs

* Média de velocidade: BR 277, Argentina: 100 Km/h; BR 163 e PR 182: 90km/h; PR 281 e PR 495: 80 Km/h; Estrada do Colono 40 km/h;

* com 20minutos para travessia , com espera. Não contabiliza possível tempo de espera excessiva em fila para travessia.

** o tempo de deslocamento pela Argentina mais o tempo de verificação de documentos, que pode variar de alguns minutos para até cerca de 40minutos, no caso de muitas pessoas (como em uma excursão) ou algum problema de documentação (aqui adotado 30 minutos para entrar e sair da Argentina).

*** Evitando o trecho da Ruta 101 (no Parque Argentino) entre Andresito e Caburaí, e trafegando sempre pelo asfalto

Fonte: Laudo pericial, Ação Civil Pública nº 1986.70.00.086736-9, 1ª Vara Federal de Curitiba-PR

Destaca-se que para utilizar o trajeto da Estrada do Colono seria necessária também a travessia de balsa, pois o caminho para o sul passa pelo Rio Iguaçu. Logo, a perícia ressaltou que poderia haver um tempo maior de espera, caso a fila para pegar a balsa fosse longa.

Ainda o laudo aduziu que, embora os acordos do Mercosul tenham facilitado a entrada na Argentina, permitindo o acesso a Foz do Iguaçu, ainda existem restrições. Por exemplo, a alfândega fecha às 18h e só reabre às 7h. Se um veículo sair de Capanema e não conseguir chegar à Foz do Iguaçu até as 18h, será difícil atravessar a fronteira. Nesse caso, não poderá retornar (pois a fronteira do outro lado também estará fechada) e nem chegar ao destino, sendo obrigado a passar a noite na Argentina.

Por outro lado, a perícia também ressaltou que o fechamento da estrada beneficiou e fortaleceu a posição de Cascavel como um polo de atração. A cidade se destaca tanto no setor primário quanto no secundário, devido à sua posição como terminal intermodal de cargas (ferroviário-rodoviário), que está integrado ao Centro-Oeste do Brasil, Curitiba, Paranaguá e outras cidades importantes do interior do Paraná, com acesso facilitado por boas vias de transporte.

Além disso, Cascavel ocupa uma posição estratégica no anel rodoviário do estado, que é muito mais favorável do que a de Foz do Iguaçu. Como resultado, Cascavel tem sido alvo de diversos projetos de melhoria, como a ligação rodoviária com Toledo e a ligação ferroviária com Foz do Iguaçu.

De acordo com o laudo pericial, essa posição estratégica capacita Cascavel a atuar como um importante polo de atração para a sub-região Sudoeste e Extremo Sudoeste. A cidade possui uma estrutura mais equilibrada nos setores primário, secundário e terciário, em contraste com Foz do Iguaçu, que depende fortemente do setor terciário.

Ademais, consoante a perícia, Cascavel tem a capacidade de centralizar políticas públicas integradas nas áreas de educação, saúde, transporte, lazer, economia, entre outras, que beneficiam diretamente as sub-regiões sob sua influência, especialmente o Sudoeste do Paraná, que carece desses recursos.

Destaca-se outro quesito, proposto pelo MPF: “Como se encontra o Parque Nacional do Iguaçu, após a invasão ocorrida?” A questão relaciona-se aos anos de 1997 a 2001, período no qual a Estrada do Colono permaneceu aberta ilegalmente. Como resposta, os peritos informaram que o Parque Nacional apresenta mudanças

significativas na área afetada pela invasão. Na vistoria *in loco*, foi constatada uma clara alteração no solo, com compactação e adição de material, assim como a remoção da vegetação e o crescimento de espécies invasoras, principalmente gramíneas.

Relataram que apesar do replantio de espécies nativas ter sido realizado, o desenvolvimento dessas plantas ocorre de maneira irregular ao longo dos lados da antiga estrada devido a diferenças de exposição solar, drenagem e impermeabilização.

Salientou-se que a reintrodução sistemática de espécies nativas foi interrompida, pois a política da administração do Parque passou a permitir apenas a regeneração natural da floresta, conforme relatado pela UNESCO em março de 2005. De acordo com o laudo pericial, essa decisão foi tomada porque a "continuação das ações de reflorestamento poderiam ser tomadas como provocação por alguns setores da comunidade."

Nessa perícia, se registrou que a população da região não entendia por que o fechamento do Parque era necessário. Nas conversas que os peritos tiveram, identificaram que a população achava que uma estrada de uso controlado não afetaria negativamente o Parque e que sua abertura poderia aumentar a participação da população, visto que o Parque não seria mais visto como um obstáculo em suas vidas.

O laudo também relatou que a história de colonização das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná está ligada à lógica de conquista e desbravamento. Assim, para muitos atores sociais, esse discurso é reinterpretado como uma luta pela reabertura da Estrada, que remonta à luta anterior pela conquista da região, onde os imigrantes pioneiros são considerados heróis. Para a comunidade, a Estrada representa o início de tudo, e esse discurso mítico e épico está relacionado à importância simbólica da Estrada e à luta pela terra.

A perícia se ateve a responder os quesitos e não propôs a reabertura condicionada, diferentemente do primeiro laudo. Eles apontaram os prós e contras do fechamento da estrada, por exemplo, custos logísticos. Para eles, o sudoeste do Paraná, com o fechamento da Estrada do Colono, se aproximou social e economicamente da Argentina e se afastou do Oeste. No entanto, os problemas

ambientais também foram explicados e enumerados, compilando no laudo pericial a tabela constante no Plano de Manejo de 1999:

Quadro 11 - Sintetizando impactos da abertura da estrada no Parque Nacional do Iguaçu

Impactos positivos	impactos negativos
● Nova fonte de recursos; ● Fator de integração entre população lindeira e PNI; ● Oportunidade de pesquisas científicas sobre fragmentação ● A comunidade lindeira corresponsável pela preservação do parque; ● Aumento nas oportunidades de educação ambiental; ● Oportunidade de valorização cultural da história original; ● Facilitador da fiscalização do parque;	● Abre precedente para outras intervenções semelhantes; ● Fragiliza a gestão de UCS; ● Aporte de sedimentos em corpos d'água; ● Transformação do leito prejudica a biodiversidade local; ● Riscos ambientais às águas; ● Maior número de espécies eliminadas; ● Aumento da pressão por novas formas de uso e ocupação no parque; ● Perda de funcionalidade, como UC, para alguns segmentos de sua fauna; ● Necessidade de monitoramento contínuo; ● Reações internacionais negativas; ● Tendência crescente de uso: estrada de chão, pavimentada, asfalto, ponte etc.; ● Redução do sucesso reprodutivo em peixes anfíbios e macroinvertebrados bentônicos; ● Fragmentação de habitat; ● Divisão de populações de espécies nativas; ● Atropelamento de animais; ● Conurbação na borda do parque; ● Facilitação para acesso de caçadores; ● Penetração no PN favorecendo retirada dos recursos naturais;

Fonte: Laudo pericial, Ação Civil Pública nº 00.00.86736-5, 1ª Vara Federal de Curitiba-PR *apud* Anexo 33 – Relatório da Oficina de Planejamento. In: Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Brasília: 1999.

Logo, referido laudo evidenciou a complexidade da judicialização dessa pauta relacionada ao próprio desenvolvimento social e cultural daquela comunidade e não apenas aos interesses econômicos ou ambientais.

6.7 Decisões judiciais mais importantes

Inicialmente, salienta-se que é importante para a compreensão deste item da tese rememorar o fluxo do processo judicial cível, apresentado na figura 24, do item 5.7, fluxo sintético de um processo judicial cível.

A ação civil pública relativa à Estrada do Colono foi proposta em 03/09/1986 pelo MPF, que anexou cerca de 190 páginas de documentos para subsidiar o pleito de fechamento da estrada.

No dia 10/09/1986, o juiz proferiu uma decisão liminar deferindo o pedido. Em sua decisão, inicialmente, traçou um breve resumo da petição inicial protocolada pelo MPF, esclarecendo que o autor trata de identificados interesses coletivos, após evidenciar a crescente preocupação com a defesa do meio ambiente, erigido como bem jurídico essencial à vida, à saúde e à felicidade do homem (art. 153 e 36, Const.Fed.).

Destacou-se a importância do Parque Nacional do Iguaçu (Decreto-Lei 1.035/39 e Decreto nº 86.676/81), uma das únicas e mais extensas florestas pluviais subtropicais preservadas no país, de fundamental importância para o equilíbrio ecológico de toda a região, integrando a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Na decisão interlocutória, ressaltou a alegação do MPF de que a reserva teria sido “criminosamente seccionada com a abertura de uma estrada com aproximadamente 18 km de extensão, para permitir uma ligação mais cômoda entre Medianeira e Capanema” (JFPR, 1986, p.191). Ainda, a decisão registrou o argumento do MPF, de que com um “ímpeto descomunal nos últimos anos, alguns políticos, pressionados por pretensos líderes dos dois municípios, tentam agravar e tornar definitiva a agressão, postulando o asfaltamento do referido trecho da estrada” (JFPR, 1986, p.192).

De acordo com o MPF, o IBDF era réu porque não estava cumprindo adequadamente seu dever de tutelar o Parque Nacional do Iguaçu, visto que não agiu para fazer cessar a contínua ofensa ao ecossistema, proveniente do trânsito pela referida estrada, que permanece liberada ao tráfego por muitos anos.

Citou-se o compromisso internacional firmado pelo Brasil, por meio do Decreto legislativo nº 3, promulgado em março de 1966, conhecido como “convenção da fauna e da flora e das belezas cênicas naturais dos países da Américas”. Bem como o Regulamento de Parques Nacionais (Decreto nº 84017 de 21/09/1979).

Destacou-se que não se justifica que a estrada permaneça aberta ao tráfego, provocando ofensa contínua aos ecossistemas da região, causando indiscutível prejuízo ao meio ambiente.

Ao fundamentar sua decisão, o magistrado disse que a petição do MPF evidenciou que a "Zona Intangível do Parque Nacional do Iguaçu", legalmente protegida (Const. Fed., art. 153 e § 36; Dec. Lei 1.035/39; Dec. 86.676/81; Dec. Legislativo nº 3/1948; Dec. 58.054/66; Dec. 84.017/79; Lei 4.771/65; Lei 6.938/81), mereceria imediata proteção judicial. Com isso ele assim determinou:

> Nessa linha de pensamento, é relevante ressaltar que, em meu entender, fundamentado no temor de danos inestimáveis decorrentes de uma situação objetiva de perigo (periculum in mora) e na razoabilidade do direito invocado (fumus boni iuris), considerando a seriedade e os objetivos do pedido, sem a audição da parte contrária, defiro a LIMINAR (art. 12, Lei 7.347/85). Por conseguinte, determino que o IBDF, de imediato, como obrigação de fazer, proceda administrativamente ao fechamento da estrada mencionada, no trecho entre as estacas 980 a 1820, que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu (documentos fls. 28 a 30, 36 a 44, 66, 67 a 68, 82 a 83v e 101). (JFPR, 1986, p.193).

Desse modo, o Juiz entendeu como urgente a necessidade de intervenção judicial para evitar a continuidade da agressão aos ecossistemas locais e preservar o meio ambiente de danos ecológicos mais graves.

Com isso, determinou-se que o IBDF (atual ICMBio) adotasse as providências administrativas necessárias para fechar a estrada, no trecho que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu, facultando-lhe apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, caso não pudesse agir por seus próprios meios.

Nos autos do processo as imagens ficaram pouco legíveis, pois o processo era físico e as cópias foram feitas em preto e branco e ficaram precárias. No entanto, ainda assim é possível ter uma noção de como foi repentino o fechamento ocasionado pela decisão liminar de 1986, tendo em vista que os jornais da época deram amplo destaque à notícia, dando um tom inclusive de arbitrariedade.

Ressalta-se que a interdição da Estrada do Colono já constava como atividade no programa de manejo do plano de 1981 (IBDF, 1981, p. 77) registrando o seguinte “Interditar a estrada BR·163 que atravessa o Parque: na dependência da pavimentação da estrada Sta Tereza- Realeza” (JFPR, 1986, p. 165).

Contra essa decisão liminar não houve recurso do IBDF, réu original do processo. No entanto, diversos Municípios da região Oeste e Sudoeste do Estado passaram a requerer ingresso na ação como litisconsortes passivos, ou seja, eles pediam que o judiciário reconhecesse seu direito em participar desse processo como interessados em manter a estrada aberta. O Ministério Público, ainda que seja defensor de interesses difusos, peticionou no processo combatendo o ingresso dos Municípios. Arguindo que eles não tinham interesse jurídico para figurar como réus.

Após debates intensos, em agosto de 1987 foi proferida sentença. Nela o judiciário entendeu que os Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, Barracão, Vera Cruz do Oeste, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Marechal Cândido Rondon, Céu Azul, Santa Izabel do Oeste, São Miguel do Iguaçu, Santa

Helena, Missal e Matelândia, em favor da economia pública regional, têm legítimo interesse na participação da relação processual, deferindo seu pedido de litigar defendendo direito próprio.

Algumas Associações Comerciais (Associação Comercial de Medianeira, de Capanema etc.) peticionaram em conjunto com os respectivos municípios requerendo ingresso na lide. Porém, o judiciário não deferiu o pedido dos particulares, reconhecendo apenas os municípios como legitimados a figurar no polo passivo da ação, em conjunto com o IBDF.

Por diversas petições, os municípios alegaram defeito na configuração do processo, visto que a seu ver o IBDF não tinha interesse em manter a estrada aberta. No entanto, o judiciário entendeu na sentença, que como o PNI é responsabilidade da referida autarquia, ela poderia vir a ser condenada por sua omissão em manter a estrada aberta.

Ainda, os municípios alegaram que a decisão de manter estradas em Unidade de Conservação era do IBDF e não poderia o judiciário interferir em ato discricionário da autarquia, argumento que foi rejeitado pela sentença.

No mérito, os Municípios fizeram observações gerais a respeito da proteção ao meio ambiente, procurando mostrar que o progresso pode coexistir com a ecologia e que, em relação à proteção da flora e da fauna, pugnaram pela demonstração de prejuízo efetivo, ficando sem sentido o "proibir por proibir".

De acordo com os Municípios, a existência da Estrada do Colono, se executado o projeto de asfaltamento com as qualidades ambientais apresentadas no projeto do Estado do Paraná, não é prejudicial ao meio ambiente.

Ressaltaram que o legislador não se descuidou de proteger a ordem, a segurança e a economia pública, salientando-se o interesse público, mesmo em seu aspecto econômico, que deve ser preservado, sobrepondo-se a “meras alegações de agressão ao meio ambiente.” Invocaram “o verdadeiro drama de toda uma região que, além de assistir a uma ilegalidade, se vê atingida em sua economia pública, com comprometimento até mesmo da segurança” (JFPR, 1987, p.904).

O Estado do Paraná compareceu espontaneamente, dispensando a citação. Defendeu a legalidade da rodovia, argumentando que toda a legislação que serve de suporte à inicial é posterior à abertura da estrada e por isso não teria aplicação no caso, lembrando a irretroatividade da lei (art. 153, § 3º, Const; art. 69, Lei Introd. ao Cód. Civil).

Em atenção ao requerimento do Autor, para fortalecer os objetivos da liminar, ressaltou-se na sentença que o judiciário também impediu a renovação da autorização para o serviço público de transporte da empresa que controlava a balsa entre Porto Moisés Lupion e o Parque Nacional do Iguaçu, considerando-se que o caminho via Estrada do Colono requer de uma travessia pelo Rio Iguaçu.

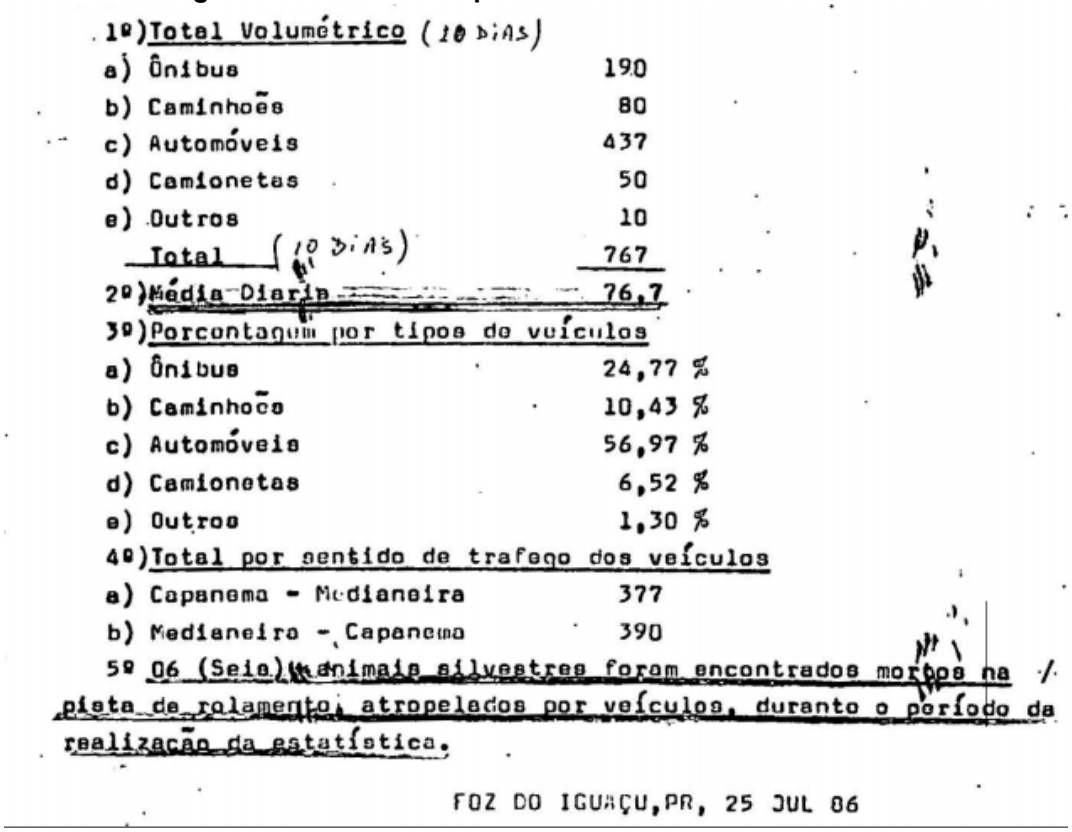
Fotografia 4 - Travessia de balsa



Fonte: Revista Mosaicos (2019)

A decisão liminar proferida em setembro de 1986 foi objeto de diversos recursos e mandados de segurança, porém nenhum deles obteve sucesso, sendo ela mantida até a sentença, que foi proferida em agosto de 1987. Logo, observa-se que inicialmente houve um rápido trâmite processual, eis que em menos de um ano houve uma multiplicidade de petições, oriundas de diversos municípios. Ainda, a Polícia Florestal anexou estudo relativo ao Fluxo da estrada poucos dias antes do seu fechamento, conforme segue:

Figura 37 - Relatório da polícia florestal feito entre 08/07/86 e 18/07/86



1º) Total Volumétrico (10 DIAS)

a) Ônibus	190
b) Caminhões	80
c) Automóveis	437
d) Camionetas	50
e) Outros	10
Total (10 DIAS)	767
2º) Média Diaria	76,7

3º) Porcentagem por tipos de veículos

a) Ônibus	24,77 %
b) Caminhões	10,43 %
c) Automóveis	56,97 %
d) Camionetas	6,52 %
e) Outros	1,30 %

4º) Total por sentido de trafego dos veículos

a) Capanema - Medianeira	377
b) Medianeira - Capanema	390

5º 06 (Seis) animais silvestres foram encontrados mortos na pista de rolamento, atropelados por veículos, durante o período da realização da estatística.

FOZ DO IGUAÇU, PR, 25 JUL 86

Fonte: JFPR (1986) p. 202

Evidencia-se que nos dez dias observados pela Polícia Florestal, o tráfego foi intenso para uma estrada de terra. Nota-se que cerca de 19 ônibus faziam essa rota por dia, bem como foram encontrados seis animais silvestres mortos.

Ressalta-se que no processo se evidencia que os municípios réus mobilizaram e anexaram ao processo judicial apoios escritos de municípios de outras regiões do Estado e do País, bem como da Assembleia Legislativa, Congresso Nacional e de setores privados, como a Federação da Indústria do Estado do Paraná. Isso é interessante, pois na época não havia internet e o processo judicial era físico. Logo, era necessário retirar “carga” dos autos para cada movimentação — os advogados diariamente acompanhavam publicação no jornal Diário Oficial da Justiça Estadual e se intimados deveriam ir pessoalmente à Vara para buscar os autos.

Muitas vezes, inclusive, se um advogado estava com os autos em seu escritório para estudar o caso, isso impossibilitava outra parte de conhecer o conteúdo do processo, tendo que aguardar a devolução dos autos à secretaria do

judiciário. Ou seja, basicamente o advogado visitava o fórum diariamente para confirmar se os autos tinham retornado.

Ressalta-se também que, em 1987, para se articular e movimentar todo o sistema judiciário, as ferramentas consideradas céleres eram o Telex, que era uma máquina de escrever elétrica conectada a uma linha telefônica. No processo em análise há inúmeras comunicações feitas entre o magistrado e policiais via Telex.

Logo, a prolação da sentença em menos de um ano deve ser considerada um feito de muita celeridade, visto que o processo judicial nessa época era muito menos dinâmico que hoje. No momento da sentença havia mais de 870 páginas de petições e documentos técnicos nos autos.

Por essas razões, a sentença proferida manteve o fechamento da Estrada do Colono. Os municípios e o Estado do Paraná recorreram deste resultado, apelando ao Tribunal contra a sentença. Dentre outros, o principal argumento do recurso foi a falta de oportunidade para produção de prova pericial, tendo em vista que a sentença considerou desnecessária perícia por entender que eram suficientes os documentos apresentados.

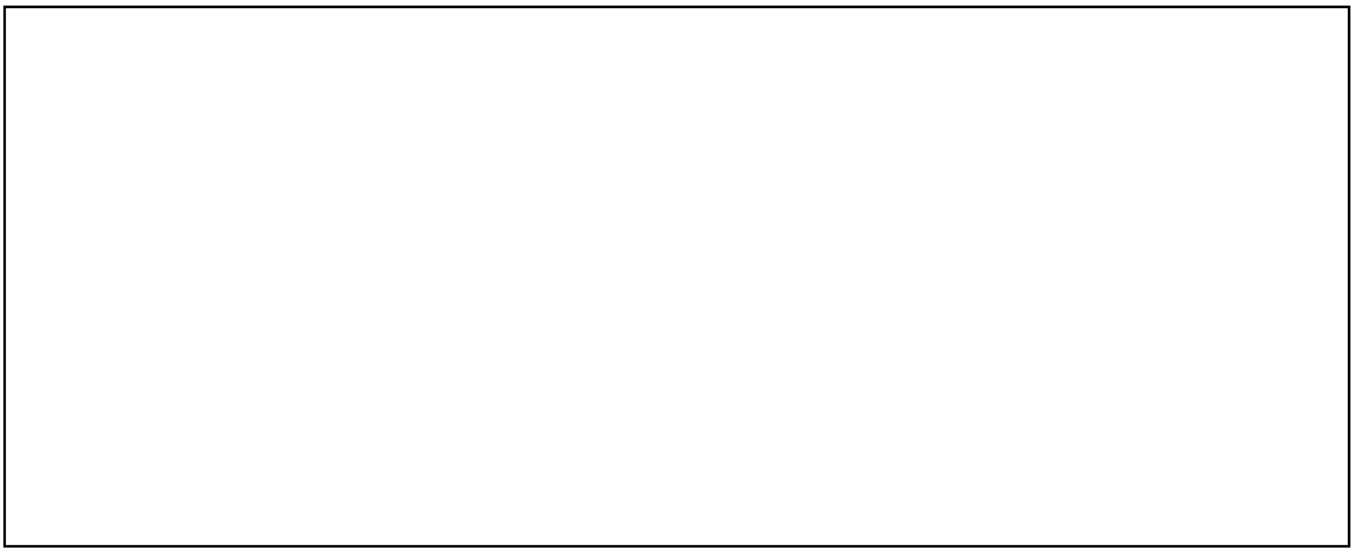
Dito em outras palavras, como o juiz avaliou a documentação como suficiente para a formação da sua convicção, ele proferiu “julgamento antecipado da lide”. Isso é permitido pelo Direito quando não implica cerceamento de defesa, visto que as partes teriam ao longo do processo produzido a prova de seus argumentos por outros meios que não a perícia.

É que como já explicado no item 5.4.2, que trata dos princípios processuais de celeridade processual, direito a um tempo razoável de duração do processo e custos para se produzir a prova pericial — tempo, dinheiro, etc. —, é amplamente aceito que se produza julgamento antecipado da lide. Isso, em geral, garante a efetividade do processo, pois ao avaliar outros tipos de prova que não a pericial, há casos em que se consegue se minimizar desgastes de recursos ao decidir o litígio em menor tempo.

Em junho de 1988, o Tribunal avaliou os recursos (apelações) e decidiu acolher o argumento dos recorrentes, entendendo que a sentença deveria ser reformada a fim de se permitir a realização da perícia técnica. Portanto, com esse acórdão o processo retornou à fase anterior do fluxo processual, o que permitira haver mudança de entendimento em uma nova sentença a ser produzida — que teria que avaliar os argumentos do perito judicial.

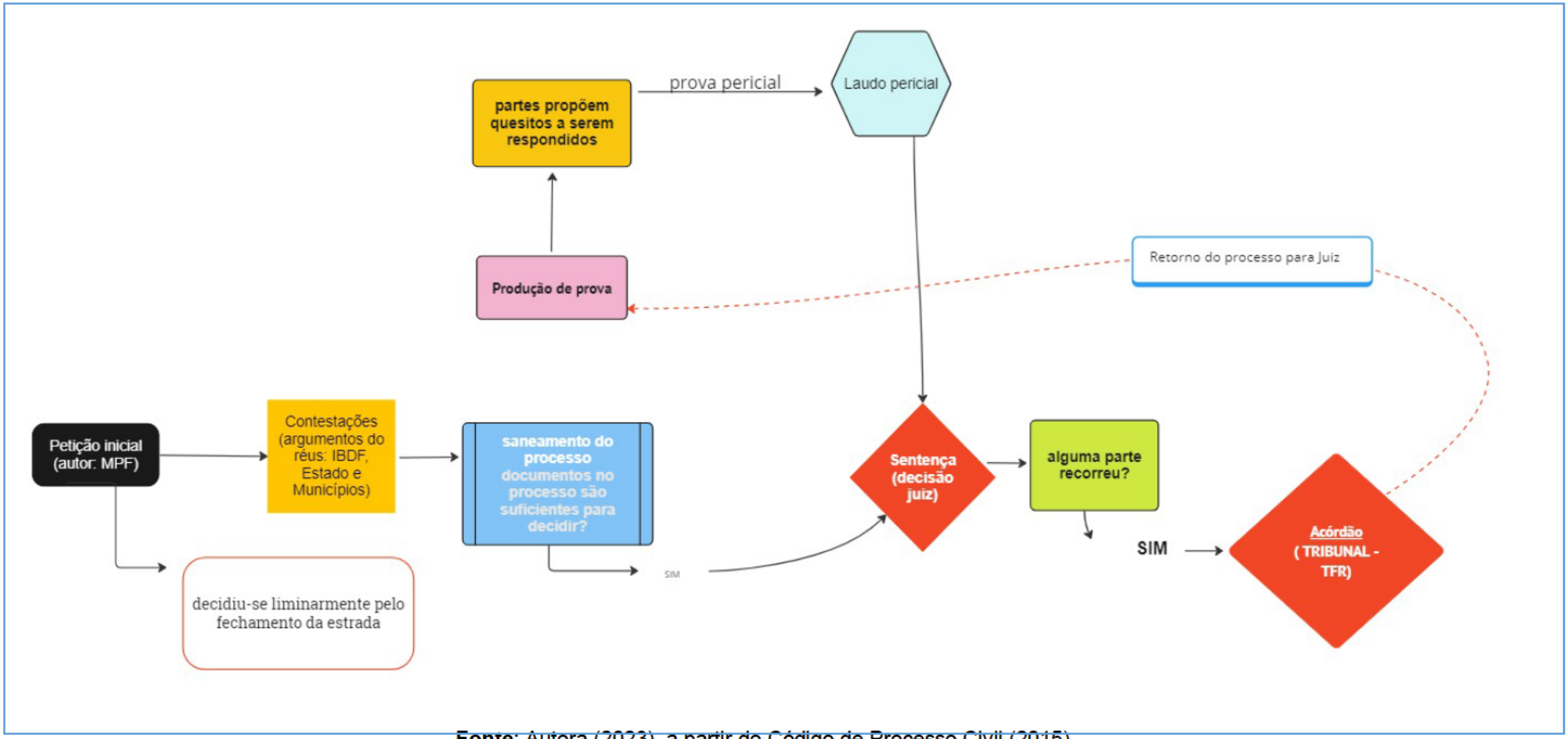
Observem-se os dois fluxos a seguir, que demonstram como o processo, após o acórdão do TRF, deveria contemplar nova sentença a ser proferida pelo juiz, devendo incluir a análise do laudo pericial:

Figura 38 - Fluxo do processo ACP do Colono até o Tribunal Federal de Recursos (TRF)



Fonte: Autora (2023), a partir do Código de Processo Civil (2015)

Figura 39 - Fluxo do processo – Como deveria ser ACP do colono, após a acórdão TRF



Fonte: Autora (2023), a partir do Código de Processo Civil (2015)

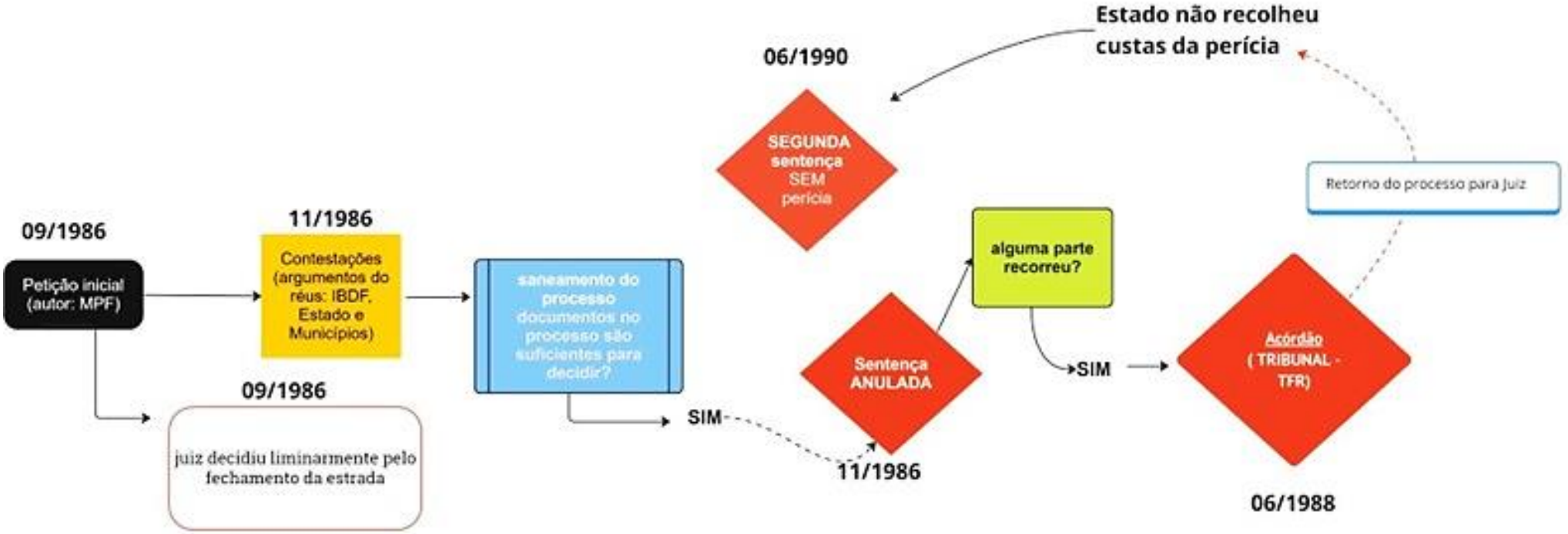
Pelos fluxos é possível visualizar a complexidade do processo, que com a decisão do TFR passou a exigir novos elementos, tais como escolha dos peritos a ser feita pelo juiz — com a concordância das partes, bem como a análise dos orçamentos dos honorários dos peritos, quais dúvidas deveriam ser esclarecidas no laudo etc.

O debate processual relativo à realização da perícia, sobretudo sobre quem deveria pagar a perícia e em qual proporção, levou anos a ser tratada. Com o acórdão de 1988, o juiz entendeu que o Estado deveria pagar uma parcela dos honorários antes da perícia, porém o Estado recorreu, desistiu do recurso, enfim, um embaraço a respeito disso que ficou sendo debatido por dois anos.

Isso levou o MPF a arguir que a controvérsia sobre a necessidade da perícia havia sido levantada como estratégia protelatória no processo. Com isso, requereu a preclusão do pedido da prova, eis que nenhum dos réus teria pagado as custas para a realização da perícia.

Em junho de 1990, o argumento do MPF foi acolhido pelo judiciário e foi proferida nova sentença, confirmando a anterior. A nova sentença foi proferida pelo Juiz Rubens Hadad Viana, o qual entendeu precluso o direito à realização da perícia, tendo em vista que o Estado pagou os honorários periciais fora do prazo determinado.

Figura 40 - Fluxo do processo – Como foi ACP do colono após a acórdão TRF



Fonte: Autora (2023) com base em JFPR (1986)

Houve novos recursos contra essa segunda sentença, em apelações ao TRF. Relevante consignar que, após a Constituição de 1989, a corte passou a se organizar regionalmente, passando a ser Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4, com sede em Porto Alegre). Novamente o tribunal acatou as apelações e determinou o retorno dos autos para que fosse proferida uma sentença. Destaca-se que o acórdão do TRF4 saiu no ano de 1993, ou seja, mais de seis anos após a primeira sentença. O MPF interpôs Recurso Especial contra esta decisão do TRF4.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não conheceu o aludido recurso do MPF, por decisão de outubro de 1996, eis que isso demandaria revisão de fatos, atribuição que não é realizada pelo STJ. Como o STJ fica em Brasília e naquela época a remessa dos processos era física, apenas em janeiro de 1997 é que a Vara Federal de Curitiba recebeu os autos (na chamada “baixa dos autos”, que vieram de uma corte superior) e intimou as partes para terem ciência da aludida decisão.

Em março de 1997 as partes pediram acesso aos autos para cópias e no final de abril de 1997 os municípios mudaram de escritório de advogados, contratando um patrono de Curitiba que passou a responder até o trânsito em julgado do processo, em 2020.

No início de maio de 1997 houve um movimento intenso de invasão ao Parque Nacional do Iguaçu na área da Estrada do Colono, havendo inclusive acampamentos. Houve decisões judiciais determinando à Polícias (PRF, Polícia Florestal e Militar) a adoção de medidas legais cabíveis para o cumprimento da liminar que determinou o fechamento da estrada. Ainda, houve decisões determinando expedição de ofício a cada um dos prefeitos a fim de ressaltar a ilegalidade da invasão e a possibilidade de configuração de crime de desobediência à ordem judicial.

Paralelamente, os municípios ajuizaram nova ação requerendo a suspensão da liminar concedida em 1986. Anexou-se ao processo o estudo acadêmico econômico de autoria do professor Ademir Clemente, titular no Curso de Economia da Universidade Federal do Paraná, o qual apontou graves prejuízos aos réus devido aos dez anos de fechamento da estrada, conforme se discutiu no item 6.4.1.

O presidente do TRF4 analisou a questão e resumiu o processo do seguinte modo:

> A liminar guerreada foi concedida em 10 de setembro de 1986, pelo MM. Juiz Federal da 1º Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná, que

> determinou o fechamento do trecho da referida rodovia, conhecido como Estrada do Colono.
> Julgada antecipadamente a lide, foi a sentença anulada, em 7 de junho de 1988, pelo Tribunal Federal de Recursos, porque não realizada a prova pericial requerida pelas partes; mantida, contudo, a liminar.
> Nova sentença foi proferida em julho de 1990, restando anulada pela 2ª Turma desta Corte. Em acórdão de 28 de outubro de 1993, por não satisfazer os requisitos do art. 458, incisos 1 e II, do CPC e por não ter sido oportunizado o depósito dos honorários periciais, por parte dos Municípios que integram a relação processual.
> Deste acórdão o Ministério Público interpôs recurso especial não conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça na sessão de 12 de dezembro de 1996.
> Os requerentes pleiteam a suspensão da execução da liminar com fundamento na alegação de grave lesão à ordem, à segurança e à economia públicas, concretizadas: a) nas restrições ao fluxo de mercadorias. já que praticamente não existem rotas alternativas na região; b) no isolamento de alguns municípios; c) na sobrecarga da rodovia BR 277; d) na perda de investimento na região, pela emigração da população jovem. Alegam como causa de grave lesão à ordem e à segurança a situação perigosa que poderá ser criada com a adoção das providências necessárias ao cumprimento da liminar e a evacuação da estrada, eis que há manifestação de milhares de pessoas no local, em prol da reabertura daquele caminho.
> Sustentam, por fim, que o deferimento da medida ora pleiteada não acarretará qualquer prejuízo ao Parque Nacional do Iguaçu, pois os requerentes comprometem-se a fiscalizar o uso contido da estrada impedindo o tráfego de risco ou durante a noite (TRF4, 1997, p. 1896).

Com base nos argumentos apresentados, sobretudo considerando o parecer econômico de Ademir Clemente, o TRF4 suspendeu a decisão liminar, pela fundamentação e dos critérios a seguir:

> É inegável o prejuízo à ordem e à economia públicas que decorre da interdição dos 17,6 Km da Estrada do Colono, os quais promovem a ligação entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e destas com o resto do país. O estudo da malha viária daquela área encetado pelo Professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. Ademir Clemente, demonstra que, efetivamente, não existem alternativas imediatas para os fluxos de mercadorias e de pessoas, ficando alguns municípios completamente isolados do pólo regional de Foz do Iguaçu (fl. 607).
> (...)
> Ressalte·se, por oportuno, que a proposta de utilização da estrada apresentada pelos requerentes está cercada de cautelas tendentes à preservação do Parque Nacional do Iguaçu havendo inclusive a sugestão de condicionamento da hipótese de suspensão da liminar à observância das seguintes condições: "a) controle de ambos os acessos com guaritas de funcionamento Ininterrupto para impedir toda e qualquer modalidade de tráfego que possa oferecer risco potencial à integridade do Parque Nacional;
> b) manutenção e restrita do eixo e das demais características da estrada nas condições da época em que foi interditada sem alteração de sua configuração altiplanimétrica;
> c) completa interrupção do tráfego desde o pôr do sol até a aurora;
> d) a implementação e manutenção das medidas acima descritas se fará sem qualquer ônus para o Ibama e a administração do Parque Nacional do Iguaçu;
> e) a comprovação de que restou transgredida qualquer das condições acima exposta quer pelo Ministério Público Federal pela administração do

> parque nacional do Iguaçu quer pelos próprios municípios impetrantes cujo comprometimento com a preservação do parque não é menor insista-se do que aqueles dos demais entidades citadas a carregar a volta ao status recobrando sua plena eficácia a liminar cuja execução presentemente se quer ver suspensa. (TRF4, 1997, p.1898)

De acordo com o Desembargador Presidente do TRF4, que proferiu a decisão, as medidas voltadas à proteção do meio ambiente e, especialmente, neste caso específico, de áreas de importância incalculável para o equilíbrio ecológico, deveriam ser sempre encorajadas e merecem o reconhecimento de toda a comunidade.

No entanto, na decisão se entendeu que a busca pela preservação ambiental não deve levar à falsa crença de que o progresso econômico e social da comunidade inevitavelmente cause prejuízos ao ecossistema. Como neste contexto constatou-se nos autos a grave lesão à ordem e à economia dos municípios em questão, justificou a reabertura da Estrada do Colono. Portanto, o pleito de suspensão da liminar foi acolhido, condicionando-o ao cumprimento das condições enumeradas anteriormente.

Com isso, o movimento pró-abertura da Estrada do Colono considerou uma vitória, de forma que no início de julho de 1997 a estrada passou a ser cascalhada, com a cobrança de pedágio. O MPF impugnou diversas ações realizadas pelos Municípios que atuaram indiretamente na gestão da estrada por meio de uma entidade denominada Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC).

Em junho de 1997, foi cassada pelo STJ a decisão do TRF4. Com isso, restauraram-se os efeitos da decisão liminar de 1986 que determinou o fechamento da Estrada do Colono. Houve a desocupação do parque em julho de 1997.

É interessante consignar que o juiz federal que proferiu a decisão em 1986, Milton Luiz Pereira, figurava como um dos 33 Ministros do STJ em 1997. No entanto, ele não participou do acórdão que restabeleceu a liminar, eis que era de outra seção e também, caso tivesse votado nesse caso, poderia ser considerado suspeito, o que levaria a um vício processual.

Como visto, até esse momento, duas sentenças já haviam sido anuladas. Entretanto, mesmo tendo sido deferida a realização da perícia e tendo o aceite dos honorários periciais apresentados em 1989, considerou-se a necessidade da

atualização do valor desses honorários, especialmente pela inflação e mudanças de moeda entre os anos de 1989 e 1997.

Feita essa atualização, o Estado solicitou a divisão da conta entre todos os réus, inclusive os municípios. Isso fez que com todos os municípios passassem a individualmente se manifestar informando que precisavam de prévia autorização legal para o pagamento da perícia, que precisaria passar pela câmara municipal, enfim mais um embaraço processual que levou anos para ser resolvido.

Ressalta-se que nessa época ainda não havia Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto o regime de contabilidade pública era bem menos rígido que atualmente. Inclusive o MPF registrou diversas vezes que a demora no pagamento da perícia era uma tática dos municípios para o processo levar mais tempo e eles articularem apoio político e popular para constituir a estrada como um “fato consumado” devido às constantes invasões (autos, p.2149).

Em janeiro de 1998, a estrada foi novamente invadida e o MPF teve dificuldade em conseguir seu fechamento. O judiciário indeferiu a expedição de ofício ao governo do Estado, determinando reforço da Polícia Militar, eis que se entendeu que seria interferência no Poder Executivo. Também indeferiu o pedido do MPF pela decretação de Intervenção Federal, o que possibilitaria a atuação do exército na retirada dos manifestantes.

O judiciário também indeferiu o pedido de apreensão da balsa que fazia a conexão entre os municípios de Serranópolis e Capanema, sob o argumento de falta de estrutura para guardá-la, bem como para se evitar violência que poderia ocorrer entre polícia e manifestantes na retirada dela.

Com todas essas negativas, o MPF apresentou requerimento à Corregedoria do TRF4 contra o juiz do caso, MM. Juiz Zuudi Sakakihara. Isso ocorreu devido à demora do judiciário em determinar providências ao cumprimento das liminares, visto que por mais de dois anos a estrada permaneceu ilegalmente aberta, com cobrança de pedágio e trânsito da balsa.

Em sua decisão, proferida em janeiro de 2000, a corregedoria determinou a imediata apreensão da balsa que liga o PNI ao município de Capanema. Ela tomou como base, sobretudo, a inclusão do Parque Nacional do Iguaçu na lista de locais em perigo pela UNESCO, feita devido à dificuldade no fechamento do acesso ilegal da rodovia. De acordo com a determinação:

> Essa lista torna pública mundialmente a dificuldade do nosso governo em preservar a única área natural brasileira definida como patrimônio da humanidade, o que nos descredencia como nação confiável para receber doações dos organismos internacionais (TRF4, 2000, p.2796).

O órgão não puniu o magistrado, nem o afastou do caso. Ele precisou apresentar suas justificativas e se defendeu no sentido de que atuou para cobrar os honorários, reunir os quesitos e garantir a realização da perícia. De acordo com ele, priorizou o que possibilitaria a realização da sentença, já que duas haviam sido anuladas por esse motivo. Pelo próprio transcorrer do tempo, o magistrado acabou sendo substituído por outro e não foi quem proferiu a sentença.

Em fevereiro de 2000 foi juntado o primeiro laudo pericial ao processo. O laudo foi criticado pelo MPF e pelo IBAMA, tendo em vista que conclui pela possibilidade de abertura da estrada desde que atendidas algumas condições, conforme se apresentou no item 6.6 desta tese.

O MPF requereu a suspeição dos peritos e o judiciário deferiu o pedido, eis que ficou comprovado que eles haviam recebido dádivas de parte interessada no resultado do processo, tal como se explicou no item 6.6 desta tese. Com isso, se anulou o laudo pericial e foi necessário iniciar a etapa de busca de novos peritos, obtenção de orçamentos etc.

Vários peritos apresentaram propostas de orçamentos, porém os municípios entendiam que eram muito caras. Essa análise e recusa das propostas levou tempo, o que demandou do judiciário a escolha unilateral dos peritos em setembro de 2004, determinando aos Municípios, de forma cogente, o pagamento dos honorários.

Até setembro de 2005 não haviam sido pagos os honorários da perícia, tendo o judiciário que intimar todas as partes para que isso fosse feito. Após o pagamento em junho de 2006, foi anexado o segundo laudo pericial, conforme exposto no item 6.7 desta tese.

Depois de todas as partes se manifestarem sobre o laudo, em outubro de 2007 foi proferida sentença. O objeto da decisão delimitou *decisum* ao seguinte:

> Trata-se de ação civil pública, com pedido de liminar, ajuizada pelo Ministério Público Federal a fim de impor ao IBDF, hoje sucedido pelo IBAMA, o fechamento da estrada que corta o Parque Nacional do Iguaçu, historicamente conhecida como Estrada do Colono, bem como as providências necessárias à restauração do ambiente na área por ela ocupada (JPR, 2007, p.5166).

Em sua fundamentação, a sentença destacou que a ação havia sido iniciada há 21 anos, quando vigorava o ordenamento constitucional anterior. Desde então, ocorreram alterações legislativas e mudanças de paradigmas em relação à questão ambiental. Ressaltou que nas últimas décadas houve intenso debate sobre as modificações provocadas pelo ser humano no meio ambiente, resultando em um significativo amadurecimento da consciência ecológica.

A propósito, a Constituição Federal de 1988 dedicou um de seus capítulos ao tema, especificamente no artigo 225. No entanto, ao mesmo tempo, a Constituição Federal também garante o desenvolvimento econômico, bem como impõe aos entes federativos a responsabilidade de proteger o patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Nesse sentido, ressaltou que o artigo 216 da Constituição estabelece que "os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, que possuem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, constituem o patrimônio cultural brasileiro" (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Desse modo, entendeu-se que a solução do litígio instaurado demanda, pois, a ponderação de direitos constitucionais, uma vez igualmente resguardados pela Constituição Federal de 1988 o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural e o desenvolvimento econômico. Advertiu que nenhum dos direitos constitucionais tem contornos absolutos.

A sentença afirmou haver no caso "nítida oposição entre o interesse ao desenvolvimento econômico regional, bem assim à manutenção de um suposto patrimônio histórico e cultural, e a pretensão, pautada em interesse ambiental".

Com base na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, o magistrado teceu ponderações que levaram em conta o zoneamento da área da estrada, que em 2007 era de Zona de Recuperação, bem como sobre o impacto econômico dela, nos seguintes termos:

> A Estrada do Colono não apresenta a importância econômica apontada pelos Municípios litisconsortes em suas diversas manifestações. E as próprias partes contestantes, a esse respeito, de início defensoras da abertura irrestrita da estrada, passaram a propugnar a sua existência como estrada-parque (a fim de propiciar contato entre as comunidades, permitir o desfrute do parque pela população e promover o potencial turístico local), sugerindo medidas mitigadoras com o objetivo de conciliar a abertura com a necessária proteção do meio ambiente em que inserida, abandonando o argumento do valor da estrada como fator econômico ou elemento de desenvolvimento regional (JFPR, 2007, p. 5196).

A sentença explicou que a “prova pericial em verdade demonstra que os impactos econômicos imediatos decorrentes do fechamento da estrada foram absorvidos pelos Municípios com o decurso do tempo, não se justificando como argumento sua reabertura”.

Ainda, a sentença aduziu, com base no laudo pericial, que após a interdição da estrada, o desenvolvimento econômico regional seguiu um padrão semelhante ao observado em outras regiões do Estado, o que demonstra que a Estrada do Colono não é fundamental para a economia regional.

Outra questão do laudo pericial que foi utilizada como fundamento da sentença é que, embora a perícia reconheça a relevância da Estrada do Colono para a comunidade local, especialmente durante a colonização do sudoeste paranaense, contestou seu caráter histórico.

Isso porque, caso a Estrada do Colono tenha sido usada pela Coluna Prestes, tratava-se de uma trilha de pouca importância, uma vez que a maioria dos movimentos da Coluna Prestes visava evitar as forças federais. Salienta que o final da década de 1940 é apontado como o momento histórico em que a estrada passou a ser utilizada para o tráfego, desempenhando um papel relevante na colonização da região.

A perícia também evidenciou que a estrada era usada por correntes migratórias e, posteriormente, para comércio e visitas entre parentes e amigos que viviam nas extremidades do parque. Por fim, ressaltam que a oficialização da estrada ocorreu em 1954 e que os dados anteriores são imprecisos, além de destacar que a estrada não era a única via de ligação entre o sul do Brasil e o oeste paranaense.

Ressaltou-se a importância que a estrada teve para a colonização da região, porém destacou-se que se avulta a importância ambiental da área, compilando-se os argumentos sobre o impacto ambiental na forma apresentada pelos peritos.

Ainda, transcreveram-se os argumentos apresentados pelos assistentes técnicos do Estado sobre os “efeitos de borda”. Ao longo do processo, o Estado acabou acatando os argumentos do MPF e em 2004 passou a defender o fechamento da estrada. Em sua manifestação sobre a perícia, os técnicos do Estado versaram sobre impactos ambientais nos seguintes termos:

> ao cortar um trecho de mata, cria-se uma borda, ou seja, uma região de contato entre a área desmaiada e o fragmento de floresta restante. Essa borda sofre rapidamente uma modificação na sua composição, uma vez que

> o aporte de luz, vento, umidade e condições climáticas, de um modo geral, são totalmente alterados.
>
> Com a alteração do clima nas bordas, as espécies vegetais marginais à estrada, mudam completamente e, da mesma forma, aumenta-se os casos de predação, herbívora, parasitismo, dispersão e polinização.
> Com a mudança na vegetação, altera-se também a abundância e a composição da fauna ali presente. Ocorre uma modificação microclimática nessas regiões e como resultado tem-se o aumento de clareiras, diminuição do número de árvores de grande porte na borda, e alterações de solo. Além disso, para diversos animais, a ruptura crítica de um trecho de mata representa uma barreira para colonização e exploração do fragmento seguinte e isso seguramente afeta a troca de fluxo gênico e a variabilidade genética das espécies (JFPR, 2007, p.3898).

Ainda, a sentença entendeu que a Estrada do Colono poderia causar a fragmentação do Parque, ocasionando inúmeros prejuízos em suas qualidades ambientais, novamente fazendo menção ao parecer dos assistentes técnicos do Estado, conforme segue:

> A fragmentação de habitats ocorre quando uma grande e contínua área natural é reduzida ou dividida em dois ou mais fragmentos isolados uns dos outros, geralmente, por uma paisagem altamente modificada ou degradada.
> Os efeitos físicos e biológicos desse processo de fragmentação e insularização dos ecossistemas naturais produzem mudanças qualitativas fáceis de se predizer i) acarreta redução de populações, com conseqüências genéticas deletérias, tais como depressão endogâmica, perda de flexibilidade evolucionária e perda exogámica, aumentando a probabilidade de extinção de espécies; ii) a distribuição das populações não é homogênea; assim, certas espécies podem não estar presentes em determinados fragmentos, simplesmente porque 'não acharam o caminho' (dispersão) antes dos ecossistemas serem isolados; iii) a fragmentação de habitat aumenta a vulnerabilidade dos fragmentos à invasão de espécies exóticas e espécies nativas invasoras; iv) muitas espécies de pássaros, mamíferos e insetos do interior de florestas não
> v) espécies que requerem grandes habitais podem não sobreviver em pequenos fragmentos, pois o efeito danoso da fragmentação é a redução da capacidade de produzir alimentos e muitas espécies individuais ou grupos sociais de animais silvestres necessitam locomover-se livremente em uma grande área, para ter acesso a recursos que estão dispersos nos ambientes; vi) numa área subtraída. é comum que animais se concentrem em fragmentos remanescentes, como, por exemplo, o aumento da densidade de aves que acarreta aumento da mortalidade, pois algumas espécies defendem o território até a morte; vis) a fragmentação aumenta a sua borda e seu efeito no ecossistema remanescente, sendo os mais evidentes, o aumento da luz, temperatura, vento e diminuição da umidade, acarretando que espécies vegetais nativas tolerantes à sombra e animais sensíveis à umidade (anfíbios, por exemplo) sejam rapidamente eliminados pela fragmentação do habitat; viii) além disso, com o processo de fragmentação em florestas, ocorrem mudanças microclimáticas, sobretudo nas bordas dos fragmentos, bem como as alterações no padrão hidrológico, velocidade dos ventos e outra alterações aclimáticas.
> Em resumo: a fragmentação e insularização de habitats diminuem a possibilidade de áreas naturais se manterem como ecossistemas vivos e auto-regulamentados em sua complexidade natural, podendo levar a um processo de extinção em cadeia (JFPR, 2007, p.3981).

A sentença também registrou que a “sugestão de criação de uma estrada-parque, com a adoção de medidas mitigadoras, para além de ter sido abandonada pelo Estado do Paraná, não se mostrou viável, conforme atestado pelos peritos judiciais”. Para tanto, a decisão compilou o seguinte excerto do laudo pericial:

> A interposição de cercas às margens da estrada, no interior do Parque, iria caracterizar reforço de barreira ecológica e fragmentação dos ambientes. Os passadouros subterráneos, para o caso de tráfego aberto, se constituiriam numa medida duvidosa, que deveria ser precedida de um estudo muito apurado.
> Sua eficácia, em ambientes tropicais, é muito mais restrita que em ambientes temperados ou mais frios, onde os ecossistemas são mais simplificados, e, no mais das vezes, passagens subterrâneas são dimensionadas para facilitar a rota de migração, normalmente bem conhecida e repetida, de manadas de animais ungulados (de cascos), em geral de maior porte.
> Nas florestas tropicais, este recurso, em geral utilizado sob a forma de superdimensionamento da infra-estrutura de obras de arte corrente - drenagem (bueiros, etc.), é um paliativo, ou seja, uma tentativa de minimização do efeito de barreira que visa oferecer a maior quantidade de interconexão possível.
> Seus efeitos afetam diretamente cada espécie, pois pode também agir como fator de desequilíbrio na relação predador-presa, motivo pelo qual deve ser amplamente estudado antes de sua implementação.
> Pode-se dizer que, em caso de abertura da estrada, o livre fluxo dos animais por sobre a mesma deve ser preservado, e todas as medidas de fiscalização e controle de velocidade possível, como fiscalização, redutores, controle de horários de tráfego, devem ser interpostas ao maximo, conscientes de que, ainda assim, haverá impactos sobre a fauna, inclusive atropelamentos, alteração de habitat, e de comportamento, a partir de novas relações de competição infra-especsfica e Inter-especifica.
> (...)
> a abertura da estrada não se justifica pelo progresso econômico, ao contrário, sua importância econômica é muito restrita, pelos motivos já apresentados; a análise custo-beneficio de sua abertura, ou fechamento definitivo, no panorama atual, teria que ser feita considerando-a como medida mitigadora de impacto no meio sócio-econômico que o empreendimento Parque Nacional do Iguaçu teria causado sobre as comunidades interessadas.
> Por mais que se utilize as melhores técnicas de controle disponibilizadas pelo estado da arte atual, no interior de uma Zona Intangível, a não Intervenção é melhor do que a intervenção com medidas mitigadoras (JFPR, 2007, p. 5186).

Ainda, a decisão registrou que a valorização como patrimônio histórico regional, entre os fatores culturais do parque, "pode ser feita externamente através da implantação, por exemplo, de um Museu do Colono, com livros, fotos, carroças, etc., e/ou a implantação de um marco, nos dois lados da travessia”.

Pelo exposto, a sentença manteve o fechamento da estrada e condenou os réus à adoção de medidas efetivas para a recuperação do meio ambiente atingido —

conforme impactos que deveriam ser levantados em documento produzido pelo réu IBAMA.

Os municípios apelaram contra a sentença. Os dois outros réus (IBAMA e Estado do Paraná) apresentaram impugnação ao recurso dos municípios, ou seja, ao final eles apoiaram o MPF no pleito de fechamento da estrada.

Em dezembro de 2010 o TRF4 negou provimento ao recurso dos Municípios, mantendo a sentença integralmente. Ressaltou que devido ao fato de ser um parque nacional, é inviável a construção de uma rodovia, pois a legislação expressamente proíbe esse tipo de atividade.

O acórdão registrou que o Parque Nacional é uma unidade de conservação integral, cujo Plano de Manejo é a principal diretriz para o seu gerenciamento. Portanto, cabe à autarquia responsável pela gestão do Parque Nacional, na época da propositura da demanda o IBDF, posteriormente o IBAMA e sucedido pelo ICMBio, adotar as medidas para cumprir as diretrizes estabelecidas pelo legislador, inclusive adotando medidas por meio de lei que restrinjam direitos fundamentais. No caso em tela, tanto a legislação da época quanto a legislação posterior proíbem expressamente a abertura de estradas que atravessem o parque nacional.

Interessante registrar alguns trechos do voto proferido pelo Relator, Desembargador Juiz Federal João Pedro Debran Neto que, apesar de ter tratado da manutenção da sentença, parece que fez mais pelo motivo do longo transcurso do processo que por qualquer outro. Vejamos:

> Da leitura da sentença recorrida, bem como da histórica sentença da lavra do querido Min. Milton Luiz Pereira, verifica-se não ter sido apontada qualquer ilegalidade quanto à existência da Estrada do Colono. O que há é um libelo em favor da defesa do meio ambiente, da proteção da fauna e da flora, bem como do direito das gerações futuras a um planeta ecologicamente equilibrado.
> Mas, de fato, nenhuma linha se disse quanto a data da criação da estrada, da propriedade da estrada, da legalidade ou ilegalidade da sua existência. A discussão sempre pautou-se pela perspectiva da defesa da integridade do Parque Nacional, como se este fosse integralmente virgem por ocasião da propositura da ação, ou, ainda, que não houvesse nenhum parque nacional cortado por estradas.
> Aliás, parece se tratar de uma ação movida pelos Municípios ou munícipes buscando a abertura de uma nova estrada no seio do Parque Nacional do Iguaçu, quando, na realidade, o que se busca é a manutenção de uma estrada que esteve aberta por muitos anos.
> Por isso, com a devida vênia, parece-me falsa a discussão acerca "construção da estrada" e a defesa do meio ambiente. Seja porque a existência da estrada era um dado, não um pedido; seja porque a convivência de ambos os direitos não implicam necessariamente numa impossibilidade absoluta.

A questão crucial, a meu ver, diz respeito como ponderar o direito ao meio ambiente higido, a preservação do ecossistema, com os diversos outros interesses igualmente relevantes em conflito.
Penso que soluções peremptórias, como abrir ou não a estrada, apenas sinalizam para uma ponta do problema, sem equacionar a questão que, antes mesmo de jurídica, é política. Até porque, se a questão fosse exclusivamente jurídica, penso que a estrada deveria ser reaberta, porque a única ilegalidade existente, com a devida vênia, foi o seu fechamento.
Assim, do ponto de vista político, diversas medidas poderiam ser adotadas para a solução do problema, de modo a compor os diferentes interesses em conflito:
a) Poder-se-ia abrir a Estrada do Colono, com restrições diversas como o horário, tipo de veículo que pode transitar, limitação de velocidade, existente de túneis para o trânsito de animais, isto sem falar no pagamento de taxas destinadas à manutenção do parque nacional;
b) Ou, poderia ser viabilizada a construção de estrada internacional, mediante convênio com a Argentina, com o trânsito sendo deslocado pela Ponte do Rio Santo Antonio (inaugurada em 1996), que faz divisa entre os dois países. Em território argentino, esta estrada faria o percurso Camburé - Puerto Iguazu, contornando o Parque Nacional del Iguazu, ao sul. No total, sua extensão seria de aproximadamente 100 km a distância, tornando o acesso mais curto à Foz do Iguaçu para quem se desloca do sudoeste do Paraná e Santa Catarina. Esta rodovia traria beneficios ambientais também à Argentina, na medida em que diminuiria a circulação de veículos da rota 101, que percorre 45 km dentro do Parque Nacional del Iguazu. Há mais de 5 anos, a Diretoria do Parque Nacional del Iguazu da Argentina solicitou sua implantação ao governo provincial. Um acordo entre Brasil e Argentina poderia viabilizar recursos para a sua implantação e asfaltamento.
c) Ainda, a compensação econômica às comunidades da região, mediante o aporte de recursos da União, do Instituto Chico Mendes, ou das receitas do próprio Parque Nacional para custear o fomento de atividades culturais, econômicas e turísticas à comunidade que se acha privada da estrada. Para preservação deste patrimônio da humanidade, certamente a União, por meio de seus órgãos ambientais, poderia desenvolver políticas públicas na face do parque nacional voltada para os municípios atingidos pelo fechamento da estrada;
d) Por fim, criar medidas compensatórias diversas, mediante oitiva das diversas partes envolvidas na questão, com adequado estudo das viabilidades político-econômicas.
A solução final desta lide - seja ela qual for – certamente contemplará apenas uma das faces do problema, sem que seja possível – nos estreitos limites do processo - ponderar e compensar adequadamente os demais interesses que acabaram sendo atingidos pela solução.
Estas considerações são importantes para demonstrar a angústia e impotência que um processo, depois de quase 25 anos de existência, gera no seio dos julgadores. Por certo, a inércia do poder público é que tem permitido que este conflito de interesse tenha se perpetuado por tão longo tempo, sem que uma solução adequada tenha sido adotada, ou mesmo que qualquer opção diferente da manutenção do status quo seja, agora, viável.
Feito este arrazoado, cumpre destacar que a abertura pura e simples da estrada, no dia de hoje, com o improvimento da ação, seria uma solução inadequada, porque os cuidados com a defesa do meio ambiente acabariam fulminados por inteiro.
Decorridos mais de 15 anos do último fechamento da estrada, a vegetação já se regenerou em grande proporção, sendo que a sua reabertura equivaleria a autêntica abertura de nova estrada.
A única solução judicial possível, para o momento, é a manutenção da Estrada do Colono fechada, de modo que outras soluções possam ser alcançadas nos foros adequados, pela via política.

> A construção judicial de um caminho que possibilite a defesa e coexistência de ambos os interesses não me parece mais adequada. E a ausência de julgamento talvez seja a pior solução para o momento, porque não permitirá que a discussão evolua, porque ambas as partes ficarão no aguardo do desfecho da lide.
> Penso ainda, que o julgamento do presente recurso levará a discussão para outros patamares. É indispensável que se reconheça que, por quase um ano, estes autos estiveram disponíveis à conciliação das partes, não havendo uma composição viável.
> Por fim, acredito que o julgamento, no dia de hoje, não encerra a discussão, mas conclui um capítulo nesta arrastada história. Busco, com estas desalinhadas considerações, não apenas lançar alguns inquietamentos e questionamentos decorrentes deste lide, mas principalmente mostrar que outras caminhos podem ser trilhados, não estando a solução do problema firmadas em respostas únicas e absolutas, e muito menos numa solução judicial.
> Ante o exposto, voto por manter a sentença de primeiro grau, determinando que o Poder Público, por intermédio da Fundação Chico Mendes, promova políticas compensatórias em favor dos Municípios atingidos, investindo além na região, além de recursos orçamentários, parte da receita arrecadada com o Parque Nacional do Iguaçu, de modo a incentivar o desenvolvimento econômico, turístico, cultural e a educação ambiental na população lindeira ao parque. (TRF4, 2010,p.4349-4350).

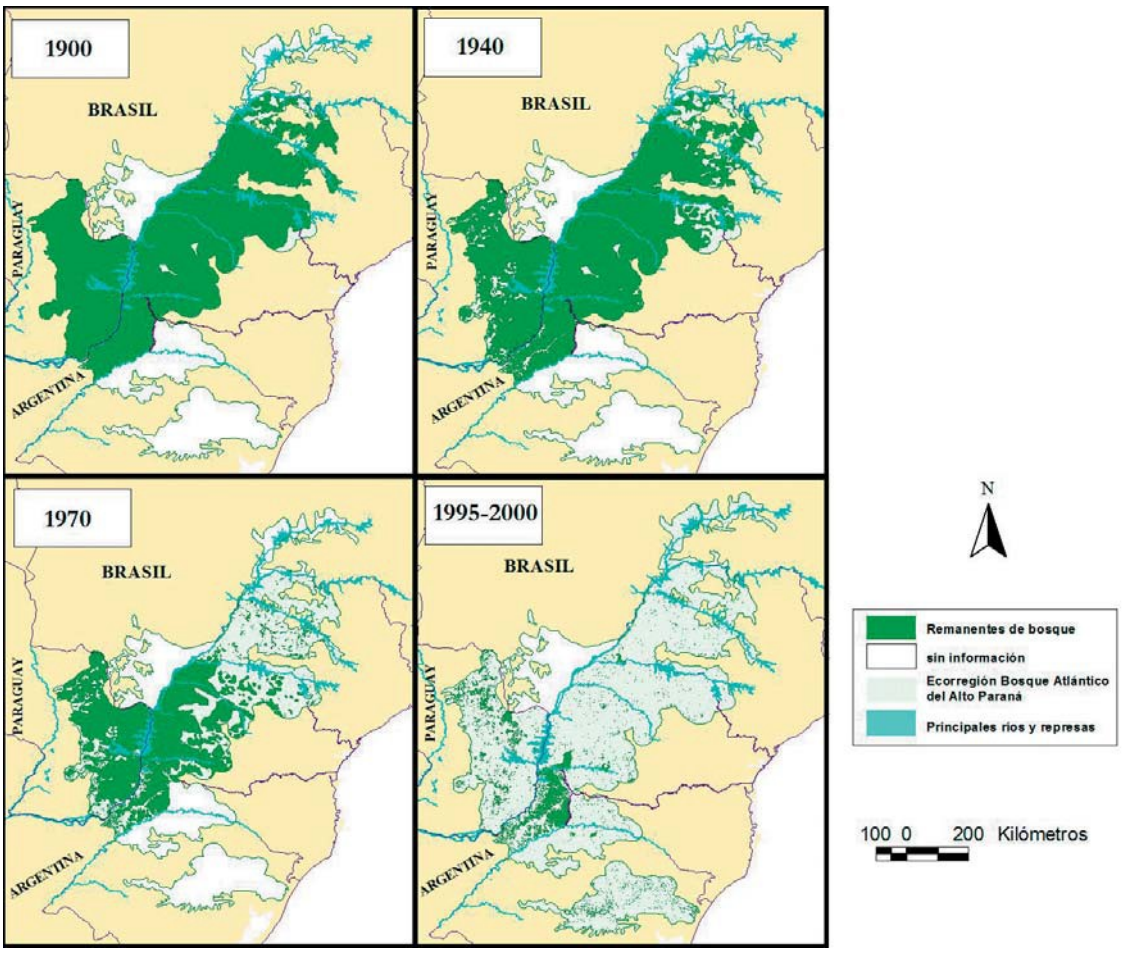
O voto relator demonstra que a omissão do poder público apenas aumenta um problema de política pública, tornando muitas vezes impossível ao judiciário pacificar a questão. A falta de planejamento conjunto pelas partes impede que elas observem soluções por outros ângulos.

Note-se, por exemplo, a sugestão apresentada pelo desembargador, que ao invés de apontar a Ruta 101 no Parque Nacional del Iguazu como um exemplo em defesa à reabertura da estrada — o que ocorreu inúmeras vezes ao longo da ação —, sugeriu (pela primeira vez no processo alguém falou isso) da oportunidade que Brasil e Argentina têm em tratar conjuntamente a questão e ambos retirarem o fluxo e as estradas de seus parques.

Tratar-se-ia de uma solução que efetivamente consideraria a ampla visão de desenvolvimento regional. Poder-se-ia incluir o Paraguai, que embora não tenha o “seu parque” limítrofe, faz fronteira com o Brasil e a Argentina por meio do rio Paraná.

Vide, a título de contextualização, o seguinte mapa (figura 52), que comprova que os três países precisam lidar ativamente com a questão socioambiental:

Figura 41– O processo de destruição do “Bosque Atlántico del Alto Paraná”



Fonte: WWF, 2003.

A imagem ilustra enorme devastação florestal, a qual reduziu a flora e fauna que vive na região a poucos pontos verdes, que se localizam justamente no entorno da foz do rio Iguaçu. Nota-se que, de 1970 até os anos 2000, ou seja, em cerca de 30 anos, a remoção da floresta foi bastante acelerada. Isso aconteceu justamente no período investigado por esta tese.

Destaca-se que o rio Iguaçu é afluente do rio Paraná, sendo que na foz do Iguaçu se inicia o limite do Parque Nacional do Iguaçu brasileiro e o argentino. Ainda, na foz do Rio Iguaçu encontra-se o limite entre o Paraguai e a Argentina. Logo, uma solução ambiental realmente satisfatória precisaria considerar esses aspectos.

Dando prosseguimento à análise das decisões judiciais, contra a decisão do TRF4, no início de 2011 os municípios recorreram ao STJ e ao STF. Em 2019, o STJ negou provimento, mantendo o fechamento da estrada.

Um dos argumentos do recurso feito pelos municípios era que o acórdão não expôs sua fundamentação, pois teria apresentado um “copia e cola” dos fundamentos da sentença. No entanto, o STJ afirmou que isso não é um problema, eis que se admite o uso da técnica de julgamento denominada fundamentação “*per relationem*”. Essa técnica permite que o julgado faça referência “*in totum*” dos fragmentos que pretende integrar, “transcrevendo aquilo que considera interessante para consubstanciar o raciocínio lógico que embasa a sua fundamentação”.

No STF a decisão sequer foi conhecida, ou seja, o acórdão recorrido não foi analisado. Entendeu-se que o recorrente não demonstrou a repercussão geral, ou seja, não demonstrou perante o STF a “existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.”

A corte entendeu que a matéria se resolveu no “contexto normativo infraconstitucional, de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo”.

Os municípios recorreram em agravo interno ao STF, afirmando que comprovaram a repercussão geral ao demonstrar ser uma questão regional que afetaria mais de 300 mil pessoas e que teria reunido a assinatura de mais de 40 autoridades eleitas. Esse argumento não foi acatado pelo STF, que salientou que a matéria foi resolvida no contexto infraconstitucional e também demandaria revisão de fatos — o que não é feito pela corte.

O processo transitou em julgado, ou seja, a decisão pelo fechamento da Estrada do Colono tornou-se definitivo e formou coisa julgada em 21/04/2020.

6.8 Resultados do estudo de caso

O processo judicial em questão mobilizou a comunidade da região, que realizou diversos atos locais defendendo, na maior parte, a abertura da Estrada do Colono. Essa foi a participação da comunidade no processo, eis que nos autos principais não se identificou qualquer audiência pública em que o magistrado ouvisse a população diretamente.

As invasões ao Parque Nacional do Iguaçu, realizadas como forma de demonstrar o apoio à reabertura da estrada, foram organizadas e contaram com uma mobilização significativa da população. O MPF reconheceu a força desse

movimento e destacou sua organização. Os manifestantes permaneceram acampados no parque, controlando o acesso e mantendo a estrada aberta ilegalmente por mais de dois anos.

Durante esse período, o MPF solicitou diversas medidas judiciais para repelir os ocupantes da área, incluindo a intimação do comando da Polícia Militar e do Estado. No entanto, a falta de ação por parte do Estado, que se omitiu do policiamento ostensivo na área, levou o MPF a recorrer à Corregedoria do TRF4 para garantir o cumprimento da decisão de fechamento da estrada.

É importante notar que, no processo, não houve documentação que comprovasse a existência de opositores locais à reabertura da estrada naquela época. Pelo contrário, há indícios de que até mesmo o denunciante original ao MPF havia mudado sua posição, buscando apenas impedir o asfaltamento da estrada, não o seu fechamento completo.

Não houve a participação de organizações sociais como parte litigante no processo judicial. No processo judicial, o ente público mais próximo fisicamente da comunidade eram os Municípios, eis que desde o início do processo o MPF atuou por meio de procuradores federais lotados na capital do Estado do Paraná, Curitiba.

Ressalta-se, no entanto, que nem sempre os Municípios têm o mesmo interesse jurídico que a população. Há diversos conflitos, por exemplo, de reintegração de posse, no qual os habitantes de uma área têm interesse diverso ao do Município.

No entanto, no caso da Estrada do Colono, pode-se dizer que por serem representantes eleitos, bem como por contarem com a autorização legal das suas câmaras municipais, os Municípios atuaram de acordo com os interesses econômicos, que primeiramente foram manifestados em juízo como relacionando a estrada e sua importância logística para o escoamento da produção.

Não houve manifestações individuais de vereadores no processo judicial. É interessante ressaltar isso, porque o vereador seria a figura que deveria representar os interesses da população perante o poder público.

Houve, no entanto, algumas moções de apoio das casas legislativas municipais alinhando-se ao poder executivo dos municípios atuar para abertura da estrada, bem como autorizações de aportes financeiros para tanto.

Nos autos do processo principal há menção, no primeiro laudo pericial, a uma Associação dos Amigos do Parque Nacional do Iguaçu, porém não houve

manifestação processual desta entidade em algum dos processos judiciais relacionados à Estrada do Colono. Atualmente, ela é uma entidade que defende a manutenção do fechamento da estrada.[24]

A Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC) era sediada na cidade de Francisco Beltrão e foi coordenada por Marcos Rogério Pagani. Essa foi a entidade social que mais atuou em prol da abertura da estrada.

Ressalta-se que a AIPOPEC não foi parte na ação principal que trata do fechamento da Estrada do Colono. Ela até chegou a figurar como ré em ações paralelas promovidas pelo MPF a fim de cobrar por danos patrimoniais, por exemplo, a destruição de uma cerca do Parque Nacional do Iguaçu em um dos atos pela reabertura da estrada, bem como à restituição do dinheiro cobrado como pedágio enquanto a estrada esteve aberta.

No entanto, mesmo condenada a ressarcir tais danos, a aludida associação não tinha patrimônio suficiente para pagar por eles, restando inexequível a integralidade de tal pagamento.

Dito isso, ressalta-se que, embora a AIPOPEC não figure formalmente como ré no processo principal, na prática ela aparece muitas vezes nestes autos, eis que as manifestações da AIPOPEC e dos Municípios acabam se confundindo. O mesmo advogado atuou pela AIPOPEC e pelos Municípios: Pedro Henrique Xavier (PHX).

Ainda, a AIPOPEC participou ativamente das negociações pró-reabertura da estrada, atuando como representante dos municípios e até mesmo se dizendo representante da população.população. A entidade conseguiu mobilizar muitas pessoas, organizando praças de pedágio, conseguindo balsa etc.

No entanto, não parece que a AIPOPEC foi uma entidade que surgiu “de baixo para cima”, ou seja, criada e organizada pela população. É que nas atas das reuniões de acordo para desocupação do Parque, que foram colacionadas aos autos, se registrava a presença apenas de prefeitos, deputados e do coordenador geral da AIPOPEC. Não se fazia menção à presença da comunidade, pois inclusive havia lista de presença subscrita apenas por autoridades.

Aliásevidencou-se que a AIPOPEC era composta pelos próprios Municípios, como uma espécie de consórcio público. Porém, para se dar uma aparência de

[24] Carta em Defesa ao Parque Nacional do Iguaçu. **Amigos do Parque**. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9166304&ts=1654097161841&disposition=inline. Acesso: 24 jun. 2023

participação social, teria sido registrada com natureza jurídica de entidade privada, ou seja, de associação.

Isso se depreende do relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), com base, realizada com base na solicitação formulada pelo MPF. Ela foi realizada para verificar se os Municípios de Capanema, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu e Serranópolis do Iguaçu estariam cometendo eventual malversação de verbas públicas, por ocasião de manifestações públicas locais visando à reabertura da Estrada do Colono.

Na aludida auditoria, com o intuito de fornecer as informações solicitadas pelo MPF, foram realizadas inspeções *in loco* nos municípios mencionados, bem como se procedeu a análise da documentação contábil dos Municípios relativas ao período das manifestações. Em seu relatório, de setembro de 1997, os técnicos registraram o seguinte:

a) foi estabelecida pelos aludidos municípios uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública de acordo com a Lei Municipal nº 010/97 de Serranópolis do Iguaçu. Essa associação tem como objetivo unir os esforços dos munícipes da região que demonstram um forte interesse na reabertura da chamada Estrada do Colono;

b) Com o intuito de atender aos anseios da população desses municípios, foram obtidas autorizações legislativas para conceder subsídios sociais à AIPOPEC, em valores diversos, de acordo com a disponibilidade de cada prefeitura.

Com base nas evidências apresentadas, a auditoria demonstrou que os municípios realizaram despesas relacionadas ao evento da reabertura da Estrada do Colono. Ou seja, diversos municípios teriam repassado valores a essa associação para que ela promovesse atos de mobilização e incitação da comunidade para os atos pró-reabertura.

Identificou-se que a maioria dos equipamentos e caminhões utilizados na reabertura e adequação da estrada foram cedidos por empresas privadas e pelo próprio município. Todas essas partes interessadas, direta ou indiretamente, nos benefícios que a reabertura poderia trazer.

Outro fato relevante na auditoria foi sobre a cobrança de pedágio que ocorreu na entrada do Parque Nacional do Iguaçu, com direito à travessia de balsa sobre o Rio Iguaçu. Evidenciou-se que tais recursos teriam sido arrecadados diretamente

pela AIPOPEC e utilizados para custear as atividades ocorridas nos meses de maio e junho de 1997.

Destaca-se que referido advogado foi contratado em 1997 e foi ele quem trouxe ao processo o estudo econômico de Ademir Clemente. Foi com base neste parecer que PHX conseguiu a suspensão da liminar que determinou o fechamento da Estrada do Colono.

Houve dois laudos econômicos apresentados no processo. O primeiro, de autoria de Ademir Clemente, defendeu que o fechamento da estrada teria causado prejuízos enormes aos municípios do entorno do Parque Regional do Iguaçu, sobretudo aos da região sudoeste.

No entanto, referido parecer foi criticado pelo estudo de Claus Germer e depois disso a questão dos prejuízos foi dada como controvertida, inclusive citada como tal nos dois laudos periciais apresentados. Por conta disso, nas decisões passou-se a se referir a interesses econômicos de forma ampla, como um direito fundamental, sem se referir aos prejuízos mensurados por Ademir Clemente.

Ressalta-se também que foi no ano de 1997 que os municípios passaram a integrar a AIPOPEC, de acordo com a autorização legislativa indicada pelo relatório do TCE. Assim, embora a ata de fundação da Associação, que é 1986, já estipule que o conselho da entidade inclui como membros natos os Municípios, na prática estes entes federativos passaram a nela atuar ativamente em 1997, após a contratação do advogado PHX..

As invasões ao Parque Nacional do Iguaçu, a fim de se demonstrar que a população estava mobilizada em prol da reabertura do parque, contaram com diversos participantes. O MPF reconheceu a força do movimento e chegou a ressaltar o caráter organizado, conforme segue:

> Considerando o número de pessoas que hoje se apresentam no local (segundo informações, aproximadamente 800 pessoas), o cunho político da manifestação, e o ânimo e a organização do pessoal lá instalado (que já conta até mesmo com uma balsa para a travessia na região de Capanema- além de "Escola Ecológica" e Rádio transmitindo da área), é necessária a intervenção do Exército nacional, para pôr fim a presente situação (JFPR, 1986, p.2151).

Destaca-se que os manifestantes permaneciam acampados no Parque, gerindo os acessos, controlando abertura e fechamento (pois a via permanecia aberta apenas durante o dia) e mantendo por mais de dois anos a estrada ilegalmente aberta.

É interessante consignar que durante esses dois anos o MPF requisitou judicialmente diversas medidas judiciais para repelir os manifestantes da área. Uma dessas medidas foi a intimação do comando da Polícia Militar e do Estado para que enviassem contingente de policiais a fim de expulsar os ocupantes e os obrigasse a fazer valer a decisão judicial liminar que determinou o fechamento da estrada.

Isso demonstra que o Estado do Paraná, entre 1997 e 1998, chegou a propositalmente se omitir do policiamento ostensivo na área, eis que o MPF chegou a realizar reuniões com a PM, tendo recebido resposta que os policiais somente poderiam agir se houvesse autorização do comando, o que não aconteceu.

Ainda, ressalta-se que no processo não houve qualquer documentação que demonstrasse que havia opositores locais à pauta de reabertura, naquela época. Pelo contrário, há diversas notícias que evidenciam que o próprio denunciante ao MPF, que foi quem em 1985 apontou as ilegalidades de uma estrada no meio de um Parque Nacional, teria “se arrependido”. Ele não tinha por objetivo o fechamento total da estrada e sim apenas impedir o seu asfaltamento. Isso porque o Estado do Paraná já havia licitado e contratado uma empresa para promover o asfaltamento da Estrada, nessa época.

Interessante ressaltar que os diferentes juízes que atuaram no processo foram pessoalmente importantes no deslinde da ação. Note-se que o primeiro magistrado deferiu a liminar em 1986 determinando o imediato fechamento da estrada sem sequer propiciar o contraditório ao IBAMA, ou até mesmo requisitar que os municípios impactados fossem incluídos na ação como réus, visto que isso afetaria a vida da população.

Com isso, praticamente do dia para a noite diversas atividades econômicas pararam de funcionar. Ainda, empresas que eram concessionárias de serviço público — por exemplo, as de transporte coletivo intermunicipal e a de travessia fluvial (balsa) — tiveram suas atividades paralisadas.

Devido à repentinidade da decisão, municípios afetados por ela decretaram estado de calamidade pública, conforme apresenta as contestações anexadas por eles nos autos. Muitos não tinham estrutura local para lidar com situações de saúde pública e utilizavam a estrada para levar pessoas aos hospitais da região.

Foi uma surpresa para a região saber que uma estrada que estava prestes a ser asfaltada, pois o Estado já havia licitado e contratado a empresa para o serviço, ser completamente fechada, por uma decisão judicial unilateral.

Outro magistrado que chamou atenção foi o que respondeu à Corregedoria, considerando que a Estrada do Colono permaneceu aberta ilegalmente durante mais de dois anos. Ao longo de todo esse tempo, o MPF solicitou diversas providências a fim de tentar interromper o movimento de ocupação da estrada, porém não teve seu pedido atendido pelo juiz.

Comparando-se essas duas situações, tem-se um cenário diverso de abertura do poder judiciário às demandas do MPF. Na primeira decisão, que causou um repentino fechamento da estrada, acatou-se integralmente o argumento do MP, sem oportunizar sequer o contraditório antes de se interromper o tráfego na via.

Na segunda situação, houve a necessária intervenção da Corregedoria do TRF4 devido ao magistrado responsável pelo processo não autorizar medidas efetivas para o cumprimento da decisão de fechamento da estrada. Ou seja, o MPF não conseguia efetivar a liminar, precisando recorrer a órgão de correição da carreira judicial para efetivar algo que era necessário para o cumprimento da medida judicial.

Evidencia-se que compreender e julgar pautas ambientais é algo extremamente complexo. Há formas diversas de se apreciar a relação homem e natureza, sendo que muitas vezes se considera que para a natureza ser preservada é necessário apartar o homem de seu convívio. Isso precisa ser pensado e considerado no julgamento, principalmente nos casos que envolvam perícia.

Constata-se que é importante nas ações judiciais que tratam de políticas públicas ambientais a inclusão de elementos mais complexos, que apenas o usualmente tratado binômio economia *versus* meio ambiente.

Isso porque precisa ficar claro para o julgador que há interesses históricos, sociais e políticos que podem mobilizar uma comunidade, fazendo-a interpretar uma pauta de forma diferente dos técnicos. No caso em estudo, a comunidade entendia que a estrada poderia favorecer a preservação, logo, não entendia o seu caráter como ambientalmente nocivo.

Tal como se visualizou no estudo de caso em questão, recomenda-se nos casos ambientais a nomeação de uma equipe de peritos interdisciplinar, que também inclua profissionais de ciências sociais, tais como sociologia ou especialista em desenvolvimento regional. Essas áreas podem auxiliar o juízo a compreender estes fenômenos das políticas públicas, as quais envolvem disputas históricas de poder e influência política regional, conferindo maior legitimidade à decisão.

Ressalta-se, no entanto, que a esfera judicial não é a mais adequada para a discussão de políticas ambientais. O ideal é que os debates sejam pautados além de critérios técnicos, os quais, como visto, não são neutros. A tomada de decisão em política pública deve ser feita após um processo coletivo e deliberativo. Desse modo, apenas de forma paliativa é que se recomenda a aludida medida para a escolha do perito.

Destaca-se que no caso específico da Estrada do Colono, a comunidade local se mobilizou em defesa da abertura da estrada, realizando diversos atos. No entanto, não houve participação de organizações sociais como partes litigantes no processo judicial. Os municípios atuaram de acordo com seus interesses locais de desenvolvimento regional, manifestando a importância logística da estrada para o escoamento da produção.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), sucedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e posteriormente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também tinha uma proximidade local devido à sua responsabilidade pelo Parque Nacional do Iguaçu.

No entanto, de acordo com o segundo laudo pericial, a população local sentia que os técnicos desses órgãos não compreendiam a controvérsia com empatia, talvez porque muitos deles viessem de outras cidades e não compartilhassem o mesmo vínculo e ancestralidade na área.

Pode-se destacar que a contratação do advogado Pedro Henrique Xavier (PHX), em 1997, teve um papel significativo no processo relacionado à reabertura temporária da Estrada do Colono. Foi por meio do estudo econômico de Ademir Clemente, juntado por PHX, que a suspensão da liminar que determinou o fechamento da estrada foi obtida.

Entretanto, a questão dos prejuízos causados pelo fechamento da estrada se tornou controversa após a crítica apresentada pelo estudo de Claus Germer, resultando em uma abordagem mais ampla dos interesses econômicos nos laudos periciais.

É importante notar que, no processo, não houve documentação que comprovasse a existência de opositores locais à reabertura da estrada naquela época. Pelo contrário, há indícios de que até mesmo o denunciante original ao MPF

havia mudado sua posição, buscando apenas impedir o asfaltamento da estrada, não o seu fechamento completo.

Ao longo do processo, houve uma mudança no discurso dos municípios, como evidenciado pelo segundo laudo pericial. Inicialmente, a defesa da reabertura era baseada em interesses logísticos relacionados ao escoamento da produção agropecuária da região. Com o tempo, os argumentos passaram a enfatizar uma estrada-parque, promovendo a educação ambiental, o turismo e a preservação da história e cultura local.

Os diferentes juízes envolvidos no processo desempenharam papéis importantes no desfecho da ação. Enquanto a primeira decisão resultou em um fechamento repentino da estrada sem considerar o contraditório ou os impactos na vida da população, a segunda situação exigiu a intervenção da Corregedoria do TRF4 devido à falta de medidas efetivas por parte do magistrado responsável.

Isso demonstra a importância de uma abordagem cuidadosa e equilibrada na apreciação de questões ambientais, levando em consideração aspectos técnicos, históricos, sociais e políticos.

Recomenda-se, portanto, que em casos ambientais, seja nomeada uma equipe de peritos interdisciplinar, incluindo profissionais das ciências sociais, para auxiliar o juízo na compreensão dos diferentes aspectos envolvidos nas políticas públicas e nas disputas regionais. Isso contribuirá para uma decisão mais legitimada e abrangente.

Em suma, o caso da Estrada do Colono evidencia a complexidade de julgar questões ambientais, onde a preservação do meio ambiente passou a integrar o discurso de desenvolvimento sustentável.

O fechamento da estrada foi encarado como uma derrota pela elite local, que conseguiu mobilizar a população em torno dos argumentos de emprego e renda gerados pelo “caminho do colono”. No entanto, é fundamental considerar as múltiplas dimensões envolvidas e incluir elementos complexos além da aparente dicotomia econômica *versus* meio ambiente ao analisar e julgar casos ambientais.

6.9 Matrizes argumentativas

Da leitura, sistematização e interpretação dos argumentos relativos ao caso, propõe-se os seguintes esquemas argumentativos, de acordo com o que foi explicado na seção de metodologia da pesquisa,[25] conforme quadros a seguir.

Quadro 12 - Esquema argumentativo 1

O meio ambiente intocado, sem qualquer intervenção humana é necessário à preservação ambiental, pois a atividade humana prejudica o meio ambiente.	
Núcleo do conflito	Fechamento da Estrada do Colono para a preservação do Parque Nacional do Iguaçu; limitar o acesso de humanos a uma área restrita do Parque.
Caracterização	Proteção integral e "intocabilidade" à preservação. Oposição homem versus meio ambiente
Principais justificativas utilizadas	Interesses coletivos difusos; meio ambiente como bem jurídico essencial à vida e à saúde.
Atores representativos	Ministério Público Federal, Polícia Federal, alguns setores do IBAMA (antes IBDF).
Metáfora/imagem visual (caso exista)	Proteção da onça, preservação ambiental; zoneamento intangível — meio ambiente intocável, como se fosse primitivo.
Interesses envolvidos (explícitos e implícitos)	Manutenção da integridade do território do Parque Nacional do Iguaçu e de suas riquezas naturais. Preservação de serviços ecossistêmicos; Proteção de recursos genéticos
Quem se beneficia	Fauna e flora que vivem no Parque Nacional do Iguaçu; Sociedade Brasileira e mundial (patrimônio da UNESCO)
Quem é prejudicado	Parcela da comunidade que mora no entorno do Parque e reclama de obstáculos de locomoção; população de moradores que foi removida do Parque.
Fonte das informações	Planos de Manejo de 1981, 1999, 2018, laudo técnico do MPF e IBAMA, documentos da UNESCO.

A primeira matriz argumentativa sintetiza a visão dos preservacionistas, os quais sustentam que a presença humana nas florestas resulta em sua deterioração. Sob essa lógica, a natureza deve ser preservada e isolada da influência humana, considerando o homem como um agente predatório. A urbanização é percebida simplesmente como uma perturbação causada pelo homem à natureza. Salienta-se

[25] vide FUKS, 2001,p.142.

que a presente tese discorda dessa visão e ressalta que a natureza e a cultura humana são elementos indissociáveis, conforme abordado no capítulo 5.

Quadro 13 - Esquema argumentativo 2

A preservação ambiental é uma barreira, um empecilho ao progresso, ao desenvolvimento municipal e a integração regional;	
Núcleo do conflito	A conservação do Parque Nacional do Iguaçu depende de educação ambiental e a sua abertura possibilitaria maior integração com a comunidade local, que auxiliaria sua proteção.
Caracterização	Na época que a estrada foi fechada judicialmente, a estrada era uma via local de integração econômica e social entre o oeste do Paraná e o sudoeste do Estado, possibilitando trânsito direto até outros Estados do sul do país. O Fechamento criou um obstáculo ao trânsito de pessoas e mercadorias, levando a maior tempo de transporte (se feito pelo território nacional) ou barreiras de tráfego internacional (tempo na fila da alfândega, restrição de horários de funcionamento na fiscalização etc.). Não havia ampla difusão de consciência ambiental quando a estrada foi fechada liminarmente, em 1986. Ao longo do processo a comunidade, representada judicialmente pelos municípios, passou a demandar a estrada como patrimônio cultural e histórico, comprometendo-se a promover a conservação ambiental por meio da educação ecológica da população lindeira ao parque.
Principais justificativas utilizadas	Fechamento da via por decisão judicial teria imposto à comunidade, subitamente, barreira ao desenvolvimento econômico sustentável da região
Atores representativos	Dezessete municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu; Estado do Paraná (até dezembro de 2004, pois depois disso o Estado manifestou interesse no fechamento da estrada).
Metáfora/imagem visual (caso exista)	Estrada do Colono; Crescimento econômico
Interesses envolvidos (explícitos e implícitos)	Escoamento da produção agrícola local, fomento econômico ao comércio, políticos locais (discurso de aumento de emprego e renda).
Quem se beneficia	Cooperativas agroindustriais locais; Municípios que arrecadarão mais impostos, como ISS.

Quem é prejudicado	População local que poderá ser afetada diretamente, por exemplo: contaminação da água e do ar devido ao fluxo de veículos; população brasileira e mundial, devido à redução da floresta e pelos efeitos nocivos causados especialmente pela fragmentação do Parque.
Fonte das informações	Pareceres técnicos, tais como de Sérgio Ferraz (Jurista), Ademir Clemente (economista) e parcela do primeiro laudo pericial (anulado), que foi subscrito por um engenheiro civil e outro florestal.

O segundo esquema argumentativo resume argumentações que consideram a preservação da natureza como um entrave, um obstáculo, uma desvantagem para o avanço e o crescimento das áreas municipais e regionais. Além disso, essas perspectivas estão relacionadas a uma abordagem na qual a natureza é dissociada do ser humano, sendo vista como um recurso a ser explorado para garantir controle e prosperidade.

Observe-se alguns excertos do processo judicial abordado no estudo de caso que embasam a construção do Esquema 2:

Figura 42 - Petição inicial Capanema, Planalto e Associação Comercial - 1

OCORRE, EMÉRITO MAGISTRADO, QUE A REFERIDA INTERDIÇÃO ESTÁ CAUSANDO SERÍSSIMA LESÃO À ORDEM, À SEGURANÇA E À ECONOMIA / PÚBLICA, HAJA VISTO O GRANDE INTERESSE SÓCIO-ECONÔMICO DA RODOVIA.

Fonte: JFPR, 1986.

Figura 43 - Petição inicial Capanema, Planalto e Associação Comercial - 2

ALÉM DISSO, EM CAPANEMA ESTÁ UM FRIGORÍFICO DE FRANGOS QUE ADQUIRE MATÉRIA PRIMA EM MEDIANEIRA E NESTA CIDADE UM FRIGORÍFICO DE SUÍNOS QUE ADQUIRE SUA MATÉRIA PRIMA EM CAPANEMA. PARA NÃO SE ALONGAR, O PREJUÍZO É REALMENTE MUITO ALTO.

Fonte: JFPR, 1986.

Figura 44 - Petição Medianeira, Foz, STI - 1

Não só o IBDF não tem qualquer qualidade jurídico-material para ser transportado como parte principal numa ação cujo objetivo é o de minar toda uma economia regional, como o direito - principalmente afetado É O DOS MUNICÍPIOS.

Fonte: JFPR, 1986.

Figura 45- Petição Medianeira, Foz, STI - 2

O Legislador não se descuidou desses princípios - que estão sendo invocados nesta Defesa: o interesse público, mesmo em seu aspecto econômico, há de ser preservado, sobrepondo-se a meras alegações de agressão ao meio ambiente (que é o que acontece).

XLVIII.

A economia pública regional está sendo praticamente destroçada com a interdição da Estrada do Colono, que apanha pouco mais de 15 km., numa área de mais de cento e oitenta mil hectares.

Mesmo sob pena de se cair em estafa, repise-se, Excelência, que o Direito Ecológico não está ilhado no sistema dos demais valores sociais e jurídicos.

O respeito a eles há de ser considerado. Nunca o exercício de um direito, dentro da coerência interna e externa de sua estrutura com as perspectivas sociais, implicará na amputação de outro.

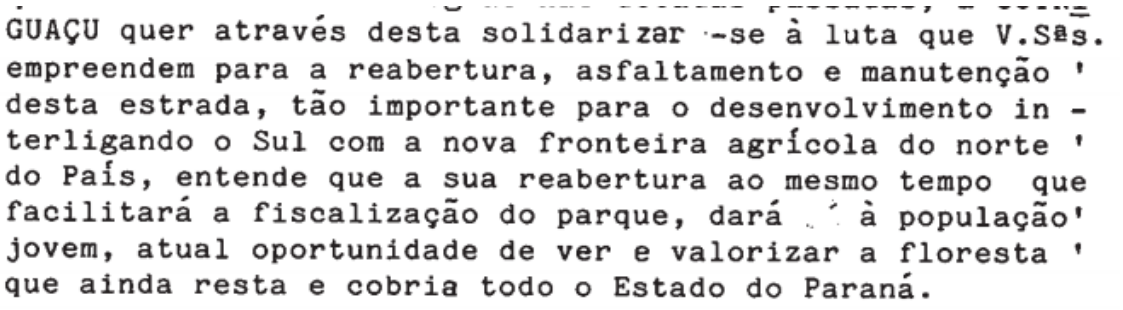
Fonte: JFPR, 1986

Figura 46 - Petição Transportadora Boicy - 1

Comunicamos ainda, que nossa empresa transporta exclusivamente para a ***Distribuidora de Bebidas Mezomo Ltda.****, a qual 80% dos produtos que a mesma revende vem do Rio Grande do Sul. Por isso tanto para a Transportadora como também para a Distribuidora a* ***Estrada do Colono*** *é importantíssima, porque a economia acima exposta poderá ser repassada para o consumidor, barateando assim a economia popular.-*

Fonte: JFPR, 1986.

Figura 47 - Petição Transportadora Boicy - 2



GUAÇU quer através desta solidarizar-se à luta que V.Sªs. empreendem para a reabertura, asfaltamento e manutenção ' desta estrada, tão importante para o desenvolvimento in - terligando o Sul com a nova fronteira agrícola do norte ' do País, entende que a sua reabertura ao mesmo tempo que facilitará a fiscalização do parque, dará à população' jovem, atual oportunidade de ver e valorizar a floresta ' que ainda resta e cobria todo o Estado do Paraná.

Fonte: JFPR, 1986.

Dentro dessa linha de pensamento, enfatiza-se a noção de propriedade privada da natureza, à qual é vista como uma fonte de lucro, sendo considerada uma externalidade pela teoria econômica neoclássica, tal como foi explicado no capítulo 3.

Quadro 14 - Esquema argumentativo 3

Existe uma falsa contradição entre desenvolvimento e preservação, pois as noções de conservação ambiental, atreladas ao desenvolvimento sustentável, podem conciliar a preservação às atividades econômicas.	
Núcleo do conflito	A reabertura da estrada propiciaria maior fluxo de pessoas a outras cidades do Paraná, ampliando o roteiro turístico trinacional.
Caracterização	Os ganhos econômicos relativos ao turismo mantêm-se na cidade de Foz do Iguaçu e com a reabertura da Estrada do Colono, o turista sentiria-se atraído a conhecer, visitar e gastar em outras cidades do interior do Paraná.
Principais justificativas utilizadas	A criação de uma Estrada-Parque seria um roteiro fiscalizado, com velocidade controlada de veículos.
Atores representativos	Dezessete municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu, especialmente após 1998; Estado do Paraná (até dezembro de 2004, pois depois disso o Estado manifestou interesse no fechamento da estrada).
Metáfora/imagem visual (caso exista)	“Caminho do colono”; Ecoturismo
Interesses envolvidos (explícitos e implícitos)	Fomento econômico ao comércio e serviços turísticos.
Quem se beneficia	População lindeira que obtém renda com turismo e serviços correlatos; Empresas turísticas; Municípios que arrecadarão mais impostos, como ISS; turistas que podem ficar mais tempo na região, políticos locais (discurso de aumento de

	emprego e renda).
Quem é prejudicado	população brasileira e mundial, devido à redução da floresta e pelos efeitos nocivos causados especialmente pela fragmentação do Parque.
Fonte das informações	Pareceres técnicos, tais como de Sérgio Ferraz (Jurista), Ademir Clemente (economista) e parcela do primeiro laudo pericial (anulado), que foi subscrito por um engenheiro civil e outro florestal.

O terceiro esquema argumentativo retrata a perspectiva de que a contraposição entre desenvolvimento e preservação não é genuína. Isso se deve ao fato de que as noções de conservação ambiental, integradas ao conceito de desenvolvimento sustentável, podem harmonizar a proteção ambiental com as atividades econômicas.

Essa abordagem está alinhada com a narrativa produzida pelo conceito de desenvolvimento sustentável, onde a conscientização dos perigos para o meio ambiente possibilita a criação de inovações e processos novos. Ela é considerada uma visão moderna e tem sido incorporada pela economia neoclássica e também pelas empresas transnacionais, por meio da modernização ecológica, conforme descrito no capítulo 3.

Trata-se de uma visão que, no entanto, não questiona a desigualdade das distribuições dos bens ambientais. Desse modo, é uma racionalidade que mantém as injustiças ambientais e não rompe com a racionalidade consumista do capitalismo.

Quadro 15 - Esquema argumentativo 4

Em nome do desenvolvimento regional e da geração de emprego, entidades coletivas foram organizadas e financiadas pelas prefeituras, pois acreditam que o desenvolvimento passa pela flexibilização ambiental e uso da Estrada do Colono como meio de mobilidade regional.	
Núcleo do conflito	Grande mobilização dos municípios, com uso de recursos públicos, para reabrir a estrada. No entanto, para outros problemas públicos que poderiam contribuir para melhores condições ambientais e de trabalho falta investimento.
Caracterização	Para o processo em questão, houve contratação de advogados de renome para representação processual, repasse de valores para AIPOPEC, aquisição de laudos

	técnicos, bem como rápida contratação de maquinário para cascalhar a estrada. No entanto, outros problemas públicos da região são deixados de lado. Por exemplo, priorizar maior qualificação das famílias rurais para a produção saudável de alimentos, o que poderia contribuir para o problema da migração dos jovens por falta de perspectivas profissionais (problema citado no laudo de Ademir Clemente). Essas demandas voltadas aos mais pobres ficam alheias à agenda política dos municípios. Eles destinam parco investimento em áreas que poderiam trazer maior equidade para a população, com melhores condições ambientais e de trabalho.
Principais justificativas utilizadas	Finitude dos recursos naturais; esgotamento de capital natural.
Atores representativos	População que migra da área rural para as cidades por falta de condições de vida digna (substituição do homem pela máquina no campo; dificuldade na aquisição de terra, etc.); indígenas e quilombolas da região, que contemplam noção diferenciada de desenvolvimento; ideia de “bem viver”, que se diferencia do desenvolvimento produtivista.
Metáfora/imagem visual (caso exista)	Expulsão de moradores do Parque nacional do Iguaçu (por ex. remoção das famílias foi antes da ação judicial da estrada e anterior à qualificação de território quilombola). Famílias quilombolas perderam parte do território quando houve a declaração de interesse social do Parque.
Interesses envolvidos (explícitos e implícitos)	Há interesse implícito no crescimento econômico e geração de lucro aos exploradores do capital natural. A natureza é tratada como um recurso para a multiplicação do capital (financeiro e/ou político). A contradição fundamental do capitalismo é a tendência à apropriação destrutiva dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação). Isso impossibilita que seja cumprida a proposta das equidades sociais ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável.
Quem se beneficia	Empresas e indústrias que exploram recursos naturais; Políticos com viés puramente eleitoreiro.
Quem é prejudicado	Sociedade que é impedida de usufruir dos benefícios de conviver diretamente com a natureza.
Fonte das informações	Estudos críticos, especialmente ecologia política

Em nome do desenvolvimento regional, mobilizações e entidades coletivas foram organizadas e financiadas pelas prefeituras. Destaca-se que a linha de raciocínio que caracteriza o esquema 4 questiona os interesses que estão por trás do discurso de desenvolvimento sustentável. Evidencia que a flexibilização da legislação ambiental é promovida com o real intuito de se maximizar o lucro capitalista.

No caso dos parques nacionais e outras unidades de conservação públicas (bens de uso comum), em que a propriedade da terra é governamental, a pressão pela flexibilização das regras protetivas recai ao órgão fiscalizador e/ou responsável pela elaboração do plano de manejo, bem como pode ser promovida pelo legislativo, estando comumente justificada sob o argumento de “desenvolvimento”.

Quadro 16 - Esquema argumentativo 5

As estratégias de consenso como ”Estrada Parque” e “Caminho do Colono” foram criadas para promover acordos, isto é, a resolução dos conflitos ambientais.	
Núcleo do conflito	Projetos de “Estrada parque” e “caminho do colono” como proposta de acordo entre as partes no processo.
Caracterização	No processo em questão, os municípios e o Estado do Paraná apresentam o projeto de “Estrada parque” ou de “caminho do colono” como propostas de consenso. No entanto, elas escamoteiam o fato de que a reabertura da estrada causaria a desqualificação da proteção integral do Parque Nacional. Estratégias de consenso (“meio termo” como “Estrada parque” e “caminho do colono”) tendem a despolitizar o debate público, encobrindo-se o litígio, o que permitiria a flexibilização do sistema de proteção do integral, ao ocultar interesses e sujeitos sociais detentores de maior poder político e econômico e influência na região.
Principais justificativas utilizadas	Alega-se que as partes conflitantes não podem ser intransigentes. Diz-se que é necessário entrar em acordo, ou seja, garantir tanto a preservação quanto o desenvolvimento econômico por meio de medidas mitigadoras do impacto ambiental.
Atores representativos	Associações de Municípios do Oeste e do Sudoeste do Paraná
Metáfora/imagem visual (caso exista)	Estrada com cercas, galerias subterrâneas e fiscalização. Medidas mitigadoras que conforme exposto pelos peritos no

	processo não são efetivas.
Interesses envolvidos (explícitos e implícitos)	Cidade como mercadoria; marketing dos municípios promovendo nova rota e atividades turísticas; Educação ambiental de carro.
Quem se beneficia	Municípios e supostamente alguns turistas (não houve qualquer estudo que comprovasse o interesse de turistas nessa rota)
Quem é prejudicado	Fauna e Flora do Parque Nacional do Iguaçu. Sociedade Brasileira e mundial (UNESCO)
Fonte das informações	Estudos críticos, como Henri Acselrad e demais autores sobre injustiça ambiental e economia política.

O esquema argumentativo acima aponta que a resolução dos conflitos ambientais pode conduzir ao consensualismo, despolitizando a questão e escondendo os conflitos de fundo, promovendo a flexibilização do sistema de proteção integral e escondendo os interesses e sujeitos sociais detentores de maior poder político e econômico de influência na região.

A dita estratégia de consenso mantém a noção de que a natureza deve subserviência ao homem. Nessa linha, o argumento do “meio-termo” é colocado como uma resposta para se “resolver” o conflito. No entanto, isso é uma falácia, visto que quando se trata de questões ambientais, o argumento dito como meio termo vem para benefício e uso da natureza pelo homem.

As dinâmicas de disputas e desigualdades inerentes aos bens ambientais não admite o consenso em todos os casos. É legítima a resistência, ou seja, a discordância, que é característica da democracia. Tal como aduz Boaventura de Souza Santos (2001), é necessário “distinguir entre consenso e resignação.” Ele convida a pensar como a distinção entre eles é fundamental, pois “o consenso é a afirmação do conflito resolvido, a resignação é a negação do conflito, e, por isso, sustentam duas estratégias de dominação muito diferentes”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo geral analisar as distintas racionalidades preservação da natureza e desenvolvimento em situações de judicialização do conflito ambiental. O conflito faz parte da vida humana, das diversas formas de viver no mundo, evidencia as contradições, as disputas, os interesses de uma sociedade capitalista, apontando situações em que o consenso não é uma solução possível.

A hipótese da tese foi confirmada, pois o conflito ambiental judicializado em questão relativo à Estrada do Colono, não se restringe a interesses regionais. Ele reflete no sistema nacional de unidades de conservação (SNUC) não apenas por pretender criar uma nova categoria, chamada estrada-parque.

A abertura de uma estrada dentro de um dos maiores parques nacionais do país fragilizaria todo sistema de proteção ambiental. Isso certamente refletiria nos demais Parques Nacionais, na medida em que se representa a retirada de sua característica de proteção integral.

Em outras palavras, se fosse admitida a construção de uma estrada dentro de um Parque Nacional, seria necessário acatar como aceitável o desmatamento de uma grande área, dentro de uma floresta preservada sob os rígidos parâmetros legais de meio ambiente.

Essa devastação ocasionaria a fragmentação dos Parques, fratura de corredores ambientais, riscos à vida selvagem e animal, à reprodução das espécies, além da ideia de estrada ser um indutor a novas ocupações urbanas ou ao desenvolvimento de novas atividades que pautem o uso direto dos recursos naturais — tudo isso incompatível com a lógica da preservação integral, disposta na legislação do SNUC.

Ademais, ao longo do processo judicial tratado no estudo de caso, diversas entidades de outros locais (com sede em Londrina, Brasília, São Paulo etc.) manifestaram-se contra a reabertura da estrada. Elas argumentaram que a aludida pretensão se restringe apenas ao aspecto econômico do processo produtivo, ignorando o valor real do parque e seu reflexo ao sistema nacional de conservação da natureza.

Cita-se como exemplo as cartas constantes nos autos, que demonstram uma preocupação nacional com a possibilidade de reabertura da estrada, tais como as subscritas pela Associação Paranaense de Engenheiros Florestais, pela Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (fl.1.206), pela Terraguar Associação Ecológica (fl. 1.223), pelo Movimento Social Pró-Verde do Estado de São Paulo (fl. 1.236), pela União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) (fl.1.151), entre outras.

Com base no caso estudado, pode-se afirmar que os conflitos ambientais envolvem interesses legítimos, mas também interesses escusos, interesses velados e outros não foram claramente qualificados, que podem comprometer aspectos de proteção integral do meio ambiente previstos na legislação, especialmente dentro de uma macrorregião com tantos atrativos econômicos e turísticos, numa região de fronteira, como é o caso da região Trinacional de Foz do Iguaçu.

Por meio do estudo de caso do processo judicial da abertura (ou não) da Estrada do Colono, localizada dentro do Parque Nacional do Iguaçu, unidade de preservação integral, refletiu-se sobre alguns temas: (i) histórico de ocupação da região; (ii) estratégias argumentativas, interesses e disputas; (iii) judicialização de conflitos ambientais; (iv) flexibilização das políticas ambientais.

Com relação ao histórico, evidenciou-se que, desde meados da década de 70, várias medidas foram tomadas para limitar o acesso humano a essa área de unidade de conservação. Além do fechamento da Estrada do Colono (feito em 1986), houve o deslocamento das pessoas que viviam dentro dos limites do parque e a proibição de atividades agrícolas e pecuárias que eram praticadas ali, entre outras restrições.

No entanto, essas limitações ao Parque não levaram em conta os efeitos práticos e sociais relacionados aos estímulos da "Marcha para o Oeste", uma campanha que incentivou a urbanização, ou seja, que viessem mais pessoas a habitar dessa região.

De fato, como mostram as leituras realizadas para esta tese, as famílias enfrentaram muito sofrimento e luta para adquirir seus lotes. A maioria dos que viviam ao redor da Estrada do Colono eram pequenos proprietários ou arrendatários, que saíram de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul devido à campanha do governo na “Marcha para o Oeste”.

A jornada até o Paraná foi longa e difícil, na qual os colonos vieram para a região com todas as suas posses e a esperança de uma vida melhor. No entanto, não foi isso que encontraram, pois muitos foram os conflitos agrários decorrentes da grilagem de terras. Por isso, de forma diferente do que geralmente acontece, onde uma estrada é vista como uma infraestrutura que "traz" desenvolvimento para uma

região, neste caso, o fechamento da estrada em questão se tornou um marco na história dessa área.

O fechamento da Estrada do Colono foi uma medida tomada por uma liminar judicial, sem qualquer debate com a população que utilizava essa via como meio de integração com outras regiões do país e do Estado. Isso gerou um descontentamento entre a população, que havia construído com dificuldade o acesso à região.

No que tange às estratégias argumentativas, interesses e disputas, a tese classificou as lógicas encontrados no aludido processo judicial conforme as seguintes categorias: 1) O meio ambiente intocado, sem qualquer intervenção humana é necessário à preservação da natureza; 2) A preservação da natureza é uma barreira, um empecilho ao progresso, ao desenvolvimento municipal e a integração regional; 3) Existe uma falsa contradição entre desenvolvimento e preservação, pois as noções de conservação ambiental, atreladas ao desenvolvimento sustentável, podem conciliar a preservação às atividades econômicas; 4) Em nome do desenvolvimento regional e da geração de emprego, entidades coletivas foram organizadas e financiadas pelas prefeituras, pois acreditam que o desenvolvimento passa pela flexibilização ambiental e uso da Estrada do Colono como meio de mobilidade regional; 5) As estratégias de consenso como “Estrada Parque” e “Caminho do Colono” foram criadas para promover acordos, isto é, a resolução dos conflitos ambientais.

Evidencia-se que o esquema argumentativo nº 1 (representado pelo título síntese: o meio ambiente intocado, sem qualquer intervenção humana é necessário à preservação da natureza) sintetiza o defendido pelos preservacionistas, no qual a presença humana nas florestas ocasiona a sua degradação. Nesta lógica, a preservação ambiental significa a inexistência de relação homem e meio ambiente. A natureza deve ser protegida e apartada do homem, que é um ser predador. A urbanização é entendida simplesmente como impacto antrópico à natureza.

O esquema argumentativo nº 2 caracteriza argumentos em que se concebe a preservação da natureza é uma barreira, um empecilho, um prejuízo ao progresso, ao desenvolvimento municipal e regional. Ele também se relaciona a uma lógica em que a natureza é apartada do ser humano, devendo servi-lo para o seu domínio e prosperidade. Nessa linha de raciocínio, ganha destaque a característica de

propriedade privada da natureza, que é tida como fonte de renda, ainda que seja pautada como uma externalidade pela economia neoclássica.

O esquema nº 3 é resumido como: existe uma falsa contradição entre desenvolvimento e preservação, pois as noções de conservação ambiental, atreladas ao desenvolvimento sustentável, podem conciliar a preservação às atividades econômicas. Ele corresponde ao discurso promovido pela ideia de desenvolvimento sustentável, no qual é possível desenvolver novos processos e tecnologias a partir de uma conscientização dos riscos ao meio ambiente

O esquema nº 4 demonstra que, em nome do desenvolvimento regional e da geração de emprego, entidades coletivas foram organizadas e financiadas pelas prefeituras, pois acreditam que o desenvolvimento passa pela flexibilização ambiental e uso da Estrada do Colono como meio de mobilidade regional. Ele aponta as contradições do discurso de desenvolvimento sustentável, pois se afirma que no capitalismo quanto mais lucro melhor e por isso há uma tendência de apropriação de recursos com o menor dispêndio possível. Logo referido modo de produção contempla uma tendência à apropriação destrutiva dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação).

O esquema nº 5 é representado pelas estratégias de consenso como “Estrada Parque” e “Caminho do Colono”, que foram criadas para promover acordos, isto é, a resolução dos conflitos ambientais. O aludido esquema argumentativo também segue a linha do desenvolvimento sustentável, tal como o esquema nº 3. No entanto, o esquema nº 5 é mais enfático ao se criar e defender projetos e propostas que visam flexibilizar a legislação protetiva existente, ainda que sob um argumento de consenso. O argumento do "meio-termo" é apresentado como uma solução para "resolver" o impasse. No entanto, essa abordagem é falaciosa, uma vez que, quando se aborda questões ambientais, o argumento de um "meio-termo" frequentemente é usado para favorecer o aproveitamento dos bens naturais em prol de interesses específicos dominantes, isso impossibilita que seja cumprida a proposta das equidades sociais ecológicas intra, intergeracional e internacional do ideário de desenvolvimento sustentável. Assim, o discurso de racionalização a fim de evitar o esgotamento de recursos naturais, acaba escondendo a desigualdade na distribuição do acesso à natureza e suas melhores qualidades ambientais.

Destaca-se que ao longo do processo houve uma mudança no discurso dos Municípios, sendo bem abordada pelo segundo laudo pericial. Inicialmente defendia-

se a reabertura da estrada por interesses logísticos, a fim de se escoar a produção agropecuária da região. Com o tempo, os argumentos passaram a defender a reabertura por meio de uma estrada-parque. Passou a se afirmar que isso propiciaria educação ambiental e lazer, fortalecendo o turismo da região e preservando a história e cultura dos colonizadores. Houve inclusive a criação e difusão do termo “caminho do colono”, em oposição à ideia de estrada em seu aspecto logístico. Isso condiz com a mudança de racionalidade ocorrida entre os anos de 1986 e 2020, em que no início dos anos 90 passou a ser mundialmente difundida a ideia de desenvolvimento sustentável.

Com relação à judicialização das políticas ambientais, verifica-se que o tema é controverso, além dela criar uma sobrecarga de trabalho para o Poder Judiciário, pode também ser tratada como um déficit democrático, considerando que os magistrados não foram eleitos pelo povo, ao contrário dos poderes legislativo e executivo.

Nessa linha, evidenciam-se diversas barreiras de acesso ao poder judiciário, que limitam e condicionam previamente as demandas por ele analisadas. O rito processual é formal e solene, com diversos obstáculos formais para a análise dos argumentos.

Os processos judiciais costumam ter uma linguagem própria, pois o judiciário demanda um conhecimento técnico jurídico que é inacessível à maior parte da população, até mesmo aos profissionais de nível superior em outras áreas — os quais poderiam inclusive contribuir muito mais para a resolução do problema público se ele fosse debatido em outras arenas, diferentes da judicial.

Identificou-se que o sistema judiciário não possui nenhum tipo de intervenção ou supervisão comunitária, o que reforça o argumento dos que alegam falta de legitimidade democrática das decisões judiciais sobre políticas públicas.

Além do mais, como o sistema jurídico reconhece a existência de vários centros de decisão dispersos pelo território e em diferentes instâncias de poder, muitas das quais são independentes, ocorrem inconsistências e decisões discrepantes em casos substancialmente idênticos.

Desse modo, entende-se como adequado que a construção das políticas ambientais ocorra no âmbito de suas arenas legítimas. Em outras palavras,

compreende-se que o poder judiciário não é o *locus* para se debater aspectos e se implementar uma nova política ambiental.

Recomenda-se que no caso de litígio ambiental o poder judiciário, ao invés de receber a demanda e processá-la como um litígio comum cível (nos quais peticionam advogados e peritos), determine a realização de debate aberto, como em audiências públicas ou fóruns ambientais. Tais debates públicos poderiam reunir, por exemplo, o Conselho Nacional de Justiça, as comunidades que residem em regiões do entorno de unidades de conservação, os governos (em diferentes escalas, Municípios, Estados, União), o setor privado empresarial etc.

Por fim, foi possível identificar que parte do descontentamento da comunidade local pelo fechamento da Estrada do Colono foi causada pelas formas, de certo modo arbitrárias, de intervenção do poder público na região. A construção da Usina de Itaipu, a delimitação do Parque Nacional do Iguaçu como área de interesse social com a remoção dos moradores da área e o fechamento da estrada foram unilateralmente decididos pelo Estado, sem qualquer espaço deliberativo ou de debate público.

A ocupação humana dentro do Parque Nacional do Iguaçu foi tratada no processo judicial apenas como uma colonização regional, não considerando os conflitos agrários e as remoções das famílias habitantes destes lugares;

Ainda, evidencia-se que ao longo do processo a Estrada do Colono foi descrita inicialmente como uma via econômica e logística e depois, como uma marca da colonização gaúcha e catarinense.

A ocupação humana na região foi registrada no processo devido ao segundo laudo pericial contemplar na equipe técnica um sociólogo. Assim, ao menos se abordou que a área debatida não era de uma floresta primitiva, ou intocada e sim de uma via que era utilizada há muitos anos pela população local.

No entanto, acredita-se que pela falta de canais públicos de discussão e deliberação, o julgamento desse litígio ambiental foi limitado, ou seja, sequer mencionou-se que na região havia índios ou quilombolas. Também não se abordou o fato de que houve a moradia de famílias dentro do parque, as quais haviam sido removidas há menos de dez anos e já tinham perdido contato com seus laços comunitários e de vizinhança uma vez.

A judicialização de apenas um aspecto neste conflito ambiental ceifou a oportunidade da população se manifestar sobre como o fechamento da estrada

causaria mais um obstáculo a suas vidas, depois de tantos outros que lhes foram impostos pelo poder público. Além disso, não lhes sendo conferida qualquer compensação ou contrapartida a respeito.

No que tange à flexibilização das políticas ambientais, identificou-se que o fechamento da estrada prevaleceu como decisão do poder judiciário, tendo em vista que se considerou que a reabertura da estrada não traria sequer benefícios econômicos à região, afirmando expressamente que “a abertura da estrada não se justifica pelo progresso econômico, ao contrário, sua importância econômica é muito restrita” (JFPR, 2007, p.5191).

No entanto, os Projetos de Lei que tramitaram com vigor durante o governo Bolsonaro (no Senado, o PL nº 61, de 2013[26], e o Projeto de Lei nº 984, de fevereiro de 2019, ainda em curso na Câmara dos Deputados)[27] demonstram que persiste um movimento local em se ampliar a malha logística regional e o turismo local.

Evidenciou-se que os argumentos apresentados nesses projetos de Lei são exatamente os mesmos que foram trazidos pelos municípios ao longo do processo judicial. Ou seja, como perante o poder judiciário a tese da abertura da estrada-parque não prosperou, os parlamentares que representam a região levaram a pauta para as casas legislativas.

Os defensores dessas ideias se utilizam de uma noção neoliberal do meio ambiente, sem mensurar os riscos desta flexibilização ambiental. Eles ignoram que o tema já foi amplamente discutido, tramitando durante anos perante o poder judiciário, o que causou inúmeros custos — seja de recursos financeiros públicos, bem como custos sociais à comunidade do entorno do parque.

Ressalta-se que ao longo dos trinta anos em que o processo tramitou, não se demonstrou a importância econômica da estrada, embora se reconheça que a pauta mobilizou e reuniu a comunidade do entorno do Parque. Desse modo, parece que apenas interesses particulares muito específicos seriam beneficiados por eventual reabertura da Estrada do Colono.

---

[26] Projeto de Lei nº 7.123, de 2010, na origem – Câmara. Arquivado no final de 2022, pelo término da legislatura.

[27] PIOVESAN, E; BRANDÃO, F. Câmara aprova urgência para criação de estrada no Parque Nacional do Iguaçu. **Agência Câmara de Notícias**, 09 jun. de 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/770329-CAMARA-APROVA-URGENCIA-PARA-CRIACAO-DE-ESTRADA-NO-PARQUE-NACIONAL-DO-IGUACU. Acesso em: 15 jul. 2023.

Outra conclusão deste estudo é que os parques nacionais no Brasil foram originalmente concebidos como áreas isoladas e desabitadas dentro de uma região. No entanto, na prática, devido ao processo de criação e implementação dessas unidades ocorrer sem a participação dos habitantes locais, instituições e organizações locais, há uma falta de integração dessas áreas protegidas no contexto do desenvolvimento socioeconômico e cultural regional.

Desse modo, é necessário que cada unidade de conservação, em seu plano de manejo, realize um bom planejamento de uso público da área. A democratização das unidades de conservação é necessária para se incrementar o envolvimento da população da região. Quanto mais a população participa e vive em harmonia com a unidade, mais ela vai querer protegê-la e evitar flexibilizações na legislação. Isso pode ser feito, por exemplo, com o turismo comunitário.

No entanto, não é isso que se observou na análise histórica e sociológica do Parque Nacional do Iguaçu. O turismo comercial é uma marca do Parque, cuja visitação é explorada por poucas empresas. Inclusive o Plano de uso público do Parque, de 2020, sequer menciona entidades da sociedade civil como participantes na sua construção.

A teoria da ecologia política faz uma crítica contundente aos processos que não analisam o contexto socioeconômico, os interesses políticos e quem ganha ou perde dentro deste processo. No caso analisado, não há participação da sociedade e entidades representativas, somente as entidades municipais com interesses específicos. A aludida teoria crítica argumenta que a economia neoclássica transforma o meio ambiente socialmente num “insumo ou capital” dentro de uma sociedade capitalista. Desse modo, os que detêm maior poder técnico, político e econômico controlam a distribuição desigual desse recurso, excluindo parte significativa da população.

De acordo com essa racionalidade, mais do que combater o esgotamento ou finitude dos recursos naturais, é necessário lutar por uma nova sociedade, que não capitalize o meio ambiente, mas considere a natureza como um direito ao comum, como valor de uso coletivo, em permanente embate com as pressões pela valoração econômica. Concebe-se uma contradição fundamental no capitalismo, que é a tendência à apropriação destrutiva dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação). Isso impossibilita que seja cumprida a proposta das

equidades sociais ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2018).

Evidenciou-se que na ideia de justiça ambiental se compreende que os danos ambientais não são algo democrático, que afetariam a todos indistintamente (diversamente do que se acredita pela teoria da sociedade do risco). Nela se defende que há um acesso desigual à terra, energia, lenha, espaços verdes etc., e por isso os danos ambientais são desigualmente produzidos (TEMPER *et al*., 2018).

Isso expressa conflito derivado da incompatibilidade dessas racionalidades: (i) a que valora recursos ambientais segundo seu potencial de maximização de capitais via mercado; e (ii) a conduzida por práticas não-mercantis — como a de comunidades tradicionais, orientadas a acionar estratégias político-institucionais na tentativa de proteger seus espaços dos efeitos de um modelo de desenvolvimento que os exclui (DIAS, 2018).

Nessa linha, coaduna-se com o exposto por Acselrad (2014), que critica o chamado consensualismo e autoritarismo ecológicos. O autor afirma que eles não permitem tratar o desenvolvimento sob o viés da questão ambiental de forma sensível ao papel da diversidade sociocultural, compreendendo o conflito entre diferentes projetos de apropriação e significação do mundo material.

A ideia de autoritarismo ecológico possibilita compreender que a preservação da natureza depende de maior democratização nas decisões que tratam da gestão dos Parques Nacionais e outras unidades de conservação. Isso porque são inúmeras as tentativas de flexibilização da legislação ambiental, pressionadas pela lógica do capital e, caso a população se sinta excluída do convívio com a área, se enfraquecem os laços de proteção ambiental.

Por isso, à luz dessa corrente teórica, identifica-se que o conflito ambiental da Estrada do Colono parece ser anterior ao fechamento da estrada ocorrido pela decisão judicial liminar. Referido conflito se relaciona aos anos anteriores, nos quais havia moradores dentro do parque, oriundos da colonização da área ocasionada pela migração gaúcha e catarinense.

Evidencia-se que embora o Parque tenha surgido em 1939, sua área foi considerada como de interesse público — o que permite a sua desapropriação — no ano de 1972. A remoção das famílias que nele habitavam aconteceu unilateralmente, com o intuito de “regularização ambiental” da área. Sendo assim, não apenas a determinação judicial do fechamento da Estrada do Colono foi “de

cima para baixo", como também a própria delimitação da unidade de conservação do Parque Nacional do Iguaçu aconteceu de maneira arbitrária.

Ao mesmo tempo em que se defende a preservação deste importante remanescente de floresta, é importante compreender que as pessoas que sofreram com a delimitação da área eram colonos, proprietários de pequenas propriedades rurais. A área foi delimitada como se fosse uma floresta intocada, primitiva e não era isso o que havia (VENCATTO, 2016).

A promessa de vida digna difundida pela "Marcha para o Oeste", com propaganda de terra boa e barata, trouxe os colonos para a região do entorno do Parque. Porém, as sucessivas políticas que obstaculizaram o cumprimento disso acabaram por causar um descontentamento nessas pessoas, fazendo com que muitas delas passassem a enxergar o Parque como um problema nas suas vidas.

Considerando os demais objetivos específicos propostos, a tese caracterizou o espaço regional do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, região como localizado no interior do Paraná, em uma área de influência chamada trinacional, devido à proximidade com as fronteiras de Brasil, Paraguai e Argentina e os diversos projetos econômicos para a região.

É importante destacar que o parque atual é diferente do parque estabelecido em 1939 e do parque dos anos 1960. Os esforços para isolar a área resultaram em um aumento da floresta, que está maior e mais densa do que na década de 1970. No entanto, é incorreto afirmar que a área demarcada é composta exclusivamente pela Mata Atlântica em seu estado original e intocado.

O Parque Nacional do Iguaçu deve ser compreendido como um conjunto de manifestações humanas que remodelaram as paisagens da floresta e do parque ao longo do século XX.

A tese conclui que as leis que proíbem a habitação no parque não consideraram o histórico processo de urbanização e colonização, como a política de "Marcha para o Oeste", que estimulou a colonização nessa área. A categoria de Parque está associada à ideia de preservação integral, mas muitas ações preservacionistas resultaram na expulsão da população local durante a década de 1970 e 1980 em nome da salvaguarda ambiental.

Evidenciou-se que, durante o período investigado pela tese (1986 a 2019), a região passou por uma significativa transição para uma nova atividade econômica, o

turismo. Após a década de 1980, com a conclusão da obra da Usina de Itaipu, a região próxima ao Parque Nacional do Iguaçu alterou suas estratégias econômicas.

O turismo passou a mobilizar vultosos recursos na região, proporcionando também ao governo federal um valor substancial com a exploração econômica do Parque Nacional do Iguaçu. Por isso, é possível afirmar que há exploração mercadológica do Parque porque a visitação é gerida por uma empresa, estando orientada para a geração de receitas, impostos, tributos e empregos (TREVISAN, 2020). Ainda, evidenciou-se que o turismo não é comunitário, pois no relatório da auditoria realizada pela CGU, em 2016, verificou-se que apenas cinco empresas concentram todas as atividades turísticas do Parque Nacional do Iguaçu.

A tese identificou nesse território um discurso que enfatiza o anúncio de um novo ciclo de desenvolvimento para a Região Trinacional. Essas intervenções incluem várias ações, como ampla reestruturação urbana decorrente de planos urbanos e de desenvolvimento elaborados por consultorias privadas, externas aos governos. Esses grandes projetos urbanos resultam na criação de novos elementos urbanos com o objetivo de atrair eventos, impulsionar o turismo e atrair investimentos estrangeiros.

Vale ressaltar que a região abriga populações tradicionais, como a proximidade da Estrada do Colono com a reserva indígena Ava Guari do Ocoí e a reserva remanescente quilombola Apepú, ambas localizadas no município de São Miguel do Iguaçu.

As famílias removidas pelo INCRA no processo de desapropriação ocorrido em 1986, para retirar as pessoas que viviam dentro do Parque Nacional do Iguaçu, foram alocadas dentro do município de São Miguel do Iguaçu, conforme explicado no capítulo 4 da tese.

É necessário ressaltar, no entanto, foram três grupos sociais expulsos do Parque Nacional do Iguaçu: os indígenas, os quilombolas e os colonos. Salientando-se isso, identifica-se que dois desses grupos foram tratados com nível de violência que não se compara ao que aconteceu aos colonos. Isso porque para os quilombola e os indígenas s a área foi simplesmente tomada, com a expulsão e até assassinatos desses sujeitos. De forma diversa, para os colonos houve alguma forma de desapropriação, ainda que esse processo tenha tido diversas falhas. Então, a avaliação de injustiça ambiental para esse caso também deve ser

considerada com relação às distintos grupos sociais discriminados, ou ainda aos povos étnicos tradicionais.

Inclusive, é interessante mencionar que o próprio nome “estrada do colono” tende a invisibilizar outros grupos étnicos que habitaram a região. A própria idéia histórica dos gaúchos e catarinenses como pioneiros ignora a vida que existia ali anteriormente à Marcha para o Oeste.Outra forma de intervenção caracterizada na região é a implementação de grandes infraestruturas logísticas, considerando tanto a escala local quanto a intercontinental, com o objetivo de melhorar a logística de transporte e promover o desenvolvimento econômico.

Com o fechamento da Estrada do Colono, pessoas e bens provenientes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina ou dos municípios do Paraná localizados ao sul do Parque precisam contornar a área do PNI para chegar à região de Foz do Iguaçu, utilizando exclusivamente as rodovias brasileiras ou percorrendo a Argentina, na província de Misiones.

Nesse sentido, verificou-se que atualmente a região também integra o projeto do Corredor Bioceânico de Capricórnio, uma rota de integração comercial, turística e humana na América do Sul que conecta os modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.

Conforme demonstrado pelos mapas e informações relacionadas ao empreendimento, a região será afetada por ele. Isso porque o Parque Nacional do Iguaçu está integralmente dentro da área de influência do traçado, estabelecida por uma faixa de 50 km em cada lado do eixo, como se explicou no item 2.3.1 desta tese.

Durante o desenvolvimento desta tese, surgiram algumas novas questões, as quais, embora relevantes, não foram abordadas por não fazerem parte do escopo da pesquisa. Chamou-nos a atenção as diversas disputas agrárias da região, o que nos levou a cogitar se há e qual seria a relação da história do Parque Nacional do Iguaçu com a criação de movimentos sociais e disputa pela terra na região Oeste do Paraná. Isso porque a desapropriação ocorrida na área do Parque entre 1971 e 1975 pode ter contribuído, principalmente pela proximidade geográfica, para que algumas pessoas passassem a construir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que surgiu oficialmente em Cascavel, no ano de 1984.

Outra questão a ser aprofundada, é democratização das decisões tomadas no âmbito das unidades de conservação. Chegou-se a inquirir o ICMBio, por meio da

Lei de Acesso a informações, sobre a existência de algum espaço deliberativo para a participação da população. Identificou-se que atualmente há um comitê gestor do Parque Nacional do Iguaçu, o CONPARNI (Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu), o qual anualmente publica um plano de ações.

Ocorre que no ano que foi feito esse questionamento o ICMBio estava passando por processo de adaptação, respondendo-nos que o CONPARNI estava em “processo de Modificação para adequação à Instrução Normativa do ICMBio nº 09/2014. O processo de modificação está seguindo o novo trâmite estabelecido pela Portaria ICMBio nº298/2019” (ICMBIO, 2020, p.1). Ainda, nos foi informado que no ano de 2019 o conselho se reuniu apenas uma vez.

Nos anos de 2020 e 2021, o contexto pandêmico da COVID-19 afetou negativamente a todos, prejudicando a saúde mental devido ao isolamento e obstaculizando oportunidades de entrevistas e/ou reuniões presenciais. Logo, esta tese optou por não insistir em investigar esse aspecto, visto que não era obrigatório para cumprir o objetivo geral proposto. Inclusive, nos autos do processo judicial em análise, não foi citada qualquer menção sobre o CONPARNI.

Outra questão que surgiu ao longo da pesquisa, mas que não estava relacionada ao escopo proposto, foi a forma da gestão do turismo no Parque Nacional do Iguaçu. A autora teve a oportunidade de visitar outros parques nacionais e, por comparação, identificou que a visitação das cataratas (o atrativo com visitação aberta no Parque) é voltada a proporcionar o consumo pelos visitantes.

Em diferentes pontos da visita o turista é obrigado a trafegar por alguma loja, com diversos produtos como camisetas, copos, animais de pelúcia, ou ainda é compelido a fazer poses para fotos, mesmo que ressalte que não tem interesse na sua aquisição.

Atualmente, outra atração famosa no Brasil, o Cristo Redentor (sediado dentro do Parque Nacional da Tijuca, no morro do Corcovado, cidade do Rio de Janeiro) também tem visitação gerenciada pela mesma empresa que administra o Parque Nacional do Iguaçu: a empresa Cataratas do Iguaçu S/A.

Em visita realizada no início de 2023, a autora desta tese verificou que a abordagem ao turista é exatamente a mesma que a do Parque de Foz do Iguaçu: voltada ao consumo de produtos e fotos. Houve poucas intervenções realizadas a título de educação ambiental, estando restritas a uma gravação que era repetida durante o transporte para a atração principal. Destaca-se que o Grupo Cataratas

demonstra em seu site que é gestor de sete parques no Brasil, todos voltados ao turismo sustentável.

Por outro lado, a autora visitou em 2017 o Parque Nacional da Chapada Diamantina, que fica na Bahia. Lá identificou um turismo com maior capilaridade, no qual a população participa e se envolve nos roteiros. Inclusive para entrar em algumas atrações é necessário contratar um guia de turismo, que está vinculado a uma associação comunitária, em formato de cooperativas, a fim de poder transitar dentro da unidade de conservação.

Essas vivências levaram a autora a questionar como a racionalidade de turismo dito “sustentável” no capitalismo, sua difusão e exploração por grupos voltados à lógica empresarial, podem crescer ainda mais no Brasil. Elas podem pressionar as poucas iniciativas de turismo comunitário, tendo em vista que o cada vez há maior interesse em investimentos, especialmente estrangeiros, pautados na lógica de sustentabilidade ambiental.

Enfim, tais questionamentos levam a possibilidades de futuras pesquisas que possam trabalhar ou ampliar os esquemas argumentativos identificados por esse trabalho. Esta tese permite, como possível desdobramento, a análise de como as diferentes racionalidades são pautadas pelos grupos de interesse na gestão dos parques nacionais e outras unidades de conservação. Ainda, seria possível analisar qual o impacto gerado no acesso e distribuição equitativa das qualidades que o meio ambiente pode proporcionar à população que vive no entorno dessas áreas.

7. GLOSSÁRIO JURÍDICO SINTÉTICO

Litisconsórcio passivo facultativo: Éo termo que designa a reunião de réus em um mesmo processo. Nesse caso, facultativo quer dizer que não era obrigatório que todos os municípios potencialmente afetados pelo fechamento da estrada fossem réus no mesmo processo. Cada réu pode ter interesses individuais distintos e defender-se separadamente, mesmo estando todos eles no mesmo processo. Cada réu pode apresentar sua defesa, produzir provas e ter seu próprio advogado. A decisão em relação a um réu não afeta diretamente os demais, e a sentença pode determinar obrigações diferentes para cada um deles.

Dilação probatória: É o momento processual para se produzir as provas e ocorre uma vez.

Prova pericial: a prova pericial consiste em se convocar um especialista em determinada área técnica, alheia à do Direito, a fim de fornecer o seu parecer profissional sobre o objeto em litígio. Ela é o meio de prova “mais complexo, demorado e caro de todo o sistema probatório. Por isso, o seu deferimento deve ser reservado somente para as hipóteses em que se faça indispensável contar com o auxílio de um expert" (NEVES, 2016). Desse modo, ela somente deve ser deferida pelo juiz quando não for possível obter as informações necessárias via outros tipos de prova, tal como a documental ou a testemunhal.

Laudo pericial: é o documento produzido e apresentado pelo perito judicial, que pode fazer entrevistas, experiências, visitas in loco, etc. O laudo contempla todas as respostas aos quesitos apresentados pelas partes, bem como suas conclusões técnicas a respeito do objeto aem análise.

Parecer técnico: O laudodo perito judicial é uma forma de parecer técnico. No entanto, é permitido que as partes contratem seus próprios especialistas, que podem formular seus próprios estudos técnicos antes da perícia, a fim de contribuir com sua visão para a análise do perito judicial. Ainda, o parecer técnico pode ser feito após o laudo pericial, buscando contrapor algo que o perito apresentou, apresentando uma

visão diversa, a fim de demonstrar que há alguma impropriedade técnica ou falta de consenso na área.

Agravo de decisão: As decisões judiciais são divididas em despacho, decisão interlocutória ou sentença. A sentença é a principal decisão de um juiz na primeira instância e dela se recorre por meio de um recurso chamado apelação. Contra uma decisão interlocutória, que é quando o juiz se manifesta no processo decidindo alguma questão sem resolver o mérito da causa ou encerrar o processo, é cabível o recurso de agravo. Ou seja, a parte que se sente injustiçada leva aquela questão especifica para um julgamento particular no tribunal.

Decisão judicial interlocutória: é quando o juiz se manifesta no processo decidindo alguma questão sem resolver o mérito da causa ou encerrar o processo.

Sentença: é a principal decisão de um juiz na primeira instância. Ela resolve o mérito da causa e/ou encerra a demanda. Se as partes não recorrerem, gera coisa julgada.

Acórdão: é a decisão colegiada de um tribunal que analisa um recurso interposto contra uma decisão de primeira instância, fornecendo a conclusão do tribunal sobre o caso em questão.

Juntada ao processo: é um termo utilizado por juristas ao se referir a um documento que foi anexado (juntou-se esse documento aos demais) aos autos do processo.

recurso especial: é uma forma de recurso utilizada para questionar decisões que envolvam a aplicação de leis federais, levando a questão para análise e julgamento perante o STJ. Para esse recurso é necessário esgotar as instâncias ordinárias, ou seja, que todos os recursos disponíveis nos tribunais de segunda instância (como os Tribunais de Justiça dos Estados ou os Tribunais Regionais Federais) tenham sido julgados.

recurso extraordinário: é uma forma de recurso utilizada para questionar decisões que envolvam a interpretação da Constituição Federal, levando a questão para

análise e julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Para seu julgamento é necessário esgotar todas as instâncias ordinárias, ou seja, esgotar todos os recursos disponíveis nos tribunais de segunda instância e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, é preciso demonstrar de forma clara e objetiva a relevância da questão constitucional discutida no caso, demonstrando a violação à Constituição.

Sistema judiciário: A estrutura básica da hierarquia do judiciário brasileiro é a seguinte:

Primeira Instância: É o nível inicial do processo judicial. É composto por juízes de direito, que atuam nas comarcas e varas judiciais espalhadas pelo país. Nessa instância, são julgadas as demandas de primeira mão, envolvendo questões cíveis, criminais, trabalhistas, entre outras.

Segunda Instância: Também chamada de instância recursal ou de apelação. É composto pelos Tribunais de Justiça (estaduais) e pelos Tribunais Regionais Federais (federais), que funcionam como instâncias de revisão das decisões proferidas na primeira instância. Nessa instância, são julgados os recursos interpostos pelas partes insatisfeitas com as decisões de primeira instância.

Tribunais Superiores: São os órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, responsáveis por uniformizar a interpretação da legislação e garantir a aplicação correta do direito em todo o país. São compostos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que julga recursos especiais, e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julga recursos extraordinários e tem a função de guardar a Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri *et al*. **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume Dumará, 2014.

ACSELRAD, Henri. A crítica do espaço e o espaço da crítica. **Anais do Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**, v. 15, 2013.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais? O caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo: Ed. da USP, v. 24, 2010.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrich Boll, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004 (Kindle Edition).

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, n. 11, 2013.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *In*: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n. 1, p.79-90, 1999.

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil, **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a04v16n35.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), 2014, v, 15, p. 84-105.

ACSELRAD, Henri. Génesis y configuración de las luchas por justicia ambiental en Brasil. *In*: ALIMONDA, Hector; PEREZ, Catalina Toro; MARTIN, Facundo (Orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica.** Buenos Aires e Ciudad de México: Ciccus, 2017, v. 1, pp. 231-258.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 5, Ed. UFPR, 2002.

ACSELRAD, Henri. Liberalização da economia e flexibilização das leis-o meio ambiente entre o mercado e a justiça. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 3, n. 3, 2013.

ACSELRAD, Henri; DAS NEVES, Gustavo Bezerra; MUNOZ, Edwin Gaviria. Inserción económica internacional y “resolución negociada” de conflictos ambientales en América Latina. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 36, n. 107, p. 27-47, abr. 2010. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612010000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2020.

ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro uma nova contribuição à crítica do movimento. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 73-94, 2003.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. *In*. ALIMONDA, Héctor. **La naturaliza colonizada**. Buenos Aires: Ed. Ciccus, 2011.

ANGIELLI, C et al. As particularidades da Região Trinacional a partir de sua gente: história, diversidade e identidade intercultural. In: ASSUMPÇÃO, S, B et al. (Org.).

Região Trinacional do Iguaçu: Encontros, desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022b, p. 65-98.

ANGIELLI, C et al. Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguaçu. In: ASSUMPÇÃO, S, B et al. (Org.). **Região Trinacional do Iguaçu: Encontros, desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável**. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022b, p. 25-61.

ANGIELLI, C et al. Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu. In: ANGIELI et al. (Org.). **Desenvolvimento sustentável da Região Trinacional do Iguaçu: Discursos, interfaces, disputas e conquistas**. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022d.

ANGIELLI, C et al. Planejamento territorial sustentável para a Região Trinacional. In: ASSUMPÇÃO, S, B et al. (Org.). **Região Trinacional do Iguaçu: Encontros, desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável**. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022a, p. 140-174.

ANTONI, Giorgio de. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 2; jul.- dez. 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/317/317 19918016.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 14, p. 83-102, 1999.

ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAG, 2007.

AVANCI, Juliana Lemes; DENALDI, Rosana; DIAS, Solange Gonçalves. A judicialização dos conflitos socioambientais urbanos e a atuação do Poder Judiciário paulista: considerações a partir de uma leitura constitucional. **Anais III Seminário sobre o tratamento de Áreas de Preservação Permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo**, Belém, v. 10, p. 11-13, 2014.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. **Revista Direito GV**, v. 8, p. 59-85, 2012.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/01/artigo_henyo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

BARRETO, Nathalia Lima. **Democracia ambiental no Brasil:** legados autoritários e desigualdades políticas nas separações entre desenvolvimento e meio ambiente. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação stricto sensu em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2020.

BARROS, A. T. O ambientalismo como interdisciplina sociocultural e pensamento complexo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 44, p. 63-91, jul./dez. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **(Syn) thesis**, v. 5, n. 1, p. 23-32, 2012.

BECK U, Bonss W, Lau C. The Theory of Reflexive Modernization: Problematic, Hypotheses and Research Programme. **Theory, Culture & Society**. 2003;20(2):1-33. doi:10.1177/0263276403020002001

BENSUN, Nurit. **Seria melhor ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por que.** Brasília: Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002. Disponível em: https://acervo.socio ambiental.org/sites/default/files/publications/L9L00020.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BERNARDO, L. V. M.; ZIDORA, C. B. M.; FARINHA, M. J. U. S.; DUARTE, N. D. L. Ecodesarrollo como estrategia para la sostenibilidad: un análisis socioambiental basado en la obra de Ignacy Sachs. **Multitemas**, v. 23, n. 55, p. 95-120, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.20435/multi.v23i55.1800. Acesso em: 02 maio 2022.

BERTZKY, B *et al*. **Protected Planet Report 2012**: Tracking progress towards global targets for protected areas. Compiled by UNEP-WCMC in cooperation with IUCN and other part- ners. 2012 United Nations Environment Programme. Disponível em: https://livereport.protectedplanet.net/pdf/Protected_Planet_ Report_2012.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo *et al*.**Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

BLEY, Dagmar Heil Pocrifka; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Ciclos de codificação e o software atlas ti: uma parceria criativa para análise de dados qualitativos em pesquisas sobre o uso das tecnologias digitais no campo da educação. Em teia - **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, p. 1-14, 2019.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é-o que não é. Editora Vozes Limitada, 2017.

BONASSA, Tânia L. **Estrada do Colono, ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2004.

BRASIL. **Anteprojeto de Decreto-Lei – Cria Novos Territórios Federais e dá Outras Providências**. Palácio do Catete, 14-XII-1938. Secretaria Geral de Segurança Nacional Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1938.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 set. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo n° 3 de 13 de fevereiro de 1948**. Aprova a Convenção para proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América Latina de 1940.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.014 de 13 de Fevereiro de 1940**. Autoriza os governos estaduais a promoverem a guarda e fiscalização das florestas.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

BRASIL. **Decreto Lei nº 982, de 23 de Dezembro de 1938.** Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitue (*sic*) alguns dos já existentes e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944**. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

BRASIL. **Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944**. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

BRASIL. **Decreto nº 23.793**. Aprova o Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, p. 25.538, 23 jan. 1934.

BRASIL. **Decreto Nº 3.420 de 20 de abril de 2000.** Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas, PNF, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 563, de 5 de junho de 1992**. Institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação.

BRASIL. **Decreto nº 58.054, de 23 de Março de 1966**. Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

Brasil. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979**. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

BRASIL. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979**. Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros.

BRASIL. **Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967**. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941**. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p.3029, 17 fev. 1941.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943a**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio-Branco, do Guaporé, de Ponta-Porã e do Iguassu. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 13731, 15 set. 1943a.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943b**. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 14481, 29 set. 1943b.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5894, De 20 de outubro de 1943**. Aprova e baixa o Código de Caça.

BRASIL. **Lei federal nº 11.132, de 4 de julho de 2005**. Acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

BRASIL. **Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

BRASIL. **Lei nº 4.504 - de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o Novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 set. 1965, p. 9.529, retificado no D.O. de 28 set. 1965, p. 9.914.

BRASIL. **Lei nº 4132, De 10 de setembro de 1962.** Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

BRASIL. **Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o Novo Código Florestal.

BRASIL. **Lei nº 5.106 de 02 de setembro de 1966**. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 7.754 de 14 de abril de 1989.** Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.

BRASIL**. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, Parágrafo 1 incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional

de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 10, de 18 de março de 1986**. Dispõe sobre a criação de Comissão Especial para elaborar projeto de lei sobre Unidades de Conservação.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2000.

CALEBE, Josué. Itaipu pode financiar reabertura da Estrada do Colono. **Jornal online Rádio Cultura Foz. Foz do Iguaçu**, 2019. Disponível em: https://www.radioculturafoz.com.br/2019/06/13/itaipu-pode-financiar-reabertura-da-estrada-do-colono. Acesso em: 15 abr. 2020.

CAMPUS, F. L. S. Inovação, trajetórias tecnológicas e sustentabilidade: uma introdução à abordagem neo-Schumpeteriana e complexa – o caso da Petrobras. *In*: **Encontro de Economia Da Região Sul – ANPEC SUL**, 8., 2005, Rio Grande do Sul.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. Saraiva Educação SA, 2017.

CAPRILES, René. Congresso mundial de parques: áreas protegidas, reservatórios genéticos. **Revista Eco 21**, Ano XIII, Edição 82, Setembro 2003. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/artigos_UC/congresso_mundial_de_parques:_areas_protegidas,_reservatorios_geneticos.html. Acesso em: 01 fev. 2022.

CÁRCOVA, Carlos Maria. **Direito, Política e Magistratura**. S. Paulo: LTr, 1996, p. 174.

CARCOVA, Carlos María. **Teorias jurídicas alternativas**: escritos sobre Derecho e Política. Centro Editor de América Latina: Buenos Aires, 1993.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **O Urbanismo Moderno e a questão da Natureza**. São Paulo, (Tese de Doutorado apresentada à FAU/USP), 1997.

CARLEIAL, Liana. A contribuição neoschumpeteriana e o desenvolvimento regional. *In*: **Economia Regional E Urbana**, 2011.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituciones del processo civil**. Tradução de Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1973.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. Laudo Antropológico. v. I, 2ª parte: o processo de desterramento da população indígena Ava-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Oco'y-Jakutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Ava-Guarani de Oco'y/São Miguel do Iguaçu–PR: aspectos antropológicos e jurídicos. **São Paulo: Ministério da Justiça**, 2005.

CAVALCANTI, Marco Antônio F. de H.; JÚNIOR. José Ronaldo de C. Souza. **Carta de conjuntura** IPEA, 2018. Disponivel em: http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura

/index.php/2018/11/30/cenarios-macroeconomicos-para-o-periodo-2020-2031/ . Acesso em: 18 abr 2020.

CGU, Controladoria-Geral da União. **Resultados de ação de controle desenvolvida em função de situações presumidamente irregulares ocorridas no Parque Nacional do Iguaçu, 2016**. Relatório de Demandas Externas Número do relatório: 201601851. Unidade Examinada: INST.CHICO MENDES DE CONSER. BIO - FOZ IGUAÇU. 2016. Disponível em: https://auditoria.cgu.gov.br/download/10369.pdf. Acesso em: 20 abr 2020.

CHAPE, Stuart; SPALDING, Mark; JENKINS, Martin. **The World's Protected Areas. Status, values and prospects in the 21 st century.** University of California Press. Berkeley, USA.2008. Disponível em: https://ia800306.us.archive.org/15/items/worldsprotecteda08chap/worldsprotecteda08chap.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**. Elementos da filosofia constitucional contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

CLEMENTE, Ademir. **Autos ação judicial suspensão de liminar nº 97.04.20676-3,** TRF4ª Região, 1997.

CLEMENTE, Ademir. **Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono (PR 495)**: Avaliação Econômica. Autos de suspensão de liminar ou antecipação de tutela Nº 97.04.20676-3 (TRF4) / 0206763-89.1997.4.04.0000. Processo Originário: Nº 00.00.86736-5 (PR). Data de autuação: 12/05/1997. Páginas 603 a 634. Órgão Atual: ARQUIVO GERAL. Localizador: CAIXA 8046. Situação: ARQUIVADO.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-47.

CUNHA, Marcelo Pereira da e GUARENGHI, Marjorie Mendes. Educação e crescimento econômico: uma análise de insumo-produto. *In*: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento Regional as Bases**: as Bases para a Inovação Competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. Ação civil pública e meio ambiente. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

DI BITETTI, M. S.; PLACCI, Guillermo; DIETZ, Lou Ann. Una Visión de Biodiversidad para la Ecorregión del Bosque Atlántico del Alto Paraná: Diseño de un Paisaje para la Conservación de la Biodiversidad y prioridades para las acciones de conservación. **World Wildlife Fund**, v. 154, 2003.

DIAS, Edson dos Santos. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental**: a "estrada do colono" como via de (des)integração do oeste-sudeste paranaense. 01/07/2006 381 f. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/PR.PRUDENT, Presidente Prudente Biblioteca Depositária: FCT/UNESP.

DIAS, Julio Cesar Silva. **O Manejo interinstitucional da degradação legítima**: a burocratização subordinada da avaliação de impactos ambientais no planejamento territorial coordenado pela política energética brasileira. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Henri Acselrad.

DIEGUES, Antonio Carlo. & Arruda, R.S.V. 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente; São Paulo, USP. (Biodiversidade, 4).

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: Novos rumos para a Conservação da natureza. São Paulo, HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente e sociedade**, Ano IV, nº 9, 2º semestre de 2002, p. 45-68.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O sistema brasileiro de parques nacionais**: análise dos resultados de uma política ambiental. Niterói: EDUFF, 1997.

DIEGUES. Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza Intocada**. 6º ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008.

DO COUTO E SILVA, Almiro. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 237, p. 271-316, 2004.

DO PASSO CABRAL, Antonio. A técnica do julgamento-alerta na alteração de jurisprudência consolidada: segurança jurídica e proteção da confiança no direito processual. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro** nº, v. 56, p. 19, 2015.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente e sociedade**, Ano II, nº 3 e 4, 2º semestre de 1998, 1º semestre de 1999.

DUTRA, Sandro Jose; FRANCO Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Devastação florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás. **HIB**: revista de história iberoamericana, v. 8, n. 2, p. 10-31, 2015.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Factsheet on the EPA's Office of Environmental Justice**. 2017.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologias de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. *In*: MARTÍNEZ, Leonardo M. (Ed.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011. mp. 49-74.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Bogotá: Norma, 1998.

ESTEVES, C.M.P. Evolução da criação dos parques nacionais no Brasil. Monografia em Engenharia Ambiental. Instituto de Florestas. UFRRJ, 2006.

FENECH, A., Foster, J., Hamilton, K. *et al.* Natural Capital in Ecology and Economics: An Overview. **Environ Monit Assess 86**, 3–17 (2003). Disponível em: https://doi-org.ez22.periodicos.capes.gov.br/10.1023/A:1024046400185. Acesso em: XXXXXXXXX

FERRAZ, Sérgio. Parecer. **Autos ação judicial 1986.70.00.086736-9**, 11ª VF de Curitiba-PR, p. 746-774.

FERREIRA, Lourdes Maria. **Contexto regional**: Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, 1999.

FÉRRER, Elmano. **Parecer do Relator da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2013 (PL nº 7123/2010)**. Brasília, 2020.

FONTENELLE, Isleide A. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, p. 100-109, 2012.

FRANCO, Caroline; PELAEZ, Victor. Antecedentes da Lei Federal de Agrotóxicos (7.802/1989): o protagonismo do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, 2017.

FRANCO, José Luis Andrade. A primeira conferência brasileira de proteção à natureza e a questão da identidade nacional. **Revista Varia História**, nº 26, Dossiê História e Natureza, Belo Horizonte: Departamento de História, UFMG, 2002, p. 77-96.

FRANCO, José Luiz de Andrade O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História** (São Paulo) [online]. 2013, v. 32, n. 2, pp. 21-48. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-90742013000200003. Epub 09 Jan 2014. ISSN 1980-4369. https://doi.org/10.1590/S0101-90742013000200003. Acessado em: 20 Jun. 2022.

FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História***,* vol. 17, nº 1, 2009*.*

FRANCO, José Luiz de Andrade. Natureza no Brasil: ideias, políticas, fronteiras (1930- 1992). *In*: SILVA, Sérgio Duarte (org.). **Relações da cidade-campo**. Goiânia: UFG/AGEPEL, 2000, p.7-111.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro, editora Fiocruz, 2009.

FREIRIA, Rafael Costa. Aspectos históricos da legislação ambiental no Brasil: da ocupação e exploração territorial ao desafio da sustentabilidade. Historical aspects of environmental legislation in Brazil: occupation and territorial exploration to the challenge of sustainability. **História e Cultura**, v. 4, n. 3, p. 156-179, 2015.

FREIRIA, Rafael Costa. Judicialização das políticas públicas ambientais: aspectos teóricos e estudo de casos paradigmáticos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 8, n. 2, p. 272-305, 2020.

GANEM, Roseli Senna. **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Edições Câmara, 2011.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Teoria fundamentada**: nova perspectiva à pesquisa exploratória. 2007.

GELINSKI JÚNIOR, E.; DALLA COSTA, A.; GONÇALVES, F. de O.; DUENHAS, R. A. Sistema de Inovação do Agronegócio Brasileiro? Dualismo estrutural-tecnológico e desafios para o desenvolvimento do país. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 28, p. 279-317, 2014.

GENTE NOSSA, COISAS NOSSAS. **Boletins do BANESTADO (61 anos)**: fazendo a história do Paraná. 1989.

GEOADAPTIVE. **Plan Estratégico de Desarrollo para la Triple Frontera:** Paraguay – Brasil – Argentina. Boston: [s.n.], 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA. Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-64.

GIDI, Antonio. **A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos**. São Paulo: RT, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt.Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração,1995.

GRASS, Pável Lavrenthiv. O potencial geopolítico da futura Ferrovia do “eixo de capricórnio” – Um projeto regional de impacto continental. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, 2020.

GUIDON, Niéde. Patrimônio Cultural e Unidades de Conservação no Brasil. *In*: **Congresso brasileiro de unidades de conservação**, 1, 1997, Curitiba. Patrimônio Cultural e Unidades de Conservação no Brasil. Curitiba: IAP : UNILIVRE: 1997 2v. p 286- 303.

GUIVANT, Julia Silvia. O legado de Ulrich Beck. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 227-238, 2016.

GURSKI, Bruno César; CALDEIRA, Violeta Sarti; SOUZA-LIMA, José Edmilson. A judicialização da política na tutela do direito ao meio ambiente. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 42, p. 419-438, 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HASAN, Md Nazmul. Techno-environmental risks and ecological modernisation in “double-risk” societies: reconceptualising Ulrich Beck’s risk society thesis, **Local Environment**, 2018. p. 258-275, DOI: 10.1080/13549839.2017.1413541.

HERRERA, A. Ó., Scolnick, H., Chichilinsky, G., Gallopin, G., Hardoy, J., Mosovich, D. y Talavera, L. **Catastrophe or new society?**: a Latin American world model**.** Ottawa: International Development Research Centre, 1976.

HOOPER, David U. *et al*. Effects of biodiversity on ecosystem functioning: a consensus of current knowledge. **Ecological monographs**, v. 75, n. 1, p. 3-35, 2005.

ICMBIO. **Edital de licitação- Concorrência nº 003/2021**, processo administrativo nº 02070.002575/2021-00. Concessão para prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no parque nacional do iguaçu, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão. 2021.

ICMBIo. **Onças do Iguaçu trabalha no engajamento da população**. 03 abr 2020. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10994-oncas-do-iguacu-trabalha-no-engajamento-da-populacao, 2020. Acesso em: mai. 2020.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.** 2018. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4380_20200422_105014.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. O que é justiça ambiental. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 389-392, Dec. 2009. Available from : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2020.

GURGEL, Helen C. et al. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O FALSO DILEMA ENTRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, n. 3, p. 109-130, novembro, 2009.

JAMES, Alexander N.; GREEN, Michael J.B; PAINE, James R. **A Global Review of Protected Area Budgets and Staff. WCMC.** 1999. Disponível https://www.iucn.org/content/a-global-review-protected-areas-budgets-and-staff. Acesso em: 21 jan. 2022.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva.; CIDADE, Lúcia Cony Faria.; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

JFPR, **Justiça Federal do Paraná. Autos ação civil pública nº 1986.70.00.086736-9**, 1ª VF de Curitiba- PR. 1986.

JFPR, **Justiça Federal do Paraná. Laudo perícia judicial. Autos ação civil pública nº 1986.70.00.086736-9**, 1ª VF de Curitiba- PR. 2000.

JFPR, **Justiça Federal do Paraná. Sentença. Autos ação civil pública nº 1986.70.00.086736-9**, 1ª VF de Curitiba- PR. 2007.

JÚNIOR, Antônio Pereira Gaio. Celso Neves e a jurisdição: justiça de mão própria, justiça privada e justiça estatal. **Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença**, v. 20, n. 2, 2022.

JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de direito processual civil–volume I**. Editora Forense: Rio de Janeiro, 2016.

KIM HEACOX.10 Factos Surpreendentes Sobre Yellowstone. **National Geographic**. *30 maio 2018.* Disponível em: https://www.natgeo.pt/viagem-e-aventuras/2018/05/10-factos-surpreendentes-sobre-yellowstone. Acesso em: 20 mar. 2022.

KOELLER, Priscila *et al*. **Ecoinovação**: revisitando o conceito. IPEA, Econstor, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/10419/240751. Acesso em: 15/06/2022.

LABARRÈRE, Maria de Fátima Freitas. Unidades de Conservação e o Direito. *In*: **II Congresso brasileiro de unidades de conservação, 2000**, Campo Grande. Unidades de Conservação e o Direito. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000 3v. p. 57-75.

LAWRENCE Juda (2002) Rio Plus Ten: The Evolution of International Marine Fisheries **Governance, Ocean Development & International Law**, 33:2, 109-144, DOI: 10.1080/00908320290054738.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental**: la reapropiación social de la naturaleza. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Natureza e cultura**: unidades de conservação de proteção integral e populações tradicionais residentes. Letra da Lei, 2009.

LEVALLOIS, Clément. Can de-growth be considered a policy option? A historical note on Nicholas Georgescu-Roegen and the Club of Rome. **Ecological economics**, v. 69, n. 11, p. 2271-2278, 2010.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 85-103, 2006.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da "Marcha para o Oeste**". 2.ed., rev. e ampl. Cascavel (PR): Ed. Unioeste, 2021.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Prefeitura, 1997.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista de Direitos Difusos**, v. 68, n. 2, p. 15-40, 2017.

MARICATO, Ermínia. Planejamento urbano no Brasil: As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otília B.; VAINER, Carlos; MARI-CATO,

Ermínia; **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Editora Petrópolis, 2000.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Prova e convicção: de acordo com o CPC de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, Marcelino. Crítica da modernidade. Tradição, modernidade e pós-modernidade. **Ponto-e-Vírgula**: Revista de Ciências Sociais, n. 11, 2012.

MARSHALL, Brent K. Globalisation, environmental degradation and Ulrich Beck's risk society. **Environmental Values**, v. 8, n. 2, p. 253-275, 1999.

MARTINEZ-ALIER, J. (2018). Ecological Distribution Conflicts and the Vocabulary of Environmental Justice. *In*: Dayal, V., Duraiappah, A., Nawn, N. (eds) **Ecology, Economy and Society. Springer**, Singapore. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-10-5675-8_11. Acesso em: XXXXXXXXX

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no brasil. **Ambiente & Sociedade**. Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.p.41-64.

MEDEIROS, Rodrigo; Araújo, Fábio França Silva (Orgs). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011.

MEDINA, Paulo Roberto Gouvea. **Teoria Geral do Processo** – 4ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

MERCADANTE, Maurício. **Avanços na implementação do SNUC e desafios para o futuro.** Ministério do Meio Ambiente Brasil. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/mauricio_mercadante_avancos_na_implementacao_do_snuc_e_desafios_para_o_futuro.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. **Direito ambiental das áreas protegidas**: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MILANEZ, Bruno. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 20, 2009.

MILANO, Giovanna Bonilha. Poder Judiciário e conflitos fundiários urbanos: molduras processuais da disputa. **civilistica.com**, v. 6, n. 2, p. 1-21, 2017.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência. **Glossário**.12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF sobrevoa Parque Nacional do Iguaçu e constata regeneração da floresta na Estrada do Colono.** Data: 09/09/2019. Disponivel em: http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/mpf-sobrevoa-parque-nacional-do-iguacu-e-constata-regeneracao-da-floresta-na-estrada-do-colono. Acesso em: 18 abr 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Nota técnica nº 4/2019** – 4ª CCR, de novembro de 2019.

MITTERMEIER, Russel A *et al*. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, vol. 1, nº 1, 2005. Disponível em: http://www.geth.zoo.bio.br/IMG/pdf/breve_historia_da_conservacao_no_brasil.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto *et al*. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MOURA, Adriana Maria Magalhães. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. *In*: MOURA, Adriana Maria Magalhães (Org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

MULLER, Arnaldo Carlos. **Proposiçao de manejo para o Parque Nacional do Iguaçu.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 1978.

MUNDIAL, Banco. **operational directive 4.20 on indigenous peoples**, 1991. Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/4da94701-07cc-4df3-9798-947704a738d4/OD420_IndigenousPeoples.pdf?MOD=AJPERES&CVID=jqewORB. Acesso em: 03 fev. 2022.

MYSKIW, Antonio Marcos. Colonos, posseiros e grileiros no Oeste do Paraná. **Revista espaço plural**, Unioeste. Ano v nº 11 - 1º semestre/2004, Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/183/122 . Acesso em: 03 mai 2020.

MYSZCZUK, Ana Paula; DA SILVA, Christian Luiz. Política Pública para Empreendimentos do Setor Elétrico: Estudo Comparativo entre a Regulação Brasileira e Cubana sobre Meio Ambiente e Uso dos Recursos Naturais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, 2019.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Enjoy the Healing Waters of This Small National Park**. 2009. Disponível em: https://www.nationalgeographic.com/travel/national-parks/article/hot-springs-national-park. Acesso em: 15 mar. 2022.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo código de processo civil**. Barueri: Grupo Gen-Editora Método Ltda., 2016.

ORAVEC, Christine. Conservationism vs. preservationism: The “public interest” in the Hetch Hetchy controversy. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, n. 4, p. 444-458, 1984.

OLIVEIRA, Thaís de. Parque Nacional do Iguaçu e a Nova Ferroeste: potenciais consequências do megaprojeto de infraestrutura ferroviária. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação com área de concentração em sociedade, cultura e fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná 2023.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Sistema de Unidades de Conservação. *In*: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (Ed.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Ministério do Meio Ambiente, 2011.

PARANA Estado do. **Relatório apresentado à comissão especial do estudo da faixa de fronteira do Paraná e Santa Catarina**, pelo Gen. Gaspar Peixoto Costa, diretor do DGTC na qualidade de Representante do Estado do Paraná, junto ao Ibra. Curitiba, 1966.

PARANÁ, Ministério Público Estadual do. Nota técnica 01/2020 (CAOPMAHU-GAEMA). **PL 984/2019- Estrada do Colono**. Disponível em: https://comunicacao.mppr.mp.br/arquivos/File/ASCOM/2602_CAOPMA_NotaTecnica_EstradaColono.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

PARANÁ. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. **Quilombos e quilombolas no Paraná**. Disponível em https://www.saomiguel.pr.gov.br/historia/. Acesso em: 18 abr 2020.

PIOVESAN, E; BRANDÃO, F. Câmara aprova urgência para criação de estrada no Parque Nacional do Iguaçu. **Agência Câmara de Notícias**, 09 jun. de 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/770329-CAMARA-APROVA-URGENCIA-PARA-CRIACAO-DE-ESTRADA-NO-PARQUE-NACIONAL-DO-IGUACU. Acesso em: 15 jul. 2023.

PodParaná #89: Estado foi dividido na década de 1940 para criação do Território Federal do Iguaçu. **G1, Globo Paraná**. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2022/07/29/podparana-89-estado-foi-dividido-na-decada-de-1940-para-criacao-do-territorio-federal-do-iguacu.ghtml. Publicado em: 27/07/2022. Acesso em: 29 mar 2023.

PORTZ, Solange; DECURGEZ, Valdirene Reimann; SILVA, Paulo Renato da. O quilombo apepu: memória e representação de uma comunidade. **Revista UNILA extensão e cidadania**. Edição n. 1, 2017. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/ruec/article/view/1087. Acesso em: 10 mai. 2020.

POTTER, Lee Ann; SCHAMEL, Wynell. The Homestead Act of 1862. **Educação Social**, v. 61, n. 6, outubro de 1997, p. 359-364. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=EJ557568. Acesso em: 18 mar. 2022.

PRIORI, Angelo, *et al*. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A história do Oeste Paranaense**. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8.

PUREZA, Fabiana. **Unidades de conservação**. Matrix Editora, 2016.

QUINTÃO, Angela Tresinari B. Evolução do Conceito de Parques Nacionais e sua Relação com o Processo de Desenvolvimento. In: **Brasil Florestal**. Brasília, 1983. 54p. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/evolucao-do-conceito-de-parques-nacionais-e-sua-relacao-com-o-processo-de. Acesso em: 12 jan. 2022.

Retrospectiva em imagens da polêmica Estrada do Colono. **REVISTA MOSAICOS**, 01 de out. de 2019. Disponível em: https://www.revistamosaicos.com.br/5144-2/. Acesso em: 1 set. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ROCHA, René Eberle. Natureza e sociedade no pensamento de Thoreau: do transcendentalismo ao ambientalismo. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, p. 66-77. 2018

SACHS, I. Ecodesarrollo, desarrollo sin destrucción. Ciudad de México: El Colegio de México, **Programa sobre Desarrollo y Medio Ambiente**, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Seis razões para pensar**. Lua Nova: revista de cultura e política, n. 54, p. 13-23, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SCHENINI, Carlos *et al*. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. *In:* Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. **Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**, Florianópolis, 2004. COBRAC, UFSC Florianópolis, 2004.

SCHLINDWEIN, SHARLENE KEILA. **Capanema e a estrada do colono**: memórias e representações. 16/03/2016 101 f. Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Foz do Iguaçu Biblioteca Depositária: Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

SILVA, A. do C. e. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 237, p. 271–316, 2004. DOI: 10.12660/rda.v237.2004.44376. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44376. Acesso em: 22 maio. 2023.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SIQUEIRA JR, Paulo Hamilton. **Direito processual constitucional**. Saraiva Educação SA, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, p. 307-334, 1999.

STOLTON, Sue; SHADIE, Peter; DUDLEY, Nigel. IUCN WCPA best practice guidance on recognising protected areas and assigning management categories and

governance types. **Best Practice Protected Area Guidelines Series**, v. 21, p. 1-31, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. ¡ La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada/Nature does not exist! Sustainability as Symptom of a Depoliticized Planning. **Urban**, n. 01, p. 41-66, 2011. Disponível em: http://polired.upm.es/index.php/urban/article/view/410. Acesso em: 10 mai. de 2020.

SWYNGEDOUW, Erik. Impossible/Undesirable Sustainability and the Post-Political Condition. In: J. R. KRUEGER; D. GIBBS (orgs.). **The Sustainable Development Paradox.** Guilford: New York, 2007.

TÁCITO, Caio. Do direito individual ao direito difuso. **Revista de Direito Administrativo**, v. 157, p. 1-13, 1984.

TEMPER, L. et al. The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability. **Sustentabilidade: ciência e prática**, v. 13, p. 573-584, 2018.

TREVISAN, Fernanda Lodi. A visitação turística no Parque Nacional do Iguaçu. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, 2020. DOI: 10.5216/BGG.v40.62736.

TREVISAN, Fernanda Lodi. A visitação turística no Parque Nacional do Iguaçu: the tourist visitation in the iguaçu national park. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1-24, 2020.

TRF 4. **Apelação - Autos na origem: ação civil pública nº 1986.70.00.086736-9**, 1ª VF de Curitiba- PR.

TRF 4. Decisão. **Autos ação judicial suspensão de liminar nº 97.04.20676-3**, TRF4ª Região. 1997.

TRF4. Corregedoria. **Autos ação civil pública nº 1986.70.00.086736-9**, 1ª VF de Curitiba- PR. 2000.

TRUONG, D. Hiep. Daubert and judicial review: how does an administrative agency distinguish valid science from junk science. **Akron L. Rev**., v. 33, p. 365, 1999.

UNESCO, World Heritage Patrimoine mondial. **Mission Report**: Iguazu National Park (Argentina/Brazil). Paris, jun. 2008.

URBAN, Teresa. **Saudade do matão**: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Editora UFPR, 1998.

USA, of National Park Service. **Yellowstone**. Disponível em: https://www.nationalparks.org/connect/explore-parks/yellowstone-national-park. Acesso em: 12 mar. 2022.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.

VAN GRIETHUYSEN, Pascal. Sustainable development: an evolutionary economic approach. **Sustainable Development**, v. 10, n. 1, p. 1-11, 2002.

VANHULST, Julien; GÜNTHER, María Griselda. Pensar la sustentabilidad desde América Latina. Retrospectiva del discurso académico a partir de un análisis bibliométrico entre 1970 y 2012. **Revista colombiana de sociología**, v. 42, n. 1, p. 41-71, 2019.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional econômico ambiental**. Editora Del Rey, 2004.

VENCATTO, Rudy Nick. **A invenção da floresta intocada**: olhares e representações sobre o Parque Nacional do Iguaçu (1939-2016). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

VENCATTO, Rudy Nick. **Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato**: memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009). 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Os descaminhos da "resolução negociada"**: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais / Rodrigo Nuñez Viégas. – 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. Orientador: Henri Acselrad.

WACHOVICZ, R. Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos**: História do Oeste Paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987a.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. Monções: Revista dos Tribunais, 2013.

WCED, SPECIAL WORKING SESSION. World commission on environment and development. **Our common future**, v. 17, n. 1, p. 1-91, 1987.

WIKIPÉDIA. **Mapa do Brasil em 1943**. Disponível em: https://commons.wikimedia .org/wiki/File:Brazil_in_1943.svg. Acesso em: 25 abr. 2020.

ZAVASCKI, Teori Albino. Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 11, 1996.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 97-107, 2008.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, p. 139-169, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZOUHRI, Andréa. A Revolta da ecologia política. *In*: ACSELRALD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumara, 2004.

ANEXO A - Relatório da Sentença de 2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA N° 00.00.86736-5/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA: ESTADO DO PARANÁ
RÉU: MUNICIPIO DE MEDIANEIRA ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE XAVIER
RÉU: MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU ADVOGADO: GLAUCIA MARIA ASCOLI, ALEXSANDER ROBERTO ALVES VALADAO , MARIANA ANDREOLA DE CARVALHO SILVA
RÉU: MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU : MUNICIPIO DE BARRACAO : MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE : MUNICIPIO DE PRANCHITA : MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE : MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON : MUNICIPIO DE CEU AZUL : MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUACU : MUNICIPIO DE SANTA HELENA : MUNICIPIO DE MISSAL : MUNICIPIO DE MATELANDIA : MUNICIPIO DE CAPANEMA : MUNICIPIO DE PLANALTO : MUNICIPIO DE PEROLA DO OESTE ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE XAVIER

Trata-se de ação civil pública, com pedido de liminar, ajuizada pelo Ministério Público Federal a fim de impor ao IBDF, hoje sucedido pelo IBAMA, o fechamento da estrada que corta o Parque Nacional do Iguaçu, historicamente conhecida como Estrada do Colono, bem como as providências necessárias à restauração do ambiente na área por ela ocupada.

Sustenta o autor que o meio ambiente equilibrado constitui bem jurídico essencial à vida, à saúde e à felicidade do homem, estando sob amparo constitucional, e que a Lei n° 7.347/85 atribuiu ao Ministério Público

legitimidade para a sua tutela. Faz considerações acerca do Parque Nacional do Iguaçu, destacando que configura uma das únicas e a mais extensa floresta pluvial subtropical preservada do país, com importância fundamental para o equilíbrio ecológico de toda a região. Sem embargo, salienta que em 1954 o Parque foi seccionado com a abertura de uma estrada de aproximadamente 18 km de extensão, a fim de permitir ligação mais rápida entre as cidades de Medianeira e Capanema. Assevera que desde então vem se postulando o asfaltamento doer.

trecho, o que ainda não teria ocorrido em face da negativa da autarquia administradora do Parque. Aduz que o pedido de asfaltamento é centrado em justificativas de ordem econômica e social, sem que se observe preocupação com as repercussões negativas da estrada sobre o equilíbrio ecológico da região.

Alega que a importância econômica e social é mais retórica que verdadeira, e que esta não pode se sobrepor à necessária preservação do meio ambiente.

Ressalta os parques que a autarquia não cumpre adequadamente sua obrigação de bem tutelar o Parque Nacional do Iguaçu ao não fazer cessar a contínua ofensa ao ecossistema, proveniente do trânsito pela estrada objurgada, que permanece liberada ao tráfego. Destaca que o Brasil é signatário da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, aprovada pelo Decreto Legislativo n° 03, de 13/02/1948, e promulgada pelo Decreto n° 58.054, de 23/03/1966, pela qual se obrigou, dentre outros, a proteger e conservar no seu meio ambiente natural exemplares de todas as espécies da fauna e da flora, a de evitar sua extinção; a proteger e conservar as paisagens de grande beleza; além de criar parques nacionais. Nesse trajeto, o Regulamento dos Parques

Nacionais (Decreto n° 84.017/79) teria disposto acerca da inalienabilidade e indisponibilidade dos parques, bem assim quanto à obrigação das autoridades de preservá-los e mantê-los intocáveis, sendo seu objetivo principal a preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem. Assim, afirma a omissão do gestor do Parque Nacional do Iguaçu ao permitir a continuidade do tráfego na estrada aberta, cujos efeitos negativos se protraem no tempo, somando-se à agressão praticada quando da abertura da estrada aquela decorrente de sua utilização.

Sustenta que o trecho da BR 163 que atravessa o Parque não encontra respaldo técnico ou apoio legal que justifique sua permanência, impondo-se seu fechamento. Frisa que a estrada atravessa Zona Intangível do Parque, representativa do seu mais alto grau de preservação, o que demonstraria a grave ofensa ao Parque, asseverando que no seu Plano de Manejo é reiteradamente afirmada a inconveniência da continuidade da abertura da estrada, prevendo-se sua interdição, porque conflitante com os objetivos do Parque, em especial com a destinação da Zona Intangível.

Informa que o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná promoveu licitação para a execução do asfaltamento do trecho sob discussão, alegando-se a possibilidade com a adoção de medidas como a construção de elevados e a colocação de grades laterais, o que, porém, multiplicaria os efeitos deletérios que a via causa aos componentes da paisagem natural. Sustenta ser proibida a estrada pelo art. 24 do Decreto n° 84.017/79, em especial porque causa inequívoco prejuízo ao meio ambiente, e porque o Parque Nacional do Iguaçu está sob proteção especial do poder público, conforme parágrafo único do art. 180 da Constituição vigente à época da exordial, citando o art. 1° da Lei n° 4.771/65 e o art. 2°, caput e inciso VI, da Lei n° 6.938/81.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 17/189.

A liminar pleiteada foi deferida conforme decisão de fls. 191/194.

Juntados novos documentos pelo autor às fls. 202/209.

Requereram o Município de Medianeira e a Associação Comercial e Industrial de Medianeira - ACIME, às fls. 213/222, sua admissibilidade no feito, ocasião em que relataram os problemas ocasionados pelo fechamento da estrada, pedindo a revogação ou reformulação da liminar, com complementação às fls. 223/271.

Às fls. 273/281 postularam o Município de Capanema, o Município de Planalto e a Associação Comercial e Industrial de Capanema a reconsideração da liminar, juntando os documentos de fls. 282/377.

O MPF relatou às fls. 382/383 a existência de movimento dirigido contra a decisão liminar, com a instigação da população à prática de atos ilegais, requerendo a expedição de ofício à Secretaria de Segurança do Estado do Paraná, a fim de evitar que referido movimento atingisse seus objetivos.

Pela decisão de fls. 431/432 foi indeferido o pedido de admissibilidade da ACIME no feito, deferindo-se, porém, a participação, como litisconsorte passivo facultativo, do Município de Medianeira, decisão está, agravada pelo MPF às fls. 438/439. Ademais, foi mantida a decisão liminar.

Citado, apresentou contestação o IBDF, posteriormente sucedido pelo IBAMA, às fls. 457/460, aduzindo que o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu preconiza o fechamento da estrada em diversos itens do seu texto, havendo a autarquia sempre se manifestado contrariamente ao asfaltamento do trecho interditado. Afirma que apenas lhe faltava a definição pelo DNER do Plano Nacional

de Viação, verificando que no mesmo deixou-se de constar o trecho da BR 163 entre Capanema e Medianeira, a partir do que restou viabilizado o fechamento da estrada. Relata postulação do Estado do Paraná a fim de transformar a Estrada do Colono em uma estrada-parque, ao que se manifestou contrariamente o 1BDF. Sustenta, dessa forma, que a medida postulada na presente ação seria implementada pelo IBDF, não se opondo ao pedido inicial. Juntou os documentos de fls. 461/465.

À fl. 478 informou o Secretário dos Transportes do Estado do Paraná que o serviço de transporte de veículos por balsa entre o Porto Moisés Lupion e o Parque Nacional do Iguaçu foi concedido em caráter provisório, encontrando-se vencidas as concessões. Em face disso, requereu o MPF, às fls.

479/480, fosse determinado ao Superintendente da SUNAMAM e ao Secretário dos Transportes do Estado do Paraná a abstenção de qualquer ato de delegação do serviço referido, a fim de garantir o cumprimento da liminar, o que foi deferido à fl. 481.

Requereram os Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Barracão, Vera Cruz do Oeste, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Marechal Cândido Rondon, Céu Azul, Santa Izabel do Oeste, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Missal, Matelândia e Medianeira, às fls. 486/495, s inclusão nos autos como assistentes litisconsorciais, sustentando que a interdição tl da Estrada do Colono representa verdadeira catástrofe à economia regional.

Às fls. 589/642, juntaram os Municípios acima citados defesa, na qual fazem relato histórico da estrada interditada, afirmando possuir a mesma 63 anos de existência. Aduzem que o uso da estrada incorporou-se à vida, direito e patrimônio comunitários, destacando o interesse comunitário na existência e utilização da estrada, a qual não geraria agressão à ecologia ou à Lei. Afirmam outrossim que o asfaltamento e a realização de planos de proteção ecológica resultarão em benefícios ao meio ambiente, ressaltando os reflexos positivos da existência e utilização da estrada na economia local. Asseveram que a Lei n° 4.771/65 admite a utilização de parque nacional, inclusive para fins recreativos, no que se inclui o turismo, aduzindo permitir a legislação brasileira a existência de estradas no interior de parque nacional. Citam exemplos de parques estrangeiros cortados por estradas. Salientam que a decisão da UNESCO de reconhecer o Parque Nacional do Iguaçu como patrimônio da humanidade não representa antagonismo ao uso da estrada, propiciando a sua abertura de forma racional. Sustentam a impossibilidade jurídica do pedido, pautando-se no princípio da legalidade, ao argumento de que não pode ser exigido da

Administração Pública o que não esteja previsto em lei, e que as obrigações que pretende o autor sejam impostas ao IBDF não estão dentre o rol de suas competências administrativas, previstas nos arts. 2°, 4° e 5° do Decreto n° 289/67.

Ainda em sede preliminar, alegam a carência da ação por impossibilidade jurídica do pedido, porque não poderia o Poder Judiciário fazer qualquer exame acerca da conveniência de ato administrativo discricionário, tal qual o que admite a existência de estrada cortando o Parque Nacional do Iguaçu, importando eventual decisão de procedência na presente ação em violação à separação de poderes. Destacam ser possível a abertura de estrada em parque nacional desde que seja de interesse do mesmo, conforme art. 24 do Decreto n° 84.017/79, competindo o juízo de oportunidade e conveniência ao IBDF, sem possibilidade de revisão pelo Poder Judiciário.

Afirmam a existência de interesse comunitário, coletivo, na manutenção da Estrada do Colono, o que impediria a revogação do ato administrativo permissivo,

que teria gerado direitos e interesses comunitários, impondo deveres ao Estado. Sustentam a existência de direito adquirido à utilização da Estrada do Colono, que seria anterior à legislação que rege os parques nacionais ou a ação civil pública. Ainda, a inexistência de conflito entre o progresso e o meio ambiente, frisando a necessidade de coexistência entre o direito ecológico e o desenvolvimento. Destacam que a eventual utilização nociva de vias de acesso no interior de parques nacionais deve levar à atividade de polícia dos órgãos competentes e não à sua interdição, reafirmando que a Estrada do Colono não é prejudicial ao meio ambiente. Salientam as obras projetadas pelo Estado do Paraná para a estrada, aduzindo que trarão beneficios à fauna e à flora, possibilitando sejam conciliadas as necessidades regionais, as exigências do progresso e a proteção racional do meio ambiente.

Nova petição dos Municípios às fls. 686/692, em que postularam a reconsideração da decisão liminar, com a reabertura da Estrada do Colono.

Apresentaram os Municípios de Capanema, Planalto e Pérola do Oeste defesa às fls. 702/717, requerendo sua admissão como assistentes litisconsorciais e alegando a inépcia da inicial, porque não teriam sido incluídos no pólo passivo da lide os verdadeiros interessados na demanda, suscitando tese no sentido de que haveria litisconsórcio necessário dos Municípios na hipótese.

Aduzem a impossibilidade jurídica do pedido, na esteira da defesa apresentada pelos demais Municípios, afirmando a comunhão de interesses do autor e do réu.

Quanto ao mérito, reportam-se à petição de fls. 589/642, complementando-a com a alegação de que o DNER reconheceria a Estrada do Colono como rodovia federal.

Às fls. 727/744 foi protocolado novo pedido de reconsideração da liminar, sendo juntado parecer de Sérgio Ferraz acerca da temática discutida nos autos às fls. 746/774. Requereram os Municípios às 779/788, dentre outros pedidos já realizados anteriormente, a declaração de inconstitucionalidade da Lei da Ação Civil Pública e a citação do Estado do Paraná como litisconsorte necessário. • Petição do MPF às fls. 789/791.

Apresentou o Município de Medianeira petição às fls. 793/802, alegando a colusão entre o autor e o réu e requerendo a apreciação dos pedidos anteriores.

Às fl. 803/819 o Estado do Paraná requereu seu ingresso na lide como litisconsorte passivo facultativo, apresentando manifestação acerca do conceito de meio ambiente a fim de justificar a abertura da Estrada do Colono, apontando-a como patrimônio histórico e cultural brasileiro. Destaca que os fundamentos legais da inicial são todos posteriores à abertura da estrada, o que denotaria sua legalidade, afirmando a impossibilidade de retroação da legislação.

Ressalta a possibilidade de existirem obras no interior de parques nacionais desde que consideradas de interesse público, reportando-se às defesas apresentadas" pelos Municípios. Afirma a ausência de dano ao meio ambiente, aduzindo que w elaborou projeto a fim de conciliar os dois interesses, com a previsão de transformação da estrada em estrada-parque, com o que estaria afastada qualquer alegação de dano ambiental. Juntou os documentos de fls. 820/846.

Petição do MPF às fls. 863/874 rebatendo o parecer juntado aos autos.

Sentença proferida às fls. 878/811, admitindo a participação dos Municípios e do Estado do Paraná como litisconsortes facultativos, afastando as preliminares levantadas, e julgando procedente a ação a fim de determinar ao IBDF a cessação definitiva do uso da Estrada do Colono e a recuperação das áreas degradadas.

O MPF noticiou, às fls. 915/916, atos atentatórios ao Parque Nacional do Iguaçu, solicitando a adoção de medidas necessárias à sua preservação, determinadas à fl. 919.

Recurso de apelação do Estado do Paraná às fls. 921/957 e dos Municípios às fls. 964/974, com contra-razões do MPF às fls. 977/986.

Decisão proferida pelo TFR às fls. 1023/1063, dando provimento parcial aos recursos de apelação a fim de anular a sentença no ponto em que julgou antecipadamente a lide, determinando o retorno do processo à fase probatória.

Documento anexado pela Associação de Defesa Educacional do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu às fls. 1067/1071, pertinente ao reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, citando o fechamento da estrada.

Notícias de ingresso de pessoas acompanhadas de deputados estaduais no Parque através da Estrada do Colono às fls. 1073/1078.

Petição do Estado do Paraná às fls. 1091 /1093, alegando a incompetência do Juízo em face da existência de Vara Federal em Foz do Iguaçu.

Decisão à fl. 1095 dando cumprimento ao acórdão, com a nomeação de peritos para realização da prova pericial.

Quesitos do MPF e indicação de assistentes técnicos às fls.

1100/1103. O IBDF deixou de apresentar quesitos e assistente técnico (fl. 1108).

Por sua vez, os Municípios e o Estado do Paraná apresentaram quesitos e assistentes técnicos às fls. 1109/1113 e 1114/1123.

Decisão às fls. 1124/1125 afastando a incompetência suscitada pelo Estado do Paraná.

Após apresentação de proposta de honorários pelos peritos nomeados e determinação de intimação do Estado do Paraná para depósito (fl.

1149), peticionou este alegando ser indevido o adiantamento de honorários em ação civil pública. Na seqüência, foi proferida decisão interpretando o art. 18 da Lei no 7.347/85 em conciliação com o art. 19, § 1°, e 33 do CPC, de forma a manter a decisão que determinou ao Estado o depósito dos honorários, sob pena de ser considerada a omissão desistência da prova (fls. 1159/1162). Houve interposição de agravo de instrumento, do qual posteriormente desistiu o Estado do Paraná, depositando os honorários periciais (fls. 1208/1211).

Indeferido à fl. 1171 pedido de prova (cópia de reportagem televisiva), havendo interposição de agravo retido à fl. 1172.

Petição do MPF às fls. 1229/1234, alegando o depósito intempestivo dos honorários periciais e requerendo o julgamento antecipado da lide.

Postulou o Estado do Paraná, às fls. 1243/1246, a substituição dos • peritos nomeados, por não terem se desincumbido do encargo.

Às fls. 1277/1278 informou o MPF a organização de movimento popular em prol da abertura da estrada, solicitando a adoção de medidas a fim de evitar a sua invasão, conforme suspeita apontada, o que foi deferido.

Proferida sentença às fls. 1321/1327, reconhecendo a preclusão da prova pericial em face da intempestividade do depósito dos honorários periciais pelo Estado do Paraná, e julgando procedentes os pedidos, na esteira da sentença anteriormente proferida.

Embargos declaratórios apresentados pelos Municípios às fls.

1329/1331, rejeitados às fls. 1375/1378.

Interposto recurso de apelação pelo Estado do Paraná às fls.

1333/1349 e pelos Municípios às fls. 1351/1371.

Documentos juntados pelo parques às fls. 1402/1426.

Anulada a sentença de fls. 1321/1327 por decisão proferida pelo e.

TRF da 4° Região às fls. 1442 /1454, a qual determinou ademais a intimação dos Municípios que fazem parte da relação processual para depósito dos honorários periciais.

Interposto recurso especial pelo MPF (fls. 1456/1462), o qual não foi conhecido (fls. 1529/1537).

Baixados os autos, informou o MPF a invasão da estrada, com intuito de reabertura, requerendo a adoção de medidas a fim de garantir o cumprimento da liminar, determinadas pela decisão de fls. 1560/1564. Requerida às fls. 1622/1625 a intervenção do Exército Nacional a fim de conter a invasão da estrada, diante da noticiada impossibilidade das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Militar do Paraná. Novas providências requeridas às fls. 1645/1647. O

IBAMA informou às fls. 1649/1651 acordo firmado com os ocupantes da estrada para sua desocupação, bem assim a intenção de realização de EPIA/RIMA acerca da viabilidade ou não da abertura da estrada, cujo descumprimento restou comunicado pelo MPF às fls. 1691/1692.

Decisão do Presidente do TRF da 48 Região às fls. 1720/1722 suspendendo os efeitos da liminar para o efeito de determinar a reabertura da estrada, mediante condições. Alegação de descumprimento de condição imposta às fls. 1724/1725, afastada à fl. 1728. Decisão do ST.1 cassando a suspensão dos efeitos da liminar à fl. 1734. Informada a desocupação da estrada à fl. 1783.

Petição dos peritos atualizando seus honorários às fls. 1835/1839 e 1855/1856.

O Estado do Paraná, às fls. 1852/1853, concordou com a utilização dos valores por ele depositados para fins de pagamento dos honorários periciais.

À fl. 1930 determinou-se a intimação dos Municípios réus para depositarem os honorários periciais, conforme valor fixado na decisão.

Nova informação de invasão da Estrada do Colono às fls.2030/2031, com pedido de providências pelo MPF, deferidas parcialmente à fl. 2040.

Requerida novamente a intervenção do Exército para desocupação da Estrada do Colono, não sendo porém conhecido o pedido, conforme decisão de fls. 2181/2187.

Substituição de um dos peritos realizada às fls. 2213/2214, oportunidade em que se determinou o início dos trabalhos periciais, com resposta aos quesitos acostados aos autos e pertinentes à Ação Cautelar n° 97.0009419-7.

Requerida a notificação da Polícia Militar para retirada dos invasores da Estrada do Colono, foi proferida decisão indeferindo o pedido à fl. 2248, oportunidade em que foram deferidos quesitos complementares do Município de Medianeira e a indicação de assistentes técnicos.

Novas providências a fim de cessar a invasão requeridas às fls. 2254/2257, indeferidas às fls. 2258/2259.

Correição parcial deferida pelo e. TRF da 4ª Região, determinando o fechamento da Estrada do Colono com barreiras fisicas e a apreensão da balsa que faz a travessia Capanema/Serranópolis, indeferindo porém o pedido de afastamento do juiz presidente do feito à época (fls. 2302/2306).

Juntado laudo pericial às fls. 2372/2502. Na seqüência foram apresentados pareceres técnicos pelo Estado do Paraná (fls. 2512/2514), pelos Municípios (fls. 2516/2528), pelo MPF (fls. 2532/2633) e pelo IBAMA (fls.2637/2694). •

Juntado pelo MPF estudo sobre a Estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu realizado por Sérgio Brant Rocha às fls. 2696/2739.

Às fls. 2767/2780 foi anexada aos autos cópia da decisão acolhendo exceção de suspeição dos peritos nomeados nos autos, desconsiderando por conseqüência o laudo técnico por eles apresentado como prova pericial, e nomeando novos peritos. Foram os peritos afastados condenados a restituir 80% dos honorários recebidos.

Após apresentação de propostas de honorários pelos novos peritos nomeados e substituição de um dos peritos (fl. 2841), foi proferida decisão fixando os honorários periciais e determinando ao Estado do Paraná e aos Municípios o depósito respectivo (fls. 2892/2894). Nova decisão proferida às fls. 2949 /2950 fixando os honorários periciais, determinando o adiantamento de 45%ai dos honorários aos peritos, estes extraídos dos valores depositados em conta peleir Estado do Paraná e dos valores devolvidos por um dos peritos considerados suspeitos, impondo-se aos Municípios o depósito de valores remanescentes.

Opostos embargos de declaração pelo Estado do Paraná, houve retificação dos valores a serem depositados pelos Municípios, esclarecimentos quanto ao rateio dos honorários, e nomeação de mais dois profissionais, vinculados à área de biologia e sociologia.

Às fls. 2979/2987 peticionou o Estado do Paraná afirmando a perda superveniente do seu interesse na abertura da estrada, bem assim seu interesse no fechamento definitivo da mesma, requerendo sua habilitação no pólo ativo da demanda.

Noticiada a interposição de agravo de instrumento em face das decisões de fls. 2892/2894, 2949/2950 e 2974/2976 às fls. 3023/3024.

Às fls. 3038/3040 o MPF manifestou-se contrariamente ao pedido do Estado do Paraná de alteração do pólo, sustentando tratar-se de reconhecimento jurídico do pedido.

Juntada cópia de sentenças proferidas nos autos de Ação Ordinária n° 99.0025037-0 e n° 97.0026351-7 (fls. 3044/3051 e 3062/3074).

Às fls. 3052/3055 foi proferida decisão indeferindo o pedido do Estado do Paraná de compor o pólo ativo e mantendo a decisão anterior pertinente à prova pericial.

Pela decisão de fl. 3083 foi redistribuída a ação a esta Vara Ambiental, Agrária e Residual de Curitiba, acolhida a competência à fl. 3086.

Intimados inúmeras vezes para depositarem os honorários periciais, os Municípios réus cumpriram a decisão apenas às fls. 3240, 3243, 3251, 3253, 3255, 3257, 3272 e 3304.

Petição dos peritos, anexada às fls. 3245/3248, na qual solicitaram o fornecimento de documentos e marcaram o início dos trabalhos. Nova petição às fls. 3201/3263, comunicando nova data e esclarecendo os pedidos anteriores.

Após petição do IBAMA, questionando a solicitação de alguns documentos e juntando outros (fls. 3279/3281), foi proferida decisão às fls. 3282, v., indeferindo pedido de documentos realizado pelos peritos.

Juntado o laudo pericial às fls. 3312/3820.

As partes se manifestaram acerca do laudo pericial às fls.

3839/3840 (MPF), 3846/3858 (Municípios), 3886/3890 (Ibama) e 3892/4046 (Estado do Paraná).

Decisão às fls. 4068 e verso, afastando requerimento dos Municípios, agravada às fls. 4079/4085.

Alegações finais apresentadas pelas partes às fls. 4090/4096 (MPF), 4098/4106 (Estado do Paraná), 4109/4113 (Ibama) e 4116/4123 (Municípios).

É o relatório.

ANEXO B - RELATÓRIO SOBRE REGENERAÇÃO DA ESTRADA DO COLONO APÓS TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO (JFPR-MARÇO/2021)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE REGIONAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA DA 4ª REGIÃO
NÚCLEO A - MEIO AMBIENTE, AGRÁRIO E INDÍGENA - ATUAÇÃO PRIORITÁRIA - NAP
AVENIDA CARLOS GOMES, 1942 SALA 1002 BAIRRO TRÊS FIGUEIRAS PORTO ALEGRE/RS 90480-002

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) JUÍZO SUBSTITUTO DA 11ª VF DE CURITIBA

NÚMERO: 5003063-13.2021.4.04.7000
PARTE(S): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PARTES(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA e INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO, pessoas jurídicas de direito público, representado(a)s pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

Em atendimento a determinação judicial proferida nos autos, requer a juntada de Relatório de Vistoria conjunta IBAMA e ICMBio, em anexo, e que concluiu:

> 1. **a antiga "Estrada do Colono" encontra-se abandonada, sem circulação de veículos;**
> 2. existe a presença de uma picada utilizada para o monitoramento e controle do processo de regeneração natural da área e fiscalização contra ilícitos ambientais utilizada por servidores do Parque Nacional do Iguaçu/ICMBio;
> 3. aproximadamente 90 % do leito da antiga estrada encontra-se em estágio médio de regeneração;
> 4. existem alguns pequenos pontos com a presença de forrageira invasora (capim braquiária);
> 5. a presença de fauna com indivíduos topo de cadeia indicam a estabilidade do habitat; e
> 6. não foram identificados desmatamentos, degradação ambiental e atividades antrópicas recentes.
>
> **Pode-se concluir com base nas constatações acima que:**
>
> 1. o estágio de sucessão de vegetação secundária encontrado é condizente com processo resultante de processos naturais de sucessão;
> 2. o processo de regeneração natural é o método mais apropriado para a área vistoriada, destacadamente face a sua característica, uma Unidade de Conservação de proteção integral;
> 3. não existe a necessidade de intervenção na região com vista a promover um enriquecimento vegetal/florestal na área vistoriada;
> 4. eventual intervenção antrópica para fins de enriquecimento poderá

acarretar um fluxo de pessoas, com materiais e equipamentos, além de técnicas de plantio que poderiam promover prejuízo ao atual processo de regeneração;

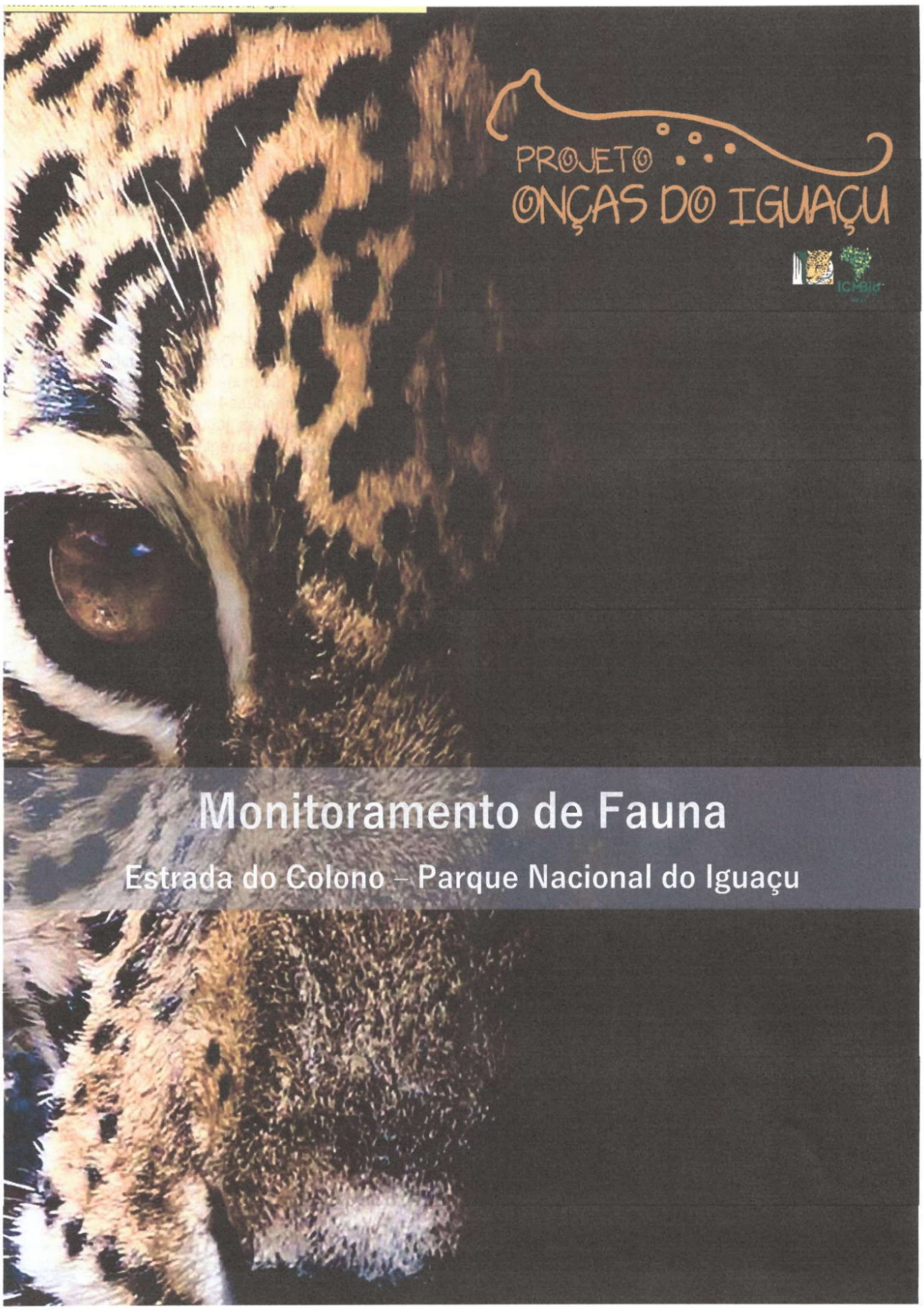
5. identificada a necessidade de intervenção futura, o mesmo poderá ser realizado pelos servidores do Parque Nacional do Iguaçu durante as ações de monitoramento e controle da área, considerando o objetivo institucional e das atividades dos servidores da Unidade.

Desse modo, comprova-se o fechamento da "Estrada do Colono" e de que especialmente não existe a necessidade de intervenção na região com vista a promover um enriquecimento vegetal/florestal na área vistoriada, além do que eventual intervenção antrópica para fins de enriquecimento poderá acarretar um fluxo de pessoas, com materiais e equipamentos, além de técnicas de plantio que poderiam promover prejuízo ao atual processo de regeneração.

N.T.

Curitiba, 08 de março de 2021.

VERNER VENCATO KOPERECK
PROCURADOR FEDERAL


PROJETO
ONÇAS DO IGUAÇU
ICMBio
Monitoramento de Fauna
Estrada do Colono – Parque Nacional do Iguaçu

1. A Estrada do Colono

A Estrada do Colono, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, foi aberta de forma precária nos anos 1950, está fechada desde 2003. Essa antiga estrada está atualmente recoberta pela vegetação nativa. A via cortava o Parque Nacional do Iguaçu ao longo de 18 quilômetros, dividindo a reserva em duas.

2. Monitoramento de Fauna na Estrada do Colono

A fauna presente na Estrada do Colono é monitorada desde 2009 através de armadilhas fotográficas pelo Projeto Carnívoros do Iguaçu (2009 a 2017) e pelo Projeto Onças do Iguaçu (2018 -atualmente). A região da Estrada do Colono abriga uma grande diversidade de espécies de mamíferos como por exemplo: antas, veados, gambás, tatus, tamanduás-bandeiras entre outras (Figura 1). Dentre os felinos foram registradas 4 espécies, sendo elas: jaguatirica, gato-mourisco, onça-parda e onça-pintada (Figura 2). É importante ressaltar que na região da Estrada do Colono foram registrados cinco indivíduos de onça-pintada sendo três machos (identificados como Capanema, Serranópolis e Sanga) e duas fêmeas (identificadas como Garraia e Yakecán) (Figura 3), o que indica que a região é um sítio importante para a conservação da espécie dentro do Parque Nacional. Qualquer alteração é uma ameaça direta para as onças-pintadas que circulam na região. É importante lembrar que a espécie está Criticamente Ameaçada na Mata Atlântica. Cerca de 28 das 250 onças-pintadas do bioma vivem no Parque Nacional do Iguaçu, *e esta é a única população de onças-pintadas que está comprovadamente crescendo no bioma.* Dessa forma, é imprescindível preservar a integridade não só da vegetação, mas dos processos ecológicos dentro do PNI, para que a onça-pintada tenha uma chance de sobrevivência na região.



Figura 1. Imagens de algumas espécies de mamíferos registradas durante monitoramento na Estrada do Colono, Parque Nacional do Iguaçu. A- Catetos (*Pecari tajacu*); B- Tamanduá-bandeira (*Mymecophaga tridactyla*); C- Veado-mateiro (*Mazama americana*), D – Quati (*Nasua nasua*); E – Anta *(Tapirus terrestris*); F – Cutia (*Dasyprocta agouti*).

A



B




C
CORE_CAM
80F 26C
01-09-2021 10:48:57

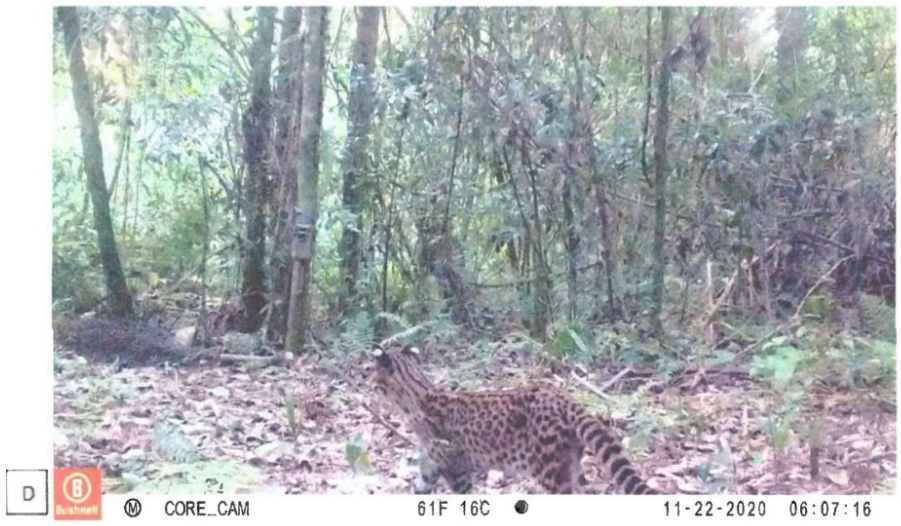

D
CORE_CAM
61F 16C
11-22-2020 06:07:16



Figura 2. Espécies de felinos registradas na Estrada do Colono, Parque Nacional do Iguaçu. A-Onça-pintada (*Panthera onca*); B- Onça-parda (*Puma concolor*); C- Jaguatirica (*Leopardus pardalis*); D-Gato-do-mato-pequeno (*Leopardus guttulus*); E – Gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*).




Yakecan
Bushnell
TROPHY CAM
74°F 23°C
01-20-2017 22:52:10


Capanema

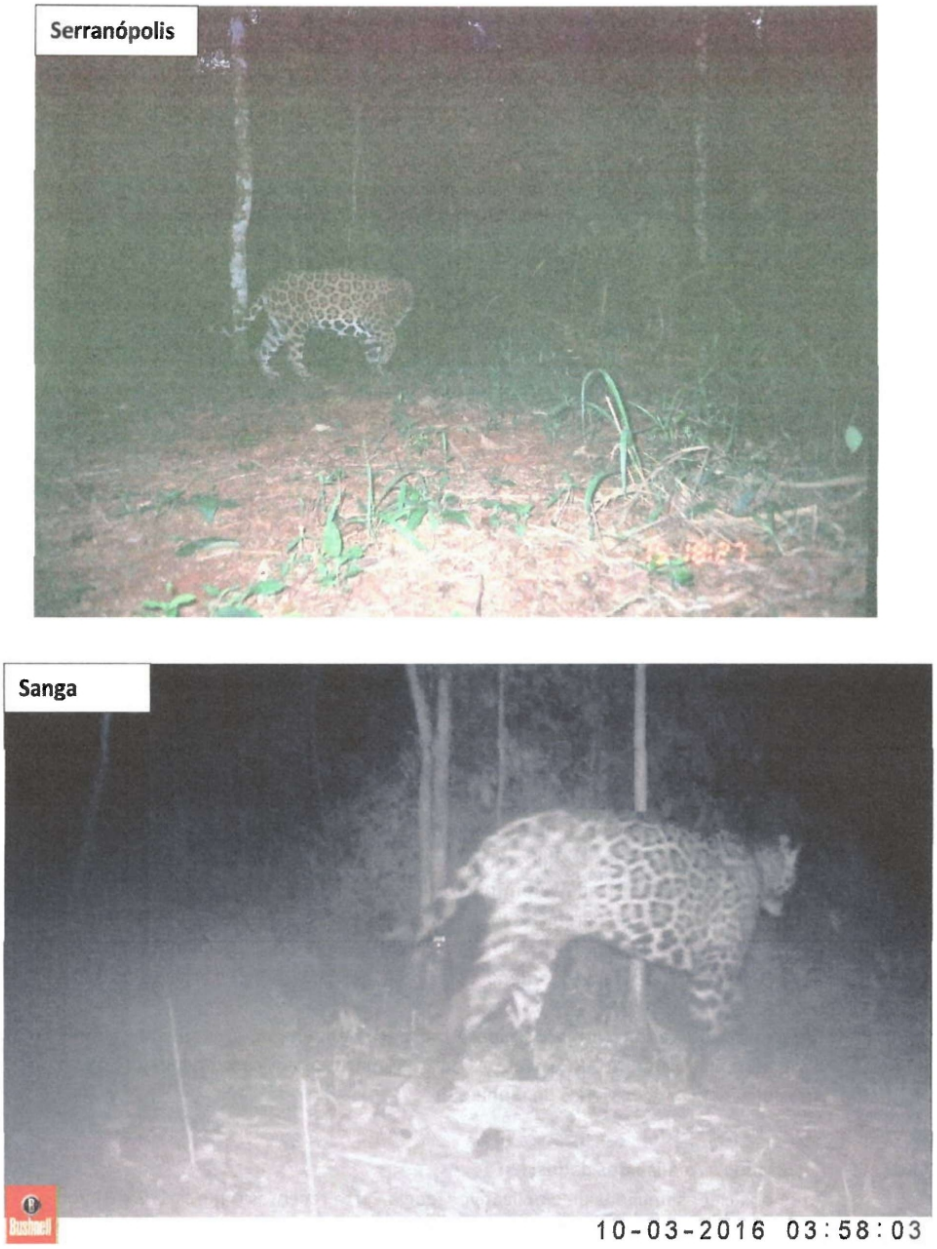


Figura 3. Imagens dos indivíduos de onça-pintada registradas durante monitoramento na Estrada do Colono – Parque Nacional do Iguaçu.

Estágio de recuperação da vegetação natural do antigo leito da Estrada do Colono

Equipe:
Ivan C. Baptiston – Analista Ambiental ICMBio – Mat. 1365257
Sérgio N. Suzuki – Analista Ambiental IBAMA – Mat. 1423162
Fabio H. M. dos Santos – Analista Ambiental IBAMA – Mat. 1905789

Trata-se de Relatório Técnico/Laudo da situação da vegetação no leito e na área de influência da antiga "Estrada do Colono" no interior do Parque Nacional do Iguaçu para fim de atendimento de obrigação constante nos autos do processo judicial 5003060-13.21.4.04.7000, de modo a conservar fechada a "Estrada do Colono" e adotar as medidas necessárias para recuperar p meio ambiente atingido.

1- Materiais e Método:

Para a elaboração do presente relatório foram utilizadas:

a) como referência, imagens do aplicativo Google Earth, do antigo traçado da estrada, de uma área ocupada por cultivo agrícola entre os anos de 1960 e 1972 e de áreas próximas a antiga estrada no interior do Parque Nacional.
b) sobrevoo em aeronave tipo helicóptero em todo o antigo traçada da estrada, inclusive a área do porto junto ao rio Iguaçu; e
c) vistorias terrestre em trechos da estrada com aferições qualitativas e quantitativas das espécies florestais autóctones estabelecidas ao longo dos trechos visitados, por meio de uma picada utilizada para monitoramento e controle da área.

Ao centro da antiga estrada foram percorridos em torno de 1.200 metros do antigo leito, entre as coordenadas geográficas 25°30'58.29"S / 54°01'32.66"W e 25°31'32.48"S / 54°01'39.95"W e aproximadamente 2.750 metros a partir do limite do parque no Município de Serranópolis do Iguaçu, entre as coordenadas geográficas 25°26'59.75"S / 54°01'41.83"W e 25°28'28.83"S / 54°01'25.11"W.

Também foi buscado informações sobre presença de fauna na área da antiga estrada nos arquivos de monitoramento do projeto Onças do Iguaçu, assim como dados coletados a campo, para se evidenciar a presença de fauna.

2- Resultados e Análise dos dados:

Ao se analisar as imagens pelo aplicativo Google Earth recentes (figuras 1, 2 e 3) pode-se observar que a área do leito da antiga estrada, em sua maioria, encontra-se completamente fechada, não se evidenciando a presença de um leito de estrada, apenas em alguns trechos, onde se observa algumas cicatrizes do antigo leito, porém sem muita clareza.

Comparando-se a imagem do antigo leito com uma área que entre 1960 a 1972 onde havia cultivos agrícolas, o leito da antiga estrada apresenta-se com características de regeneração mais avançada, em melhor processo de restauração. As faixas da área de cultivo tratam-se das antigas vias de circulação de máquinas e equipamentos utilizados na atividade de cultivo de hortelã, como solo mais compactado e assim respondendo de forma diferenciada a sucessão florestal do local.

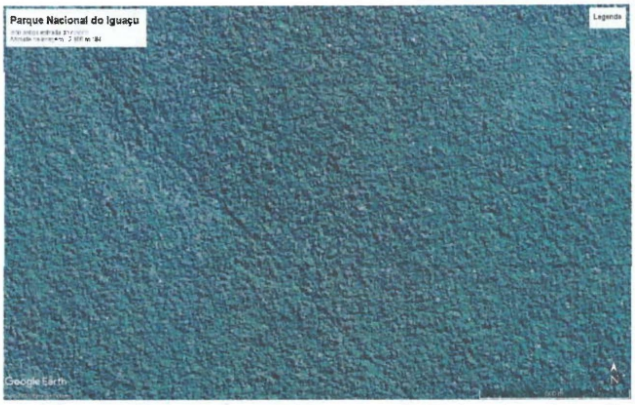


Figura 1. Imagem Google Earth da antiga estrada do colono na região central do Parque Nacional.

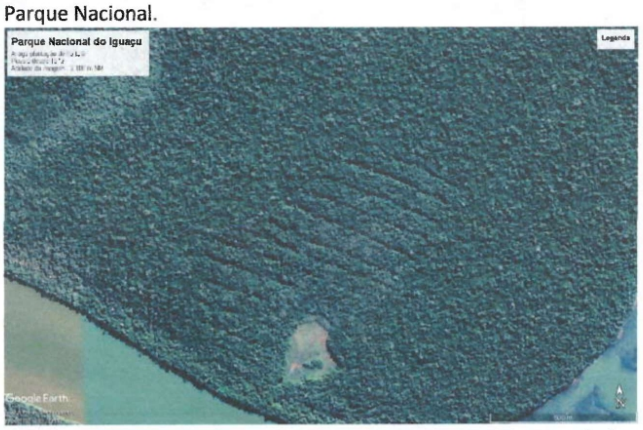


Figura 2. Imagem Google Earth de área ocupada por cultivo agrícola – plantação de hortelã década de 1960.



Figura 3. Imagem Google Earth da antiga estrada do colono na região do porto junto ao rio Iguaçu - Parque Nacional.

Com a realização de sobrevoo com aeronave asa rotativa, tipo helicóptero, em 23 de fevereiro de 2021, observou-se a restauração da vegetação no antigo leito, sendo muitas vezes imperceptível a localização da antiga estrada, conforme pode ser evidenciado nas imagens abaixo:

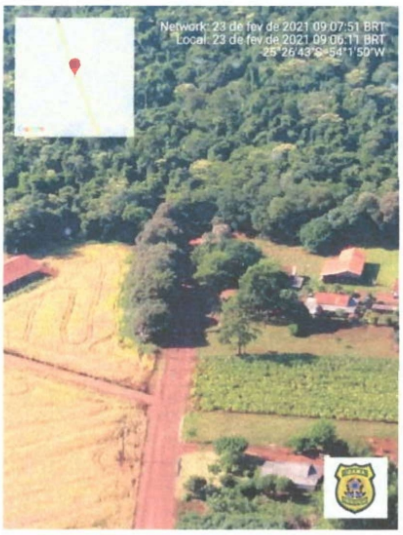


Imagem 1



Imagem 2

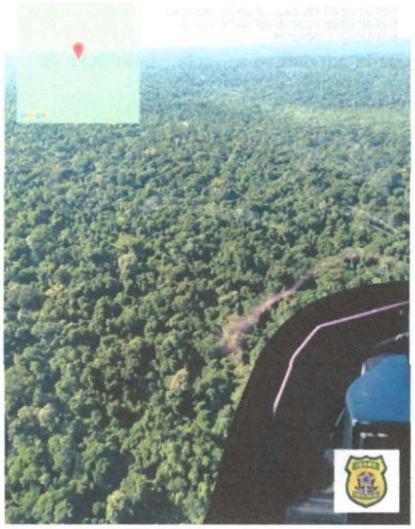


Imagem 3

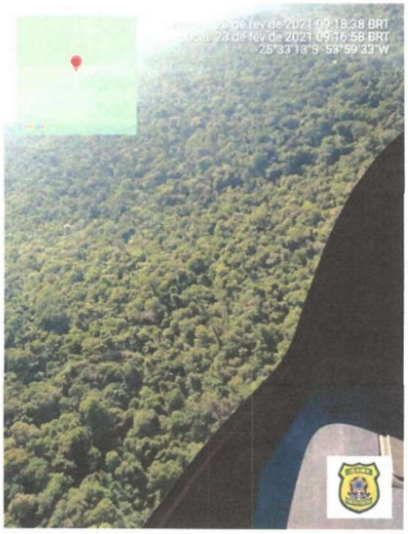


Imagem 4

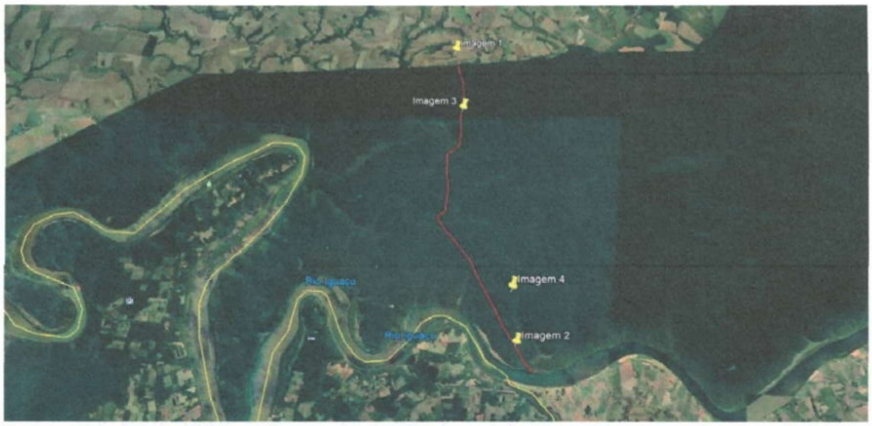


Imagem demonstrativa dos pontos das imagens coletadas durante o sobrevoo.

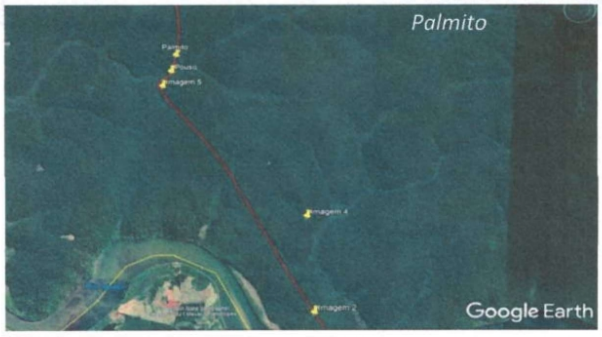
Após a realização do sobrevoo sobre o antigo leito da "Estrada do Colono", foi realizado o pouso e, a partir deste ponto, foi realizada uma vistoria via terrestre, por uma picada no leito da antiga estrada, por aproximadamente 1.200 metros.

Conforme podem ser evidenciadas as imagens abaixo:





Imagem 5



Em complemento às atividades, no dia 25 de fevereiro de 2021, foi realizada uma nova diligência à antiga "Estrada do Colono", por via terrestre, no limite do Parque Nacional do Iguaçu no Município de Serranópolis do Iguaçu, onde a equipe percorreu aproximadamente 2.750 metros.

Foram realizados os registros abaixo:



Imagem 6

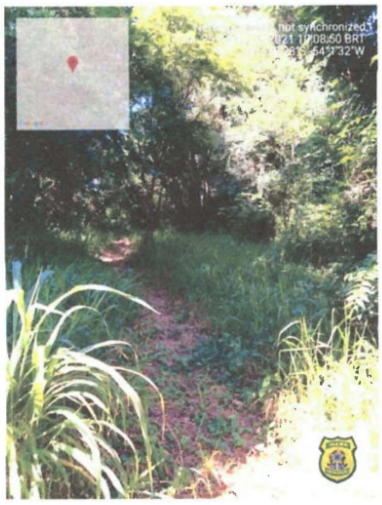
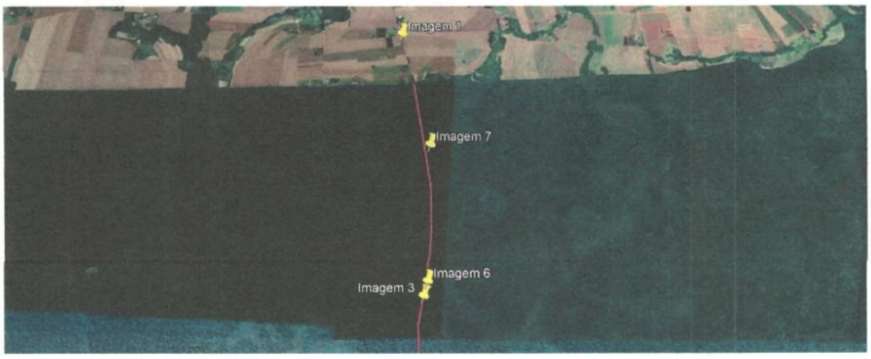


Imagem 7



a) A partir de vistoria ao longo de trechos da antiga estrada foram identificadas mais de 38 espécies florestais autóctones estabelecidas no antigo leito, entre estas destaca-se:
   a. Pau-marfim - ***Balfourodendron riedelianum;***
   b. Cedro - ***Cedrela fissilis;***
   c. Canafistula - ***Peltophorum dubium;***
   d. Louro-pardo - ***Cordia trichotoma;***
   e. Louro-branco - ***Bastardiopsis densiflora;***
   f. Canjarana - ***Cabralea canjerana;***

g. Palmito - ***Euterpe edulis;***
h. Jaracatiá - ***Jacaratia spinosa;***
i. Uvaia – ***Eugenia sp;***
j. Gabiroba - ***Campomanesia xanthocarpa;***
k. várias canelas tanto ***Nectadra spp*** como ***Ocotea spp;***
l. dentre outras.

b) Foram mensurados os diâmetros de alguns indivíduos arbóreos ao longo dos trechos percorridos. Além de vários espécimes com DAPs (diâmetro a cerca de 1,30 m do solo) consideravelmente elevados, acima de 20 cm, pode-se afirmar que em média há mais de 10 indivíduos com DAPs acima de 10 cm a cada 100m² ao longo da antiga estrada.

As imagens abaixo apresentam alguns espécimes mensurados nos dias das vistorias em campo.





Durante a vistoria, não foram visualizados espécimes da fauna silvestre para registro, apenas a evidenciação através de canto e rastros.

Entretanto, no que se refere a presença de fauna silvestre na área, os dados de monitoramento realizados por câmeras trap desde 2009 demonstram um considerável número de espécimes da fauna silvestre circulando pelo local, com uma grande diversidade de espécies, conforme relatório do Projeto Onças do Iguaçu, anexo ao presente relatório.

Destaca-se do relatório acima citado que dois indivíduos, onças-pintadas machos, Capanema e Serranópolis foram registrados no mesmo conjunto de armadilhas fotográficas num intervalo de tempo de 48 horas, Serranópolis no dia 15/04/2013 e Capanema no dia 17/04/2013.

A partir de outubro 2003, após a reintegração de posse considerando a invasão ocorrida, onde praticamente toda a vegetação natural que já vinha se estabelecendo no antigo leito da estrada, nenhuma outra perturbação se processou no local, restando aquele antigo leito de estrada livre para os processos de recuperação natural – sucessão secundária. Considerando tratar-se de uma faixa estreita com no máximo 12 metros de largura e cerca de 17,8 km de extensão, com margens dominadas por floresta sub-tropical, o processo de recuperação via sucessão secundária, por meio de recuperação natural, se apresenta como a melhor estratégia, considerando livre de outros impactos que com circulação de máquinas e pessoas provocariam, caso se optasse por plantios e manejo da área. Desde 2003 não

ANEXO C - ATA DE FUNDAÇÃO DA AIPOPEC

JUSTIÇA FEDERAL NO PARANÁ
53
1ª VARA

Ata da fundação da Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono - AIPOPEC

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e seis, às nove e trinta horas, nas dependências da Sede Social do Centro de Tradições Gaúchas Sentinela dos Pampas, no município e comarca de Medianeira, Estado do Paraná, reuniram-se as lideranças comunitárias da região, os clubes de serviço, as entidades representativas, as associações de classes e profissionais, representações políticas, câmaras Municipais, Prefeitos, Cooperativas, Sindicatos e outras entidades, próprios e representados, na conformidade da lista de presenças, que ficará fazendo parte integrante da presente ata, como anexo, cujos integrantes da Associação serão à final identificados e comigo assinarão a presente Ata, para que surtam os efeitos de direito. A presente reunião foi especialmente convocada pelos interessados, com o fim de Constituição da preamte Associação, discussão e aprovação dos Estatutos, que irão reger a vida da Associação como Lei-Orgânica. Dando início aos trabalhos, foi designado o Senhor Ignácio Aloysio Donel, para coordenar os trabalhos. A seguir, nomearam a mim, Arineu Pelissari, para secretariá-la. Ato contínuo, foi feita a explanação dos objetivos desta Assembléia, que são a defesa dos interesses comunitários, e em especial, o tratamento a ser dado em relação ao fechamento da Estrada do Colono, no trecho que corta o Parque Nacional do Iguaçu, que está sub-judice e merece a atenção especial, principalmente no que se refere ao comportamento das comunidades em relação aos procedimentos judiciais bem como de outros assuntos de interesse comunitário. O coordenador a seguir passou à leitura dos Estatutos Sociais desta Associação, pondo-os em discussão, os quais se apresentam no seguinte teor: Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono - AIPOPEC - Estatuto Social. Capítulo I. Fundação, Denominação, Finalidade e Duração. Artigo 1º. A Associação de Integração Comunitária

Processo 5017669-51.2018.4.04.7000/PR, Evento 2, OUT5, Página 5

UM PRODUTO tillbra

CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Vera S. Tschá de Wallau
R. Juramentada PARANÁ
CAPANEMA

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel e autêntica do original que me foi apresentado.

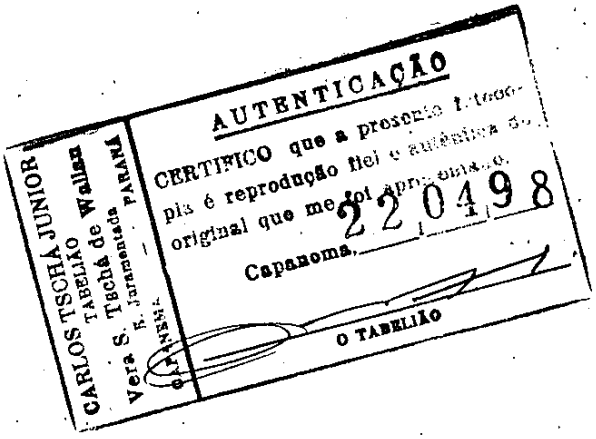
Capanema, 22 04 98

O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL NO PARANÁ
350
54
1ª VARA

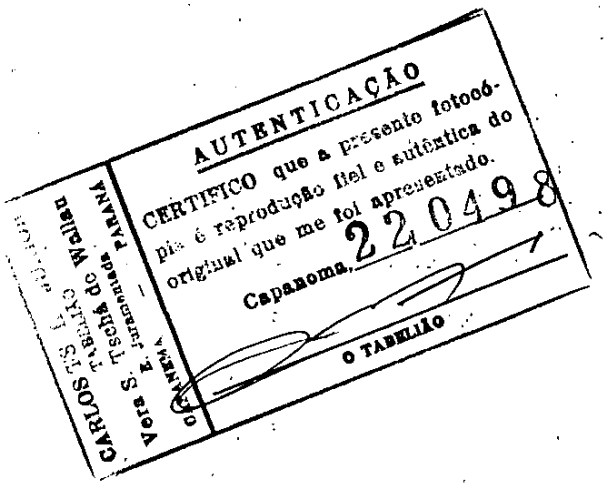
Pró-Estrada do Colono - AIPOPEC - fundada em 18 de outubro de 1986, com sede na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, é uma sociedade civil com personalidade jurídica e duração indeterminada, sem fins lucrativos. Artigo 2º - A AIPOPEC tem por finalidade promover a integração comunitário regional, estadual e interestadual, e em ação de neutralidade político-partidária, promover a defesa de interesses comuns aos municípios integrantes e o desenvolvimento regional. Artigo 3º - A AIPOPEC teve sua fundação determinada em decorrência de reuniões gerais pré-estabelecidas e realizadas com a convocação específica de lideranças locais constituídas por pessoas integrantes de Câmaras Municipais, Partidos Políticos, Cooperativas, Associações Comerciais e Industriais, Entidades Sociais, Clubes de Serviço, Associações de Defesa do Meio Ambiente, Associações de Profissionais Liberais, Representantes de Entidades Regionais, Sindicatos, Representantes nomeados pelas Câmaras Municipais, com ratificação dos Poderes Executivos, cuja autorização para a constituição da AIPOPEC, foi devidamente outorgada e ratificada na Assembléia de sua fundação. Capítulo II - Da Composição e Órgãos de Administração - Artigo 4º - A AIPOPEC é formada por um quadro associativo composto de representantes das classes enumeradas no artigo anterior, bem como quaisquer outras que tenham interesse no desenvolvimento e defesa dos objetivos mencionados. Artigo 5º - São órgãos da AIPOPEC: I - Coordenação Geral; II - Conselho Consultivo; e III - Comissão de Representantes. Capítulo III - Da Coordenação Geral - Artigo 6º - A Coordenação Geral será o órgão de representação ativa e passiva da AIPOPEC, executivo, e de coordenação das suas atividades bem como das atividades dos demais órgãos. Artigo 7º - Compõem a Coordenação Geral, a quem competem as atribuições relativas: I - Coordenador; II - Vice-Coordenador; e III - Secretário. Artigo 8º - A Coordenação Geral poderá criar assessorias, organizar secretárias, comissões para fins específicos, que julgar necessárias com o fim de apoio, nomeando ou destituindo-as, a seu livre arbítrio, indicando pessoas do Conselho Consultivo

Processo 5017668-84.2018.4.04.7000/PR, Evento 2, PET5, Página 7


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Vera S. Tschá de Wallau
R. Jamenaldo
PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
Capanema, 22 04 98
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL NO PARANÁ
55
VARA

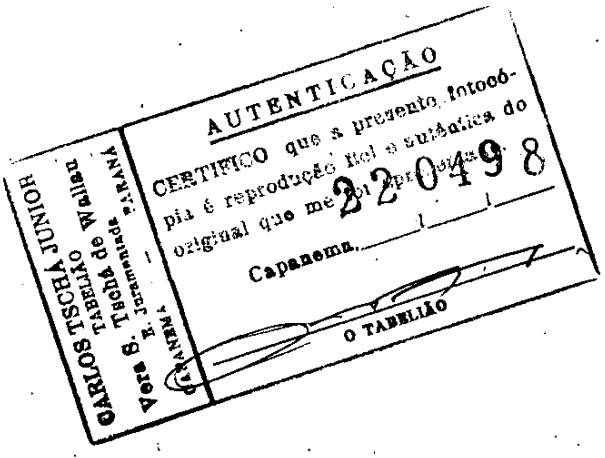
ou fora dele. Artigo 9º - Os cargos da Coordenação Geral serão ocupados por pessoas eleitas pelo Conselho Consultivo. Artigo 10. Compete à Coordenação Geral: I - Executar e orientar as atividades de organização administrativa, dos controles financeiros e dos serviços de secretaria em geral; II - Acionar, por si, suas assessorias, secretárias, comissões os participantes das Comissões de Representantes objetivando a constante motivação e informações sobre as ações e iniciativas da AIPOPEC; III - Participar, através da presença pessoal ou de uma assessoria, nas reuniões promovidas em comunidades locais ou regionais, concentrações populares ou outros eventos objetivando oportunidade de contato, reivindicação e motivação dos objetivos almejados; IV - Representar e defender os interesses da AIPOPEC atinentes à Estrada do Colono perante os Poderes Públicos, entidades e pessoas; V - Zelar pelo patrimônio moral, ético e de integração comunitária, bem como financeiro da AIPOPEC; VI - Reunir-se, obrigatoriamente, uma vez por semana e extraordinariamente tantas quantas forem necessárias, as reuniões, para continuidade dos trabalhos; VII - Representar ativa e passivamente a AIPOPEC em juízo ou fora dele através de seu coordenador, podendo constituir, através de mandato, procuradores, inclusive com a cláusula ad-judicia. Seção I - Do coordenador. Artigo 11 - Ao coordenador compete, além das atribuições gerais mencionadas no artigo anterior: I - Representar o Conselho Consultivo e Coordenação Geral; II - Assinar juntamente com o secretário, correspondências e matéria de expediente em geral; III - Assinar, juntamente com o secretário, cheques, ordens de pagamentos, contratos, financiamentos, abertura de contas bancárias e outros documentos que representem obrigações financeiras da Coordenação Geral, relativos às finalidades da AIPOPEC; IV - Convocar e presidir as reuniões do Conselho Consultivo e da Coordenação; V - Transmitir a Coordenação, a seu cargo, ao seu substituto imediato, vice-coordenador, na ocorrência de impedimento ou ausência; VI - Emitir juntamente com a secretaria o relatório anual e prestação de contas, bem como programa


AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
Capanema, 22/04/18
O TABELIÃO
CARLOS Wellen
Vera S. E.
PARANÁ

JUSTIÇA FEDERAL NO PARANÁ
56
1ª VARA

de ação para posterior aprovação do Conselho Consultivo. Artigo 12 - Compete ao vice-coordenador: I - Substituir o Coordenador, na sua ausência ou impedimento; II - Exercer todas as funções da Coordenação Geral, que lhe sejam delegadas pelo Coordenador. Artigo 13 - Compete ao Secretário: I Dirigir a secretaria da AIPOPEC; II - Manter em dia a correspondência e expediente da AIPOPEC, bem como lavrar as atas das reuniões ordinárias ou extraordinárias; III - Ter sob sua responsabilidade e manter em ordem os arquivos e demais materiais; IV - Elaborar o relatório anual a ser apresentado ao Conselho Consultivo. V - Assinar com o Coordenador os documentos de que trata o item III do artigo anterior. Capítulo IV - Do Conselho Consultivo - Artigo 14 - O Conselho Consultivo é órgão de decisão soberana da AIPOPEC nos termos das atribuições lhe conferidas pelo presente Estatuto, com mandato por tempo indeterminado, cessando quando da realização total dos objetivos propostos. Artigo 15 - Constituem o Conselho Consultivo: I - Membros natos: Governador do Estado do Paraná, Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmara, dos municípios integrados, representantes políticos, integrantes da Câmara Federal, Estadual e Senado Federal e um representante nomeado em reunião específica das demais entidades que alude o artigo 3º. II - Membros efetivos: um membro da Comissão de Representantes eleito por esta em reunião geral de sua constituição e na conformidade do Regimento Interno próprio. Artigo 16 - O Conselho Consultivo elegerá, por votação da maioria de seus membros, para ocuparem os cargos da Coordenação Geral, o Coordenador, o vice-coordenador e o Secretário, na sua primeira reunião ordinária de cada ano. Artigo 17 - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente, por convocação do Coordenador no primeiro trimestre de cada ano,

Processo 5017669-51.2018.4.04.7000/PR, Evento 2, PET5, Página 11


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Vera S. Tschá de Wallau
1º Substituta
CAPANEMA
PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel e autêntica do original que me foi apresentado.
220498
Capanema, 1 1
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
57
1ª VARA

para julgamento e aprovação do relatório anual, programa e prestação de contas. Artigo 18- Extraordinariamente sempre que a Coordenação Geral julgar necessário, sendo convocada pelo Coordenador ou por maioria simples dos membros do Conselho Consultivo. Artigo 19- As reuniões do Conselho Consultivo funcionarão em Horário e datas estabelecidas com a presença mínima de cinco conselheiros, sob a presidência do Coordenador. Artigo 20. As convocações para as reuniões do Conselho Consultivo deverão ser feitas com a antecedência mínima de três dias, através de cartas convites ou outros meios que assegurem a comunicação. Artigo 21- As eleições de que trata o item III, serão feitas por voto secreto dos membros do Conselho. Seção I. Das Atribuições do Conselho Consultivo- Artigo 22- São atribuições do Conselho Consultivo: I- Eleger e empossar os membros da Coordenação Geral. II- Fiscalizar, aprovar ou rejeitar a prestação de contas, os relatórios anuais ou programas de ação da AIPOPEC; III- Auxiliar, quando solicitado pela coordenação geral, os movimentos populares e comunitários reivindicatórios; IV- Contribuir em campanhas e coletas de fundos para a sustentação financeira da AIPOPEC ou seus movimentos; V- Decidir e resolver os casos omissos deste Estatuto. VI- Empenhar-se pessoalmente, aproveitando as oportunidades surgidas, para esclarecer às autoridades constituídas e a opinião pública em geral, sobre a importância e necessidade da Estrada do Colono e as técnicas de construção e proteção ecológica desta e outros assuntos relacionados ao envolvimento da AIPOPEC; VII- Cumprir e fazer cumprir as disposições expressas neste Estatuto. Capítulo V Da Comissão de Representantes- Artigo 23- A Comissão de Representantes será formada dentre as lideranças locais estatuídas no Artigo 3º deste Estatuto, e terão representação junto ao Conselho Consultivo, através de um re-

CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Vera S. Tschá de Wallau
2. Juramentada
CAPANEMA — PARANÁ

AUTENTICAÇÃO

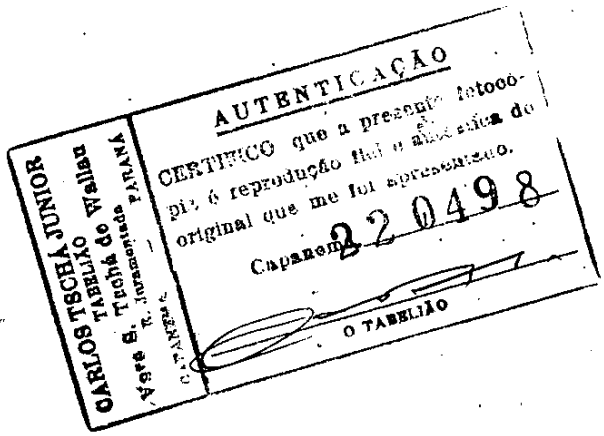
CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel e autêntica do original que me foi apresentado.

Capanema, 22/04/98

O TABELIÃO

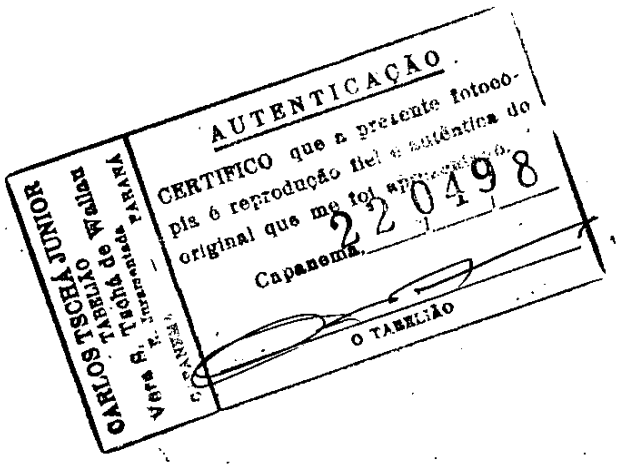
JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
356
56
1ª VARA

presentante eleito em reunião geral de formação na conformidade do Regimento Interno Próprio. Artigo 24 - O Regimento Interno será elaborado e aprovado pela maioria dos componentes do quadro da Comissão de Representantes, em reunião geral e deverá obedecer as normas do presente Estatuto. Artigo 25 - A Comissão de Representantes deverá sempre zelar pelo cumprimento do presente Estatuto, pautando-se por ele, fazendo cumpri-lo e observá-lo, colaborando sempre na realização dos objetivos e finalidades da AIPOPEC. Artigo 26 - A Comissão de Representantes, através de seu membro efetivo junto ao Conselho Deliberativo, deverá manter sempre informada a Coordenação Geral, de suas atividades, bem como mantê-la bem informada das atividades da AIPOPEC Artigo 27 - A Comissão de Representantes receberá o apoio necessário às suas atividades e reclamos, desde que dentro dos objetivos e finalidades da AIPOPEC - Artigo 28 - O membro do Conselho Consultivo, eleito para representar a Comissão, deverá a esta reportar-se, diretamente, responsabilizando-se pela canalização dos recursos obtidos em campanhas ou quaisquer trabalhos que se relacionem à obtenção de fundos para sustentação da AIPOPEC. Artigo 29 - A Comissão de Representantes, após formada e devidamente representada junto ao Conselho Consultivo, somente se dissolverá, na conformidade das Disposições Gerais do presente Estatuto Capítulo VI - Dos Direitos e Deveres - Artigo 30 - São direitos dos componentes do quadro associativo: I - Participar ativamente nas atividades da AIPOPEC; II - Votar e serem votados para os órgãos de administração; III - Requerer, por maioria simples, quando estiverem integrando o Conselho Consultivo, ao Coordenador, reunião extraordinária. IV - levar


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Tycho de Wellan
Ayres S. Junqueira
PARANÁ
CAPANEMA
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel e autêntica do original que me foi apresentado.
Capanema 22 0498
O TABELIÃO

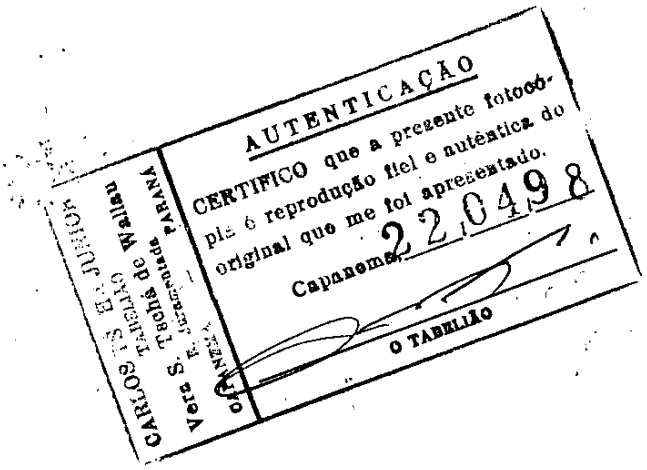
JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
59
2ª VARA

a conhecimento do Coordenador e do Conselho Consultivo, os assuntos que julgar relevantes, para que os órgãos possam deliberar e executar, sempre dentro do que dispõe o presente Estatuto. Artigo 31 - São deveres dos componentes do quadro associativo: I - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias. II - Acatar as deliberações do Conselho Consultivo, postas em execução pela Coordenação Geral, ou as emanadas por esta; III - Zelar pelo bom nome da AIPOPEC, guardando o respeito e o decoro, colaborando sempre com a manutenção da ordem; IV - Aceitar os cargos, comissões, assessoramentos ou secretarias que lhe forem designadas; V - Colaborar e empenhar-se na aquisição de fundos em promoções ou outros atos que visem assegurar à AIPOPEC a consecussão de seus objetivos e finalidades. VI - Aceitar sempre as questões resolvidas pela maioria, especialmente as emanadas pelos órgãos de administração. Capítulo VII - Das Infrações e Penalidades - Artigo 32 - Todo e qualquer membro que tenha conduta diversa ao que prevêem estes Estatutos, será sumariamente eliminado, após posição e definição do Conselho Consultivo, e comunicada, no caso das Comissões de Representantes, a esta, para substituição, na conformidade do que prezam os Estatutos Internos. Artigo 33 - Nos demais casos, a eliminação será, também procedida na conformidade do artigo anterior, comunicada à cúpula da organização a que pertencer o infrator, para substituição da representação junto à AIPOPEC. Capítulo VIII - Da Receita e da Despesa. Artigo 34 - Constituem Receitas da AIPOPEC: I - Donativos de qualquer natureza; II - Valores arrecadados em campanhas ou promoções; III - Subvenções concedidas por qualquer entidade; IV - Quaisquer outras fontes que destinem o resultado a benefício do cumprimento dos objetivos e finalidades à AIPOPEC.


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO Wallan
Tschá de
Vera S.
PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
Capanema, 22 0498
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
362
60
VISTA

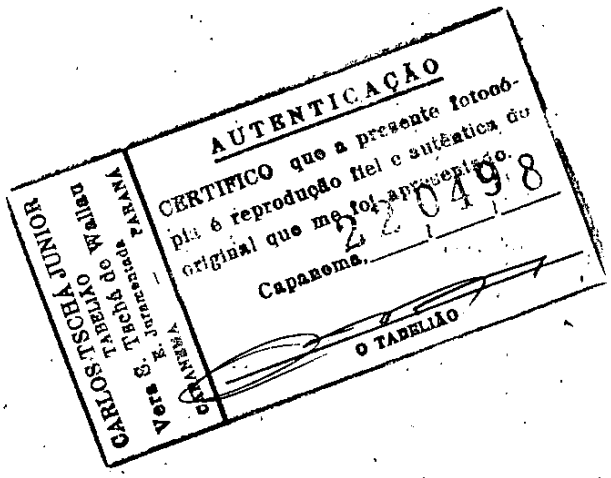
Artigo 35 - Constituem as Despesas: I - Despesas com representações; II - Despesas com honorários profissionais em trabalho necessário ao desempenho das atividades da AIPOPEC; III - Despesas com locomoção de representantes nomeados, membros dos órgãos de administração, no desempenho de atividades relacionadas com a AIPOPEC; IV - Despesas com expediente e secretariado, inclusive materiais; V - Gastos com combustíveis, locação de veículos, publicidade e outros dispêndios necessários. Capítulo IX - Das Disposições Gerais - Artigo 36 - A Associação de Integração Comunitário Pró-Estrada do Colono - AIPOPEC, terá o caráter permanente enquanto perdurar o interesse pelos eventos relacionados, podendo ser dissolvida a interesse de todos os órgãos de administração, a qualquer tempo, desde que haja a manifestação e concordância de pelo menos dois terços dos componentes do quadro associativo e dos órgãos de administração, podendo, no entanto, permanecer no estado atual servindo de organização para outros futuros eventos de interesse geral. Artigo 37 - No caso de dissolução os valores por ventura existentes, deverão ser transferidos a qualquer entidade filantrópica ou de assistência devidamente legalizada a juízo da Coordenação Central e do Conselho Consultivo e os débitos, por ventura existentes, deverão ser rateados proporcionalmente entre os associados, antes da dissolução quitados. Artigo 38 - O exercício financeiro e fiscal da AIPOPEC será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano. Artigo 39 - Os membros dos órgãos de administração não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da Associação de Integração Pró-Estrada do Colono, na prática de atos regulares de sua gestão, mas assumem essa responsabilidade pelos prejuízos que causarem em virtude de infrações à Lei ou ao Estatuto. Artigo 40 - Este Diploma presente Esta -


AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
Capanema, 22/04/18
O TABELIÃO
CARLOS E. DA JUNIOR
Tabelião de Notas
Vera S. Juramentada
PARANÁ
CAPANEMA

JUSTIÇA FEDERAL NO PARANÁ
61
1ª VARA

tuto, passa o mesmo a constituir-se Lei Orgânica da Associação de Integração Comunitário Pró-Estrada do Colono - AIPOPEC que o corpo associativo se obriga a respeitar e cumprir entrando em vigor na data de sua aprovação, o qual deverá ser devidamente registrado no órgão oficial competente. A seguir o Sr. Coordenador pôs em discussão a matéria para ser emendada ou aprovada, que após longa discussão, houve por bem, a maioria aprová-los com as seguintes emendas: No artigo 2º. - Acrescentar o seguinte teor: ... bem como a defesa e preservação dos recursos ecológicos de todo o Parque Nacional assim como denunciar as agressões ao cinturão verde que margeia o lago de Itaipu. Fica suprimido no artigo 3º, o que segue: com ratificação dos poderes executivos, cuja autorização para a constituição da AIPOPEC, foi devidamente outorgada e ratificada na Assembléia de sua fundação. Acrescenta-se um Artigo a mais de número 41 com a seguinte redação: Artigo 41 - Para diminuências de eventuais dissenções que venham a surgir no desenvolvimento das atividades associativas, fica eleito o foro da Comarca de Medianeira. Após a manifestação geral foram declarados aprovados os Estatutos Sociais e constituída solenemente a Associação, tendo sido aplaudido por todos os presentes. Seguidamente, o Sr. Coordenador pediu licença para que se procedesse a leitura do Regimento Interno da Comissão de Representantes da AIPOPEC. Feita a leitura, o Sr. Coordenador colocou em discussão ou votação o Regimento Interno, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida foram apresentados nomes para compor a Comissão Local de Representantes. O Sr. Adilar Borghetti representante do Lions Club, fez a seguinte sugestão: Para presidente - Irineu Pelissari; para vice-presidente - Augusto Grellert e para secretário - Gilson da Rosa. Usando a palavra o Dr. Ressoly sugeriu o nome de Décio Pedro Winter no

Processo 5017669-51.2018.4.04.7000/PR, Evento 2, PET5, Página 21


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO Wallau
Tchá do Wallau
Ver. E. Jaracezinho PARANÁ
CAPANEMA
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
Capanema, 22 / 04 / 18
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL SUBSEÇÃO FOZ DO IGUAÇU 1ª VARA

lugar de Gilson da Rosa para que este último pudesse exercer cargo na Assessoria Jurídica. Posta em votação, por unanimidade foram eleitos os Srs Irineu Pelissari - Presidente; Augusto Grellert - vice-presidente e Décio P. Winter para secretário. A seguir foi posta em votação se a coordenação geral seria provisória ou definitiva, concluindo-se por maioria de votos que a coordenação geral fosse provisória com mandato de trinta dias. Passou-se em seguida a eleição do coordenador, vice-coordenador e secretário. Fazendo uso da palavra, o Sr. Adilar sugeriu os seguintes nomes: para coordenador - Ignácio Aloysio Donel; para vice-coordenador - Nilo Luciotto, prefeito do município de Planalto; e Luís Aguiar Oliveira, para secretário. De posse da palavra o Sr. Juvenil Foscan, de Capanema, sugeriu o nome de José da Luz Ochoa para vice-presidente. A seguir o Sr. Ochoa, usando a palavra, declinou; propondo-se a trabalhar e colaborar. Seguiendo, Arialba Freire propôs os seguintes nomes para a formação provisória em Foz do Iguaçu, que são: Arialba Freire, Sérgio Spada e Boldin. Posto isso em votação foram eleitos por unanimidade, para exercer provisoriamente por trinta dias o Sr. Ignácio Aloysio Donel como coordenador Geral, o Sr. Nilo Luciotto para vice-coordenador e o Engenheiro Luís Aguiar Oliveira, para secretário. A seguir foi pedida a leitura da cronologia e histórico do processo, lido pelo Dr. Ressoly Ferreira dos Santos, que em seguida ressaltou a necessidade da preservação do sistema ecológico, preocupação do Estado Federal, por ser problema de magnitude, deve ser tratado com responsabilidade. Teremos gastos inúmeros em virtude da propria magnitual do problema, porque além de devermos proporcionar a defesa ecológica,


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO Wallan
Tschá de
Vera S. E. Juramentada PARANÁ
CAPANEMA
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
Capanema,
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL NO PARANÁ
63
1ª VARA

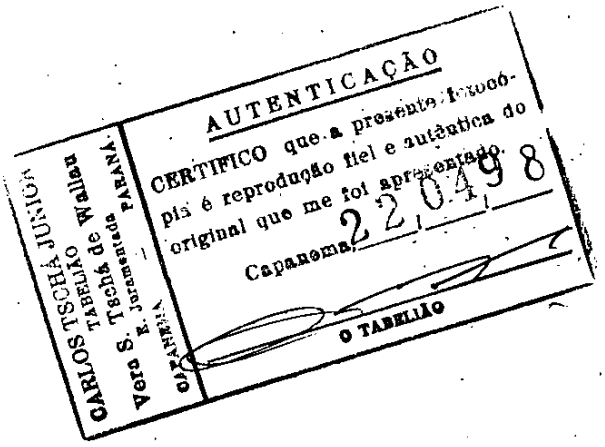
temos de analisar o problema economico social, além do sentimental, sugeriu a contratação do Professor Fogas Munis de Aragão, por ter portas abertas em todo o continente, mesmo pelo acesso às técnicas mais modernas do mundo, como Alemanha, parques mundial de preservação. Criticou a O.A.B. pela posição ou divulgação e que será devidamente retificada. Aplaudido por todos os presentes. A seguir foi feita a leitura dos documentos expressando o apoio emitidos pela Federação do Comércio do Estado do Paraná e pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná. A seguir, usaram a palavra o Sr. Sérgio Spada, ou melhor, o Sr. Juvenil Toscan, propondo já que o governo do Estado já gastou em milhões para a construção desta estrada, que gastasse mais dois milhões, contratando o Dr. Fogas Munis de Aragão, solicitando apoio para tal aos deputados presentes. Solicitou também aos representantes políticos, pressões junto ao IBDF, para alteração do Plano de Manejo do Parque, porque se isso não for feito, tudo será em vão. Seguenciando, Sérgio Spada solicitou empenho de todas as comunidades, colocando-se à disposição, colaborando. Sugeriu ainda a Criação Municipal de Comissões. De posse da palavra, o Sr. Luciano Kreutz, prefeito de Missal, analisou rapidamente o projeto dizendo que Missal se fará representar e acredita no trabalho da Associação. Com a palavra, Mario Lúcio, candidato a vice-governadora pelo Partido dos Trabalhadores, referiu-se rapidamente ao assunto, passando-se a palavra ao Deputado Federal Nelton Friedrich que disse que o momento é do aprendizado dos necessitados. Parabenizou a coordenação pela demonstração do trabalho organizado. Em seguida, fazendo uso da palavra o Sr. Armando Polita, prefeito de São Miguel do Iguaçu disse que o seu município não poderá deixar de participar e que todos fomos surpreendidos com o fechamento

Processo 5017769-52.2014.4.04.7000/PR, Evento 2, PET5, Página 25


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Vera S. Tschá de Wallau
E. Juramentada
CAPANEMA
PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocó-
pia é reprodução fiel e autêntica do
original que me foi apresentado.
22/04/98
Capanema,
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
37
64
1ª VARA

da estrada. Estamos empenhados num trabalho sério e organizado, falando ainda da necessidade dessa organização hoje fundada e que São Miguel do Iguaçu apoiará integralmente a esse entidade. Fez ainda um apelo à coordenação para que quando se passar para a fundação das comissões representativas levar subsídios completos do fechamento - Usando a palavra a seguir o Deputado José Antonio Fonseca citou que a luta não é de hoje, mas de muitos anos, desde quando as comunidades do oeste e sudoeste não elegiam prefeitos. Atingidos pela liminar antes a luta estava desorganizada e hoje demonstra organização, devendo a associação lutar pelos interesses da comunidade tanto na área jurídica como ecológica. No fim é o que se deseja é o progresso do Paraná, conclamando à todos à luta. Usando a palavra, Arialba Freire, discorreu que o interesse político eleitoreiro é típico de pessoas que não se integram na região. Da estrada depende todo o seu progresso. Usando a palavra, o Sr. Seno Cláudio Linkes, em nome da Ocepar e Sudcoop, mencionou que o cooperativismo se integra, como força viva no movimento da integração, ressaltando o valor sentimental da estrada. Usando a palavra o Sr. José da Luz Ochoa apoiou as palavras de seu antecessor, reforçando o valor histórico e econômico necessários ao progresso e desenvolvimento da região. Por fim usou a palavra o coordenador dos trabalhos Sr. Inácio Adolfo Bonat que fez um breve relato das


CARLOS TSCHÁ JUNIOR
TABELIÃO
Vera S. Tschá de Wallau
E. Juramentada
PARANÁ
CAMPINA
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel e autêntica do original que me foi apresentado.
Capanema, 22/04/98
O TABELIÃO

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
65

atividades realizadas no dia de hoje. Saudando a todos os presentes, declarou encerrada a presente assembléia, do que, para constar, eu, Irineu Pelissari, Secretário ad-hoc lavrei o presente termo que lido e achado conforme vai por mim pelo coordenador e todos os presentes assinado. Medianeira-PR, 18 de dezembro de 1986.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Comarca de Medianeira - Paraná
Protocolo N.º 7645 Data 18/12/86 Reg. Sob. nº 481
Sob o nº 7645 Às fls. — do livro
Livro nº A-2 fls A-2
Medianeira 18 de 12 de 19 86
Registro de Títulos e Documentos CARTÓRIO Medianeira

Ilegível — Ilegível
Ilegível — ACICS/MEDIANEIRA — Ilegível
Osvaldo Oliveira — ACIAC. Romeu ?
Bartholdo Bertoja — Cooperagri — Borghetti — Ilegível
Ilegível — SUDCOOP — Ilegível — ACIMC
Ilegível — CACIOPAR — ACIC
Ilegível — Prefeitura — ASSESSOR JURÍDICO — JOSÉ DJALMA + JOSÉ DE MATTOS
Ilegível — ATALÍBIO BOCCHI — Presidente
Ilegível — JOSÉ DA LUZ OLIVEIRA — Assessoria Cooperativista
COTRIGUAÇU — CASCAVEL
Adelino Ceriato — Sindicato T. R. Medianeira — Ilegível
DÉCIO P. WENTZ — UNOSUL
Ilegível — Vereador — S.M.S.
Ilegível — Ilegível — 33ª CT.
Hermogenio Batista — Cotrefal Medianeira.
Adroaldo Bombardelli —
Ilegível — Ilegível
Ilegível — Ilegível — Ilegível
João de Souza — Téc. Agropecuário — S.M.S.
Ema da Rosa — SM — Gato
Ilegível — Aldoir Pedro Sebo — AEDEC. Med.
Ilegível — JUVENIL A. TOSCAN - CME - Capanema.
Ilegível — PAULO MILANEZ — ACIME - Medianeira
Ilegível — ANTONIO ZANETTE — AEMDR - 4
Nelson S. Bortolotto
Ernestina Jane Pastore — Sindicato Rural Trabalhadores
Ilegível — Ilegível — Cotrefal

Processo 5017669-51.2014.4.04.7000/PR - Evento 2 - PET5 - Página 29

ANEXO D - PROPOSTA CAMINHO DO COLONO

4232

P.H.Xavier
& Advogados Associados
OAB 658 PR

EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA,

M. D. COORDENADOR-GERAL DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

Apelação Cível n.º 92.04.34321-4

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, MUNICÍPIO DE BARRACÃO, MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE, MUNICÍPIO DE PRANCHITA, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, MUNICÍPIO DE MISSAL, MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, MUNICÍPIO DE CAPANEMA, MUNICÍPIO DE PLANALTO e **MUNICÍPIO DE PÉROLA DO OESTE,** devidamente qualificados nos autos em epígrafe, de recurso de apelação em ação civil pública promovida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL,** vêm, respeitosamente, por seu procurador adiante assinado, para dar prosseguimento às tratativas de acordo que vem sendo conduzidas pelo SISTCON-TRF4, trazer aos autos **PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO** para uma reabertura mínima e condicional do CAMINHO DO COLONO, a qual busca reduzir ao máximo os impactos ambientais e que, assim se espera, seja capaz de encerrar esta lide que se prolonga há mais de 23 (vinte e três) anos.

Pede deferimento.

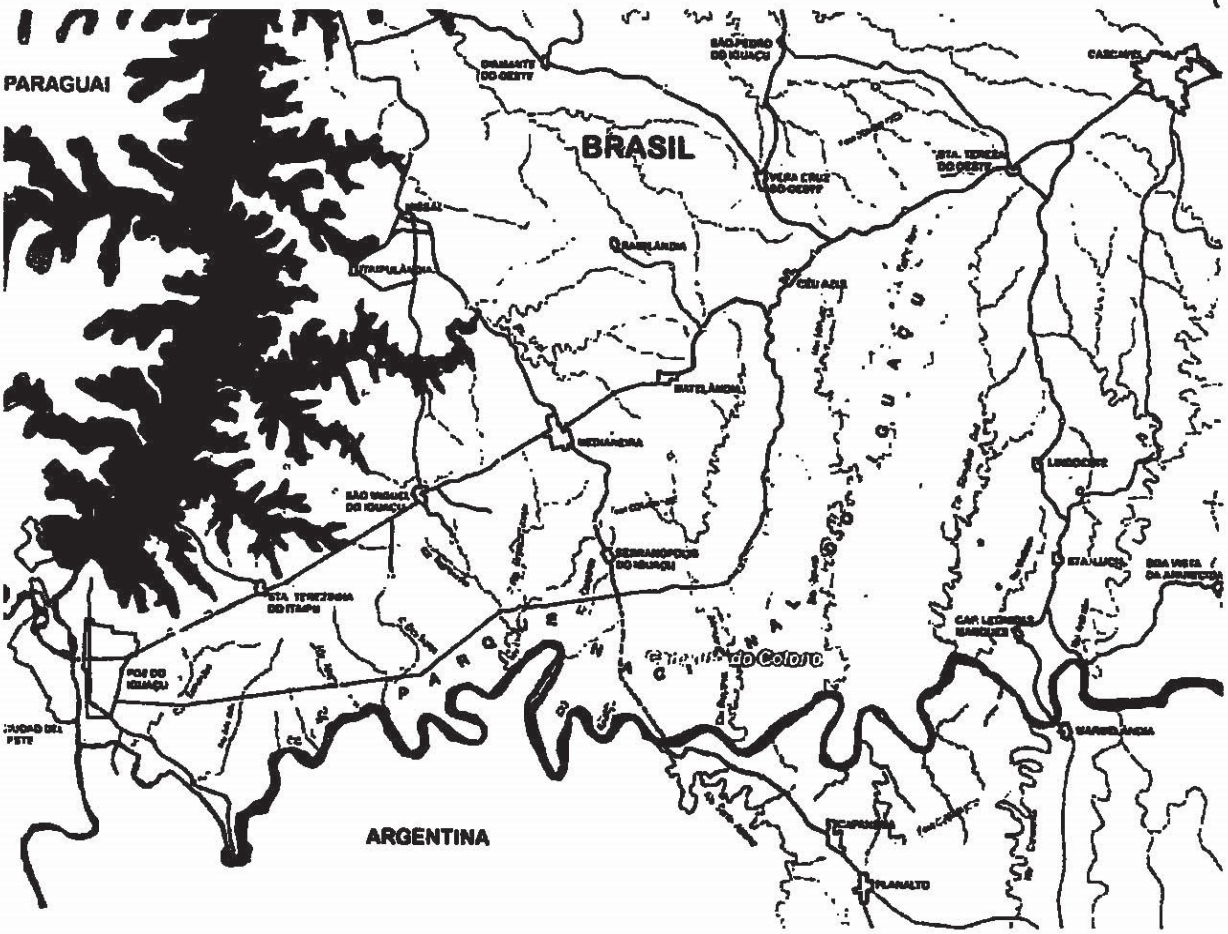
Curitiba, 14 de Julho de 2010.

p.p.
Pedro Henrique Xavier
OAB 6.511 PR

Muriel Gonçalves Martynychen
OAB 36.811 PR

Documento recebido eletronicamente da origem

4255



A RESTAURAÇÃO DO CAMINHO DO COLONO

A restauração do Caminho do Colono se preserva como um desejo da população vizinha ao Parque Nacional do Iguaçu. A proposição de sua restauração sempre respeitou a importância ecológica do Parque, e se baseou em forte apelo à conservação da memória dos pioneiros e respeito às dificuldades que tiveram que enfrentar à sua chegada ao Oeste do Paraná.

AMOP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ

AMSOP

Oeste e Sudoeste do Paraná
Julho de 2009

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 307

A RESTAURAÇÃO DO CAMINHO DO COLONO

A proposta de restauração do Caminho do Colono representa o desejo da população em restabelecer aquele Caminho histórico. O Caminho do Colono foi aberto antes mesmo de existir o Parque Nacional e por longos anos foi usada no acesso das levas de colonos vindos do Sul. Continuou depois, sustentando os vínculos das famílias separadas pelo Parque e mantendo as saudáveis relações, inclusive comerciais, entre as comunidades situadas em ambos extremos do Parque. Esta proposição sempre se baseou em forte apelo à importância ecológica do Parque, concomitantemente à preservação da memória dos pioneiros e das dificuldades que tiveram que enfrentar à sua chegada. São valores culturais de alta relevância para toda a região e, não obstante, representam uma parcela de **apenas 0,0085% da área do Parque**, ou seja, 15,75 hectares do total dos 185.262,50 ha que o Parque possui.

Com tais claros objetivos, o Caminho do Colono deve possuir características inovadoras e especiais. O quadro abaixo descreve as principais características desta via:

Quadro 01: Características do Caminho do Colono

Característica	*Descriminação*	*Observações*
Extensão: 17,5 km	Em uma linha quase reta e perpendicular ao rio Iguaçu, com a menor extensão possível entre os dois extremos.	Tem uma declividade constante entre Serranópolis e o rio Iguaçu, vencendo uma diferença de altitude de 71m.
Largura da pista de rolamento: seis metros	Esta largura é suficiente para permitir que dois ônibus se cruzem com segurança.	Com esta largura as copas das árvores de ambas as margens se entrelaçarão, fazendo com que quase todo o trecho fique oculto na floresta, como eram as condições primitivas do Caminho.
Faixa marginal de segurança: inexistente	Não se prevê acostamento pavimentado de cada lado da pista de rolamento, somente pequena faixa desarborizada.	É prudente que haja uma distancia mínima de 1,50m dos troncos das árvores até a pista, para evitar acidentes por eventuais inclinações dos troncos.
Pavimentação: pedras de basalto irregular	O solo argiloso sob a floresta fica úmido e não permite trafego seguro de veículos. A pavimentação é necessária para evitar que usuários fiquem retidos na floresta.	Pedras de basalto irregular são elementos naturais da região, que facilitam a travessia segura da fauna Deverão ser assentados com técnicas que garantam sua durabilidade no ambiente sombreado previsto neste Caminho.
Sistemas de drenagem	Não se prevê meio-fios elevados às margens da pista, mas somente para a fixação lateral das rochas de basalto irregular.	As águas das chuvas escorrerão naturalmente para as margens, devido ao abaulamento de 4% de desnível lateral.
Pontes e travessias	Há dois locais em que o Caminho precisa galerias em pequenos cursos de água.	As galerias devem ser reconstruídas com dimensões adequadas para evitar transbordamentos sobre a pista.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 308

(e-STJ Fl. 5308)

continuação

Ausência de taludes marginais	Os cortes anteriores já conformaram o perfil do terreno à estrada. Estão estabilizados pela vegetação natural.	A inexistência de taludes próximos à pista garante que não haverá riscos de deslizamentos.
Centros de Visitantes	Em cada extremidade haverá um Centros de Visitantes para educação ambiental e conforto dos visitantes.	Os Centros de Visitantes se dedicarão a explicar os valores do Parque e os do Caminho do Colono, com orientação para o ingresso no Caminho.
Mirante	Dois locais poderiam ter um paradouro para se conhecer um grande exemplar de peroba e as águas puras de riacho.	Serão distribuídas mensagens ambientais aos visitantes, em folhetos e em gravação nos veículos que farão a travessia.
Acesso controlado	O horário noturno e os do nascer e por do sol são de alta importância ecológica e serão respeitados na travessia.	O controle do acesso será feito em ambas as entradas do Caminho do Colono, prevendo apenas a circulação diurna, por exemplo, entre as 08h00 e 18h00.
Usuários previstos	A população dos municípios apartados pelo Parque, e nova demanda turística a ser desenvolvida	Tal como ocorre na visitação às Cataratas, os moradores da região pagarão valor diferenciado do de turistas ou usuários casuais.

A restauração do Caminho

Após o tempo decorrido desde a última interdição a vegetação passou a ocupar o espaço antes aberto para o Caminho do Colono. As ações de interdição implantaram barreiras de terra, revolveram a pista anterior e desmontaram galerias, afundaram a balsa e fizeram plantios de árvores e gramíneas exóticas, o que resultou em impactos sobre flora e fauna, focos de erosão e riscos de incêndios, que antes eram apontados como ameaças do Caminho, ao Parque.



Um túnel florestal com 6m de largura. Esse é o Caminho do Colono.

A restauração começará com a resolução dos impactos persistentes, retirada de espécies exóticas, limpeza dos escombros e, finalmente, as obras de reabertura do eixo do Caminho, sua pavimentação, etc., até colocá-la em operação novamente. Não há óbices técnicos à remoção de espécies exóticas. Quanto às eventuais nativas pioneiras, estas poderão ser compensadas com plantios de outras, em áreas degradadas das ilhas invadidas do Parque, ou nos novos projetos turísticos, ora em curso.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 309

(6-STJ-FL-6309)

O Quadro 02 apresenta resumidamente as atividades de restauração do Caminho do Colono, a partir da situação atual.

Quadro 02: Atividades necessárias à restauração do Caminho do Colono

Obra/Atividade	*Detalhes e observações*
Definição de parcerias e concessões	Convênios poderão ser celebrados entre o Parque e as Prefeituras e/ou Associações de Municípios regionais, para a elaboração do projeto, da execução e, depois, das concessões para a operação e manutenção do Caminho. Nestes convênios serão definidos os custos e responsabilidades de cada parte, respeitando as atribuições e competências institucionais.
Levantamentos topográficos	Restauração topográfica precisa do antigo leito do Caminho
Abertura de vias de acesso e pistas de serviço	Abertura de picadas mínimas para a passagem de máquinas e equipamentos.
Implantação de canteiros e demais áreas de apoio	Definição dos locais de obras: galerias, áreas degradadas pelo desmonte anterior e primeira limpeza da futura pista
Aquisição de materiais de base/ sub-base e estocagem	Estabelecer locais fora do Parque, para estocar os materiais que serão usados na restauração do Caminho
Remoção da vegetação	Remoção de faixa mínima de vegetação da pista de rolamento e pequena faixa de segurança, preservando toda vegetação restante.
Preparação da área da pista	Remodelação da pista de rolamento tornando-a apropriada às condições de pavimentação com basalto irregular.
Execução de obras de arte e canalização de cursos d'água	Restauração das galerias desativadas, dotando-as com dimensões apropriadas para evitar represamentos e inundação do Caminho.
Pavimentação	Assentamento manual do basalto irregular, seguido de compactação mecânica, para garantir sua estabilidade e duração.
Transporte e disposição de materiais em bota-foras	Retirada da vegetação cortada e dos materiais e estruturas encontradas na futura pista de rolamento para fora o Parque.
Sinalização	Implantação da sinalização de trafego e de orientação (educação) ambiental.
Centros de visitantes e mirantes	Construção dos centros de apoio nos extremos do Parque e dos mirantes para educação ambiental.
Desmontagem do canteiro e retirada de entulho e resíduos	Conclusão da obra com a retirada de todo material residual e sua adequada destinação.
Reativação da travessia no rio Iguaçu	Restauração da conexão do Caminho com Capanema, através de barcos de passageiros, via concessão.
Controle da circulação de veículos	Estabelecimento do tráfego dos ônibus e veículos leves, e da operação dos Centros de Visitantes.
Conservação e manutenção da via	Rotinas de manutenção, com varrições, limpeza de ramos e eventuais reparação de danos ao pavimento ou instalações de apoio.

O Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu possui o desenho de uma bota deitada, cujo pé estaria a Leste e seu cano alto estaria a Oeste, desenhado às margens do rio Iguaçu, com as Cata-

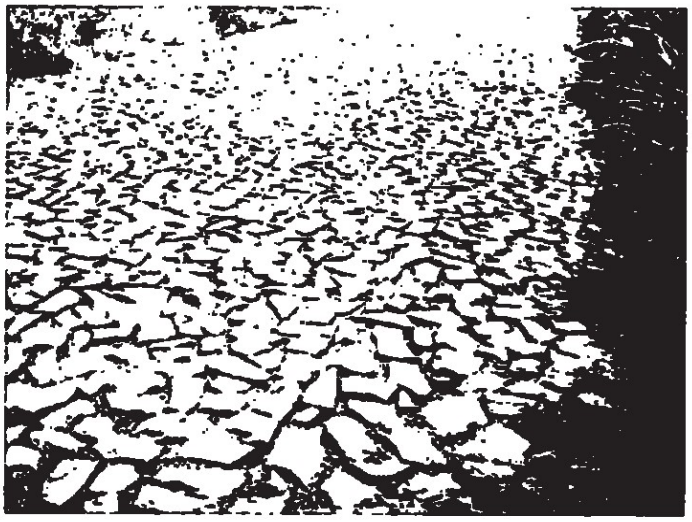
Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 310

(e-STJ Fl. 310)

ratas em sua extremidade. O Caminho do Colono se localiza, nesta figura, entre o pé e o cano da bota. Está numa área estreita do Parque, porém tida como de importância inclusive militar, já permitiria chegar rapidamente à uma das fronteiras com a Argentina. A inexistência deste Caminho pressupõe um contorno de mais de 112 km, ao longo de praticamente todo o Parque. Esta é a distância que a Policia Florestal, chamada no Paraná de Força Verde, deve fazer para patrulhar, desde Foz do Iguaçu, onde está sua sede, aquela região do Parque. Pelo Caminho do Colono seria apenas 17,5 km, uma economia inclusive ecológica, já que se evitaria o uso de combustível fóssil.

São reconhecidos três ecossistemas principais no Parque Nacional do Iguaçu: o da Floresta Estacional Semidecidual, que compreendia toda a região do Norte e Oeste do Paraná, e o da Floresta Ombrófila Mista, mais conhecida como Florestas com Araucárias, que se estendem desde o Rio Grande do Sul e predominaram em todos os planaltos do Estado do Paraná e as chamadas Formações Pioneiras de Influência Fluvial, em áreas de solos instáveis sujeitos a condições extremas de inundação. O Caminho passa pela Floresta Semidecidual, uma formação que não apresenta um dossel (copada) contínuo, mas com grande variação, ora alta – onde se encontram os perobais – ora a poucos metros do solo, muitas vezes recoberta com trepadeiras que escondem a folhagem das árvores.



Pavimento adequado para o tráfego, protetor para a fauna.

O Plano de Manejo reconhece que esta região possui relativamente pequeno valor ecológico, quando afirma que "*anteriormente à criação do PNI, em 1939, já havia ocupação humana no local e encontravam-se, na atual área protegida, inúmeras fazendas, em especial na porção sudoeste, além de casas de moradores e algumas serrarias. A exploração de madeira, ao contrário do estabelecimento de cultivos agrícolas e pastagens, deixou remanescentes florestais fragmentados por toda a região, causando o quase desaparecimento de algumas espécies mais procuradas em função das propriedades da madeira*" (Cap. 6.3.1).

Insiste, ainda, o Plano de Manejo: "*ocorrem, na área do Parque, misturas dessas fases devido às diferentes atividades antrópicas desenvolvidas no passado. Em quase todos os pontos visitados observaram-se intervenção relativa à exploração madeireira de tempos mais remotos e ação de palmiteiros, caçadores e pescadores*" (Cap. 6.3.1)..

Efetivamente se constatam estes fatos. Neste ambiente florestal não é raro o sol chegar ao solo e sempre houve vários locais naturalmente abertos, às margens do Caminho. Esta realidade ambiental esvazia em grande parte, os argumentos relativos aos efeitos de borda, que são notáveis nas florestas amazônicas onde, inclusive, este fenômeno foi mais estudado.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 311

Os problemas da Estrada e as soluções do novo Caminho do Colono

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu de 1999 identificou, em seu Anexo 26, como problema principal decorrente da existência de Estrada do Colono, o efeito de borda[1] que levaria à fragmentação entre os ambientes de ambas as margens da estrada no Parque.

Daquele Anexo transcreveram-se os argumentos usados para justificar a interdição da antiga Estrada do Colono. Ainda considerando que vários daqueles argumentos fossem frágeis e outros até contraditórios com os estudos que os precederam no próprio Plano de Manejo, o Quadro 03 compara as condições antigas à nova proposição do Caminho do Colono.

Quadro 03: Argumentos comentados do Plano de Manejo à luz do novo Caminho do Colono

***Argumentos do Plano de Manejo** (Anexo 26).*	***Comentários***
Modificação da vegetação imediatamente situada em ambas as margens do Caminho, em razão de alterações microclimáticas, resultando no chamado efeito de borda, provocando uma mudança radical nas comunidades vegetais da floresta nas margens da estrada;	Este fato somente ocorreria se houvesse a abertura de um novo Caminho em ambiente primitivo, não sua manutenção ou conservação.
Faixa de vegetação alterada formada em ambas as margens da estrada, deixa de ser funcional para algumas espécies de animais, e constitui-se em obstáculo a sua natural dispersão;	O Plano de Manejo constatou que o ecossistema da região do Parque onde está localizado o Caminho já foi profundamente alterado. Se tal faixa de vegetação não se apresenta funcional, isso vem ocorrendo há décadas, sem prejuízos perceptíveis na ecologia do Parque
Instalação de efeito de borda significativo devido à fragmentação do habitat;	A previsão de um Caminho estreito anula o efeito de borda, porque se mantém uma continuidade florestal entre os dois setores do Parque. Ademais, o efeito de borda se converteria naturalmente em ecótono, que é a cicatrização natural das áreas de contato entre dois ecossistemas naturais, ou um natural e outro artificial.
Favorecimento a penetração e fixação de espécies de ambientes abertos, que podem ser consideradas colonizadoras da faixa marginal, promovendo substituição de comunidades naturais;	Não existe, na proposta do Caminho do Colono, o estabelecimento de ambientes abertos, salvo nos casos em que estes existem naturalmente, como dantes comentados. Não haverá, assim, substituição de comunidades naturais nesta área
Favorecimento a penetração de caçadores e animais domésticos como cães, gatos, porcos e ratos, lesivos às espécies nativas;	Caçadores e seus animais domésticos não precisam penetrar no Parque pelo Caminho. A fiscalização que se espera que o Parque estabeleça no Caminho diminuirá esta prática na região.

[1] Chama-se efeito de borda à soma das influências externas a uma dada área marginal de uma floresta recentemente aberta. Este efeito – principalmente provocado por ventos, insolação e ruídos – é cicatrizado naturalmente pela regeneração natural, que restaura a barreira natural aos agentes externos.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 312

continuação

Argumentos do Plano de Manejo (Anexo 26).	***Comentários***
Presença de espécie vegetal ameaçada de extinção (jaracatiá *Jacaratia spinosa*) evidenciando-se a necessidade de preservação da área;	Esta espécie, com exemplares constatados pelo Plano de Manejo com diâmetros superiores a um metro, sempre existiu à margem do Caminho, que não afetou sua perpetuação até o presente.
Ausência de cuidados com a drenagem superficial, profunda e de procedimentos visando a conservação de solos;	Técnicas simples de conservação de solos às margens do Caminho resolvem tais situações de escoamento superficial
Interrupção do livre escoamento de cursos d'água, causando alagamento de trechos viários durante as chuvas intensas;	As galerias dos dois arroios deverão possuir dimensões adequadas para permitir o livre escoamento das águas, prevenindo o alagamento de trechos viários, que, diga-se, não se constatou em todo tempo de operação do Caminho.
O transporte de grande quantidade de partículas sólidas, provenientes do material constituinte da pista de rodagem, para dentro de rios atravessados pela rodovia, provoca drásticas modificações na coloração da água e natureza do leito dos cursos d'água;	Os cuidados na implantação das obras de arte (galerias e contenção em pontos de escorrimento superficial eventuais) previnem facilmente este impacto
O aumento da turbidez provoca a redução da penetração da luz solar no meio aquático, gerando sobre os peixes alterações dos ritmos circadianos;	Não havendo focos de erosão, prevenidos pela pavimentação de basalto irregular e conservação dos solos próximos à pista de rolamento, não haverá focos de turbidez nas águas dos arroios.
A acumulação dessas partículas sólidas em suspensão, sobre as brânquias pode também causar mortes dos peixes por asfixia;	Não ocorrerão mortes de peixes por asfixia devido à turbidez das águas, porque esta é facilmente prevenida, como acima se citou.
A deposição desse material alóctone soterra a comunidade bentônica que representa importante fonte de alimento para os peixes;	Igualmente não ocorrerá o soterramento da comunidade bentônica (plantas aquáticas e algas fixadas ao fundo), porque não haverá o assoreamento dos córregos.
O soterramento traz ainda impacto sobre as atividades reprodutivas de peixes que utilizam do substrato para deposição de ovos havendo o soterramento de ninhos, ovos e larvas;	Também não ocorrerá o soterramento de locais usados nas atividades reprodutivas de peixes porque não haverá o assoreamento dos córregos.
No rio Quilômetro Oito, pesquisado pela COM, no trecho a jusante do Caminho foram registrados valores de cor, turbidez, fósforo total, ferro total, manganês, cobre, coliformes totais e fecais, significativamente superiores aos limites propostos na Resolução número 20/86 do CONAMA para águas de Classe 1, tais valores estão associados a entrada de sedimentos e poluentes associados através do escoamento superficial da estrada;	Tais dados de qualidade das águas são contestáveis porque evidenciam poluição industrial e de instalações sanitárias, e com emissário diretamente sobre o riacho, o que seria uma impossibilidade naquele local. Nunca houve comentários sobre as fontes de tais contaminantes. Tal coleta deveria ter sido repetida para a contraprova, o que até o presente não consta ter ocorrido.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 313

(e-STJ Fl. 5313)

continuação

Argumentos do Plano de Manejo (Anexo 26).	***Comentários***
Emissão de gases provenientes dos veículos (CO, CO_2, SO, etc.) e ruído;	Está previsto o uso de ônibus com combustível ambientalmente adequado, por exemplo, biodiesel e, futuramente, eletricidade, com mínimas emissões de ruídos e gases, ademais de veículos leves e viaturas de fiscalização.
Risco de acidente com cargas tóxicas ou perigosas, pois trafegam veículos pesados;	Não está previsto o transporte de cargas, o que deve ser controlado nos acessos à Estrada.
Elevado risco de atropelamento de animais silvestres, em função da alta velocidade desenvolvida por veículos em trânsito pela estrada, verificada durante os trabalhos de campo, tendo-se estimado veículos a mais de 80 km/hora em dia de chuva;	Uma das justificativas para o pavimento da pista ser em basalto irregular é justamente para prevenir velocidades elevadas e facilitar o escape de animais surpreendidos. Atropelamentos de animais silvestres continuam a ser comuns na Rodovia das Cataratas. Ademais, transitar a 80km/h em dias de chuva, por estradas com pavimento argiloso só representa risco para os condutores: já que os animais em geral ficam abrigados.
Tráfego noturno e por número elevado de veículos, o que é extremamente desaconselhável em local de uso e trânsito de animais silvestres;	Não está previsto nenhum tráfego noturno, não obstante este se admita para atender necessidades da Segurança do Parque.
Não houve, na área em que esta estrada está alocada, na unidade de conservação, um grau elevado de interferência antrópica, de forma que toda área merece o destino da preservação e da recuperação florestal nativa;	Esta informação contradiz o que registra o Plano de Manejo, quando afirma que "anteriormente à criação do PNI, em 1939, já havia ocupação humana no local e encontravam-se, na atual área protegida, inúmeras fazendas, ... além de casas de moradores e algumas serrarias"
Permite a penetração de uma entomofauna característica de áreas devastadas, normalmente muito competitiva pelos recursos, o que causa a redução da entomofauna nativa;	Não havendo o fenômeno de efeito de borda, não há atração para a invasão de insetos – e mesmo de outros animais domésticos – notadamente os com a capacidade de competir com os insetos locais. De qualquer forma, não há registros que a entomofauna do Parque tenha sido pesquisada.
Com todo o movimento observado de carros, certamente os lepidópteros deixam de constituir pontos de briga, em que os machos espantam concorrentes do mesmo sexo e disputam as fêmeas para o acasalamento. Também não podem se nutrir de sais dissolvidos nas areias úmidas da beira dos córregos, evidentemente prejudicando sua reprodução e forrageamento.	O fato constatado comprova a existência as borboletas que habitam setores abertos naturais da floresta, contradizendo os argumentos sobre o efeito de borda nesta região do Parque. Por outro lado, se as clareiras naturais forem artificialmente reflorestadas, também tais insetos seriam afetados por desaparecerem seus locais de acasalamento.
Invasão de plantas nas bordas da mata, nos dois lados da estrada;	A invasão de plantas exóticas ocorreria pela abertura plena, através da ação dos ventos, de animais e pelos rodados doe veículos. As condições previstas não facilitam estas espécies, que são normalmente exigentes de luz e espaço, o que não se prevê ocorrer às margens do Caminho.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 314

continuação

***Argumentos do Plano de Manejo** (Anexo 26).*	***Comentários***
A floresta de ambos os lados estará mais suscetível ao vento como recentemente ocorreu, por três vezes, no PNI, onde o vento derrubou parte da floresta no seu interior;	É provável que tornados típicos da região, geralmente noturnos, voltem a incidir sobre a área do Caminho, e não é a existência ou não do Caminho que evitará tais vendavais. Arvores da galeria florestal poderão, nestes eventos, cair sobre a pista, e a Segurança do Parque deverá ficar atenta nestas ocasiões, antes de liberar o trafego.
Aquecimento dos ambientes com o aumento da temperatura e maior amplitude térmica (ao longo do dia)	Esta situação somente ocorreria se o Caminho do Colono viesse a ser uma rodovia asfaltada, aberta, cujas características propiciassem maior incidência solar. Não é o caso do projeto pretendido.
Diminuição da umidade, menor volume de água no solo, dessecação dos ambientes e maiores suscetibilidades ao fogo	São incomuns extensos períodos de estiagem, quando então todo o Parque poderá sentir os efeitos, não somente o Caminho. No Caminho, a copa das árvores o manterá continuamente sombreado, não havendo lógica a redução da umidade do ar ou do solo neste, ou devido a este.

Os impactos ambientais da nova proposição do Caminho do Colono

O subcapítulo 7.6.2, do citado Plano de Manejo (pg. 531 e seguintes), que trata da **Descrição Biofísica e Padrão de Uso das Áreas de Uso Público,** seleciona indicadores de impacto, ou seja, um conjunto de variáveis biofísicas e sociais relacionado aos objetivos de manejo do Parque, facilmente mensurável em campo. A cada variável, ali chamada verificador de impacto, foram agrupadas outras variáveis afins, compondo o que se nomeou indicadores-chave de impacto. Estes indicadores foram tratados separadamente: os sociais ou antrópicos e os biofísicos.

O Plano aplicou esses indicadores de impacto nas chamadas "trilhas" existentes no Parque e concluiu que "*de modo geral, as trilhas do PNI não apresentam muitos dos impactos decorrentes da visitação, normalmente encontrados em outras Unidades de Conservação*".

Ainda que se possa considerar tecnicamente simplista a matriz usada para evidenciar os impactos, esses mesmos indicadores-chave foram aplicados à proposição atual do Caminho do Colono, para permitir que os especialistas comparem este com as "trilhas" similares encontradas no Parque.

Os resultados da aplicação podem ser vistos no Quadro 04.

Quadro 04: Impactos das "trilhas" existentes e as do novo "Caminho do Colono".

Indicadores/verificadores	***Nas "trilhas" do Parque***	***No Caminho do Colono***
1. Indicadores sociais		
Evidencias de cheiro de lixo	Não se constatou	Não esperado
Lixo fora dos latões	Sim, em algumas trilhas	Sim, impondo cuidados

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 315

continuação

1. Indicadores sociais	***Nas "trilhas" do Parque***	***No Caminho do Colono***
Lixo na trilha	Sim, em todas	Sim, impondo cuidados
Presença de animais associados ao lixo	Sim, quatis. As lixeiras precisaram ter ajustes contra estes animais	Não esperado
Existência de dejetos (presume-se, humanos)	Não foram observados	Não esperado
Ocorrência de fossa aberta	Não foi observado	Não procedente
Cheiro de urina	Sim, na Trilha das Cataratas	Não esperado
Cheiro de esgoto	Sim, na Trilha das Cataratas	Não procedente
Ocorrência de entulho	Sim, na Trilha das Cataratas	Não esperado
Nº de coleta de plantas	Alguns casos na trilha das Cataratas	Sim, impondo cuidados
Nº de pessoas alimentando quatis	Elevado na trilha das Cataratas.	Não esperado
Pessoas fora da área permitida	Poucos na Trilha das Cataratas	Sim, impondo cuidados
Ocorrência de acidentes	Alguns na Trilha das Cataratas	Sim, impondo cuidados
Eventos de buscas e salvamentos	Não	Não esperado
Ocorrência de suicídios	Não	Não esperado
Ocorrência de barulho de pessoas	Sim, em todas as Trilhas	Sim, impondo cuidados
Ocorrência de música alta	Não	Não esperado
Manifestações religiosas	Não	Não esperado
Eventos de brigas	não	Não esperado
Nº de percepções do som de helicóptero	*"O ruído de helicópteros foi o que apresentou maior intensidade."*	Esperado, já que o Parque instalou novos helipontos nesta região
Nº de percepções de som de veículos	Não foi constatado	Sim, impondo cuidados
2. Indicadores biofísicos		
Nº de raízes expostas	pouca exposição de raízes	Sim, impondo cuidados
Nº de indícios de fogo	Não há indícios de fogo	Não esperado
Nº de árvores com bromélias e orquídeas	Observadas, *"porém não na freqüência e na intensidade esperadas, indicando menor grau de conservação."*	Frequente e variada
Presença de espécies exóticas	Presença de *"exóticas foi o verificador mais encontrado"*	Sim, introduzidas pelo Parque. Devem ser retiradas
Área de solo nu (descoberto)	Poucas áreas de solo nu	Risco a ser prevenido
Áreas de vegetação degradada	*Poucas "áreas degradadas em função da visitação"*	Não esperado
Erosão lateral	*"Raros problemas de erosão lateral". "Não há canais e sulcos decorrentes de erosão."*	Risco a ser prevenido
Problemas de drenagem	*"Foram observados com freqüência"*	Risco a ser prevenido
Nº de quatis	*Espécie mais comum na trilha das Cataratas*	Não esperada sua domesticação.

Documento recebido eletronicamente da origem

continuação

1. Indicadores sociais	Nas "trilhas" do Parque	No Caminho do Colono
Nº de trilhas não oficiais	*"Trilhas irregulares - atalhos abertos pelos visitantes na trilha das Cataratas. A largura dos caminhos avaliados variou de 0,6m a 9m", logo, "poucos dos locais de uso público podem ser chamados de "trilhas", pois se caracterizam mais como "estradas"*	Não esperado
Problemas de risco fatal	*"Riscos fatais foram observados na trilha da Usina São João e o restante das trilhas oferece risco de escorregamento."*	Risco a ser prevenido
Mudanças de comportamento animal	*"Os quatis apresentam mudança de comportamento"*	Risco a ser prevenido
Visão / audição de aves	Aves foram observadas, porém não na freqüência e na intensidade esperadas	Freqüentes e variadas
Vandalismo em estruturas	*"Frequente vandalismo em estruturas"*	Sim, impondo cuidados
Inscrições em rochas	Várias inscrições em rochas	Não procedente
Nº de árvores com danos / inscrições	Poucos danos em tronco de árvores	Sim, impondo cuidados

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu propôs novos usos àquela Unidade de Conservação, citadas à página 170, onde cita os *"circuitos aquáticos M'boi, Água Grande e o* rafting e boiacross *nas Corredeiras da Barra, todos no rio Iguaçu,* rafting e boiacross *no rio Gonçalves Dias, e o* rafting *no rio Silva Jardim; trilhas do Rio São João, da Linha Martins, da Onça, da Ilha do Cavalo, do Campinho e outras menores junto aos municípios do entorno, propiciando a administração compartilhada com os municípios e proprietários particulares"*.

Várias destas propostas possuem riscos de impactos expressivos e avançam sobre áreas de alta sensibilidade, valendo citar o caso do *rafting* sobre o rio Silva Jardim, em área primitiva paralela ao Caminho do Colono. No Plano de Manejo não há citação da avaliação prévia dos impactos destas proposições.

Contudo aquele Plano traz minúcias discutíveis como razões justificativas do fechamento da antiga Estrada do Colono, tal como as dificuldades que a passagem de veículos causaria ao acasalamento de borboletas, e argumentos cabíveis a uma grande rodovia, como as que "*a estrada provoca e exacerba os efeitos de fragmentação, poluição de toda ordem e problemas de drenagem, facilita o acesso de estranhos, propicia tráfego indevido de veículos de carga, impede qualquer tipo de controle do PNI e outras autoridades formais, além de fragilizar o papel das instituições judiciária, especialmente, e executiva. Por outro lado, suscetibiliza a soberania do Brasil, pois que se encontra em área de segurança nacional...*" (pg. 169 do Plano de Manejo). Nenhum destes impactos persiste mais na atual proposição. Não obstante, vários destes impactos devem ser esperados e mereceriam estudos cuidadosos nas novidades citadas do Plano.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 317

Um projeto viável e conveniente

Pode-se perceber que foram grandes os esforços dos autores do Plano de Manejo na busca de argumentos destinados a justificar a interdição da antiga estrada. Compreende-se também sua dificuldade argumentativa à vista que o Parque possui outras estradas, uma delas, a de acesso às Cataratas, de extraordinário Ed permanente risco ecológico. Constatou-se então, que os autores do Plano de Manejo **não conquistaram encontrar embasamento técnico-científico sólido contra o Caminho do Colono**, ainda mais porque este se reconheceu necessário à fiscalização do Parque, fato inobservado na decisão da interdição.

Contra o Caminho do Colono só havia um argumento reconhecido, qual seja o de, à época estar sendo operado de forma alheia à administração do Parque, o que, sem dúvida, poderia gerar riscos à preservação do patrimônio natural ali reservado.

A **presente proposta é inédita às anteriores**, porque insere o Caminho do Colono como **um dos instrumentos para a concretização dos objetivos do Parque**, abrindo possibilidades de pesquisas científicas, facilitando a fiscalização, e, de forma extraordinariamente feliz, **contentando uma parcela altamente significativa da população lindeira**, para quem a Estrada faz parte de sua história, e através da qual, renovarão e fortalecerão laços de família e amizade rompidos desde a interdição.

Este estudo comprovou, com as novas alternativas expostas, que **é viável atender a este anseio popular** – o principal e talvez o único das comunidades lindeiras ao Parque. Uma iniciativa, como se depreende das considerações acima, plenamente factível, atendendo às demandas ecológicas, econômicas e sociais, cimentadas nos novos, excelentes e convenientes relacionamentos entre o Parque e as comunidades de seu entorno.

E o mais importante: o **único empecilho que resta** para a reabertura do Caminho do Colono está no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Este documento, em verdade, é tão somente um ato administrativo, materializado em portarias do Instituto Chico Mendes e/ou do IBAMA (artigo 12, I, do Decreto n.º 4.340/2002). Portanto, basta uma revisão do Plano de Manejo - o que independe de alteração legislativa – para tornar perfeitamente possível a regularização do novo Caminho do Colono.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 318

Estudo realizado por iniciativa de

AMOP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ

AMSOP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Através de

A. Müller
Consultoria Ambiental
R. Frco Nunes 1868 - 041 9951-0040 Curitiba, Pr

Documento recebido eletronicamente da origem

4246

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 92.04.34321-4/PR

RELATOR	:	**Des. Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA**
APELANTE	:	**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA/PR e outros**
ADVOGADO	:	**Pedro Henrique Xavier e outros**
APELADO	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
INTERESSADO	:	**ESTADO DO PARANA**
PROCURADOR	:	**Heloisa Bot Borges**
INTERESSADO	:	**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA**
ADVOGADO	:	**Maria Alejandra Riera Bing e outros**
INTERESSADO	:	**MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUACU/PR**
ADVOGADO	:	**Glaucia Maria Ascoli e outros**
APENSO(S)	:	**95.04.03302.4**

DESPACHO

À Secretaria desta e. 3ª Turma, para juntar aos autos o Ofício nº 10/2010-SISTCON, de 14-06-2010, da lavra do Exmo. Des. Federal Álvaro Junqueira, Coordenador do Sistema de Conciliação da 4ª Região.

Após, proceda-se à intimação do Ministério Público Federal e do IBAMA, sucessivamente, fixando-lhes o prazo de 20 dias, para cada um, para se manifestarem sobre o teor da petição das fls. 4232-4245.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2010.

Assinatura Digital TRF 4ª Região

Documento eletrônico assinado digitalmente por DES. FEDERAL FERNANDO QUADROS DA SILVA, Desembargador Federal, conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e a Resolução nº 61/2007, publicada no Diário Eletrônico da 4a Região nº 295 de 24/12/2007. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://www.trf4.gov.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador 3645029v4 e, se solicitado, do código CRC A0D546FC.

Documento recebido eletronicamente da origem

4247

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 – 90.010-395 – Porto Alegre/RS - Fone: 3213-3000 - www.trf4.gov.br
Prédio Judicial - 9ºandar Fone: 3213.3195 E-mail: conciliar@trf4.gov.br

Ofício nº 10/2010 – SISTCON **Porto Alegre, 14 de junho de 2010.**

Senhor Relator da apelação cível nº 92.04.34321-4:

Cumprimentando-o cordialmente, é com imensa honra que me dirijo a Vossa Excelência para, diante de proposta de conciliação apresentada pelos entes federativos (municípios), réus/apelantes no recurso declinado ao início, sugerir à intimação do IBAMA, Instituto Chico Mendes, Estado do Paraná e Ministério Público Federal para tomarem ciência e apresentarem manifestações acerca da proposição, e após, ser agendada audiência objetivando conciliar o interesse da partes envolvidas.

Aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira
Coordenador do Sistema de Conciliação da 4ª Região

Excelentíssimo Senhor
Fernando Quadros da Silva
Desembargador Federal
Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Documento recebido eletronicamente da origem

4248

1

Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região

O Seguinte Documento foi protocolado 15/07/2010 15:26 com o número 10/0905541

Dados Cadastrados:

Origem:	PRCTBDIST1 - DISTRIBUIÇÃO - CURITIBA - AHU
Destino:	ST3 - SECRETARIA DA 3a. TURMA
Tipo de Documento:	PETIÇÃO
Processo:	92.04.34321-4 (GAB25D - GPC)
Peticionante:	MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA/PR
Observação:	PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO

Documento recebido eletronicamente da origem

4249

P.H.Xavier
& Advogados Associados
OAB 656 PR

EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA,

M. D. COORDENADOR-GERAL DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

Apelação Cível n.º 92.04.34321-4

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, MUNICÍPIO DE BARRACÃO, MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE, MUNICÍPIO DE PRANCHITA, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, MUNICÍPIO DE MISSAL, MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, MUNICÍPIO DE CAPANEMA, MUNICÍPIO DE PLANALTO e **MUNICÍPIO DE PÉROLA DO OESTE,** devidamente qualificados nos autos em epígrafe, de recurso de apelação em ação civil pública promovida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL,** vêm, respeitosamente, por seu procurador adiante assinado, para dar prosseguimento às tratativas de acordo que vem sendo conduzidas pelo SISTCON-TRF4, trazer aos autos **PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO** para uma reabertura mínima e condicional do CAMINHO DO COLONO, a qual busca reduzir ao máximo os impactos ambientais e que, assim se espera, seja capaz de encerrar esta lide que se prolonga há mais de 23 (vinte e três) anos.

Pede deferimento.

Curitiba, 14 de julho de 2010.

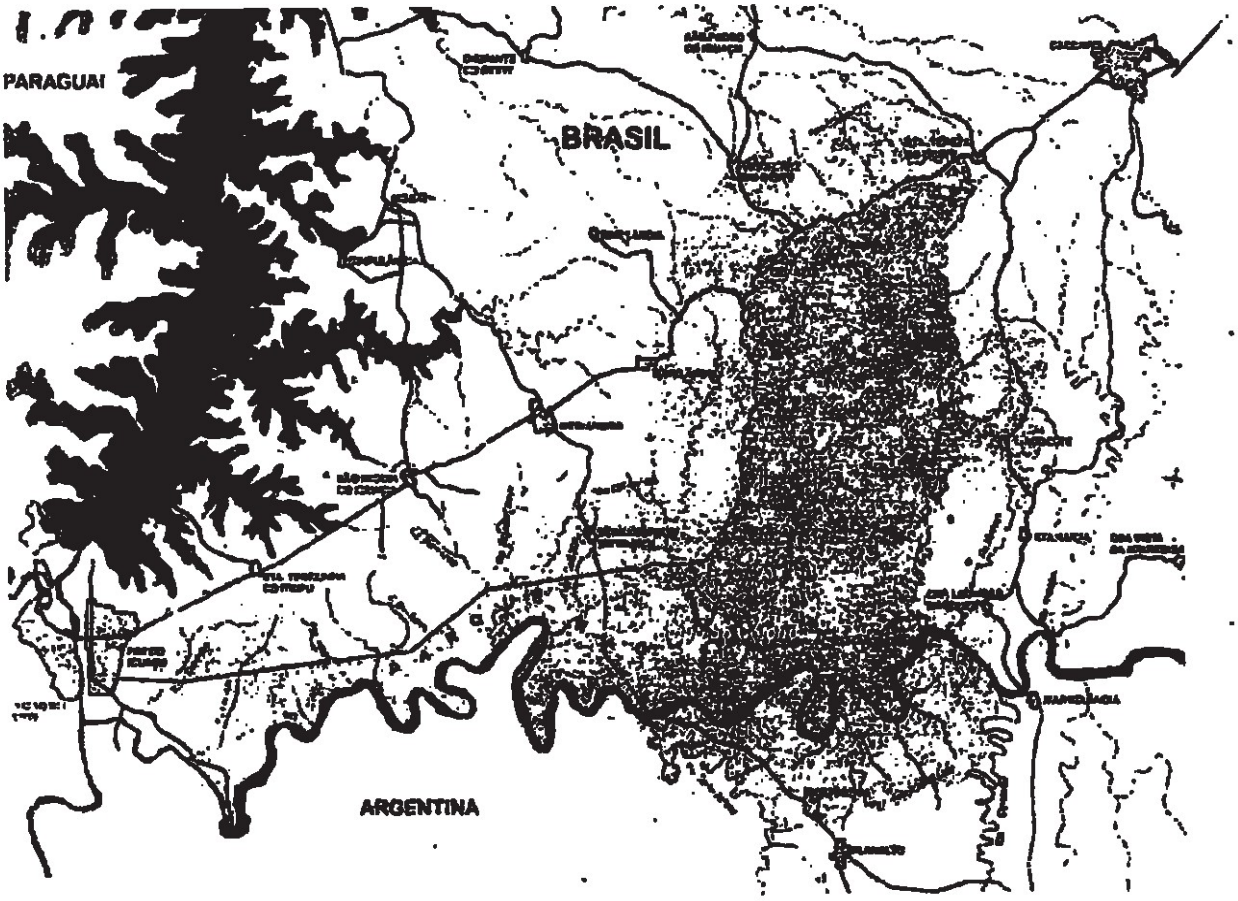
p.p.

Pedro Henrique Xavier
OAB 6.511 PR

Muriel Gonçalves Martynychen
OAB 36.811 PR

Documento recebido eletronicamente da origem

4250



A RESTAURAÇÃO DO CAMINHO DO COLONO

A restauração do Caminho do Colono se preserva como um desejo da população vizinha ao Parque Nacional do Iguaçu. A proposição de sua restauração sempre respeitou a importância ecológica do Parque, e se baseou em forte apelo à conservação da memória dos pioneiros e respeito às dificuldades que tiveram que enfrentar à sua chegada ao Oeste do Paraná.

AMOP
OESTE DO PARANÁ

AMSOP

Oeste e Sudoeste do Paraná
Julho de 2009

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 324

A RESTAURAÇÃO DO CAMINHO DO COLONO

A proposta de restauração do Caminho do Colono representa o desejo da população em restabelecer aquele Caminho histórico. O Caminho do Colono foi aberto antes mesmo de existir o Parque Nacional e por longos anos foi usada no acesso das levas de colonos vindos do Sul. Continuou depois, sustentando os vínculos das famílias separadas pelo Parque e mantendo as saudáveis relações, inclusive comerciais, entre as comunidades situadas em ambos extremos do Parque. Esta proposição sempre se baseou em forte apelo à importância ecológica do Parque, concomitantemente à preservação da memória dos pioneiros e das dificuldades que tiveram que enfrentar à sua chegada. São valores culturais de alta relevância para toda a região e, não obstante, representam uma parcela de apenas 0,0085% da área do Parque, ou seja, 15,75 hectares do total dos 185.262,50 ha que o Parque possui.

Com tais claros objetivos, o Caminho do Colono deve possuir características inovadoras e especiais. O quadro abaixo descreve as principais características desta via:

Quadro 01: Características do Caminho do Colono

Característica	*Descriminação*	*Observações*
Extensão: 17,5 km	Em uma linha quase reta e perpendicular ao rio Iguaçu, com a menor extensão possível entre os dois extremos.	Tem uma declividade constante entre Serranópolis e o rio Iguaçu, vencendo uma diferença de altitude de 71m.
Largura da pista de rolamento: seis metros	Esta largura é suficiente para permitir que dois ônibus se cruzem com segurança.	Com esta largura as copas das árvores de ambas as margens se entrelaçarão, fazendo com que quase todo o trecho fique oculto na floresta, como eram as condições primitivas do Caminho.
Faixa marginal de segurança: inexistente	Não se prevê acostamento pavimentado de cada lado da pista de rolamento, somente pequena faixa desarborizada.	É prudente que haja uma distancia mínima de 1,50m dos troncos das árvores até a pista, para evitar acidentes por eventuais inclinações dos troncos.
Pavimentação: pedras de basalto irregular	O solo argiloso sob a floresta fica úmido e não permite trafego seguro de veículos. A pavimentação é necessária para evitar que usuários fiquem retidos na floresta.	Pedras de basalto irregular são elementos naturais da região, que facilitam a travessia segura da fauna Deverão ser assentados com técnicas que garantam sua durabilidade no ambiente sombreado previsto neste Caminho.
Sistemas de drenagem	Não se prevê meio-fios elevados às margens da pista, mas somente para a fixação lateral das rochas de basalto irregular.	As águas das chuvas escorrerão naturalmente para as margens, devido ao abaulamento de 4% de desnível lateral.
Pontes e travessias	Há dois locais em que o Caminho precisa galerias em pequenos cursos de água.	As galerias devem ser reconstruídas com dimensões adequadas para evitar transbordamentos sobre a pista.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC16, Página 325

continuação

Ausência de taludes marginais	Os cortes anteriores já conformaram o perfil do terreno à estrada. Estão estabilizados pela vegetação natural.	A inexistência de taludes próximos à pista garante que não haverá riscos de deslizamentos.
Centros de Visitantes	Em cada extremidade haverá um Centros de Visitantes para educação ambiental e conforto dos visitantes.	Os Centros de Visitantes se dedicarão a explicar os valores do Parque e os do Caminho do Colono, com orientação para o ingresso no Caminho.
Mirante	Dois locais poderiam ter um paradouro para se conhecer um grande exemplar de peroba e as águas puras de riacho.	Serão distribuídas mensagens ambientais aos visitantes, em folhetos e em gravação nos veículos que farão a travessia.
Acesso controlado	O horário noturno e os do nascer e por do sol são de alta importância ecológica e serão respeitados na travessia.	O controle do acesso será feito em ambas as entradas do Caminho do Colono, prevendo apenas a circulação diurna, por exemplo, entre as 08h00 e 18h00.
Usuários previstos	A população dos municípios apartados pelo Parque, e nova demanda turística a ser desenvolvida	Tal como ocorre na visitação às Cataratas, os moradores da região pagarão valor diferenciado do de turistas ou usuários casuais.

A restauração do Caminho

Após o tempo decorrido desde a última interdição a vegetação passou a ocupar o espaço antes aberto para o Caminho do Colono. As ações de interdição implantaram barreiras de terra, revolveram a pista anterior e desmontaram galerias, afundaram a balsa e fizeram plantios de árvores e gramíneas exóticas, o que resultou em impactos sobre flora e fauna, focos de erosão e riscos de incêndios, que antes eram apontados como ameaças do Caminho, ao Parque.



Um túnel florestal com 6m de largura. Esse é o Caminho do Colono.

A restauração começará com a resolução dos impactos persistentes, retirada de espécies exóticas, limpeza dos escombros e, finalmente, as obras de reabertura do eixo do Caminho, sua pavimentação, etc., até colocá-la em operação novamente. Não há óbices técnicos à remoção de espécies exóticas. Quanto às eventuais nativas pioneiras, estas poderão ser compensadas com plantios de outras, em áreas degradadas das ilhas invadidas do Parque, ou nos novos projetos turísticos, ora em curso.

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC17, Página 1

O Quadro 02 apresenta resumidamente as atividades de restauração do Caminho do Colono, a partir da situação atual.

Quadro 02: Atividades necessárias à restauração do Caminho do Colono

Obra/Atividade	*Detalhes e observações*
Definição de parcerias e concessões	Convênios poderão ser celebrados entre o Parque e as Prefeituras e/ou Associações de Municípios regionais, para a elaboração do projeto, da execução e, depois, das concessões para a operação e manutenção do Caminho. Nestes convênios serão definidos os custos e responsabilidades de cada parte, respeitando as atribuições e competências institucionais.
Levantamentos topográficos	Restauração topográfica precisa do antigo leito do Caminho
Abertura de vias de acesso e pistas de serviço	Abertura de picadas mínimas para a passagem de máquinas e equipamentos.
Implantação de canteiros e demais áreas de apoio	Definição dos locais de obras: galerias, áreas degradadas pelo desmonte anterior e primeira limpeza da futura pista
Aquisição de materiais de base/ sub-base e estocagem	Estabelecer locais fora do Parque, para estocar os materiais que serão usados na restauração do Caminho
Remoção da vegetação	Remoção de faixa mínima de vegetação da pista de rolamento e pequena faixa de segurança, preservando toda vegetação restante.
Preparação da área da pista	Remodelação da pista de rolamento tornando-a apropriada às condições de pavimentação com basalto irregular.
Execução de obras de arte e canalização de cursos d'água	Restauração das galerias desativadas, dotando-as com dimensões apropriadas para evitar represamentos e inundação do Caminho.
Pavimentação	Assentamento manual do basalto irregular, seguido de compactação mecânica, para garantir sua estabilidade e duração.
Transporte e disposição de materiais em bota-foras	Retirada da vegetação cortada e dos materiais e estruturas encontradas na futura pista de rolamento para fora o Parque.
Sinalização	Implantação da sinalização de trafego e de orientação (educação) ambiental.
Centros de visitantes e mirantes	Construção dos centros de apoio nos extremos do Parque e dos mirantes para educação ambiental.
Desmontagem do canteiro e retirada de entulho e resíduos	Conclusão da obra com a retirada de todo material residual e sua adequada destinação.
Reativação da travessia no rio Iguaçu	Restauração da conexão do Caminho com Capanema, através de barcos de passageiros, via concessão.
Controle da circulação de veículos	Estabelecimento do tráfego dos ônibus e veículos leves, e da operação dos Centros de Visitantes.
Conservação e manutenção da via	Rotinas de manutenção, com varrições, limpeza de ramos e eventuais reparação de danos ao pavimento ou instalações de apoio.

O Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu

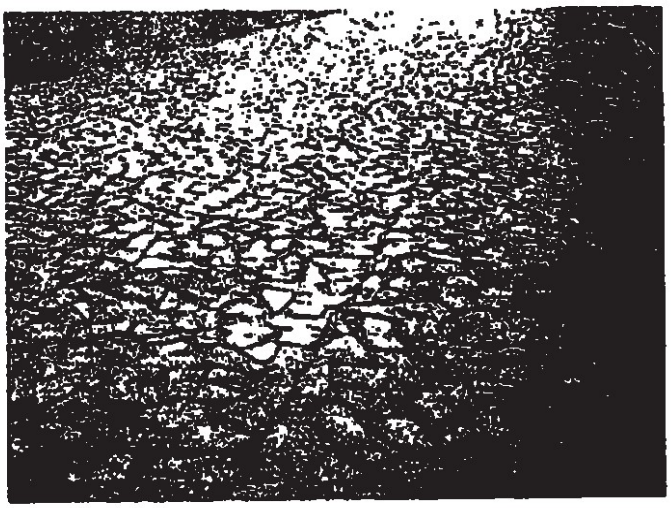
O Parque Nacional do Iguaçu possui o desenho de uma bota deitada, cujo pé estaria a Leste e seu cano alto estaria a Oeste, desenhado às margens do rio Iguaçu, com as Cata-

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC17, Página 2

ratas em sua extremidade. O Caminho do Colono se localiza, nesta figura, entre o pé e o cano da bota. Está numa área estreita do Parque, porém tida como de importância inclusive militar, já permitiria chegar rapidamente à uma das fronteiras com a Argentina. A inexistência deste Caminho pressupõe um contorno de mais de 112 km, ao longo de praticamente todo o Parque. Esta é a distância que a Policia Florestal, chamada no Paraná de Força Verde, deve fazer para patrulhar, desde Foz do Iguaçu, onde está sua sede, aquela região do Parque. Pelo Caminho do Colono seria apenas 17,5 km, uma economia inclusive ecológica, já que se evitaria o uso de combustível fóssil.

São reconhecidos três ecossistemas principais no Parque Nacional do Iguaçu: o da Floresta Estacional Semidecidual, que compreendia toda a região do Norte e Oeste do Paraná, e o da Floresta Ombrófila Mista, mais conhecida como Florestas com Araucárias, que se estendem desde o Rio Grande do Sul e predominaram em todos os planaltos do Estado do Paraná e as chamadas Formações Pioneiras de Influência Fluvial, em áreas de solos instáveis sujeitos a condições extremas de inundação. O Caminho passa pela Floresta Semidecidual, uma formação que não apresenta um dossel (copada) contínuo, mas com grande variação, ora alta – onde se encontram os perobais – ora a poucos metros do solo, muitas vezes recoberta com trepadeiras que escondem a folhagem das árvores.



Pavimento adequado para o tráfego, protetor para a fauna.

O Plano de Manejo reconhece que esta região possui relativamente pequeno valor ecológico, quando afirma que "*anteriormente à criação do PNI, em 1939, já havia ocupação humana no local e encontravam-se, na atual área protegida, inúmeras fazendas, em especial na porção sudoeste, além de casas de moradores e algumas serrarias. A exploração de madeira, ao contrário do estabelecimento de cultivos agrícolas e pastagens, deixou remanescentes florestais fragmentados por toda a região, causando o quase desaparecimento de algumas espécies mais procurados em função das propriedades da madeira*" (Cap. 6.3.1).

Insiste, ainda, o Plano de Manejo: "*ocorrem, na área do Parque, misturas dessas fases devido às diferentes atividades antrópicas desenvolvidas no passado. Em quase todos os pontos visitados observaram-se intervenção relativa à exploração madeireira de tempos mais remotos e ação de palmiteiros, caçadores e pescadores*" (Cap. 6.3.1)..

Efetivamente se constatam estes fatos. Neste ambiente florestal não é raro o sol chegar ao solo e sempre houve vários locais naturalmente abertos, às margens do Caminho. Esta realidade ambiental esvazia em grande parte, os argumentos relativos aos efeitos de borda, que são notáveis nas florestas amazônicas onde, inclusive, este fenômeno foi mais estudado.

Documento recebido eletronicamente da origem

Os problemas da Estrada e as soluções do novo Caminho do Colono

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu de 1999 identificou, em seu Anexo 26, como problema principal decorrente da existência de Estrada do Colono, o efeito de borda[1] que levaria à fragmentação entre os ambientes de ambas as margens da estrada no Parque.

Daquele Anexo transcreveram-se os argumentos usados para justificar a interdição da antiga Estrada do Colono. Ainda considerando que vários daqueles argumentos fossem frágeis e outros até contraditórios com os estudos que os precederam no próprio Plano de Manejo, o Quadro 03 compara as condições antigas à nova proposição do Caminho do Colono.

Quadro 03: Argumentos comentados do Plano de Manejo à luz do novo Caminho do Colono

Argumentos do Plano de Manejo (Anexo 26).	*Comentários*
Modificação da vegetação imediatamente situada em ambas as margens do Caminho, em razão de alterações microclimáticas, resultando no chamado efeito de borda, provocando uma mudança radical nas comunidades vegetais da floresta nas margens da estrada;	Este fato somente ocorreria se houvesse a abertura de um novo Caminho em ambiente primitivo, não sua manutenção ou conservação.
Faixa de vegetação alterada formada em ambas as margens da estrada, deixa de ser funcional para algumas espécies de animais, e constitui-se em obstáculo a sua natural dispersão;	O Plano de Manejo constatou que o ecossistema da região do Parque onde está localizado o Caminho já foi profundamente alterado. Se tal faixa de vegetação não se apresenta funcional, isso vem ocorrendo há décadas, sem prejuízos perceptíveis na ecologia do Parque
Instalação de efeito de borda significativo devido à fragmentação do habitat;	A previsão de um Caminho estreito anula o efeito de borda, porque se mantém uma continuidade florestal entre os dois setores do Parque. Ademais, o efeito de borda se converteria naturalmente em ecótono, que é a cicatrização natural das áreas de contato entre dois ecossistemas naturais, ou um natural e outro artificial.
Favorecimento a penetração e fixação de espécies de ambientes abertos, que podem ser consideradas colonizadoras da faixa marginal, promovendo substituição de comunidades naturais;	Não existe, na proposta do Caminho do Colono, o estabelecimento de ambientes abertos, salvo nos casos em que estes existem naturalmente, como dantes comentados. Não haverá, assim, substituição de comunidades naturais nesta área
Favorecimento a penetração de caçadores e animais domésticos como cães, gatos, porcos e ratos, lesivos às espécies nativas;	Caçadores e seus animais domésticos não precisam penetrar no Parque pelo Caminho. A fiscalização que se espera que o Parque estabeleça no Caminho diminuirá esta prática na região.

[1] Chama-se efeito de borda à soma das influências externas a uma dada área marginal de uma floresta recentemente aberta. Este efeito – principalmente provocado por ventos, insolação e ruídos – é cicatrizado naturalmente pela regeneração natural, que restaura a barreira natural aos agentes externos.

Documento recebido eletronicamente da origem

continuação

Argumentos do Plano de Manejo (Anexo 26).	*Comentários*
Presença de espécie vegetal ameaçada de extinção (jaracatiá *Jacaratia spinosa*) evidenciando-se a necessidade de preservação da área;	Esta espécie, com exemplares constatados pelo Plano de Manejo com diâmetros superiores a um metro, sempre existiu à margem do Caminho, que não afetou sua perpetuação até o presente.
Ausência de cuidados com a drenagem superficial, profunda e de procedimentos visando a conservação de solos;	Técnicas simples de conservação de solos às margens do Caminho resolvem tais situações de escoamento superficial
Interrupção do livre escoamento de cursos d'água, causando alagamento de trechos viários durante as chuvas intensas;	As galerias dos dois arroios deverão possuir dimensões adequadas para permitir o livre escoamento das águas, prevenindo o alagamento de trechos viários, que, diga-se, não se constatou em todo tempo de operação do Caminho.
O transporte de grande quantidade de partículas sólidas, provenientes do material constituinte da pista de rodagem, para dentro de rios atravessados pela rodovia, provoca drásticas modificações na coloração da água e natureza do leito dos cursos d'água;	Os cuidados na implantação das obras de arte (galerias e contenção em pontos de escorrimento superficial eventuais) previnem facilmente este impacto
O aumento da turbidez provoca a redução da penetração da luz solar no meio aquático, gerando sobre os peixes alterações dos ritmos circadianos;	Não havendo focos de erosão, prevenidos pela pavimentação de basalto irregular e conservação dos solos próximos à pista de rolamento, não haverá focos de turbidez nas águas dos arroios.
A acumulação dessas partículas sólidas em suspensão, sobre as brânquias pode também causar mortes dos peixes por asfixia;	Não ocorrerão mortes de peixes por asfixia devido à turbidez das águas, porque esta é facilmente prevenida, como acima se citou.
A deposição desse material alóctone soterra a comunidade bentônica que representa importante fonte de alimento para os peixes;	Igualmente não ocorrerá o soterramento da comunidade bentônica (plantas aquáticas e algas fixadas ao fundo), porque não haverá o assoreamento dos córregos.
O soterramento traz ainda impacto sobre as atividades reprodutivas de peixes que utilizam do substrato para deposição de ovos havendo o soterramento de ninhos, ovos e larvas;	Também não ocorrerá o soterramento de locais usados nas atividades reprodutivas de peixes porque não haverá o assoreamento dos córregos.
No rio Quilômetro Oito, pesquisado pela COM, no trecho a jusante do Caminho foram registrados valores de cor, turbidez, fósforo total, ferro total, manganês, cobre, coliformes totais e fecais, significativamente superiores aos limites propostos na Resolução número 20/86 do CONAMA para águas de Classe 1, tais valores estão associados a entrada de sedimentos e poluentes associados através do escoamento superficial da estrada;	Tais dados de qualidade das águas são contestáveis porque evidenciam poluição industrial e de instalações sanitárias, e com emissário diretamente sobre o riacho, o que seria uma impossibilidade naquele local. Nunca houve comentários sobre as fontes de tais contaminantes. Tal coleta deveria ter sido repetida para a contraprova, o que até o presente não consta ter ocorrido.

Documento recebido eletronicamente da origem

continuação

Argumentos do Plano de Manejo (Anexo 26).	*Comentários*
Emissão de gases provenientes dos veículos (CO, CO_2, SO, etc.) e ruído;	Está previsto o uso de ônibus com combustível ambientalmente adequado, por exemplo, biodiesel e, futuramente, eletricidade, com mínimas emissões de ruídos e gases, ademais de veículos leves e viaturas de fiscalização.
Risco de acidente com cargas tóxicas ou perigosas, pois trafegam veículos pesados;	Não está previsto o transporte de cargas, o que deve ser controlado nos acessos à Estrada.
Elevado risco de atropelamento de animais silvestres, em função da alta velocidade desenvolvida por veículos em trânsito pela estrada, verificada durante os trabalhos de campo, tendo-se estimado veículos a mais de 80 km/hora em dia de chuva;	Uma das justificativas para o pavimento da pista ser em basalto irregular é justamente para prevenir velocidades elevadas e facilitar o escape de animais surpreendidos. Atropelamentos de animais silvestres continuam a ser comuns na Rodovia das Cataratas. Ademais, transitar a 80km/h em dias de chuva, por estradas com pavimento argiloso só representa risco para os condutores: já que os animais em geral ficam abrigados.
Tráfego noturno e por número elevado de veículos, o que é extremamente desaconselhável em local de uso e trânsito de animais silvestres;	Não está previsto nenhum tráfego noturno, não obstante este se admita para atender necessidades da Segurança do Parque.
Não houve, na área em que esta estrada está alocada, na unidade de conservação, um grau elevado de interferência antrópica, de forma que toda área merece o destino da preservação e da recuperação florestal nativa;	Esta informação contradiz o que registra o Plano de Manejo, quando afirma que "anteriormente à criação do PNI, em 1939, já havia ocupação humana no local e encontravam-se, na atual área protegida, inúmeras fazendas, ... além de casas de moradores e algumas serrarias"
Permite a penetração de uma entomofauna característica de áreas devastadas, normalmente muito competitiva pelos recursos, o que causa a redução da entomofauna nativa;	Não havendo o fenômeno de efeito de borda, não há atração para a invasão de insetos – e mesmo de outros animais domésticos – notadamente os com a capacidade de competir com os insetos locais. De qualquer forma, não há registros que a entomofauna do Parque tenha sido pesquisada.
Com todo o movimento observado de carros, certamente os lepidópteros deixam de constituir pontos de briga, em que os machos espantam concorrentes do mesmo sexo e disputam as fêmeas para o acasalamento. Também não podem se nutrir de sais dissolvidos nas areias úmidas da beira dos córregos, evidentemente prejudicando sua reprodução e forrageamento.	O fato constatado comprova a existência as borboletas que habitam setores abertos naturais da floresta, contradizendo os argumentos sobre o efeito de borda nesta região do Parque. Por outro lado, se as clareiras naturais forem artificialmente reflorestadas, também tais insetos seriam afetados por desaparecerem seus locais de acasalamento.
Invasão de plantas nas bordas da mata, nos dois lados da estrada;	A invasão de plantas exóticas ocorreria pela abertura plena, através da ação dos ventos, de animais e pelos rodados doe veículos. As condições previstas não facilitam estas espécies, que são normalmente exigentes de luz e espaço, o que não se prevê ocorrer às margens do Caminho.

Documento recebido eletronicamente da origem

continuação

Argumentos do Plano de Manejo (Anexo 26).	*Comentários*
A floresta de ambos os lados estará mais suscetível ao vento como recentemente ocorreu, por três vezes, no PNI, onde o vento derrubou parte da floresta no seu interior;	É provável que tornados típicos da região, geralmente noturnos, voltem a incidir sobre a área do Caminho, e não é a existência ou não do Caminho que evitará tais vendavais. Árvores da galeria florestal poderão, nestes eventos, cair sobre a pista, e a Segurança do Parque deverá ficar atenta nestas ocasiões, antes de liberar o trafego.
Aquecimento dos ambientes com o aumento da temperatura e maior amplitude térmica (ao longo do dia)	Esta situação somente ocorreria se o Caminho do Colono viesse a ser uma rodovia asfaltada, aberta, cujas características propiciassem maior incidência solar. Não é o caso do projeto pretendido.
Diminuição da umidade, menor volume de água no solo, dessecação dos ambientes e maiores suscetibilidades ao fogo	São incomuns extensos períodos de estiagem, quando então todo o Parque poderá sentir os efeitos, não somente o Caminho. No Caminho, a copa das árvores o manterá continuamente sombreado, não havendo lógica a redução da umidade do ar ou do solo neste, ou devido a este.

Os impactos ambientais da nova proposição do Caminho do Colono

O subcapítulo 7.6.2, do citado Plano de Manejo (pg. 531 e seguintes), que trata da **Descrição Biofísica e Padrão de Uso das Áreas de Uso Público**, seleciona indicadores de impacto, ou seja, um conjunto de variáveis biofísicas e sociais relacionado aos objetivos de manejo do Parque, facilmente mensurável em campo. A cada variável, ali chamada verificador de impacto, foram agrupadas outras variáveis afins, compondo o que se nomeou indicadores-chave de impacto. Estes indicadores foram tratados separadamente: os sociais ou antrópicos e os biofísicos.

O Plano aplicou esses indicadores de impacto nas chamadas "trilhas" existentes no Parque e concluiu que "*de modo geral, as trilhas do PNI não apresentam muitos dos impactos decorrentes da visitação, normalmente encontrados em outras Unidades de Conservação*".

Ainda que se possa considerar tecnicamente simplista a matriz usada para evidenciar os impactos, esses mesmos indicadores-chave foram aplicados à proposição atual do Caminho do Colono, para permitir que os especialistas comparem este com as "trilhas" similares encontradas no Parque.

Os resultados da aplicação podem ser vistos no Quadro 04.

Quadro 04: Impactos das "trilhas" existentes e as do novo "Caminho do Colono".

[illegible]	[illegible]	[illegible]
Evidencias de cheiro de lixo	Não se constatou	Não esperado
Lixo fora dos latões	Sim, em algumas trilhas	Sim, impondo cuidados

Documento recebido eletronicamente da origem

continuação

Lixo na trilha	Sim, em todas	Sim, impondo cuidados
Presença de animais associados ao lixo	Sim, quatis. As lixeiras precisaram ter ajustes contra estes animais	Não esperado
Existência de dejetos (presume-se, humanos)	Não foram observados	Não esperado
Ocorrência de fossa aberta	Não foi observado	Não procedente
Cheiro de urina	Sim, na Trilha das Cataratas	Não esperado
Cheiro de esgoto	Sim, na Trilha das Cataratas	Não procedente
Ocorrência de entulho	Sim, na Trilha das Cataratas	Não esperado
Nº de coleta de plantas	Alguns casos na trilha das Cataratas	Sim, impondo cuidados
Nº de pessoas alimentando quatis	Elevado na trilha das Cataratas.	Não esperado
Pessoas fora de área permitida	Poucos na Trilha das Cataratas	Sim, impondo cuidados
Ocorrência de acidentes	Alguns na Trilha das Cataratas	Sim, impondo cuidados
Eventos de buscas e salvamentos	Não	Não esperado
Ocorrência de suicídios	Não	Não esperado
Ocorrência de barulho de pessoas	Sim, em todas as Trilhas	Sim, impondo cuidados
Ocorrência de música alta	Não	Não esperado
Manifestações religiosas	Não	Não esperado
Eventos de brigas	não	Não esperado
Nº de percepções do som de helicóptero	*"O ruído de helicópteros foi o que apresentou maior intensidade."*	Esperado, já que o Parque instalou novos helipontos nesta região
Nº de percepções de som de veículos	Não foi constatado	Sim, impondo cuidados
2 Indicadores bióticos		
Nº de raízes expostas	pouca exposição de raízes	Sim, impondo cuidados
Nº de indícios de fogo	Não há indícios de fogo	Não esperado
Nº de árvores com bromélias e orquídeas	Observadas, *"porém não na freqüência e na intensidade esperadas, indicando menor grau de conservação."*	Frequente e variada
Presença de espécies exóticas	Presença de *"exóticas foi o verificador mais encontrado"*	Sim, introduzidas pelo Parque. Devem ser retiradas
Área de solo nu (descoberto)	Poucas áreas de solo nu	Risco a ser prevenido
Áreas de vegetação degradada	*Poucas "áreas degradadas em função da visitação"*	Não esperado
Erosão lateral	*"Raros problemas de erosão lateral". "Não há canais e sulcos decorrentes de erosão."*	Risco a ser prevenido
Problemas de drenagem	*"Foram observados com freqüência"*	Risco a ser prevenido
Nº de quatis	*Espécie mais comum na trilha das Cataratas*	Não esperada sua domesticação.

Documento recebido eletronicamente da origem

continuação

Nº de trilhas não oficiais	*"Trilhas irregulares - atalhos abertos pelos visitantes na trilha das Cataratas. A largura dos caminhos avaliados variou de 0,6m a 9m", logo, "poucos dos locais de uso público podem ser chamados de "trilhas", pois se caracterizam mais como "estradas"*	Não esperado
Problemas de risco fatal	*"Riscos fatais foram observados na trilha da Usina São João e o restante das trilhas oferece risco de escorregamento."*	Risco a ser prevenido
Mudanças de comportamento animal	*"Os quatis apresentam mudança de comportamento"*	Risco a ser prevenido
Visão / audição de aves	Aves foram observadas, porém não na freqüência e na intensidade esperadas	Freqüentes e variadas
Vandalismo em estruturas	*"Frequente vandalismo em estruturas"*	Sim, impondo cuidados
Inscrições em rochas	Várias inscrições em rochas	Não procedente
Nº de árvores com danos / inscrições	Poucos danos em tronco de árvores	Sim, impondo cuidados

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu propôs novos usos àquela Unidade de Conservação, citadas à página 170, onde cita os *"circuitos aquáticos M'boi, Água Grande e o* rafting *e* bolacross *nas Corredeiras da Barra, todos no rio Iguaçu,* rafting e bolacross *no rio Gonçalves Dias, e o* rafting *no rio Silva Jardim; trilhas do Rio São João, da Linha Martins, da Onça, da Ilha do Cavalo, do Campinho e outras menores junto aos municípios do entorno, propiciando a administração compartilhada com os municípios e proprietários particulares"*.

Várias destas propostas possuem riscos de impactos expressivos e avançam sobre áreas de alta sensibilidade, valendo citar o caso do *rafting* sobre o rio Silva Jardim, em área primitiva paralela ao Caminho do Colono. No Plano de Manejo não há citação da avaliação prévia dos impactos destas proposições.

Contudo aquele Plano traz minúcias discutíveis como razões justificativas do fechamento da antiga Estrada do Colono, tal como as dificuldades que a passagem de veículos causaria ao acasalamento de borboletas, e argumentos cabíveis a uma grande rodovia, como as que "*a estrada provoca e exacerba os efeitos de fragmentação, poluição de toda ordem e problemas de drenagem, facilita o acesso de estranhos, propicia tráfego indevido de veículos de carga, impede qualquer tipo de controle do PNI e outras autoridades formais, além de fragilizar o papel das instituições judiciária, especialmente, e executiva. Por outro lado, suscetibiliza a soberania do Brasil, pois que se encontra em área de segurança nacional...*" (pg. 169 do Plano de Manejo). Nenhum destes impactos persiste mais na atual proposição. Não obstante, vários destes impactos devem ser esperados e mereceriam estudos cuidadosos nas novidades citadas do Plano.

Documento recebido eletronicamente da origem

Um projeto viável e conveniente

Pode-se perceber que foram grandes os esforços dos autores do Plano de Manejo na busca de argumentos destinados a justificar a interdição da antiga estrada. Compreende-se também sua dificuldade argumentativa à vista que o Parque possui outras estradas, uma delas, a de acesso às Cataratas, de extraordinário Ed permanente risco ecológico. Constatou-se então, que os autores do Plano de Manejo **não conquistaram encontrar embasamento técnico-científico sólido contra o Caminho do Colono**, ainda mais porque este se reconheceu necessário à fiscalização do Parque, fato inobservado na decisão da interdição.

Contra o Caminho do Colono só havia um argumento reconhecido, qual seja o de, à época estar sendo operado de forma alheia à administração do Parque, o que, sem dúvida, poderia gerar riscos à preservação do patrimônio natural ali reservado.

A **presente proposta é inédita às anteriores**, porque insere o Caminho do Colono como **um dos instrumentos para a concretização dos objetivos do Parque**, abrindo possibilidades de pesquisas científicas, facilitando a fiscalização, e, de forma extraordinariamente feliz, **contentando uma parcela altamente significativa da população lindeira**, para quem a Estrada faz parte de sua história, e através da qual, renovarão e fortalecerão laços de família e amizade rompidos desde a interdição.

Este estudo comprovou, com as novas alternativas expostas, que **é viável atender a este anseio popular** – o principal e talvez o único das comunidades lindeiras ao Parque. Uma iniciativa, como se depreende das considerações acima, plenamente factível, atendendo às demandas ecológicas, econômicas e sociais, cimentadas nos novos, excelentes e convenientes relacionamentos entre o Parque e as comunidades de seu entorno.

E o mais importante: o **único empecilho que resta** para a reabertura do Caminho do Colono está no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçú. Este documento, em verdade, é tão somente um ato administrativo, materializado em portarias do Instituto Chico Mendes e/ou do IBAMA (artigo 12, I, do Decreto n.º 4.340/2002). Portanto, basta uma revisão do Plano de Manejo - o que independe de alteração legislativa – para tornar perfeitamente possível a regularização do novo Caminho do Colono.

Documento recebido eletronicamente da origem

4262

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

REMESSA PARA INTIMAÇÃO

Nesta data, faço remessa destes autos ao **Ministério Público Federal**, em cumprimento ao art. 18, II, "h", da Lei Complementar nº 75/93, para ciência / intimação do(s) ato(s) processual(ais) constante(s) dos presentes autos. Do que, para constar lavrei este termo.
Porto Alegre, 06/08/2010.

Secretaria da 3ª Turma

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
P.R.R. - 4ª REGIÃO
10 AGO. 2010
RECEBIDO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
P.R.R. - 4ª REGIÃO
A petição/recurso foi entregue na SRIP em 31/08/10.
PROMOÇÃO MINISTERIAL
COORDENADORIA DE CONTROLE PROCESSUAL

G:\DIVERSOS\MINISTERIO PUBLICO VISTA E REMESSA\remintmp ciência.doc

Documento recebido eletronicamente da origem

Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região

O Seguinte Documento foi protocolado **17/08/2010 13:29** com o número **10/1042344**

Dados Cadastrados:

Origem:	**PRCTBDIST1 - DISTRIBUIÇÃO - CURITIBA - AHU**
Destino:	**ST3 - SECRETARIA DA 3a. TURMA**
Tipo de Documento:	**PETIÇÃO**
Processo:	**92.04.34321-4 (ST3 - GR)**
Peticionante:	**ESTADO DO PARANÁ**
Observação:	**REQUER VISTA AUTOS E CONCESSÃO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO**

Documento recebido eletronicamente da origem

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E OUTROS INTERESSES DIFUSOS

Exmo. Sr. Desembargador

FERNANDO QUADROS DA SILVA

Relator da Apelação Cível n. **92.04.34321-4**

3ª. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região

0 3 6 2 0 8 3 7 1

9 2 0 4 3 4 3 2 1 4

Apelação Cível n. **92.04.34321-4 – 3ª. Turma**
Apelantes: Município de Medianeira e outros
Apelado: Ministério Público Federal

O **ESTADO DO PARANÁ**, já qualificado, pela Procuradora do Estado que abaixo subscreve (delegação de poderes nos autos), vem respeitosamente perante Vossa Excelência manifestar e requerer o que segue:

Por meio do "Sistema Sob Medida" (PUSH), a subscritora da presente tomou conhecimento do despacho de 05 de agosto de 2010, em que Vossa Excelência concede ao Ministério Público Federal e ao IBAMA o prazo sucessivo de 20 dias para que se manifestem sobre o teor da petição das fls. 4232-4245.

Uma vez que a decisão não menciona o Estado do Paraná, **requer-se a concessão da mesma oportunidade de manifestação, também em 20 dias, após a devolução dos autos pelo IBAMA.**

De Curitiba para Porto Alegre, 16 de agosto de 2010.

Heloísa Bot Borges
Procuradora do Estado do Paraná
OAB/PR 26.279

Documento recebido eletronicamente da origem

4263

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBL

JF 4ª Região/Protocolo Único
10/1107143
31/08/2010 19:12
PETIÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SRIP
SECRETARIA DA 3a. TURMA
(GR)

AC – APELAÇÃO CÍVEL
92.04.34321-4

92.04.34321-4

APTE:	MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA E OUTROS
APDO:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES:	ESTADO DO PARANÁ
INTERES:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
INTERES:	MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Senhor Desembargador Relator (3ª Turma),

Senhores Desembargadores (3ª Turma),

Senhor Desembargador Coordenador do Sistema de Conciliação da 4ª Região,

O Ministério Público Federal (MPF), em atenção ao Despacho de fls. 4246 e ao Ofício nº 10/2010-SISTCON, vem manifestar-se sobre a Proposta de Conciliação de fls. 4232- 4245 ofertada por 16 Municípios do Estado do Paraná nos autos da Apelação em AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP) nº 92.04.34321-4 (nº de origem 0.86736-5 (PR), destacando desde logo ser inviável e inexequível a referida proposta, razão pela qual seu trâmite constitui indevido obstáculo ao julgamento das apelações (propostas pelos próprios Municípios proponentes) e ao normal andamento do feito até seu trânsito em julgado e final solução do litígio.

A ACP foi proposta em 1986 pelo MPF originariamente contra o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), substituído posteriormente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – agora consta nos autos requerimento de sua substituição processual pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (fls. 4228) – objetivando (a)

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

o fechamento pela autarquia do irregular e então tolerado trânsito de veículos e de pessoas na denominada Estrada do Colono, estrada não pavimentada, no trecho de 18 Km, que faria parte da BR 163, que "cruzava" o Parque Nacional do Iguaçu, ligando as sedes dos Municípios de Medianeira e Capanema, (b) bem como a implementação das medidas aptas à recomposição do meio ambiente naquele trecho do Parque Nacional.

A sentença de fls. 4132-48 (33 laudas), proferida em 19/10/2007, julgou procedentes os pedidos veiculados pelo MPF, mantendo a liminar deferida, condenando o IBAMA a conservar fechada a Estrada do Colono no trecho da BR 163 que atravessa o Parque Nacional, bem como à adoção de medidas efetivas para recuperar o meio ambiente atingido. IBAMA, Estado do Paraná e o Município de Foz do Iguaçu não se insurgiram contra a sentença, tendo apelado apenas os Municípios ora proponentes.

Na Proposta de Conciliação os Municípios propõem, ao lado de uma série de medidas que entendem mitigadoras do impacto ambiental:

– a reabertura da via;
– sua restauração topográfica;
– a remoção de vegetação na pista de rolamento e faixa de segurança;
– a construção de uma pista de rolamento de seis metros;
– a pavimentação da estrada;
– a construção de galerias para escoamento da água;
– a reativação da balsa para a travessia do Rio Iguaçu através de concessão pública;
– uma série de outras obras e intervenções no Parque Nacional do Iguaçu ou em suas margens, tais como a construção de Centros de Visitantes, mirantes, etc.

Entretanto, a conciliação proposta mostra-se INVIÁVEL e INEXEQUÍVEL, uma vez que, entre outras razões:

Documento recebido eletronicamente da origem

– é vedado ao Ministério Público transigir sobre pedido veiculado em ação civil pública;

– o objeto da ação é por sua natureza indisponível, abertura/fechamento de estrada em Zona Intangível de Parque Nacional Patrimônio Natural da Humanidade;

– a construção da auto-estrada ou estrada-parque "proposta" pelos Municípios, bem como da instalação de transporte de barca para transposição do Rio Iguaçu, é inexequível pois escapa completamente de suas competências administrativas (e legislativas), bem como das dos demais réus e do MPF, na medida em que constituiria na extensão de uma estrada federal (BR 163), em meio a um Parque Federal, obra que estaria, acaso viável, no âmbito da competência administrativa de pessoa jurídica que sequer é parte no processo, ou seja, da União Federal, pressupondo decisão administrativa federal, autorização legal, autorização legal orçamentária, deliberação do Congresso Nacional, previsão orçamentária, estudo de impacto ambiental (em várias etapas), licenças ambientais, licitação pública, etc.;

– o referido trecho de 18 km da BR 163 foi retirado tanto do Plano Nacional de Viação, bem como seu asfaltamento não consta mais do Plano Viário do Estado do Paraná;

– a proposta de conciliação, ao propor a construção de uma estrada pavimentada, e uma série de obras correlatas, constitui objeto estranho á própria ação, na medida em que a ACP foi proposta, e julgada procedente, para que o IBAMA (então IBDF) interrompe-se o irregular uso de uma estrada carroçável, de chão batido;

– *ad argumentandum tantum*, mesmo que a ACP houvesse sido julgada improcedente, não estaria o IBAMA obrigado pela sentença a manter a referida estrada carroçável indefinidamente aberta, apenas se estaria reconhecendo que o fechamento da estrada seria ato administrativo discricionário daquele órgão ambiental e não ato vinculado, conforme defendido pelo MPF;

– o réu IBAMA (então IBDF), em relação ao qual os Municípios proponentes foram acolhidos como litisconsortes passivos necessários, reconheceu juridicamente o pedido veiculado na ação desde a contestação, por entender que o fechamento da estrada era imperiosa para a proteção do Parque e do meio ambiente, destacando os efeitos deletérios de qualquer pavimentação da mesma;

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

– o litisconsorte passivo Estado do Paraná, que em um primeiro momento contestou a ação, também acabou por reconhecer juridicamente o pedido;

– ex-prefeitos de Medianeira e Capanema, entre outros, foram condenados em primeiro grau na justiça federal (apelações ainda não julgadas) nos autos da ACP nº 2003.70.02.007517-3/PR pela prática de ato de improbidade administrativa em face de atos relacionados ao descumprimento da ordem judicial que determinou o fechamento da Estrada do Colono;

– a sentença, ao julgar procedente o pedido, embasada em ampla prova pericial, na Constituição, na legislação ambiental, no Plano de Manejo do Parque, e nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, entendeu inadmissível, haja vista os graves prejuízos ao meio ambiente, a manutenção da abertura da antiga estrada carroçável que seccionava o parque nacional justamente em sua Zona Intangível (onde não pode ser admitida nenhuma intervenção humana), sendo portanto completamente irrazoável falar-se na construção de uma auto-estrada ou estrada-parque pavimentada justamente sobre o mesmo trecho ambientalmente intangível;

– a sentença, com base na perícia judicial e outros elementos, afastou a viabilidade técnica e legal da estrada, de sua reabertura, construção ou pavimentação da referida estrada, inclusive cotejando através do Princípio da proporcionalidade os interesses em jogo;

– o fechamento da Estrada do Colono, mesmo que em sua versão carroçável, foi expressamente recomendado pela UNESCO antes de inclusão do Parque Nacional do Iguaçu na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, tendo tal inclusão sido efetivada em 1986 somente após o fechamento da Estrada por ordem da Justiça Federal, sendo posteriormente em 1999 incluído o Parque na lista da UNESCO dos patrimônios naturais ameaçados de extinção em face, entre outras razões, das dificuldades de se manter fechada a referida Estrada ilegal (cf. Citado em decisão na Correição Parcial nº 1999.04.01.140650-8/PR);

– que a Estrada, salvo breves períodos, encontra-se fechada desde 1986, quando do deferimento da liminar, sendo que as razões que justificaram seu fechamento, posteriormente chanceladas na sentença de procedência, se encontram potencializadas

Documento recebido eletronicamente da origem

no decorrer desses quase vinte e cinco anos, como por exemplo o exponencial aumento da frota de veículos e, portanto, do respectivo incremento de trânsito a que estaria a mesma submetida, multiplicando o nocivo impacto ambiental.

São essas as razões que tornam inexequível a conciliação proposta pelos Municípios, que passamos agora a detalhar com base especialmente nas provas colhidas nos autos e nas razões expostas na bem-lançada sentença.

Primeiramente é de lembrar ser defeso ao Ministério Público dispor de pedido veiculado em ação civil pública. Ao tratar da indisponibilidade do objeto na ação civil pública, RODOLFO DE CAMARGO MACUSO[1] preleciona que embora admissível a transação, esta deve restringir-se a aspectos formais, não sendo possível quanto a aspectos substanciais do direito metaindividual tutelado:

> "Quanto ao aspecto ora enfocado, é certo que, tanto no vigente Código Civil (art. 841), como no de Processo Civil (art.447), a transação só é admitida em se tratando de *direitos patrimoniais de caráter privado.* Visto que o objeto da ação civil pública abrange temas de relevante interesse social, senão já de ordem pública (a intervenção necessária do Ministério Público já evidencia essa natureza, pergunta-se: ficariam, sob esse prisma, vedados os negócios jurídicos processuais, notadamente a transação, que é forma de extinção do processo *com* julgamento do mérito (CPC, art. 269, III)?
>
> (...)
>
> Na verdade, o *espaço transacional* que pode sobejar não inclui a parte *substantiva* da obrigação cominada ou a que se obrigou o responsável pela lesão ao interesse metaindividual (*v.g.*, a recuperação da área degradada, como replantio de espécies nativas não é transacionável); já os aspectos *formais*, a saber, o tempo, o modo de cumprir o preceito possam sê-lo, lembrando que toda execução é de ser feita pelo "modo menos gravoso para o devedor" (art. 620 do CPC. c/c art. 19 da lei 7.347/85). (...) Ricardo de Barros Leonel fala numa 'possibilidade de formação do compromisso só quanto à forma de observância da

[1] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública*: em defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural e dos Consumidores. 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 330-332.

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

> obrigação, carreada ao autor da lesão ao interesse tutelado. A disponibilidade é processual, quanto aos prazos para a implementação das medidas adotadas, técnicas adequadas a serem utilizadas etc. Deve haver previsão da reparação integral do bem lesado'.
>
> (...)
>
> É dizer, a "transação" possível é aquela que possa ser feita ao pressuposto de que o interesse metaindividual venha resguardado em sua parte nuclear e substancial, ou seja: que o *resultado prático* alcançado como cumprimento do ajustamento de conduta coincida ou fique o mais próximo possível daquele que seria obtido com a execução forçada do julgado. De outra parte, a transação na ação civil pública não abrirá um leque demasiado amplo de alternativas, já pela natureza mesma do interesse objetivado: por exemplo, poderá o autor concordar com um prazo mais elástico para que o réu adote as providências cabíveis; poderá aceder em que a obrigação seja cumprida de outro modo, que não o indicado na petição inicial, desde que a solução alvitrada pelo réu se afigure idônea."

Mesmo que se venha a admitir, *ad argumentandum tantum*, tal disposição em casos excepcionais, certamente não é esse o caso do objeto da presente ACP, evidentemente indisponível, ou seja, a obstaculização de dano ambiental que afronta a integridade de Zona Intangível de Parque Nacional elevado à categoria de Patrimônio Natural da Humanidade, conforme veremos mais adiante.

Por outro lado, as inúmeras obras contidas na proposta de conciliação dos Municípios, a começar pela construção de uma estrada pavimentada, escapa completamente de suas competências administrativas (e legislativas), bem como da esfera de atuação dos demais litisconsortes passivos, bem como da do Ministério Público, na medida em inseridas na esfera de competência da União, que por sua vez sequer é parte no feito. *Ad argumentandum tantum,* eventual (re)construção da estrada e das inúmeras obras a ela relacionadas (galerias, obras de arte, etc.) se daria sobre extinto trecho da BR 163, e no interior de Parque Nacional, ou seja, tratando-se de (re)abertura de rodovia federal, tal obra só poderia ser planejada e executada pela UNIÃO FEDERAL. Além do mais, a referida hipotética construção da via teria que ser

Documento recebido eletronicamente da origem

precedida de autorização legal (Congresso Nacional), previsão orçamentária (União), Estudo de Impacto Ambiental, licenças ambientais, licitação, etc., estando tais medidas completamente fora do alcance legislativo e administrativo dos Municípios proponentes, sendo de destacar também que o referido trecho de 18 km da BR 163 foi retirado tando do Plano Nacional de Viação (v. contestação do IBDF de fl. 457-460), bem como seu asfaltamento não mais consta no Plano Viário Estadual (fls. 2979-2987).

A proposta efetivada pelos Municípios de construir uma estrada pavimentada atravessando o Parque vai muito além do objeto da presente ACP, sendo também por isso inviável sua cogitação em uma "conciliação". O pedido veiculado na inicial foi a determinação ao IBAMA (antes IBDF) de impedir o trânsito de veículos e pessoas pelo trecho em questão, no interior do Parque Nacional, bem como a recomposição do meio ambiente afetado. Ressalte-se que o referido trecho nunca foi pavimentado, estando a muitos anos desativado, tendo sido a balsa clandestina que transpunha o Rio Iguaçu (aproximadamente no meio do trecho) sido desativada por ordem judicial. Ou seja, além dos Municípios proponentes não serem portadores dos meios legais para bancarem ou executarem as obras propostas, os mesmos, sucumbentes no "menos", vêm mesmo assim propor o "mais", ou seja, onde o objeto da ação era o fechamento de uma estrada rudimentar e irregular no interior de um Parque Nacional, os réus, mesmo integralmente sucumbentes, vêm propor "em conciliação" a construção de uma estrada pavimentada, com uma série de outras obras de intervenção.

Nesse contexto não há como deixar de relembrar a oposição do MPF (fls. 518-22) quando da admissão ao feito dos Municípios ora proponentes na qualidade de assistentes litisconsorciais facultativos do réu IBAMA, pois lhes faltava interesse jurídico que a sentença fosse favorável a uma das partes, condição que só se perfectibiliza quando demonstrado que a solução do litígio influir em relação jurídica existente entre o interveniente e uma das partes (CPC, arts., 50 e 54), o que a toda evidência não ocorre, visto que o interesse dos municípios é meramente econômico.

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

O MPF ingressou com a ação para que o IBAMA (antes IBDF) fosse obrigado a fechar a referida Estrada irregular no interior do Parque Nacional. Conforme o dispositivo sentencial, o IBAMA foi condenado (fl. 4148) *"a conservar fechada a Estrada do Colono, trecho da BR 163 que atravessa o Parque nacional do Iguaçu, bem assim à adoção de medidas efetivas para recuperar o meio ambiente atingido."* Ou seja, em 1986 aquele Instituto entendia ser ato discricionário seu a permissão ou não da utilização da Estrada no interior do Parque, tendo sido objetivo da ACP justamente demonstrar que seu fechamento era ato vinculado, haja vista o arcabouço jurídico ambiental. Nesse contexto, mesmo que a sentença tivesse sido pela improcedência da ACP não estaria o IBAMA obrigado a manter a Estrada indefinidamente aberta, sendo que apenas tal deliberação voltaria à sua esfera de discricionariedade. Ou seja, mesmo que o MPF houvesse reatado sucumbente não assistiria aos municípios ora proponentes, admitidos no processo como assistentes litisconsorciais dos réus, direito a exigir da autarquia que mantivesse a Estrada aberta no interior do Parque.

É de se destacar também que o IBAMA (antes IBDF) desde sua contestação reconheceu juridicamente o pedido do MPF, entendendo expressamente que o fechamento da Estrada era medida imperiosa à proteção do Parque e do meio ambiente. O IBAMA não recorreu da sentença, assim como o Estado do Paraná. Sendo que o referido órgão federal inclusive propôs, em litisconsórcio ativo com o MPF, perante a Vara Federal de Foz do Iguaçu a ACP nº 2003.70.02.007517-3/PR contra Valter José Steffen (ex-prefeito do município de Capanema), Luiz Yoshio Suzuke (ex-prefeito do município de Medianeira), Nilvo Antonio Perlin (ex-prefeito do município de Serranópolis do Iguaçu) e Irineu Colombo (ex-deputado federal), em face de terem de 1998 até 2003, conforme narrativa da inicial constante na sentença em anexo, incentivado *"a degradação patrimonial e ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, na faixa de terras conhecida como 'Estrada do Colono', por meio da mobilização da população local, instigando-a a descumprir a ordem judicial que determinou o fechamento da estrada, prolatada no bojo dos autos nº 86736-5"*, tendo sido a ação

Documento recebido eletronicamente da origem

julgada parcialmente procedente e condenados os referidos réus em primeiro grau de jurisdição à sanção de suspensão dos direitos políticos por cinco anos, em virtude da prática de ato de improbidade administrativa capitulado no artigo 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92, sendo que pendem de julgamento apelações tanto dos réus como do MPF, este buscando o agravamento das penas.

Passamos agora a um breve relato do andamento da presente ACP.

Foi proposta pelo MPF em 04/09/1986, perante a 1ª VF de Curitiba, sendo uma das primeiras, senão a primeira ação desta natureza promovida perante a Justiça Federal, fruto do advento da Lei 7.347/85, sendo subscrita pelo então Procurador da República Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, posteriormente Procurador-Geral da República de 30/06/2005 a 28/06/2009.

A inicial da presente ACP relata que o Parque Nacional do Iguaçu, com seus 185.262,5 ha, foi criado em 10 de janeiro de 1939 pelo Decreto-lei 1.035/39, para proteção da mais extensa floresta pluvial subtropical preservada do País, localizado ás margens do Rio Iguaçu, acompanhando-o até as suas monumentais cataratas, sendo sua importância fundamental para o equilíbrio ecológico de toda a região, razão pela qual recebeu o título da UNESCO de Patrimônio Natural da Humanidade. Mesmo assim, o santuário ecológico foi irregularmente seccionado em 1954 (DOC 11 da inicial) com a abertura de uma estrada de 18 km de extensão, denominada "Estrada do Colono", entre os municípios de Medianeira e Capanema, em total desconsideração com as repercussões altamente negativas da Estrada sobre o equilíbrio ecológico da região. Destacou também a inicial que apesar de ter-se mantido firme o IBDF em não permitir as tentativas de pavimentação da estrada, não estava a referida autarquia cumprindo seu dever de obstaculizar o indevido trânsito de veículos por aquela via, fazendo cessar a contínua ofensa ao ecossistema proveniente do trânsito pela referida estrada, então liberada ao tráfego.

Documento recebido eletronicamente da origem

Destacou ainda a inicial ser o Brasil signatário da "Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América" (Decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948), pelo qual se obrigou internacionalmente *"que os limites dos parques nacionais não serão alterados nem alienada parte alguma deles a não ser pela ação de autoridade legislativa competente (art. III)"* (observe-se que a construção da Estrada proposta no "acordo de conciliação", estaria também condicionada, além das aqui já citadas, a esta autorização legislativa do Congresso Nacional). Diante de tais compromissos internacionais, o Regulamento dos Parques Nacionais (Decreto nº 84.017/79, baixado com apoio no art. 5º da Lei 4.771/65) determinou serem os mesmos inalienáveis e indisponíveis (art. 1º, §1º), cabendo às autoridades preservá-los e mantê-los intocáveis (art. 1º, §2º), sendo o objetivo principal dos Parques Nacionais a preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem (art. 1º, §3º).

Sobre a impossibilidade técnica e legal da estrada (veja-se que aqui se estava a falar de uma estrada rudimentar, dita carroçável, de chão batido, e não da estrada pavimentada constante na proposta de conciliação veiculado pelos Municípios), destaca a petição inicial que a mesma, conforme o Plano de Manejo do Parque (p. 54, figura 14), além de seccioná-lo dividindo-o em dois, atravessa sua zona mais nobre, a denominada ZONA INTANGÍVEL, local onde a primitividade da natureza permanece intacta, representando o mais alto grau de preservação e, por isso mesmo, onde não se tolera quaisquer alterações humanas (Decreto 84.017/79, art. 7º), razão pela qual, continua a inicial, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (p. 77-80) já previa inclusive a interdição da referida estrada, na medida em que conflitante com os seus objetivos e, em especial com a destinação da Zona Intangível destacando que *"o trecho da estrada BR-163 Medianeira-Capanema cortando o Parque numa extensão de 18 km e correspondendo a uma faixa desmatada de 12,5 m de largura, representa uma ameaça constante á integridade doparque e ao equilíbrio das populações de animais da região (p. 46)*. Além de tecnicamente inadmissível, destacou a inicial que a estrada, mesmo em sua pretérita versão *carroçável*, é legalmente proibida, pois nos termos do

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

art. 24 do Decreto nº 84.017/79, *"é vedada a execução de obras que visem a construção de teleféricos, ferrovias, rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão ou outras, que não sejam do interesse do Parque Nacional"*.

A liminar requerida foi deferida imediatamente, em 10 de setembro de 1986, determinando ao então IBDF o fechamento da estrada. (fls. 34-7).

Como já sublinhado, desde a contestação o IBDF (posteriormente sucedido pelo IBAMA) não só deixou de se opor ao fechamento da estrada como destacou que tal medida era imperiosa para a proteção do Parque e do meio ambiente, frisando os efeitos deletérios de qualquer pavimentação da mesma, reconhecendo assim o pleito ministerial veiculado na inicial. Conforme relatado na sentença (fls. 4133-4), o Instituto em sua "contestação" (fls. 457/460) aduziu *"que o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu preconiza o fechamento da estrada em diversos itens do seu texto, havendo a autarquia sempre se manifestado contrariamente ao asfaltamento interditado"*, bem como que apenas lhe faltava *"a definição pelo DNER do Plano Nacional de Viação, verificando que no mesmo deixou-se de constar o trecho da BR 163 entre Capanema e Medianeira, a partir do que restou viabilizado o fechamento da estrada"*, e que *"a medida postulada na presente ação seria implementada pelo IBDF, não se opondo ao pedido inicial."*

Os Municípios proponentes da "conciliação" e o Estado do Paraná foram admitidos, mesmo que com a oposição do Ministério Público Federal, como litisconsortes facultativos do IBDF (fls. 431-2 e 878-11).

Na fl. 481 consta decisão, proferida para garantir o cumprimento da liminar de fechamento da "Estrada do Colono", que determinou ao Estado do Paraná e à SUNAMAM a abstenção de qualquer ato de delegação do "serviço de transporte de veículos por balsa entre o Porto Moisés Lupion e o Parque Nacional do Iguaçu", que havia sido concedido em caráter provisório.

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

A primeira sentença neste processo foi proferida em 17/8/1987, de lavra do Juiz Federal Milton Luiz Pereira, julgando procedente a ação para determinar ao IBDF a cessação definitiva do uso da "Estrada do Colono" e a recuperação das áreas degradadas (fls. 878-11). Posteriormente o TRF4ªR anulou esta sentença por considerar indevido o julgamento antecipado da lide realizado, determinando a volta dos autos ao primeiro grau para a realização de novas provas (fls. 1023-63).

A segunda sentença foi proferida a fls. 1321-7, reconhecendo a preclusão da prova pericial em face da intempestividade do depósito dos honorários periciais pelo Estado do Paraná e novamente julgou procedente o pedido, na esteira da sentença anterior. Essa sentença também foi anulada pelo TRF4ªR, que determinou ao juiz de primeiro grau a intimação dos Municípios que fazem parte da relação processual para depósito dos honorários periciais (fls. 1442-54).

Nas fls. 1065-71 foi juntada a requerimento do MPF, em petição subscrita pelo então Subprocurador-Geral da República Cláudio Fonteles, posteriormente Procurador-Geral da República entre 30/06/2003 a 29/06/2005, a pedido da Associação de Defesa Educacional do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, documento remetido em 05/07/1988 pelo Embaixador Josué Montello, então Delegado Permanente do Brasil junto UNESCO, sobre a inscrição do Parque Nacional do Iguaçu na Lista do Patrimônio Mundial, consistente no Relatório da X Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Paris de 24 a 28 de novembro de 1986, na qual consta expressamente que *"Le Délégue du Brésil a informé le Comité que la route qui traversait la zone vierge du Parc national et sur laquelle l'UICN avait attiré l'attention du Comité, avait été fermée."* ou seja, conforme a tradução de fl. 1067, que "O Delegado do Brasil informou o Comitê que a estrada que atravessava a zona virgem do Parque Nacional sobre a qual o UICN tinha chamado a atenção do Comitê, tinha sido fechada", constando também no referido documento o compromisso do Brasil em cooperar com a Argentina na conservação e preservação do seu parque vizinho e

Documento recebido eletronicamente da origem

congênere. Ou seja, nota-se que o fechamento da Estrada do Colono foi expressamente recomendada pela UNESCO antes da mesma deliberar pela inscrição do Parque como Patrimônio Mundial, o que só ocorreu após a Delegação Brasileira informar o fechamento daquela via. A referida "inscrição" pela UNESCO ocorreu em novembro de 1986, aproximadamente dois meses após a decisão liminar de 10 de setembro de 1986 (fls. 34-7) que determinou o trancamento da estrada.

Em 27 de maio de 1997, 11 anos após a ordem judicial que liminarmente determinou o fechamento da Estrada do Colono, o Presidente do e. TRF4ªR suspendeu a liminar com base no art. 12, § 1º, da Lei nº 7.347/85, permitindo *"o uso da estrada carroçável"* mediante uma série de condições (fls. 1720-2). Entretanto, tal decisão por sua vez foi cassada pelo e. STJ em 19 de junho de 1997 em pedido de reclamação e simultaneamente cassada pelo 3ªT no Agravo de Instrumento nº 97.04.26728-2/PR, haja vista a incompetência do Presidente da Côrte Regional para cassar a liminar de primeiro grau, na medida em que a mesma havia sido ratificada pelo extinto TFR na Apelação Cível nº 137.561-PR (fl. 1734).

Em 03 de janeiro de 2000, na Correição Parcial nº 1999.04.01.140650-8/PR, o e. TRF4ªR determinou o fechamento da "Estrado do Colono" com barreiras físicas e a apreensão da balsa que faz a travessia Capanema/Serranópolis (fls. 2302-06). Nesta decisão correicional a Relatora, Desembargadora Marga Inge Barth Tessler, destacou que *"durante a disputa judicial, lideranças políticas municipais incentivaram a invasão da área com abertura e alargamento da estrada, hoje cascalhada com 12 metros de largura"*, que *"em poucos dias, o que era praticamente uma trilha carroçável, transformou-se em uma rodovia aberta ao tráfego sem fiscalização federal e com cobrança de pedágio"*, que *"Vê-se, assim, que permanece o desrespeito flagrante a uma decisão deste Tribunal Regional e uma decisão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, (...)"*, que *"A urgência de restabelecer a legalidade é manifesta"*, que *"a repercussão internacional da situação já determinou providências da UNESCO , incluindo o Parque Nacional do Iguaçu na*

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

lista dos patrimônios naturais ameaçados de extinção, conforme amplamente divulgado na imprensa. Um dos aspectos considerados para a inclusão no cadastro dos locais em perigo, foi justamente a dificuldade no fechamento da ilegal rodovia. Esta lista torna mundialmente pública a dificuldade do nosso governo em preservar a única área natural brasileira definida como patrimônio da humanidade, o que nos descredencia como nação confiável para o recebimento de doações dos organismos internacionais (*O Grupo dos Sete – "G7" – , em 1990, por sugestão do ex-chanceler alemão Helmuth Kohl, criou o PPG-7 com alocação de US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares) em doações para a preservação das Florestas Tropicais, e o Brasil assumiu em 1999 a presidência da Comissão de Coordenação Conjunta CCC do PPG-7, o que deixa bem clara a responsabilidade brasileira diante de ocorrências como as registradas nos autos desta Ação Civil Pública)"*, que *"Por outro lado, é sempre urgente a questão envolvendo a destruição de recursos naturais pela irreversibilidade da situação. Os prejuízos para a conservação da integridade do Parque Nacional são evidentes. Há ainda, o efeito demonstração, se os Municípios de Capanema e Serranópolis puderam cortar o Parque por que razão não poderão fazê-lo os demais municípios em idêntica situação."* (grifei)

O laudo pericial foi juntado a fls. 2372-2502, e os pareceres técnicos nas fls. 2512-2514 (Estado do Paraná), fls. 2516-2528 (Municípios), fls. 2532-2633 e 2696-2739 (MPF), e fls. 2637-2694 (IBAMA). Entretanto tal laudo pericial restou prejudicado, em virtude da decisão de fls. 2767-2780 que acolheu exceção de suspeição dos peritos argüida pelo Ministério Público.

A fls. 2979/2987 peticionou o Estado do Paraná afirmando a perda superveniente do seu interesse na abertura da estrada, bem como seu interesse no fechamento definitivo da mesma, requerendo sua habilitação no polo ativo da demanda, pedido este que restou indeferido, permanecendo o mesmo no polo passivo (fls. 3052/3055).

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

Na fl. 3083 foi redistribuída a ação à Vara Ambiental, Agrária e Residual de Curitiba, acolhida a competência à fl. 3086.

Foi juntado novo laudo pericial às fls. 3312-3820, tendo as partes se manifestado sobre o mesmo às fls. 3829-3840 (MPF), 3846-3858 (Municípios), 3886-3890 (IBAMA) e 3892-4046 (Estado do Paraná), com alegações finais apresentadas ás fls. 4090-4096 (MPF), 4098-4106 (Estado do Paraná), 4109-4113 (IBAMA) r 4116-4123 (Municípios).

Em suas alegações finais o réu Estado do Paraná confirmou o reconhecimento do pedido veiculado na inicial, afirmando que *"Tendo-se em vista que a prova pericial demonstrou a incompatibilidade entre a reativação da Estrada do Colono e a manutenção da integridade do Parque nacional do Iguaçu, bem como a real e ampla possibilidade de recomposição do ambiente primitivo em caso de fechamento definitivo da Estrada, requer-se sejam julgados procedentes os pedidos formulados na inicial"* (fl. 4105).

A sentença de fls. 4137-4148, após minucioso relatório ao qual acima nos reportamos, ao adentrar no mérito da demanda, entre outras razões, destacou que:

– nos 21 anos desde o ajuizamento da ação houve significativas alterações legislativas e expressiva maturação da consciência ecológica, com destaque à elevação da matéria ambiental ao patamar constitucional (CF/88, art. 225);

– o Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939, na confluência entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, abrigando o último grande remanescente da mata atlântica do sul do Brasil, com 185.262,5 há de floresta, sendo reconhecido pela importância de sua biodiversidade e beleza cênica das Cataratas do Iguaçu, integrando com o Parque Nacional Iguazú, na Argentina, importante contínuo biológico, dominado

Documento recebido eletronicamente da origem

Processo 5003063-13.2021.4.04.7000/PR, Evento 2, PROCJUDIC17, Página 28

floristicamente pela floresta estacional semi-decidual, abrigando também florestas de araucária e de formações pioneiras aluviais, e inúmeras espécies ameaçadas de extinção;

– a solução do litígio demanda a ponderação, lançando-se mão do princípio da proporcionalidade, de direitos constitucionais, uma vez igualmente resguardados pela Constituição Federal de 1988 o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural e o desenvolvimento econômico;

– o Parque Nacional do Iguaçu constitui unidade de conservação de proteção integral, cuja previsão legal, atualmente, encontra-se na Lei nº 9.985/2000 (Lei do Sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza), sendo o Parque nacional classificado como *unidade de proteção integral* (arts. 7º e 11), cuja visitação do público está sujeita a normas e restrições estabelecidas no respectivo Plano de Manejo da unidade (art. 2º, XVII; art. 11, §2º; e art. 27);

– acerca da Estrada do Colono, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu de 1981 inseria a área da estrada em Zona de Uso Especial, autorizando a sua utilização apenas para a fiscalização e controle do parque pela própria administração, sendo que o Plano de Manejo de 2000 estabelece que a área em que localizada a Estrada do Colono considera-se Zona de Recuperação;

– os peritos judiciais na fl. 3352 esclarecem que o referido Plano estabelece a Zona Intangível do Parque, sendo esta a área da unidade de conservação que deve permanecer intocável, não se tolerando quaisquer intervenções humanas, representando, no caso, 60% da área do Parque, sendo que **a Estrada do Colono situa-se na área classificada como Zona de Recuperação, com vistas à sua reinserção na Zona Intangível, ou seja, seu tratamento, no que se refere a uso e ocupação do solo, deve ser tão restritivo como o da Zona Intangível**;

Documento recebido eletronicamente da origem

– a partir da leitura do laudo pericial é de se observar a Estrada do Colono não apresenta a importância econômica apontada pelos Municípios litisconsortes, sendo que os impactos econômicos imediatos decorrentes do fechamento da estrada foram absorvidos pelos Municípios como o decurso do tempo, não se justificando como argumento à sua reabertura, sendo que após a interdição da estrada o desenvolvimento econômico regional foi semelhante ao desenvolvimento verificado nas demais regiões do Estado, apresentando os peritos, essencialmente, o tempo de deslocamento entre cidades como principal restrição ou prejuízo decorrente do fechamento da estrada, sendo que a malha rodoviária do sudoeste do Paraná se expandiu, não mais existindo o isolamento de certos Municípios, sendo entretanto pontual esse interesse, beneficiando alguns poucos municípios e apenas parte de sua população, não se prestando como argumento suficiente a sobrepor-se à proteção ambiental;

– conforme já havia sido destacado na primeira sentença (posteriormente anulada por ter julgado antecipadamente o feito), que a região onde situada a Estrado do Colono, por estar encravada na Zona Intangível do Parque, é bem diversa daquela região onde estão as Cataratas (Zona de Uso Intensivo), por essa razão sem efeitos daninhos pela localização de áreas de lazer, hotéis e via asfaltada;

– o laudo pericial, sem negar a relevância da Estrada do Colono para a comunidade local, afastou seu caráter histórico, não sendo a mesma isoladamente "um forte objeto de herança cultural" (fl. 3335), destacando que a oficialização da estrada deu-se em 1954, sendo os dados anteriores imprecisos e que não era a única via de ligação entre o sul do Brasil e o oeste paranaense; bem como que a valorização da mesma como patrimônio histórico ou cultural "*pode ser feita externamente através da implantação, por exemplo, de um Museu do Colono, com livros, fotos, carroças, artigos e implementos de época, etc., e/ou a implantação de um marco, nos dois lados da travessia (o de Capanema do outro lado do Rio Iguaçu, no Porto Lupion)*" (laudo fls. 3489);

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

– o laudo pericial avulta a importância ambiental da área e os danos causados ao meio ambiente com a abertura da estrada, sendo que os *"Impactos Ambientais relacionados á operação de estradas se apresentam sob a forma de descontinuidade do ecossistema, devido à sua distribuição linear por sobre as áreas diretamente"*, sendo que *"Estes impactos se caracterizam por uma pequena área afetada diretamente, mas com ampla distribuição espacial de sua área de influência, o que faz com que, ao longo do percurso, possa haver grande diferença de magnitude e importância dos impactos gerados localmente, em função da criticidade ambiental dos parâmetros em cada trecho"* (fl. 3409-3410);

– os diversos impactos causado pela estrada ao meio ambiente referidos no laudo pericial tanto á fauna quanto à flora: secção do parque em sua zona intangível, secção dos nichos ecológicos, fragmentação de habitats, atropelamentos de animais, caça, poluição sonora, poluição luminosa, poluição gasosa, estresse por vibração, invasão de animais domésticos ou associados ao homem, disseminação de espécies vegetais não autóctones ou transgênicas, disseminação de agentes patogênicos, transporte de cargas (especialmente de grãos e de agrotóxicos), barreira ao livre escoamento das águas e ao desenvolvimento das espécies vegetais, aumento da erosão, etc;

– o chamado "efeito de borda" provocados pela abertura da estrada referido na resposta dada pelos assistentes técnicos do Estado do Paraná ao quesito nº 22 do Estado, destacando que os efeitos de uma estrada não se resumem unicamente à cicatriz deixada na mata caracterizada pela metragem da largura desta, na medida em que esses efeitos se estendem para dentro da mata que margeia a estrada, por um processo denominado "efeito de borda" (laudo, fls,. 3925-3926);

– em suma, "*a existência de uma estrada atravessando a unidade de conservação, dentre outros, provoca a fragmentação da floresta, intensificando e*

Documento recebido eletronicamente da origem

internalizando o chamado efeito de borda; facilita a disseminação de espécies exóticas invasoras, de agentes patogênicos, fogo e poluentes; constitui barreira ao livre deslocamento de animais silvestres, em face da interferência na intensidade luminosa, na velocidade do vento, na temperatura, umidade e nível de ruído; gera o atropelamento de animais, podendo reduzir as taxas reprodutivas e a expectativa de vida de espécies silvestres; interrompe o livre escoamento de cursos d'água, provocando o alagamento de trechos viários durante chuvas intensas. E estes efeitos danosos são inconciliáveis com a Zona de Recuperação em que inserida a Estrada do Colono, conforme Plano de manejo do Parque nacional do Iguaçu, frisando-se que esta objetiva justamente a reinserção da área na Zona Intangível, incompatível com a existência de uma estrada" (laudo pericial fl. 3414; sentença fl. 4143v);

– a continuidade do Parque Nacional do Iguaçu com o seu congênere argentino (Parque Nacional Iguazú), conforme destacado nas alegações finais do Estado do Paraná, bem como dos deletérios efeitos da fragmentação e da insularização de *habitats*, na medida em que diminuem a possibilidade de áreas naturais se manterem como ecossistemas vivos e autoregulamentados em sua complexidade natural; (sentença, fls. 4143v e 4144);

– o significativo risco de impacto ambiental na área de atracamento da balsa em caso de operação, pois demandará área de espera da balsa (transbordo) dos usuários dentro do Parque Nacional;

– o fato da reabertura da estrada se caracterizar como um facilitador de atos predatórios no Parque, aumentando a complexidade das ações de fiscalização permanente (laudo pericial, fl. 3374);

– a sugestão de criação de uma estrada-parque, com a adoção de medidas mitigadoras foi abandonada pelo Estado do Paraná, bem como não se mostrou viável conforme atestado na perícia judicial (laudo pericial fls. 3444 e 3462);

Documento recebido eletronicamente da origem

– nenhuma das estradas limítrofes ao parque ou que nele adentram servem de parâmetro, pois as que adentram o parque o fazem em um ambiente de Uso Intensivo – que abriga área de lazer e visitação, e admite a presença da estrada, na área turística, prevista no Plano de Manejo, e não visam a simples travessia do parque, característica única e exclusiva da Estrada do Colono, que se encontra localizada na Zona de Recuperação (laudo pericial, fls. 3377/3378);

– o objetivo do Parque é conservar em estado natural uma amostra do ecossistema de floresta subtropical subcaducifólia, sua diversidade ecológica e seus recursos genéticos, sendo que "*pode-se dizer que os objetivos do Parque de garantir a sobrevivência da última amostra significativa deste ecossistema vêm conseguindo se realizar*" (laudo pericial fl. 3469);

– a mudança de postura do Estado do Paraná que, inicialmente defensor da abertura da estrada, a partir de 1994 passou a requerer seu fechamento definitivo, frisando que não mais existe no plano viário estadual a previsão de asfaltamento da estrada ou de construção de uma estrada-parque (fls. 2979-2987);

– a falta de apoio legal e respaldo técnico ao trecho da BR 163 que atravessa o Parque, haja vista o Regulamento dos Parques Nacionais (Decreto nº 84.017/79, em especial seu art. 24);

–que o Parque Nacional do Iguaçu foi incluído pela UNESCO, em 1999, na lista dos Patrimônios da Humanidade em Perigo, dentre outros em face das aberturas ilegais da Estrada do Colono, o que destaca o grave risco que a sua abertura acarreta ao Parque.

Feitas essas bem-lançadas considerações, concluiu a sentença que "*o fechamento da Estrada do Colono mostra-se necessário á manutenção da*

Documento recebido eletronicamente da origem

integridade do Parque nacional do Iguaçu e adequado à sua preservação e do meio ambiente, direito fundamental especialmente protegido pela Constituição Federal de 1988", e que "*a restrição imposta aos Municípios lindeiros à estrada mostra-se diminuta frente à importância do Parque Nacional do Iguaçu e à necessidade de manutenção da sua integridade e da função ecológica que representa, justificando-se o fechamento da Estrada do Colono em face do princípio da proporcionalidade, bem assim do desenvolvimento sustentável, princípio este albergado pelo ordenamento pátrio, e que propugna atender as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações, conciliando-se, assim, desenvolvimento e proteção ambiental*", bem como "*não há que se invocar direito adquirido à utilização da estrada quando se está diante de direito difuso, pertinente a toda a coletividade, tal qual o direito ao meio ambiente sadio*" (sentença, fls. 4146), julgando procedente a ação, impondo ao IBAMA a conservar fechada a Estrada do Colono, trecho da BR 163 que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu, e a adoção das medidas de recuperação do meio ambiente atingido pela estrada, com apresentação de plano de recuperação da área degradada, condenando os Municípios litisconsortes, bem como a toda a comunidade local interessada, a respeitar a decisão de fechamento da estrada sob pena de renovação do conflito apaziguado.

Por fim, é de destacar que os pleitos municipais de encontrar uma solução para a circulação de pessoas e mercadorias na região deve ser gerida politicamente e encaminhada politicamente (administrativamente) a União Federal, proprietária do Parque e da BR 163, única que possui competência administrativa para tanto, conforme acima demostrado, haja vista que as medidas propostas carecem de decisão administrativa federal, previsão legal orçamentária devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, Estudo de Impacto Ambiental, licitação pública, etc., caso em que, caberia ao MPF, dependendo de eventual encaminhamento deliberado pelo União Federal, tomar as medidas que porventura entendesse cabíveis.

Documento recebido eletronicamente da origem

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

Nesse contexto, o prosseguimento e processamento da presente "proposta de conciliação" mostra-se inexequível no presente feito, sendo portanto improdutiva, não justificando a suspensão do julgamento da apelação e tampouco o dispêndio de energias do Poder Judiciário.

Assim sendo, diante da inexequibilidade da conciliação proposta, REQUER o Ministério Público a retomada do processamento das apelações que pendem de julgamento, com a devida inclusão do feito na pauta de julgamentos.

Pede deferimento.

Porto Alegre, 30 de setembro de 2010.

Vitor Hugo Gomes da Cunha
Procurador Regional da República

Documento recebido eletronicamente da origem